

Névio de Campos
Oriomar Skalinski Junior
Gerardo Garay Montaner
Federico Alvez Cavanna
(Orgs.)

OS
INTELECTUAIS
EM
CONTEXTOS
NACIONAIS E
INTERNACIONAIS

VOLUME 3

Campos e
Fronteiras



Escrever o prefácio da obra *Intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos e fronteiras*, organizada pelos pesquisadores Névio de Campos, Oriomar Skalinski Junior, Gerardo Garay Montaner e Federico Alvez, é uma grande distinção, considerando a qualidade dos trabalhos contidos na obra, bem como a representatividade dos autores no campo acadêmico. As quatro partes que estruturam o livro, que compõem o terceiro volume de uma série sobre o tema, cobrem aspectos cruciais para o debate em torno da questão dos intelectuais: a ciência e circulação das ideias, a literatura, a religião e a política. Sendo assim, o leitor terá a oportunidade de vislumbrar um conjunto diversificado de temas e problemas relacionados à história intelectual e dos intelectuais discutidos a partir de diferentes temporalidades, espacialidades e escalas. A contribuição da obra é, sem dúvida, mostrar o quanto a temática dos intelectuais segue presente no debate público e acadêmico e, sobretudo, as inúmeras possibilidades de reflexão que se abrem acompanhando os novos contextos abertos pelas diferentes áreas e disciplinas das humanidades, particularmente a história, a sociologia e a educação. Campos e fronteiras são os conceitos que circunscrevem e articulam as contribuições e funcionam como termos complementares, pois a noção de campo, na sua primeira camada de significado, supõe a ideia de espaço social, de maneira a impor a percepção e a definição das suas fronteiras. Estas, por sua vez, não podem ser entendidas como limites intransponíveis, mas sim como fronteiras móveis e porosas que permitem movimentos e deslocamentos contínuos entre sujeitos, práticas e discursos.

Carlos Eduardo Vieira



editora *fi*.org



INTELECTUAIS EM CONTEXTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

INTELECTUAIS EM CONTEXTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

VOLUME 3

CAMPOS E FRONTEIRAS

Organizadores

Névio de Campos

Oriomar Skalinski Junior

Gerardo Garay Montaner

Federico Alvez Cavanna



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke (www.carolekummecke.com.br)

Revisão: Ubirajara Araujo Moreira



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhável 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

l61 Intelectuais nos contextos nacionais e internacionais: campos e fronteiras [recurso eletrônico] / Névio de Campos, Oriomar Skalinski Junior, Gerardo Garay Montaner, Federico Alvez Cavanna... [et al.]. – Porto Alegre : Fi, 2023.

538p.; v. III.

ISBN 978-65-5917-693-9

DOI 10.22350/9786559176939

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Intelectuais – Contextos nacionais – Contextos internacionais. I. Campos, Névio de. II. Skalinski Junior, Oriomar. III. Montaner, Gerardo Garay. IV. Cavanna, Federico Alvez.

CDU 140

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Carlos Eduardo Vieira</i>	
APRESENTAÇÃO	14
<i>Os organizadores</i>	
PARTE 1	
INTELECTUAIS E CAMPO CIENTÍFICO	
1	37
A NOÇÃO DE CAMPO DE UMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL: A TEORIA DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL SOB O PRISMA DA HISTÓRIA GLOBAL	
<i>Gisèle Sapiro</i>	
2	84
AS FORMAS ESPECÍFICAS DE INTERNACIONALIDADE DO CAMPO CIENTÍFICO	
<i>Yves Gingras</i>	
3	128
O JORNAL “A MÃI DE FAMÍLIA” E A CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE CRECHE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
<i>Ana Keli Moletta</i>	
<i>Névio de Campos</i>	
4	156
INTELECTUAIS E O PROBLEMA UNIVERSITÁRIO NO INQUÉRITO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (1929)	
<i>Maria Cristiane Nunes de Faria</i>	

PARTE 2 INTELECTUAIS E CAMPO CULTURAL

5 189

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO: O EXEMPLO DO CAMPO LITERÁRIO FRANCÊS

Gisèle Sapiro

6 207

ARTISTAS “NACIONAL-ESTRANGEIROS” NA VANGUARDA SUL-AMERICANA (SEGALL E XUL SOLAR)

Sergio Miceli

7 224

MARIANA COELHO: DO FAZER-SE ESCRITORA AO FAZER DA ESCRITORA

Dyeinne Cristina Tomé

Alexandra Padilha Bueno

8 264

LEITURA, LEITORAS E ESCRITORAS NO JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* (1909-1950)

Karina Regalio Campagnoli

PARTE 3 INTELECTUAIS E CAMPO RELIGIOSO

9 293

LITERATURA E CATOLICISMO NA FRANÇA (1880-1914): CONTRIBUIÇÃO A UMA SÓCIO-HISTÓRIA DA CRENÇA

Hervé Serry

10 327

EDUCADOR VOCACIONADO: O MODELO DE PROFESSOR DIFUNDIDO PELO INTELECTUAL-ESCRITOR CATÓLICO EVERARDO BACKHEUSER (1879-1951)

Bianca Neves Prachum

Oriomar Skalinski Junior

11

357

INTELECTUAIS, EDUCAÇÃO E IGREJA CATÓLICA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CATÓLICAS NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Evelyn de Almeida Orlando

12

388

CULTURA ESCRITA Y REPRESENTACIONES SIMBÓLICAS EN EL URUGUAY RURAL VALDENSE: UNA APROXIMACIÓN A LOS ESCRITOS DE JEAN DANIEL REVEL ENTRE 1863 Y 1869

Gerardo Garay Montaner

PARTE 4

INTELECTUAIS E CAMPO POLÍTICO

13

423

LA MESA ESTÁ SERVIDA: DEBATES SOBRE LA LAICIDAD EN LA REVISTA DE LA EDUCACIÓN DEL PUEBLO (1968-1976)

Federico Alvez Cavanna

Antonio Romano

14

446

CONFLUÊNCIA DOS CAMPOS ACADÊMICO E POLÍTICO PARANAENSES NOS PROCESSOS DE RESTAURAÇÃO, FEDERALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1912-1971)

Eliezer Felix de Souza

15

478

“PELA VONTADE SOBERANA DO POVO DENTRO DESTA ASSEMBLEIA”: UM DEPUTADO COMUNISTA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (1947-1948)

Regis Clemente da Costa

16

508

PADRE LEONEL FRANCA E OS MEANDROS DO ESTADO

Natália Cristina de Oliveira

AUTORAS(ES)

533

PREFÁCIO

*Carlos Eduardo Vieira*¹

Escrever o prefácio da obra **Intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos e fronteiras**, organizada pelos pesquisadores Névio de Campos, Oriomar Skalinski Junior, Gerardo Garay Montaner e Federico Alvez, é uma grande distinção, considerando a qualidade dos trabalhos contidos na obra, bem como a representatividade dos autores no campo acadêmico. As quatro partes que estruturam o livro, que compõem o terceiro volume de uma série sobre o tema, cobrem aspectos cruciais para o debate em torno da questão dos intelectuais: a ciência e circulação das ideias, a literatura, a religião e a política. Sendo assim, o leitor terá a oportunidade de vislumbrar um conjunto diversificado de temas e problemas relacionados à história intelectual e dos intelectuais discutidos a partir de diferentes temporalidades, espacialidades e escalas.

A contribuição da obra é, sem dúvida, mostrar o quanto a temática dos intelectuais segue presente no debate público e acadêmico e, sobretudo, as inúmeras possibilidades de reflexão que se abrem acompanhando os novos contextos abertos pelas diferentes áreas e disciplinas das humanidades, particularmente a história, a sociologia e a educação. Campos e fronteiras são os conceitos que circunscrevem e articulam as contribuições e funcionam como termos complementares, pois a noção de campo, na sua primeira camada de significado, supõe a ideia de espaço social, de maneira a impor a percepção e a definição das

¹ Professor Titular da Universidade Federal do Paraná

suas fronteiras. Estas, por sua vez, não podem ser entendidas como limites intransponíveis, mas sim como fronteiras móveis e porosas que permitem movimentos e deslocamentos contínuos entre sujeitos, práticas e discursos.

A questão dos intelectuais, que ganhou visibilidade no debate político no final século XIX, especialmente a partir das jornadas do célebre *Caso Dreyfus*, assumiu no século XX novos contornos a ponto de se tornar um problema de estudos em diversos campos, da sociologia à ciência política, da história à filosofia. Os intelectuais passaram a ser entendidos como um ator coletivo, demograficamente diminuto, porém com grande presença e capacidade de participação no debate público. A obra de Karl Mannheim, que privilegiava a noção correlata de *intelligentsia*, e os escritos carcerários de Antonio Gramsci, que discutiram a função social e política dos intelectuais, abriram as reflexões na primeira metade do século XX e contribuíram com a configuração de um campo de estudos que, seguramente, tem em Pierre Bourdieu o seu grande representante na segunda metade do século XX. Com essa passagem do debate político para o enquadre acadêmico o termo intelectuais ganhou inúmeras definições, muitas delas marcadas por equivalências heurísticas, outras por oposições irreconciliáveis.

Culturas acadêmicas resistentes ao estudo dos intelectuais, como por exemplo a inglesa, cederam e paulatinamente absorveram o tema de pesquisa, acompanhando as tradições francesa e italiana. Na América Latina a questão dos intelectuais impactou a imprensa e a cena política no calor dos debates em torno do *Caso Dreyfus* e, ao longo do século XX, demarcou diferentes investimentos acadêmicos. As obras de Sergio Miceli, no Brasil, e de Carlos Altamirano, na Argentina, são dois exemplos marcantes desse percurso de investigação entre os países

latino-americanos. A questão dos intelectuais, entre o final do século XIX e último quartel do século XX, transfigurou-se em três dimensões distintas, mas correlacionadas: registro da cena política; problema de investigação histórica e sociológica; e campo disciplinar, representado pela História dos Intelectuais e pela Sociologia do Campo Intelectual. Nesse sentido, o termo ganhou ampla circulação, tanto nas linguagens ordinárias, como nas especializadas, de modo que corremos o risco de naturalização do seu significado decorrentes do seu uso ampliado na conversação pública.

À polissemia do conceito, própria da sua formulação continuada, soma-se o comportamento fugidio do personagem, definido de forma brilhante por Antonio Cândido: “O intelectual parece servir sem servir, fugir mas ficando, obedecer negando, ser fiel traindo. Um panorama deveras complicado” (CANDIDO, 1979, p. x). Para controlar a dispersão, a imprecisão e os enganos conceituais precisamos de pesquisas que se transformem em livros de amplo acesso, como este que temos a honra de prefaciá-lo, pois é próprio dos estudos aqui reunidos a obsessão em analisar e definir como esse sujeito coletivo se comportou e se comporta em diferentes cenários, a partir de um conjunto de gestos de engajamentos, que tipificam a ação pública dos intelectuais nos seus campos, respeitando ou transgredindo as suas fronteiras.

REFERÊNCIA

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. ix-xiii.

Curitiba, primavera de 2022.

APRESENTAÇÃO

Os organizadores

Esta obra, intitulada **Intelectuais em contextos nacionais e internacionais**, integra o projeto¹ que resultou nos dois primeiros volumes já publicados.² Ao mesmo tempo, o subtítulo deste terceiro volume, **Campos e fronteiras**, manifesta a pretensão de avançar em debates mais específicos, aspectos que já figuravam no primeiro volume desta série, além de ganhar um capítulo específico no volume 2: **Intelectuais, fronteiras e produção cultural – Parte 2**.

Tal ênfase nos remete às tênues fronteiras que se apresentam nos estudos que têm em seus horizontes os intelectuais e as suas produções (ideias, escritos, obras), notadamente suas relações com as questões regionais, nacionais e internacionais. De um lado, as divisas podem aludir às noções de origens físicas, naturais e geográficas, podendo ser associadas às expressões local, regional, nacional, internacional, global. De outro, associam-se ao sentido simbólico das inúmeras divisões que

¹ É resultado do Projeto de Pesquisa “História, intelectuais e educação no Brasil e Uruguai”, que integra pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Paraná e Universidade da República do Uruguai, e conta com financiamento do CNPq (Edital Universal), registrado sob n. 421976/2018-7 (Auxílio Financeiro). Igualmente é resultado do intercâmbio com a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), notadamente com o Centro Europeu de Sociologia e de Ciência Política (CESSP), ambos na França, onde Névio de Campos desenvolveu pós-doutorado sob a supervisão de Gisèle Sapiro.

² CAMPOS, Névio de; MONTANER, Gerardo Garay (org.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais**: campos, fronteiras e disputas. vol. 1. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. SUASNÁBAR, Claudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália Cristina de (org.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais**: educação, intervenções e culturas. vol. 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

se estabelecem. Esses dois sentidos não estão dissociados, como bem assinala Pierre Bourdieu:

[...] a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 2002a, p. 108).

Na esteira desta passagem, podemos dizer que as ideias de nacional, internacional e transnacional também são objetos de disputas. Observa-se, pelo exposto, que o problema das balizas pode ser explorado a partir de uma diversidade de aspectos. Aqui, a ênfase recai na questão dos intelectuais e nas produções culturais, o que se mostra como uma preocupação mais específica.

A pretensão não é promover uma defesa abstrata do uso das categorias regional, nacional, internacional ou transnacional. Assim sendo, de modo explícito ou não, cada capítulo desenvolve uma reflexão a respeito dos intelectuais e das tentativas para definir seu papel sem dissociar-se das ideias de regional, nacional, internacional e transnacional. Há uma luta permanente pela definição das fronteiras da ação dos intelectuais, o que remete à aceção de responsabilidade pela cidade, pela nação, pela humanidade. Essa confrontação está imersa na própria definição de intelectual. É uma disputa dos intelectuais para definirem-se e precisar os próprios limites de suas ações, consequentemente, produzir a desqualificação de seus oponentes (outros intelectuais). Isso nos direciona à origem da aceção moderna do intelectual (CHARLE, 1990, 1994, 1995, 2003), em que ganha visibilidade a luta por uma fronteira das ações dessas personagens. Por

exemplo, em torno da ideia de nacionalidade ou de nação ocorre toda uma polêmica entre um conjunto de intelectuais, na virada do século XIX ao século seguinte. Essa noção é utilizada para estabelecer uma divisão ideológica entre amigos e inimigos da França. A imprensa, de modo geral, reverberou o tom dessa controvérsia que marcou as tomadas de posição de escritores, artistas, professores e tantos outros atores que integravam as trincheiras dos espaços públicos. Isso porque estariam nessas disputas aqueles que se posicionavam em defesa de valores universais (hoje ditos universalizáveis) e os que defendiam os princípios vinculados à ideia de nacionalidade e pátria. O aparecimento desse neologismo, mas principalmente do sentido político dessa figura, demarca seu envolvimento nas polêmicas específicas do final do século XIX. Uma delas dizia respeito ao avanço dos nacionalismos na Europa. (HOBSBAWM, 2002, 1988). Nessa atmosfera operavam-se as atividades dos “homens das letras”, então designados de intelectuais. Em torno disso, o sentido de intelectual ganhou visibilidade e proporção global, cujo efeito circulava para além do Atlântico, seja no Brasil (ORTIZ, 1985), seja na América Latina (AGGIO; LAHUERTA, 2003). A noção de circulação se mostra bastante importante em cada discussão desta obra, pois, como observa Bourdieu, o campo de origem e o campo de recepção devem ser considerados:

Assim, o sentido e a função de uma obra estrangeira são determinados tanto ou mais pelo campo de chegada quanto pelo campo de origem. Em primeiro lugar porque o sentido e a função no campo de origem são muitas vezes completamente ignorados. E também porque a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais:

³ Ver: WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto. **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 19-60.

uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente “sem etiqueta”) pela editora [...] e anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente (BOURDIEU, 2002b, p. 9).

O problema das fronteiras se faz presente nos mais diversos espaços da experiência humana. Isso foi muito forte, por exemplo, na confrontação entre campo intelectual e campo político da França. No plano interno daquele país, houve a movimentação de uma parcela de escritores, artistas, professores, entre outros, em contraposição às tomadas de posição de agentes do Estado. Oriundos de um processo de longa duração, ganhavam visibilidade o escritor, o autor, o livro, a imprensa, a liberdade de expressão, a universidade.

O Caso Dreyfus constituiu-se no ponto fulcral da disputa entre setores intelectuais da França. Conforme Gisèle Sapiro (2018, p. 24, tradução nossa): “A reivindicação da autonomia do escritor se faz, como nas demais profissões, pela afirmação de valores próprios: defesa da beleza e verdade, sinceridade, probidade, desinteresse, responsabilidade”. Esses trunfos são transportados para as lutas políticas, “[...] sendo usados pelos escritores, no final do século XIX, como estratégia para reafirmar seu poder simbólico” (SAPIRO, 2018, p. 24, tradução nossa). Não obstante, essas prerrogativas de fundo universalista foram combatidas por uma parcela de escritores sob a alegação de traição à França. De um lado, sob a batuta de Zola, constitui-se uma movimentação em defesa do capitão Dreyfus que fora acusado, julgado e condenado de maneira célere e

suspeita pela justiça francesa. De outro, uma porção de letrados põe-se ao lado da justiça francesa e ataca seus detratores. Formam-se verdadeiras trincheiras em solo francês, situação que perdurou no período após a Primeira Guerra Mundial e ganhou dimensão dramática nos contextos da Ocupação Alemã (1940-1944) e da Liberação, como mostra outra obra de Sapiro (1999).

No contexto do Caso Dreyfus, merece destaque o aparecimento de duas organizações que simbolizam essa confrontação. Por iniciativa dos que poderíamos chamar dreyfusistas nasce a Liga pela Defesa dos Direitos do Homem, em 04 de julho de 1898, cujo propósito seria congregar aqueles que, movidos pela questão personificada no capitão condenado, desembainhariam suas penas para atravessar as barreiras nacionalistas e afirmar a bandeira de um internacionalismo humanista, cuja expressão ganharia força nos escritos políticos de Romain Roland (1866-1944), em meados dos anos 1910. Os grupos aglutinados em torno do Caso Dreyfus eram diversos e tinham ligações institucionais e políticas divergentes. Não obstante, passaram a ser classificados como intelectuais dreyfusistas.

Cabe reiterar que nossa preocupação é chamar a atenção para a fronteira entre os intelectuais nacionalistas e os intelectuais pró-internacionalismo humanista. No entanto, é importante reconhecer que no interior desses dois espaços existiam tantas outras fronteiras. De todo modo, essa movimentação de personagens em defesa dos direitos humanos constituiu as bases para a escalada da organização intelectual de alcance internacional, como ilustra o trecho a seguir:

Após a Primeira Guerra Mundial, dois órgãos assumiram a articulação das aspirações e reivindicações das profissões intelectuais: a Confederação Internacional dos Trabalhadores Intelectuais e a Comissão de Cooperação

Intelectual da Liga das Nações, que criou o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Essas duas instâncias buscavam reagrupar as diferentes profissões intelectuais e as organizações nacionais que tinham como princípio de internacionalismo uma representação de base nacional (SAPIRO, 2021, p. 21-22).

No lado oposto, isto é, nas trincheiras antidreyfusistas, foi criada a Liga da Pátria Francesa, em reunião ocorrida na casa de Marcel Dubois, no dia 20 de dezembro de 1898, alguns meses depois da criação da Liga pela Defesa dos Direitos do Homem. Michel Winock (2000, p. 46) afirma que:

A agitação dos revisionistas, dos signatários das petições, dos autores de artigos, dos defensores de Zola provoca, em contrapartida, a lenta constituição de um campo *antidreyfusard*, no qual Barrès, pouco a pouco, virá a ser a personalidade mais destacada. Os intelectuais de direita ainda não estavam no mais extremo da luta nacionalista. (Grifo do autor).

Numa atmosfera tomada por inúmeras atividades,

[...] Barrès propõe fundar uma Liga da Pátria Francesa, que ele endossa publicamente em um artigo do *Journal*: “não se pode mais dizer que a inteligência e os *intelectuais* – para empregar essa palavra de mau francês – estão de um único lado”. E acrescenta: “O caso de Dreyfus, em si mesmo, é insignificante. O grave é que se tenha inventado, e que se utilize Dreyfus, para servir a doutrinas antimilitares e internacionalistas. É contra isso que nos dispomos a agir” (WINOCK, 2000, p. 61, grifo do autor).

Este fragmento do artigo de Maurice Barrès (1862-1923), citado por Winock, é bastante ilustrativo, pois traz um pouco do clima vivido pelos “homens das letras” da França. Há um jogo para estabelecer uma distinção entre eles: intelectuais x inteligência, nacionalistas x

internacionalistas. A confrontação de natureza diversa, seja de origem social, pertencimento institucional ou de campos disciplinares, entre outros, materializa-se na esfera política. O sentido do termo intelectual nasce associado ao contexto político. No entanto, ao longo do século XX ganha uma conotação profissional, conforme assinala Sapiro (No prelo):

A definição política de “intelectuais” é, portanto, anterior à sua aceção profissional. O nascimento dos “intelectuais” como grupo social e como força política na época do Caso Dreyfus resultou, como mostra Christophe Charle (1990, 1994, 1995), da forte expansão das profissões intelectuais e da reivindicação de autonomia em relação aos poderes políticos e religiosos, o que favoreceu o aparecimento da figura do “intelectual crítico”, defensor de causas universais, ou melhor, de valores universalizáveis, como a verdade e liberdade, em contraposição à “Razão de Estado”.

Do final do XIX ao início do XX, as lutas entre essas alas de “homens das letras” se estabeleciam para definir o que seria um escritor e seu papel social. No dizer de Winock (2000, p. 47): “É, justamente, a partir do caso Dreyfus e do processo Zola que surge um nacionalismo intelectualizado, em particular, por intermédio de Barrès e Charles Maurras [1868-1952]”. Nos escritos de Barrés, conforme sublinha Winock, desde o início da década de 1890 havia uma preocupação em estabelecer uma ideia de nacionalismo, assim como em indicar a diferença entre os “homens das letras”. Essa personagem considerava Zola um não francês, portanto, desenraizado. Barrès (1892, p. 153) dizia de Zola:

⁴ SAPIRO, Gisèle. A organização política dos intelectuais: o exemplo do Partido Comunista Francês. In: SAPIRO, Gisèle. **Os intelectuais**: autonomização, profissionalização e politização. Organização de Névio de Campos. São Paulo: EDUSP. (No prelo).

Ele pensa muito naturalmente como veneziano desenraizado. É um intelectual, quer dizer, alguém que, como todos os intelectuais, imagina que a sociedade deva ser fundada na lógica, ao passo que ela está baseada em exigências que são, muitas vezes, estranhas à razão. O intelectual ignora o que é instinto, a tradição, o gosto da terra, tudo o que faz uma nação de carne e osso (apud WINOCK, 2000, p. 49).

Dentre os intelectuais nacionalistas, outro autor que ganhou visibilidade nessa confrontação foi Ferdinand Brunetière (1849-1906), embora não compartilhasse do nacionalismo radical e do antissemitismo professados por Barrès. Adversário de Zola, Brunetière sustentava a prevalência da nação e das instituições sobre os direitos individuais. Tal ponto de vista é que aproximava Barrès e Brunetière. Nesse embate estava contida a intervenção de Durkheim, para quem não seria possível apoiar-se na razão de Estado para justificar uma violação contra a pessoa.

Embora existissem distinções internas, seja na Liga pela Defesa dos Direitos do Homem, seja na Liga da Pátria Francesa, reiteramos que o interesse é destacar esse antagonismo entre os intelectuais franceses, cuja linha de fronteira se rompia, propiciando confrontações em nome do nacionalismo e do internacionalismo humanista. É importante assinalar que operamos um recorte, cuja reverberação foi sentida em diferentes lugares do mundo, pois o movimento nacionalista se deu na Europa, assim como na América Latina e no Brasil.

Outra faceta muito presente nas trajetórias dos intelectuais refere-se à relação com a região ou com a própria cidade.⁵ É possível

⁵ O conceito de região é objeto de muita discussão, como, por exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 1, p. 7-23, verão 1998. CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Por um projeto socioespacial de desenvolvimento. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 2, p. 91-11, inverno 1998. CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito

dizer que a controvérsia entre nacionalismo e internacionalismo humanista eclipsou a ligação entre o intelectual e a região. Ou uma situação mais complexa: as personagens das principais cidades de um país passaram a representar as bandeiras nacionais ou internacionais enquanto as personalidades de cidades menores ou de regiões periféricas passam a ser interpretadas como agentes de causas regionais e locais. No caso da França, desenvolveu-se uma distinção entre os intelectuais da capital (Paris) e os das províncias (interior). No Brasil é recorrente as atividades intelectuais de fora do eixo Rio-São Paulo serem categorizadas como movimentos regionais, enfoque bem assinalado pelos estudos de Luís Rodolfo Vilhena (1996, 1997).⁶ Este autor desenvolve suas reflexões no contexto de expansão dos estudos que tomavam traços diversos da história brasileira para além da noção de história nacional. Não obstante, no início do século XXI, as questões envolvendo abordagens que rompiam com as fronteiras nacionais ganharam visibilidade, seja no debate internacional, seja nas discussões brasileiras. De certa forma, tudo isso ressignifica as perspectivas dos estudos com recortes em caracteres regionais e nacionais. Aqui não se pretende restituir esse clima das Ciências Humanas, aspecto destacado pelos organizadores do volume 2, no texto de apresentação (SUASNÁBAR; WEBER; OLIVEIRA, 2022, p. 26-34).⁷

de região. **Revista de História Regional**, v. 5, n. 2, p. 39-56, inverno 2000. BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, p. 95-129, verão, 2005.

⁶ Uma discussão específica da potencialidade da noção "intelectual regional" pode ser acessada em: KARVAT, Erivan. Intelectuais regionais: reflexões sobre uma categoria problemática. In: SUASNÁBAR, Claudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália Cristina de (org.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais**: educação, intervenções e culturas. vol. 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. p. 238-262.

⁷ Além da apresentação do volume 2, sugerimos consultar: DELACROIX, Christian. L'histoire globale : un regard historiographique à partir du cas français. **Critical Hermeneutics**, v. 3, n. 1, p. 85-124, 2019. Disponível em: <<https://ojs.unica.it/index.php/ecch/article/view/3877>>; DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: Un changement d'échelle historiographique?

É nesse profundo e complexo debate que estão inscritos todos os capítulos, cuja preocupação é dar visibilidade à questão dos intelectuais ao retratar as tensões entre a clivagem nacional-internacional. Cada uma das quatro partes reúne textos que fazem essa problematização a partir de objetos ou abordagens mais gerais ou mais específicas. Há o encadeamento de uma visada mais ampla a horizontes mais delimitados, como notamos em “Intelectuais e campo científico” (Parte 1), “Intelectuais e campo cultural” (Parte 2), “Intelectuais e campo religioso” (Parte 3), “Intelectuais e campo político” (Parte 4).

A primeira parte inicia com o capítulo de Gisèle Sapiro, que mostra as origens das abordagens circunscritas às fronteiras nacionais, assim como as tentativas de ampliação dessa perspectiva a partir dos conceitos de internacional e transnacional. Esse texto é instigante porque remete à constituição dos Estados-nações, onde se definiram os diferentes espaços de atuação dos intelectuais, desde as instâncias profissionais, de difusão, até as esferas de consagração. Ao mesmo tempo, traz elementos que mostram como se delinearam instâncias que assumem dimensões internacionais ou mesmo transnacionais. Importante sublinharmos que se apresenta uma relação complexa entre o nacional e o internacional, pois é recorrente que intelectuais de países diversos se utilizem de relações para além das fronteiras domésticas com o propósito de legitimar suas próprias posições nos espaços nacionais. Essa intrincada ligação entre tais dimensões é tratada de modo

Introduction. *Revue D’histoire Moderne et Contemporaine*, v. 5, n. 54-4, p. 7-21, 2007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2007-5-page-7.htm>>; SACHSENMAIER, Dominic. Histoire globale, histoire internationale, histoire mondiale: le débat aux États-Unis, en Chine et en Allemagne. *Eurostudies*, v. 4, n. 2, n. p., 2008. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/euro/2008-v4-n2-euro2871/000391ar/>>.

fecundo pela autora, que propõe uma interpretação geral que pode ser bastante útil aos interessados nessa questão.

O texto de Yves Gingras é o segundo capítulo da primeira parte, no qual mergulha em discussão específica para mostrar como se desenvolveu a internacionalização do campo científico nas últimas décadas do século XX. É modelar para os estudiosos do tema, pois expõe elementos específicos que reiteram as tendências gerais, assinaladas por Gisèle Sapiro. Apresenta um conjunto de dados quantitativos que evidenciam a movimentação da comunidade científica dos principais países do mundo, enfatizando a circulação a partir de áreas e disciplinas acadêmicas. Além disso, a partir de situações particulares, reconstitui as adesões e resistências ao processo de internacionalização, seja entre os agentes do campo científico, seja entre os líderes políticos. Vários aspectos podem ser observados, entre eles destacamos que a internacionalização científica se operacionaliza a partir de inúmeros fatores (área do saber, disciplinas, posição de cada país no contexto geral, entre outros). Embora explore o final do século XX, a narrativa constrói uma reflexão estimulante para ponderarmos os desafios da internacionalização do campo científico, em particular por mostrar os polos dominante-dominado como chaves interpretativas fundamentais para pensarmos o século XXI.

Nesse jogo de escala, Ana Keli Moletta e Névio de Campos posicionam um grupo de agentes do campo médico brasileiro que debateu e difundiu a ideia de creche no contexto do último quartel do século XIX. Mostra-se a estratégia de médicos para criar um jornal e divulgar o discurso médico entre mulheres-mães, além de defender a criação de creches, sem deixar de indicar o movimento de internacionalismo científico que embalava a relação Brasil-França. Ao

mesmo momento, sublinha-se a conexão direta com a experiência francesa que resultou na fundação das primeiras creches, sendo que a tônica dos médicos-higienistas brasileiros consistia na defesa dessa “transposição” ao Brasil. Em certa medida, os autores assinalam algo presente no primeiro capítulo desta parte, pois registram a conversão do discurso científico internacional para legitimar as intervenções do médico-sanitarista-higienista nas mais variadas esferas da vida social brasileira. Isto é, os agentes da medicina brasileira (posição dominada perante o contexto mundial) se voltavam para o exterior (França) e buscavam impor modelos importados em nome do prestígio do internacional.

A primeira parte do livro finaliza com uma abordagem de escala nacional, pois Maria Cristiane Nunes de Faria traz muitos dados para mostrar uma comunidade de cientistas que se associa para discutir, sistematizar e propor um projeto de universidade no Brasil. Integrantes da medicina, da engenharia e do direito, vinculados às esferas da imprensa e da política, promoveram o que se cunhou como Inquérito da Associação Brasileira da Educação, pretendendo estabelecer o que se dizia ser uma verdadeira universidade em contraposição a uma universidade de fachada. A autora reconstitui parte significativa da rede de sociabilidade dessas personagens, especialmente suas ligações com as sociedades científicas, assim como o que chama de linguagem complexa e discurso educacional, para descortinar uma ação que se desenhou em um contexto em que o nacionalismo científico já tinha deposto o internacionalismo científico dominante do fim do século XIX. As expressões “nacionalização científica” e “pan-brasileirismo”, usadas por esse grupo de intelectuais, anunciam a complexa relação entre o nacional e o internacional.

Com mais um texto de Gisèle Sapiro, adentramos a segunda parte deste livro, enveredando-nos para a questão dos intelectuais e o campo cultural. A socióloga discute essa complexa relação a partir do caso francês, indicando importantes horizontes interpretativos ao mencionar algumas tipologias, tais como: escritor de Estado, o artista (modelo vocacional), a figura do intelectual e do escritor profissional. Tais classificações dos escritores dialogam com a grande obra de Pierre Bourdieu – **As regras da arte** – que reconstitui o processo de emergência do campo literário francês. Mas o texto avança à medida que tensiona o percurso histórico, perscrutando as marcas da autonomia e da heteronomia do escritor e da sua relação com as demandas do mundo social, na perspectiva de uma longa temporalidade.

Em seguida, Sergio Miceli explora a ambivalência de dois personagens – Lasar Segall e Xul Solar – originários de espaços periféricos do contexto internacional, que circularam nos países centrais da Europa. Nesses deslocamentos, procuravam ampliar seus repertórios culturais e simbólicos, primeiramente, na tentativa de ganhar visibilidade nos meios artísticos europeus. Depois, em parte devido às dificuldades de inserção nesse contexto, fixaram-se na América do Sul, notabilizando-se pela conversão do capital cultural internacional em forte reconhecimento em Buenos Aires (Xul Solar) e em São Paulo (Lasar Segall). As situações desses dois artistas trazem ao debate as complexas variáveis que se apresentam às trajetórias dos intelectuais, seja ao mostrar a dificuldade de suas inserções nos campos de chegada (principais cidades europeias), seja ao indicar o retorno de Xul Solar à Argentina e a emigração de Lasar Segall ao Brasil, em que

foram bem-sucedidos ao mobilizar o capital simbólico internacional para inserção nos restritos meios artísticos de Buenos Aires e São Paulo.

Dyeinne Tomé e Alexandra Bueno descrevem como a inserção no campo literário perpassa por diversos elementos, além de certo acúmulo de capital simbólico internacional. É o caso da portuguesa Mariana Coelho, que emigrou para o Brasil já adulta, passando a viver na capital do Paraná, que, nos jogos de escala, era uma cidade da periferia brasileira, isto é, estava fora do eixo Rio-São Paulo. Na Curitiba de então, o universo das letras era ocupado por personagens com forte ligação ao mundo da política, dos negócios, da imprensa e das funções burocráticas do Estado, situação que remete às classificações apontadas por Gisèle Sapiro. Essa conjuntura por si só dificultava a inserção de novos pretendentes nos meios literários da capital paranaense. Além disso, as duas autoras evidenciam como a condição feminina teve um peso no processo de entrada de Mariana Coelho nos espaços de letrados.

Em uma escala menor, Karina Regalio Campagnoli inventaria a circulação de escritos, a partir do jornal **Diário dos Campos** (editado na cidade de Ponta Grossa, Paraná), sejam os produzidos por homens, sejam aqueles criados pelas próprias mulheres, cujo fim era atingir o público feminino. No capítulo podemos observar homologias e não homologias entre os escritos dos homens e das mulheres, assim como alguma similaridade com os dados de outras pesquisas que tratam de diferentes cidades brasileiras e de países da Europa e mesmo dos Estados Unidos. A narrativa explora uma experiência singular, sem deixar de produzir um efeito de sentido de escala mundial, reiterando a complexidade envolvida na circulação das ideias.

A terceira parte, “Intelectuais e campo religioso”, inicia com o texto de Hervé Serry, que apresenta os momentos de afirmação do

escritor ou intelectual católico em solo francês. Em meio às disputas no seio da Igreja Católica, especialmente entre os partidários do alinhamento a Roma e os defensores de certa autonomia da hierarquia francesa, ganha visibilidade o laicato católico, afirmando-se a figura do letrado como expressão do “exército católico da pena”. O autor mostra o aparecimento do escritor católico, cuja inserção se dá no interior da cultura religiosa, mas sem deixar-se ser subsumido à noção de intelectual de instituição. Ao contrário, nessa complexa relação percebe-se a tentativa de impor critérios de uma “literatura católica” no interior das lutas intraeclesiais, resultando numa dupla visada: afirmação da religião católica no mundo social e proclamação do papel social do intelectual católico.

Na esteira desse debate francês, Bianca Neves Prachum e Oriomar Skalinski Junior tratam de um representante do laicato católico que ganhou visibilidade no contexto brasileiro pela força de sua pena. Entre muitos escritos, o investimento de Everardo Backheuser (1879-1951) incidiu, de modo direto, na tentativa de produzir uma literatura pedagógica que objetivava uma simbiose entre princípios da Pedagogia Moderna e da Filosofia Neotomista. Os autores mostram como essa personagem se converteu ao catolicismo (1928) – quando já figurava como escritor – passando a ser um escritor católico. Ele se utilizou de todo o cabedal anterior a sua conversão, especialmente a vinculação com o grupo alinhado à Pedagogia Moderna, com o fito de produzir uma conciliação entre “os saberes da Escola Nova e os da tradicional Pedagogia católica”, como assinalam Neves Prachum e Skalinski Júnior.

A estratégia internacional da Igreja Católica, quiçá uma ação transnacional, estendia-se para além dos “homens das letras”, como bem assinala o texto de Evelyn Orlando, ao escrutinar a participação de

mulheres católicas nos debates do Ensino Secundário no Brasil da primeira metade do século XX. Na tentativa de escapar ao rótulo de tratar as intelectuais católicas como conservadoras ou progressistas, Orlando procura mostrar como o gênero feminino se inscreve nos espaços da Igreja Católica, sublinhando o uso de suas distinções formativas, criação e ampliação de redes de sociabilidade, modulação do discurso, isto é, capacidade de medir os espaços dos possíveis com o propósito de não obliterar seu acesso e sua permanência nos meios culturais. De maneira específica, por meio das trajetórias de duas católicas que se notabilizaram no domínio da Orientação Educacional: Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt – com formação nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente, – a autora expõe como se afirmaram como intelectuais e ratificaram a posição da Igreja Católica na sociedade brasileira.

Às margens do dominante poder da Igreja Católica, Gerardo Garay narra em detalhes a experiência da comunidade valdense que se estabeleceu no Uruguai, tomando os registros de uma das principais personagens que exerceu uma fascinante mediação cultural, seja ao promover leitura de caráter religioso, seja pela leitura de obras de interesse difuso. Jean Daniel Revel chegou alguns anos após os primeiros exilados valdenses, convertendo-se em um verdadeiro “importador” de livros, o que resultou em uma importante biblioteca coletiva na colônia. Mais do que isso, além de seus escrutínios individuais, promovia leitura em público, transformando-se em um intermediário das obras que eram enviadas à colônia. Adepto de uma corrente que integrava a “igreja livre” dos valdenses, cultuava o autodidatismo com o fito de nutrir suas próprias necessidades, assim como de estimular o consumo de obras originadas da Europa. Sem usar

o termo mediador ou intelectual, Gerardo Garay explora esses sentidos ao indicar a circulação de pessoas, de livros, de jornais, cujo *habitus* religioso valdense – de leitura do “livro dos livros” – espraiava-se ao consumo de muitas outras literaturas. Sob a incansável tarefa de Jean Daniel Revel, personagem que dominava os ofícios da leitura e escrita numa comunidade em que ler ainda era uma atividade coletiva e pública, e o escrever um domínio ainda limitado a poucos, é possível observarmos os móveis que definiam as estruturas das relações religiosas, além das questões que extrapolavam as fronteiras do campo religioso.

O fechamento desta antologia contempla textos que abordam os intelectuais e o campo político. Iniciamos com uma grande polêmica que marca os debates do século XX, mas que na narrativa de Federico Alvez Cavanna e Antonio Romano ganha um sentido bastante particular, pois eles retratam a discussão em torno do conceito de laicidade no Uruguai durante os anos de 1968-1976, em que ocorreu uma transformação de seu sentido originário. Essa palavra, que marcou a história da educação uruguaia, naqueles anos é “captada” pelos agentes do governo e convertida em uma ferramenta de combate a todo tipo de debate político. Os autores mostram como os agentes do Estado subvertem o sentido original, transformando laicidade em sinônimo de neutralidade, com o objetivo de extirpar a condição política da educação e da ação do professor. De fundo, podemos observar como querelas internacionais (contexto da Guerra Fria) reverberam nos debates nacionais, gerando uma intensa disputa no campo intelectual, como no caso das intervenções dos escritores da **Revista de la Educación del Pueblo**, que se contrapuseram aos ataques do campo político (Estado).

Se no texto de Federico Alvez e Antonio Romano notamos a confrontação dos intelectuais com as razões do Estado, no capítulo escrito por Eliezer de Souza percebemos um movimento contrário, isto é, mostra-se a estratégia entre agentes do espaço universitário e agentes da esfera estatal para viabilizar a criação da Universidade do Paraná (1912), mas principalmente sua refundação (1946), sua federalização (1950) e sua expansão nos anos subsequentes. Em razão de uma pauta quase consentida pela totalidade dos envolvidos, houve um apagamento quase completo das disputas entre os diferentes grupos do espaço acadêmico e do mundo político. Em grande medida, é possível constatar certa fusão entre os interesses do espaço acadêmico e as inclinações políticas. Ao mesmo tempo, essa ação bem-sucedida escamoteou, ou, ao menos, suavizou o posicionamento da alta cúpula da Universidade, que serviu à ditadura militar desde os primeiros dias de sua implantação.

A relação entre intelectuais e Estado é muito complexa, como atesta Regis Clemente da Costa, ao resenhar a atuação do deputado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), José Rodrigues Vieira Netto, na Assembleia Legislativa do Paraná. Podemos identificar uma diversidade de aspectos, como, por exemplo, o uso do capital simbólico de jurista e homem letrado para potencializar suas disputas no campo político. Isso remete, também, às diferentes possibilidades de atuação dos intelectuais. Vieira Netto, convertido ao ideário comunista na idade adulta, percorria diversas esferas de engajamento. No parlamento estadual, simbolizou a própria homologia entre homem das letras e engajamento político, testemunhando por meio de suas ações e de seus pronunciamentos um contrapoder às tradicionais relações estabelecidas entre as elites políticas, principalmente ao dizer que sua

empreitada parlamentar se caracterizava “Pela vontade soberana do povo dentro desta Assembleia”. Ao mesmo tempo, ao verificar-se a legislatura interrompida em razão da cassação do PCB, percebemos as inúmeras disputas no campo político e as artimanhas de exclusão de adversários considerados ameaçadores.

Ainda, nessa intrincada questão, segue Natália de Oliveira, que busca mostrar a articulação de Leonel Franca, padre jesuíta, junto às esferas e aos agentes do Estado, com o propósito de garantir apoio aos projetos católicos, notadamente ao ensino superior. Essa personagem atuava em diferentes frentes, sendo reconhecida por seus escritos nas mais variadas temáticas. Concomitantemente, trabalhava no diálogo político com muitas autoridades do governo brasileiro, reivindicando espaços aos intelectuais católicos (comissões, direções, entre outros) e “interferindo” de maneira direta nas decisões de agentes do Estado. Tais ações estavam institucionalizadas na Liga Eleitoral Católica, que pretendia estabelecer uma homologia entre candidato e eleitor católicos. A articulação entre Igreja Católica e Estado no governo de Vargas pode ser observada a partir de inúmeros aspectos abordados por Natália de Oliveira, que vão desde convocação para compor comissões e integrar órgãos do Estado até convite para tornar-se senador da República.

Sem a pretensão de fechar as possibilidades de leitura desta antologia, nossa preocupação foi dupla: de um lado, explicitar as linhas que articulam as quatro partes, assim como os aspectos que conectam os capítulos em cada uma delas; de outro, sublinhar possíveis sentidos desta obra coletiva, que podem ser cruzados, confirmados, relativizados, infirmados no processo de circulação e de apropriação destes escritos. De nossa parte, permanece o desejo de que os eixos

“internacional” e “nacional”, “campos” e “fronteiras” sejam de grande interesse de leitoras(es)-autoras(es) que têm em seus horizontes a questão dos intelectuais.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (org.). **Pensar o século XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002a.
- BOURDIEU, Pierre. As condições sociais de circulação internacional das ideias. Tradução de Fernanda Abreu. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-17, 2002b.
- CHARLE, Christophe. *Intellectuels, Bildungsbürgertum et professions au XIXème siècle. Essai de bilan historiographique comparé (France, Allemagne)*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 106-107, p. 85-95, 1995.
- CHARLE, Christophe. **La République des universitaires 1870-1940**. Paris: Seuil, 1994.
- CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels” (1880-1900)**. Paris: Minuit, 1990.
- CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). Tradução de Maria Helena Camara Bastos. **Revista História da Educação**, Pelotas, n. 14, 141-156, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAPIRO, Gisèle. Internacionalização dos campos intelectuais no período entre as duas Guerras Mundiais: fatores profissionais e políticos. In: CAMPOS, Névio de; MONTANER, Gerardo Garay (org.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais**: campos, fronteiras e disputas (pp. 19-61). Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 19-61. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/085intelectuais>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SAPIRO, Gisèle. **Os intelectuais**: autonomização, profissionalização e politização. Organização de Névio de Campos. São Paulo: EDUSP. (No prelo).

SAPIRO, Gisèle. **La guerre des écrivains (1940-1953)**. Paris: Fayard, 1999.

SAPIRO, Gisèle. **Les écrivains et la politique en France**: De l'affaire Dreyfus à la guerre d'Algérie. Paris: Seuil, 2018.

SUASNÁBAR, Claudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália Cristina de. Apresentação. In: SUASNÁBAR, Claudio; WEBER, Maria Julieta; OLIVEIRA, Natália Cristina de (org.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais**: educação, intervenções e culturas, vol. 2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 26-34. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/ebook/420intelectuais2>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, p. 125-150, 1996.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: FUNARTE; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Novembro 2022.

PARTE 1

INTELECTUAIS E CAMPO CIENTÍFICO

1

A NOÇÃO DE CAMPO DE UMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL: A TEORIA DA DIFERENCIAÇÃO SOCIAL SOB O PRISMA DA HISTÓRIA GLOBAL ²

Gisèle Sapiro

“A noção de campo supera o historicismo sem recair no essencialismo”.
Pierre Bourdieu no seminário “Campo, tipologia e limites dos campos”, 11
de maio de 1973.

INTRODUÇÃO

A crítica do “nacionalismo metodológico” (WIMMER; SCHILLER, 2003) e o desenvolvimento de abordagens transnacionais questionaram a pertinência do Estado-nação como unidade de pesquisa. Ainda mais quando processos observados no seio dos Estados-nação resultem de interações com outras sociedades e que, aparentemente, a existência de elementos semelhantes em culturas diferentes seja, comumente, o produto da circulação de modelos e de trocas, mais do que o resultado de causas comparáveis (quando não se trata de uma herança comum). O conceito de “campo” é afetado por essa mudança de perspectiva do

¹ A autora e o tradutor agradecem o apoio para a feitura da tradução dos professores Afrânio Garcia Jr., Luiz Carlos Jackson e Sergio Miceli. Este texto foi traduzido por Marcello G. P. Stella. A primeira versão em língua portuguesa foi publicada na **Revista Plural**, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159917/154426>>. Agradecemos à autora e à Revista por autorizar-nos a publicá-lo nesta coletânea.

² Referência para o artigo original: SAPIRO, Gisèle. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 200, p. 70-85, 2013a.

nacional para o transnacional? Em qual aspecto? Esta é a questão central desta reflexão ainda provisória.³

Apesar do conceito de campo ser geralmente empregado em quadros nacionais e de pesquisadores que abordam objetos transnacionais e internacionais renunciarem ao seu uso, prescindindo dele pelo menos restritivo “espaço”, em nenhum lugar de sua obra, Pierre Bourdieu afirma que os campos são obrigatoriamente circunscritos ao perímetro do Estado-nação. O campo é um conceito abstrato que permite a autonomização metodológica de um espaço de atividade definido de maneira relacional (de acordo com princípios de oposição estrutural que desenham uma topografia de posições em função da distribuição de um capital específico) e dinâmica (essas posições evoluem em função das lutas internas do campo que impõem uma temporalidade própria), sob condição que esta se justifique por razões sócio-históricas. As fronteiras de um campo se relacionam com as da divisão do trabalho e das fronteiras geográficas, mas essas fronteiras não estão dadas de antemão, elas evoluem com o tempo, e são constantemente colocadas em questão. Logo, elas são construídas pelo pesquisador, como Bourdieu (1973, p. 73) explica nos seminários sobre o campo:

A questão dos limites geográficos de um mercado pode ser uma questão pertinente para uns e não para outros. Vejamos um mercado matrimonial: a probabilidade de uma moça originária da Haute-Savoie, nascida acima de 2000 metros, de se casar com um parisiense é Σ . A questão dos limites geográficos de um mercado pode ser pertinente: em alguns casos os limites teóricos de um campo podem ser definidos em termos de limites

³ Agradeço a Jerome Bourdieu, Christophe Charle, Johan Heilbron, Julien Duval e Franck Poupeau pelos seus comentários muito úteis à minha reflexão.

geográficos. É o que ocorre num campo no qual o limite, em sentido matemático, é uma fronteira, no sentido geográfico e político: a partir de certa distância geográfica, o casamento torna-se muito improvável. Consideremos agora a difusão de obras culturais: coisas distantes no espaço geográfico podem ser próximas no espaço pertinente ao campo. Por exemplo, em 1945, a filosofia alemã estava próxima de Paris e Harvard estava distante; em 1973, a filosofia alemã se distanciou de Paris e a de Harvard se aproximou (Todos esses exemplos têm por objetivo destruir a mentalidade realista).⁴

Proponho a releitura da teoria dos campos a partir de uma perspectiva sócio-histórica de longa e média duração. Depois de abordar o processo de diferenciação dos campos, discutirei o fenômeno da nacionalização e o papel do Estado na formação dos campos; em seguida analisarei os modos e estratégias de internacionalização ou transnacionalização, as tensões entre as fronteiras estatais, fronteiras de mercado e fronteiras de campo; e os indicadores de emergência de campos transnacionais, levando em conta os campos de produção cultural (especialmente o campo literário, que tem a propriedade de ser, ao mesmo tempo, “nacional” e “internacional”) e o campo científico (considerando as ciências humanas e sociais, também divididas entre sua ancoragem “nacional” e seu grau variável de “internacionalização”). Por fim, voltarei à questão da comparação, contestada pelos partidários de uma história “global”, “entrecruzada” (“*entangled*”) ou “conectada”, por seu efeito de reificação de fronteiras nacionais e de ocultação dos fenômenos de circulação de intercâmbios e transferências.⁵

⁴ Ver: BOURDIEU, Pierre. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. Introduction de Patrick Champagne. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 200, n. 5, p. 4-37, 2013.

⁵ Para uma síntese desses debates: ZIMMERMANN, Benedicte; WERNER, Michael. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. **Annales HSS**, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2003.

A DIFERENCIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

A emergência dos campos relativamente autônomos está estreitamente vinculada a dois processos correlacionados, que foram definidos respectivamente por Durkheim e Weber: a divisão social do trabalho e a diferenciação das atividades sociais. Esse duplo processo, todavia, não tem nada de inelutável nem de mecânico. A autonomização de um domínio de atividade resulta geralmente de uma luta levada a cabo por um grupo de especialistas (por exemplo, juristas) pela obtenção de reconhecimento social por sua autoridade e competência sobre o domínio em questão, instaurando assim uma separação entre profissionais e profanos (por exemplo, entre clérigos e leigos). A teoria dos campos integra desse modo a análise weberiana, da qual retira consequências metodológicas, a saber, a possibilidade de autonomizar – de modo sempre relativo – um campo como objeto de estudo. Mas a autonomia pode também resultar de lutas de interesse e de processos de diferenciação propriamente ditos, que usurpam de certos grupos seus domínios de competência específicos.⁶

Os campos mais autônomos são aqueles que conseguiram estabelecer suas próprias regras de funcionamento e seus valores específicos, liberados de restrições religiosas, políticas ou econômicas. Ainda é fato que a religião, a política e a economia formaram ou, pelo menos as duas últimas, formam ainda os campos dominantes, conforme a posição social de seus agentes. Dotados eles mesmos de regras que lhes são próprias, eles estão em competição por subsumir os outros domínios de atividades aos seus próprios princípios. Os princípios

⁶ É por exemplo, o caso dos homens de letras no século XIX, ver: SAPIRO, Gisèle. **La responsabilité de l'écrivain: littérature, droit et morale en France XIXe-XXIe siècles**. Paris: Seuil, 2011.

religiosos por muito tempo subjugarão os interesses intelectuais, políticos, econômicos, sendo a autonomização dos campos político e econômico um processo bastante tardio.⁷ Se os momentos revolucionários tiveram por efeito autonomizar as batalhas políticas colocando seus próprios princípios acima de todas as outras coisas, como ocorrido durante a Revolução Francesa ou bolchevique, a perenização de um campo político, por sua vez, é ligada ao parlamentarismo que institucionalizou a luta concorrencial pela conquista da voz e do acesso ao poder, instaurando uma separação entre profissionais e profanos⁸ (BOURDIEU, 2000a). Esse jogo contribuiu ao fechamento em si mesmos dos espaços nacionais, ao qual retornarei mais adiante. O campo econômico conquistou sua autonomia em relação ao campo político e religioso não somente impondo a lei do mercado e a livre concorrência, mas também almejando fazer da economia uma ciência de governo a partir do século XVIII⁹ (SKORNICKI, 2011). A luta pelo liberalismo econômico foi estreitamente associada à luta pelo liberalismo político (sem que a ligação entre as duas coisas seja obrigatória). Nos regimes autoritários, o campo econômico era largamente subordinado ao poder político. Nos Estados que adotaram a economia de mercado, o grau de regulação conheceu fortes variações, do reconhecimento de direitos sociais à organização da concorrência e

⁷ Sobre o campo religioso ver: BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. *Revue française de sociologie*, v. 12, n. 3, p. 295-334, 1971a; BOURDIEU, Pierre. Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber. *European Journal of Sociology*, n. 12, p. 3-21, 1971b.

⁸ Sobre o processo de profissionalização dos políticos, ver: WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Paris: Plon, 1959. Sobre o caso francês: OFFERLÉ, Michel (dir.). *La profession politique XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 37-68. E para uma síntese de trabalhos sobre o campo político numa perspectiva sócio-histórica, ver: DULONG, Delphine. *La construction du champ politique*. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2010.

⁹ Sobre o campo dos economistas e seu papel social na segunda metade do século XX, ver: LE BARON, Frederic. *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil, 2000.

até a política de desregulação que é testemunha da inversão da relação de forças entre o campo político e o econômico (sem que essa evolução tenha sido linear e nem harmônica entre países diferentes). O “*New Public Management*” subordinou o Estado aos critérios da racionalidade econômica (por meio dos “indicadores de performance”¹⁰), colocando-o em rota de colisão com o princípio do desinteresse subjacente à noção de serviço público.¹¹

O combate pela autonomia é liderado por instâncias que pretendem encarnar o interesse específico. O grau de centralização de um campo varia em função da aptidão de uma instituição em monopolizar o poder, por exemplo, a Igreja católica romana. Quando uma instituição alcança um alto grau de monopólio em um campo, devemos substituir “campo” por “corpo”: “[...] há um corpo quando um conjunto de indivíduos relativamente homogêneos, do ponto de vista dos princípios de diferenciação dominantes no universo social considerado, é unido por solidariedade fundada sobre a participação comum no mesmo capital simbólico”¹² (BOURDIEU, 1999, p. 11). Apoiando-se no livro de Ernst Kantorowicz, *Le Deux Corps du roi*, Pierre Bourdieu focaliza a reflexão dos canonistas medievais (os teólogos do direito da Igreja) sobre a noção de *Corporatio*, que traduz-se também

¹⁰ Na França, esses indicadores são provenientes do campo econômico (via os grandes gabinetes de conselhos e os percursos escolares e profissionais dos altos funcionários: formação em gestão, passagem de um alto cargo no serviço público para outro no serviço privado, etc.) são consolidados e utilizados pelo Ministério das Finanças que comanda, desde 2001, os outros ministérios, especialmente o da Função Pública. Sobre a implantação do *New Public Management* na França, ver o número especial dirigido por: HENRY, Odile; PIERRU, Frédéric. Le conseil de l'État: expertise privée et réforme des services publics. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 193, n. 3, p. 4-15, 2012.

¹¹ Sobre esse princípio de desinteresse, ver: BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État – Cours au Collège de France 1989-1992**. Paris: Seuil; Raisons d'agir, 2012. Edição brasileira: **Sobre o Estado**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹² Ver também BOURDIEU, Pierre. Effet de champ et effet de corps. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 59, 1985a, p. 73.

pelo termo de “*Universitas*”. A circunscrição do recrutamento por concurso, *numerus clausus*, etc. é uma modalidade de controle de acesso ao campo que é suscetível de conduzir à sua transformação em corpo. Pierre Bourdieu dá o exemplo da formação de um corpo de filósofos profissionais sob a Terceira República (FABIANI, 1988).

Entretanto, é raro que o recrutamento social de um campo seja assim homogêneo, e as diferenças de estatuto (ou de corporações no campo administrativo) geram frequentemente os princípios de oposição estrutural.¹³ Na realidade, a vantagem da teoria dos campos em comparação à sociologia das profissões é que ela considera as atividades, mesmo quando elas alcançaram certo nível de autonomia, como sempre relativamente heterônomas (por exemplo, as relações de classe) e como mais ou menos heterogêneas. Essa heterogeneidade pode resultar das condições de trabalho e de estatuto (por exemplo, os estatutos de independente, assalariado ou funcionário que podem coexistir em um mesmo domínio de atividade) (SAPIRO, 2006) ou do recrutamento social (as origens sociais ou a formação educacional, opondo, por exemplo, antigos alunos das grandes Escolas ou de Oxbridge aos outros). Tais clivagens subentendem quase sempre as relações de força que estruturam os campos e as lutas internas que estão nas origens das suas transformações, mesmo se, à medida que avança a autonomia do campo, os princípios de divisão (entre forças de autonomia e forças de heteronomia) são cada vez menos indexados às

¹³ Por exemplo, o ofício de engenheiro consultor na França se estruturou em torno da oposição entre os engenheiros saídos dos grandes corpos administrativos do Estado e aqueles que provinham das grandes escolas de engenharia. Ver: HENRY, Odile. **Les guérisseurs de l'économie** : sociogénèse du métier d'ingénieur-conseil. Paris: CNRS Édition, 2013.

propriedades sociais anteriores e cada vez mais vinculados à distribuição do capital simbólico específico.

As relações de dependência e de imbricação entre campos, assim como as alianças estabelecidas com forças exteriores para afirmar a sua autonomia ou, ao contrário, reforçar sua subordinação, são, junto com as lutas internas, os principais fatores de evolução dos campos, que não tem nada de teleológico ou de linear. O Estado tem o poder de arbitrar as relações de força entre grupos concorrentes, como foi o caso na França dos escritores em face aos universitários controlados pela Igreja no século XVII (sobretudo com a oficialização da Academia francesa¹⁴) (VIALA, 1985), ou dos médicos face aos clérigos no século seguinte¹⁵ (GOLDSTEIN, 1984) – arbitragem que consolidava a monarquia absoluta face à Igreja.

Dessa maneira, após a heresia interior da Reforma, a autoridade da Igreja católica foi desafiada do exterior, a partir do século XVII, pela monarquia absoluta na França. No século XIX, a Igreja romana ensaiou a reafirmação de seu poder transnacional contra o desenvolvimento das identidades nacionais e dos Estados-nação. A concorrência entre Estado e Igreja pela hegemonia se manifestou principalmente na luta pelo monopólio da educação¹⁶, que na França tomou contornos extremos desde a política da descristianização na fase mais radical da Revolução

¹⁴ Christian Jouhaud mostra o paradoxo da autonomia do campo literário ter passado por uma dependência reforçada em relação ao Estado. JOUHAUD, Christian. **Les pouvoirs de la littérature**: Histoire d'un paradoxe. Paris: Gallimard, 2000. (Collection "NRF Essais").

¹⁵ Como mostrou a historiadora americana Jan Goldstein, a noção de "contágio moral" permite aos médicos ocupar o domínio do espírito, o qual os clérigos tinham sob monopólio até então, demonstrando sua aptidão a participar da manutenção da ordem social no caso das epidemias "morais" (as ondas de suicídio, por exemplo), de crises de convulsão coletiva (tais quais aquelas suscitadas pelo falecimento do jansenista François de Paris em 1727), e de tumultos políticos.

¹⁶ Sobre a educação como desafio maior da formação dos Estados modernos, ver: GELLNER, Ernst. **Nations et nationalisme**. Paris: Payot, 1989.

e, sobretudo, nos primeiros decênios da Terceira República até a lei de Separação (laicização da escola, escolarização obrigatória primária, constituição de um ensino não religioso para as mulheres até então massivamente formadas em instituições religiosas, interdição do ensino por congregações não autorizadas, privatização da religião, excluída pela lei de 1881 dos domínios protegidos pelo Estado, etc.). Essa luta está por trás do processo de nacionalização que se generaliza no século XIX.

A NACIONALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DOS CAMPOS

Na verdade, é desde o começo do século XIX que o Estado-nação torna-se o quadro de referência pertinente para o estudo dos processos de diferenciações dos campos, quando o nacionalismo se tornou o princípio de coesão que suplantou a religião para formar entidades abstratas sob uma base territorial. Mas, nutrindo-se de tradições populares locais revisitadas e “folclorizadas” (à maneira de Béla Bartók retrabalhando melodias folclóricas para se integrar às obras musicais eruditas), a construção de identidades nacionais é operada em um processo transnacional de circulação desse modelo de um país para outro (THIESSE, 1999): a lista de elementos que a formavam incluía uma língua, uma literatura, obras pictóricas e musicais “típicas”, etc. Essa construção permitiu às culturas dominadas sua autonomização em relação às culturas dominantes (em particular em relação à cultura francesa), e promoveu a formação de um espaço internacional de competição entre Estados-nação, definidos sobre uma base ao mesmo tempo cultural (nacional) e territorial, de início em escala europeia,

depois mundial.¹⁷ Os Estados protagonizaram essa competição colocando em jogo medidas protecionistas para as empresas nacionais e as profissões organizadas, e favorecendo a produção cultural nacional por políticas de incentivo à criação e à difusão para o exterior (por exemplo, no período entre guerras, o governo fascista apoiou ativamente a exportação de literatura italiana na tentativa de se igualar à França e à Alemanha). No entanto, enquanto regiões inteiras no mundo continuavam apartadas desse processo, esses territórios que impunham barreiras jurídicas e aduaneiras não se constituíam como fronteiras impermeáveis. De um lado, a diferenciação dos campos de produção cultural nacionais na Europa se deu baseada numa cultura comum, a cultura clássica, e de modelos importados de culturas dominantes: assim, a literatura em hebreu moderno produzida na Palestina, na primeira metade do século XX, emprestou seus modelos da literatura russa (e os empréstimos tomados da literatura francesa são largamente entrelaçados pelas traduções em russo) (EVEN-ZOHAR, 1990). De outro lado, as lógicas de expansão dos mercados, as ambições hegemônicas do colonialismo, são fatores de formação de espaços de circulação e intercâmbio que transbordavam os territórios nacionais.

Se o colonialismo manteve as populações em estado de privação de representação política autônoma, sua dimensão cultural (que passava pela educação, a aprendizagem da língua do colonizador, a escolarização) ajudava a alargar as fronteiras nacionais dos campos em

¹⁷ Sobre a formação dos campos literários nacionais, ver: CASANOVA, Pascale. **La République mondiale des lettres**. Paris: Seuil, 1999. Edição brasileira: CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. Consultar ainda: CASANOVA, Pascale (dir.). **Des littératures combattives : l'internationale des nationalismes littéraires**. Paris: Raisons d'agir, 2011. (Collection "Cours et travaux"). Sobre a nacionalização do campo musical, ver: FULCHER, Jane F. **The composer as intellectual: music and ideology in France (1914-1940)**. New York: Oxford University Press, 2005.

uma dupla direção: primeiramente, expansão do mercado de bens culturais em direção aos territórios que se tornavam destinos para os produtos das nações colonizadoras (por exemplo, os livros), em segundo lugar, havia a formação de uma elite de produtores culturais nos países colonizados. Fato significativo, o combate pela independência tomou em vários lugares uma forma nacional, que não era a única opção possível: por exemplo, o pan-arabismo ou o pan-africanismo se ofereciam como alternativa, da mesma forma que o pan-americanismo na América Latina; a “negritude” como condição social ligada a cor da pele constituía igualmente uma opção promovida na literatura por Césaire¹⁸ nas Antilhas. No seu curso *Sobre o Estado*, Pierre Bourdieu lembra que uma verdadeira abordagem histórica deve levar em conta os “possíveis não concretizados” (BOURDIEU, 2012). As fronteiras nacionais, que se tornaram tão evidentes e foram admitidas como naturais por gerações de pesquisadores, devem ser relativizadas historicamente, sabendo que esse viés “nacionalista” é o produto mesmo desse processo de nacionalização (a história e a literatura são disciplinas que foram as mais vinculadas à definição de identidade nacional, mas a sociologia é também muito nacional nos seus objetos, em parte em razão da demanda social e política).

Se as fronteiras nacionais devem ser postas em questão, é necessário também questionar seus efeitos. Ampliando a definição weberiana de Estado, Pierre Bourdieu descreve o processo pelo qual o Estado moderno monopolizou não somente a violência física, mas também a violência simbólica, permitindo “justificar” e legitimar aquela até nos seus piores abusos. O Estado moderno é principalmente o poder

¹⁸ Para uma análise do movimento de negritude que recorre de modo heurístico ao conceito de campo, ver: MALELA, Buata B. **Les écrivains afro-antillais à Paris (1920-1960)**. Paris: Karthala, 2008.

de produzir identidades legítimas. A escola é seu principal instrumento: ela tem por função não somente dar contorno às identidades dos sujeitos, mas também inculcar neles o sentido da legitimidade cultural que define “*insiders*” e “*outsiders*” (os de dentro do grupo e os de fora do grupo de acordo com Merton), assim como a hierarquia social entre os grupos (por exemplo, por meio da hierarquia de dialetos, sotaques ou etnias), o grupo dominante detendo a possibilidade de universalizar seus atributos particulares.

Antes do processo de secularização, no quadro da divisão do trabalho entre poder espiritual e temporal, a violência simbólica era exercida pela Igreja que tinha a seu cargo a educação e o enquadramento das identidades subjetivas. Este poder espiritual foi desafiado primeiro pela Reforma, depois pelos filósofos que, no século XVIII, afirmaram a autonomia da razão, teorizada por Kant, que fundaria o processo de autonomização do campo intelectual em relação ao campo religioso (CHARTIER, 1990; ROCHE, 1988; MASSEAU, 1994). Na França, isso resultou em parte do apoio, já mencionado, que a monarquia absoluta conferiu desde o século XVII aos homens de letras que escreviam em francês, a fim de promover uma produção literária secular em língua nacional, contra os doutos das universidades então controladas pela Igreja, nas quais a língua de comunicação era o latim e o espaço de referência a Europa. Tal campo intelectual em vias de constituição iria conhecer um processo de diferenciação no século seguinte, todavia de uma maneira que variou entre diferentes países de acordo com as relações de força entre campo religioso, campo literário, campo universitário e campo político (CHARLE, 1996).

Se o Estado permitiu a outros campos de produção cultural, especialmente o artístico e o musical, a emancipação da tutela da Igreja

e do clientelismo (e, primeiramente se elevar ao nível de uma arte liberal com a criação de uma academia), é a formação de um mercado de bens simbólicos no século XVIII que está na origem da autonomização do campo literário e artístico, das liberdades progressivas em relação ao controle estatal mais rigoroso, assim revertido à ordem temporal da oferta e da demanda (o que contribui a colocar um fim ao monopólio acadêmico, com o crescimento dos intermediários como editores e galeristas) (BOURDIEU, 1971, 1992, 2013b). A autonomia (relativa) conquistada por esses campos se sustenta, entretanto, em um equilíbrio frágil entre as diferentes forças que a procuram monopolizar, neste caso o Estado e o mercado: o mercado permitiu eludir as restrições estatais, mas impôs por sua vez a sua lei, a do lucro, geradora de uma heteronomia crescente, a qual o Estado pode, em retorno, contrabalançar os efeitos utilizando-se de políticas de apoio ao polo de produção restrita dos campos de produção cultural, como é o caso nos países que implantaram políticas culturais desse tipo ¹⁹ (SAPIRO, 2003).

O Estado contribuiu igualmente para a autonomização de outros campos, por exemplo, o campo jurídico (em cuja consolidação os juristas tiveram papel destacado²⁰) (BOURDIEU, 2012), o campo médico, como vimos, e depois, no curso do século XIX, o campo político, o campo universitário, e inúmeros domínios de especialização como a psiquiatria, a psicologia, a história, a sociologia, a arquitetura, etc. Esses

¹⁹ A implantação dessas políticas não se deu sem reticências por parte dos meios literários e artísticos, como podemos ver em: DUBOIS, Vincent. **La politique culturelle**: genèse d'une catégorie d'intervention publique. Paris: Belin, 1999.

²⁰ A organização da profissão de advogado no século XVIII constituiu uma etapa importante desse processo de autonomização; ver: KARPIK, Lucien. **Les avocats**: entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle. Paris: Gallimard, 1995. Sobre a recomposição do campo jurídico francês sob a Terceira República com a emergência dos constitucionalistas, ver: SACRISTE, Guillaume. **La République des constitutionnalistes**: professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914). Paris: Presses de Sciences Po, 2011.

domínios conheceram um processo de profissionalização e de institucionalização acadêmica que permitiu na França, a monopolização progressiva pelo Estado do controle do acesso à profissão, pelo controle da titulação. Nesse sentido, o Estado contribuiu fortemente, na França como em grande número de países europeus centrais e do Leste europeu (SIEGRIST, 2004)²¹, para aquilo que Andrew Abbott (1988) chamou de “divisão do trabalho de *expertise*”, arbitrando as lutas de concorrência entre os especialistas pelo monopólio das competências de um domínio de atividade sobre um território nacional.²² O que não impede absolutamente a circulação entre campos nacionais.

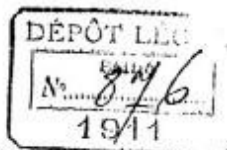
²¹ Nos Estados burocráticos e autoritários, como os impérios francês, alemão e habsburgo, uma parte dos serviços intelectuais, tais como o ensino, foram assimilados à função pública, o que permitiu liberá-los das constrições de mercado e impedir que interesses particulares, sobretudo econômicos se sobrepusessem ao interesse geral, que os controlava no plano ideológico.

²² Na Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, as profissões liberais contribuíram à unificação do Estado; ver: PERKIN, Harold. **The rise of professional society**: England since 1880. Londres; New York: Routledge, 1989; COCKS, Geoffrey; JARAUSCH, Konrad. **German professions, 1800-1950**. New York: Oxford University Press, 1990; MCCLELLAND, Charles E. **The german experience of professionalization**: modern learned professions and their organizations from the early nineteenth century to the Hitler Era. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; MALATESTA, Maria (ed.). **Society and professions in Italy, 1860-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ANNALES DE L'INSTITUT INTERNATIONAL DE SOCIOLOGIE
PUBLIÉES SOUS LA DIRECTION DE **RENÉ WORMS**, SECRÉTAIRE-GÉNÉRAL

TOME XIII

CONTENANT LES TRAVAUX DU SEPTIÈME CONGRÈS, TENU A BERNE EN JUILLET 1909



SOLIDARITÉ SOCIALE

SES FORMES, SON PRINCIPE, SES LIMITES

TRAVAUX et PAROLES de RENÉ WORMS, A. D. XÉNOPOL, J. NOVICOW,
LUDWIG STEIN, L. COUTURAT, J. K. KOCHANOWSKI, ALESSANDRO CHIAPPELLI,
ALBERT GOBAT, EUGÈNE FOURNIÈRE, GINO BERTOLINI, ROBERT MICHELS,
FERDINAND BUISSON, WILHELM OSTWALD, LESTER WARD, P. GRIMANELLI,
E. DE ROBERTY, LÉON PHILIPPE, J. MARK BALDWIN, ADOLFO POSADA,
M. H. CORNEJO, YVES GUYOT, FRANCESCO DE LUCA, G. PAPILLAUT,
LÉON BOURGEOIS, R. GAROFALO.

PARIS, V^e

V. GIARD ET E. BRIÈRE

LIBRAIRES-ÉDITEURS

16, Rue Soufflot et 12, Rue Toullier

1911

FATORES E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Essa circulação internacional depende de vários fatores. Em primeiro lugar, as migrações desejadas ou forçadas (exílios), fonte de potencial renovação de campos nacionais (JEANPIERRE, 2004)²³, mas cujos efeitos podem ser limitados pelo protecionismo estatal destinado a regular a concorrência entre as profissões organizadas (por exemplo, a lei de 1933 interditando o exercício da medicina na França àqueles que não eram detentores de um doutorado em medicina francês, e a outra lei de 1934 proibindo o exercício de certas profissões liberais – advogado, arquiteto – aos estrangeiros). Segundo fator, a circulação de pessoas e de modelos é largamente determinada por relações de força desiguais entre países centrais e periféricos (ou dominantes e dominados): isso se dá desde a migração de elites para estudar no exterior (como foi o caso, na primeira metade do século XX, de uma parte das elites do Leste europeu, indo para a Alemanha e para França (KARADY, 2009), ou das colônias em direção à Grã-Bretanha e França) ao reconhecimento da equivalência de diplomas, fruto de acordos bilaterais que regulamentam os intercâmbios. Favorecida pela circulação internacional de elites, a importação de modelos escolares e profissionais estrangeiros participa dessas trocas culturais desiguais. Enfim, as instâncias internacionais, tais como o Instituto de cooperação intelectual da Sociedade das Nações no período entreguerras, depois a UNESCO que o sucedeu a partir de 1945, tiveram uma participação significativa na formação de espaços culturais científicos e profissionais internacionais, sempre mantendo uma concepção de

²³ Sem que isso tenha sido automático, como o mostra, através de uma comparação entre o caso de Lévi-Strauss e de Gurvitch.

representação ancorada no pertencimento nacional: elas também apoiaram a criação de sociedades de autor, associações profissionais, federações de ensino e de jornalismo que favoreceram a difusão do modelo de organização profissional e a harmonização das regulamentações (direito autoral, propriedade intelectual, regras de deontologia). Paralelamente, ainda que a organização da pesquisa permaneça em bases nacionais até hoje, as fundações filantrópicas estadunidenses contribuíram fortemente à circulação de modelos e regras do jogo nas ciências naturais e nas ciências sociais, mesmo se essas últimas permaneçam intensamente vinculadas – em graus variáveis – às respectivas tradições nacionais (HEILBRON, 2009). Por um paradoxo aparente, essas instâncias igualmente favoreceram a formação de campos nacionais nos países onde eles não existiam.

A ideologia internacionalista da Sociedade das Nações ou da UNESCO acompanha e dá abrigo, na realidade, por meio de incitações explícitas à formação de Estados-nação, assim como à nacionalização dos campos profissionais, científicos e culturais, além de encorajar os intercâmbios entre eles. Essa é uma das formas que toma o internacionalismo político, que varia entre uma concepção essencialista da nação (internacionalismo fascista) e uma concepção instrumentalista e temporária (internacionalismo comunista), mas que é igualmente um fator de circulação (de modelos e de pessoas) e de trocas. Entre esses dois extremos, é preciso situar as alianças culturais de caráter por vezes essencialista (como o pangermanismo e o panlatinismo) e as alianças regionais, de fundamentos mais geopolíticos (como o pan-americanismo e o pan-africanismo), e que podem adotar formas mais ou menos instituídas (como a União Europeia).

A construção europeia oferece um terreno de observação particularmente interessante das modalidades de internacionalização de campos, mas também de obstáculos e resistências que encontram nesses caminhos. A aparição dessa entidade supranacional que é a União Europeia não colocou em questão a autonomia dos campos estatais, políticos ou jurídicos nacionais, apesar da formação de um verdadeiro “campo Eurocrata”²⁴ e de um campo jurídico europeu “fraco”²⁵, as culturas administrativas, políticas e jurídicas dos países de origem dos participantes continuam a pesar nos posicionamentos e nas alianças ou antagonismos. Do mesmo modo, ela está longe de ter operado o trabalho de integração cultural realizado pelos Estados-nação²⁶, a despeito das múltiplas tentativas mais ou menos autônomas de criar um “imaginário” coletivo: antologias, coleções, obras coletivas²⁷, coleções históricas²⁸, essa derrota pode ser explicada ao mesmo tempo pela história da nacionalização dos campos (que faz com que a educação permaneça muito fortemente nacional), e pelo estado atual das relações de força internacionais: de um lado, a hegemonia estadunidense que focaliza a mirada de muitos produtores intelectuais e culturais (a tal ponto que as relações culturais e intelectuais intra-europeias são cada vez mais mediadas pelos Estados Unidos), de outro lado o mal-estar com a possibilidade do agravamento de uma cisão entre Norte e Sul.²⁹

²⁴ GEORGAKAKIS, Didier (dir.). **Le champ de l'eurocratie**: une sociologie politique du personnel de l'EU. Paris: Economica, 2012. (Collection “Études politiques”).

²⁵ VAUCHEZ, Antoine. The force of a weak field: law and lawyers in the government of the European Union. **International Political Sociology**, n. 2, p. 128-144, 2008; VAUCHEZ, Antoine; WITTE, Bruno de (ed.). **Lawyering Europe**: european law as a transnational social field. Oxford: Hart Publishing, 2013.

²⁶ SWAAN, Abram de. The european void: the democratic deficit as a cultural deficiency. In: FOSSMAN, John; SCHLESINGER, Philip (dir.). **The European Union and the public sphere**: a communicative space in the making? Londres; New York: Routledge, 2007. p. 135-153.

²⁷ Ver por exemplo: KELLER, Ursulla; RAKUSA, Ilma (dir.). **Writing Europe**: what is European about the literatures of Europe? Essays from 33 European Countries. Budapeste; New York: CEU Press, 2004.

²⁸ Como a coleção “Faire l'Europe” lançada em 1988, em torno do historiador Jacques Le Goff, por cinco editoras europeias. Ver: SERRY, Hervé. “Faire l'Europe”: enjeux intellectuels et enjeux éditoriaux d'une collection transnationale. In: SAPIRO, Gisèle. **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 227-252.

²⁹ Sobre esses obstáculos, ver: SAPIRO, Gisèle. Introduction. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 5-25.

É preciso diferenciar a ideologia internacionalista da palavra de ordem da globalização, que substituiu a de “desenvolvimento” no final dos anos de 1970 (WALLERSTEIN, 2013).³⁰ Essa palavra de ordem é expressão da ideologia neoliberal, que visava abrir as fronteiras à circulação de produtos, abolindo os monopólios estatais, além de propagar a lei do mercado nas regiões onde ela não se aplicava (como nos antigos regimes comunistas ou antigos países do terceiro mundo de economia em parte administrada). Ela acompanhou a formação de um campo econômico mundial dominado pelas multinacionais e caracterizado entre outras coisas pelas políticas de deslocalização e de fluxo de capitais não controlados, como descreve Pierre Bourdieu (2000b). A luta contra a globalização favoreceu em troca a internacionalização dos movimentos políticos e sociais contra a ideologia neoliberal e o surgimento de um movimento altermundialista, que apesar de tudo tem raízes ainda bastante locais (SOMMIER, 2008).

A transformação das relações de força entre campos deve ser compreendida à luz não somente das lutas internas a cada um deles, além disso, no caso limite, de sua internacionalização (a importação do “*New Public Management*” na França, que subordinou o campo estatal ao campo econômico, é um exemplo paradigmático desse processo) (BEZES, 2012). Se o grau de internacionalização dos campos é variável (por exemplo, a literatura é menos internacionalizada que as artes plásticas ou a música; as ciências humanas e sociais menos que as ciências naturais; o direito menos que a economia) (GINGRAS, 2002), é por diversas razões que são vinculadas às suas histórias, ao seu

³⁰ Sobre as origens e difusão da noção de globalização, ver: LECLER, Romain. Itinéraire d'une notion. In: LECLER, Romain. **Sociologie de la mondialisation**. Paris: La Découverte, 2013. p. 7-30. (Collection “Reperes”).

recrutamento social, assim como ao meio de expressão (imagens ou som versus linguagem) ou ao grau de formalização (matematização, modelização) e de standardização dos seus procedimentos. Inúmeros campos, tais como o campo acadêmico e o campo literário, são atravessados pela oposição entre nacional e internacional, em outras palavras, entre agentes voltados para a acumulação de poder simbólico no nível nacional e outros que o obtêm no nível internacional (BOURDIEU, 1984; CASANOVA, 1999). Essas posições não têm nada de essencialistas. Podemos mesmo formular uma hipótese - ou predizer - que segundo a posição do país e do campo nacional considerado nas relações de força internacionais, os dominantes estarão mais no lado internacional, do que no lado nacional. Quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominada no espaço internacional, mais os seus dominantes tenderão a ocupar posições voltadas para o internacional (como as elites dos países do Leste europeu citados acima), e em consequência, serão capazes de impor os modelos importados de fora nos seus países (em razão do prestígio vinculado ao internacional). Ao inverso disso, quanto mais um campo nacional ocupa uma posição dominante no espaço internacional, como a literatura francesa e a filosofia alemã pelo seu passado, ou da sociologia americana hoje, mais seus dominantes se concentrarão na acumulação de capital simbólico no nível nacional - suficiente ou quase para lhes assegurar uma visibilidade internacional, dada a capacidade dos campos dominantes a se irradiar para além de suas fronteiras. Reveladores a esse respeito são as mudanças de estratégia dos agentes ou instituições dominantes inicialmente, focadas no espaço nacional, que, em um momento de declínio relativo da posição de seu campo nacional na cena internacional, se voltam para o novo centro desse espaço internacional

(como por exemplo, *Sciences Po*). No polo dominado, o recurso ao internacional é uma estratégia recorrente dos agentes para afirmar sua posição, como várias especialidades excluídas da universidade ou marginais em seu meio, tais como a estatística, a demografia em seus inícios e ainda a psicanálise, que invocaram modelos externos nas suas lutas por se institucionalizar como disciplinas acadêmicas. A teoria dos campos demonstra seu valor heurístico sublinhando as disputas próprias do espaço de recepção para compreender os fenômenos de importação e de apropriação de modelos de produção estrangeiros, através do estudo dos usos que são feitos desses modelos (BOURDIEU, 2002).³¹

No entanto, ainda que haja um nacionalismo de esquerda - em luta contra diferentes formas de dominação e/ou de imperialismo políticas, econômicas, sociais e culturais (por exemplo, o nacionalismo republicano francês da Revolução no começo da Terceira República, ou os nacionalismos galicistas ou quebequenses) - e um nacionalismo de direita - que exclui as minorias étnicas, os estrangeiros e visa afirmar sua superioridade sobre as outras nações, almejando até conquista-las -, há diferentes estratégias de internacionalização em função dos tipos de heteronomia político-estatais ou econômicas: assim, no polo mundano do campo intelectual, que é encarnado pelas academias (Academia Francesa, Academia de Ciências Morais e Políticas, etc.) prevalece uma concepção estatal de internacionalismo, de acordo com

³¹ Para estudos de casos exemplares, ver: MATONTI, Frederique. L'anneau de Moebius: la réception en France des formalistes russes. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 176-177, p. 52-67, mar. 2009; HAUCHECORNE, Mathieu. Le "professeur Rawls" et le "Nobel des pauvres": la politisation différenciée des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen dans les années 1990 en France. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 176-177, p. 94-113, mar. 2009; POPA, Ioana. **Traduire sous contraintes: littérature et communisme (1947-1989)**. Paris: CNRS Édition, 2010. (Collection "Culture & Société").

a qual os produtores culturais e intelectuais são supostamente “representantes” de seu país de origem; no polo de grande produção, as multinacionais, que retraduzem as restrições do campo econômico globalizado no interior das indústrias culturais, tendem a “desnacionalizar” os produtos destinados à circulação mais ampla possível, e, portanto, a mais indiferenciada. No polo de produção restrita ou no polo autônomo do campo, os agentes intervêm em seu próprio nome, sob o abrigo de seu capital simbólico específico, como ilustra o exemplo de colóquios e de congressos científicos internacionais; enfim, para os vanguardistas, que reagrupam os recém-chegados no polo temporalmente dominado do campo de produção cultural, a internacionalização durante muito tempo foi um meio de lutar contra os caminhos nacionais tradicionais de acumulação de capital simbólico (institucionalização, profissionalização, divisão do trabalho, separação das artes) e tomou comumente a forma politizada (algumas vezes se suavizando, como no caso dos surrealistas, até os movimentos políticos internacionais com os quais eles compartilharam essas características, como o comunismo, o trotskismo, o anarquismo).

MERCADOS, ESTADOS, CAMPOS: A GUERRA DAS FRONTEIRAS

A atração que os campos nacionais dominantes exercem sobre os outros contribui a borrar as fronteiras geográficas, ao mesmo tempo em que ela é uma fonte de renovação: pensemos em Beckett ou Ionesco, que transformaram o espaço dos possíveis do campo literário francês (CASANOVA, 1997), ou nos *Subaltern Studies* que subverteram do interior os fundamentos da dominação ocidental (contribuindo a reforçar a

hegemonia cultural americana, já que eles foram difundidos a partir de lá, enfraquecendo a posição da produção europeia na cena mundial).

Contudo, essa integração de elementos “estrangeiros” não é dada e regularmente provoca reações protecionistas: já evocamos as leis que interditam ou limitam o exercício de certas profissões aos estrangeiros. Nas profissões não organizadas, onde as barreiras à entrada não são controladas, a abertura do campo é objeto de tensões permanentes. Basta evocar os escândalos que emergiram quando da atribuição do Prêmio *Goncourt* à René Maran pela *Batouala*, com o subtítulo *Véritable roman nègre*, em 1921, depois a atribuição ao escritor belga Charles Plisnier em 1937, e a uma escritora imigrante de origem russa e judia (a primeira mulher premiada), Elsa Triolet, em 1945; ou ainda pela eleição em 1982 para a Academia Francesa de Marguerite Yourcenar, escritora de origem belga, primeira mulher eleita, e depois pela escolha de Leopold Sedar Senghor que a sucedeu em 1983 (ROBICHON, 1975; SAPIRO, 1999, p. 330-331; ASSOULINE, 2013; NAUDIER, 2004).³² A noção de “literatura francesa” é levada a englobar, na prática, as obras publicadas pelos editores franceses, marginalizando assim os seus pares de outros países francófonos. Note-se que mesmo as instâncias estatais dedicadas à proteção e ao desenvolvimento da cultura nacional acabam por reconhecer que a “literatura francesa” não é unicamente produzida por escritores de nacionalidade francesa: o decreto de nº 93-397 ao redefinir as missões do Centro Nacional do Livro (CNL) em 1993, substitui o termo “escritores franceses” por “escritores de língua

³² Sobre as questões em torno da eleição de Senghor, ver: DUCOURNAU, Claire. **Écrire, lire, élire l’Afrique**: les mécanismes de réception et de consécration d’écrivains contemporains originaires de pays francophones d’Afrique subsaharienne. 2012. Thèse (Doctorat en Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2012. p. 123-136.

francesa” no artigo 2 da lei de 11 de outubro de 1946, para designar as pessoas que poderiam beneficiar-se dos auxílios governamentais franceses. Isso se explica pela reorientação da política do CNL, desde 1975, em direção ao apoio à edição (francesa) mais que aos escritores³³, a qual pode ser vista como uma refração do domínio da produção cultural de subordinação crescente do campo político ao campo econômico.

Nos domínios em que o conhecimento profundo da língua é uma condição de entrada (literatura, ciências humanas e a maior parte das ciências sociais), dois tipos de fronteiras se superpõem sem que uma anule a outra: linguísticas e estatais. Se as zonas linguísticas formam um mercado em que os produtos e modelos circulam dos centros em direção às periferias (por exemplo, as regiões colonizadas ou sob hegemonia cultural), as fronteiras estatais constituem uma proteção para a produção local (aduaneira, proteção jurídica contra a falsificação, proteção dos títulos escolares), favorecendo a emergência de campos nacionais (pelas políticas de incentivo, ou de criação de instâncias tais quais as academias ou estabelecimentos de ensino superior e pesquisa). Assim, o desenvolvimento da edição estadunidense a partir do século XIX ou da edição quebequense desde 1945 tornou possível a autonomização de um campo literário nacional contra a dominação inglesa e francesa respectivamente. Mas essa condição necessária está longe de ser suficiente, como ilustra o caso belga: em realidade, à diferença do campo literário estadunidense que, desenvolvendo-se no século XIX, além de ter tido estruturas editoriais independentes, criou uma literatura própria emancipada dos modelos britânicos (emprestando principalmente formas bíblicas como em Walt Whitman

³³ Assim que o atesta a mudança de nome de “Centre National des Lettres” (Centro Nacional de Letras) para “Centre National du Livre” (Centro Nacional do Livro).

e Emily Dickinson) e assim obteve sucesso na longa duração ao reverter a relação de força com a literatura inglesa nos anos 1960 (os fatores políticos e econômicos também ajudaram), os escritores valões, suíços, romanos e quebequenses viram sempre em Paris o lugar de consagração supremo. Assim explica Pierre Bourdieu (1985b, p. 3): “Tudo se passa como se todo escritor de nacionalidade belga (como todo escritor francês de origem provinciana) balançasse entre duas estratégias, portanto duas identidades literárias, uma estratégia de identificação à literatura dominante e uma estratégia de pertencimento ao mercado nacional e de reivindicação da identidade belga” (ARON, p. 417–428).³⁴ A situação belga, suíço e quebequense, como os casos das literaturas africanas (LÜSEBRINK; STADTLER, 2004; DUCORNAU, 2012)³⁵ provam que as fronteiras dos campos não são necessariamente estatais e que as fronteiras linguísticas podem ser mais relevantes, circunscrevendo imediatamente um público potencial (GAUVIN, 2007): a fronteira entre os espaços literários valão e flamengo é mais estanque que em relação ao campo francês e holandês respectivamente; a situação é comparável para Québec, mesmo se, por uma inversão do movimento histórico que a conduziu a se orientar em direção ao campo literário francês, uma das estratégias da literatura quebequense para se autonomizar hoje consista em virar para o lado da literatura canadense de língua inglesa, a qual se posiciona, quanto àquela, em relação à literatura americana (o Canadá constitui, além disso, uma alternativa importante para a

³⁴ Sobre as dificuldades enfrentadas pelos escritores francófonos para se integrar ao campo literário francês, ver o caso de Ramuz estudado por: MEIZOZ, Jerome. **Ramuz: un passager clandestin des lettres françaises**. Geneve: Édition Zoe, 1997.

³⁵ Ver: FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). **Les champs littéraires africains**. Paris: Karthala, 2001. E principalmente, nesse volume, consultar: MOURALIS, Bernard. Pertinence de la notion de champ littéraire en littérature africaine. In: FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). **Les champs littéraires africains**. Paris: Karthala, 2001. p. 57-71.

produção literária estadunidense). Alguns editores quebequenses adotam assim estratégias para contornar o centro por meio de alianças com os editores francófonos de outros países, principalmente africanos, em torno de projetos de coedição (DORE, 2009).

As fronteiras nacionais, que durante longo tempo não foram levadas em conta pela história literária, escondem assim uma forte centralização da vida cultural em torno de certas cidades, em particular a capital no caso francês, onde o grau de concentração é bem mais elevado do que nos Estados Unidos ou na Alemanha (o que não significa que a cidade deva ser uma unidade de observação privilegiada para a observação dos campos de produção cultural; ela pode sê-lo, por outro lado, para os fenômenos de circulação de produtos culturais, em função da localização das instâncias de difusão como as editoras ou as galerias de arte³⁶). Essa concentração induz fenômenos de relegação a segundo plano das províncias, destinadas a ser periferias das zonas culturais, voltadas a uma identidade regional (THIESSE, 1991), enquanto os centros detêm o poder de universalização. As tentativas de revalorização da produção cultural regional em nível internacional – onde ela estava até então condenada à invisibilidade – são igualmente geradoras de escândalos, como aquele provocado pelo convite à Catalunha para a Feira do livro de Frankfurt em 2007: os organizadores da feira foram admoestados por favorecem o nacionalismo catalão convidando somente escritores que escreviam em catalão e não os escritores que escreviam em castelhano, mas que viviam também na

³⁶ Para o exemplo dos fluxos de tradução, ver: SAPIRO, Gisèle. **Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation**. Étude réalisée dans le cadre d'une convention avec le MOTif (Observatoire du livre et de l'écrit en Ile-de-France), CESSP, abril 2010. Disponible en : <http://www.lemotif.fr/fichier/motif_fichier/143/fichier_fichier_syntha.se.paris.new.york.paris.pdf>.

Catalunha. Essas polêmicas revelam a tensão entre diferentes tipos de fronteiras, linguísticas, nacionais e territoriais, que não se anulam entre si, fato que a construção dos Estados-nação ocultou.



LA TRIBUNE DE LA LITTÉRATURE internationale au Brooklyn Book Festival en 2010.

A lógica do mercado se confrontou cada vez mais com a estatal, que se transformou, através das políticas de incentivo, em garantia de autonomia relativa dos campos de produção cultural diante do mercado. No domínio das indústrias culturais, a globalização é traduzida em primeiro lugar por uma acentuação das constrições propriamente comerciais, através da aceleração do processo de concentração e de fusão-aquisição e internacionalização de grandes grupos. Ela gerou protestos do lado dos representantes do polo de difusão restrita, que denunciaram os riscos de padronização dos produtos culturais contra a

qualidade, originalidade e inovação.³⁷ De seu lado, os representantes do polo de grande difusão fazem valer, contra o que eles consideram como uma posição elitista, as preferências do público, em que a satisfação, mensurável pelas vendas, deveria sobressair sobre qualquer outro critério, e eles denunciam políticas de apoio estatal como formas de monopólio que atrapalham a concorrência entre os produtos (no domínio do cinema e do livro isso se acentua).

Esses debates se inscrevem no contexto das negociações do GATT-OMC e das polêmicas em torno da “exceção cultural”. As negociações iniciadas em 1986 no quadro da rodada do Uruguai discutiam a extensão da liberalização dos intercâmbios de comércio de serviços (GATS), os quais incluíam bens imateriais ou não corpóreos, e, fundamentalmente, os produtos culturais. O debate versava principalmente sobre o audiovisual, que a delegação estadunidense queria inscrever na lista de produtos submetidos ao livre comércio, o que implicaria o abandono dos sistemas de incentivo às produções nacionais. Essa demanda provocou uma viva reação de países como a França, conduzindo o Parlamento europeu a adotar, em 1993, uma resolução de adesão à “exceção cultural”, de acordo com a qual os bens culturais não são mercadorias como as outras e devem gozar de um estatuto à parte, conferindo-lhes direitos a incentivos públicos (GOURNAY, 2002). Criticada pelo seu caráter defensivo, protecionista, elitista e eurocêntrico (ela privilegiava a proteção das obras culturais consagradas pela tradição ocidental, em detrimento de outras culturas nacionais ou regionais), a noção de

³⁷ Ver por exemplo, no domínio do livro: SCHIFFRIN, André. **L'édition sans éditeurs**. Paris: La Fabrique, 1999; SCHIFFRIN, André. **Le contrôle de la parole: l'édition sans éditeur**. Paris: La Fabrique, 2005; ALBERTO, Roland et al. **Le livre: que faire?** Paris: La Fabrique, 2008; VIGNE, Eric. **Le livre et l'éditeur**. Paris: Klincksieck, 2008.

“exceção cultural” foi trocada, sob a égide da UNESCO, pela de “diversidade cultural”, que fazia referência ao conjunto do sistema de valores e práticas de diferentes sociedades, conforme a definição antropológica da noção de cultura.

Adotada em 1999 pelos ministros da Cultura reunidos na UNESCO, esse princípio foi reconhecido no ano seguinte pelos chefes de Estado e de governos membros do G8 reunidos no encontro de Okinawa (Japão) como “fonte de dinamismo social e econômico que pode enriquecer a vida humana no século XIX suscitando a criatividade e estimulando a inovação”, e o que implica “a diversidade na expressão linguística e criativa”. A declaração da UNESCO sobre a diversidade cultural foi adotada em setembro de 2001. Ela estipula que a diversidade cultural, fator de desenvolvimento (econômico, sobretudo) “constitui patrimônio comum da humanidade”. Negando a capacidade das forças de mercado de preservá-la, ela reivindica o reconhecimento da especificidade dos bens e serviços culturais “por que eles são portadores de identidade, de valores e de sentido”, e que eles não devem por consequência ser considerados como uma mercadoria como outras. Em seguida a essa Declaração, a elaboração da Convenção sobre a diversidade cultural no seio da UNESCO, visando harmonizar os dispositivos de proteção dos bens e serviços culturais em nível internacional, foi promovida na 32ª sessão da Conferência geral em outubro de 2003 e adotada em outubro de 2005.³⁸

Constituída em referencial das políticas culturais (que precisaram da construção de indicadores³⁹), a noção de diversidade rapidamente

³⁸ REGOURD, Serge. (dir.). **De l'exception à la diversité culturelle**. Paris: La Documentation française, 2004; FAJARDO, Luis Mauricio Bustamante. **L'adoption de la diversité culturelle à l'UNESCO**: analyse sociologique d'une stratégie de légitimation culturelle. Mémoire de Master 2 en sociologie, sous la direction de Gisèle Sapiro. Paris: EHESS, 2007.

³⁹ O Ministério francês da cultura, por exemplo, financia uma pesquisa sobre a diversidade nos diferentes ramos das indústrias culturais e da comunicação: BOUQUILLION, Philippe (dir.). **Rapport sur la diversité culturelle et les nouvelles technologies**: filière audiovisuelle, Département des Etudes, de la Prospective et des Statistiques du Ministère de la Culture, 2007.

conheceu repercussões nos meios culturais, ou foi posta em oposição à de padronização: em 2006, a Aliança dos editores independentes por outra globalização lançou um apelo a favor da bibliodiversidade (COLLECTIF, 2005). No entanto, essa noção igualmente foi reapropriada pelo polo de grande produção e pelas multinacionais que fazem da hibridação de culturas um meio de diversificação de produtos, embaçando os princípios de oposição com o polo de produção restrita.

A noção de diversidade subjaz, também as categorias de “*World Music*” e de “*World fiction*”, que foram impostas desde os anos 1980 no mundo anglo-americano para designar as produções advindas de culturas não ocidentais e da periferia do mercado de bens simbólicos. As mesmas foram traduzidas em francês, em primeiro lugar, por expressões como “*musiques du monde*”, depois “*musiques actuelles*”, e também com a de “*littérature monde en français*”. Como a expressão “*musiques actuelles*”, “*cinémas du monde*” tornou-se, na França, uma categoria de intervenção pública visando favorecer a diversidade cultural para contrastar com a acachapante dominação do cinema americano (a política de apoio a tradução de obras contemporâneas de literatura estrangeira, implantada em 1989, é ainda outra ação visando o fortalecimento da diversidade cultural nos domínios do livro). A produção estadunidense domina, na verdade, no polo comercial do mercado mundial de bens simbólicos, em todas as indústrias culturais: cinema, disco e também livro (a maioria das traduções de *best-sellers* ou de livros pertencentes a gêneros mais comerciais como o romance sentimental provêm do inglês, e particularmente dos Estados Unidos; essas traduções entram em concorrência não somente com outras línguas, fracamente representadas nesse polo, como ocorre, inversamente, no polo de produção restrita onde a diversidade

linguística conforme a língua de origem tende a ser máxima, mas também em relação com a produção local) (SAPIRO, 2008). As políticas culturais visam contrabalançar essa dominação, mas carregam em si uma face dupla: entre o protecionismo do mercado nacional e o incentivo ao polo de produção restrita.

Na primeira prevalece o incentivo sem julgamento da qualidade da obra: no domínio do cinema, por exemplo, isso se dá com a política de apoio automático ao cinema nacional em função de seu desempenho histórico, que permitiu a imposição do cinema francês face ao cinema americano (enquanto que em 2001, 73% dos filmes repertoriados no *box-office* dos quinze países europeus eram americanos); no domínio do livro, houve vantagens fiscais, empréstimos sem cobrança de juros, subvenções, direitos de empréstimo, regime de proteção social assimilado aos assalariados. Na segunda impõe-se um incentivo baseado em procedimento de seleção e de apreciação qualitativa: uma instância coletiva, composta de pessoas qualificadas, deve estabelecer uma classificação com toda independência e dar seu julgamento artístico, sobre qual critério artístico deve ser levado primeiro em consideração; por exemplo, no domínio do livro, as comissões do Centro nacional do livro na França ou as bolsas destinadas a “jovens talentos” na Suécia, nos Países Baixos, ou no Canadá; no domínio do cinema, as comissões do CNC (instituído sob a autoridade de André Malraux, esse apoio seletivo no setor do cinema consiste em auxílio na forma de subvenção, os empréstimos somente são reembolsados na medida em que as receitas do filme permitirem a quitação); nos Estados Unidos onde existe também um polo de produção restrita em todos os setores (e, por conseguinte nos campos), o *National Endowment for the Arts*,

criado em 1965 e financiado por um orçamento federal é a instância que efetua o trabalho de seleção.

Do ponto de vista das fronteiras, as políticas têm também uma dupla face: de um lado, elas mantêm (muitas vezes artificialmente) uma relativa autonomia dos mercados nacionais inseridos no mercado mundial de bens simbólicos; de outro lado, elas favorecem a formação e permanência de um polo de produção restrita desse mesmo mercado (ou seja, um campo relativamente autônomo). Todavia, à medida que os incentivos públicos ou privados (mecenato, fundações filantrópicas) constituem uma condição da sobrevivência dos campos de produção cultural, a tendência das políticas culturais é a de integrar cada vez mais as lógicas do mercado (tornado um referencial para essas políticas) arriscando conduzir ao sacrifício as produções mais inovadoras.

AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DE CAMPOS TRANSNACIONAIS

A existência de instâncias de consagração específicas diferencia o campo de um mercado; elas não se confundem nem com as instâncias próprias ao mercado (como as feiras), nem com as instituições nacionais tais como a Academia Francesa, que, sempre buscando o exercício de um poder temporal sobre aqueles que são seus membros, pode se beneficiar de um fraco reconhecimento simbólico, no polo mais autônomo do campo, onde “é melhor ser publicado pela editora Minuit que ser publicado pela Academia Francesa”, como resume Pierre Bourdieu (2000a, p. 64) (mesmo se historicamente a Academia Francesa contribuiu para a autonomização do campo literário francês⁴⁰). Assim, a

⁴⁰ Como mostrou: VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain: Sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Minuit, 1985. (Collection “Le sens commun”). Sobre a evolução da posição da Academia Francesa,

existência de instâncias específicas internacionais (como o prêmio Nobel de Literatura e o PEN Clube), supranacionais (como as revistas e associações europeias de ciências sociais⁴¹) ou transnacionais (como os colóquios e congressos científicos ou os festivais) constitui um indicador da formação de espaços supranacionais que permanecem, todavia, mais frequentemente dependentes dos campos nacionais e das relações de força entre eles (sem dúvida por falta de uma instância supranacional estatal suficientemente poderosa para lhes transcender).

O espaço de recepção das revoluções simbólicas é igualmente um indicador de existência de um campo transnacional, que permite situá-lo no espaço e no tempo: esse espaço pode ser observado há muito tempo não somente nos universos onde a circulação não é constrangida pela língua (como a arte pictórica, a música instrumental, ou as ciências mais formalizadas), mas também no caso da literatura e das ciências humanas, apesar do obstáculo linguístico, e também, no caso intermediário do cinema (HEILBRON, 2002).⁴² Certamente, além das defasagens temporais (que os meios tecnológicos permitem reduzir), essa circulação e, por consequência, as chances de acesso à visibilidade internacional, são largamente determinadas pelas relações de força internacionais: testemunha disso são as desigualdades entre línguas e países no mercado mundial da tradução (o inglês chegando sempre em primeiro lugar, inclusive no polo de produção restrita) (HEILBRON,

desde o século XIX, ver: CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels” 1880-1900**. Paris: Minuit, 1990; SAPIRO, Gisèle. **La Guerre des écrivains, 1940-1953**. Paris: Fayard, 1999.

⁴¹ Sobre as condições de formação de um espaço europeu das ciências sociais, ver: HEILBRON, Johan. The social sciences as an emerging global field. **Current Sociology**, n. 10, 2013; sobre o caso da sociologia: HEILBRON, Johan. La sociologie européenne existe-t-elle? In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle**. Paris: La Découverte, 2009. p. 347-358.

⁴² Sobre a literatura, ver: CASANOVA, Pascale. **La république mondiale des lettres**. Paris: Seuil, 1999.

1999; SAPIRO, 2008)⁴³, ou entre países no mercado da arte contemporânea, mercado globalizado e relativamente desnacionalizado, no qual a pretensão universalista esconde as hierarquias implícitas entre os países onde se concentram as galerias mais dotadas em capital simbólico, a saber, os Estados Unidos e a Alemanha.⁴⁴ Assim, os bens simbólicos circulam principalmente do centro para a periferia no polo de produção restrita desse mercado mundial, mas a capacidade dos centros de apropriação das invenções e inovações produzidas na periferia, de um lado, e a autonomia relativa dessas circulações em relação ao fluxo global e as lógicas de mercado, de outro, atestam a existência de campos de escala transnacional (por exemplo, enquanto a maior parte de títulos traduzidos em francês no setor de ciências humanas e sociais entre 1985 e 1992 provinha do inglês, para as obras de filosofia, o alemão ficava em primeiro lugar, signo do capital simbólico acumulado pela tradição filosófica alemã e do fraco reconhecimento que gozava a filosofia americana na França⁴⁵).

Outro indicador de emergência desses espaços: as redes e as colaborações científicas, que podem ser medidas pela publicação de

⁴³ É significativo sobre essa relação, que as literaturas periféricas que conseguiram alcançar certa visibilidade na cena internacional, nesse período da globalização, como a literatura holandesa e a israelita (em hebreu moderno), foram fortemente apoiadas por uma política estatal ajustada ao mercado mundial da tradução (ver as contribuições de: HEILBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle (dir.). **Translatio**: le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation. Paris: CNRS Édition, 2008. (Collection "Culture et société").

⁴⁴ Ver : QUEMIN, Alain. **L'art contemporain international**: entre les institutions et le marché. Paris: Jacqueline Chambon/Artprice, 2002; QUEMIN, Alain. **Les stars de l'art contemporain**. Paris: CNRS Édition, 2013. (Collection "Culture & société").

⁴⁵ Ver: SAPIRO, Gisèle; POPA, Ioana. Traduire les sciences humaines et sociales: logiques éditoriales et enjeux scientifiques. In: SAPIRO, Gisèle. **Translatio**: le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation. Paris: CNRS Édition, 2008. p. 107-138; PUDAL, Romain. La philosophie peut-elle être américaine? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France. In: SAPIRO, Gisèle. **Traduire la littérature et les sciences humaines**: conditions et obstacles. Paris: DEPS (ministère de la Culture), 2012. p. 321-342.

artigos em parceria: Yves Gingras e Johan Heilbron mostram assim, em uma pesquisa sobre a evolução das publicações científicas em ciências sociais e humanas escritas em colaboração internacional por pesquisadores de variados países europeus, modalidade incrementada no período da globalização, dentro e fora da Europa (GINGRAS; HELBRON, 2009). Dessa pesquisa, que isola um subconjunto de revistas europeias comparando-as às revistas nacionais e internacionais, conclui-se que se a tendência à internacionalização, variável de acordo com as diferentes disciplinas, aumentou no nível intraeuropeu (sem dúvida favorecida pelos programas colaborativos colocados em prática pela União Europeia), são as colaborações com pesquisadores americanos que prevalecem, prova da posição dominante destes últimos no espaço internacional das ciências sociais. Os resultados obtidos levam os autores a pensar, contudo, que uma boa parte da produção das ciências sociais permanecerá local e nacional, em razão de sua indexação espaço-temporal.

Assim, o enraizamento nacional dos campos é um fato histórico que podemos datar e que não tem nada de universal nem de inelutável, mesmo se as evoluções recentes mostram a força de resistência dessa ancoragem tanto na prática quanto nas representações: os Estados-nação continuam a jogar um papel importante nos mercados de bens culturais globalizados em diferentes níveis (no superior pela formação educacional, para além pelas políticas de incentivo e os diversos auxílios), e em inúmeros campos, a ficção estabelecida das identidades nacionais continua enquadrando a percepção desses bens: é claramente o caso da literatura ou das noções de “literatura francesa”, “literatura americana”, “literatura italiana”, que continuam a prevalecer, ocorrendo o mesmo com grande número de disciplinas como a filosofia

(“alemã”, “francesa”), a sociologia (“americana”, “francesa”), e mesmo a matemática (“americana”, “francesa”); o que mascara, entretanto, sua heterogeneidade (aí compreendido o ponto de vista das origens geográficas⁴⁶) (SAPIRO, 2010) e o fato de que o espaço dos possíveis está longe de ser circunscrito ao território nacional. Entretanto, como vimos, essa ancoragem há muito esconde a história transnacional que subjaz a formação desses campos nacionais, assim como os intercâmbios que contribuíram à sua evolução e as diversas formas de extensão ou de reconfiguração espacial que conheceram (especialmente através do colonialismo ou dos fenômenos de hegemonia e de lutas que os engendraram). Os diferentes modos de internacionalização que observamos hoje devem ser restituídos nesta história de longa duração da formação dos Estados-nação e das relações de força entre eles, do colonialismo e das ideologias internacionalistas, que contribuíram à reconfiguração das fronteiras geográficas dos campos.⁴⁷ É necessário também levar em conta os fenômenos de imbricação entre campos e mercados, de um lado, entre subcampos e campos de outro (como as especialidades no seio de campos disciplinares ou profissionais), assim como as relações de dependência entre os campos nacionais (por exemplo, o campo literário belga em relação ao campo literário francês) ou entre os diferentes campos (como o exemplo citado dos campos político e econômico). Se as lógicas de expansão dos mercados são um

⁴⁶ Assim, os escritores publicados por um editor francês que tiveram ao menos um livro traduzido ao inglês e publicado nos Estados Unidos entre 1990 e 2003, pertencem a mais ou menos 30 nacionalidades diferentes (mesmo se sua representação é desigual, três quartos dos títulos traduzidos provêm de um autor de nacionalidade francesa).

⁴⁷ Ver: GO, Julian. Global fields and imperial forms. *Sociological Theory*, v. 26, n. 3, p. 201-229, 2008; consultar o número especial: “Bourdieu and the international”. *International Political Sociology*, v. 5, n. 3, 2011a. Ver: SAPIRO, Gisèle. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. *Poetics*, v. 38, n. 4, p. 419-439, 2010.

fator de internacionalização que favorece a circulação e os intercâmbios (e sua sincronização crescente), elas podem também ser um fator de heteronomia, necessitando de estratégias de resistência para defender a autonomia dos campos, que se desenvolvem em escala local como os de nível internacional ou transnacional (como, por exemplo, a mobilização do PEN Clube para apoiar a tradução contra a dominação do inglês⁴⁸). A internacionalização das estratégias e lutas em defesa da autonomia é uma das alavancas da emergência de campos transnacionais, com a criação de instâncias específicas, a extensão do espaço de recepção, e a formação de redes mais ou menos informais dando lugar a colaborações e a trocas.

Devemos reivindicar, enfim, o banimento do método comparativo? Certamente não, contanto que seja praticado um comparativismo estrutural – ou seja, fundado sobre princípios de homologias estruturais entre espaços sociais e campos, mas também sobre os princípios de diferenciação próprios a cada sociedade (CHARLE, 1996; BOSCHETTI, 2010; SAPIRO, 2012; VAUCHEZ, 2013) –, que leve em conta os intercâmbios, as relações de força e as relações de dependência e de imbricação, quer se trate da comparação entre espaços (entre campos nacionais ou supranacionais) ou entre períodos (entre diferentes estados de um mesmo campo) (BOURDIEU, 2011b) – o que permite o

⁴⁸ Como o explica Pierre Bourdieu a propósito do modelo de análise de **A Distinção** na ocasião de uma conferência no Japão em 1989: esse modelo permite “recuperar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e o qual se deve procurar o princípio [...] nas particularidades das *histórias coletivas* diferentes”. A capacidade de transposição do modelo no espaço e no tempo está ligada a seu caráter relacional: a posição das práticas culturais no espaço social não resulta de propriedades que lhes são inerentes, mas de seus usos pelos grupos sociais como maneira de se distinguir ou de se diferenciar em relação a outras práticas. É porque “a comparação só é possível de sistema a sistema”. BOURDIEU, Pierre. *Espace social et espace symbolique*. In: BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994, p. 17 e 19-20. Edição brasileira: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Correa. Campinas; São Paulo: Papiрус, 1994.

conceito abstrato de campo. E os efeitos de defasagem temporais induzidos pela circulação de modelos (entre diferentes países ou entre diferentes campos – por exemplo, o modelo de organização profissional) lembram que contemporaneidade não é sinônimo de sincronia e que a força heurística do conceito de campo não reside tanto na sua definição espacial, para além de suas próprias propriedades relacionais e dinâmicas, quanto na sua historicidade e temporalidade própria (fundamentos que ele supõe).

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1988.

ALBERTO, Roland et al. **Le livre**: que faire? Paris: La Fabrique, 2008.

ARON, Paul. La littérature en Belgique francophone de 1930-1960: débats et problèmes autour d'un "sous-champ". In: EINFALT, Michael et al (ed.). **Intellektuelle redlichkeit - intégrité intellectuelle**: Literatur - Geschichte - Kultur. Festschrift für Joseph Jurt. Heidelberg: Universitätsverlag, 2005.

ASSOULINE, Pierre. **Du côté de chez Drouant**: cent dix ans de vie littéraire chez les Goncourt. Paris: Gallimard; France Culture, 2013.

BEZES, Philippe. État, experts et savoirs neo-managériaux: les producteurs et diffuseurs du New Public Management en France depuis les années 1970. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 193, p. 16-37, jun. 2012.

BOSCHETTI, Anna. Pour un comparatisme réflexif. In: BOSCHETTI, Anna (dir.). **L'espace culturel transnational**. Paris: Nouveau Monde, 2010.

BOUQUILLION, Philippe (dir.). **Rapport sur la diversité culturelle et les nouvelles technologies**: filière audiovisuelle, Département des Etudes, de la Prospective et des Statistiques du Ministère de la Culture, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. **Revue française de sociologie**, v. 12, n. 3, p. 295-334, 1971a.

- BOURDIEU, Pierre. Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber. **European Journal of Sociology**, n. 12, p. 3-21, 1971b.
- BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques. **L'Année sociologique**, n. 22, p. 49-126, 1971c.
- BOURDIEU, Pierre. **Séminaire Champ**: typologie et limites des champs. 11 de maio de 1973.
- BOURDIEU, Pierre. Espace social et espace symbolique. In: BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994. Edição brasileira: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Correa. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984. (collection "Le sens commun"). Edição brasileira: **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: UFSC, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. O momento crítico. In: BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: UFSC, 2011b. p. 207-247.
- BOURDIEU, Pierre. Effet de champ et effet de corps. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 59, 1985a.
- BOURDIEU, Pierre. Existe-t-il une littérature belge? Limites d'un champ et frontières politiques. **Études de lettres**, n. 3, p. 3, 1985b.
- BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art**: genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. Le fonctionnement du champ intellectuel. **Regards sociologiques**, n. 17-18, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000a.
- BOURDIEU, Pierre. Du champ national au champ international. In: BOURDIEU, Pierre. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000b. p. 273-280. (Collection "Liber").
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la Recherche em Sciences Sociais**, n. 145, p. 3-8, dez. 2002.

BOURDIEU AND THE INTERNATIONAL. **International Political Sociology**, v. 5, n. 3, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. Introduction de Patrick Champagne. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 200, n. 5, p. 4-37, 2013a.

BOURDIEU, Pierre. **Manet: une révolution symbolique**. Paris: Seuil/Raisons d'agir, 2013b. (Collection "Cours et travaux").

BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État - Cours au Collège de France 1989-1992**. Paris: Seuil/Raisons d'agir, 2012. Edição brasileira: **Sobre o Estado**. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASANOVA, Pascale. **Beckett, l'abstracteur: anatomie d'une révolution littéraire**. Paris: Seuil, 1997.

CASANOVA, Pascale. **La république mondiale des lettres**. Paris: Seuil, 1999. Edição brasileira: CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASANOVA, Pascale (dir.). **Des littératures combatives: l'internationale des nationalismes littéraires**. Paris: Raisons d'agir, 2011. (Collection "Cours et travaux").

CHARLE, Christophe. **Naissance des "intellectuels" 1880-1900**. Paris: Minituit, 1990.

CHARLE, Christophe. **Les intellectuels en Europe au XIXe siècle: essai d'histoire comparée**. Paris: Seuil, 1996.

CHARTIER, Roger. **Les origines culturelles de la Révolution Française**. Paris: Seuil, 1990.

COCKS, Geoffrey; JARAUSCH, Konrad. **German professions, 1800-1950**. New York: Oxford University Press, 1990.

COLLECTIF. **Des paroles et des actes pour la bibliodiversité**. Paris: Alliance des éditeurs indépendants, 2005.

DORE, Martin. Stratégies éditoriales et marché international: le cas d'un éditeur canadien francophone, Hurtubise H. M. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **Les contradictions de la globalisation éditoriale**. Paris: Nouveau Monde, 2009.

- DUBOIS, Vincent. **La politique culturelle**: genèse d'une catégorie d'intervention publique. Paris: Belin, 1999.
- DUCOURNAU, Claire. **Écrire, lire, élire l'Afrique**: les mécanismes de réception et de consécration d'écrivains contemporains originaires de pays francophones d'Afrique subsaharienne. 2012. Thèse (Doctorat en Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2012.
- DULONG, Delphine. **La construction du champ politique**. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2010.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Russian and Hebrew: the case of a dependente polysystem. **Poetics Today**, v. 11, n. 1, p. 97-110, 1990.
- FABIANI, Jean-Louis. **Les philosophes de la République**. Paris: Minuit, 1988. (Collection "Le sens commun").
- FAJARDO, Luis Mauricio Bustamante. **L'adoption de la diversité culturelle à l'UNESCO**: analyse sociologique d'une stratégie de légitimation culturelle. Mémoire de Master 2 en sociologie, sous la direction de Gisèle Sapiro. Paris: EHESS, 2007.
- FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). **Les champs littéraires africains**. Paris: Karthala, 2001.
- FULCHER, Jane F. **The composer as intellectual**: music and ideology in France (1914-1940). New York: Oxford University Press, 2005.
- GAUVIN, Lise. **Écrire, pour qui?** L'écrivain francophone et ses publics. Paris: Karthala, 2007.
- GELLNER, Ernst. **Nations et nationalisme**. Paris: Payot, 1989.
- GEORGAKAKIS, Didier (dir.). **Le champ de l'eurocratie**: une sociologie politique du personnel de l'EU. Paris: Economica, 2012. (Collection "Études politiques").
- GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 141-142, p. 31-45, mar. 2002.
- GINGRAS, Yves; HEILBRON, Johan. L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006). In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace**

intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 359-390.

GO, Julian. Global fields and imperial forms. **Sociological Theory**, v. 26, n. 3, p. 201-229, 2008.

GOLDSTEIN, Jan. "Moral contagion": a professional ideology of medicine and psychiatry in eighteenth-and nineteenth-century France". In: GEISON, Gerald L. **Professions and the French State 1700-1900**. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 1984. p. 181-222.

GOURNAY, Bernard. **Exception culturelle et mondialisation**. Paris: Presses de Sciences Po, 2002. (Collection "La bibliothèque du citoyen").

HAUCHECORNE, Mathieu. Le "professeur Rawls" et le "Nobel des pauvres": la politisation différenciée des théories de la justice de John Rawls et Amartya Sen dans les années 1990 en France. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 176-177, p. 94-113, mar. 2009.

HEILBRON, Johan. Towards a sociology of translation: book translations as a cultural world system. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 4, p. 429-444, 1999. Tradução francesa: Le système mondial des traductions. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **Les contradictions de la globalisation éditoriale**. Paris: Nouveau Monde, 2009. p. 253-274.

HEILBRON, Johan. Échanges culturels transnationaux et mondialisation: quelques réflexions. **Regards sociologiques**, n. 22, p. 141-154, 2002.

HEILBRON, Johan et al. Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 319-346.

HEILBRON, Johan. La sociologie européenne existe-t-elle? In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 347-358.

HEILBRON, Johan. The social sciences as an emerging global field. **Current Sociology**, n. 10, 2013.

- HENRY, Odile; PIERRU, Frédéric. Le conseil de l'État: expertise privée et réforme des services publics. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 193, n. 3, p. 4-15, 2012.
- HENRY, Odile. **Les guérisseurs de l'économie**: sociogenèse du métier d'ingénieur-conseil. Paris: CNRS Édition, 2013.
- JEANPIERRE, Laurent. Une opposition structurante pour l'anthropologie structurale: Lévi-Strauss contre Gurvitch, la guerre de deux exilés français aux Etats-Unis. **Revue d'Histoire des sciences humaines**, n. 11, p. 13-43, 2004.
- JOUHAUD, Christian. **Les pouvoirs de la littérature**: Histoire d'un paradoxe. Paris: Gallimard, 2000. (Collection "NRF Essais").
- KARADY, Victor. L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme en société: cadres institutionnels et démographiques. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 43-68.
- KARPIK, Lucien. **Les avocats**: entre l'État, le public et le marché. XIIIe-XXe siècle. Paris: Gallimard, 1995.
- KELLER, Ursula; RAKUSA, Ilma (dir.). **Writing Europe**: what is European about the literatures of Europe? Essays from 33 european countries. Budapest; New York: CEU Press, 2004.
- LE BARON, Frederic. **La croyance économique**: les économistes entre science et politique. Paris: Seuil, 2000.
- LECLER, Romain. Itinéraire d'une notion. In: LECLER, Romain. **Sociologie de la mondialisation**. Paris: La Découverte, 2013. p. 7-30. (Collection "Reperes").
- LÛSEBRINK, Hans-Jürgen; STADTLER, Katharina (dir.). **Les littératures africaines de langue française à l'époque de la postmodernité**: état des lieux et perspectives de la recherche. Oberhausen: Athena, 2004.
- MASSEAU, Didier. **L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIIIe siècle**. Paris: PUF, 1994.
- MALELA, Buata B. **Les écrivains afro-antillais à Paris (1920-1960)**. Paris: Karthala, 2008.

- MALATESTA, Maria (ed.). **Society and professions in Italy, 1860-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MATONTI, Frederique. L'anneau de Moebius: la réception en France des formalistes russes. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 176-177, p. 52-67, mar. 2009.
- MCCLELLAND, Charles E. **The german experience of professionalization: modern learned professions and their organizations from the early nineteenth century to the Hitler Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MEIZOZ, Jerome. **Ramuz: un passager clandestin des lettres françaises**. Geneve: Édition Zoe, 1997.
- MOURALIS, Bernard. Pertinence de la notion de champ littéraire en littérature africaine. In: FONKOUA, Romuald-Blaise; HALEN, Pierre (dir.). **Les champs littéraires africains**. Paris: Karthala, 2001. p. 57-71.
- NAUDIER, Delphine. L'irrésistible élection de Marguerite Yourcenar à l'Académie française. **Cahiers du Genre**, n. 36, p. 45-67, 2004.
- OFFERLÉ, Michel (dir.). **La profession politique XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999.
- PERKIN, Harold. **The rise of professional society: England since 1880**. Londres; New York: Routledge, 1989.
- POPA, Ioana. **Traduire sous contraintes: littérature et communisme (1947-1989)**. Paris: CNRS Édition, 2010. (Collection "Culture & Société").
- PUDAL, Romain. La philosophie peut-elle être américaine? Les obstacles à l'importation du pragmatisme en France. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **Traduire la littérature et les sciences humaines: conditions et obstacles**. Paris: DEPS - Ministère de la Culture, 2012. p. 321-342.
- QUEMIN, Alain. **L'art contemporain international: entre les institutions et le marché**. Paris: Jacqueline Chambon; Artprice, 2002.
- QUEMIN, Alain. **Les stars de l'art contemporain**. Paris: CNRS Édition, 2013. (Collection "Culture & société").
- REGOURD, Serge. (dir.). **De l'exception à la diversité culturelle**. Paris: La Documentation française, 2004.

- ROBICHON, Jacques. **Le défi des Goncourt**. Paris: Denoel, 1975.
- ROCHE, Daniel. **Les républicains des lettres**: gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle. Paris: Fayard, 1988.
- SACRISTE, Guillaume. **La république des constitutionnalistes**: professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914). Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
- SAPIRO, Gisèle. **La guerre des écrivains, 1940-1953**. Paris: Fayard, 1999.
- SAPIRO, Gisèle. The literary field between the state and the Market. **Poetics - Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts**, v. 31, n. 5-6, p. 441-461, 2003.
- SAPIRO, Gisèle. Les professions intellectuelles, entre l'État, l'entrepreneuriat et l'industrie. **Le Mouvement Social**, n. 214, p. 3-24, janv./mars, 2006.
- SAPIRO, Gisèle (dir.). **Translatio**: le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation. Paris: CNRS Édition, 2008. (Collection "Culture et société").
- SAPIRO, Gisèle. "Introduction". In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009. p. 5-25.
- SAPIRO, Gisèle. Globalization and cultural diversity in the book market: the case of translations in the US and in France. **Poetics**, v. 38, n. 4, p. 419-439, 2010.
- SAPIRO, Gisèle. **Les traductions littéraires entre Paris et New York à l'ère de la globalisation**. Étude réalisée dans le cadre d'une convention avec le MOTif (Observatoire du livre et de l'écrit en Ile-de-France), CESSP, avril 2010. Disponible en: <http://www.lemotif.fr/fichier/motif_fichier/143/fichier_fichier_syntha.se.paris.new.york.paris.pdf>.
- SAPIRO, Gisèle. **La responsabilité de l'écrivain**: littérature, droit et morale en France XIXe-XXIe siècles. Paris: Seuil, 2011.
- SAPIRO, Gisèle. Comparaison et échanges culturels: le cas des traductions. In: REMAUD Olivier; SCHAUB Jean-Frédéric; THIREAU Isabelle (dir.). **Faire des sciences sociales, comparer**. Paris: Édition de l'EHESS, 2012. p. 193-221. v. 2.

SAPIRO, Gisèle; POPA, Ioana. Traduire les sciences humaines et sociales: logiques éditoriales et enjeux scientifiques. In: SAPIRO, Gisèle. **Translatio: le marché de la traduction en France à l'ère de la mondialisation**. Paris: CNRS Édition, 2008. p. 107-138.

SCHIFFRIN, Andre. **L'édition sans éditeurs**. Paris: La Fabrique, 1999.

SCHIFFRIN, André. **Le contrôle de la parole: l'édition sans éditeur**. Paris: La Fabrique, 2005.

SERRY, Hervé. "Faire l'Europe": enjeux intellectuels et enjeux éditoriaux d'une collection transnationale. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). **L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation. XIXe-XXIe siècle**. Paris: La Découverte, 2009. p. 227-252.

SIEGRIST, Hannes. The professions in nineteenth-century Europe. In: HARTMUT, Kaelble (éd.). **The european way**. New York: Berghahn Books, 2004. p. 68-88.

SKORNICKI, Arnault. **L'économiste, la cour et la patrie**. Paris: CNRS Edition, 2011.

SOMMIER, Isabelle et al. **Généalogie des mouvements altermondialistes en Europe: une perspective comparée**. Paris: Karthala, 2008.

SWAAN, Abram de. The european void: the democratic deficit as a cultural deficiency. In: FOSSMAN, John; SCHLESINGER, Philip (dir.). **The European Union and the public sphere: a communicative space in the making?** Londres; New York: Routledge, 2007. p. 135-153.

THIESSE, Anne-Marie. **Écrire la France: le mouvement régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération**. Paris: PUF, 1991.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales: Europe XVIIe-XXe siècle**. Paris: Seuil, 1999.

VAUCHEZ, Antoine. The force of a weak field: law and lawyers in the government of the European Union. **International Political Sociology**, n. 2, p. 128-144, 2008.

VAUCHEZ, Antoine. Le prisme circulatoire: retour sur un leitmotiv académique. **Critique internationale**, n. 59, p. 9-16, 2013.

- VAUCHEZ, Antoine; WITTE, Bruno de (ed.). **Lawyering Europe**: european law as a transnational social field. Oxford: Hart Publishing, 2013.
- VIALA, Alain. **Naissance de l'écrivain**: Sociologie de la littérature à l'âge classique. Paris: Minit, collection, 1985. ("Le sens commun").
- VIGNE, Eric. **Le livre et l'éditeur**. Paris: Klincksieck, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Comprendre le monde**: introduction à l'analyse des systèmes-monde. Tradução de Francaise. Paris: La Decouverte, 2006. (Collection "Grands Reperes Manuels").
- WEBER, Max. **Le savant et le politique**. Paris: Plon, 1959.
- WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 576-610, 2003.
- ZIMMERMANN, Benedicte; WERNER, Michael. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. **Annales HSS**, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2003.

2

AS FORMAS ESPECÍFICAS DE INTERNACIONALIDADE DO CAMPO CIENTÍFICO ¹

Yves Gingras

Se a ciência não tem pátria, o homem de ciência deve ter uma, e é a ela que ele deve reportar a influência que seus trabalhos podem ter no mundo.

Louis Pasteur. Discurso pronunciado na inauguração do Instituto Pasteur, 1888.

INTRODUÇÃO

Comumente se admite que a ciência é, em razão de seu próprio princípio de *racionalização* dos fenômenos, internacional, até mesmo, por sua perspectiva, universal. Mas, para além dessa generalização filosófica, a questão que se coloca é sobre as *formas específicas* de internacionalidade da ciência ao longo da história. Desde, ao menos, a fundação das universidades, momento decisivo no plano institucional, é possível

¹ Texto publicado originalmente em: **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 141-142, março 2002. Traduzido por Névio de Campos e Ana Keli Moleta; revisão da tradução realizada por Juçara Valentino. Agradecemos ao autor e à Revista por autorizar-nos a publicá-lo nesta coletânea. Acrescentamos, nesta tradução portuguesa, a seguinte bibliografia atualizada pelo autor: GINGRAS, Yves; MOSBAH-NATANSON, Sébastien. Where are Social Sciences produced? In: **World Social Science Report: knowledge divides**. Paris: UNESCO Publishing et International Social Science Council, 2010. p. 149-153. GINGRAS, Yves. Les limites de l'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines. **Actes du premier congrès du réseau national des MSH**, Caen, décembre, 2012, MRSB, Caen, Normandie, 2015, p. 35-39. MOSBAH-NATANSON, Sébastien; Yves Gingras. The globalization of social sciences? Evidence from a quantitative analysis of 30 years of production, collaboration and citations in the social sciences (1980-2009). **Current Sociology**, v. 62, n. 5, p. 626-646, 2014. HEILBRON, Johan; GINGRAS, Yves. The globalization of european research in the Social Sciences and Humanities (1980-2014): a bibliometric study. In: HEILBRON, J. et al. **The Social and Human Sciences in global power relations**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 29-58. SAPIRO, Gisèle; SANTORO, Marco; BAERT, Patrick (ed.). **Ideas on the move in the Social Sciences and Humanities: the international circulation of paradigms and theorists**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

identificar vários mecanismos pelos quais filósofos, eruditos e finalmente cientistas transcenderam sua localidade a fim de criar um espaço internacional de reflexão e atividade científica. De maneira geral, podemos reconhecer três vias de expressão do aspecto internacional da atividade científica. Em primeiro lugar, a circulação de pessoas, textos e objetos, depois o modo de produção do conhecimento, e finalmente o financiamento da pesquisa. Após relembra brevemente os períodos históricos em que a circulação internacional se estabeleceu, abordaremos com mais profundidade as transformações estruturais dos últimos trinta anos do século XX, que assistiram ao surgimento de um novo modo de produção do conhecimento fundado sobre a colaboração entre pesquisadores de diferentes países. Quanto à internacionalização das fontes de financiamento, ela ainda é embrionária, embora importante em certos domínios e o que nos dá motivos para acreditar que tenderá a crescer. Analisaremos também dois fenômenos que têm atraído menos a atenção dos observadores, mas que são inerentes à ideia de um campo mundial das ciências, isto é a homogeneização linguística dos produtos e o deslocamento dos meios de produção do conhecimento.

Sem remontar, como alguns não hesitam, à Grécia e mesmo à China antigas para argumentar que a razão tem uma vocação universal (WELCH; DENMAN, 1997), podemos lembrar que a *peregrinatio academica* era comum nas universidades europeias da Idade Média, assim como a concessão de licença para ensinar em todo território da cristandade (*jus ubique docenti*) (DOMINIQUE; REVELE, 1989). Essa circulação de pessoas tem, certamente, variado de importância no decorrer dos séculos, mas continua a ser um elemento importante na formação de pesquisadores e, atualmente, é com frequência custeada por universidades e programas governamentais. Na escala europeia, por exemplo, o programa de

“Formação e Mobilidade de Pesquisadores” exprime bem o objetivo de estimular a circulação dentro dos países da União Europeia (BARRÉ, 1998; WELCH, 1997; CARLSON; MARTIN-ROVET, 1997).

Nos séculos XVI e, sobretudo, XVII, as redes de correspondência entre eruditos (primeiro na Europa, depois nas Américas) constituíram uma encarnação específica da internacionalidade da ciência, que se juntou à circulação de pessoas, mas rapidamente se tornou mais importante: aos deslocamentos físicos dos agentes se adicionou a circulação dos escritos, em grande parte facilitada pela tipografia. Eruditos trocavam não apenas informações sobre suas pesquisas, mas também livros e espécimes de objetos variados (vegetais, minerais, animais). Por meio dessas trocas, eles estavam fortemente integrados a toda uma rede que transpunha as fronteiras nacionais, contribuindo assim para existência da “república das letras” (DIBON, 1976; PEARL, 1984; HATCH, 1998; WACQUET, 1993). Essa abrangência mundial era explicitamente reivindicada por um dos primeiros (e o mais importante) periódicos eruditos, o **Philosophical Transactions** da Royal Society de Londres, cujo objetivo consistia em informar o leitor “*of the present undertakings, studies, and labours of the ingenious in many considerable parts of the world*”. O cosmopolitismo científico também era valorizado nas academias nacionais que sempre contavam com um certo número de “membros estrangeiros”. E apesar da forte nacionalização dos sistemas de pesquisa durante o século XIX, a internacionalidade da ciência continuou a se manifestar em defesa da criação de inúmeras associações de caráter internacional, voltadas à promoção tanto da unidade do conhecimento quanto das diferentes disciplinas e especialidades das ciências físicas (por exemplo, o átomo ou a eletricidade), e das ciências sociais e humanas (geografia, história). Uma

nova forma de peregrinação apareceu (facilitada, não deve ser negligenciado, pelo desenvolvimento do transporte ferroviário): a participação em congressos internacionais de pesquisadores, cujo número cresceu exponencialmente na segunda metade do século XIX² (RASMUSSEN, 1990; SCHROEDER-GUDEHUS, 1990).

COLETIVIZAÇÃO DA PESQUISA

Apesar de todas as ligações entre os eruditos para além das fronteiras nacionais, a produção do conhecimento mantinha-se como um assunto essencialmente individual e até mesmo local. Como mostraram Beaver e Rosen, a colaboração formal, que gera trabalho coletivo e resulta em publicações assinadas em autoria conjunta, é, antes de tudo, um efeito da profissionalização da ciência, pouco perceptível antes do século XIX (BEAVER; ROSEN, 1979). A institucionalização das atividades de pesquisa fortalece a relação professor-estudante e acentua uma divisão de trabalho, que conduz a um aumento lento, mas definitivo, do número de artigos assinados por mais de um autor.³ Assim, artigos escritos em colaboração constituíam apenas cerca de 2% da produção acadêmica em 1800, e aproximadamente 7% em 1900. No século XX, a pesquisa coletiva tem crescido mais rapidamente com o influxo intenso de recursos financeiros disponibilizados aos pesquisadores, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, e a crescente complexidade de equipamentos necessários para fazer avançar o conhecimento, o que acentuou a divisão

² Sobre os congressos de eletricidade consultar: Blondel (1990); sobre o átomo: Bensaude-Vincent (1990); a respeito da Geografia: ROESSLER (1990); e das ciências históricas: Erdmann (1990). Consultar igualmente: Crawford, Shinn e Sôrlin (1993).

³ Para acompanhar a revisão de literatura atualizada dos anos 1990 a respeito da colaboração científica, ver: KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration. *Research Policy*, [s. l.], v. 26, p. 1-18, 1997.

do trabalho e favoreceu uma maior coletivização. Na química, por exemplo, os trabalhos de autoria única representavam 80% do total de publicações em 1900, mas apenas 33% em 1960 (PRICE SOLLA, 1963). E a relação entre subvenções de pesquisa e colaboração transcende as ciências físicas, mais instrumentalizadas, pois podemos observar, mesmo na sociologia, que a propensão a escrever artigos sob assinatura de vários autores está ligada ao nível de subsídios obtidos (BEAVER; ROSEN, 1979).

Gaston Bachelard, um observador sempre atento às novas tendências da prática científica, já havia notado, desde o início dos anos 1950, a aparição do que chamou - de acordo com sua filosofia do não - “o teórico não-solitário”. Ao folhear uma revista de física, ele observou que, no primeiro trimestre de 1948, “foram publicadas setenta dissertações em **The Physical Review**, das quais apenas a metade é assinada por um único nome. Vinte e duas aparecem sob duas autorias. Oito sob três nomes. Há quatro que contam com a colaboração de quatro autores” (BACHELARD, 1951, p. 9).

Sem se aprofundar em cálculos mais precisos, ele concluiu que “essa cooperação na descoberta racionalista é uma marca dos novos tempos”, deixando, assim, aos outros a tarefa de fundar uma disciplina (Cientometria) sobre tais observações quantitativas das características das publicações acadêmicas.⁴ Muito embora tenha suas raízes no século XIX, é correto dizer que é sobretudo no pós-guerra que a coletivização da pesquisa se generalizou ao conjunto das disciplinas e se tornou o modo dominante de produção do conhecimento, ao ponto de originar um verdadeiro “pesquisador coletivo”, cujos membros se encontram,

⁴ Os primeiros estudos sistemáticos a respeito da produção científica devem-se à obra **Little science, big science** de Solla Price (1963). Depois de 1978, uma revista especializada se dedica a esse tema, revista **Scientometrics**.

mais frequentemente, nos centros de pesquisa do que nos tradicionais departamentos disciplinares (ETZKOWITZ; KEMELGOR, 1998).

TABELA 1 COLETIVIZAÇÃO DA PESQUISA % DAS PUBLICAÇÕES COM MAIS DE UM AUTOR				
MÉDIA MUNDIAL				
Disciplinas	1986 - 1988	1989 - 1991	1992 - 1994	1995 - 1997
Ciências sociais	23,4	24,7	26,5	29,2
Matemática	28,6	32,1	35,8	38,2
Química	26,7	30,1	34,0	38,5
Engenharia	29,9	33,3	36,4	39,8
Biologia	31,4	36,2	39,9	44,5
Física	32,2	37,0	43,3	49,0
Terra e espaço	39,7	44,8	49,1	54,3
Pesquisa biomédica	41,5	45,9	50,6	54,9
Medicina clínica	52,4	54,7	57,6	61,3

ESTADOS UNIDOS				
Disciplinas	1986 - 1988	1989 - 1991	1992 - 1994	1995 - 1997
Ciências sociais	29,6	30,8	32,9	35,8
Química	31,2	34,5	38,6	42,6
Engenharia	35,5	39,3	43,3	47,0
Matemática	40,0	42,8	46,8	49,6
Biologia	37,9	42,5	46,0	50,1
Física	43,5	47,9	54,3	59,3
Pesquisa biomédica	51,1	54,7	58,8	61,8
Terra e espaço	48,8	53,3	58,2	63,1
Medicina clínica	59,6	61,4	63,3	66,4

FRANÇA				
Disciplinas	1986 - 1988	1989 - 1991	1991 - 1994	1995 - 1997
Ciências sociais	26,1	29,0	33,9	44,9
Matemática	39,9	44,8	45,1	45,2
Engenharia	40,5	45,8	52,6	55,6
Química	43,0	48,1	52,6	56,1
Biologia	44,7	50,2	55,0	59,4
Pesquisa biomédica	53,9	58,2	61,8	66,1
Medicina clínica	60,2	62,8	66,1	69,0
Física	52,7	59,0	64,7	70,1
Terra e espaço	61,3	67,3	72,3	75,8

Fonte: National Science Board. Science and Engineering Indicators 2000. Apêndice tabela 6-60.

Nota: média dos três anos.

Enquanto, ainda segundo Bachelard, “a história da matemática até o século XX não conta com sequer um exemplo de uma matemática com duas vozes” (BACHELARD, 1951, p. 9), essa disciplina, frequentemente identificada com um pesquisador solitário, também foi marcada pelos “novos tempos”, e hoje mais de um terço dos artigos são assinados por duas ou mais mãos.⁵ Constatamos também que essa coletivização do processo de pesquisa aumenta com o impacto de equipamentos necessários (física das partículas), com a complexidade e a diversidade das tarefas a serem cumpridas (medicina clínica) e com a escala da pesquisa (oceanografia, espaço). É, portanto, menor no campo das ciências sociais onde, em uma escala global, apenas 29% dos trabalhos no mundo inteiro são de dois ou mais autores.⁶ A produção individual é dominante ainda mais nas ciências humanas, disciplinas talvez até mais apegadas do que as ciências, ou até do que as ciências sociais, à ideia de gênio criador individual e que desconfiam da coletivização da pesquisa, que leva, inevitavelmente, a uma descentralização do eu criador.⁷

Não apenas a proporção das colaborações formais entre pesquisadores está aumentando, como também o número médio de autores está crescendo na maioria das disciplinas. Enquanto em 1985

⁵ Todos os dados bibliométricos estão baseados no banco do *Science Citation Index*, que lista mais de cinco mil periódicos acadêmicos (incluindo as Ciências Humanas e Sociais) mais utilizados e citados pelos cientistas. Esta amostra representa a parte mais internacionalizada da atividade científica.

⁶ Na Tabela 1, a taxa relativamente alta de coletivização da pesquisa em ciências sociais na França, em comparação aos Estados Unidos e à média mundial, provavelmente se explica pelo fato de que a base de dados ISI favorece as revistas anglo-saxônicas e que a propensão para publicar no exterior está ligada à colaboração internacional; a amostra, portanto, superestima a proporção real de obras francesas com mais de um autor, enquanto a proporção norte-americana é menos enviesada a esse respeito.

⁷ Sobre as consequências da coletivização da pesquisa em relação à noção de autor nas ciências, ver: BIAGIOLI, M. Aporias of scientific authorship: credit and responsibility in contemporary biomedicine. In: BIAGIOLI, M. (coord.). **The science studies reader**. New York: Routledge, 1999. p. 12-30; consultar o texto de PONTILLE (1999), nessa coletânea.

apenas 7% das publicações científicas em todo o mundo compreendiam cinco autores, essa proporção passou para mais de 10% em 1995, enquanto a proporção de artigos de autor único diminuiu de 21% para aproximadamente 3% (GODIN; GINGRAS; DAVIGNON, 1998).

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Essa forte tendência à coletivização da pesquisa se expressou, primeiramente, em escala local e nacional. Transformou-se, então, na segunda metade do século XX, em um modo de produção internacional do conhecimento. Trata-se de uma nova forma de internacionalidade da ciência, que implicou na redução da influência das fronteiras nacionais sobre a dinâmica do campo científico. Como se trata de um *processo* em curso, podemos falar de internacionalização, e é esse fenômeno, que se tornou muito importante nos últimos vinte anos, que está na base dos discursos hoje dominantes sobre a “mundialização” e a “globalização” da ciência (SCHOTT, 1991, 1993); (VAN RAAN, 1997).

No âmbito europeu, a conjuntura política do período imediato do pós-guerra favoreceu a construção de grandes laboratórios que forneceram espaços *nacionais*, reunindo assim pesquisadores de diferentes países no mesmo lugar. A criação da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN, 1954), em Genebra (HERMANN et al, 1987), do Telescópio Europeu (ESO, 1962), em Garching, próximo de Munique, e, dez anos mais tarde, do Laboratório Europeu de Biologia Molecular (EMBL, 1974), em Heidelberg, são os exemplos mais conhecidos. No entanto, a partir do final da década de 1960, a facilitação do transporte aéreo (a duração e os custos dos voos foram reduzidos) (HICKS; KATZ, 1996a, 1996b), certamente contribuiu para um aumento na colaboração

internacional a distância, ou seja, fora dos laboratórios internacionais previstos para esse fim. Finalmente, o início dos anos 1990 viu difundirem-se rapidamente as novas tecnologias de comunicação, que acentuaram ainda mais as colaborações, limitando a necessidade de deslocamentos físicos. Não é por acaso que a famosa “*world wide web*” teve origem na CERN, instituição que devia resolver problemas de comunicação rápida entre inúmeros pesquisadores e equipes que, além de suas estadias nos laboratórios, estavam geograficamente dispersos.

Como indica a Figura 1, a proporção de publicações acadêmicas escritas em colaboração internacional cresceu de maneira regular e mais do que duplicou nos últimos vinte anos do século XX. Os níveis de colaboração e a taxa de crescimento são inferiores nas ciências humanas e sociais, mas a tendência é a mesma das ciências naturais: crescimento contínuo e diversificação das relações de colaboração internacional. Assim, o número de países envolvidos em colaborações está crescendo. Embora a maioria dos trabalhos envolva pesquisadores de apenas dois países, a proporção de trabalhos abrangendo mais de dois países aumentou de 7% em 1980 para 16% em 1997. Uma indicação marcante da crescente extensão geográfica da colaboração internacional durante os anos 1980 e 1990 é fornecida pelo número de países com os quais os pesquisadores de um determinado país estabelecem relações. Embora a frequência de ligações por países esteja diminuindo rapidamente, se nos referirmos a uma distribuição do tipo Pareto, observa-se que, como mostra a Tabela 2, os pesquisadores dos países mais ativos cientificamente têm vínculos formais de colaboração com seus pares em mais de 100 países diferentes, tendo esse número dobrado em dez anos para os menores dentre eles.

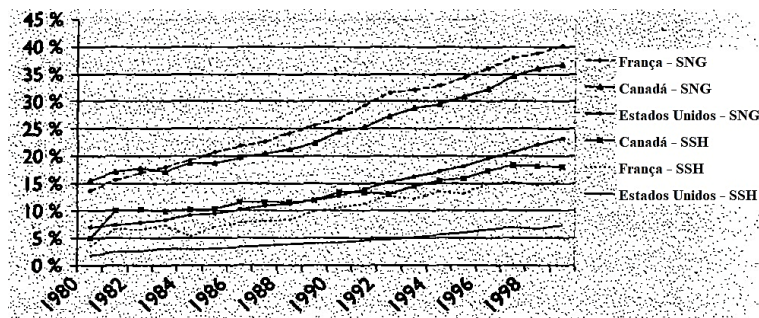


Figura 1. Proporção de publicações escritas em colaboração internacional

PAÍS	1986 - 1988	1995 - 1997
Estados Unidos	142	173
Grã-Bretanha	121	163
França	116	157
Alemanha	116	147
Canadá	101	136
Países Baixos	88	133
Suíça	92	131
Itália	94	128
Bélgica	81	128
Suécia	90	127
Japão	80	127
Espanha	62	118
Dinamarca	73	111
China	54	107
Áustria	58	99
Finlândia	58	94
Irlanda	47	76
Grécia	47	75
Portugal	35	71

Fonte: National Science Board. Science and Engineering Indicators 2000, text table 6-8.

AUTONOMIA E AUTARQUIA?

A comparação entre países indica claramente que a propensão à colaboração internacional é forte nos países de pequeno e médio porte científico. Os Estados Unidos, que representam o país cientificamente

dominante, geralmente colaboram muito menos, proporcionalmente, do que os países europeus ou o Canadá. Levando em conta o alto grau de especialização das pesquisas, os pesquisadores desses países são mais propensos a buscar para além de suas fronteiras as expertises que lhes faltam em seu território. A grande autonomia de recursos de que usufruem os Estados Unidos tem, ao contrário, como efeito a diminuição do interesse nos intercâmbios internacionais. Um estudo da *Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching*, realizado em 1991 e 1992, mostra, de fato, que os pesquisadores norte-americanos são muito mais insulares que seus colegas de outros treze países (ALTBACH; LEWIS, 1998).

O nível de colaboração internacional entre os pesquisadores varia, é claro, de acordo com as disciplinas. A tabela 3 mostra claramente que, independentemente do país, a proporção de colaborações internacionais diminui de acordo com o grau de aplicação e a natureza local dos objetos da disciplina. Assim, as ciências sociais têm o menor índice de colaboração internacional, seguidas da medicina clínica e engenharia, enquanto a matemática, a física e as ciências da terra têm as taxas mais elevadas. Esses dados servem como um lembrete de que a dinâmica das disciplinas também é determinada pela natureza dos objetos estudados, o que explica que o nível de coletivização (Tabela 1) não corresponde necessariamente ao nível de internacionalização (Tabela 3): a medicina clínica, por exemplo, não se mostra muito internacionalizada, mas é altamente coletivizada. As ciências sociais e as humanidades são as menos coletivizadas, sendo que a internacionalidade assume a forma de participação em congressos internacionais. Notamos, finalmente, que no campo das ciências sociais, as disciplinas com maior taxa de colaboração internacional são a economia, a gestão e a administração, ou seja, os setores mais ligados à mundialização da economia (GINGRAS; GODIN; FOISY, 1999).

TABELA 3				
% DAS PUBLICAÇÕES EM COLABORAÇÃO INTERNACIONAL POR DISCIPLINA				
MÉDIA MUNDIAL				
Disciplinas	1986 - 1988	1989 - 1991	1992 - 1994	1995 - 1997
Ciências sociais	5,4	5,8	7,3	8,6
Medicina clínica	6,3	7,6	9,6	11,5
Engenharia	7,1	8,7	10,4	12,7
Química	6,7	8,3	10,7	12,8
Biologia	7,4	9,3	11,4	13,9
Pesquisa biomédica	9,1	11,0	13,8	16,2
Matemática	14,4	16,1	18,6	20,6
Física	11,1	13,7	18,4	22,4
Terra e espaço	13,3	16,7	20,1	24,1

ESTADOS UNIDOS				
Disciplinas	1986 - 1988	1989 - 1991	1992 - 1994	1995 - 1997
Ciências sociais	6,4	7,0	8,8	10,3
Medicina clínica	7,8	9,5	12,2	15,0
Biologia	8,7	11,1	13,1	15,9
Engenharia	9,8	11,5	13,8	16,5
Química	10,0	11,6	14,5	16,9
Pesquisa biomédica	11,8	14,0	17,0	19,5
Matemática	19,7	21,0	24,3	26,8
Terra e espaço	16,7	20,2	24,2	28,7
Física	16,1	19,1	24,7	30,1

FRANÇA				
Disciplinas	1986 - 1988	1989 - 1991	1992 - 1994	1995 - 1997
Medicina clínica	16,0	19,1	22,1	25,4
Ciências sociais	13,2	16,8	20,3	28,0
Matemática	31,6	32,7	29,3	28,3
Engenharia	18,5	22,1	27,8	30,1
Química	18,4	24,0	28,4	31,0
Biologia	19,0	23,1	27,3	31,4
Pesquisa biomédica	24,0	28,5	32,3	36,4
Física	31,3	37,8	44,1	49,9
Terra e espaço	35,3	42,7	50,4	53,9

Fonte: National Science Board. Science and engineering indicators 2000, apêndice tabela 6-60.

Nota: média dos três anos.

Embora essas colaborações sejam provavelmente mais frequentemente iniciadas pelos próprios pesquisadores, alguns programas governamentais visam explicitamente aumentar a colaboração internacional. O exemplo mais importante é sem dúvida o dos programas-quadro de R&D da União Europeia, criados em meados da década de 1980 para aumentar os intercâmbios intra-europeus (LUUKKONEN, 2001). Essa série de programas teve o efeito de recentralizar na Europa as relações entre pesquisadores em detrimento (relativo) dos Estados Unidos (Tabela 4). Essa tendência que deseja acentuar os laços científicos intra-europeus sugere de fato uma “nacionalização” da Europa que, juntamente com a moeda comum, visa, a longo prazo, construir uma identidade propriamente europeia a fim de enfrentar o gigante americano. Até mesmo os indicadores estatísticos são agora construídos para comparar os ditos países da “tríade”, a saber, Estados Unidos, Europa e Japão, contribuindo assim diretamente para a construção simbólica da Europa.* O efeito de atração europeia é mais visível para países como Grécia, Portugal, Noruega e Dinamarca, mas também é perceptível para Alemanha, Inglaterra e França. Paralelamente à mundialização da pesquisa, assistimos também a uma certa “continentalização” da produção do conhecimento (LECLERC; GAGNE, 1994).

* Ver por exemplo os dados em: Barre (1998).

TABELA 4. ESTRUTURA DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL (1986 – 1997).
DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS DOS ARTIGOS ESCRITOS EM COLABORAÇÃO INTERNACIONAL.

País	Ano	Estados Unidos	Grã-Bretanha	Alemanha	França	Canadá	Itália	Países Baixos	Suécia	Dinamarca	Finlândia	Noruega	Suíça	Bélgica	Áustria	Irlanda	Espanha	Grécia	Portugal
Estados Unidos	1986-88		12,7	11,8	8,3	13,8	5,7	3,4	4,1	1,7	1,2	1,0	4,1	1,9	1,0	0,3	1,7	0,9	0,2
Estados Unidos	1995-97		12,4	12,8	8,9	12,2	6,7	4,2	3,5	2,0	1,6	1,1	4,2	2,0	1,4	0,4	3,1	0,9	0,4
Grã-Bretanha	1986-88	33,9		10,2	8,2	7,2	6,1	4,8	3,7	2,4	1,1	1,3	3,9	2,4	0,9	1,6	2,8	1,3	0,8
Grã-Bretanha	1995-97	30,6		12,6	10,7	5,9	7,8	6,5	3,8	3,0	1,5	1,5	4,5	3,1	1,4	1,8	5,0	1,7	1,3
Alemanha	1986-88	31,1	10,2		9,5	3,2	5,5	5,1	3,7	2,3	1,4	1,0	8,3	2,8	4,1	0,3	1,9	0,8	0,3
Alemanha	1995-97	30,0	11,9		11,5	3,8	7,1	5,9	3,8	2,7	1,7	1,2	8,2	3,0	4,5	0,5	3,7	1,6	0,7
França	1986-88	28,9	10,7	12,5		7,5	8,6	4,0	2,9	1,5	0,7	0,6	7,5	6,0	1,0	0,4	4,6	1,1	0,7
França	1995-97	26,1	12,7	14,4		6,2	10,1	5,0	3,1	1,9	1,4	1,2	7,1	6,2	1,4	0,5	6,9	1,8	1,3
Canadá	1986-88	54,4	10,6	4,8	8,4		2,1	2,2	2,1	1,1	0,8	0,6	2,1	1,3	0,5	0,6	0,5	0,2	0,2
Canadá	1995-97	53,0	10,4	7,0	9,1		3,7	2,9	2,2	1,5	1,0	0,7	2,8	1,5	0,9	0,4	1,8	0,5	0,3
Itália	1986-88	35,7	14,5	13,1	15,5	3,3		4,3	3,9	2,0	0,9	0,6	9,8	3,6	1,7	0,4	3,6	0,6	0,2
Itália	1995-97	32,6	15,4	14,8	16,7	4,2		5,7	3,6	2,7	1,7	1,2	9,0	3,5	2,1	0,6	6,5	1,9	1,1
Países Baixos	1986-88	31,1	16,4	17,5	10,4	5,0	6,2		3,9	2,3	2,0	1,2	5,6	9,4	1,9	0,7	2,2	0,4	0,4
Países Baixos	1995-97	29,2	18,4	17,6	11,8	4,6	8,1		4,6	3,5	2,3	1,9	5,9	9,5	1,8	1,0	4,6	1,0	1,2
Suécia	1986-88	36,1	12,0	12,1	7,4	4,6	5,4	3,7		8,8	5,8	6,6	5,1	2,5	1,2	0,2	1,2	0,7	0,2
Suécia	1995-97	28,8	12,6	13,5	8,8	4,1	6,0	5,4		9,1	7,3	7,3	4,0	3,7	1,4	0,5	3,1	0,9	0,9
Dinamarca	1986-88	29,6	15,4	14,8	7,3	4,9	5,5	4,4	17,2		3,4	5,2	4,5	1,6	1,0	0,2	1,6	0,4	0,4
Dinamarca	1995-97	29,0	17,9	16,4	9,6	4,9	8,1	7,3	15,9		4,5	6,5	5,1	3,0	2,1	0,7	5,5	2,3	0,8
Finlândia	1986-88	33,1	11,2	14,7	5,6	5,7	4,1	6,1	18,0	5,4		3,4	5,2	2,6	1,8	0,4	0,9	0,3	0,2
Finlândia	1995-97	32,1	12,4	14,9	9,3	4,7	7,1	6,7	17,7	6,3		6,7	5,9	3,8	2,1	0,8	3,7	2,4	1,8
Noruega	1986-88	30,7	14,8	11,1	4,9	4,2	2,8	3,8	22,3	9,0	3,6		3,9	2,2	1,1	0,3	0,5	0,3	0,9
Noruega	1995-97	26,9	15,0	13,5	10,0	4,0	6,6	7,0	22,7	11,6	8,5		6,0	4,0	1,5	0,7	3,6	3,2	2,4
Suíça	1986-88	31,8	11,5	24,5	16,8	4,2	12,3	4,8	4,6	2,1	1,5	1,0		3,8	3,2	0,3	2,3	1,3	0,2
Suíça	1995-97	31,4	13,7	26,3	18,3	4,8	13,9	6,4	3,6	2,7	2,2	1,8		3,9	3,6	0,6	3,7	2,2	1,1
Bélgica	1986-88	25,9	11,8	13,8	22,8	4,4	7,5	13,7	3,8	1,3	1,3	1,0	6,4		2,0	0,6	3,3	1,1	0,7
Bélgica	1995-97	22,9	14,1	14,8	23,8	4,0	8,2	15,5	5,0	2,4	2,2	1,8	5,8		1,4	1,0	5,3	2,1	1,8
Áustria	1986-88	25,8	8,4	38,6	7,0	3,4	6,5	5,1	3,4	1,4	1,6	1,0	10,0	3,7		0,3	2,3	0,2	0,0
Áustria	1995-97	25,1	10,1	34,5	8,5	3,6	7,6	4,8	3,0	2,6	1,9	1,0	8,6	2,2		0,5	4,3	1,7	0,4
Irlanda	1986-88	22,3	42,6	7,9	8,8	8,0	4,1	5,2	1,5	0,9	1,0	0,6	2,5	2,9	0,9		1,4	0,4	0,6
Irlanda	1995-97	21,8	40,6	12,3	10,2	5,3	7,4	8,1	3,2	2,9	2,3	1,5	4,2	5,0	1,5		4,8	1,6	1,4
Espanha	1986-88	28,9	18,2	12,6	22,5	2,8	9,9	4,2	2,4	1,6	0,5	0,3	5,0	4,3	1,6	0,3		0,3	1,2
Espanha	1995-97	25,4	16,9	13,1	19,5	3,5	11,1	5,5	3,1	3,2	1,6	1,2	4,1	3,9	2,0	0,7		1,7	2,2
Grécia	1986-88	42,0	22,5	14,5	14,9	5,8	4,4	2,3	3,6	1,0	0,5	0,5	7,4	3,7	0,4	0,3		0,9	0,2
Grécia	1995-97	31,2	23,5	23,3	21,0	4,3	13,8	5,1	3,9	5,6	4,1	4,3	10,2	6,6	3,3	1,0		7,0	3,9
Portugal	1986-88	24,2	29,3	11,6	20,8	4,8	3,4	4,8	1,8	2,5	0,7	2,9	2,7	5,4	0,2	0,9		6,6	0,4
Portugal	1995-97	21,0	25,9	15,8	22,2	3,3	11,5	8,9	5,6	2,9	4,4	4,6	7,5	7,9	1,1	1,3		13,4	5,6

Fonte: National Science Board. Science and Engineering Indicators 2000, Apêndice tabela 6-61.

Nota: média dos três anos.

A estrutura das redes de intercâmbio mais importantes (Figura 2) mostra, no entanto, que embora a geografia continue a ser um elemento determinante das relações entre os países, sua história política e cultural também desempenha um papel. Além disso, uma análise mais detalhada poderia revelar as diferenças na estrutura das redes de acordo com as disciplinas.⁹ A título de exemplo, notemos simplesmente

⁹ Ver por exemplo: Leclerc e Gagné (1994).

que no caso da França, os intercâmbios científicos não se realizam com os mesmos países, dependendo se se trata de ciências naturais ou de ciências sociais (Tabela 5). Para essas disciplinas, a presença do Canadá em terceiro lugar e da Bélgica em quarto indica a importância das redes em língua francesa nas ciências sociais.

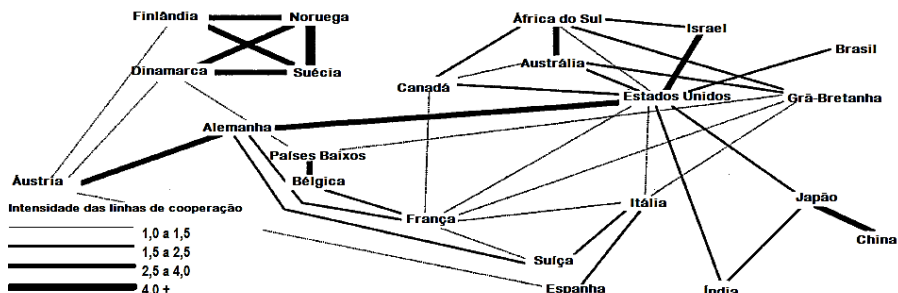


Figura 2: Redes das colaborações científicas internacionais em 1990 (de acordo com Leclerc e Gagné, *International scientific cooperation*, art. cit., p. 274).

TABELA 5	
OS CINCO PRINCIPAIS PAÍSES EM COLABORAÇÕES CIENTÍFICAS COM A FRANÇA EM 1998	
CIÊNCIAS	CIÊNCIAS SOCIAIS
Estados Unidos	Estados Unidos
Alemanha	Grã-Bretanha
Grã-Bretanha	Canadá
Itália	Bélgica
Espanha	Itália

O caráter internacional do campo científico também se pode verificar por meio das fontes utilizadas pelos pesquisadores em seus trabalhos. A proporção das referências aos trabalhos estrangeiros indica que nenhum país, mesmo o mais autônomo, não pode se limitar a utilizar seus próprios trabalhos como material de produção. Além disso, a proporção das referências não nacionais tem aumentado no decorrer dos anos (Tabela 6). Assim, mesmo os pesquisadores norte-americanos que, como vimos, têm a menor propensão para os intercâmbios internacionais

e fazem parte do país mais autônomo no plano científico, concedem um terço de suas referências a obras não americanas. Podemos ver também que nas ciências sociais a autarquia dos norte-americanos é muito grande em comparação com o conjunto dos outros países. Uma parte da diferença é explicada pelo fato de que as revistas recenseadas pelo ISI contêm a porção mais internacional dos trabalhos não americanos, o que, portanto, indique talvez maior tendência a citar trabalhos não nacionais do que os que fazem em seus periódicos locais. Certamente, os países menores têm uma proporção muito maior de referências não nacionais. Observemos que esse fenômeno pode ser interpretado negativamente como “dependência”, ou, de uma forma positiva, como uma “abertura” para o mundo. Do mesmo modo, no caso dos Estados Unidos, a menor propensão às colaborações pode ser interpretada como uma maior “autonomia”, um sinal positivo, ou, ao contrário, uma forma de “autarquia”, indicativo bastante negativo. Podemos introduzir a hipótese de que a escolha de interpretação variará de acordo com o ponto de vista político sobre as relações internacionais: os “nacionalistas” privilegiam o primeiro termo da dupla, e os “internacionalistas” o segundo. Observemos, finalmente, que a preponderância do polo internacional do campo científico também é medido pelo fato de que, qualquer que seja a disciplina, o fator de impacto médio dos artigos escritos em colaboração internacional é superior aos escritos sem colaboração internacional (NARIN; STEVENS; WHITLOW, 1991). Os autores associados aos intercâmbios internacionais têm mais chance de ocupar posições dominantes no campo científico, o que, por sua vez, acentuará a importância atribuída às colaborações internacionais. Esse internacionalismo é um efeito da internacionalidade do campo científico, um espaço que é nacional (em termos de seus recursos) e internacional (em razão de seus produtos).

TABELA 6
% DAS CITAÇÕES DE TRABALHOS ESTRANGEIROS NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS (1997)

País de citação	Ano	Ciências e Engenharia	Ciências sociais
Média mundial	1990	53,4	32,8
	1997	59,4	39,6
Estados Unidos	1990	29,6	14,7
	1997	33,5	17,2
Japão	1990	61,9	75,0
	1997	64,8	75,8
Reino Unido	1990	66,8	49,9
	1997	70,4	49,5
Alemanha	1990	71,0	72,5
	1997	73,4	75,1
França	1990	74,1	80,3
	1997	76,4	74,6
Canadá	1990	73,7	69,1
	1997	75,8	74,2
Itália	1990	77,9	92,7
	1997	78,3	86,8
Países Baixos	1990	77,0	75,5
	1997	78,6	79,1
Suécia	1990	73,5	73,5
	1997	77,7	88,9
Dinamarca	1990	78,4	82,4
	1997	80,4	85,0
Finlândia	1990	80,3	86,7
	1997	80,2	82,9
Suíça	1990	82,7	92,7
	1997	83,4	89,4
Bélgica	1990	81,5	80,3
	1997	83,8	91,1
Áustria	1990	84,1	93,1
	1997	86,1	92,8
Irlanda	1990	86,9	92,1
	1997	89,8	95,1
Espanha	1990	78,1	88,0
	1997	78,3	83,8
Grécia	1990	79,8	71,1
	1997	84,2	93,6
Portugal	1990	84,3	100,0
	1997	84,6	88,9

Fonte: Science and engineering indicators 2000, apêndice tabela 6-62.

Nota: As citações de 1997 cobrem as publicações de 1993-1995.

HOMOGENEIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Na Idade Média cristã, a unidade do mundo erudito europeu era em grande medida facilitada pela homogeneidade religiosa, mas também pela linguística, uma vez que o latim era a única língua erudita, permitindo que estudantes e professores de diferentes regiões, falantes de diversas línguas nacionais, se encontrassem em um terreno comum, independentemente da universidade que frequentavam. O uso crescente de línguas vernáculas, a partir do século XVII, juntamente com a Reforma Protestante, contribuiu para romper com essa unidade do mundo erudito. O abismo social e intelectual entre o espaço social global e o campo científico tornou-se ainda mais perceptível enquanto os eruditos se expressavam em latim nos trabalhos dirigidos aos seus pares, e em vernáculo ao público não especializado, ajustando assim a língua ao auditório visado (WACQUET, 1998).

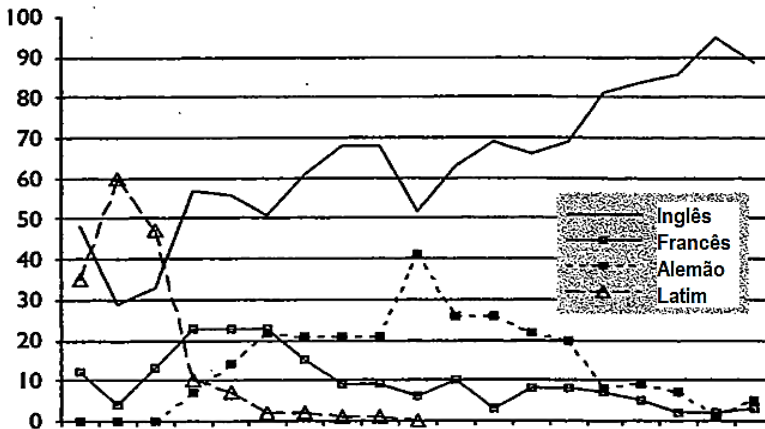


Figura 3. A homogeneização linguística vista por meio das referências das *Philosophical Transactions of the Royal Society*

Embora limitado ao caso das *Philosophical Transactions* da Royal Society de Londres, o estudo de Allen, Qin e Lancaster (1994), das

características das referências contidos nesses artigos fornece um bom resumo da evolução da importância relativa das grandes línguas científicas entre 1665 e 1990 (Figura 3). De fato, mesmo a revista sendo de língua inglesa, as referências indicam que o trabalho em latim continuou importante até meados do século XVIII.¹⁰ O francês então começa a prevalecer e é substituído pela língua alemã depois de 1870, que passou a perder sua prevalência após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão dos Estados Unidos, juntamente com a importância contínua da Grã-Bretanha, resultando na hegemonia do inglês como língua de comunicação científica. A análise da origem geográfica das citações sugere as mesmas tendências e a mesma periodização. As tentativas utópicas, do início do século XX, para construir uma língua internacional à ciência cederam espaço ao pragmatismo de uma língua que já estava presente, o inglês (RASMUSSEN, 1996).

Como indicado anteriormente (Tabela 5), a língua nacional dos pesquisadores afeta a direção tomada por colaborações internacionais. Nos casos da matemática, da engenharia e das ciências naturais (física, biologia, geologia etc.), é certo que a generalização do intercâmbio entre países foi facilitada por uma homogeneização linguística em favor do inglês, que fortemente transformou as práticas da escrita de pesquisadores de países não anglófonos. Ainda que as disciplinas das ciências sociais sejam, em graus variados (economia no polo mais anglófilo e história no polo francófilo, por exemplo), submetidas às mesmas forças homogeneizadoras, é nas ciências naturais que seus efeitos se deram mais rapidamente e suscitaram debates acalorados, na

¹⁰ A importância relativa do latim depois de 1700 é de fato amplificada em razão de que as referências nessa língua são frequentemente dedicadas a obras relativamente antigas, o que é menor na situação de obras em vernáculo.

França e em Quebec, cuja análise evidencia que os laços estabelecidos entre cultura, língua e ciência não são os mesmos no campo político (ou, mais genericamente, no social) e no campo científico, o que gera um novo conflito das culturas.

O CASO GARFIELD

Em setembro de 1976, o americano Eugene Garfield, então presidente do *Institute for Scientific Information*, da Filadélfia, e bem conhecido por seus numerosos “editoriais” na *Current Contents*, publicou na revista **La Recherche** um artigo impactante. Sob o título “A ciência francesa é muito provincial?”, Garfield aconselhou os cientistas franceses a publicarem seus trabalhos em inglês se não quisessem ser completamente marginalizados no espaço científico internacional. Naquela época, a reação dos cientistas franceses foi bastante forte, alguns classificando de “imperialista” a atitude de Garfield, que teria o poder de decidir que periódicos incluir em seu famoso *Science Citation Index* (SCI).¹¹ Na verdade, a intervenção de Garfield apenas assinalava um fenômeno de fundo: a diminuição constante de publicações em língua francesa no conjunto da produção mundial, diminuição que se explica não pela queda na produção científica francesa, mas pelo fato de cada vez mais pesquisadores francófonos redigirem seus trabalhos em inglês, mesmo em revistas científicas publicadas na França.¹²

Seguindo o uso do meio acadêmico, essa tomada de consciência estimulou a realização de congressos em que linguistas e cientistas

¹¹ Observar a reação de Garfield aos comentários franceses em: GARFIELD E. *Current Contents*. **Institute for Scientific Information ISI**, Filadélfia, n. 6, jun.1988.

¹² Ver, por exemplo: Gablot e Pagaud (1986) e Zitt, Perrot e Barré (1998).

aprofundaram seus conhecimentos do fenômeno e de suas causas. Inicialmente atacados, os franceses foram os primeiros a reagir com o Colóquio de Orsay, realizado em 1980 sob o título “Le français chassé des sciences” (Francês excluído das ciências) (CHAMBRUN; REINHARDT, 1981). Em Quebec, o Conselho da Língua Francesa organizou, em Montreal, em 1981, um colóquio internacional sobre o tema “*L’avenir du français dans les publications et communications scientifiques et techniques*” (CONSEIL DE LA LANGUE FRANÇAISE, 1983). O debate se mostrou suficientemente importante a ponto de, em 1982, a venerável *Académie des Sciences de Paris* se sentir provocada a produzir seu próprio relatório sobre a questão (ACADEMIE DES SCIENCES, 1982).

Em cada uma dessas situações, a imprensa (francesa e quebequense) relatava as preocupações de alguns cientistas e depois voltava aos casos correntes. Enquanto isso, a dinâmica do campo científico continuava seu curso e a homogeneização linguística em favor do inglês progredia, reafirmando o valor relativo dos idiomas nacionais no mundo científico (GINGRAS, 1984). Enquanto os artigos de pesquisadores franceses escritos em inglês foram apenas 25% do número total de artigos de pesquisadores franceses apontados pela SCI em 1973, a proporção já era de 51% em 1978 e passava dos 70% em 1988.¹³ Mesmo a revista **Le Nouveau Journal de chimie**, resultado de um acordo entre a CNRS e a editora Gauthiers-Villars, contando com um comemorado lançamento “diante de” Garfield, em janeiro de 1977, não

¹³ Garfield (1988). Como a base de dados ISI contém apenas os periódicos mais citados, ela superestima, na verdade, a proporção de artigos franceses publicados em inglês. Ao fazer isso, no entanto, indica que a propensão para publicar em inglês é maior entre pesquisadores mais presentes no cenário internacional. Deve-se observar também que a base de dados PASCAL, que melhor cobre a literatura em língua francesa, indica a mesma tendência de queda na proporção de artigos escritos em francês no decorrer dos últimos trinta anos.

escapou às forças homogeneizadoras do campo científico e, dez anos mais tarde, seus editores anunciaram que, a partir de janeiro de 1987, a publicação assumiria o nome de **New Journal of Chemistry**, “para melhor assinalar seu caráter internacional”.¹⁴ Ao mesmo tempo, o *Comptes Rendues da Académie des Sciences* anunciou que, a partir de então, os artigos (notas) poderiam ser bilíngues e incluir um longo resumo em inglês (entre uma e duas páginas). Embora o discurso de Garfield tenha suscitado protestos, a anglicização progressiva dos periódicos franceses passou realmente despercebida pela mídia. Isso ocorreu também, um ano depois, quando os periódicos do Institut Pasteur oficialmente passaram para o inglês. A própria encarnação da “ciência francesa”, os *Annales* do Institut Pasteur aceitavam, desde 1973, publicar artigos em inglês. No início dos anos 1980, o título da revista tornou-se bilíngue e, no final daquela década, a maioria dos artigos eram escritos em inglês. Essas medidas não impediram seu declínio. Os seus diretores perceberam a “queda dramática do fator de impacto” dos periódicos do *Institut* (conforme métrica do **Journal Citation Index**, publicada anualmente pela própria companhia de Garfield), e tomaram medidas drásticas (LE MONDE, 1989). No início de 1988, os responsáveis pelo *Institut Pasteur* decidiram “formalizar um estado de coisas” (LA PRESSE, 1989), anunciando a mudança para uma única língua, inglês, e o fim do *Annales*, substituído por três revistas produzidas pela Elsevier, uma editora multinacional especializada em publicação de periódicos científicos. Aos olhos dos dirigentes, a “visibilidade” de Pasteur seria assegurada pela menção: “Fundado em 1887 como *Annales de l’Institut Pasteur*”.

¹⁴ Em janeiro de 1998, ele entrou em “uma era de cooperação europeia” tornando-se uma publicação conjunta do CNRS e da *Royal Society of Chemistry* (fonte: <www.lsd.univ-montp2.fr>.).

A POLÍTICA CONTRA A CIÊNCIA

Dentro dos limites do campo científico, essa homogeneização linguística era aceita sem muita hesitação porque a língua de expressão se refere menos à mostra de uma cultura constitutiva da identidade nacional do que a um instrumento de comunicação. Expressando o que deveria ser o sentimento da maioria de seus colegas, um biólogo escreveu na época do caso Garfield: “Eu tendo cada vez mais a publicar em inglês, embora não sinta nenhum prazer nisso”. Citando várias razões, como “demográfica, prática, sociológica econômica e política”, ele lembrou que

os costumes da comunidade científica são duros, às vezes ferozes: a “*struggle for life*” está constantemente em fúria. Não é uma questão de obter um resultado, de fazer uma descoberta, é preciso também que sua paternidade seja reconhecida. [...] Essa dificuldade afeta os hábitos das principais organizações científicas nacionais: CNRS, INSERM etc. Cada vez mais ouvimos que é necessário que os franceses participem mais na elaboração das ideias internacionais. O objetivo é avaliar a produtividade do pesquisador pelo número e pela qualidade de suas publicações. Somos demandados a publicar em periódicos “internacionais”, a fim de sermos reconhecidos em nível internacional etc. Não é possível conseguir isso sem publicação em inglês (DAVID, 1977, p. 192).

No exterior do campo científico, entretanto, as questões ligadas à língua de uso são inseparáveis da cultura e da identidade nacional. Assim, em oposição ao ponto de vista pragmático do cientista, encontra-se o prisma do político e antigo Primeiro-Ministro Michel Debré, que, ao reagir ao artigo de Garfield, dizia que se o francês deixasse de ser

uma língua científica, “a cultura francesa seria cruelmente ferida” e, com ela “um conjunto de valores intelectuais e morais que, tanto quanto os interesses políticos e econômicos, garantem a existência da nação francesa”. Como se isso não fosse suficiente, ele acrescentou que “seria um drama de consequências incalculáveis remover do idioma francês seu caráter de língua científica” (DEBRE, 1976, p. 956).

Em tal contexto, é compreensível que se a inclinação ao inglês de uma revista de química ainda pudesse passar despercebida, o símbolo nacional assumido pelo personagem Pasteur tenha sido suficiente para que o anúncio de uma decisão semelhante em relação aos *Annales de l’Institut Pasteur* tenha o efeito de uma bomba no mundo político e tenha sido denunciado em nome da especificidade da língua francesa e do prestígio associado ao nome de Pasteur. E dessa vez, o escândalo não vinha de um americano, como doze anos antes, mas da instituição francesa mais prestigiosa.

Aprendendo as notícias por meio dos jornais de Quebec¹⁵, Alain Decaux, então Ministro encarregado da Francofonia, descreveu a situação de “não apenas escandalosa, mas profundamente absurda” (LA PRESSE, 29/03/1989, p. A1). Surpreendido com o impacto suscitado por

¹⁵ O ponto de partida do “Caso Pasteur” está de fato localizado em Quebec, uma sociedade hipersensível a tudo o que diz respeito à língua francesa. Sob o título “*L’Institut Pasteur atteint du virus de l’anglicisation*”, o caso foi retomado na imprensa em 11 de março de 1989. O jornalista foi alertado por um fervoroso defensor do uso do francês na ciência, Arnold Drapeau, professor da *École Polytechnique de Montréal* e redator da *Revue des Sciences de l’eau*, uma iniciativa franco-quebequense criada em 1987 para garantir a presença da língua francesa no campo científico. Drapeau havia recebido uma carta datada de 20 de fevereiro informando-o, em inglês, de que a revista para a qual ele havia submetido seu artigo em francês passaria a ser publicada em inglês apenas para “alcançar um público mais amplo”. Ao perceber a decisão dos diretores do Institut Pasteur como uma “abdição”, ele alertou as mídias. O Presidente do *Conseil de la langue française* escreveu ao seu homólogo francês, o Comissário Geral da Língua Francesa, para informá-lo da “surpresa” e do seu “espanto”. Foi por meio deste último que Alain Decaux teve conhecimento da “novidade” (LA PRESSE, 29/03/1989). Ela finalmente chegou a Paris via o correspondente do *Le Monde* em Montréal (LE MONDE, 29/03/1989). Após um “quase completo silêncio das mídias” (segundo *La Presse do Icv* de abril de 1989), as reações se multiplicaram na França durante o mês de abril.

uma decisão que foi o resultado lógico de um longo processo, as autoridades do Instituto Pasteur tiveram que se justificar publicamente. Durante uma coletiva de imprensa, um representante do Instituto explicou que “na Idade Média, a língua de comunicação das pessoas das ciências era o latim. Hoje, é o inglês. Isso não nos faz felizes, mas é assim que as coisas são. Podíamos escolher entre o inglês [...] e o desaparecimento total a médio prazo” (LA PRESSE, 15/04/1989, p. A2). Após negociações privadas e para salvar a face política do que se tornou um “caso”, o Ministro Decaux orgulhosamente anunciou que o Instituto aceitaria “ainda continuar a publicar artigos em francês se eles forem muito bons” (LE MONDE, 03/04/1989, p. 3). Já a direção do Instituto anunciou que, “diante da emoção gerada por esse caso”, estava “antecipando” seus planos de criar uma revista inteiramente em francês e com o título *Annales de l’Institut Pasteur*, que seria de certa forma, “a concentração de outros três periódicos” (LE MONDE, 14/04/1989, p. 12). Enquanto a língua da “pesquisa de ponta” era inglesa, a de “síntese” poderia continuar em francês. O caráter local da revista se reflete em seu conselho editorial, composto exclusivamente por pesquisadores do Instituto Pasteur, ao passo que o conselho editorial dos novos periódicos em língua inglesa inclui principalmente pesquisadores de outros países. Entre os quarenta e sete membros do comitê da redação de **Microbes and Injection**, que em 1998 substituiu os três periódicos fundados em 1988, doze países estão representados, e em 1999 havia apenas treze membros franceses, dos quais onze eram do Instituto Pasteur. Ao passo que a revista em língua francesa se destina a um “amplo público, incluindo praticantes e estudantes”, oferecendo-lhes “artigos de revisão e conferências publicadas em francês”, a segunda visa “pesquisadores imunologistas, microbiologistas, virologistas e

biólogos moleculares” e lhes apresenta “pesquisas mais avançadas em todos os campos de infecção e imunidade”, bem como “acesso a editores regionais que estão espalhados no mundo inteiro”.¹⁶

A fim de acalmar os espíritos e arejar as emoções, outro colóquio foi organizado por iniciativa do ministério da Francofonia, no início de janeiro de 1990. Os habituais discursos políticos voluntaristas que afirmavam que “a comunidade científica deveria recusar esse empobrecimento intelectual que resultava do monopólio anglo-americano” (DECAUX, 1990, p. 25), conseguiram se fazer ouvir, mas sem mudar verdadeiramente as práticas da escrita de cientistas indiferentes a discursos que, se fossem postos em prática, levariam de fato à sua própria marginalização em um campo científico globalizado onde seus colegas, mas também seus concorrentes, são majoritariamente americanos, britânicos ou alemães do que franceses¹⁷ (CASSEN, 1990).

DESLOCAMENTO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Como no domínio econômico, um dos efeitos da globalização no campo científico é “desnacionalizar” os locais de produção e dar acesso a novos lugares fora das fronteiras nacionais. Desde a construção dos aceleradores de partículas do CERN, os cientistas se habituaram à colaboração europeia e tinham também aprendido a debater a localização de grandes dispositivos no interior das fronteiras nacionais. Em 1984, por exemplo, o síncrotron europeu que muitos viam em Estrasburgo, foi finalmente construído em Grenoble. Se, como os

¹⁶ Apresentações retiradas do site: www.elsevier.fr.

¹⁷ Os anais do colóquio foram publicados sob o título “*Quelles langues pour la science?*” (CASSEN, 1990).

analistas observaram, “em vão se buscaria uma lógica científica nesse percurso à geografia variável” (LE MONDE, 31/10/2000, p. 21), facilmente se encontra ali, em contrapartida, uma lógica política clássica de clientelismo.

Os cientistas tiveram, portanto, que experimentar os efeitos da deslocalização de dispositivos de médio porte para fora das fronteiras nacionais. A ocasião para isso foi propiciada, no outono de 1999, com o “caso do Síncrotron”, mostrando claramente que, em termos de política, as armas dos “trabalhadores científicos” são de fato as mesmas que as dos outros trabalhadores: greves, petições, manifestações e busca de apoio. Esse episódio também tem a virtude de nos lembrar que a *big science* gera uma forte interação entre o campo científico e o campo político.

A construção de um síncrotron de terceira geração fazia parte da paisagem francesa desde os últimos dez anos. Deveria suceder a um aparelho construído em Orsay nos anos 1970 (LURE) que, como outros similares construídos em outros lugares da Europa, começava a dar sinais de obsolescência. Na visão dos cientistas, tais geradores de radiação eletromagnética não respondiam à demanda cada vez maior por fontes de síncrotron de alta energia para o desenvolvimento de pesquisas de ponta em física, química, biologia e ciência de materiais.

Na França, os sucessivos responsáveis políticos tinham constantemente, por várias razões, retardado a decisão de construir ou não uma nova máquina, que deveria custar cerca de trezentos e vinte milhões de euros. Em 1997, uma semana antes das eleições legislativas, Alain Juppé tinha previsto tê-lo construído em Bordeaux, mas a mudança no governo impediu que o projeto fosse adiante. A escolha recaiu sobre o novo Ministro da Pesquisa, Claude Allègre. Um tanto

crítico da *big science*, ele estimava que o planejamento desses grandes dispositivos deveria ser feito dentro de um quadro europeu. Como os britânicos decidiram construir sua própria máquina, DIAMOND, em colaboração com a fundação privada Wellcome Trust, Allègre viu nisso uma boa oportunidade para a colaboração europeia e, talvez, também um símbolo da parceria público-privada, com a fundação assumindo cerca de um terço dos custos da construção. No início de agosto de 1999, enquanto os pesquisadores franceses estavam de férias, o Ministro decidiu e anunciou o abandono do projeto francês SOLEIL em favor da DIAMOND, que deveria ser, é claro, construído na Grã-Bretanha. Mesmo os pesquisadores britânicos trabalhando em Daresbury, ao sul de Liverpool, que contavam com a DIAMOND para substituir sua máquina, que também estava desatualizada, receberam mal esse anúncio de colaboração, pois poderia significar um deslocamento das instalações para o Laboratório Rutherford em Didcot, perto de Oxford. O diretor do síncrotron britânico ficou irritado e criticou “severamente a escolha das autoridades britânicas, que não acharam por bem avisá-lo” (LIBÉRATION, 07/09/1999, p. 29).

INTERRUPÇÃO DA PRODUÇÃO

Assim que a decisão de Allègre foi anunciada, os cientistas franceses ficaram, de acordo com o jornal **La Libération**, “completamente loucos de raiva”. “É uma imbecilidade total, uma cretinice absoluta, uma grande coisa para os ingleses e algo muito ruim para a França”, comentou imediatamente “a título pessoal Yves Petroff, o pai de LURE, o Sr. Síncrotron francês” (LIBÉRATION, 04/10/1999, p. 11). Por sua vez, o conselheiro científico do Ministro daquele caso, o

físico Paul Clavin, respondeu que o “lobby francês de radiação sincrotrônica” não fazia mais que “sabotar as possibilidades de cooperação europeia” (LIBÉRATION, 07/09/1999, p. 27). A linguagem política dominava: “França”, “lobby” e a guerra estava declarada.

Ilustração não autorizada à difusão

Les “travailleurs de la preuve contre la délocalisation du synchrotron” (SCIENCE, v. 2941, n. 5512, 23 mars 2001. C Balter).

De volta ao trabalho no início de setembro de 1999, o pessoal do síncrotron de Orsay imediatamente agiu recusando-se, em “um movimento sem precedentes” (LIBÉRATION, 07/09/1999, p. 27), a reiniciar sua máquina. Eles pararam a “produção de radiação sincrotrônica” (LES ÉCHOS, 13/09/1999, p. 33), privando assim os pesquisadores franceses e europeus de sua fonte de energia. Duas semanas depois, em 23 de setembro, manifestaram-se frente à sede do conselho regional de Île-de-France, que de fato apoiou a construção do dispositivo em seu território. O caso logo assumiu um caráter nacional e o Presidente da República se envolveu, concordando com os cientistas ao afirmar que “o projeto SOLEIL de radiação sincrotrônica é certamente o mais belo equipamento científico que a França pôde, nos anos seguintes, realizar com sua comunidade científica para a pesquisa

e o progresso, notadamente nas áreas de saúde e indústria” (LE MONDE, 23/09/1999, p. 40). O Ministro não tinha mais muito apoio, exceto o do Prêmio Nobel de Física Pierre-Gilles de Gennes¹⁸ (LE MONDE, 07/03/2000, p. 75), (L'EXPRESS, 16/03/2000, p. 50), e os cientistas continuaram a se manifestar e a fazer pressão.¹⁹

A INTERNACIONAL DOS CIENTISTAS

Como as questões científicas não conhecem fronteiras, os pesquisadores franceses puderam contar com o apoio de colegas estrangeiros sem que isso fosse percebido como interferência nos assuntos internos de um país soberano, como teria sido o caso em um assunto estritamente “político”. Muitos diretores de síncrotrons europeus (incluindo os de Lund, Hamburgo e Karlsruhe) assinaram uma carta de apoio (NATURE, 03/12/1998, p. 398), e o Prêmio Nobel de Química (1962), Max Perutz, então pesquisador no *Medical Research Council* em Cambridge, interveio nas páginas do *Le Monde* em 13 de dezembro, afirmando que a decisão do governo francês foi “trágica”. Ele disse que estava “chocado” e muitos pesquisadores britânicos ficaram “desapontados”, pois esperavam usar a nova fonte intensa de raios X SOLEIL para seus próprios experimentos. Usando por sua conta própria o argumento da integração europeia, Perutz declara, em contraste com o Ministro, que a decisão foi de fato um golpe à “ciência europeia”. E enquanto o Ministro Allègre colocava o síncrotron na categoria da *big*

¹⁸ Radical e isolado, ele avaliava que o registro científico de grandes máquinas era “nulo”.

¹⁹ Outras manifestações ocorreram em diversos lugares: 21 octobre, 30 novembre, 2 décembre 1999; e 25 janvier, 16 mars e 24 mars 2000. No dia seguinte dessa última manifestação, no sábado, 25 de março, Claude Allègre almoçava com o Primeiro Ministro Lionel Jospin, que anunciou a remodelação ministerial...

science para justificar uma planificação europeia, Perutz, por sua vez, argumentou que “as fontes de radiação sincrotrônica não são mais tão caras que um único país não possa oferecê-las”. O Canadá, a Coréia do Sul, a Itália, a Alemanha, bem como a Suécia e a Suíça construíram ou estão construindo suas próprias fontes nacionais”. Em um editorial, a revista britânica *Nature* também destacou que “os síncrotrons não são projetos de *big science*” e que que o Ministro Allègre, “além de murmurar sobre a necessidade de uma maior integração europeia, não apresentou em detalhes uma explicação convincente para abandonar o SOLEIL”. (NATURE, 16/09/1999, p. 195). E para evitar qualquer divisão no seio da “internacional da ciência”, trezentos e cinquenta usuários franceses e estrangeiros do síncrotron de Orsay, três meses depois, defenderam a necessidade de construir duas máquinas a fim de “atender ao conjunto das necessidades expressas na Europa” (LE MONDE, 15/12/1999, p. 27). Finalmente, uma petição no mesmo sentido tinha coletado mais de duas mil e quinhentas assinaturas.

Diante de toda essa pressão, foi encomendado um relatório ao Escritório Parlamentar para escolhas científicas e tecnológicas. Lançado em 16 de março de 2000, ele estimava que “a construção imediata na França de uma fonte nacional de radiação sincrotrônica é imperativa à dinâmica científica, educacional e industrial de nosso país” (LE MONDE, 13/04/2000, p. 32). Completamente repudiado tanto pelos cientistas como pelos políticos, Allègre curvou-se e foi substituído em 27 de março por Roger-Gérard Schwartzberg, professor de direito na Universidade de Paris. Rapidamente, o novo Ministro de Pesquisa confirma que “nós podemos, enquanto continua o projeto franco-britânico [...] ter um segundo dispositivo fixado na França” (LE MONDE, 13/04/2000, p. 32). Menos de um mês após sua nomeação, ele se reuniu

com os representantes sindicais de LURE (24 de abril). E após as recorrentes consultas, ele anunciou em setembro que o novo aparelho seria construído no platô de Saclay, recordando que:

Nos últimos dez anos, a região de Île-de-France passou por um processo variado de deslocamento. Importantes equipamentos científicos foram transferidos, assim como projetos foram cancelados. É interessante para esse relativo declínio, a fim de consolidar nosso principal centro de pesquisa europeu. O SOLEIL deve ajudar a região de Île-de-France a competir com Londres, Munique e Berlim (LE MONDE, 12/09/ 2000, p. 32).

E para mostrar o caráter “europeu” e “nacional” do dispositivo, ele assinou, um pouco depois, um acordo de cooperação com a Espanha na área de grandes equipamentos científicos. Combinando habilmente argumentos “europeus” e “nacionais”, sob o apanágio, por exemplo, de que “os centros nacionais constituem os nós de uma verdadeira rede institucional europeia”²⁰, os cientistas conseguiram, após meses de mobilização política, evitar os efeitos da deslocalização de seus meios de produção, implicações talvez não previstas da integração europeia.

Mas a possível deslocalização dos meios de produção não está necessariamente limitada à escala europeia. A máquina de fusão nuclear ITER (*International Torus Experimental Reactor*), cuja construção é objeto de discussão há mais de uma década, mostra a ambição de dois continentes. Uma “construção geopolítica” (NATURE, 10/07/1997, p. 103), lançada em 1985 em um quadro de reaproximação entre URSS e Estados Unidos, o projeto ITER foi estendido ao Japão e à Europa. Os custos crescentes, estimados em mais de dez bilhões de dólares americanos em 1998, e o contexto de cortes orçamentários nos Estados

²⁰ Carta da Intersindical de LURE aos ministros europeus, disponível em: <www.lure.u-psud.fr>.

Unidos levaram à retirada dos americanos do projeto naquele ano. Ao longo dos anos, o interesse dos governantes tem oscilado de acordo com as circunstâncias políticas dos diversos países envolvidos. Apesar dessas incertezas, a questão da escolha do local permanece em aberto e vários países (França, Japão, Espanha e Canadá) se candidataram a sediar o famoso reator, sem jamais ter sido construído. Assim como a concorrência para sediar os Jogos Olímpicos, os países devem mostrar seus pontos fortes e, acima de tudo, os investimentos que estão dispostos a fazer para garantir o sucesso do projeto. O Japão, por exemplo (NATURE, 19/04/2001, p. 856), propôs-se a assumir dois terços dos custos de construção, enquanto o Canadá indicou a possibilidade de os Estados Unidos retomarem o projeto se o dispositivo for construído na América. Também se aposta no fato de que o local fique próximo de reatores nucleares que produzem trítio, combustível para um futuro reator de fusão (NATURE, 10/05/2001, p. 122). Quanto à Espanha, ela vê esse projeto como uma oportunidade para desenvolver suas indústrias de alta tecnologia. (NATURE, 20-27/12/2001, p. 831). A Comissão Francesa de Energia Atômica sugeriu a região de Cadarache, perto de Aix-en-Provence (NATURE, 03/10/2000, p. 447).

No caso extremo de uma possível deslocalização, no entanto, é pouco provável que a escolha final do local de implantação do ITER seja fora da Europa, mesmo o Japão continuando favorito. Um pouco como a dinâmica dos plasmas, considerada por alguns pesquisadores como “magia negra” (*black art*), tão difícil de entender quanto os fluxos turbulentos em hidrodinâmica (NATURE, 10/07/1997, p. 115-118), sugerindo que a escolha de lugar também responderá a uma dinâmica política “não linear”, portanto, difícil de prever.

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

A tendência mundial de aumento das colaborações científicas internacionais, como mostram os dados bibliométricos, reflete-se também, mas em menor grau, nas fontes de financiamento disponíveis aos pesquisadores. Historicamente, os Estados nacionais tenderam a reservar seus fundos de pesquisa para seus próprios pesquisadores e eles continuam a fornecer a maior parte dos recursos que são a base da pesquisa científica (mais de 90%). O acesso a fontes de financiamento estrangeiras é, no entanto, um fenômeno que ganhou importância ao longo dos últimos vinte anos. Na França, por exemplo, 7,4% do financiamento de R&D vieram de fontes estrangeiras em 1998 em comparação a 4,8% de 1985. No Canadá, o crescimento foi ainda mais rápido, passando de 7,9% para 16,7% durante o mesmo período. Para a Europa, as proporções são de 5,6% em 1991 e 7,4% em 1998 (MAIN SCIENCE AND TECHNOLOGY INDICATORS, 2000, p. 21). Os programas europeus de R&D também são acessíveis aos Estados não-membros da União Europeia (UE) e, em 1998 por exemplo, 22,8% das participações no programa EUREKA vieram de países não pertencentes à UE (SCIENCE ET TECHNOLOGIE, 2000, p. 266-267).

É, sobretudo, no setor de R&D industrial que o crescimento do investimento estrangeiro tem sido observado²¹, mas prefigura talvez uma tendência similar para a pesquisa universitária. Embora fontes confiáveis sobre esta questão não sejam fáceis de obter, os dados coletados para Quebec mostram que, entre 1984 e 1996, os montantes de

²¹ Ver os artigos da revista: **Science and Public Policy**, v. 17, n. 5, 1990, consagrados ao tema "The internationalization of R & D"; além de FLORIDA, R. The globalization of R&D results of a survey of foreign-affiliated laboratories in the USA. **Research Policy**, [s. l.], v. 26, p. 85-103, 1997.

contratos e subvenções de origem estrangeira obtidos por pesquisadores universitários aumentaram dez vezes (em dólares constantes) enquanto o número de tais transações cresceram oito vezes (GINGRAS, 1999).

Dentro da União Europeia, a existência do programa-quadro de R&D permite aos pesquisadores universitários tirar proveito dos programas administrados em Bruxelas e complementar as fontes nacionais às vezes em declínio. Por exemplo, no início dos anos 1990, o rápido crescimento da participação dos pesquisadores britânicos no “*Framework*” europeu de colaboração científica parece menos (ou igualmente) um indicador de um real interesse por intercâmbios internacionais do que uma tentativa de compensar os cortes domésticos (CUNNINGHAM; NEDEVA; REEVE, 1998). Assim, no espaço europeu, cada vez mais pesquisadores dependem de recursos oferecidos pelos programas-quadro administrados em Bruxelas. E embora a proporção de R&D europeia proveniente dos programas da UE permaneça relativamente baixa (de 6% em 1985 para 15% de R&D) (REMOVILLE; CLARISSE, 1999), esta fonte externa pode, para muitos laboratórios, constituir uma parte significativa de seus fundos de pesquisa. No caso britânico, por exemplo, a proporção de fontes europeias cobre, em média, 50% da pesquisa dos projetos de pesquisa dos departamentos envolvidos e, às vezes, até os custos totais da pesquisa (em 25% dos casos) (CUNNINGHAM; NEDEVA; REEVE, 1998). Uma coisa é certa, o crescimento do orçamento de R&D destinado a programas europeus força os pesquisadores a realizarem pedidos de subvenção (curiosamente chamado “*grants*” por alguns franceses pesquisadores, pouco habituados a candidatar-se a agências nacionais de financiamento, inexistentes na França, para fazer funcionar seu

laboratório) e, portanto, a competirem. Nos últimos dez anos, cada vez mais pesquisadores tiveram que aprender sobre essa nova prática e rapidamente foram produzidos guias para ajudá-los nessa tarefa (ver quadro a seguir).

COMO OBTER UM CONTRATO DE BRUXELAS

Em um texto que convida os pesquisadores a “tentar sua sorte” e que pretende ser um guia para escrever uma proposta de projeto de R&D para a UE, pode-se ler: “É claro que se um projeto contribui, por exemplo, para aumentar a poluição, destruir empregos e desestabilizar uma atividade econômica regional, não poderá reivindicar um financiamento da União Europeia. [...]”

“Pró-europeu ou não, adepto ou não do euro, aderente entusiasta ou reticente às políticas comunitárias, você deve entender que a UE não financia seu projeto de R&D para satisfazer apenas suas preocupações e as de seus parceiros, mas também as da Europa econômica. [...]”

“Vamos primeiro evitar o problema do idioma: a língua de trabalho da comunidade científica e técnica internacional é, como sabemos, o inglês; podemos nos arrepender, mas é um fato. Em Bruxelas, os especialistas que analisarão sua proposta provêm dos quinze países da União Europeia e têm um bom domínio do inglês (mesmo o teu), e pouco domínio de outros idiomas. Portanto, é recomendado escrever tua proposta em inglês mesmo que aproximativo e não oxfordiano, para ter certeza de ser lido, ou mesmo apreciado. [...]”

“Os critérios de seleção atribuídos pela Comissão avaliam os diferentes componentes da proposta. Esses são classificados de 1 a 5 (em ordem, muito fraco, fraco, médio, bom, muito bom). Uma vez agrupados, eles darão a pontuação final e, portanto, a classificação”.

Fonte: HUSSON, Jean-Pierre Husson. Construire une proposition de projet. **Technologies internationales**, n. 53, p. 37-40, avril 1999.

O rápido crescimento das colaborações internacionais, ao longo dos últimos vinte anos, é contemporâneo à mundialização das trocas econômicas, menos por ser um efeito direto e mais da retórica da mundialização convergir com a ideologia do internacionalismo científico, que é em si um efeito da internacionalidade do campo científico e, portanto, atende a seus interesses. No início do século, esse internacionalismo permitia aos pesquisadores, como nos lembra Brigitte Schroeder-Gudehus, “a se engajarem plenamente em

empreendimentos de colaboração internacional, permanecendo, ao mesmo tempo, patriotas irrepreensíveis”²² (SCHROEDER-GUDEHUS, 1990, p. 138). Hoje, o lembrete do caráter inseparavelmente local e internacional dos resultados da pesquisa dá-lhes a possibilidade de jogar nos dois sentidos e tirar proveito de todos os recursos possíveis, independentemente de sua origem. Como vimos no caso do síncrotron, é a consideração simultânea desses dois aspectos da pesquisa que permitiu à “comunidade internacional de cientistas” unir no mesmo discurso o caráter “nacional” e “europeu” de seus equipamentos. Assim, o financiamento local é recebido (e reivindicado) em nome da pátria e da concorrência com outras nações, e o financiamento estrangeiro é ovacionado em nome do caráter internacional da ciência. Pasteur tinha razão: o homem da ciência deve ter uma pátria porque é dela que ele depende, acima de tudo, para poder praticar uma ciência que não tem nenhum solo próprio.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIE DES SCIENCES. Rapport de l'Académie des Sciences sur la langue française et le rayonnement de la science française. Paris, abr. 1982.
- ALLEN, Bryce; QIN, Jian; LANCASTER, Frederick Wilfrid. Persuasive communities: a longitudinal analysis of references in the philosophical transactions of the Royal Society, 1665-1990. **Social Studies of Science**, v. 24, p. 279-310, 1994.
- ALTBACH Philip G.; LEWIS, Lionel S. Internationalism and insularism: american faculty and the world. **Change**, [s. l.], p. 54-55, jan./fev. 1998.
- BACHELARD, Gaston. **L'activité rationaliste de la physique contemporaine**. Paris: PUF, 1951.

²² Sobre o assunto consultar Forman (1973).

- BARRÉ, Rémi (coord.). **Science et technologie**: indicateurs 2000. Paris: Économica, 2000.
- GEUNA, Aldo. The internationalization of european universities a return to medieval roots. **Minerva**, [s. l.], v. 36, p. 253-270, 1998.
- BEAVER, Donald de B.; ROSEN, Richard. Studies in scientific collaboration (part I) - the professional origins of scientific co-authorship. **Scientometrics**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 65-84, 1979.
- BEAVER, Donald de B.; ROSEN, Richard. Studies in scientific collaboration (part II) - professionalization and the natural history of modern scientific co-authorship. **Scientometrics**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 231-245, 1979.
- BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. Les congrès scientifiques et la politique de coopération internationale des académies des sciences. **Relations Internationales**, Lyon, n. 62, 1990.
- BIAGIOLI, Mario. Aporias of scientific authorship: credit and responsibility in contemporary biomedicine. In: BIAGIOLI, Mario (coord.). **The science studies reader**. New York: Routledge, 1999. p. 12-30.
- BLONDEL, Christine. Négociations entre savants, industriels et administrateurs: les premiers congrès internationaux d'électricité. **Relations Internationales**, Lyon, n. 62, p. 171-182, 1990.
- CARLSON, Timothy; MARTIN-ROVET, Dominique. The implications of scientific mobility between France and the United States. **Minerva**, [s. l.], v. 33, p. 211-250, 1995.
- CARTA DA INTERSINDICAL DE LURE AOS MINISTROS EUROPEUS. Mars, 2000.
- CASSEN, Bernard. (coord.). **Quelles langues pour la science?** Paris: La Découverte, 1990.
- CHAMBRUN, Noëlle de; REINHARDT, Anne-Marie. Le français chassé des sciences. In: Actes du colloque du 6 juin 1980, tenu à l'Université de Paris XI, Département de langues vivantes. Paris. **Actes...** Paris: CIREEL, 1981.
- CONSEIL DE LA LANGUE FRANÇAISE. L'avenir du français dans les publications et communications scientifiques et techniques. Québec: Éditeur officiel du Québec, 1983.

- CRAWFORD, Elisabeth; SHINN, There; SÖRLIN, Sverker. The nationalization and denationalization of the sciences: an introductory essay (Preface). In: CRAWFORD, Elisabeth; SHINN, There; SÖRLIN, Sverker. **Denationalizing science: the contexts of international scientific practice**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993. p. 1-42.
- CUNNINGHAM, Richard; NEDEVA, Maria; REEVE, Nigel. International dimension. In: CUNNINGHAM, Richard (coord.). **Science and technology in the United Kingdom**. London: Catermill, 1998.
- DAVID, J. Société éditions scientifiques. **La Recherche**, [s. l.], n. 75, fev. 1977.
- DEBRE, M. La langue française et la science universelle. **La Recherche**, Paris, n. 72, p. 956, 1976.
- DECAUX, Alain. Quelle langue pour la science? Enrayer la dynamique de la résignation. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 25-27, 12 jan.1990.
- DIBON, Paul. Les échanges épistolaires dans l'Europe savante du XVIIe siècle. **Revue de Synthèse**, Paris, n. 81-82, p. 31-50, jan./jun. 1976.
- ERDMANN, Karl Dietrich. Les Congrès internationaux des Sciences historiques. **Relations Internationales**, Paris, n. 62, p. 201-211, 1990.
- ETZKOWITZ, Henry; KEMELGOR, Carol. The role of research centers in the collectivization of academic science. **Minerva**, [s. l.], v. 36, p. 271-288, 1998.
- FLORIDA, Richard. The globalization of R&D results of a survey of foreign-affiliated laboratories in the USA. **Research Policy**, [s. l.], v. 26, p. 85-103, 1997.
- FORMAN, Paul. Scientific internationalism and the Weimar physicists the ideology and its manipulation in Germany after World War I. **Isis**, [s. l.], v. 64, p. 151-180, 1973.
- GABLOT, G.; PAGAUD, D. Recherche, langue et édition françaises en sciences de la terre. **Géochronique**, Paris, v. 9, p. 13-15, 1986.
- GARFIELD, Eugene. Current Contents. **Institute for Scientific Information ISI**, Philadelphia, n. 6, jun. 1988.
- GINGRAS, Yves. La valeur d'une langue dans un champ scientifique. **Recherches Sociographiques**, Quebec, v. 25, n. 2, p. 285-296, 1984.

- GINGRAS, Yves; GODIN, Benoît; FOISY, Martine. L'internationalisation de la recherche universitaire au Canada. In: BOND, Sheryl; LEMASSON, Jean-Pierre (coord.). **Un monde de savoir**: les universités canadiennes et la mondialisation. Ottawa: CRDI, 1999. p. 80-103.
- GINGRAS, Yves; MOSBAH-NATANSON, Sébastien. Where are Social Sciences produced? In: **World Social Science Report**: knowledge divides. Paris: UNESCO Publishing et International Social Science Council, 2010. p. 149-153.
- GINGRAS, Yves. Les limites de l'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines: actes du premier congrès du réseau national des MSH. **Réseau National des MSH**. Caen, décembre, 2012.
- GODIN, Benoît; GINGRAS, Yves; DAVIGNON, Louis. Les flux de connaissance au Canada tels que mesurés par la bibliométrie. **Statistique Canada**, Ottawa, out. 1998.
- HATCH, Robert. Between erudition and science the archive and correspondence network of Ismaël Boulliau. In: HUNTER, Michael (coord.). **Archives of the Scientific Revolution**: the formation and exchange of ideas in seventeenth-century Europe. Woodbridge; Rochester: Boydell Press, 1998. p. 49-71.
- HEILBRON, Johan; GINGRAS, Yves. The globalization of european research in the Social Sciences and Humanities (1980-2014): a bibliometric study. In: HEILBRON, Johan et al. (coord.). **The Social and Human Sciences in Global Power Relations**. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 29-58.
- HERMANN, Armin et al. **History of CERN I**: launching the European Organization for Nuclear Research. v. 1. Amsterdam-New York: North Holland Physics Pub, 1987.
- HICKS, Diana M.; KATZ, J. Sylvan. Where is science going? **Science, Technology and Human Values**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 379-406, automne 1996a.
- HICKS, Diana M.; KATZ, J. Sylvan. Science policy for a highly collaborative science system. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 39-44, fev. 1996b.
- HIRSCH, W.; SINGLETON, J. F. Research support, multiple authorship and publication in sociological journals, 1936-1964, apud BEAVER, Donald; ROSEN, Richard. Studies in scientific collaboration (part II): professionalization and the natural history of modern scientific co-authorship. **Scientometrics**, [s. l.], v. 1, n. 3, 1979, p. 241.

JULIA, Dominique; REVEL, Jacques (coord.). **Les universités européennes du XVIe au XVIIIe siècle**: histoire sociale des populations étudiantes. Paris: EHESS, 1989.

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R. What is research collaboration. **Research Policy**, [s. l.], v. 26, p. 1-18, 1997.

L'EXPRESS, Quebec, 16 mar. 2000, p. 50.

LA PRESSE, Quebec, 11 mar. 1989, p. A6.

LA PRESSE, Quebec, 15 abr. 1989, p. A2.

LA PRESSE, Quebec, 29 mar. 1989, p. A1.

LE MONDE, Paris, 14 abr. 1989, p. 12.

LE MONDE, Paris, 14 abr.1989, p. 12.

LE MONDE, Paris, 23 set. 1999, p. 40.

LE MONDE, Paris, 29 de mar. de 1989.

LE MONDE, Paris, 3 abr. 1989, p. 3.

LE MONDE, Paris, 7 mar. 2000, p. 75.

LE MONDE, Paris, 13 abr. 2000, p. 32.

LE MONDE, Paris, 31 out. 2000, p. 21.

LE MONDE, Paris, 12 set. 2000, p. 32.

LE MONDE, Paris, 15 dez. 1999, p. 27.

LECLERC, M.; GAGNE, J. International scientific cooperation: the continentalization of science. **Scientometrics**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 261-292, 1994.

LES ÉCHOS, Paris, 13 set. 1999, p. 33.

LIBÉRATION, Paris, 4 out. 1999, p. 11.

LIBÉRATION, Paris, 7 set. 1999, p. 27.

LIBÉRATION, Paris, 7 set. 1999, p. 29.

LUUKKONEN, Terttu. Old and new strategic roles for the European Union Framework Programme. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 28, n. 3, p. 205-218, jun. 2001.

MAIN SCIENCE AND TECHNOLOGY INDICATORS. OCDE, Paris, v. 1, p. 21, 2000.

MOSBAH-NATANSON, Sébastien; GINGRAS, Yves. The globalization of social sciences? Evidence from a quantitative analysis of 30 years of production, collaboration and citations in the social sciences (1980-2009). **Current Sociology**, [s. l.], v. 62 n. 5, p. 626-646, 2014.

NARIN, Francis; STEVENS, Kimberly; WHITLOW, Edith S. Scientific cooperation and the citation of multinationally authored papers. **Scientometrics**, [s. l.], v. 21, p. 313-323, 1991.

NATURE, New York, 10 jul. 1997, p. 103.

NATURE, New York, 10 jul. 1997, p. 115-118.

NATURE, New York, 10 maio 2001, p. 122.

NATURE, New York, 16 set. 1999, p. 195.

NATURE, New York, 19 abr. 2001, p. 856.

NATURE, New York, 20-27 dez. 2001, p. 831.

NATURE, New York, 3 out. 2000, p. 447.

NATURE, New York, 3 dez. 1998, p. 398.

PEARL, Jonathan L. The role of personal correspondence in the early exchange of scientific information in early modern France. **Renaissance and Reformation**, Toronto, v. 20, p. 106-113, 1984.

PRICE SOLLA, Derek J. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, 1963. p. 87-88.

- RASMUSSEN, Anne. À la recherche d'une langue internationale de la science, 1880-1914. In: CHARTIER Roger; CORSI, Pietro (coord.). **Sciences et Langues en Europe**. Paris: Centre Alexandre-Koyré, 1996. p. 139-155.
- RASMUSSEN, Anne. Jalons pour une histoire des congrès internationaux au XIXe siècle régulation scientifique et propagande intellectuelle. **Relations internationales**, Paris, n. 62, p. 115-133, 1990.
- REMOVILLE, J.; CLARISSE, B. Intra-European scientific co-operation: measuring policy impact. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 8, n. 2, p. 99, 1999.
- ROESSLER, Mechtild. Les congrès scientifiques et la politique de coopération internationale des académies des sciences. **Relations internationales**, Paris, n. 62, 1990.
- SAPIRO, Gisèle; SANTORO, Marco; BAERT, Patrick (ed.). **Ideas on the move in the social sciences and humanities: the international circulation of paradigms and theorists**. London: Palgrave Macmillan, 2020.
- SCHOTT, Thomas. The world scientific community: globality and globalization. **Minerva**, [s. l.], v. 29, p. 440-462, 1991.
- SCHOTT, Thomas. World science globalization of institutions and participation. **Science, Technology and Human Values**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 196-208, printemps 1993.
- SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. Les congrès scientifiques et la politique de coopération internationale des académies des sciences. **Relations internationales**, Paris, n. 62, p. 135-148, 1990.
- UMAKOSHI, Toru. Internationalization of japanese higher education in the 1980's and early 1990s. **Higher Education**, [s. l.], v. 34, p. 259-273, 1997.
- VAN RAAN, Anthony F. J. Science as an international enterprise. **Science and Public Policy**, Oxford, v. 24, n. 5, p. 290-300, 1997.
- WACQUET, Françoise. Les éditions de correspondance savantes et les idéaux de la république des lettres. **XVIIe siècle**, Paris, n. 178, p. 99-118, jan./mar. 1993.
- WACQUET, Françoise. **Le latin ou l'empire du signe**. Paris: Albin Michel, 1998.

- WELCH, Anthony R. The peripatetic professor: the internationalization of the academic profession. **Higher Education**, [s. l.], v. 34, p. 323-345, 1997.
- WELCH, Anthony R.; DENMAN, Brian. Internationalization of higher education: retrospect and prospect. **Forum Of Education**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 14-29, abr. 1997.
- ZITT, Michel; PERROT, François; BARRÉ, Rémi. The transition from “national” to “transnational” model and related measures of countries performance. **Journal of the American Society for Information Science**, Nova Iorque, v. 49, n. 1, p. 30-42, 1998.

3

O JORNAL “A MÃI DE FAMÍLIA”¹ E A CIRCULAÇÃO DA IDEIA DE CRECHE NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Ana Keli Moletta
Névio de Campos

INTRODUÇÃO

O Brasil, na segunda metade do século XIX, foi marcado por significativas mudanças nas esferas política, econômica e cultural, que, como consequência, influíram na forma de ver e entender a realidade que se apresentava. Porém, essas mudanças não foram percebidas de uma forma homogênea, principalmente no que se refere ao planejamento do saneamento urbano do Rio de Janeiro, contexto central do objeto deste artigo. O sistema de esgotos, por exemplo, era precário, as residências não dispunham de água encanada, o abastecimento era realizado por meio de rios, poços, cisternas ou chafarizes públicos, o que contribuía para a proliferação de doenças, entre elas, a febre amarela, que dizimou parcela considerável da população carioca. Aliadas à febre amarela, a cólera e a varíola também eram uma ameaça, conforme podemos verificar pelo excerto de Alencastro (1997):

Ao longo do século XIX, quem dançava no Rio em fevereiro e março era a morte, a Grande Ceifeira. Febres intermitentes ocorrem na primeira metade do século, e a febre amarela torna-se endêmica a partir de 1850.

¹ Ao longo deste artigo optamos por manter, nas transcrições, a grafia original da época.

Surtos de cólera e varíola também fustigam o Império nos anos 1850-60 (ALENCASTRO, 1996, p. 68).

Tal situação se agravava com o contínuo crescimento da população, seja pela imigração de estrangeiros ou a migração interna de escravos, o que tornava urgente a adoção de medidas higiênicas e sanitárias. Para os médicos oitocentistas, tais condições, notadamente os dejetos domésticos jogados nas praias, a água parada, os poços contaminados ou salobros, eram os principais desencadeadores de doenças e os facilitadores das epidemias, o que requeria melhorias no estado sanitário da cidade e a implementação de regras higiênicas. Diante da situação descrita, os médicos se apresentavam como as pessoas mais capacitadas, em termos de autoridade científica.

Para Machado et al (1978) e Mariano (2020), a partir daquele momento, o projeto que movia o médico na ação direta sobre a doença passava a ser um projeto político da medicina, ou seja, o ‘médico político’ teria o dever de dificultar ou de impedir o aparecimento da doença, lutando e intervindo ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pudesse afetar o bem-estar físico e moral da população. Para tornar isso possível, variados aspectos da vida social passaram a ser problematizados pelos profissionais da saúde, como a habitação, a alimentação, o saneamento, o comportamento moral e sexual, a maternidade, entre outros. Na tentativa de conduzir a população a uma nova ordem, acreditavam ser necessária uma ação transformadora e regeneradora, “[...] com prescrições alimentares, de vestuário, de costumes, disciplinando o uso dos lugares públicos, educando higienicamente as crianças, os homens, o mundo” (AGRA DO Ó, 2011, p. 42-43). Nessa cruzada, a imprensa foi tomada como uma aliada

estratégica para a difusão do novo ideal, considerada um espaço de educação e de expressão do discurso médico-higiênico.

Entre os veículos de comunicação impressa desse período destacamos o jornal **Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro, então capital do Império, que contava com uma seção destinada à higiene da mulher e da criança denominada “Cartas às Senhoras Brasileiras”, cujo redator era o *médico-higienista* Carlos Antônio de Paula Costa, simpatizante da causa e orador das Conferências Populares da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do ano de 1877, Carlos Costa produziu uma série de artigos que, respaldados no discurso da ciência e da fé, instruíam as senhoras sobre a moral, a higiene dos recém-nascidos e os sagrados deveres da maternidade, uma vez que, segundo ele, é “[...] muito necessário que se ensine a mulher o que é ser mãe, pois [...]”, sua organização anatômica já lhe indicava o seu papel, ou seja “[...] o papel que lhe traçou o Criador, o de ser mãe !...” (GAZETA DE NOTICIAS, 17/09/1877).

Carlos Antônio de Paula Costa (1844-s.d.) era formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde trabalhou como bibliotecário entre os anos de 1880 e 1903. Sua formação assegurou-lhe participar de alguns espaços, como a Sociedade de Ciência Médica de Lisboa, Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro², Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional³, Sociedade de Propagação da

² A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro foi organizada com o fim de reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde e doenças humanas, e também para definir o papel desse grupo frente a questões de saúde pública e do exercício da medicina. O decreto imperial de 15 de janeiro de 1830 reconheceu oficialmente a Sociedade, aprovando os seus estatutos com a assinatura do ministro dos Negócios do Império José Joaquim Carneiro Campos (Marquês de Caravelas). Instalada publicamente em 24 de abril de 1830, num salão do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (Travessa de São Francisco, nº 1), contou com a presença do imperador Pedro I, que compareceria também a outras sessões comemorativas da associação.

³ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que atuava como órgão consultivo do governo imperial, tinha por objetivo examinar e emitir pareceres sobre questões e assuntos relativos à economia do país,

Instrução às Classes Operárias da Freguesia da Lagoa⁴, e a fundar a Associação de Saneamento da Capital.

Suas preleções nas Conferências Populares da cidade do Rio de Janeiro converteram-se em seus artigos no jornal **Gazeta de Notícias**, em um contexto denominado por Lilia Schwarcz (2005) de “período do jornalismo científico”. Na segunda metade do Oitocentos, os profissionais da medicina abandonaram a imprensa cotidiana e passaram a produzir suas próprias publicações, ancorados em suas práticas, crenças e reflexões, como ilustra a iniciativa de Carlos Costa que resultou no jornal **A Mãe de Família**. O presente artigo explora o uso desse impresso “especializado” (1879 a 1888) para mostrar alguns aspectos do processo de circulação internacional das ideias (BOURDIEU, 2002; GINGRAS, 2002), em que certos médicos pretendiam (re)produzir uma atmosfera dos novos tempos, notadamente a ideia de creche como medida para a “educação da infância” e “higiene das famílias”.

“A MÃE DE FAMÍLIA”: UMA INSPIRAÇÃO FRANCESA

A inspiração de Carlos Costa para o jornal **A Mãe de Família** foi o periódico francês **La Jeune Mère ou l'éducation du premier âge: journal illustré de l'enfance**, criado pelo médico André Théodore Brochard.⁵ De acordo com Brochard, havia na França muitos jornais destinados a jovens mulheres, ensinando-lhes a maneira correta de vestir-se, de

que eram encaminhados ao Ministério do Império. Três ramos de atividade integravam a indústria naquele período: agricultura, manufatura e comércio.

⁴ A Sociedade Propagadora de Instrução Popular destinava-se à instrução e era mantida por particulares. Nesse espaço eram oferecidos: curso primário elementar, que compreendia ler, escrever, contar, a doutrina cristã católica; aulas de francês; conhecimentos dos direitos e deveres e das principais leis penais; aulas avulsas do curso secundário; palestras; e a biblioteca do espaço era franqueada ao público.

⁵ Jornal criado em 1873 por André Théodore Brochard (1810-1883). Na página da Biblioteca Nacional da França pode ser acessada mais informação. Ver: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327958600/date>>.

organizar uma casa, um jantar ou uma recepção. Havia outros tantos que não lhes ensinavam absolutamente nada e simplesmente lhes inculcavam as doutrinas tristes e lamentáveis dos romancistas modernos. Entre todos, não havia uma publicação que ensinasse a jovem mãe como ela deveria alimentar seu recém-nascido, como trocá-lo, como bem criar seus filhos para manter a saúde e, muitas vezes, até preservar a sua existência. Uma vez que a criança, diz ele, citando monsenhor Dupanloup, “[...] é a esperança do país e de toda a humanidade” (LA JEUNE MÈRE, n. 1, 1873, p. 02, tradução nossa).

Para Brochard, **La Jeune Mère** não seria um jornal de medicina, mas um jornal de higiene infantil, pois seu objetivo consistiria em incentivar a educação do recém-nascido, ou seja, o cuidado com a comida, as roupas, a hora de dormir, a dentição, o desmame, a vacina. Em sentido mais estrito, levar as pessoas a compreenderem a utilidade da Creche e da Sociedade Protetora das Crianças, das quais todos deveriam orgulhar-se de fazer parte. Importante assinalar que a ação do médico francês enfatizava a conjunção da medicina e da religião, aspecto também presente no grupo da **A Mãe de Família**. No editorial do periódico francês, esse aspecto assim se apresenta: “O objetivo que eu persigo há vinte anos será alcançado: a reconstituição da família por meio da higiene, da moral e da religião” (LA JEUNE MÈRE, n. 1, 1873, p. 03, tradução nossa).

Essa ideia, que estava presente na experiência francesa, teve repercussão entre alguns médicos no Brasil. Muito do que foi produzido e externado por Brochard foi reproduzido ou adaptado no jornal **A Mãe de Família**. De modo direto, o médico brasileiro identifica essa relação: “A nova publicação que oferecemos às mães de família brasileiras tem fim idêntico ao do jornal do Dr. Brochard que tanta aceitação tem tido

em França” (A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 9, p. 73). Ou ainda, “[...] transcrevemos aqui um interessante artigo do nosso mestre Dr. Brochard, de Paris, o illustre medico que mais serviços tem prestado á hygiene da infancia” (A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 16, p. 126).

Em 1879, foi lançado o primeiro número de **A Mãe de Família**⁶, que ostentava o subtítulo “Jornal Cientifico, Litterario e Illustrado – Educação da Infancia, Hygiene da Familia”. A primeira página do número de estreia traz o cabeçalho com título e subtítulo, dia, mês e ano do lançamento, e a imagem de uma mulher sentada, com um bebê ao colo, e uma menina de pé em sua frente, lendo anotações. Essa ilustração se repetirá nos demais números, além da indicação do responsável pela publicação: Lombaerts & Comp. Editores. Tratava-se de uma litografia belga, considerada a maior da época, que, além de realizar trabalhos de impressão por encomenda, fazia importação de jornais e revistas, principalmente franceses (FERREIRA, 1994).

O jornal **A Mãe de Família** era uma publicação quinzenal, composta de oito páginas e editada de janeiro a dezembro de cada ano. Acreditamos que ele teve boa aceitação entre as senhoras, uma vez que circulou por nove anos, entre 1879 e 1888. O jornal não era vendido apenas no Rio de Janeiro, caracterizado pela expressão “centro civilizado”, mas atingia também os “remotos lugares” do país, estendendo-se aos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Com relação ao título: **A Mãe de Família**: Jornal Cientifico, Litterario e Illustrado – Educação da Infancia, Hygiene da Familia,

⁶ Assinale-se que os exemplares do Jornal “**A Mãe de Família**: Jornal Cientifico, Litterario e Illustrado – Educação da Infancia, Hygiene da Familia”, estão disponíveis na página da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, cujo endereço é: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=341703&pagfis=1>>.

observa-se que ele se articula com os objetivos de seu idealizador, que estavam em consonância com o projeto higiênico daquele momento, ou seja: prevenir antes de curar, uma vez que, segundo Monsenhor Dupaslomp, a criança “[...] é a esperança da pátria e da humanidade!” (A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n.1, p.2). Com esse intento, nada melhor do que despertar e estimular a intervenção da mãe.

[...] esse jornal preenche lacuna na educação da mulher. Ensinará, em cada numero, ás mãis jovens, a hygiene da primeira idade. Sob diversos títulos achar-se-hão ordenados todos os conselhos dictados pela experiencia e pela sciencia, em relação aos cuidados de que se devem rodear as crianças (A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n. 9, p. 73).

O subtítulo do jornal, por seu turno, tem a pretensão de validar tais ensinamentos, uma vez que seriam realizados pelos “homens da sciencia”, pessoas autorizadas a mostrar o caminho correto que as mulheres deveriam seguir com relação à higiene, à moral, aos cuidados com a família e atenção especial às crianças pequenas. Assim, a verdadeira instrução das mulheres caberia aos doutos:

[...] aconselhar, por todas as formas possíveis, os meios de tornar regular o funcionamento do órgão ao qual foi confiada a direcção dos actos psychicos
 [...] O higienista é d’esta maneira tão necessário como o pedagogo para o desenvolvimento da instrução publica, e todo o seu exforço deverá ser empregado em difundir os são principios da hygiene (A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n.1, p. 2).

A fim de indicarmos um pouco da sua organização, apresentamos na sequência dois quadros que contemplam o primeiro ano de sua existência (1879). O Quadro 1 mostra as seções (permanentes); e o

Quadro 2, os artigos. Informamos que, dos vinte quatro números que compõem o ano de 1879, dispomos de onze.

QUADRO 1 – Seções permanentes do jornal **A Mãe de Família** durante o ano de 1879.

Seção - Permanente	Descrição
Molestias das Crianças	Noções sobre os primeiros cuidados com a criança, além da importância da medicina legal. Assinada por dr. Carlos Costa e dr. José Lourenço de Magalhaes.
Palestra do Medico	Trata de assuntos diversos do universo médico-higiênico. Com atenção especial ao recém-nascido. Assinada por dr. Carlos Costa.
Pharmacia Domestica	Discorre sobre os medicamentos e alimentos para uso na primeira infância e na vida adulta. Explica sobre medicamentos e alimentos puros e alterados. Tais como: mate, guaraná, leite, manteiga, xaropes, licores. Traz ainda receitas e fórmulas de remédios caseiros. Assinada por Pharmaceutico Mello Oliveira.
Hygiene Escolar	Descreve como deve ser a higiene escolar e a aplicação sábia e metódica dos meios para promover e garantir a educação psíquica da infância. Fala ainda sobre o falso antagonismo a respeito da higiene do corpo e do espírito. Assinada pelo dr. João Pizarro Cabizo.
Variedade	Histórias em fascículos. Assinada por Elisa de ⁷ ...
A Educação da Mulher	Transcrição do livro: Noções da Vida Doméstica (1879), de Felix Ferreira.
Anúncios	Anúncios de serviços e vendas.
Explicação do figurino colorido	Moldes de roupas com orientações. Não assinado.

Fonte: os autores.

⁷ Sobrenome ausente na publicação.

QUADRO 2 – Artigos do jornal **A Mãe de Família** durante o ano de 1879.

Artigo – Não se repete em todos os números	Descrição
A Creche	Discorre sobre a importância e necessidade desse estabelecimento. Assinado por dr. K. Vanelli
Seremos verdadeiramente boas mãis?	Esclarece no que consiste ser boa mãe. Segundo Carlos Costa, esse artigo teria sido enviado por uma leitora do jornal.
Belas Artes	Considerações sobre a exposição de arte de ilustres senhoras: DD. Cornelia F. França, Emilia L. Gonçalves Roque, Guilhermina Tollstadius e Francisca Breves. Assinado por J. Dantas Junior.
Accidentes das Crianças	Procura demonstrar por meio de fatos e dados a importância dos cuidados maternos para evitar acidentes das crianças. Assinado por dr. Carlos Costa.
O Nosso Inverno	Aborda os males que acometem as crianças com a aproximação do inverno. Assinado por dr. Carlos Costa.
As Festas	Trata dos brinquedos, alimentos, cobras de faraó (fogos de salão), e foguetes, que podem ocasionar ferimentos ou intoxicar as crianças. Assinado por dr. Carlos Costa.
O Respeito	Discorre sobre a necessidade de respeitar a autoridade divina e civil. Chama atenção ainda para o respeito à mulher, base essencial da família e da sociedade. Assinado por H. A.
O Despertar da Criança	Ressalta a importância de as mães acompanharem o crescimento dos seus filhos. Assinado por A. G.
A mãe de família, a freira e a irmã de caridade	Reflete sobre as três funções da mulher na sociedade. Assinado por M. Pinheiro Chagas.
O Amor Materno	Tradução de artigo do dr. Brochard (francês). Apresenta estatísticas sobre a mortalidade infantil em diferentes países, entre eles a França. Além de discorrer sobre a importância do aleitamento e amor materno.

Moléstias das Senhoras	Orienta as mães sobre como proceder com a “Galacthorréa”, que consiste na perda de leite pelos seios. Assinado por dr. Carlos Costa.
O papel da mãe na educação da primeira infância	Discorre sobre a importância de a mãe ser a primeira mestra da criança. Assinado por dr. Carlos Costa
Poemas, fragmentos e máximas	
Fragmentos: o que se diz das mulheres	Poema. Assinado por X... ⁸
<i>Spleen</i>	Poema. Assinado por Fontoura Xavier.
Dias do campo	Poema (fragmento). Assinado por A. Lopes Cardoso.
Ultima verba	Poema. Assinado por A. Lopes Cardoso.
As duas mãis	Poema – Tradução de Bulhão Pato.
A Primavera	Fragmentos de livro - Antônio Feliciano de <i>Castilho</i> .
Máximas	Reprodução de frases, algumas anônimas, outras assinadas por escritores e pensadores.

Fonte: os autores.

Entre os autores estão cinco médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: João Batista Kossuth Vinelli (1849-1888), médico da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro; Antonio José Pereira da Silva Araújo (1853-1900), médico da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro; José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), médico da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro; João Pizarro Gabizo (1845-1904), professor da cadeira de Clínica de Moléstias Cutâneas e Sifilíticas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no período de circulação do jornal **A Mãe de Família**; João Pires Farinha Filho (s.d. - s.d.), médico do Asilo de Mendicidade da Corte e demógrafo da Inspeção Geral de Higiene no período de circulação do referido jornal.

⁸ Nome e sobrenome ausentes na publicação.

Além dos médicos, observamos também outros profissionais: Francisco Maria de Mello e Oliveira (1847-1907), formado em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Antonio Vicente da Fontoura Xavier (1856-1922), jornalista, tradutor, poeta e diplomata; Félix Ferreira (1841-1898), escritor, jornalista, livreiro e historiador da Arte; Antônio da Silva Lopes Cardoso (s.d.-s.d.), fotógrafo do imperador, atuou nas províncias de Pernambuco e Bahia entre as décadas de 1860 e 1880. Sua nomeação como fotógrafo da Casa Imperial data de 30 de novembro de 1864. Não encontramos referências sobre sua origem, formação ou sobre o seu destino após o período em que esteve ativo; e Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), político, escritor e jornalista português.

Como é possível verificar, o jornal contava com vários colaboradores, nomes conhecidos nos círculos intelectuais da Corte, além de alguns codinomes, como “uma mãe”, “Elisa de”, o que sugere o anonimato de mulheres. Cabe destacar que a colaboração feminina não se deu somente por meio do anonimato, visto que ao longo dos números consta uma série de quatro artigos escritos por Maria de Montalchez⁹, intitulados “Conselhos às Mães”.

A circulação de um periódico específico para tratar de um dos temas prementes daquele contexto, assim como para legitimar o papel de liderança da profissão médica, ilustra o contexto de forte intercâmbio entre Brasil-França. Patrick Petitjean indica cinco períodos¹⁰ que caracterizariam as relações científicas entre os dois países, sendo que “[...] um traço comum a esses períodos é a influência

⁹ Não encontramos referências sobre sua origem ou formação.

¹⁰ Consultar Petitjean (1996).

cultural francesa, que, no Brasil e nos outros países da América Latina, cresceu na primeira metade do século XIX e declinou após a Primeira Guerra Mundial” (PETITJEAN, 1996, p. 34). Além disso, o autor (1996, p. 34) pondera que “[...] a ciência está, em grande parte, incluída nessa referência cultural. É, assim, principalmente (mas não unicamente) em direção à França que as elites brasileiras se voltam, para aí procurar os modelos de instituições científicas, os últimos livros científicos, e os especialistas”. Nesse debate, Maria Amélia Dantes (1996, p. 51) diz que:

[...] a difusão mais extensa das correntes científicas no Brasil aconteceu nos anos que se seguiram ao término da guerra contra o Paraguai, em 1870. O ideário científico adequava-se ao momento de mudanças, contribuindo para a crítica do nacionalismo característico do movimento romântico e para uma valorização das tendências universalistas.

As citações anteriores revelam um pouco do ambiente vivenciado pela comunidade científica que se formava no Brasil, em particular das entidades que arregimentavam os médicos, profissionais que se posicionavam como principais expoentes da intervenção política e pública, inclusive sob a salvaguarda do Estado. No momento da criação do jornal **A Mãe de Família** havia uma atmosfera de certo internacionalismo científico. No entanto, no final do século XIX já era possível observar a prevalência do nacionalismo científico, interpretado por Petitjean nos seguintes termos: “Em geral, a ideia dominante é de que é preciso opor ao internacionalismo científico do século XIX o nacionalismo do século XX, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial” (PETITJEAN, 1996, p. 30). Esse autor sublinha dois aspectos que se mostram importantes para pensarmos a circulação da ideia de creche no contexto brasileiro:

Parece-nos ainda fundamental conservar uma dupla perspectiva. A primeira, em que o interesse é pela difusão de um saber constituído a partir da Europa, com, de um lado, as estratégias e as condições dessa expansão científica e, de outro, as condições culturais, intelectuais, sociais, econômicas e políticas que favoreceram ou frearam a recepção dessa ciência moderna. A segunda perspectiva é inversa, e não parte das antigas potências coloniais. Ela se interessa pela emergência, pela formação de tradições científicas nacionais, como fenômeno “localizado”, histórica, geográfica e socialmente (PETITJEAN, 1996, p. 30).

A consideração de Petitjean está em consonância com a discussão do texto “As condições sociais da circulação internacional das ideias”, de Pierre Bourdieu, pois este sociólogo assinala que:

[...] o sentido e a função de uma obra estrangeira são determinados tanto ou mais pelo campo de chegada quanto pelo campo de origem. Em primeiro lugar porque o sentido e a função no campo de origem são muitas vezes completamente ignorados. E também porque a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente “sem etiqueta”) pela editora [...] e anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente (BOURDIEU, 2002, p. 4).

Nas linhas anteriores procuramos apresentar algumas informações sobre o jornal **A Mãe de Família**, sem desconsiderar o clima da circulação internacional das ideias científicas. Como mostramos na introdução, havia uma demanda por políticas de saneamento e higiene no Brasil, de modo acentuado nas suas principais cidades. Dito de forma

mais precisa, tais questões foram transformadas em problema político, convertendo-se numa das bandeiras de legitimação da atuação pública do médico-sanitarista-higienista, sob os auspícios do Estado. O discurso científico, com um tom internacional e universalista, metamorfoseava-se em representações e práticas cada vez mais alinhadas ao nacionalismo brasileiro, resultando em políticas de intervenção pública e controle sobre os indivíduos.

A CRECHE E O DISCURSO MÉDICO-HIGIENISTA

O jornal **A Mãe de Família**, a partir de janeiro de 1879, publica uma sequência de cinco artigos sob o título “A crèche: Asylo para a primeira infância”, escritos pelo médico-higienista João Batista Kossuth Vinelli. O mesmo jornal, na seção permanente “Palestra do Médico”, de autoria de Carlos Costa, ao longo dos seus nove anos de existência, discorre sobre a estrutura e a documentação necessárias para o funcionamento de uma creche, ao mesmo tempo em que informa os leitores a respeito da luta empreendida por ele e pelos redatores do periódico para que tais ideias encontrassem guarida entre os filantropos e pessoas que pudessem efetivar o que ainda era um desejo. Ao cotejarmos tais debates com as pesquisas acadêmicas, constatamos que essa iniciativa do jornal consiste nos primeiros registros escritos que tratam da creche no Brasil.

O primeiro artigo, de autoria de Kossuth Vinelli, foi estampado na terceira e quarta página do primeiro número do jornal, logo depois do editorial. Nele o médico chama a atenção para a importância e necessidade de vulgarizar em nosso país a ideia da creche, uma vez que nos países em estágio avançado de civilização e progresso, essa

instituição já era uma realidade e seus benefícios eram notáveis. O autor utiliza a exemplaridade como uma estratégia discursiva. Primeiro, ele menciona o exemplo da creche existente no que ele denominou de “cérebro do mundo”, ou seja, na França. Discorreu também sobre um dos livros do fundador da creche francesa, Jean-Baptiste Firmin Marbeau, intitulado **Das creches ou meio de diminuir a miséria e aumentar a população**, de 1850, em que Marbeau desenvolve, segundo *Vinelli*, de forma exitosa, sua brilhante e humanitária ideia de creche, fazendo ver os frutos fecundos que dela se poderiam colher. Na sequência, *Vinelli* apresenta o exemplo de Lisboa, onde fora construída em elegante edifício, na calçada da Tapada, uma creche¹¹ custeada pela rainha de Portugal, D. Maria Pia, que deu a esse estabelecimento o nome de seu finado pai, Victor Manuel, rei da Itália.

De acordo com *Kossuth Vinelli*, no Brasil ainda não existia esse tipo de estabelecimento, porém, sua necessidade era premente, sobretudo nas condições em que o país se encontrava depois de 28 de setembro de 1871, quando, graças à Lei do Ventre Livre, não nasciam mais escravos. Além disso, com a emancipação da escravatura, muitas mulheres viam-se abandonadas, com filhos pequenos e à procura de trabalho. Porém, os filhos apresentavam-se como um impeditivo para conseguirem seu meio de subsistência, principalmente quando a mãe ainda amamentava. Como forma de contornar essa situação, *Vinelli* constrói uma narrativa, mostrando a importância da creche, tanto para as senhoras quanto para as trabalhadoras.

¹¹ O Centro de Acolhimento Infantil Victor Manoel (CAI), também conhecido por Vítor Manuel, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ainda está em funcionamento.

Imaginae, agora, que exista na proximidade do lugar em que ella trabalha um asylo em que ella possa deixar durante o dia sem receio, o filhinho, em que ella possa vir dar-lhe de mamar, ou onde dele tratem com carinho e elle se acha desmamado e de onde o leve consigo quando à tarde ou à noite volta do trabalho para sua casa; imagine por um instante e vêde como a scena muda: a mãe já não encontra dificuldade em empregar-se e póde então tranquilla dedicar-se ao trabalho que lhe há de trazer os meios de manter-se (A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 1, p. 4).

O médico finaliza o artigo com alguns fragmentos do discurso do padre Ansault, proferido na Igreja de Saint-Roch de Paris. Segundo o padre, não se podia deixar de protestar em nome do Evangelho contra o destino a que as famílias dos operários estavam sujeitas, principalmente sob o espectro da fome, quando a mãe se via na necessidade de sair para ganhar o pão diário e não tinha um espaço adequado para deixar seus “filhinhos”. Nas palavras de Vinelli, a intenção do jornal era chamar a atenção para essa causa, popularizar essa ideia e mostrar as vantagens da creche para a sociedade brasileira e em especial para as mães de família.

Nos demais artigos, *Vinelli* discorre sobre a estrutura e o funcionamento da creche. Diz que a casa deve ter dimensões proporcionais ao número de crianças que se pretende admitir, a fim de evitar acúmulo de indivíduos. As diversas peças que compõem o edifício devem ser espaçosas, claras, arejadas, rodeadas de janelas que permitam a circulação de ar e entrada de luz. Para ele, a divisão do estabelecimento deve ser a seguinte: uma sala para os berços, uma sala de brinquedos, uma rouparia, uma cozinha, um quarto destinado à senhora encarregada de receber as crianças, e um jardim arborizado. Observamos dois aspectos na intervenção de *Vinelli*: de um lado, uma

forte ligação à religião católica ao mencionar fragmentos de fala de um padre francês e associar a criação da creche a um certo humanismo religioso; de outro, a presença simbólica dos elementos científicos para definição dos espaços adequados a uma creche.

Em texto posterior (1888), Carlos Costa, servindo-se das proposições do engenheiro francês Émile Cacheux, considerado um especialista em conjuntos habitacionais de trabalhadores, sublinhava que outros espaços deveriam integrar a creche no Brasil: um vestíbulo, uma sala de recepção, uma sala de aleitamento, gabinetes de *toilette*, *water-closets* ou latrinas para as crianças e as pessoas do serviço, e uma pequena farmácia. Além disso, acrescenta:

Há alguns pormenores a que se procurará attender, assim por exemplo, quanto aos berços ou caminhas, aconselharei que sejam utilizados uns e outros de ferro, com enxergão de tela de arame, sobre o qual deve ser collocado um pequeno colção de crina vegetal. Os travesseiros devem ser moles e as fronhas lisas sem ornatos ou rendas, etc. Os cortinados são convenientes em razão dos mosquitos e borrachudos que entre nós tanto apoquentam as criancinhas. Devem porem os cortinados ser feito de tecido muito fino (A MÃI DE FAMÍLIA, 1888, n. 11, p. 85).

A creche permaneceria aberta todos os dias úteis, das 5 às 20 horas no verão, e das 6 às 19 horas no inverno. Para a admissão, a mãe deveria ser pobre, trabalhar fora de sua residência e ter boa conduta. As crianças deveriam ter até 2 anos de idade, apresentar boa saúde, inclusive com ordem visada pelo médico e ser vacinada. A mãe poderia dar-lhe de mamar duas vezes por dia, nos horários de intervalo do trabalho; na impossibilidade, a creche contaria com amas, uma para cada cinco ou seis crianças. Para esse trabalho, o estabelecimento cobraria 100 réis diários, valor equivalente ao que era praticado na França (20 centavos).

Para que tal ideia se efetivasse, Carlos Costa propôs a criação de uma Sociedade Protetora das Crianças, composta por senhoras conhecedoras dos sagrados deveres da maternidade. A elas caberia organizar uma associação que levasse ao seio das famílias “infelizes” e “desafortunadas” conselhos salutareos extraídos do jornal **A Mãe de Família**. A respeito desse assunto, Moysés Kuhlmann Júnior constata que:

A proteção à infância é o novo motor que impulsiona a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência, com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais, com as propostas de Legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução, tanto no ambiente privado, na família, como no espaço público, nas instituições de educação infantil e na escola primária (KUHLMANN JÚNIOR, 2005, p. 70).

A orientação era que, por meio da imprensa, uma comissão previamente formada por senhoras convocasse a todos que desejassem aderir à ideia para que se reunissem em edifício público, onde seria apresentado um projeto de estudos com os meios para que se atingissem os fins almejados. “N’esses estatutos se proporá a criação de comissões parochiaes [...] incumbidos de agenciarem donativos e promoverem festas, etc., para a fundação da creche” (A MÃE DE FAMÍLIA, 1879, n. 2, p. 15).

De posse de uma significativa soma monetária, iniciariam as obras, e a Sociedade Protetora das Crianças, já constituída, se responsabilizaria pelos estatutos e trâmites legais. A elaboração do estatuto seguiria o modelo francês, sendo o corpo administrativo composto por: presidente, vice-presidente, tesoureira e diretora. A primeira função representava a obra, a segunda auxiliava a primeira e

a substituía em possíveis faltas, a tesoureira encarregava-se das cobranças e da vigilância das despesas, já a diretora deveria ser a alma da instituição e a zeladora da boa ordem.

O estabelecimento também contaria com um médico encarregado da saúde, das questões higiênicas e de alimentação das crianças, uma vigilante encarregada de embalar as crianças (*berceuses*) e criadas. Cada *berceuse* deveria tomar conta de seis crianças menores de 1 ano e de até 12 crianças entre 1 e 2 anos de idade. As criadas se ocupariam dos serviços gerais.

Além dessa diretoria, seriam necessários inspetores para cada quarteirão da freguesia, cuja função era angariar adeptos. Anunciou-se, nas palavras de Carlos Costa:

Em breves dias vai começar este trabalho pela freguesia da Lagôa, onde espero, terei grande numero de adeptos. Logo que esteja constituída a comissão, farei os annuncios do convite. [...] Estamos em uma época, em que quase todos dizem, que uma idéia nobre e elevada é uma utopia irrealizável. Não importa, prosseguirei. Não tenho por habito acompanhar os pessimistas; prefiro ser desiludido (A MÃI DE FAMILIA, 1881, n. 6, p. 43).

Arriscamos dizer que, no entanto, tal pessimismo possa ter acometido Carlos Costa, que se distanciou de várias edições do jornal, retornando somente no ano de 1884, quando se desculpou com as leitoras e informou que seu afastamento fora causado por “atribulações diversas”.

Pela primeira vez, depois de cinco anos, deixaste de ver o meu humilde nome nos primeiros números deste ano. [...] Felizmente para os que realmente ouviam ou liam o rabugento, estou aqui firme no meu posto... Aos outros direi somente que... leiam ou ouçam ler... (A MÃI DE FAMILIA, 1884, n. 4, p. 26).

Na edição de número 6, de 1884, Carlos Costa retoma a discussão sobre a creche e informa sobre um convite que havia recebido de um “espírito iluminado”: participar de uma reunião em que se decidiria sobre a fundação de uma Associação de Proteção à Infância. Tal entusiasmo se justificava, pois à frente dos organizadores constava o nome do príncipe consorte do Brasil, o conde d’Eu.

Acreditando na possibilidade de discutir o projeto da Sociedade Protetora da Criança, Carlos Costa encarregou-se de levar os escritos empreendidos naqueles sete anos de trabalho frente ao jornal. Mas tal intento não se efetivou, uma vez que os documentos que a Corte apresentou já haviam sido redigidos por uma comissão especial, da qual Carlos Costa não tivera conhecimento, e tão logo apresentados foram aprovados, sem espaço para discussão. No estatuto dessa associação estava a preocupação com a educação de jovens lavradores em centros de pequena agricultura, seguindo os moldes da Colônia de Orgeville na França, cujo objetivo era a regeneração de meninos criminosos e vagabundos (KUHLMANN JÚNIOR, 2005).

Embora nosso país carecesse dessa e de tantas outras instituições de proteção à infância, Carlos Costa se mostrava insatisfeito, uma vez que a Associação Protetora à Infância Desamparada chocava-se contra a ideia de uma Sociedade Protetora da Infância, pois para ele não somente os filhos de indigentes estavam desamparados, mas os filhos dos operários e dos artistas também careciam de educação física, moral e intelectual. Ademais, a alimentação das “criancinhas” das classes desfavorecidas era realizada sem os mínimos cuidados higiênicos, o que ocasionava ventres enormes, proeminentes. Para o médico, era a partir do tubo gastrointestinal que se originava a maior parte dos desconfortos e sofrimentos daquelas crianças. Erro que poderia ser

“corrigido” pela divulgação dos conselhos higiênicos realizada pelas comissões paroquiais, compostas por pessoas sérias e prestigiosas da comunidade que, apresentando-se de forma despretensiosa no seio dessas famílias desafortunadas, poderiam convencê-las dos perigos que seus filhos corriam. Além disso, poderiam fazer sobressair a absoluta necessidade do aleitamento materno, o acompanhamento da alimentação segundo a marcha da dentição, as vantagens dos banhos frios, da ginástica metódica apropriada à idade, entre outras.

Outro encargo das comissões paroquiais seria elaborar a estatística das crianças que não frequentavam os estabelecimentos de ensino adequados a sua idade, a posição social e fortuna de suas famílias. Caberia às comissões informar os policiais, que, por sua vez, obrigariam os pais a enviarem seus filhos aos respectivos estabelecimentos educacionais, sob pena de pesadas multas e prisão, uma vez que, para Carlos Costa, a educação intelectual também se ligava à questão da higiene. “Com a decretação do ensino obrigatório um governo patriota prestaria um importantíssimo serviço à causa que adoptamos. Temos fé que em breve se fará [...]” (A MÃI DE FAMILIA, 1884, n. 7, p. 50).

A discussão sobre a creche fica adormecida por dois anos e retorna na edição 13, de 1886, quando Carlos Costa faz uma retrospectiva do que já havia sido tratado sobre o assunto, desde o primeiro número do jornal até aquela data. Nesse artigo, fica evidente seu descontentamento com os rumos que a política para a infância estava seguindo.

Cheio de crenças, convicto de que as minhas ideias embora sem ostentação apresentadas, pudessem encontrar guarida nos corações das senhoras brasileiras, assim por parte da imprensa e de todos os philanthropos e de todos aquelles que têm patenteado idéias altamente humanitárias, em favor da infância, esperei que a minha humilde vóz fosse ouvida e que se tornasse

um facto o que era apenas um pensamento. Mas o tempo passou e em redor de mim se não encontrei a indiferença pelo menos creio ter havido completa ignorância do que intentei fazer (A MÃI DE FAMILIA, 1886, n. 13, p. 99).

Devemos esperar que as pobres crianças desafortunadas recebam proteção do governo de nosso país? Foi com esse questionamento que Carlos Costa iniciou, no ano de 1888, uma série de seis ‘cartas’ endereçadas ao ministro da Justiça, Antônio Ferreira Viana, interpelando-o sobre a atenção destinada às crianças menores de dois anos, na capital do Império. “Cremos mesmo que a atencção dos que nos tem governado não tem podido chegar até nós [...] há nove anos d’este modesto lugar nos temos dedicado á santa causa da proteção á infância, e infelizmente muito pouco temos conseguido!” (A MÃI DE FAMILIA, 1888, n. 7, p. 52).

Carlos Costa convidou o ministro para acompanhá-lo em suas visitas aos ‘núcleos sociais’, para que conhecesse a decadência física e moral a que muitas crianças estavam expostas. Tendo conhecimento dos asilos que Ferreira Viana tinha proposto criar na capital do Império e reconhecendo a importância desses estabelecimentos que recolheriam uma parcela significativa de “infelizes”, que se viam abandonados e formavam o núcleo de “futuros criminosos”, o médico solicitava ao filantropo que também considerasse em seus atos generosos a criação de creches, pois, para além dos asilos, as famílias careciam de assistência pública e de um homem de Estado com um grande coração e um grande cérebro para poder estabelecer a necessária lei a essa parcela esquecida da população.

Exmo. Sr., creio que deverá ser desde já estatuída a lei de protecção as crianças, e os exforços caridosos da população que tão eloquente tem se

pronunciado em favor da instalação de Asylos que V. Excia. pretende fundar, poderão ser aproveitados, sob a benéfica influencia de V. Excia., para a fundação, desde já, de crèches (A MÃI DE FAMILIA, 1888, n. 9, p. 70).

Carlos Costa citou exemplos exitosos de instituições em diferentes países e alertou o ministro de que essa era a realidade das nações civilizadas. “Já é tempo que sejam as nossas grandes cidades dotadas d’estes humanitários estabelecimentos” (A MÃI DE FAMILIA, 1888, n. 10, p. 78). O médico acreditava que, através dos escritos do jornal **A Mãe de Família**, a utilidade da creche em nosso país seria compreendida. No entanto, a morte do médico e amigo *Kossuth Vinelli*, ocorrida em 15 de dezembro de 1888 – “É mais uma página negra na vida da Mãe de Família” (A MÃI DE FAMILIA, 1888, n. 23, p. 178) –, parece ter sido mais um dos fatores que abalaram Carlos Costa, que, no dia 31 de dezembro de 1888, descontinuou o jornal, fazendo apenas um singelo agradecimento às senhoras fluminenses. E assim, o projeto de Carlos Costa, que previa uma Sociedade Protetora da Infância e a primeira creche pública no Brasil, não saiu do papel e permaneceu sendo apenas um desejo por mais alguns anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil do século XXI, o conceito creche é objeto de controvérsia. No universo do cotidiano, creche está dispersa entre as representações incorporadas por crianças e adultos, pois, simbolicamente, remete imediatamente a um ambiente próprio da infância. Entretanto, no meio acadêmico e das políticas públicas sofre muitas críticas em razão da carga semântica que ganhou no decorrer do século XX. É importante dizer que não foi pretensão deste artigo explorar tal controvérsia. O

enfoque consistiu em reconstituir os primeiros debates em defesa da creche no Brasil do século XIX, particularmente em um momento em que essa palavra carregava um sentido bastante positivo, pois, como vimos, na visão de Brochard consistia na reconstituição da família por meio da higiene, da moral e da religião. E no Brasil aparecia a preocupação com a “educação da infância” e a “higiene da família”. Creche assumia um sentido positivo, tal como Michel Foucault identificava no discurso médico ou científico (FOUCAULT, 1979, 1987).

Mencionamos Foucault para sublinhar que o sentido positivo contido na palavra creche não assume uma conotação de juízo de valor. Outros textos podem retomar esta discussão para identificar as condições sociais que incidiram em outra representação da creche na história da educação ou história da infância no Brasil (representação negativa). De todo modo, a iniciativa francesa – aqui apenas indicada – expressava o próprio movimento do debate médico em torno da situação da criança, que se convertia em um problema político. Nesse sentido, no aparato discursivo da medicina, a questão da higiene, da saúde, do cuidado e da educação da criança se mostrava relevante.

No caso brasileiro, essa discussão ganhou as páginas da imprensa, em particular da **Gazeta de Notícias**, como indicamos na introdução deste artigo. Em seguida, sob a liderança de Carlos Costa, estabeleceu-se uma publicação “especializada” que se dirigia às mulheres-mães, seguindo o modelo francês. Um discurso autorizado, para nos valermos de Pierre Bourdieu (2008). Personagens com títulos que se posicionavam como porta-vozes do discurso médico. “Peritos” que gozavam ou tinham a pretensão de reconhecimento, remetendo-se a dois centros de poder para sua legitimação: o discurso médico e o discurso religioso. A indicação dos temas abordados e dos responsáveis pelos textos (ver os

quadros) ilustra o sentido da ação liderada por Carlos Costa, isto é, um grupo movido pela crença (*illusio*) na capacidade profilática da medicina. Eram pessoas que assumiam a posição de autores, isto é, a condição de porta-voz autorizado, aquele capaz de “[...] agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 2008, p. 89). O médico assumia-se com autoridade para tomar posição no debate público. O problema da criança, da mãe, da família, da creche era “celebrado” pela autoridade do discurso médico. No decorrer do século XX, o deslocamento desse domínio para os especialistas da área educacional explica a mudança semântica da palavra creche. É importante assinalarmos que a autoridade das personagens da medicina estava contida em diferentes instâncias do mundo social, para além da questão da educação da infância e higiene da família (SCHWARCZ, 2005).

Assim sendo, a finalidade deste capítulo foi refletir sobre os primeiros discursos em defesa da creche no Brasil, mediante recortes do periódico **A Mãe de Família** (1879-1888). Destaca-se que tais discursos surgiram em um momento de profundas transformações sociais, logo após a Lei do Ventre Livre e durante a gestação da abolição do trabalho escravo no Brasil. Tais discussões visavam, a partir dos discursos médico-higienistas do final do Oitocentos, diminuir a mortalidade infantil, liberar a mão de obra feminina do cuidado da própria prole a fim de absorvê-la nos serviços fora do espaço doméstico, além de trazer o almejado progresso material e moral para nosso país. Aqui podemos mencionar a fecundidade da reflexão de Bourdieu (2002) ao assinalar que a circulação das ideias está associada a fatores vinculados ao

processo de produção ou elaboração (lugar de origem), mas também aos contextos de reprodução ou reelaboração (lugar de recepção). A pretensão universalista do discurso científico não eclipsava a conversão da linguagem médica em representações e práticas com força política, especialmente à medida que os médicos se transformavam em agentes públicos, assumindo funções de direção em esferas estatais e direcionando ações que visavam intervir nos modos de vida do conjunto da população brasileira. O Estado, por seu turno, legitimava sua própria existência ao colocar-se como detentor de uma certa racionalidade, uma positividade, ao misturar sua intervenção à figura do agente da medicina. Dito de outro modo, o sentido internacional da ciência traduzia-se em sustentáculo das questões que interessavam a uma cruzada em nome de uma suposta cultura brasileira e identidade nacional (ORTIZ, 1986).

Ao consultarmos uma parte das publicações do jornal **A Mãe de Família**, pudemos explicitar alguns dos sentidos, dos papéis, das estratégias e das lutas desempenhadas por um grupo de personagens ligado ao domínio da medicina que, embora sem experienciar a notoriedade e o reconhecimento diante de seu esforço, pode ser considerado o “germe” para as gerações seguintes, isto é, representa “[...] um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política” (SIRINELLI, 2003, p. 246), pois tais “peritos” despertaram para essa discussão, inclusive para o surgimento, no ano de 1899, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, além da primeira creche brasileira para filhos dos operários da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado. Portanto, a visibilidade do discurso médico em defesa da “educação da infância” e da “higiene da família” indica o processo de circulação da

ideia de creche nos debates brasileiros e sua conversão em problema político, em um ambiente marcado por intenso intercâmbio científico entre o Brasil e a França.

REFERÊNCIAS

- A MÃI DE FAMÍLIA. *Jornal Científico, Litterario e Illustrado – Educação da Infância, Higiene da Família*. Rio de Janeiro, Typographia Lombaerts & Cia. Rio de Janeiro: Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, n. 1, ano 24 (janeiro de 1879 a dezembro de 1888).
- AGRA DO Ó, Alarcon. Biopolíticas e velhice. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano X, n. 117, p. 14-22, fev. 2011.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando Antônio (org.). **História da vida privada no Brasil Império: corte e a modernidade nacional**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.
- BOURDIEU, Pierre. A condições sociais da circulação internacional das ideias. Tradução de Fernanda Abreu. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- DANTES, Maria Amélia M. Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX. In: HAMBURGER, Amélia Império et al. (org.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 49-63.
- FERREIRA, Orlando da Costa. **Imagem e letra**. Introdução à bibliografia brasileira. A imagem gravada. São Paulo: Edusp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 141-142, p. 31-45, mar. 2002.

- JORNAL GAZETA DE NOTICIA. Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Exemplos de janeiro de 1877 a dezembro de 1879.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-77.
- LA JEUNE MÈRE ou L'éducation du premier âge: journal illustré de l'enfance. France: Lyon, P. N. Josserand Libraire-Éditeur. Exemplos de novembro de 1873. Acervo Digital da Bibliothèque Nationale de France.
- MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARIANO, Nayara Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene**: a intervenção de modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849 -1886). João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. A mulher no discurso médico e intelectual brasileiro. In: MARTINS, Ana Paula Vosne (org.). **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 217-262.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGER, Amélia Império et al. (org.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 25-39.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. p. 231-269.

4

INTELECTUAIS E O PROBLEMA UNIVERSITÁRIO NO INQUÉRITO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (1929)

Maria Cristiane Nunes de Faria

INTRODUÇÃO

Este capítulo deriva da pesquisa feita para a dissertação de mestrado, defendida em 2021, intitulada **O problema universitário no inquérito da Associação Brasileira de Educação: concepções de universidade em disputa na década de 1920**, vinculada institucionalmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação.

O inquérito **O problema universitário brasileiro** foi promovido pela Seção de Ensino Técnico e Superior (SETS) da Associação Brasileira de Educação (ABE), no ano de 1928. No mesmo ano, as conclusões do documento foram apresentadas na Segunda Conferência Nacional de Educação (II CNE), realizada em Belo Horizonte – MG, de 4 a 11 de novembro, e aprovadas pelos congressistas de forma unânime. Em 1929, o inquérito foi publicado pela ABE, em tiragem única de 500 cópias. Na edição incorporou-se uma parte do inquérito realizado, em 1926, pelo jornal O Estado de S. Paulo (OESP), que tratava de questões relativas ao ensino superior do período. Sua produção tinha como função investigar, por meio de questões previamente elaboradas, a opinião de um grupo de intelectuais/professores sobre temas relativos ao ensino superior e à

universidade, para que, com isso, pudessem debater a respeito das concepções e caminhos mais adequados para que esse nível de ensino e instituição cumprissem um propósito nacional de formação cultural e científica. A divulgação dos resultados do documento representou um instrumento de investigação e discussão em torno dos problemas da universidade brasileira que emergiram nos anos de 1920.

Entre as principais fontes do inquérito mobilizadas neste estudo destacam-se: as teses balizadoras das discussões produzidas pelos membros da comissão organizadora do inquérito; as teses-respostas, produzidas por intelectuais respondentes; o relatório com as conclusões do inquérito, aprovadas pela SETS da ABE e pelos participantes da II CNE.

Delimitamos, dentre as questões que constituíram a pesquisa, as que nos possibilitassem compreender o que os intelectuais da SETS/ABE estavam *fazendo* – na expressão celebrizada pelo historiador Quentin Skinner –, ao propor o inquérito e defender mudanças no regime universitário vigente no país¹. Com isso, pretendíamos reconhecer as estratégias utilizadas pelo grupo da SETS para legitimar as concepções de universidade brasileira ideal nos anos de 1920.

Como fundamentação teórica, apoiamo-nos no conceito de intelectual, a partir dos estudos de Vieira², e de rede de sociabilidade, de Sirinelli, que, segundo uma perspectiva prosopográfica, permitiram o trabalho com biografias coletivas e as relações institucionais dos

¹ Skinner e o contextualismo linguístico assumem a perspectiva defendida originalmente por Wittgenstein de que as palavras são atos, atos de fala. Sendo assim, grande parte das enunciações tem um caráter performativo, pretende produzir ações, modificar o mundo social. Por essa razão, para Skinner, entender o significado de um texto histórico é o mesmo que demonstrar o que o seu autor estava fazendo ao escrevê-lo (SKINNER, 2005).

² A perspectiva desenvolvida por Vieira (2011) caracteriza os intelectuais brasileiros entre 1870 e 1960.

intelectuais protagonistas no inquérito, auxiliando na descrição e na análise das características do grupo. Para interpretar a linguagem mobilizada pelos intelectuais vinculados à ABE, utilizamos a perspectiva do contextualismo linguístico desenvolvida por Q. Skinner e J. Pocock. Para a análise da prática social dos intelectuais, partimos da teoria praxiológica de Bourdieu, sobretudo das discussões acerca dos conceitos de capital, campo e *habitus*, que serviram como instrumentos para compreender a autoridade discursiva dos intelectuais.

No que se refere ao recorte temporal, priorizamos para este estudo os anos de 1920, uma vez que nessa década é que foram produzidos os inquéritos de OESP e da ABE atinentes às questões da universidade brasileira. Foi em tal contexto que ocorreram debates entre as elites intelectuais sobre as incongruências observadas na criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, pelo Decreto nº 14.343, estabelecida que ficou pela união da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Nesse quadro, segundo a interpretação da SETS, conservou-se a tradição das escolas superiores profissionais, não representando, assim, a universidade idealizada pela maioria dos intelectuais engajados nas questões universitárias do período.

A comissão organizadora do inquérito, composta por: Ferdinando Labouriau³, presidente da ABE em 1926-1927 e dirigente da comissão que

³ Ferdinando Labouriau (Niterói (RJ), 1893 – Rio de Janeiro, 1928). Foi engenheiro, formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde ocupou a função de professor substituto da Seção de Mineralogia e Metalurgia e, depois, o cargo de catedrático de Metalurgia. Foi o principal fundador do Partido Democrático do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Como jornalista, colaborou em **O Jornal**, no **Correio da Manhã**, e foi diretor do **Imparcial**. Liderou, na Academia Brasileira de Ciências (ABC) e na Associação Brasileira de Educação (ABE), as campanhas da década de 1920 pela reforma do ensino no Brasil. Foi defensor da criação de um Ministério da Educação Nacional na I CNE de 1927 (ABE, [20-?]).

promoveu o inquérito de 1928; Roquette Pinto⁴; Vicente Licínio Cardoso⁵; Raul Leitão da Cunha⁶; Levi Carneiro⁷; Ignácio M. Azevedo do Amaral⁸ e Domingos Cunha⁹, produziu sete teses balizadoras do inquérito, versando sobre questões relacionadas aos problemas do

⁴ Roquette Pinto (Rio de Janeiro, 1884 – Rio de Janeiro, 1954). Foi médico, professor, antropólogo, escritor e radialista brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e criador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o intuito de difundir a educação por este meio, por volta de 1923. Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em 1905. Foi professor assistente de Antropologia no Museu Nacional em 1906, professor de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal em 1916 e professor de Fisiologia na Universidade Nacional de Assunção em 1920. Foi diretor do Museu Nacional em 1926, e membro atuante da Associação Brasileira de Educação (CARNEIRO, [20-?]).

⁵ Vicente Licínio Cardoso (Rio de Janeiro, 1889 – Rio de Janeiro, 1931). Foi engenheiro e escritor brasileiro. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1912 e engenheiro geógrafo em 1916. Nesse mesmo ano, viajou para os Estados Unidos, como prêmio por seu desempenho na Politécnica. Lá participou do Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, e estudou a arquitetura do país. Em 1927, foi aprovado em concurso para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ocupando a cadeira de Arquitetura Civil – Higiene dos Edifícios – Saneamento das Cidades. Ocupou o cargo de subdiretor técnico na Diretoria de Instrução do Distrito Federal em 1928. Foi membro fundador da Associação Brasileira de Educação, em 1924. Em 1928, tornou-se presidente da entidade (MAIA, 2005).

⁶ Raul Leitão da Cunha (Rio de Janeiro, 1881 – Rio de Janeiro, 1947). Foi médico e político brasileiro. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903, seguindo então para a Europa, onde se especializou em Anatomia Patológica. Em 1908 assumiu a cátedra de Bacteriologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1920 assumiu a direção dos Serviços Sanitários do Rio de Janeiro, assessorando Carlos Chagas. Em 1926, representou o Brasil na I Conferência Pan-Americana dos Diretores de Saúde Pública, reunida em Washington. Em 1928 foi eleito vereador pelo Distrito Federal, exercendo o mandato até 1930 (CPDOC/FGV, [20-?]).

⁷ Levi Carneiro (Niterói, RJ, 1882 – Rio de Janeiro, 1971). Foi advogado e escritor brasileiro. Estudou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1912, foi secretário da delegação brasileira à Conferência Internacional de Jurisconsultos. Ocupou a presidência do Instituto dos Advogados do Brasil nos triênios iniciados em 1921 e 1929, tornando-se, no fim da década, membro do conselho superior da Ordem dos Advogados do Brasil. De 1927 a 1928 foi diretor e vice-presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Foi presidente do Instituto Cultural Brasil-Uruguai e do Instituto Brasil-Estados Unidos, vice-presidente do Centro Cultural Brasil-França e do Instituto Brasil-Polônia, juiz suplente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Foi presidente da Associação Brasileira de Educação e do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (PECHMAN, [20-?]).

⁸ Ignácio Manuel Azevedo do Amaral (Rio de Janeiro, 1883 – Rio de Janeiro, 1950). Foi professor, matemático e oficial da Marinha Brasileira. Em 1912 tornou-se livre-docente da cadeira de Geometria na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1914 passou a lecionar Matemática no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Docente de Engenharia na Escola Normal do Rio de Janeiro em 1916, dirigiu essa instituição de 1917 a 1920. Em 1922 iniciou como professor catedrático da Escola Naval. Em 1925 foi nomeado fiscal do governo federal na Escola de Marinha Mercante, função que exercera até 1930. Em 1926 obteve, por concurso, a cátedra de Geometria Analítica e Cálculos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (CPDOC/FGV, [20-?]).

⁹ Não foram encontradas as fontes sobre Domingos Cunha, apenas a informação de que ele era professor.

ensino superior e da universidade. Ainda, um conjunto de questões foi formulado pelo grupo, abordando tais aspectos. Para responder as indagações do documento, a Associação selecionou um conjunto de trinta e três intelectuais/professores e o Conselho da Universidade de Minas Gerais.

Existia entre os intelectuais ligados à SETS da ABE uma nítida insatisfação em relação à forma pela qual se dera a institucionalização da universidade em 1920. Esse processo, realizado às pressas, constituiu, na expressão reiterada da intelectualidade analisada, uma universidade apenas *in nomine*. Pode-se afirmar que esse descontentamento foi uma das motivações para promover o inquérito da ABE. Almejava-se, para o Brasil dos anos de 1920, uma universidade moderna, equivalente às já existentes nos países considerados modelos de estruturação do ensino universitário.

À vista disso, este capítulo convida seus leitores a entenderem os discursos como *atos de fala*, como ações em curso na esfera pública, de modo a problematizar o que os intelectuais ligados à SETS e à ABE estavam *fazendo* ao organizar, promover e divulgar o inquérito **O problema universitário brasileiro**.

INTELLIGENTSIA “AUTORIZADA” E O DISCURSO SOBRE A UNIVERSIDADE

Investigar as concepções de universidade brasileira defendidas no inquérito da ABE por homens cultos ligados à SETS, engajados nos debates e projetos educacionais, requer analisar suas ideias considerando, conforme Vieira (2008, p. 66), “não somente os sistemas de pensamento aos quais elas (as ideias) se articulavam, mas também os agentes, os projetos, as instituições e, sobretudo, as ações sociais que

estas informavam e justificavam”. Isto implica relacionar os debates sobre a educação superior universitária e os seus agentes com o meio social.

As relações sociais estabelecidas entre os intelectuais foram definidas como redes de sociabilidades (SIRINELLI, 2003), onde as concepções e ações da SETS foram, em maior ou menor intensidade, engendradas pelos intelectuais protagonistas no inquérito, no que se refere ao ensino superior e à universidade no país.

A SETS da ABE representou um espaço de sociabilidade que uniu intelectuais de distintas formações, constituindo-se como um elo entre pessoas e grupos de diferentes naturezas. Dela faziam parte intelectuais que ocupavam cargos e posições importantes em instituições de ensino, pesquisa e cultura. Nesses espaços, esses agentes se relacionavam com outros intelectuais, muitos dos quais também passavam pela SETS.

A partir dessas relações sociais engendrou-se uma visão de mundo compartilhada por intelectuais, de acordo com a época da qual faziam parte. Além disso, a relação entre esses agentes se definiu não só pelo poder e pela persuasão que eles, como intelectuais, exerciam sobre os outros, mas também “pela própria imagem que o espelho social refletia” (RIOUX; SIRINELLI, 1998, p. 262).

Nesse quadro, reuniam-se na SETS da ABE engenheiros, professores, advogados, médicos e cientistas, tanto para discutir os problemas educacionais quanto para formular propostas para a solução de seus impasses. Alguns deles faziam parte da categoria de intelectuais que Dominique de Sá (2006) denominou como a geração de cientistas. Entre eles estavam os protagonistas no inquérito da ABE: Álvaro Ozório

de Almeida¹⁰, ladeado por Labouriau, Tobias Moscoso¹¹, Roquette Pinto, Amoroso Costa¹², Vicente Licínio Cardoso e Ignácio M. Azevedo do Amaral. Estes, provenientes da Academia Brasileira de Ciências, mantinham, no âmbito das discussões da SETS da ABE, o ideal de fortalecimento e desenvolvimento da educação superior universitária no sentido de viabilizar os estudos e a pesquisa científica no Brasil. Também Raul Leitão da Cunha, Levi Carneiro e Domingos Cunha representavam papel importante como organizadores e proponentes de teses condutoras do inquérito.

Esses protagonistas conclamaram a educação universitária moderna como recurso discursivo, que serviu também como estratégia

¹⁰ Álvaro Ozório de Almeida (Porto Alegre, 1882 – Rio de Janeiro, 1952). Foi médico e cientista brasileiro. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905. Aperfeiçoou seus estudos no Instituto Pasteur, em Paris. Em 1911, foi aprovado para ocupar cargo de docência na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo ano, assumiu a direção da Inspetoria Geral de Higiene e Saúde Pública, do Estado do Rio de Janeiro. Em 1918, foi chefe do Serviço de Instrução Técnica e Profissional do Lloyd Brasileiro. Em 1925, foi catedrático de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi presidente da seção de Biologia da Academia Brasileira de Ciências, e membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Ciências, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Em 10 de novembro de 1927, foi eleito membro titular da Academia Nacional de Medicina. Alcançou grande renome ao lado de seu irmão, Miguel Ozório de Almeida, devido ao laboratório científico que ambos instalaram na cidade do Rio de Janeiro (FONSECA, [20-?]).

¹¹ Tobias Moscoso (1879 – Rio de Janeiro, 1928). Foi engenheiro, cientista, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e membro Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Associação Brasileira de Educação (ABE). Em 1918, entrou para o corpo docente da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como professor da cadeira de Contabilidade. De 1922 a 1925, foi posto à disposição do Ministério do Exterior, afastando-se da Escola Politécnica. Retornou ao magistério superior três anos depois. Desde 1925, ocupou seguidas vezes o cargo de diretor da Politécnica. Representou o Brasil em assembleias internacionais, como as Conferências de Washington e a Pan-americana de Havana. Em 1925, regeu o curso especial de Estatística na Universidade do Chile, o que lhe valeu o título de membro honorário da Universidade de Santiago (A MANHÃ, 1949, p. 9).

¹² Amoroso Costa (Rio de Janeiro, 1885 - Rio de Janeiro, 1928). Foi engenheiro civil, matemático e professor catedrático. Formou-se como engenheiro civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1906, e um ano depois concluiu o bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 1916, participou da fundação da Sociedade Brasileira de Ciências, onde ocupou o cargo de segundo secretário, por dois mandatos, e de diretor da Seção de Ciências Matemáticas. Em 1924, foi catedrático na Escola Politécnica em Trigonometria Esférica, Astronomia Teórica e Prática de Geodésia (FIOCRUZ, [20-?]). Foi presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1927 e 1928, e representante da ABE na II CNE em 1928. Como presidente da Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE, promoveu palestras de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

política para conquistar a legitimação das concepções defendidas pelo grupo. Estavam em disputa, neste panorama, diferentes propostas para a universidade brasileira, que foram engendradas, conforme Vieira (2011), por agentes sociais qualificados como intelectuais, que se destacavam por algumas características específicas:

a) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; b) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou dever social; c) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; d) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social (VIEIRA, 2011, p. 29).

Em princípio, a identidade social dos intelectuais da SETS caracterizava-os como elite por sua missão social específica: a defesa da reorganização da universidade brasileira, incluindo, entre outros aspectos, os estudos desinteressados e a pesquisa científica na instituição.

O comprometimento político-educacional desses intelectuais exprimia o sentimento de dever a cumprir. Assumiam para si o desejo de elevação cultural do país, ao darem início aos cursos e conferências públicas, que eram denominados como a *verdadeira extensão universitária*, realizados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro nos anos de 1920. Esses cursos e conferências eram designados como de *alta cultura*: os destinados aos alunos das escolas superiores; e como de *vulgarização*: os reservados ao público leigo interessado nos assuntos superiores. Importa destacar que a decisão por esse engajamento representava, conforme Vieira (2011), uma característica dos intelectuais associados ao campo educacional.

Nessa perspectiva, a busca por um desenvolvimento social e econômico do Brasil, que andasse *pari passu* com a modernidade – baseado, principalmente, no modelo de países europeus e dos Estados Unidos –, fez parte das pretensões dos intelectuais protagonistas no inquérito da ABE. Por conseguinte, tal concepção vinculou-se ao discurso que estabelecia a relação entre universidade, pesquisa científica, formação cultural e modernidade.

Por parte dos intelectuais ligados à SETS, foram constantes as críticas aos governantes e ao modo pelo qual tinham organizado a Universidade do Rio de Janeiro, mas, ao mesmo tempo, mantinham a convicção da importância do Estado para a efetivação do projeto moderno de universidade, delineado no inquérito da ABE.

No contexto dos anos de 1920, os intelectuais da SETS adquiriam prestígio social e poder político decorrentes, conforme Bourdieu (1998), dos capitais cultural e simbólico acumulados, seja na forma de títulos, de posições ocupadas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na ABE, na Academia Brasileira de Ciências, nas faculdades, nos institutos de pesquisa, seja pela erudição, pelas viagens frequentes pelo Brasil e à Europa, ou pela produção de estudos científicos, ministração e participação em cursos e conferências nacionais e internacionais. Essas posições angariadas os autorizavam a atuar em diferentes frentes e lugares sociais prestigiados, em favor de determinados projetos, de maneira a forjar e a afirmar a identidade social do intelectual como agente político coletivo (VIEIRA, 2015).

As organizações educacionais, de pesquisa, de representação e informação, com as quais a SETS mantinha relação, compunham o que Bourdieu (2013) chamou de estrutura de relações de força simbólica. Eram autoridades nas suas áreas e apresentavam característica de

instituições legitimadoras do campo. Em suas ações, os intelectuais ligados à SETS estabeleceram relações objetivas entre os produtores de cultura e as diferentes instâncias de legitimação, que consistiam em instituições específicas, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Museu Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, as sociedades eruditas e o sistema de ensino.

Para além dessas instituições, incluíam-se outras importantes agremiações, entre as quais se destacaram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Escola Superior de Agricultura, a Escola Naval, o *Bureau International d'Éducation*, a União Pan-Americana e a *World Federation of Education Association*.

Nesse aspecto, o capital simbólico da SETS, somado à mobilização de intelectuais (agentes políticos coletivos) ligados ao campo educacional, científico e cultural, contribuía para legitimar o ideal de universidade brasileira estabelecido no inquérito da ABE.

Com o aumento da importância da divulgação científica, a ideia que se tinha era a de que, para se refazer o país, seria necessário primeiramente instruí-lo. Mantinha-se a concepção de que, em uma sociedade que aspira governar a si mesma, “uma democracia seria infiel a seus princípios se não tivesse fé na ciência” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 142).

Pode-se dizer que o poder simbólico adquirido por esses agentes engajados na defesa da educação científica, a condução dos debates sobre a universidade no inquérito e a ampla rede de relações sociais que se formou em torno da SETS geraram a legitimação do discurso da ABE, habilitando-a para servir de orientadora das questões universitárias.

Diante disso, esperava-se conquistar maior capacidade de a instituição influenciar nas decisões do Estado.

De certa forma, a ligação desses intelectuais com vários espaços culturais e institucionais contribuiu para o acúmulo de capital cultural e simbólico, o que gerava oportunidade para a ocupação de cargos públicos. Importa destacar que essa não foi uma ação isolada desses agentes, mas parte de um conjunto de ações destinadas a consolidar o reconhecimento social do grupo e a difusão das ciências através da universidade brasileira.

PROSOPOGRAFIA DOS INTELECTUAIS PROTAGONISTAS NO INQUÉRITO DA ABE

Com o propósito de conhecer o perfil social do grupo de intelectuais protagonistas no inquérito da ABE, tornou-se necessário realizar uma análise prosopográfica. Nela destacaram-se os dados resumidos, que se baseiam em um recorte da história de vida desses agentes. Esse recorte remete aos determinantes sociais que influenciaram suas trajetórias políticas e educacionais, visto que “o reconhecimento e a caracterização dos agentes são operações cruciais para estabelecermos os liames entre o plano subjetivo dos sentidos e o plano objetivo das práticas sociais” (VIEIRA, 2008, p. 80).

Conforme a explanação de Stone (1971), a prosopografia investiga as

[...] características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e

origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação (STONE, 1971, p. 42, tradução nossa).¹³

Nesse processo de análise é necessário “conhecer a composição dos capitais ou atributos culturais, econômicos ou sociais, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos” (HEINZ, 2006, p. 9). Assim, buscou-se encontrar, no cruzamento das informações, as características sociopolíticas que poderiam auxiliar na compreensão da força coletiva dos protagonistas no inquérito da ABE.

Neste caso, a primeira observação a ser feita é a de que todos os intelectuais protagonistas no inquérito da ABE tinham formação superior. Contudo, cabe registrar que o conhecimento que detinham transcendia ao obtido por esse grau de ensino. A *expertise* nos campos da retórica, da sociologia, da filosofia e demais culturas desinteressadas advinha, em grande medida, do autodidatismo e do ideal de formação enciclopédica, ainda predominantes no período de formação dessa elite intelectual.

Esses protagonistas foram alunos de instituições de grande prestígio educacional no período. Entre elas destacaram-se a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

¹³ “Prosopography is the investigation of the common background characteristics of a group of actors in history by means of a collective study of their lives. The method employed is to establish a universe to be studied, and then to ask a set of uniform questions about birth and death, marriage and family, social origins and inherited economic position, place of residence, education, amount and source of personal wealth, occupation, religion, experience of office, and so on. The various types of information about the individuals in the universe are then juxtaposed and combined, and are examined for significant variables. They are tested both for internal correlations and for correlations with other forms of behavior or action” (STONE, 1971, p. 42).

e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que constituíram um importante percurso na formação do capital cultural desses agentes. Importa lembrar aqui o fato de que justamente essas três instituições tradicionais é que tinham sido unidas, pelo Decreto nº 14.343 de 1920, para estabelecer a Universidade do Rio de Janeiro.

Quanto à atuação profissional, predominaram no grupo: os engenheiros (5), seguidos pelos médicos (3) e advogado (1). Eles atuavam, também, como jornalistas, diretores, inspetores, cientistas, membros e presidentes de diferentes instituições. Além disso, participavam e representavam o Brasil em eventos científicos nacionais e internacionais.

Isso posto, destaca-se outra particularidade do grupo: a grande maioria era professor, somente Levi Carneiro era advogado e diretor da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. Contudo, em 1940, ele se tornou professor interino de Direito Comercial na Faculdade Nacional de Direito, no Distrito Federal (RJ). Assim, constata-se que todos, mais cedo ou mais tarde, foram professores.

Outro ponto importante é a questão do círculo familiar, visto que a origem social pode revelar o *habitus* e auxiliar na direção das carreiras profissionais. Nesse sentido, todos tinham origem em famílias tradicionais ligadas, em maior ou menor grau, à esfera do poder econômico. Ressalte-se que a formação superior e o contato que alguns deles tinham com professores na família agregavam um importante capital cultural e indicavam uma distinção social, em uma década em que boa parte da população brasileira era analfabeta.

Além do mais, esses agentes formavam um quadro da elite intelectual, que se pode definir pelo usufruto de um certo poder social, construído por meio de suas ações e relações pessoais e institucionais.

Na terminologia sociológica, segundo Bontempi Júnior (2019, p. 71), “a elite pode ser definida como grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que dispõe, sobre a coletividade, de poderes inerentes a propriedades materiais e/ou simbólicas”. Em virtude de “sua distinção social, seus méritos, cultura ou riqueza, os membros desse grupo se arrogam o direito de regular os assuntos da sociedade” (BUSINO, 1992, p. 4, tradução nossa, adaptada).¹⁴

Outra observação importante refere-se ao fato de que a atuação na imprensa está fortemente presente na trajetória de Labouriau, em um período histórico que, conforme Vieira (2007 b, p. 18), o jornal assumiu “um papel de destaque no processo de luta política e ideológica”. Homens públicos, com diferentes visões de mundo, “fizeram da imprensa o púlpito privilegiado para o exercício do proselitismo político” (VIEIRA, 2007b, p. 18). Foi nesse contexto que Labouriau atuou como jornalista em **O Jornal** e no **Correio da Manhã** e, como diretor, em **O Imparcial**. Neste último ele foi reconhecido por seu caráter cívico, patriótico, liberal e democrático.

Nota-se que o *habitus* desses intelectuais foi produzido através da experiência biográfica individual agregada à experiência coletiva do grupo da SETS, bem como por meio da interação estabelecida entre essas experiências e as adquiridas mediante a interação nos diferentes espaços institucionais que integravam a rede de sociabilidade dos protagonistas no inquérito da ABE.

Tais agentes moldavam as instituições em que circulavam e, ao mesmo tempo, deixavam-se moldar por elas, ainda que cada um deles de maneira particular. Ademais, eles não deixavam de ser agentes da

¹⁴ “[...] s’arrogant le droit de régler les affaires communes du fait de leur naissance, de leurs mérites, de leur culture ou de leur richesse” (BUSINO, 1992, p. 4).

circulação das correntes culturais que determinavam a instalação dos espaços ideológicos do período, podendo influenciar, com maior ou menor intensidade, a classe a que pertenciam, com suas visões de mundo e intervenções políticas (SIRINELLI, 1988).

Diante disso, para caracterizar a mentalidade do referido grupo e a influência que pretendia exercer na política educacional da universidade brasileira, optou-se pela análise da linguagem utilizada no inquérito da ABE, seja para defender ou para criticar diferentes concepções de universidade.

LINGUAGEM COMPLEXA E O DISCURSO EDUCACIONAL

A busca pela compreensão do discurso sobre a universidade brasileira dos anos de 1920, mediante a análise do inquérito da ABE de 1929, requer um olhar especial para os *atos de fala* de intelectuais que pertenciam às categorias especialmente capacitadas para o discurso político, em determinados espaços sociais comuns ao grupo.

Nesse sentido, “um dos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado é aquele oferecido pelo modo de discurso institucionalizado que o torna possível. Para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa” (POCOCK, 2003, p. 64).

O discurso político da SETS da ABE, produzido por intelectuais - na maioria professores, versados na construção de retóricas consistentes -, havia conquistado a condição de infundir concepções aos seus interlocutores no inquérito, posto que a *intelligentsia* não se dirige somente aos seus próprios membros, mas impõe sua linguagem sobre uma variedade de grupos e públicos leigos. A criação e a difusão de

linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais (POCOCK, 2003).

Desvendar a linguagem adotada no inquérito da ABE, as complementaridades ou oposições entre as noções de universidade ideal e universidade real requer, conforme Araújo (2003, p. 11), “investigar os termos-chave, cujo relacionamento recíproco, em complementaridade ou oposição, constituiria o cerne de uma determinada *langue* comum de autores – tanto aliados quanto adversários – que intervieram no período”.

Isto posto, para compreender a linguagem que se desenvolveu no discurso sobre a universidade, priorizou-se rastrear, nos atos discursivos, os principais termos e conceitos mobilizados pela SETS nas teses balizadoras, e por outros intelectuais, nas suas respostas ao inquérito da ABE.

Nessa perspectiva, foi possível averiguar o uso de um vocabulário que contrastava termos antitéticos que serviram, ora para enaltecer a concepção de universidade defendida pela SETS, ora para desqualificar a proposição em vigência, representada pela Universidade do Rio de Janeiro (URJ)¹⁵. Assim, mobilizaram-se termos opostos, não necessariamente simétricos, tais como: *verdadeira universidade e universidade de fachada; alta cultura e conhecimento superficial; consciência nacional e apoucado sentimento nacionalista; espírito universitário e espírito de utilitarismo; foco de brasilidade e burocráticos*

¹⁵ O grupo dirigente da ABE utilizou-se de diferentes estratégias retóricas, dentre as quais destacaremos o uso de pares de conceitos antitéticos. O que caracteriza esses pares conceituais, segundo Koselleck, (2006, p. 195) “é que eles determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada. Nisto reside sua eficácia política”. Para uma análise do uso de conceitos antitéticos no discurso educacional na I CNE, ver: Vieira e Faria (2019), **Formação de Professores nos debates da I Conferência Nacional de Educação (I CNE - 1927)**.

*mecanismos emperrados; usina mental e bastardia da cultura; estudos desinteressados*¹⁶ e *interesse no diploma; oficina de energia moral e ignorância dos princípios morais; intensa democracia e espírito medieval.*

Compreender as motivações e intenções dos intelectuais no inquérito da ABE corresponde, conforme Skinner (1978), a entender a natureza e a extensão dos atos ilocucionários que eles podem ter desenvolvido quando enunciaram as suas concepções. Deste modo, é possível caracterizar o que um determinado autor pretendia fazer, por exemplo, ao atacar ou defender uma linha de argumento ou ao criticar algo particular.

Nesse sentido, é possível observar que as concepções da SETS sobre a universidade ideal moderna se associavam a significados marcados pela positividade, tais como *progresso, ciência, desenvolvimento, civilização, ordem, unidade da cultura, unidade nacional*. Enquanto a universidade instituída (URJ), oficializada mediante a junção de três escolas profissionais, foi associada a acepções negativas, tais como: *angustioso problema, pobre universidade e fantasia inútil*. Esse jogo servia para demonstrar que a instituição, do modo como estava organizada, desmoralizava o *conceito de universidade*.

Contudo, essa *desmoralização* não se referia à comunidade acadêmica, mas sim à forma pela qual a instituição tinha sido estruturada pelo Decreto de 1920. Segundo Álvaro Ozório de Almeida (ABE, INQUÉRITO, 1929), a ausência de *verdadeiras universidades* no Brasil não era devido “à inexistência de homens de grande valor e de moços capazes de dedicarem a vida ao cultivo desinteressado do saber”

¹⁶ O estudo desinteressado tinha em vista a ciência pura, os conhecimentos especializados nos campos da Filosofia, das Ciências e das Letras, sem os quais entendia-se impossível alcançar o alto nível do ensino superior.

(ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 130). Para ele, as origens dessa ausência eram mais profundas e históricas, relacionadas às políticas públicas educacionais brasileiras (ABE, INQUÉRITO, 1929).

Observa-se, também, um grupo de conceitos normativos presentes na linguagem mobilizada no inquérito da ABE, o qual expressa características referidas ao professor catedrático da universidade moderna. Nesse aspecto, prevaleceu a noção da centralidade do professor universitário nos projetos de reorganização da universidade brasileira, mesmo que esse protagonismo, almejado pela SETS, não estivesse totalmente sustentado em planejamentos estratégicos para demarcar o processo político de valorização do magistério superior. Logo, a busca do convencimento da implementação de reformas e ações políticas em benefício desses profissionais amparou-se, sobretudo, na mobilização de termos próprios do léxico do discurso religioso, tais como *apostolado*, *abnegação*, *missão*, *sacerdócio*, *amor*, *bondade*, *fraternidade*, *vocação*, *devoção*, *recato*. Além desses, utilizaram-se, igualmente, termos como: *alma da escola*, *elo de união* [sic], *propulsor do espírito social*, *da inteligência e da moral*.

Para Skinner (1978), na análise do discurso político deve-se levar em consideração não apenas o texto que se pretende interpretar, mas também as convenções predominantes que governam as ideologias que perpassam o texto. Nesse sentido, Pocock (2003) afirma que esta *linguagem complexa* do discurso político é produzida por diferentes léxicos oriundos de diversas procedências sociais, religiosas, disciplinares e profissionais.

Nessa perspectiva, observou-se que o léxico mobilizado pelos participantes do inquérito da ABE, além do campo religioso, como já

vimos, procedia ainda do profissional e das ideologias política e cultural (nacionalista e moral) do período.

Quanto às linguagens profissionais, elas se relacionavam, de forma mais evidente, com as típicas do campo da Engenharia e da Medicina. Os termos, na maioria das vezes, ao serem empregados nos discursos, não representavam o sentido literal ou convencional dos léxicos, mas eram empregados como figuras de linguagem para comparar as características da universidade instituída em contraposição às da universidade idealizada moderna.

QUADRO 1 – LÉXICOS DO CAMPO PROFISSIONAL DA ENGENHARIA CIVIL E DA MEDICINA MOBILIZADOS NO INQUÉRITO DA ABE

<p>Linguagem do campo da engenharia</p> <p>“Na construção do edifício social brasileiro, ainda que se queiram apenas pedreiros que sobreponham tijolos para a elevação das paredes mestras, os decoradores para o acabamento virão depois” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 192).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alicerçar o conhecimento; ➤ Alicerce do edifício; ➤ Concreto armado; ➤ Construção civil às avessas; ➤ Construção da mocidade brasileira; ➤ Construção da sua fortaleza; ➤ Construção de um edifício pomposo; ➤ Construção do edifício social; ➤ Construção moral e social; ➤ Construção universitária; ➤ Edifícios (morais) alicerçados; ➤ Nem mesmo um povo de contramestres será aquele que não possua mestres supremos; ➤ Obreiros da grandeza do país; ➤ Obreiros da prosperidade material; ➤ Obreiros do progresso científico; ➤ Reformas pelas cimalthas; ➤ Sólido alicerce da cultura; ➤ Tijolos para a construção das paredes mestras; ➤ Um edifício construído segundo os planos de um arquiteto maluco; ➤ Uma casa sem alicerces só lhe aumenta a possibilidade de cair.
---	---

<p>Linguagem do campo da medicina</p> <p>“Essa atonia, essa surdez [...] é moléstia que precisa ser atacada com intensidade correspondente à sua profundidade e estranhamento no organismo do país” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 353).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alimento sadio; ➤ Ambiente higiênico; ➤ Analisar o mal e dar-lhe o remédio; ➤ Aplicar um remédio imediato; ➤ Atonia; ➤ Corpo são; ➤ Cura para esse mal; ➤ Doença; ➤ Educação sanitária; ➤ Ensino sadio; ➤ Espírito de realismo sadio; ➤ Estudo das doenças tropicais; ➤ Eugenia; ➤ Exercício físico; ➤ Higiene escolar; ➤ Higiene do corpo e da alma; ➤ Humanismo sadio; ➤ Ministério da Eugenia; ➤ Moléstia; ➤ Morte; ➤ Organismo do país; ➤ Remédio para seus males; ➤ Restaurar a saúde; ➤ Rigidez do silêncio da morte; ➤ Sadio idealismo; ➤ Sadio nacionalismo; ➤ Sanitário (a); ➤ Saúde; ➤ Surdez.
--	--

FONTE: Quadro elaborado pela autora a partir das fontes do inquérito da ABE, 1929.

Acreditava-se que, para a realização de uma universidade moderna, o engajamento dos intelectuais na sua construção era uma das questões mais importantes. Com o uso de figuras de linguagem, asseverava-se:

[...] os edifícios morais, como os de que se trata [dos intelectuais engajados], são alicerçados, não em concreto armado, de granito e cimento, mas em espíritos de iniciativa, em vontades férreas, em patriotismo alcandorado,

que têm a fortaleza das ideias sãs que sobrevivem às gerações e só morrem com a própria nacionalidade (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 379).

Pode-se afirmar que, no inquérito da ABE, se fez uso das linguagens profissionais para propósitos não profissionais (POCOCK, 2003), de maneira a modificar seus efeitos práticos e desenvolver uma retórica simbólica para expressar oposição ou afirmação de convicções.

No que se refere à linguagem política, o vocabulário utilizado indicava a necessidade de reformas políticas capazes de transformar o cenário da educação técnico-científica universitária, tida como indispensável para o desenvolvimento da economia liberal democrática. Questionava-se: “Como, sem o auxílio da ciência, resolveremos os instantes e delicados problemas da nossa economia?” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 453).

Nessa acepção, o jogo de linguagem que solicitava a intervenção pública na universidade operava com termos como *ação do poder público*, *subvenção pública*, *concurso dos poderes públicos*. Logo, a busca de convencimento sobre a necessidade de reformulação das políticas para a educação universitária valeu-se da mobilização de termos característicos do léxico próprio do liberalismo econômico, tais como *autonomia*, *crescimento*, *desenvolvimento*, *produtividade*, *liberdade*, *democracia*, *progresso*.

Quanto à linguagem associada à ideologia nacionalista, é possível inferir que se relacionava com um período do Brasil marcado por grandes expedições científicas, comandadas por brasileiros como Cândido Rondon e Roquette Pinto, entre outros, que colocaram em prática os estudos a respeito da terra e da sociedade. Então, nos debates sobre o nacionalismo, incorporavam-se o reconhecimento das

diferenças internas do Brasil e a necessidade da “construção de uma imagem positiva do país em consonância com o modelo de modernidade, civilidade e progresso das nações europeias” (MOTTA et al, 2007, p. 8).

Além do fato de que, no inquérito da ABE, se afirmava que a desunião das faculdades que constituíam a URJ contribuía para o afrouxamento da nacionalidade brasileira; daí a necessidade de reforma que as aproximasse, “representando altas funções como órgãos de nacionalização científica e de pan-brasileirismo” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 182). Nessa perspectiva, os estudos superiores deviam focar as pesquisas orientadas pelas características geográficas, econômicas e culturais das diferentes regiões do país.

Pode-se afirmar que o uso da linguagem concernente à ideologia nacionalista não significava uma ação contra valores ou grupos estrangeiros. Apresentava-se como uma tentativa de afirmação das peculiaridades do Brasil e do conhecimento da própria realidade nacional, através dos estudos produzidos cientificamente. Nesse sentido, conforme Carvalho (1998), tinha-se na política voltada para o ensino superior um dos principais suportes do nacionalismo. Além disso, a nacionalidade representada pelo uso da expressão *foco de brasilidade* vinculava-se ao anseio pela modernidade e progresso nacional, que se esperava fossem proporcionados pela *verdadeira universidade*.

No que se refere à linguagem associada com a ideologia moral, pode-se afirmar que se conectava, de modo geral, a preceitos de uma filosofia humanista ligada às práticas políticas e sociais representadas ora pela moral leiga, ora pela moral religiosa.

O léxico *moral* se relacionava com a valorização de condições humanas como *idoneidade*, *honestidade*, *solidariedade*, além de preocupações com a valorização das *realizações profissionais humanas*. Ligava-se, também, ao anseio pela unidade nacional, que incluía o cultivo de princípios como *civismo*, *disciplina*, *organização e educação*, com vistas ao progresso econômico e cultural da nação. Esperava-se que a universidade brasileira viesse a se constituir em *oficina coletiva de energia moral*, o que representava a “suprema expressão da mais alta cultura” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 165).

Afirmava-se que a moralização era a base, a condição essencial de todas as reformas, e que devia ser uma “preocupação constante dos governos, na aplicação de suas medidas e, dos educadores, nas suas tarefas cotidianas” (ABE, INQUÉRITO, 1929, p. 220).

Diante do exposto, observou-se que, no inquérito da ABE, para expressar as convicções da SETS e alcançar a legitimação do ideal de universidade, fez-se uso de um jogo de linguagem que envolvia a estratégia de opor conceitos e concepções em disputa. Nesse embate, a ABE pretendia enaltecer as concepções da SETS sobre a universidade ideal para o Brasil e, ao mesmo tempo, convencer seus interlocutores de que a universidade criada em 1920, pelo Decreto nº 14.343, era uma fantasia política, uma vez que não representava o conceito de uma *verdadeira universidade*.

Pode-se sustentar que, no jogo de linguagem presente no inquérito da ABE, operou-se com conceitos antitéticos típicos dos debates políticos, que visam à exclusão daquele que se tem por adversário. Sob essa ótica, imputou-se ao poder público uma posição negativa ao denunciar que ele desagregava o país pela indiferença para com a universidade e a educação da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise das balizas norteadoras do inquérito da ABE, observa-se que a universidade foi representada, pelos protagonistas nos debates, como uma espécie de conquista que só se alcançaria a partir de investimentos qualitativos e quantitativos na universidade brasileira, no professor catedrático, na pesquisa científica e, conseqüentemente, na formação da cultura nacional. Estas eram áreas estratégicas do projeto de universidade ideal para o Brasil que se pretendia moderno.

Os intelectuais protagonistas no inquérito se autorrepresentavam como agentes sociais qualificados para o estudo das questões universitárias. Com a apresentação e aprovação do inquérito na II CNE, eles alcançaram, também, o reconhecimento social do grupo da SETS.

O engajamento político e educacional desses intelectuais não se expressou apenas como uma forma de desenvolvimento e elevação cultural do país, mas também como uma missão social assumida pelo grupo. Sua atuação educacional foi um importante fator de legitimação do discurso sobre a universidade brasileira e na busca por estabelecer um diálogo direto com a elite política. O que se constituiu em uma mediação indispensável para uma possível reorganização da universidade brasileira, de forma que pudesse ser conceituada como moderna e acompanhasse o movimento de uma instituição que, desde o século XII, na Europa, se tornara um empreendimento educacional de grande e ascendente prestígio social.

O discurso concernente ao ideal de universidade moderna buscava estabelecer a relação entre modernização social, científica, cultural e econômica do Brasil e a necessidade de políticas e investimentos do governo federal. Essa pretensão demandou estratégias para validar as

concepções estabelecidas pela ABE. Entre elas, destacou-se a *expertise* discursiva dos intelectuais, operada através de um jogo de linguagem que visava convencer os interlocutores e estabelecer um consenso entre os participantes do inquérito, para poder legitimar as balizas estabelecidas pela SETS em relação à necessidade de uma refundação da universidade brasileira, sob novas bases e concepções.

O jogo de linguagem da SETS, que contrapunha a universidade idealizada à universidade instituída em 1920, servia não apenas para desqualificar a forma como tinha sido instituída a universidade no Brasil, mas principalmente para justificar a necessidade de uma reconfiguração da instituição, em moldes considerados modernos.

Em grande medida, essas concepções mantinham correspondência com a história das políticas públicas para o ensino superior no Brasil e com o universo empírico da universidade brasileira dos anos de 1920. Essa relação tornou tais concepções aptas para gerar um encontro de horizontes entre a maioria dos intelectuais participantes do inquérito. Com efeito, produziu-se um discurso coletivo tido como legítimo o suficiente para regular, através das balizas estabelecidas pela SETS, as proposições de mudanças e reformas no regime universitário no país.

Os intelectuais da SETS, encarnados nos professores, engenheiros, médicos e juristas, constituíram-se como intérpretes privilegiados dos conflitos entre a elite intelectual, organizadora da ABE, da ABC e de outras instituições científicas e culturais, e uma parte da elite política, controladora do Estado e, por extensão, das reformas administrativas e legislativas.

À luz dessa percepção, é possível questionar: O que se estava *fazendo* ao criticar pontualmente as políticas públicas para a universidade brasileira?

Skinner afirma que um *autor* é alguém que está efetuando um *lance*. Perguntar qual foi o efeito desse *lance*, “para quem e em que ponto no tempo ele se tornou manifesto, é defrontar-se com o fato de que ações efetuadas em um tempo em aberto produzem uma série aberta de efeitos” (POCOCK, 2003, p. 29). Sob essa ótica, perguntar o que o grupo da SETS estava *a fazer* pode ter uma infinidade de respostas, e, além disso, é possível que ele ainda não tivesse terminado de fazer o que pretendia (POCOCK, 2003).

Na perspectiva do contextualismo linguístico, ao analisar o discurso como atos de fala de agentes particulares (intelectuais ligados à SETS da ABE), em resposta a um conflito específico (as concepções de universidade em disputa), em um contexto particular da política (a institucionalização, por decreto federal, da universidade brasileira, URJ) e, ainda, no interior de uma linguagem própria ao tempo e às convenções de sua formulação, pode-se afirmar que o grupo de intelectuais, ao defender suas ideias, estava ingressando em um contexto polêmico para definir a superioridade de suas concepções, produzindo, assim, alianças políticas e possíveis adversários na busca pela realização prática das concepções da SETS, sob as balizas de uma reorganização da instituição.

De maneira explícita e, pode-se dizer, poética, o grupo da SETS delineou uma parte do que estava *a fazer* com a realização do inquérito:

Este livro não se decalcou em moldes feitos. Ditou-o o pensamento honesto de uma afinção coletiva de ideias e de aspirações. A pluralidade de autores não lhe deu o feito de Antologia ou de Polianteia. É mais um depoimento que um inquérito. É um prefácio e um epílogo. Prefácio criador de obra grandiosa [em] que se patentearão todas as energias da nossa gente, ou epílogo de um sonho mal sonhado em que se conservarão os nomes dos

ideólogos sonhadores, se por ventura lhes faltar a capacidade efetiva das realizações fecundas (ABE, INQUÉRITO, 1929, n.p.).

Assinaram a declaração, em 1º de dezembro de 1928, Labouriau, Roquette Pinto, Vicente Licínio Cardoso, Raul Leitão da Cunha, Ignácio M. Azevedo do Amaral, Domingos Cunha e Levi Carneiro. Dois dias mais tarde, uma tragédia abalaria fortemente o grupo: boa parte dos protagonistas no inquérito da ABE faleceu em desastre de avião, ocorrido na Baía da Guanabara. Entre as vítimas estavam Labouriau, Tobias Moscoso e Amoroso Costa.

Pode-se dizer que o *prefácio* delineado para a universidade brasileira, mesmo que parte de seus idealizadores não tenha podido concretizar o que pretendia, não morreu com o acidente aéreo, mas permaneceu nas aspirações e disputas políticas dos que seguiram. As *realizações fecundas* para a instituição continuaram presentes no horizonte de expectativas¹⁷ de um *epílogo* em construção, que se ampliaria como um aspecto inseparável da modernidade e subsistiria atento às novas circunstâncias político-ideológicas abertas diante de si.

FONTES

A MANHÃ. Os companheiros do “Santos Dumont”. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 1949. A Ciência para todos, suplemento de divulgação científica, ed. 00010, p. 9. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=085782&pagfis=148&url=http://memoria.bn.br/docreader>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ÁLVARO OZÓRIO DE ALMEIDA. In: FONSECA, Maria Rachel Fróes da. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Rio de Janeiro:

¹⁷ Aqui, o tempo é tomado como “construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativa” (JASMIN, 2006, p. 9).

FIOCRUZ, [20-?]. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/almalvoz.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **O problema universitário brasileiro:** inquérito promovido pela Seção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1929.

FERDINANDO LABOURIAU. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Galeria dos presidentes.** Rio de Janeiro, [20-?]. Disponível em: <<http://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/102-ferdinando-labouriau>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

IGNÁCIO AZEVEDO DO AMARAL. In: CPDOC/FGV. **Amaral, Azevedo do (reitor).** Rio de Janeiro, [20-?]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/inacio-manuel-azevedo-do-amaral>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

LEVI CARNEIRO. In: PECHMAN, Robert. **Carneiro, Levi.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [20-?]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/levi-fernandes-carneiro>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MAIA, João Marcelo Vicente Licínio Cardoso e a “América” da engenharia brasileira. **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 1, ano 04, p. 01-12, 2005. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27592/19785>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MANOEL AMOROSO COSTA. In: FIOCRUZ. **A divulgação científica no Brasil.** Rio de Janeiro, [20-?]. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=154&sid=30>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

RAUL LEITÃO CUNHA. In: CPDOC/FGV. **Cunha, Raul Leitão da.** Rio de Janeiro, [20-?]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-raul-leitao-da>> Acesso em: 11 jan. 2020.

ROQUETTE PINTO. In: CARNEIRO, A. **Primeira República.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [20-?]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Cícero. Apresentação. In: POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 9-21.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 57-82, jan./abr. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BUSINO, Giovanni. **Élites et élitisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- FARIA, Maria Cristiane Nunes de. **O problema universitário no inquérito da Associação Brasileira de Educação**: concepções de universidade em disputa na década de 1920. 2021. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- HEINZ, Flávio M. (org.). **Para outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- JASMIN, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 9-12.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- MOTT, Maria Lucia; DUARTE, Ivomar Gomes; GOMES, Marcela Trigueiro. Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantã**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 37-72, 2007.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. (História e Saúde). Disponível em: < <https://doi.org/10.7476/9788575413081>>. Acesso em: 09 out. 2020.

- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.
- SIRINELLI, Jean-François. **Génération intellectuelle**. Khâgneux et Normaliens dans l'entre-deux-guerres. Paris: Fayard, 1988.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- SKINNER, Quentin. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Tradução de João Pedro George. Algés: Difel, 2005. (Original publicado pela Cambridge University Press, em 2002.)
- STONE, Lawrence. Prosopography. **Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences**, v. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crença dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, Juçara Leite; ALVES, Claudia (org.). **Intelectuais e História da Educação no Brasil: poder, cultura e política**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 63-85, jan./abr. 2008.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre intelectuais, educação e modernidade. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda (org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b. p. 11-40.
- VIEIRA, Carlos Eduardo; FARIA, Maria Cristiane Nunes de. Formação de Professores nos debates da I Conferência Nacional de Educação (I CNE – 1927). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 10, p. 95-111, jan./abril 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.25053/redufor.v4i10.391>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- VIEIRA, Carlos Eduardo; DANIEL, Leziany Silveira. Lysímaco Ferreira da Costa e a formação de professores no Paraná na década de 1920. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce Regina Baggio; BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná: 1910-1980**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 45-76.

PARTE 2

INTELECTUAIS E CAMPO CULTURAL

5

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO: O EXEMPLO DO CAMPO LITERÁRIO FRANCÊS ¹

Gisèle Sapiro

INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu lançou as bases de uma sócio-história do processo de autonomização do campo literário que era, segundo ele, uma das condições da “autonomização metodológica” do campo literário como objeto de estudo (BOURDIEU, 1966, p. 865-906). Os numerosos trabalhos realizados sobre o campo literário francês em diferentes períodos - por Alain Viala, Roger Chartier, Robert Darnton, Christophe Charle, Anna Boschetti e outros - permitem propor, hoje, alguns elementos de síntese e de reflexão para o estabelecimento dos marcos dessa história.

Nem linear, nem teleológica, tal abordagem deve relacionar o exercício da atividade literária às suas condições sociais e aos tipos de constrições estruturais que pesam sobre ela. Essas, por sua vez, levam à diversificação dos princípios de estruturação desse universo e ao surgimento de figuras concorrentes de autor: o “escritor de Estado”, o “artista”, o “intelectual” e o “escritor profissional”, bem como de uma variedade de instituições da vida literária. Segundo Pierre Bourdieu, a autonomização do campo literário depende de três condições: a

¹ Texto traduzido por Sergio Miceli e Evania Guilhon, cuja primeira publicação brasileira está na **Revista Tempo Social**, v. 16, n. 1, 2004. Agradecemos à autora e à Revista por autorizar-nos a publicá-lo nesta coletânea.

emergência de um corpo de produtores especializados; a existência de instâncias de consagração específicas; e a existência de um mercado (BOURDIEU, 1971a, p. 1.345-1.378, 1971b, p. 49-126, 1992).

O ESCRITOR DE ESTADO

A primeira condição relaciona-se ao processo, descrito por Max Weber, de diferenciação e de especialização das atividades, em virtude dos progressos da divisão do trabalho. A autonomização do campo literário é fruto do surgimento de um corpo de produtores especializados, habilitados a expressar um juízo estético sobre os produtos artísticos e a fixar seu valor. O “nascimento do escritor”, como demonstrou Alain Viala (1985), está ligado à emergência, no século XVII, de um grupo de letrados que se diferenciava dos doutores da Universidade ligados à Igreja, apoiados no poder absolutista para promover a língua francesa, mundana, contra o latim, pertencente à ordem erudita europeia. Essa fase inicial da autonomização da atividade literária é acompanhada das primeiras reivindicações profissionais (direito do autor) e também marcada pela oficialização da Academia Francesa, à qual o rei delega o poder de legislar em matéria de linguagem. A delegação desse poder de consagração libera parcialmente a atividade literária do clientelismo, no qual prevalece o juízo do encomendante. A segunda condição assim se completa, mas a oficialização da Academia exige, em troca, a sujeição ao poder, o que leva Christian Jouhaud (2000)² a afirmar que o processo de autonomização passa por uma fase de dependência reforçada do Estado.

² Para uma análise diferente da História da Academia Francesa, ver: Merlin (2001).

Por outro lado, esse processo permanece inacabado. Será necessário mais de um século para que as reivindicações profissionais sejam satisfeitas. O decreto de 1777 reconhece pela primeira vez a obra como fruto de um trabalho e o direito do autor de obter um rendimento por ele (CHARTIER, 1992, p. 57-58). Nessa época desenvolve-se igualmente um verdadeiro mercado do livro, que permanece, entretanto, controlado e regulado pelo Estado por meio do sistema de autorizações prévias e do monopólio da corporação dos livreiros. Fazer da literatura um comércio continua sendo malvisto pela “aristocracia literária” mantida pelo regime, que acumula cargos, funções oficiais e postos acadêmicos, espécie de “escritores do Estado” que denunciam a “malta de escribas” (*canaille écrivante*), condenada a viver da sua pena, como mostrou Robert Darnton (1983, cap. 1). O espaço literário se estrutura, então, por meio dessa oposição entre escritores que ocupam posições dominantes e escritores dominados.

No entanto, segundo Roger Chartier (2000, p. 220 ss.), essa época assinala a emergência de uma “esfera pública literária” que favorece a autonomização dessa atividade em relação ao Estado. Ao se aliarem à Cidade contra a Corte, os acadêmicos contribuíram, no final, para a ruína do monopólio da Academia sobre a regulamentação da atividade e para a constituição dessa “esfera pública literária”. Mas é, sobretudo, o surgimento do mercado, regulado pela sanção do público, que libera a atividade literária do domínio estatal.

O MODELO VOCACIONAL: O ARTISTA

O século XIX é caracterizado pelo recuo do controle do Estado da esfera literária, com a liberalização econômica seguida da política, sob

a Terceira República. A liberalização do mercado do livro, após a Revolução, e sua industrialização estão na origem da constituição de um verdadeiro mercado de bens simbólicos. Com efeito, o mercado libera a produção cultural do clientelismo e do mecenato, ao instituir novas condições de produção, principalmente invertendo a ordem temporal entre a oferta e a procura que, tornada impessoal, só pode fazer-se conhecer, posteriormente, por meio dos índices de vendas, com o editor passando a ocupar o lugar do patrão. Essa liberdade puramente formal está, segundo Pierre Bourdieu (1971b, p. 53-54), na origem da ideologia romântica do criador incriado, com a “criação” opondo-se à “execução” e a concorrência induzida pela lógica do mercado favorecendo a imposição do princípio da originalidade como maneira de se distinguir. Roger Chartier (1992, p. 57-58) sugere também que, se o estilo tornou-se a marca de distinção do autor, é porque, diferentemente das ideias, ele não pode ser plagiado. Dessas transformações surgem duas figuras opostas de escritor: o “escritor empresário”, encarnado por Balzac, e o modelo vocacional e profético do “artista”, nascido da transferência da função sagrada do mundo religioso para o mundo das letras, com a liberalização e a laicização, e encarnado pelo romantismo (BÉNICHOU, 1996). O princípio da originalidade, centrado no estilo e na forma, aparece sobretudo como uma resposta ao desenvolvimento do que Sainte-Beuve chamou de “literatura industrial”, literatura padronizada segundo receitas contra a qual ele ostenta sua raridade. Em oposição a esses produtos industriais determinados por inteiro pela demanda, que devem corresponder às características sociais de seus públicos, os autores, ao afirmar sua diferença e sua originalidade, reapropriam-se de suas obras, que levam a marca do *habitus* do criador.

Desse modo, contra o polo da grande produção, regido pela lógica econômica da rentabilidade a curto prazo (índices de venda), e contra a figura do “escritor mercenário”, constitui-se um polo de produção restrita que decreta a irredutibilidade do valor estético ao valor mercantil do produto e a preeminência do juízo dos especialistas (os pares e os críticos) sobre as sanções de um público de profanos (BOURDIEU, 1971b, 1983, p. 311-356, 1991, p. 4-46). Ao privilegiar o olhar dos pares e seu julgamento, a literatura, no seu polo mais autônomo, liberta-se da sanção do público. Ao introduzir um novo princípio de estruturação do espaço literário que opõe autonomia e heteronomia, a inversão da lógica econômica e a afirmação mais geral da independência do juízo estético em relação às expectativas econômicas, políticas e morais marcam o surgimento de um campo literário relativamente autônomo. Ao mesmo tempo em que rechaçam a lógica do mercado, os escritores reivindicam sua autonomia perante o político e a moral pública e religiosa. O modelo é aquele do artista desembaraçado de todo constrangimento social, afora as exigências da sua arte. A teoria da “arte pela arte” (CASSAGNE, 1997), desenvolvida sob o Segundo Império, ilustra perfeitamente essa recusa da subordinação do juízo estético a qualquer lógica extraliterária, quer se trate da lei do mercado ou do juízo moral e político, numa época em que a censura moral e política continua vigente, como testemunham os processos judiciais de Baudelaire e Flaubert em 1857. Logo, os argumentos da arte pela arte foram em parte forjados em defesa dos escritores perseguidos por ultraje à moral religiosa e aos bons costumes, num momento de

diferenciação do campo literário e do campo religioso (PRASSOLOFF, 1989).³

A FIGURA DO INTELLECTUAL

Levada ao extremo, a lógica da autonomia ameaçava, entretanto, confinar a literatura a um público restrito e trancá-la em uma “torre de marfim”, pondo em risco seu papel social e, portanto, sua pretensão à universalidade. Desde o final do século XIX, o argumento da “arte pela arte” é amplamente contestado. A codificação da liberdade de expressão, com a lei de 1881 sobre a imprensa, suprime a dimensão subversiva que os processos de Flaubert e Baudelaire haviam ilustrado de maneira estrondosa. Com sua liberalização, a palavra do escritor não correria o risco de uma brusca desvalorização?

Em reação à liberalização do impresso, escritores católicos (ou recém-convertidos, a exemplo de Paul Bourget) desenvolvem a noção de “responsabilidade do escritor”, que eles contrapõem à liberdade de criação.⁴ “A responsabilidade do escritor limita seus direitos”, dirá um deles (FONSEGRIVE, 1917, p. 73). Em seu livro *Naissance de l'intellectuel catholique*, Hervé Serry mostra que essa disposição dos intelectuais católicos à heteronomia, num momento de autonomização do campo intelectual, se explica por suas trajetórias em declínio e pela ameaça de desvalorização que a democratização escolar e a ascensão do paradigma

³ Sobre as relações entre campo literário e campo religioso, ver: Serry (2002, p. 37-60). Deste autor, temos uma versão publicada na *Revista Tempo Social* e republicado nesta coletânea, no capítulo 1 da terceira parte, com redação revista e bibliografia atualizada pelo autor. (N. dos Organizadores.)

⁴ Esbocei uma genealogia desta noção em Sapiro (2001, p. 219-240).

científico fazem pesar sobre seu principal capital a cultura clássica (SERRY, 2001, p. 91-110, 2004).⁵

É por um engajamento contra os poderes públicos estabelecidos que os escritores defensores da autonomia literária vão se reapropriar dessa noção de responsabilidade, opondo, à definição dos moralistas bem-pensantes e dos nacionalistas prontos a invocar a “Razão de Estado”, a liberdade de consciência do intelectual independente e os valores propriamente intelectuais, como a verdade e a liberdade de expressão (CHARLE, 1990). O pensador, mais que o artista, constitui o modelo que funda essa figura do intelectual inaugurada por Zola na época do “*affaire Dreyfus*”, e que Sartre levará a seu apogeu logo após a Segunda Guerra Mundial.

Mas, se a memória coletiva reteve as individualidades que personificaram no mais alto grau essa figura do intelectual (SULEIMAN, 1993, p. 11-14; BOURDIEU, 1980, p. 11-12; BOSCHETTI, 1985), ela não deve encobrir a especificidade do tipo de engajamento coletivo que valoriza o capital simbólico do grupo e marca o surgimento do campo intelectual. A petição foi a forma de intervenção pontual, que logo se perpetua, ou até mesmo se institucionaliza, por meio de grupos como a Liga dos Direitos do Homem e a Liga da Pátria Francesa. O grupo de vocação ético-política torna-se um dos modos de agregação correntes no campo literário francês sob a Terceira República, da União para a Verdade de Paul Desjardins, passando pela Associação dos Artistas e Escritores Revolucionários, até o Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas nos anos de 1930 (RACINE-FURLAND, 1977, p. 87-113, 1996, p. 29-47). O engajamento político dos escritores permite-lhes assumir

⁵ Ver também: Einfalt (1999, p. 137-147).

sua “responsabilidade” e seu “papel social” sem subordinar sua arte ao serviço de uma causa. As vanguardas, em especial os surrealistas, querem fazer da arte um instrumento de subversão social, um instrumento da “Revolução”.

Entretanto, esse novo modo de afirmação da autonomia dos intelectuais, viabilizado pela liberalização política, encontra-se ameaçado por sua dependência da oferta política e das tentativas de captação e de desvio desse capital simbólico pelos partidos e por outras organizações políticas. As relações que os intelectuais franceses mantiveram com o Partido Comunista oferecem um exemplo paradigmático dessa lógica.⁶ A experiência dos surrealistas, que aderem ao PCF em 1927 e o abandonam pouco depois, ilustra a contradição fundamental entre a liberdade da arte e a disciplina requerida pelo engajamento político (NADEAU, 1945; BANDIER, 1999).

Demonstrei em outra oportunidade que, se o modo privilegiado de politização do campo literário foi o profetismo, que se ajustava bem à definição vocacional do ofício, as formas assumidas por essa politização devem ser relacionadas à estrutura do próprio campo (SAPIRO, 2001a, p. 19-53, 2003a, p. 633-52, 2004b). Também aventei a hipótese de que a politização do campo literário na França foi um meio de compensar a falta de profissionalização do ofício de escritor num momento de diferenciação e de especialização das profissões - em particular os políticos, os jornalistas e os cientistas -, que privam os homens de letras de alguns de seus domínios de competência, como a política, a história nacional, a moral e o estudo dos costumes, o conhecimento da vida

⁶ Ver especialmente os estudos reunidos por: Aron, Matonti e Sapiro (2002).

psíquica etc. Um movimento de profissionalização se esboça, entretanto, a partir do século XIX. É disso que vou tratar agora.

A EMERGÊNCIA DO ESCRITOR PROFISSIONAL

A liberalização econômica se faz acompanhar por uma liberalização política progressiva, que permite a multiplicação de instâncias profissionais (sociedades de autores e, depois, sob a Terceira República, associações e sindicatos de autores), bem como de instâncias de difusão (edição, imprensa, escola) e de consagração (revistas, prêmios literários). Tais instâncias favoreceram o desenvolvimento profissional do ofício de escritor, sem que esse desenvolvimento tivesse se realizado por completo. O movimento de profissionalização do ofício de escritor, iniciado com o surgimento das sociedades de autores (a Sociedade dos Autores Dramáticos em 1793, a Sociedade dos Literatos em 1835), sob o estímulo, por exemplo, de Beaumarchais e Balzac - que inauguram o modelo do “escritor empresário” -, conhece um novo impulso após a liberalização política sob a Terceira República, em especial após a promulgação do direito à associação (lei de 1884, que autoriza os sindicatos profissionais, e lei de 1901, sobre as associações), e se desenvolve entre as duas guerras, como nas outras profissões intelectuais e liberais. Opondo-se ao amadorismo esclarecido das elites, ele se traduz, por um lado, pela multiplicação de instâncias representativas da profissão (Sociedade dos Poetas Franceses, Associação dos Escritores Combatentes, Sindicato dos Literatos etc.) e, por outro, pela obtenção de uma série de conquistas sociais (extensão do direito de autor, direito à habitação, previdência social, estatuto

⁷ Segundo a expressão de Andrew Abbott (1988), que a prefere àquela de “*professionalisation*”.

fiscal, até a elaboração de um estatuto social do escritor em 1977) e pelo esboço de uma política cultural voltada para a criação literária (Caixa Nacional das Letras, fundada pela primeira vez em 1930, recriada em 1946 e substituída em 1973 pelo Centro Nacional das Letras, rebatizado em 1992 como Centro Nacional do Livro) que testemunham o reconhecimento, pelo Estado⁸, do estatuto do autor.

Todavia, os empreendimentos de unificação do corpo profissional se defrontaram durante muito tempo com resistências devidas aos “efeitos de campo” (BOURDIEU, 1985, p. 73). Tais resistências procedem de três fatores principais. Em primeiro lugar, o princípio da originalidade, que se impôs com o movimento romântico, favoreceu a emergência de uma definição carismática e vocacional do ofício de escritor, assim como o princípio de uma evolução por revoluções em detrimento de uma concepção mais profissional que levaria à rotinização do carisma. Em segundo lugar, a heterogeneidade do recrutamento social e das condições de exercício do ofício, em especial a oposição entre os que vivem da sua pena e aqueles que exercem um segundo ofício. Ora, a definição profissional de escritor independente se funda unicamente no critério dos proventos advindos da produção literária, o que exclui os escritores que exercem um segundo ofício. Esse problema durante muito tempo impediu a unificação da profissão como tal e favoreceu a manutenção da definição vocacional do ofício de escritor. Em terceiro lugar, a multiplicidade das instâncias de consagração concorrentes, nenhuma das quais, à exceção da Igreja no

⁸ Existem ainda poucos trabalhos sobre essas instâncias profissionais. Para uma análise mais detalhada desse movimento de profissionalização, ver: Sapiro (2004a). Sobre as organizações corporativas católicas, ver: Serry (2004, cap. 5). Sobre a Confederação dos Trabalhadores Intelectuais, ver: Chatriot (1996). Sobre a implementação de uma política do livro depois da liberação, ver: Surel (1997). Sobre a fundação da União dos Escritores em 1968, ver: Gobille (2003).

campo religioso ou de outras corporações profissionais, conseguiu monopolizar o poder de legitimação, nem impor as condições de acesso ao ofício (SAPIRO, 2002, p. 139-149, 2004a).

O RECONHECIMENTO DO JUÍZO DOS ESPECIALISTAS

Se o acesso ao campo literário não está, portanto, regulamentado, mesmo assim ele é muito seletivo, regido pelas instâncias de difusão e de consagração. No polo de produção restrita, a instância mais representativa do princípio de autonomia é a revista, na qual a crítica e o juízo dos pares podem ser exercidos longe dos constrangimentos externos. Graças à liberalização política, as revistas proliferam sob a Terceira República. Entretanto, a expansão sem precedentes das profissões intelectuais e do impresso, no final do século XIX (CHARLE, 1979), suscita, para essas pequenas empresas frágeis e condenadas ao declínio pela falta de recursos, o problema de sua sobrevivência. Sendo com frequência financiadas pela fortuna pessoal de um de seus animadores, elas dependem quase por inteiro da abnegação total de alguns indivíduos e favorecem a personalização das relações sociais no seio de um campo literário, o qual, ao contrário do mundo burocrático, em que os indivíduos são supostamente intercambiáveis, é fortemente individualizado desde o romantismo. Associando-se a uma editora, a revista **Le Mercure de France**, dos simbolistas, inaugura um modelo original que perpetua a empresa e permite aos colaboradores publicar suas obras em forma de livro. Esse modelo será seguido por outras revistas, como no caso exemplar de *La Nouvelle Revue Française*, que deu origem à editora que logrou o desenvolvimento mais espetacular desse século, ao conservar seu capital simbólico inicial e sua forte identidade

literária: a editora Gallimard (BOSCHETTI, 1991, p. 511-550). No entanto, mesmo se as revistas conservam, em relação às editoras a que deram o nome, o papel de “vitrine” e de instância de consagração, a associação a uma empresa comercial tem necessariamente um custo, devendo-se forçosamente encontrar um meio termo entre as exigências puramente estéticas e os interesses da editora, como demonstra a história de ***La Nouvelle Revue Française*** e da editora Gallimard.

Dessa maneira, devido a uma reviravolta histórica, pode-se dizer que o polo de produção restrita logrou o reconhecimento de seu poder de consagração e, assim, de produção do valor no mercado. Rapidamente, com efeito, a necessidade de intermediários - desde representantes de editoras até leitores, críticos e professores - surgiu como uma exigência inerente a um mercado em superprodução permanente. O sucesso alcançado pelos prêmios literários (sobre os quais não me estenderei aqui) e a exploração que deles souberam fazer os editores são testemunhas dessa lógica. Como demonstrou Pierre Bourdieu (1977, p. 3-45), o mercado do livro polarizou-se entre uma lógica de rentabilidade a curto prazo, apostando nas vendas rápidas e nos sucessos efêmeros, e a lógica mais arriscada do investimento a longo prazo, diante da constituição de um estoque de obras destinadas a se tornar “clássicos”, graças sobretudo à sua “canonização” por intermédio do sistema escolar. O valor econômico inestimável do catálogo da editora Gallimard, cobiçado hoje pelos grandes grupos (GUILLOU; MARUANI, 1989)⁹, ilustra bem a maneira pela qual o capital simbólico acumulado pode se converter em capital econômico a longo prazo, segundo a lógica própria da economia de bens simbólicos

⁹ Ver também Reynaud (1999, p. 3-11).

(raridade, prestígio associado ao nome próprio, o do autor e o da firma). Esse valor próprio foi reconhecido tanto pelo mercado como pelo Estado, como ilustra o desenvolvimento, desde os anos de 1950, de uma política cultural destinada a sustentar as empresas culturais mais arriscadas em termos econômicos, com auxílios à criação e à edição (SUREL, 1997; URFALINO, 1996; DUBOIS, 1999). Constata-se assim o quanto frágil é essa autonomia duramente conquistada, cuja evolução não é linear, nem irreversível, no que respeita ao mercado ou ao Estado (SAPIRO, 2003b, p. 441-461).

Concluindo este rápido percurso, pode-se dizer que toda a etapa de autonomização suscita uma nova forma de dependência: o Estado libera do clientelismo e delega o poder literário aos especialistas, mas exige em contrapartida o serviço ao rei; o mercado libera do Estado, mas torna a literatura dependente das sanções do público; a reivindicação da responsabilidade do escritor diante dos poderes políticos choca-se com a lógica de reapropriação política; a profissionalização leva, por sua vez, a uma maior dependência ante as imposições editoriais e os novos procedimentos de *marketing*.

Essas evoluções são visíveis nos tipos de instituições e nas figuras típico-ideais do escritor que se sucederam na história. Após a academia (corpo), a sociedade literária, a revista, o grupo com vocação ético-política e a associação profissional, predomina hoje a sociabilidade literária.

Após o desaparecimento do escritor de Estado, a figura do escritor ficou muito tempo oscilando entre três modelos: o do empresário, como Balzac, que no entanto, na falta de uma deontologia profissional, corre o risco de adotar práticas “mercenárias”; o das profissões liberais, cuja deontologia se funda em princípios de autonomia, de responsabilidade

e de desinteresse; e o modelo vocacional e profético nascido da transferência da função sagrada do mundo religioso para o mundo das letras com a laicização da sociedade.

Enquanto a figura do artista personificou por um tempo a rejeição das restrições externas, motivada pelo princípio da autonomia e pela ética do desinteresse, a figura do intelectual restituiu ao escritor uma missão universal, ao desprender a noção de responsabilidade de seus esperados heterônimos para substituí-la por uma ética de responsabilidade autônoma e profissional, segundo o modelo do sábio e das profissões liberais (serviço da verdade e da justiça). A profissionalização do ofício de escritor, nos anos de 1970, contribuiu para o declínio da figura do escritor profético que se ajustava bem à definição vocacional do ofício, a favor de formas de mobilização mais corporativistas.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1988.
- ARON, Paul; MATONTI, Frédérique; SAPIRO, Gisèle (dir.). Le réalisme socialiste en France. **Sociétés et Représentations**, n. 15, 2002.
- BANDIER, Norbert. **Sociologie du surréalisme, 1924-1929**. Paris: La Dispute, 1999.
- BÉNICHOU, Paul. **Le sacre de l'écrivain, 1750-1830**: essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France moderne. 2. éd. Paris: Gallimard, 1996. (Collection Bibliothèque des Idées).
- BOSCHETTI, Anna. **Sartre et "les temps modernes"**: une entreprise intellectuelle. Paris: Minuit, 1985.

- BOSCHETTI, Anna. Légimité littéraire et stratégies éditoriales. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (dir.). **Histoire de l'édition française**. t. 4. Paris: Fayard; Promodis, 1991. p. 511-550. (Le livre concurrenté, 1900-1950).
- BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. **Les Temps Modernes**, n. 246, p. 865-906, nov. 1966.
- BOURDIEU, Pierre. Disposition esthétique et compétence artistique. **Les Temps Modernes**, n. 295, p. 1345-1378, fév. 1971a.
- BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques. **L'Année Sociologique**, v. 22, p. 49-116, 1971b.
- BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 13, p. 3-43, fév. 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Sartre. **London Review of Books**, v. 2, n. 20, p. 11-12, nov./dez. 1980.
- BOURDIEU, Pierre. The field of cultural production, or: the economic world reversed. **Poetics**, v. 12, n. 4-5, p. 311-356, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Effet de champ et effet de corps. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 59, p. 79, set. 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 89, p. 3-77, sept. 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art**: genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.
- CASSAGNE, Albert. **La théorie de l'art pour l'art en France chez les derniers romantiques et les premiers réalistes**. Paris: Champ. Vallon, 1997.
- CHARLE, Christophe. **La crise littéraire à l'époque du naturalisme**: roman, théâtre, politique. Paris: PENS, 1979.
- CHARLE, Christophe. **Naissance des "intellectuels", 1880-1900**. Paris: Minuit, 1990.
- CHARTIER, Roger. **L'ordre des livres**: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV^e et XVIII^e siècle. Aix-en-Provence : Alinéa, 1992.

CHARTIER, Roger. **Les origines culturelles de la Révolution française**. 2. ed. Paris: Seuil, 2000. (Collection Points).

CHATRIOT, Alain. **La notion de "chômeur intellectuel" et l'action de la CTI**: Confédération des Travailleurs Intellectuels en France pendant les années 1930. 1996. Dissertation (Master) - Université Paris I, Paris, 1996.

DARNTON, Robert. **Bohème littéraire et révolution**: le monde des livres au XVIII^e siècle. Paris: Gallimard; Seuil, 1983. (Collection Hautes Études).

DUBOIS, Vincent. **La politique culturelle**: genèse d'une catégorie d'intervention publique. Paris: Belin, 1999.

EINFALT, Michael. Jacques Maritain et le champ littéraire français des années 1920: catholicisme versus autonomie. **Regards Sociologiques**, n. 17-18, p. 137-147, 1999.

FONSEGRIVE, Georges. **De Taine à Péguy**: l'évolution des idées dans la France contemporaine. Paris: Bloud et Gay, 1917.

GOBILLE, Boris. **Crise politique et incertitudes**: régimes de problématisation et logiques de mobilisation des écrivains en mai 68. 2003. Thèse (Doctorat) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2003.

GUILLOU, Bernard; MARUANI, Laurent. **Les stratégies des grands groupes d'édition**: analyses et perspectives. Paris: Editeur du Cercle de la Librairie/Observatoire de l'Économie du Livre, 1989.

JOUHAUD, Christian. **Les pouvoirs de la littérature**: histoire d'un paradoxe. Paris: Gallimard, 2000. (Collection nrf Essais).

MERLIN, Hélène. **L'excentricité académique**: littérature, institution, société. Paris: Les Belles Lettres, 2001. (Collection Histoire).

NADEAU, Maurice. **Histoire du surréalisme**. Paris: Seuil, 1945.

PRASSOLOFF, Annie. **Littérature en procès**: la propriété littéraire en France sous la Monarchie de Juillet. 1989. Thèse (Doctorat) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1989.

- RACINE-FURLAND, Nicole. Le comité de vigilance des intellectuels antifascistes, 1934-1939: antifascisme et pacifisme. **Le Mouvement Social**, n. 101, p. 87-114, oct./déc. 1977.
- RACINE-FURLAND, Nicole. L'association des Écrivains et Artistes Révolutionnaires (L'AEAR): a revue "Commune" et la lutte idéologique contre le fascisme (1932-1936). **Le Mouvement Social**, n. 54, p. 29-47, jan./mar. 1966.
- REYNAUD, Bénédicte. L'emprise de groupes sur l'édition française au début des années 1980. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 130, p. 03-10, déc. 1999.
- SAPIRO, Gisèle. De l'usage des catégories de droite et de gauche dans le champ littéraire. **Sociétés et Représentations**, n. 11, p. 19-53, fév. 2001a.
- SAPIRO, Gisèle. La responsabilité de l'écrivain: de Paul Bourget à Jean-Paul Sartre. In: JURT, Joseph (dir.). **Le texte e le contexte: analyses du champ littéraire français XIX^e-XX^e**. Actes du Colloque de Fribourg, 21-23 d'octobre 1999. Berlin: Verlag Arno Spitz, 2001b.
- SAPIRO, Gisèle. De l'écrivain d'État à l'intellectuel. In: PINTO, Eveline (dir.). **Penser l'art et la culture avec les sciences sociales**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002. p. 139-148.
- SAPIRO, Gisèle. Forms of politicization in the French literary field. **Theory and Society**, n. 32, p. 633-652, 2003a.
- SAPIRO, Gisèle. The literary field between the state and the market. **Poetics**, v. 31, n. 5-6, p. 441-464, oct./déc. 2003b.
- SAPIRO, Gisèle. Entre individualisme et corporatisme: les écrivains dans la première moitié du XXe siècle. In: KAPLAN, Steven; MINARD, Philippe (dir.). **La France malade du corporatisme**. Paris: Belin, 2004a. p. 279-314.
- SAPIRO, Gisèle. Le champ littéraire français: structure, dynamique et formes de politisation. **Berliner Journal für Soziologie**, p. 157-171, 2004b.
- SERRY, Hervé. Déclin social et revendication identitaire: la 'renaissance littéraire catholique' de la première moitié du XXe siècle. **Sociétés Contemporaines**, v. 44, n. 4, p. 91-109, 2001.

SERRY, Hervé. Littérature et religion catholique (1880-1914): contribution à une socio-histoire de la croyance. **Cahiers d'Histoire**, v. 87, p. 37-59, 2002.

SERRY, Hervé. **Naissance de l'intellectuel catholique**. Paris: La Découverte, 2004.

SULEIMAN, Susan Rubin. L'engagement sublime: Zola comme archétype d'un mythe culturel. **Les Cahiers Naturalistes**, b. 67, éd. spécial, p. 11-24, 1993.

SUREL, Yves. **L'État et le livre**: les politiques publiques du livre en France (1957-1993). Paris: L'Harmattan, 1997.

6

ARTISTAS “NACIONAL-ESTRANGEIROS” NA VANGUARDA SUL-AMERICANA (SEGALL E XUL SOLAR) ¹

Sergio Miceli

Lasar Segall (1891-1957)² e Xul Solar (1887-1963)³ são artistas emblemáticos das vanguardas sul-americanas na década de 1920, cujas trajetórias foram modeladas em meio ao intercâmbio transatlântico entre linguagens e imaginários vigentes nas metrópoles europeias e nos países periféricos de adoção. A quebra de expectativas em consequência da guerra, o completo desconcerto econômico na Alemanha, a resistência acirrada dos artistas estabelecidos às incursões dos forasteiros, o entrechoque de legitimidades entre círculos renovadores, tais óbices acabaram reorientando as perspectivas de sobrevivência profissional para o incipiente mercado de arte em países emergentes. Segall e Xul enfrentaram resistências idênticas nos centros artísticos europeus em que tentaram se firmar; mais adiante, após a decisão de se instalar na América do Sul, viram-se provocados a readaptar a expressão plástica aprendida na Europa às injunções dos temas e das palavras de ordem locais. Não conseguiram se furtar às demandas formuladas pelas lideranças dos movimentos literários de renovação e tampouco aos padrões de gosto do restrito grupo de clientes. Tiveram

¹ Texto originalmente publicado na revista **Tempo Social**, v. 22, n. 1, 2010. Agradecemos ao autor e à Revista por autorizar-nos a publicá-lo nesta coletânea.

² A respeito do período alemão de Lasar Segall (1906-1923), ver: Mattos (1997, 2000); Pinheiro Filho (2008); Miceli (1996, p. 8991, 2003, p. 150-179).

³ Ver: Gradowczyk (1994) e Abós (2004).

de inventar uma figuração plástica ajustada ao repertório do mecenato nativo.

Segall viabilizou seu projeto artístico sob auspício da comunidade judaica, primeiro na Alemanha e depois no Brasil, desde o começo buscando compatibilizar os idiomas da vanguarda alemã com temas judaicos; ao se instalar de vez no Brasil, ele abdicou por um momento dessa confluência e produziu um conjunto festejado de telas no linguajar plástico estilizado de uma “arte nacional”; deixou em suspenso o lastro estrangeiro a fim de ser reconhecido como artista brasileiro. Nascido e criado na Argentina, já com 25 anos Xul Solar empreendeu uma viagem de retomada das raízes europeias, no intento de lograr uma aprendizagem artística condigna; adquiriu então recursos expressivos conformados pelo imaginário simbolista e esotérico do qual expurgou indícios reveladores da experiência argentina; de regresso ao país natal, procurou harmonizar o repertório expressivo apurado na estadia europeia às demandas pela “arte nativa” vocalizadas pelos líderes da vanguarda literária; infundiu à sua arte alienígena uma lufada de alusões e significados *criollos*.

Tanto Segall como Xul ficaram expostos, desde a infância e a primeira mocidade, às vicissitudes da aventura imigratória de suas famílias, podendo-se entender os sucessivos momentos de formação e amadurecimento como respostas às oportunidades que os altos e baixos da fortuna familiar foram abrindo a eles. Segall deixara moço a cidade natal - Vilna, capital da Lituânia - para estudar na Alemanha, custeado pela comunidade judaica alemã, sentindo-se mais tarde atraído pelo vislumbre de um futuro assegurado ao abrigo de parentes próximos bem-sucedidos no Brasil. Em 1906, aos 15 anos de idade, ele se instala em Berlim, onde ingressa na academia de arte e na escola de artes

aplicadas; em 1910, transfere-se para Dresden e continua a educação artística na academia de belas-artes. Em 1913, vem ao Brasil a chamada da irmã Luba, casada com um dos herdeiros da família de industriais Klabin: aí permanece oito meses e realiza duas exposições, em São Paulo e Campinas.

O estouro da guerra coincidiu com a expulsão da Academia em Dresden por ser cidadão russo, e, com a perda do ateliê, teve de enfrentar tal segregação em meio a crescentes dificuldades financeiras. O impasse amainou pelo convite para residir em casa do amigo, um abastado comerciante judeu russo, colecionador e *marchand* Victor Rubin, antigo conhecido da família em Vilna. O gesto protetor permitiu o acesso dele ao mercado de arte na cidade e a conquista dos primeiros clientes. Em 1918, Segall retornou a Vilna, adoeceu e prolongou a estadia por oito meses, experiência que deve ter contribuído para o aprofundamento de temas judaicos em sua pintura.

Nessa altura, o envolvimento dele com propostas de uma arte judaica era parte de sua conexão com diferentes grupos expressionistas. Eis as motivações da progressiva tomada de consciência como artista judeu naquela conjuntura de provações, bastante impulsionada pelo movimento da “nova objetividade” por ocasião de sua volta a Berlim em 1922. Já com 31 anos, Segall ainda não lograra a alforria econômica, continuava dependente da ajuda financeira de Rubin, das remessas de dinheiro pela irmã e da feitura de retratos por encomenda. Nada disso conseguiu livrá-lo do sufoco material e da insegurança persistente por conta da instabilidade do *status* legal de russo imigrado, numa Alemanha imersa em crise generalizada e inflação galopante. Fechara-se o cerco à continuidade da estadia alemã. Sentindo-se fragilizado, ele apostou na perspectiva segura de apoio dos irmãos, já entrosados no

Brasil em círculos abastados da elite judaica paulistana, em plena efervescência das transformações urbanas e da industrialização impulsionadas pela cafeicultura. Em 1924, Segall e sua primeira mulher embarcaram em Hanover com destino ao Brasil, munidos com passaportes de Nansen, documento concedido aos judeus russos imigrados, desejosos de sair da Alemanha sem direito de retorno.

Oscar Agustín Alejandro Schulz Solari (Xul Solar) era o primogênito de um casal de imigrantes, cujas famílias haviam conquistado uma situação material confortável nos primórdios do apogeu econômico argentino. Os pais do futuro artista haviam chegado ao país já crescidos. Procedente da Ligúria, com 18 anos, a mãe Agustina Solari veio se juntar ao pai dela que havia prosperado como representante de firmas italianas de seguro na Argentina, onde também abrira uma fábrica de licores. Nascido em Riga, capital da Letônia, o pai Emílio Schulz, cuja língua natal era o alemão, veio para a Argentina com 20 anos em 1873, e ali completou os estudos de engenharia. Após o fechamento de uma fábrica de cerveja, que não sobreviveu à morte do sogro ao qual se havia associado, ele trabalhou em obras no Brasil e em Rosario, até conseguir uma posição estável de engenheiro na prefeitura de Buenos Aires. Em 1901, a família deixa a região de El Tigre, no estuário do Prata, para residir na capital, no ano em que Xul Solar, então conhecido como Alejandro, começa a frequentar o Colégio Nacional de Buenos Aires. Em 1903, o pai de Alejandro obteve a nacionalidade argentina e assumiu a chefia técnica das oficinas na Penitenciária Nacional, onde atuou por mais de vinte anos. Em 1905, Alejandro ingressou na Escola de Arquitetura, curso que interrompeu dois anos depois. Tendo exercido diversos empregos, inclusive um cargo burocrático no cárcere, por intercessão paterna, e outro na prefeitura portenha, Alejandro fez um

pé-de-meia para viabilizar a sonhada viagem à Europa. Persistia no intento de adquirir um treinamento à altura das pretensões de toda uma geração de jovens latino-americanos postulantes à carreira artística.

Ao que tudo leva a crer, Alejandro planejou essa viagem de estudos e aperfeiçoamento contando com o suporte financeiro paterno, e quem sabe também desejoso de se afastar das tensões que minavam o casamento dos pais. Com efeito, sob pretexto de passar férias, a mãe e a tia de Alejandro hospedaram-se junto à parentela italiana, e aí fixaram residência. A casa dos parentes italianos logo converteu-se em refúgio para Alejandro durante as férias de verão ou nos intervalos das andanças entre os diversos países europeus onde viveu ao longo dos doze anos dessa prolongada estadia na Europa. O pai permaneceu na Argentina e nunca foi visitar a esposa. Decerto Alejandro se viu intimado a atuar como mediador afetivo entre os pais em regime de velada desavença, situação que lhe permitiu auferir ganhos dobrados: a remessa regular de dinheiro pelo pai, a garantia de hospedagem em casa do ramo materno.

A perambulação de Alejandro por importantes centros europeus revela o empenho de adquirir uma sólida formação artística e, à medida que a temporada vai se estendendo, o intento de firmar ali uma carreira de artista plástico. À sua maneira, Alejandro buscou retemperar as raízes familiares, exercitar as línguas alemã e italiana em que fora educado, valendo-se desses trunfos para avalizar a inserção profissional estável no mercado de arte, projeto que nunca se efetivou. Enquanto Segall perseguiu tal desígnio frustrado de profissionalização ao longo de quase dezoito anos, antes de tomar a decisão de se estabelecer em definitivo no Brasil, Alejandro ficou doze anos em trânsito pela Europa até desistir de se tornar artista europeu e retornar à terra de acolhida

dos pais na América. As escapadas de Segall nesse período incluíram viagens curtas à Holanda, visitas a Vilna e ao Brasil. Já os traslados de Alejandro cobriram um espaço diversificado de cidades e países, o que lhe permitiu experimentar lampejos de receptividade e recusas ao seu trabalho, ampliar o repertório visual e se assenhorear de recursos expressivos de variada procedência.

Tendo desembarcado em Londres em 1912, Alejandro reside também em Paris, durante longas temporadas, entre 1913 e 1915, intercaladas por visitas breves à família materna na Itália. Em 1916, fixa residência em Florença; entre 1917 e 1919, estabelece-se em Milão, efetuando passagens rápidas em Roma e Veneza, de novo com períodos de reconforto junto aos parentes na Ligúria; entre novembro de 1919 e maio de 1920, mora em Londres, dali retornando a Milão para abrir sua primeira exposição individual; de 1921 a 1924, radica-se em Munique, com sucessivas esticadas ao refúgio familiar, quase sempre nos meses de verão e na época do Natal, viagens a Stuttgart e Berlim, e outra vez a Paris. Deixa a capital francesa em junho de 1924, rumo ao porto alemão de Hamburgo, onde embarca em navio de volta a Buenos Aires. Esses dois períodos de Alejandro na Europa - a fase italiana de 1916 a 1920, a alemã até 1924 - ensejam escassas oportunidades de trabalho e acesso restrito ao mercado de arte, mas franqueiam o contato direto com obras de artistas e mestres inovadores. Não obstante, durante a estadia inteira, cada movimentação ou desígnio dele como que se viabiliza pelo empurrão de algum colega argentino, dando a ver os entraves à inserção no ambiente europeu e a rede de apoios de que pôde desfrutar junto aos conterrâneos em vilegiatura na Europa.

Em 1916, aproxima-se do pintor argentino Emilio Pettoruti (1892-1971)⁴, que se tornaria amigo íntimo e providencial, primeiro em Florença, depois em Milão, no final em Munique, tendo empreendido juntos a viagem de retorno a Buenos Aires. Além de parceiro de hospedagem, dividindo despesas e trocando experiências, Emilio fez alguns retratos de Alejandro⁵, a quem apelidou de Xul, e redigiu o texto para o catálogo de sua exposição milanesa; em contrapartida, Xul escreveu para o catálogo da exposição de Pettoruti em Berlim (1923)⁶, a qual incluía um retrato dele pelo amigo. Ao longo desse périplo europeu, Xul teve o privilégio de conhecer figuras consagradas das letras hispano-americanas (Rubén Darío, Ricardo Güiraldes), pintores e escultores compatriotas (Alfredo Guttero, Ernesto de la Cárcova, Pablo Curatella, Antonio Sibellino), nomes ilustres da oligarquia ilustrada argentina (Alfredo González Garaño).

O confronto das trajetórias europeias de Segall e Xul revela o treinamento deles como artistas plásticos, em contato com movimentos modernos de vanguarda nas duas primeiras décadas do século XX. Talvez se possa entender as feições de cada projeto artístico a partir das escolhas e empréstimos que tiveram de fazer em reação às linguagens alternativas a que se viam, a bem da verdade, torpedeados. Embora em

⁴ Ver as memórias de Pettoruti (1968), em que relata o primeiro encontro com Xul e elogia suas aquarelas. A autobiografia de Pettoruti foi publicada em 1968, cinco anos após a morte de Xul, com quem o memorialista havia rompido relações pelo fato de Xul haver assinado um manifesto em favor do governo Perón em 1946. Como se sabe, Pettoruti, Borges e dezenas de outros escritores e artistas argentinos tomaram posição firmemente antiperonista.

⁵ O mais famoso é *El pintor argentino Xul Solar*, 1920, óleo s/cartão, 55 x 42,8 cm. Pettoruti sujeita a fisionomia estirada de Xul a um tratamento cubista um tanto chapado, com predomínio de marrons e negros no fundo em torno da cabeça, de amarelos e ocres no rosto, de azuis, verdes e cinzas na parte de baixo, tendo como foco saliente a boca vermelha e rosa. Ver o catálogo organizado por: Sullivan (2000, p. 33).

⁶ O texto acabou não saindo no catálogo, constando no volume organizado por Patrícia M. Artundo (2005, p. 96-98).

medida desigual, o impressionismo, o simbolismo e o expressionismo alemães tiveram um impacto forte e perceptível nas obras deles, juntando-se ainda o *novecento* e o futurismo italianos no caso de Xul. Entretanto, Segall e Xul guardaram as marcas de artistas diferentes. A primeira fase alemã de Segall assinala admiração incondicional por Max Liebermann e pelo pintor holandês Josef Israels, artistas judeus especialistas no tratamento de temas judaicos, que Segall elegeu desde cedo como matéria-prima de sua identidade artística emergente. Na primeira fase expressionista de 1916-1918, Segall dialoga com artistas consagrados da geração expressionista pioneira, em especial Lyonel Feininger e Erich Heckel, matriz expressiva que se amplia pelo contato com nomes respeitados da vanguarda russo-judaica, como El Lissitzky, Ryback e Chagall. Por sua vez, a linguagem plástica de Xul acolhe impactos heteróclitos: ilustrações e desenhos de William Blake, trabalhos de artistas dos grupos A Ponte (Kirchner e Schmidt-Rottluff) e O Cavaleiro Azul (Kandinsky, Von Jawlensky, Franz Marc e Paul Klee), das obras de futuristas italianos (Carrá, Bocioni, Balla e Severini). Dos alemães Xul herdou o cromatismo sutil, os velamentos, a composição compacta e sem rebarbas. Dos italianos adotou certos expedientes como o uso de algarismos, letras e sinais, vórtices de cores e padrões reticulados.

A pluralidade de idiomas plásticos a que Xul esteve exposto espelha o trânsito intenso por diversos foros de criação artística. Tais experiências de sociabilidade foram desaguando em experimentos plásticos de certa ousadia, timbrados pelo imaginário esotérico em que investiu e que elegeu como envoltório doutrinário de sua invenção plástica. As inclinações intelectuais de Xul - religiões orientais, ocultismo, magia, gnose mística, maçonaria e ordem rosacruz - estão na

raiz do imaginário figurativo das obras. O universo da simbologia esotérica propiciou a Xul um acervo de referências, de cifras, de enigmas, de alusões, que foram transmutando-se em repertório sinalizador de sua linguagem plástica, tal como se pode perceber nas séries de aquarelas feitas ao longo da estadia europeia.⁷

Os critérios de juízo estético assumidos por Segall estavam ancorados no intento de realizar uma arte judaica, único parâmetro capaz de dar conta dos artistas e das obras que reverenciava, do primeiro ao último momento da aprendizagem artística na Alemanha. Segall, por conta da história de vida atribulada - o jovem artista judeu errante, à mercê da proteção comunitária, do mecenato étnico, o parente pobre resgatado pelos familiares das agruras e perseguições -, jamais conseguiu dissociar o trabalho artístico de uma busca persistente da identidade judaica. Seja em cenas de interior, na figuração de tipos, situações e ritos judaicos, ou na representação de paisagens e espaços alusivos, os temas de crítica social suscitados pela Guerra mesclam-se ao registro dessa atormentada memória étnica.

Quando se estabeleceram na América do Sul, Segall e Xul eram artistas modernos com personalidade firmada, tendo cumprido uma etapa prolongada de aprendizagem técnica e expressiva. Já haviam amadurecido a ponto de conceber uma linguagem plástica consistente, inconfundível, de marcante originalidade. A primeira década de atividades de Segall e Xul, respectivamente em São Paulo e Buenos Aires, coincidiu com a eclosão dos movimentos locais de vanguarda literária e artística, em pleno apogeu da bonança econômica e política que desmoronaria com a *débâcle* de 1929 e o consecutivo desmonte do

⁷ Xul Solar, *Entierro*, 1914, aquarela s/papel, 27 x 36 cm; *Ofrenda cuori*, aquarela s/papel montada em cartolina, 33,4 x 12,6 cm; *Man-tree*, aquarela s/papel montada em cartolina, 33 x 18 cm.

arreglo oligárquico em 1930. A derrubada do presidente Yrigoyen, pelo golpe do general Uriburu na Argentina, e a chamada revolução intraoligárquica de 1930 no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao comando do governo central.

Tão logo se viu instalado em São Paulo em 1924, Segall recebeu duas encomendas num gênero de atividade plástica aplicada que nunca fizera antes: a decoração do Baile Futurista organizado por “ricachos” paulistas no salão amarelo do Automóvel Clube; a ornamentação dos dez metros quadrados de paredes e teto da antiga cocheira da residência senhorial da mecenas Olívia Guedes Penteado, reformada com o título de Pavilhão Moderno, onde se queria acomodar a coleção de obras de arte recém-adquiridas na Europa.⁸ As decorações de autoria de Segall pontuam sua aclimação como integrante da elite social e cultural à frente das iniciativas da primeira geração modernista. Segall passou a lua de mel na fazenda de Carolina da Silva Telles, filha de dona Olívia, e pintou o retrato do genro de sua benfeitora.⁹ Sendo, portanto, a contrapartida de uma sociabilidade compulsória, as decorações contribuíram para que fosse de imediato unguído como antena artística inspirada dessa elite de imigrantes novos-ricos. Talvez de modo até mais instigante do que nas composições com temas brasileiros da mesma época, Segall aprontou soluções plásticas inusitadas em confronto com seu repertório pretérito. O arrojo plástico não decepcionou as expectativas da clientela, buscando equilibrar-se entre o gosto retrógrado da freguesia e o linguajar experimental da vanguarda europeia.

⁸ Sobre as decorações de Segall, consultar: Pinheiro Filho (2008) e Garcia et al (1996).

⁹ Lasar Segall, **Retrato de Gofredo da Silva Telles**, 1927, óleo s/tela, 74 x 61 cm.

Também as telas a óleo executadas em São Paulo, a partir de 1924, evidenciam a prontidão de sua resposta aos desafios estéticos nacionalistas externados pelas lideranças do movimento modernista, então no fervor de aguerrida militância, e às preferências de gosto dos integrantes da elite em que passou a circular.¹⁰ De maneira bem mais flagrante do que nas decorações, Segall concebeu um feitiço pictórico com procedimentos formais radicalmente distintos daqueles perceptíveis nos trabalhos de cunho expressionista na fase derradeira da estadia alemã. Vou me ater aqui às telas que buscaram elaborar assuntos “nacionais”, mesclando elementos da paisagem natural e social aos negros pobres que tanto impressionaram o artista. As composições com temas, paisagens e figuras “nacionais” populares mostram o capricho na apreensão sensível de cenários campestres e urbanos no país de adoção, nucleadas na figuração de negros anônimos, com toda diversidade de gênero e idade. Apesar de certa rigidez na disposição dos elementos na composição e de uma paleta de cores escaldantes, jamais empregada nas telas do período alemão, a estereotipia nesses trabalhos convive com certa ingenuidade de registro. Essa atmosfera de flagrantes instantâneos transpira um frescor expressivo infenso ao receituário do que se entendia então por “arte nacional”. A estilização plástica do país tropical era proporcional a distância do artista dessas pessoas de cor, desses trabalhadores pobres, que elegeu como protagonistas da série de telas à brasileira.¹¹ Os

¹⁰ Não vou tratar aqui dos trabalhos em papel (aquarelas, guaches e desenhos), dos retratos emocionados dos familiares, das composições tocantes com personagens judeus, nem das gravuras com emigrantes, séries feitas nesse mesmo período das telas com assunto brasileiro. Ver: Miceli (2003, p. 170-179).

¹¹ Refiro-me, por exemplo, às telas **Mulata com criança**, **Mulato I** e **Mulato II** (1924), **Menino com lagartixas** e **Bananal** (1928), nas quais se pode registrar o destaque conferido aos apetrechos característicos da destituição social: o casebre, o tabique, o morro.

figurantes populares dessa fase de aclimação parecem um tanto esquemáticos e convencionais, como se o estigma nivelador da cor borrasse a individualização dos traços¹². A falta de intimidade de Segall com os negros das telas desse período infundiu-lhes a chapa de personagens quase programáticos, convocados para atender aos reclamos da estética modernista recém-esposada. E tampouco pôde dispensar o apelo ao chamariz exótico - a lagartixa, o cacto, o cacho de bananas -, penhores do que se vislumbrava por arte "nacional".

Os autorretratos dessa fase dão a ver outra faceta desse empenho em explorar a negritude como diferencial identitário, senha de preterimento que busca converter em pele nova do artista imigrante estranho à mestiçagem.¹³ A magistral tela **Encontro**¹⁴ retrata a segunda esposa e o artista com feições e a cor de mulato, celebrando o romance do talentoso forasteiro com a moça rica judia, um díptico evocativo dos casais homenageados pela pintura renascentista. As sucessivas imagens que Segall concebeu de sua pessoa traem o intento de repaginação do ex-artista expressionista, um europeu aclimatado ao tingimento dos trópicos. O anseio de constituir família, de se mostrar em simbiose com sua nova existência social e artística, tudo isso deve ter instruído a decisão de se autorretratar com feições aproximadas às dos figurantes de cor nas telas do período de adaptação. Segall teve enfim de se encaixar na posição incômoda de pintor festejado pela fortuna e pelo reconhecimento artístico, prensado entre os sentimentos ressabiados

¹² A figura esguia e modiglianesca da tela **Bananal** ostenta traços gritantes da negritude - o cabelo duro cortado rente, a carapinha crescida da barba -, mas escapa ao tratamento estereotipado por conta do rosto vigoroso, enérgico, altivo e mesmo desafiador.

¹³ **Autorretrato III**, 1927, óleo s/tela, 50,5 cm x 39 cm, e **Autorretrato**, 1930, óleo s/tela, 46 x 38 cm.

¹⁴ De 1924, óleo s/tela, 66 x 54 cm.

dos setores nativos acoissados e as prestações simbólicas dos ricos imigrantes em ascensão.

Também os sentidos do **Retrato de Mário de Andrade**¹⁵ permitem aflorar a teia de prestações e contraprestações envolvendo o artista e o escritor: a recepção crítica de Segall como paradigma da inovação artística pontuada pelo artigo de Mário acerca da exposição individual de 1924; a imagem de marca de um jovem Mário como protótipo do escritor modernista, homólogo nativo do artista moderno, duplo simétrico do pintor. Eis a estampa insinuante de um escritor mulato, sensual, de fisionomia ambivalente, quase um postal do artista modernista.¹⁶

Xul Solar retornou a Buenos Aires em 1924, alguns dias após o regresso de Jorge Luis Borges da segunda viagem familiar à Europa. Nesse ano, ambos juntaram-se ao círculo de intelectuais em torno da revista *Martín Fierro*, refundada por Evar Méndez (pseudônimo do militante radical Evaristo González), bibliotecário e chefe de publicações do presidente Marcelo de Alvear, principal veículo de difusão da vanguarda literária argentina. Em outubro desse ano, Xul comenta na imprensa a exposição individual do amigo Pettoruti na galeria Witcomb, que havia suscitado um debate acalorado sobre cubismo, futurismo e arte moderna. Diversamente da estratégia agressiva de difusão adotada pelo colega, com sucessivas exposições individuais, Xul preferiu exibir suas aquarelas aos poucos, em mostras coletivas, em cafés, e somente faria a primeira individual importante na

¹⁵ De 1927, óleo s/tela, 72 x 60 cm.

¹⁶ Segall retratou ou traz figuras destacadas no círculo de sociabilidade da elite nativa de gentios não judeus, como os do poeta Guilherme de Almeida e de sua esposa Belkiss Barroso do Amaral de Almeida: **Retrato do escritor Guilherme de Almeida**, 1927, óleo s/tela, 69 x 46 cm, e **Retrato de Baby de Almeida**, 1927, óleo s/tela, 74 x 61 cm.

capital em 1929, nos salões da entidade *Amigos del Arte*, com 62 obras.¹⁷ O pai de Xul morre em 1925, ao que se segue o retorno da mãe e da tia para residir em Buenos Aires.

A exemplo do que se passou com Segall em relação à liderança modernista brasileira, Xul também se aproximou das principais figuras da vanguarda literária argentina, como Oliverio Gironde, Macedonio Fernández, Leopoldo Marechal, Ricardo Güiraldes e Jorge Luis Borges. Além de fazer ilustrações para as revistas literárias da vanguarda - em especial *Martín Fierro* (1924-1927) e *Proa*¹⁸ (1924-1926) -, Xul concebeu pequenas vinhetas para dois livros de ensaios de Borges.¹⁹ A figura de Xul se faz presente nos escritos de Macedonio e em ensaios de Borges, e mais tarde (1948) serviu de matriz ao astrólogo Schultze, personagem-guia do romance *Adán Buenosayres*, de Marechal, que evoca a sociabilidade dos tempos de mocidade da geração literária de vanguarda.

Após o retorno a Buenos Aires, os primeiros trabalhos de Xul retêm feições dos “Sonhos” astrológicos²⁰: substituem as figuras de casal, resolvidas de modo tão sugestivo nas aquarelas eróticas dos últimos tempos na Alemanha, por personagens encaixados em arquiteturas fantasiosas de colunas e barras diagonais, compondo uma trilha

¹⁷ Essa exposição incluía obras recentes, como *Puerto azul*, *Sandanza*, *Bárbaros*, e objetos decorativos.

¹⁸ Revista fundada em Buenos Aires por Jorge Luis Borges, Brandán Caraffa, Pablo Rojas Paz e Ricardo Güiraldes, para a qual Xul fez uma linda ilustração colorida - *Proa*, 1926, têmpera s/papel, 50 x 33 cm -, em que se divisa a quilha de um barco com três figuras empunhando facões, avançando num mar infestado de serpentes com línguas afiadas, com uma quarta figura de ponta-cabeça e olhos, nomeada como GENIO, talvez o próprio Xul mirando os companheiros letrados dessa viagem.

¹⁹ As vinhetas lidam com temas bélicos - soldados e bandeiras argentinas -, como que realçando o projeto cultural expansionista de Borges em prol de novas veredas expressivas para o idioma espanhol na América.

²⁰ *Juzgue*, 1923, aquarela s/papel, 26 x 32 cm; *Jefe de dragones*, 1923, aquarela s/ papel, 26 x 32 cm; *Homme das serpents*, 1923, aquarela s/papel, 26 x 32 cm; *Jefe de sierpes*, 1923, aquarela s/papel montada em cartão, 27,2 x 32 cm.

ascensional da figura humana ao céu. Em **Místicos**, o caminho sai de uma igreja no canto inferior direito e alcança o cume ao lado de outra cruz, em meio ao sol, às nuvens, à lua e às gradações de cor em todos os segmentos da retícula de planos verticais e inclinados. Em **Teatro**, o ligamento da arquitetura torna-se muito mais instável e mágico por conta das estranhas inclinações dos praticáveis, por cujas frinchas fulgem cores em transparência, figuras reticentes à gravidade, auras e toda a energia que imanta a movimentação dos bonecos.²¹

As aquarelas de Xul abrigam o desígnio explícito de repercutir o léxico da cultura *criolla*, a modalidade autêntica de uma arte com raiz argentina. Os novos trabalhos retomam diversas figuras do repertório europeu do artista - serpentes, setas, algarismos, viventes - em meio à profusão de símbolos patrióticos e emblemas religiosos - bandeiras da Argentina, do Brasil, da Espanha, da Itália, dos Estados Unidos, suásticas, estrelas de Davi, cruzes -, como que encenando o engate entre a nação recuperada e os rincões estrangeiros tão caros a Xul. Algumas das obras dos anos de 1925-1927 estruturam a composição em torno de homens-serpentes ou dragões que se estiram ondulados sobre toda a extensão do suporte, cravados por bandeirolas dos países envolvidos na aventura imigratória.²² A figura anfíbia do homem-dragão movimentase num espaço confinado por sinais cabalísticos, pelas bandeiras e ícones das grandes religiões, a cruz católica, a estrela judaica e o crescente muçulmano. Os dragões singram os mares e sinalizam o embate de energias propulsoras com que se debate o artista, treinado

²¹ **Místicos**, 1924, lápis e aquarela s/papel, 36,5 x 26 cm; **Teatro**, 1024, tinta e aquarela s/papel, 28 x 37,5 cm.

²² **País**, 1925, aquarela s/papel, 25,2 x 32,7 cm; **Mundo**, 1925, aquarela s/papel, 25,5 x 32,5 cm; **Drago**, 1927, aquarela s/papel, 25,5 x 32 cm; **Otro drago**, 1927, aquarela s/papel, 23 x 31 cm.

no idioma da inovação europeia e recém-converso ao credo nacionalista da vanguarda periférica.

Outro grupo de aquarelas revitaliza a trama das arquiteturas²³ no intuito de fabricar imagens enigmáticas da cidade de Buenos Aires. **Fecha patria**²⁴, por exemplo, preenche o papel com prédios enfeitados com bandeiras argentinas e espanholas, mostrando no centro uma avenida que se vai estreitando ao fundo, com muita gente e uma locomotiva. **Jol**²⁵ exhibe uma fileira de prédios à beira de uma calçada levemente serpenteada, ao lado de uma praça com um busto, quase um clichê portenho. Os edifícios da estampa ostentam placas alusivas à sua destinação institucional, inclusive aquele designado para abrigar a associação internacional de escritores. **Puerto azul**²⁶ evoca o sítio movimentado do porto de Buenos Aires, situando no lado direito os armazéns e os prédios em torno dos embarcadouros, e no lado esquerdo um navio que desfralda as bandeiras do Brasil e da Argentina. Na expressão feliz de Beatriz Sarlo²⁷, esses “quebra-cabeças” de Buenos Aires, de autoria do Xul Solar *criollo*, encenam as energias pulsantes nesse porto de desembarque de milhões de imigrantes, mão de obra e filtro expressivo de uma nação próspera, no ápice de um delírio bem fundado de grandeza e hegemonia.

²³ As primeiras arquiteturas remontam a meados da estadia europeia: **Estilos** 3, 1918, aquarela s/papel, 19,9 x 24,9 cm; **Proyecto**, 1918, aquarela s/papel, 19,5 x 24,5 cm; **Catedral**, 1918, aquarela s/papel, 20,5 x 25 cm.

²⁴ De 1925, tinta e aquarela s/papel, 27,8 x 37 cm.

²⁵ De 1926, aquarela s/papel, 22,5 x 30 cm.

²⁶ De 1927, aquarela s/papel, 28 x 37 cm.

²⁷ Ver: Sarlo (1988).

REFERÊNCIAS

- ABÓS, Álvaro. **Xul Solar, pintor del misterio**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- ARTUNDO, Patrícia M. **Alejandro Xul Solar, entrevistas, artículos y textos inéditos**. Buenos Aires: Corregidor, 2005.
- GARCIA, Clóvis et al. **Lasar Segall cenógrafo**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- GRADOWCZYK, Mario H. **Alejandro Xul Solar**. Buenos Aires: Ediciones Alba; Fundación Bunge y Born, 1994.
- MATTOS, Cláudia Valladão de. **Lasar Segall**. São Paulo: Edusp, 1997. (col. Artistas Brasileiros).
- MATTOS, Cláudia Valladão de. **Lasar Segall: expressionismo e judaísmo**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2000.
- MICELI, Sergio. **Imagens negociadas, retratos da elite brasileira (1920-1940)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro, história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PETTORUTI, Emilio. **Un pintor ante el espejo**. Buenos Aires: Ediciones Solar; Hachette, 1968.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. **Lasar Segall: arte em sociedade**. São Paulo: Cosac Naify; Museu Lasar Segall, 2008.
- SARLO, Beatriz. **Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988.
- SULLIVAN, Edward J. (org.). **Emilio Pettoruti**: (catálogo). Buenos Aires: El Ateneo; Grupo Velox, 2000.

7

MARIANA COELHO: DO FAZER-SE ESCRITORA AO FAZER DA ESCRITORA

Dyeinne Cristina Tomé

Alexandra Padilha Bueno

INTRODUÇÃO

Portuguesa de origem, Mariana Coelho (1857-1954) transitou de Vila Real – interior de Portugal – a Curitiba, chegando à capital paranaense no ano de 1892. Tão logo chegou, passou a atuar na vida pública. A princípio, com o auxílio de sua família, publicou em periódicos locais, divulgando suas poesias e colaborando como colunista; posteriormente, começou a divulgar seus ensaios. Com sua inserção no campo literário paranaense, publicou sete livros, firmando-se no cenário cultural como escritora, com relevantes contribuições para os campos da Educação e da Cultura, da Crítica Literária e da história do Movimento Feminista.

Comprometida com a causa da emancipação feminina, tendo em vista seu caráter educacional, profissional e de atuação pública, Mariana Coelho conquistou espaço para divulgação de seu ideário acerca do papel que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade, com vistas à educação feminina formal e não formal. Por meio de estratégias, e após ter se consolidado como escritora competente, conquistou autonomia e reconhecimento no campo literário, que ainda era restritivo quanto à participação das mulheres.

A escrita feminina, além de estar envolta por muitos tabus, também era uma prática limitada. Foi com muita dificuldade que as mulheres conseguiram transpor as barreiras do universo da escrita que durante muito tempo se configurou como uma esfera predominantemente masculina. Apesar de conseguirem adentrar nesse campo, em princípio, a maneira aceita como escrita tipicamente feminina era aquela que estivesse relacionada aos sentimentos ou emoções, caracterizada pelo domínio do gênero lírico, que acabava canalizando as inspirações e interesses daquelas que não poderiam se dedicar, até então, a outros temas. A escrita intimista, que se constitui como um tipo de escritura de si, correspondia, conforme Perrot (2012, p. 29), a “[...] uma forma de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada”. Kamita (2005) corrobora tal constatação ao afirmar que a sociedade do século XIX via as mulheres escritoras com receio, particularmente aquelas que não se dedicavam à escrita de cunho intimista, comumente associada a elas. Mesmo em princípios do século XX, com uma abertura à presença das mulheres na imprensa, não seria fácil superar os preconceitos que envolviam essa participação.

Diante das imposições sobre a escrita feminina, Mariana Coelho parece ter sido cautelosa com a exposição de suas ideias, sobretudo aquelas em defesa do gênero feminino, não podendo soar impertinente ou arrogante inicialmente. Ela, que havia principiado sua carreira de escritora em Portugal, escrevendo para alguns jornais da região onde vivia, um ano após sua chegada ao Brasil iniciou sua escrita na imprensa paranaense. Mariana Coelho começa de forma tímida suas publicações, a princípio como autora de poemas, escrita que, como mencionado, era mais comum e aceita socialmente, tratando-se de mulheres. No entanto,

ela não produziu somente esse gênero de escrita, aproveitou os espaços conquistados para enveredar por outros caminhos, adentrando em um campo até então reservado exclusivamente ao mundo masculino e restrito aos “homens de letras”.

Tendo isso em consideração, este capítulo pretende apresentar, por meio da centralidade das ações empreendidas por Mariana Coelho, o modo como a feminista expôs sua escrita sobre a emancipação das mulheres na sociedade curitibana, do final do século XIX às primeiras quatro décadas do século XX. Como forma de compreender sua atuação como escritora, desenvolvemos considerações acerca do contexto histórico, social e cultural em que ela então se encontrava imersa.

DAS PRIMEIRAS LETRAS AO OFÍCIO DE ESCRITORA

A literatura de feição feminina é recente se comparada à literatura de cunho masculino. Esta afirmação identifica, nas abordagens históricas, os principais elementos intrínsecos e extrínsecos às práticas da escrita feminina, que estão relacionados à reconstrução das diversidades expressas por ela. Pautando-nos por tais fundamentos, problematizamos neste artigo que as mulheres do final do século XIX e início do século XX desenvolveram seus espaços e sua escrita em um contexto mediado por relações de controle e desconfiança, caracterizado pelas ideias expressas desde o século XVIII, quando as mulheres ainda tinham sua escrita restringida.

A maioria das mulheres desse período não era capaz de assinar o próprio nome, como nos conta Lyons (1999). Acreditava-se, de acordo com Sforzi (1996), que ensiná-las a escrever era o mesmo que proporcionar-lhes meios de manter correspondência amorosa. Como

forma de ilustrar esta crença, Chartier (2011a) refere a história de Agnès que, ao contrariar a vontade de seu tutor Arnolphe, que pretendia formar uma leitora capaz apenas de decifrar o livro que ele lhe oferecia: **As máximas do casamento ou os Deveres da mulher casada**, aprende a escrever. Ao considerar a escrita feminina como uma perigosa ferramenta de independência, que poderia possibilitar a correspondência amorosa, cita: “[...] malandra, para que te serve a escrita; contra meu desejo a arte foi revelada [...]” (CHARTIER, 2011a, p. 81).¹ Tal crença também é observada por Leite (2005, p. 108), pois, segundo ela, “[...] existia o perigo latente de influenciar a mente da juventude, operando mudanças intensas na subjetividade das mulheres”. Para as mulheres o lugar de leitoras era permitido, já a escrita devia ser evitada.

De modo geral, na vida de homens e mulheres ao longo da história, a prática da leitura precedeu a da escrita, visto que ela fazia parte do cotidiano das pessoas, já que era compartilhada de forma coletiva em algumas situações. Segundo Chartier (2011a), durante o século XVII era habitual, em instituições de ensino e práticas educativas informais, que as crianças aprendessem a ler antes de escrever, pois as duas habilidades eram desenvolvidas de forma separada e com objetivos distintos: enquanto a leitura era percebida como uma prática coletiva, a escrita era considerada um exercício intimista. Sendo assim, pode-se afirmar que as habilidades ligadas ao processo de escrita de boa parte da população eram baixas. Ademais, no que concerne às ofertas educacionais para a população feminina, as escolas sequer eram destinadas a elas.

¹ Chartier, na verdade, está citando e comentando nesse caso uma passagem da famosa comédia “Escola de Mulheres”, de autoria de um dos maiores dramaturgos franceses do século XVII: Molière (1622-1673).

O ensino para as mulheres, conforme aponta Chartier (2011a), estava reduzido apenas à leitura, sobretudo pelo contexto mencionado anteriormente. Enquanto em algumas famílias mais abastadas alguns meninos tinham a oportunidade de aprender a escrever, o aprendizado das meninas se concentrava nos saberes relativos à leitura, e a coser e fiar. Acerca desse assunto, Lyon (1999, p. 167) relata que, “[...] em algumas famílias, havia uma divisão rígida do trabalho com a escrita, pela qual as mulheres liam para a família, enquanto os homens cuidavam da escrita e da contabilidade”.

Havia uma crença de que a mulher, devido à sua condição biológica, não tinha o cérebro preparado para adquirir determinados conhecimentos. Sobre essa limitação, Rohden (2004), ao traçar o percurso histórico do olhar de médicos acerca do corpo feminino no século XVIII, assevera que, para esses senhores, se a jovem se dedicasse demasiadamente a certos tipos de aprendizados, restaria pouca energia física para ser investida no florescimento de seus órgãos reprodutores, impedindo a menina de se tornar uma mulher perfeita, colocando em risco uma de suas funções primordiais, a de ser mãe.

Nos séculos que se seguiram, com a aceleração do processo de modernização² e o desenvolvimento de um novo modelo econômico, houve, por parte dos governos, segundo Ribeiro (1999), um investimento considerável na massificação do ensino e da escolarização. As políticas públicas voltadas a essa massificação consistiram na ampliação da escolarização, com a conseqüente e progressiva obrigatoriedade dos

² O conceito de modernização pode ser compreendido aqui como ato ou efeito de modernizar ou de tornar moderno. Nesse sentido o conceito está relacionando a um conjunto de transformações que se processam no meio social e na estrutura econômica, política e cultural de um território. Ver mais em: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique (org.). **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 297.

primeiros anos de educação formal e a expansão da rede escolar do ensino primário. O projeto social que pretendia elevar o nível educacional da população encaminha-se, gradativamente, para a compreensão de que esse projeto educativo não poderia ser feito sem que se considerasse e incluísse a população feminina, que até então vivia “permeada pelas sombras da ignorância” (COELHO, 2002). Dessa forma, a defesa de uma educação feminina passou a ser considerada um dos fatores responsáveis pelo avanço da sociedade da época (RAFAEL, 2011). De acordo com Vaquinhas (2000), foi somente a partir do século XIX que a instrução feminina floresceu.

Com as mudanças ocorridas nesse contexto social, a ideia de progresso paulatinamente se volta ao princípio de responsabilidade pelas modificações no modelo educativo ofertado às mulheres, visto que, até o século XVIII, segundo as pesquisas de Tomé (2017), não existiam leis que regulamentassem tal prática. Todavia, apesar da referida necessidade de um projeto voltado à educação feminina, não havia propostas educacionais, tampouco escolas destinadas a elas. Ou seja, apesar de a mulher oitocentista já ter conquistado certa independência em relação a sua instrução, é importante ponderar, a partir das considerações de Chartier (1999), que essa autonomia não era jamais ilimitada e absoluta. “Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos [...]” (p. 77).

Havia uma convenção na sociedade da época que se assentava na ideia de que, devido à sensibilidade natural associada às mulheres, os conteúdos educacionais e os temas para sua escrita considerados como mais adequados a elas seriam aqueles ligados à expressão de sentimentos e emoções, como as poesias e romances sentimentais. Por isso, tal gênero literário se caracterizou como estilo predominante de

escrita feminina. Ademais, acrescenta Leite (2005), que, tendo em vista os muitos temas interditados às mulheres, a poesia encontrava o seu lugar como possibilidade de escrita facultada.

Entretanto, mesmo para aquelas que decidiam publicar seus versos, a profissionalização deste tipo de escrita não era bem-vista socialmente. Como forma de exemplificar tal desaprovação, Eleutério (2005) descreve uma situação em que Olavo Bilac advertia sua noiva, que tinha intenção de publicar suas poesias, muitas delas dirigidas para o próprio escritor, de que a escrita feminina até era algo aceitável, mas publicar era condenável, sob a pena de mácula da imagem feminina. O escritor completava seu argumento afirmando que havia, no Brasil e em Portugal, por volta da década de 1890, aproximadamente cem mulheres que escreviam e nenhuma delas que não fosse “malfalada”.

Mesmo com a rejeição de muitos, a publicação de poemas se estabeleceu como um espaço destinado e bem definido para as mulheres dentro do campo literário. Alves (2005) afirma que, embora as publicações de obras isoladas, tais como as poesias e até algumas ficções, fossem aceitas socialmente, poucas escritoras ultrapassavam a marca de um ou dois livros publicados, tal era a objeção, acompanhada pelas críticas negativas recebidas.

Apesar de toda oposição, houve mulheres que romperam com tais demarcações ou fugiram das determinações impostas a elas. Essas mulheres, que se lançaram para além do campo socialmente delimitado para seu sexo, passaram a ser vistas com certo espanto pelos homens de letras. A título de exemplo, podemos citar o caso do escritor Graciliano Ramos, que chegou a duvidar que o romance **O Quinze** fosse de autoria de Rachel de Queiroz:

[...] por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilheria. Uma garôta assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. Depois conheci João Miguel e conheci Raquel de Queirós, mas ficou me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever João Miguel e O Quinze não me parecia natural (RAMOS, 2002, p. 133).³

Os textos femininos considerados dignos de elogio, quando não acusados de fraude, eram consagrados por serem tão “bons quanto os masculinos”. A força com que se operavam tais crenças e discursos, do qual Graciliano Ramos é exemplo, nas palavras de Fanini (2008), fazia-se sentir no processo de viabilidade feminina a gêneros textuais diferenciados dentro do campo literário, em que as escritoras, ao ousarem abandonar o anonimato e romper os entraves à profissionalização, viam-se rotuladas como “amadoras”, ou recebiam a classificação de “excepcionais”. Assim, a ideia de excepcionalidade feminina estava relacionada à imagem de transgressão de um comportamento ou de uma posição socialmente posta e aceita.

O trabalho intelectual feminino soava estranhamente ao universo letrado masculino, restando às mulheres que escreviam serem admitidas como excepcionais ou serem subjugadas por sua escrita (ELEUTÉRIO, 2005). Alves (2005) corrobora tal ideia ao afirmar que as análises sobre as criações femininas sempre vinham acompanhadas de uma observação de juízo. Tais produções eram sempre consideradas de baixa qualidade; quando não, suas escritoras eram portadoras de

³ Neste capítulo, optamos por manter a grafia original da época em que os textos citados foram publicados.

alguma qualidade fora do normal, que sempre deveria ser especificada. Para Alves (2005, p. 93-94), “[...] se as histórias literárias do século XIX têm a tendência de diminuir tal produção, pode-se até justificar que seus autores estavam ainda sob o peso do discurso ideológico da construção da Modernidade [...]”. Discurso que via como desvio de comportamento a saída da mulher de suas tarefas do lar para se dedicar à vida literária.

Diante do comedido quadro de ascensão da escrita feminina em um campo literário dominado por posições masculinas, era comum atribuir às mulheres que escreviam, conforme observa Duarte (1987, p. 19), “[...] um estatuto inferior frente a um escritor [...]”. A autora conta que José Veríssimo, renomado crítico literário, chegou a lamentar o fato de a língua portuguesa, diferente da francesa, possuir feminino para as palavras “autor” e “escritor”. Segundo ele, neste aspecto, os franceses “[...] seriam portadores de ‘inapreciável vantagem’ porque estariam ‘desobrigados das cortesias’ que as ‘convenções sociais impunham no tratamento a uma mulher’” (VERÍSSIMO, apud DUARTE, 1987, p. 19-20).

Conforme evidencia Fanini (2008), tal era essa crença cristalizada no cânone literário que a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, no Rio de Janeiro, só foi integrar uma mulher em uma de suas cadeiras no ano de 1977, a escritora Rachel de Queiroz. A agremiação estava assegurada por uma constituição marcadamente androcêntrica, que permaneceu inalterada por décadas, apesar de a reivindicação por participação feminina corresponder a uma exigência antiga, conforme ficou demonstrado na grande campanha feita pela revista carioca **O Malho**, iniciada em agosto de 1936, sob o título **Levamos a Mulher à Academia de Letras!** – e se estendeu até fevereiro de 1937. A campanha levantada pela revista alegava:

Não há nenhuma disposição, nos Estatutos da Academia Brasileira de Letras, negando terminantemente o ingresso á mulher para aquelle grêmio de intellectuaes. Entretanto, até agora, por uma questão de simples interpretação desses Estatutos, as nossas mulheres de letra não lograram sentarse nas poltronas da Illustre Companhia. Tal facto é uma enorme injustiça, o que muitos dos occupantes das cathedras academicas sinceramente reconhecem, embora não se animem a tornar a iniciativa da reforma regimenta, indispensavel, na opinião de alguns hermeneutas, para que a intellectual do sexo frágil possa ali ter entrada (LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS!, 13/08/1936, p. 12).

O apelo lançado pela revista em prol do movimento que pleiteava o direito das mulheres causou uma grande agitação no mundo literário devido à ação promovida, que contou com uma série de entrevistas realizadas com membros da Academia, com o objetivo de divulgar suas opiniões acerca da entrada das mulheres para a agremiação. Segundo o próprio periódico, “A divulgação que vimos fazendo agora, da opinião dos membros da Academia B. de Letras, sobre o ‘caso nacional’ em que se tornou a campanha de ‘O MALHO’ [...]”, conseguiu constatar que a maioria dentre os intelectuais era “[...] absolutamente sympathica á entrada de senhoras para aquelle grêmio [...]” (LEVAMOS A MULHER..., 08/10/1936, p. 21).

Apesar da simpatia que demonstraram alguns literatos com a possibilidade da presença feminina na Academia, Fanini (2010, p. 149) relata que sua entrada foi mantida fora de cogitação durante os oitenta primeiros anos de sua existência, “[...] inicialmente estabelecido entre seus membros fundadores, mas logo transformado em legado [...]”. Isso ficou expresso pelo tempo em que o veto à presença feminina esteve alicerçado em seus pressupostos, sendo quebrado somente oito décadas após a sua criação com o ingresso de Rachel de Queiroz, longo período

que simbolizou bem a desconfiança à integração feminina no campo literário.

De acordo com as pesquisas de Zahidé Muzart (2003), durante muito tempo as mulheres foram toleradas no cenário literário, demorando bastante para conquistarem o respeito como escritoras. Devido a isso, é possível entender a cautela de Mariana Coelho, figura central desta análise, ao estabelecer sua estratégia para se inserir no campo literário – rigorosamente masculino – tendo em vista que isso ocorreu quase quarenta anos antes de Rachel de Queiroz publicar sua primeira obra, **O Quinze** (1930), período em que as forças que operavam dentro desse universo eram ainda mais discriminatórias.

Bourdieu (2016) nos auxilia na compreensão desse panorama de desconfiança e descrédito ao afirmar que as relações dentro de um campo estão estabelecidas e mediadas por relações de poder relacionadas com as posições ocupadas. Nesse caso, as mulheres se encontravam em uma situação de dominação e subordinação; o predomínio da “[...] visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituindo na ordem das coisas [...]” (BOURDIEU, 2016, p. 53). Era como se a feminilidade mantivesse as mulheres encerradas em um tipo de confinamento simbólico, como se fosse uma barreira que poucas teriam a capacidade de romper.

Devido às imposições colocadas para a escrita e publicação feminina, ao longo do século XIX e XX, a imprensa periódica passou a representar a possibilidade de espaço de divulgação de suas ideias. Ou seja, a viabilidade de as mulheres adentrarem o então restrito campo literário. Alves (2005) aponta que, devido aos obstáculos colocados à

produção literária feminina, muitas autoras passaram a se reunir em grupos para fundar suas próprias revistas e jornais, nos quais poderiam expressar-se literariamente e exercer sua atividade intelectual. Esse foi o caso do audacioso **O Jornal das Senhoras**, um dos primeiros periódicos editados por mulheres no Brasil. Conforme relata Hahner (1981), o jornal foi lançado em 1852, por iniciativa de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina que, separada do marido, passou a viver no Rio de Janeiro. De acordo com sua idealizadora, o periódico tinha a intenção de trabalhar para melhorar a condição social da mulher, com vistas à sua emancipação moral. Segundo Hahner (1981), Joana Paula teve que lidar com o estranhamento e a oposição daqueles que consideravam indevido tratar de direitos e educação das mulheres, bem como, usando de censuras, comentava-se que este tipo de texto não deveria circular nas casas de família por ser escrito por uma “separada”.

Apesar de toda objeção e resistência demonstrada, Gotlib (2003) pondera que o periodismo feminino funcionou como verdadeiro veículo de emancipação, “[...] que possibilitou a divulgação dos textos das mulheres, tanto literários quanto mais propriamente políticos [...]” (GOTLIB, 2003, p. 32).

A imprensa feminina tinha como principal objetivo tratar de assuntos que eram considerados pertencentes ao universo feminino, com algumas autoras, de modo mais conservador, muitas vezes reforçando o papel social atribuído às mulheres; e outras, expressando ideias mais avançadas, problematizando questões de caráter político, educacional, incluindo o direito ao voto e ao divórcio, no caso dos jornais mais ousados. Fosse de modo mais sutil ou mais explícito, de acordo com Alves (2005), a imprensa passou a dar espaço às publicações femininas. A autora relata que muitas escritoras utilizavam os jornais

para iniciar a carreira de escritoras, ou seja, rompiam as barreiras que as afastavam do campo literário.

Apesar da importância dos jornais enquanto veículos de divulgação de ideias e da escrita feminina, na capital paranaense, palco de nossas reflexões, não existia uma produção da imprensa elaborada especificamente por esse segmento. As mulheres que se dedicavam a tratar de temas tidos como femininos faziam-no de modo isolado para os jornais e revistas fundados e dirigidos por homens. Isso evidencia que a conquista por posições dentro do campo literário pelas escritoras no Paraná não foi algo fácil. Essa conquista, conforme podemos observar, iniciou-se com Júlia da Costa (1844-1911), que, segundo Woellner (2007), foi a primeira mulher paranaense a publicar um livro. O primeiro trabalho da preambular escritora, intitulado **Flores Dispersas**, foi editado em 1867, e o segundo, **Bouquet de Violetas**, no ano seguinte (COELHO, 2002b). Concomitante à publicação das duas obras, “Colaborou com periódicos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além da poesia dedicou-se também à prosa, com a publicação de folhetins” (KAMITA, 2005, p. 127-128).

Conforme evidencia Tomé (2020), Mariana Coelho, em ficha preenchida para o 3.º Congresso Nacional Feminino, que ocorreria no Rio de Janeiro em 1936, promovido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino⁴ (FBPF), da qual era associada, afirmou: “Dizem distintos Intelectuais paranaenses que, depois da distinta poetisa paranaense, Julia da Costa – há muito falecida – fui eu, a primeira

⁴ Surgida no contexto da década 1920, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma associação formada com a intenção de defender os direitos civis e políticos de mulheres. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, o empreendimento teve como protagonista e organizadora Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), originou-se a partir da organização e criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher em 1919. Para saber mais sobre o assunto ver: Bueno (2019).

mulher que começou a escrever em público no Paraná” (COELHO, 14/09/1936, p. 2). Assim, ao que tudo indica, ela foi a segunda mulher a ser considerada escritora no estado no Paraná e, segundo Woellner (2007, p. 16,) “[...] a primeira escritora a publicar um livro de análise literária”.

Constatamos que o Paraná foi o lugar em que a escritora constituiu seus laços tanto afetivos como literários, e não somente se colocou como uma efígie feminina dentro do estado, mas igualmente se estabeleceu como escritora paranaense. Diante disso, podemos afirmar que Mariana Coelho foi uma das precursoras a sobressair no campo literário paranaense, abrindo caminho para outras escritoras que seguiram seu exemplo. Isto é testemunhado pela obra antológica **Um Século de Poesia**, publicada pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) em 1959. De acordo com Woellner (2007), essa produção, uma coletânea de 620 páginas, com obras completas de todas as poetisas e escritoras paranaense (42 no total) que se destacaram no cenário literário até a data de sua publicação, considera Marina Coelho como “reflexo da alma poética feminina do Paraná”, durante um século de vida literária no estado. Apesar de ser destacada por suas poesias, sabemos que foi pela sua escrita ensaística, sobretudo aquela em defesa das mulheres, que ficou conhecida. Escrita que deixou marcas indeléveis nas páginas da história literária paranaense.

PELA PENA E PELA PALAVRA

“Pela pena e pela palavra” (COELHO, 13/10/1936, p. 1) foi a definição dada por Mariana Coelho à sua trajetória de dedicação ao trabalho docente, literário, intelectual e em defesa da emancipação feminina –

desenvolvido, sobretudo, no estado do Paraná. De acordo com a caracterização feita por Leonor Castellano (1956, p. 9):

Nessa longa e produtiva trajetória através da vida intelectual, pelo espaço de sessenta e dois anos, pois principiou a escrever em 1887, tem demonstrado ser uma intrépida sentinela dos direitos e deveres da mulher; cultora elegante e castiça dos torneios linguísticos; vibrante propagadora dos ideais pacifistas e, ainda, uma perfeita, atilada e erudita educadora.

Com base nesse retrato delineado por Castellano (1956), buscamos evidenciar as estratégias utilizadas por Mariana Coelho para se inserir no universo letrado paranaense, por intermédio de suas atividades literárias.

Para isso, é importante esclarecer que o campo literário, como qualquer outro campo, “[...] é um espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam diversas posições” (LAHIRE, 2017, p. 65). E “[...] essas lutas que visam a conservar ou transformar a relação de forças instituídas no campo de produção têm, evidentemente, o efeito de conservar, ou de transformar, a estrutura do campo das formas que são instrumentos e alvos nessas lutas” (BOURDIEU, 1996, p. 63). Em consonância com o que afirma Bourdieu (1996), ao entrar no jogo, Mariana Coelho aceita tacitamente as limitações e as possibilidades inerentes a ele, que se lhe apresentam como a todos aqueles que tenham a percepção desse jogo.

Constatamos que, tão logo chegou a Curitiba, Mariana Coelho passou a se dedicar aos ofícios de escritora. Com um ano de estadia na capital paranaense, publicou seu primeiro trabalho para a **Revista Azul**, periódico quinzenal no formato de oito páginas, de propriedade e direção de Júlio Pernetta e redação de Dario Veloso, figuras que, além de

virem a se tornar confrades da escritora, constituíam personagens bastante conhecidos na sociedade letrada curitibana. A revista na qual Mariana Coelho fez sua estreia, de cunho artístico e literário, de acordo com o **Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná** (1991, p. 63, grifos na obra), era destinada, sobretudo, às leitoras; era o “[...] resultado dos esforços contra o indiferentismo e uma resposta às necessidades etéreas do leitor, aliás, da leitora”. Essa primeira publicação, ocorrida em agosto de 1893, tratava-se de uma pequena poesia sentimental intitulada **Madrigal**:

Como a luz que attrahe, fulmina
 Doudejante borboleta,
 Esse olhar prende e fascina
 Em ondas de luz inquieta! –
 Invejo a tragica sina
 Do teu amor, borboleta! (COELHO, ago. 1893, p. 3).

Tal como seu verso, ela iniciava de modo acanhado suas publicações, a princípio como autora de poemas que, conforme anteriormente discutido, era a forma mais aceita da escrita feminina na época. Na acepção de Leite (2005), a literatura feminina, até o século XIX, caracterizava-se pelo predomínio da poesia, modalidade que acabava canalizando as inspirações e os interesses de mulheres, para as quais não era adequado se dedicar a outros temas. Acrescenta Fanini (2008) que, sob a crença de que os homens eram mais intelectuais, racionais e teóricos, porque estudavam e pensavam; e as mulheres mais intuitivas, sentimentais e amorosas, por sentirem e criarem espontaneamente – essa modalidade de escrita estava mais propensa ao gênero feminino. Sem poderem romper tais barreiras da escrita, algumas mulheres,

afirma Alves (2005), aceitavam tais imposições, sem aderir a confrontos mais radicais, como estratégia para burlar e contornar tal cerco. Foi o que fez Mariana Coelho. Ao tentar alçar-se a gêneros mais consagrados dentro do campo literário, compreendeu que a publicação de escritos poéticos era um caminho possível para se inserir no então restrito campo literário.

De modo consciente ou inconsciente, a estratégia adotada por Mariana Coelho, que tem como princípio gerador o *habitus*, representa, conforme Bourdieu (1987), as práticas e a tentativa de ajustamento da agente às estruturas na qual pretendia ser produto. Mariana Coelho, que tinha como empreendimento ingressar e conquistar posições no campo literário paranaense, passou a incorporar o *habitus* desse campo, sobretudo o indicado às mulheres. Desse modo, de forma gradativa participou do jogo de forças existente em seu interior, compartilhando de um *habitus* tipicamente literário, por meio, em princípio, da subordinação de sua escrita e do direcionamento de suas ações com a finalidade de possibilitar o seu ingresso nas instituições e na tomada de posições caracterizadoras desse campo. Sendo assim, aproveitou os espaços abertos por alguns jornais da capital paranaense e tratou logo de publicar sua escrita autorizada – poemas – fazendo isso até o final do século XIX. Por essa via e de modo modesto, passou a ser conhecida como escritora.

Porém, conforme demonstra Tomé (2020), na tentativa de superar tais imposições colocadas sobre a escrita feminina, já sendo conhecida como poetisa, Mariana Coelho passou a enveredar, com maior frequência, por outros gêneros de escrita. Ao se aventurar para além da escrita poética e romântica, dedicou-se a outro gênero literário também considerado como escrita feminina: as crônicas. No período de 1900 a

1901 esteve à frente de uma coluna mensal, editada pelo jornal **O Diário da Tarde**, chamada **Chronica da Moda**, que já mantinha, anteriormente, no periódico **A Gazeta do Povo**.

Como colunista, Mariana prestava orientações e dava sugestões sobre moda, estilo e outros temas considerados de interesse feminino e, conforme declarou uma colega que assinava um quadro no mesmo diário, sob o pseudônimo de Atalanta, fazia isso com “culto entendimento”. Antes mesmo de sua estreia como colunista do quadro, foi bastante elogiada pela colega, que não deixou de enaltecer seu entendimento e seus relevantes conselhos sobre o tema: “A gentilíssima escriptora, senhora M. Coelho, tem abrilhantado ultimamente as colunas da sympathica “Gazeta do Povo”, com estudos preciosissimos para o nosso sexo e que se referem ás constantes mutações no aspecto dos vestuarios femininos” (ATALANTA, 11/09/1900, p. 1).

Apesar de aceitar o convite para dirigir uma coluna sobre moda, tendo em vista sua estratégia para se inserir no campo literário, a sua atuação tinha a intenção de produzir e levar a suas leitoras uma escrita mais instrutiva, tendo em vista uma educação não formal. Concebia o espaço concedido a ela uma possibilidade de manifestação desta intenção, utilizando a coluna **Chronica da Moda** para introduzir e divulgar temas considerados por ela de maior relevo, como literatura, música, arte, ciência e assuntos acerca da emancipação feminina que, em sua concepção, eram mais importantes do que aqueles que deveriam ser abordados pela coluna, chegando a afirmar que as orientações de moda e estilo não passavam de “esquisitices desnecessárias”. Por esse meio de comunicação, Mariana Coelho aproveitou a oportunidade para iniciar uma exposição de suas ideias feministas, dentre elas a educação e o direito ao voto feminino (TOMÉ, 2020).

Além de tentar introduzir temas delicados à condição social feminina daquele período, passou a utilizar-se de um gênero literário pouco comum entre as mulheres: o ensaio. Para Muzart (2003, p. 144), a escritora ainda foi além, visto que

[...] foi no ensaio polêmico que se distingue Mariana Coelho, gênero em que as mulheres deixam poucas páginas no século XIX. [...] O ensaio, como gênero masculino – pois expressava ideias –, foi raramente usado pelas mulheres. É somente a partir do século XX que as mulheres exploram tal gênero. No século XIX, usaram de muita estratégia para, mantendo-se nas margens, expressarem publicamente por sua poesia e ficção mais do que lhes era possível ou permitido.

À luz de tais situações, compreende-se que Mariana Coelho causou bastante incômodo e polêmica com seus escritos, encontrando resistência de homens e mulheres que pensavam de modo diferente, resultando em discussões acaloradas nas folhas do **Diário da Tarde**. Ao que tudo indica, devido ao seu posicionamento ousado, bastante incomum para a época, ficou tão pouco tempo à frente do quadro **Chronica da Moda**, no qual, de acordo com Bueno (2010), foi substituída por Mme. Courtois, que manteve a coluna compatível com seu título, ou seja, abordando assuntos relativos à moda e à elegância.

Para compreendermos a dificuldade enfrentada por Mariana Coelho e outras mulheres em se inserir, nesse momento, no campo literário paranaense, recorreremos novamente às contribuições de Pierre Bourdieu. Com base nos postulados desse autor, constatamos que a escritora se antecipou em se aventurar em tal gênero de escrita. Mariana Coelho, que já era conhecida como escritora, reconhecimento alcançado desde as publicações de suas poesias para alguns jornais de Curitiba, ainda não havia conquistado uma posição de destaque dentro

do campo literário nem o capital simbólico necessário para que suas ideias fossem recebidas sem que sofressem fortes críticas. Mariana Coelho, a quem se podem aplicar as palavras de Bourdieu (1996), ainda era compreendida como uma escritora “maldita” dentro das relações estabelecidas no campo literário. Esse autor auxilia em nossa interpretação ao definir que o campo literário “[...] é um espaço de relações objetivas entre posições – a do artista consagrado e a do artista maldito [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 60). É nesse horizonte interpretativo que podemos pensar a condição de Mariana Coelho, porque ainda não havia alcançado sua consagração como escritora. Além disso, segundo Bourdieu (1987, p. 159), todas as posições típicas de um campo “[...] não se apresentam disponíveis com a mesma probabilidade aos ocupantes de uma determinada posição no campo [...]”. Diante de tais esclarecimentos, compreendemos que só pelo fato de ser mulher ela já se encontrava em uma condição desfavorável. Isto é, para que suas ideias sobre a emancipação feminina fossem expostas e aceitas como autoridade literária, ela necessitaria ter acumulado uma quantidade de capital simbólico que lhe garantisse um posicionamento e um grau de autonomia que não havia se efetivado até aquele momento (TOMÉ, 2020).

Ainda conforme as ponderações dessa pesquisadora, apesar de todos os preconceitos e tabus acerca de as mulheres emitirem suas opiniões e pensamentos por meio da escrita, e da repreensão sofrida por Mariana Coelho, foi nos ensaios que continuou a se dedicar com maior afinco. Foi em defesa das mulheres que a escritora se destacou em sua escrita ensaística. Sua primeira publicação sobre emancipação feminina saiu na revista de arte **Breviário**, dirigida por Romário Martins e Alfredo Coelho, em agosto de 1900, sob o título **Emancipação da Mulher**.

No texto, denunciava a “tradicional treva da ignorância” na qual as mulheres, durante muito tempo, estiveram mergulhadas, e para estabelecer o verdadeiro e indispensável equilíbrio social era necessário “cultivar e esclarecer” o espírito feminino (COELHO, ago. 1900, p. 7). Ao defender publicamente a equiparação entre homens e mulheres, em especial em relação ao nível de instrução e sua profissionalização, a autora deixou claro que a ideia de progresso que se manifestava na sociedade, naquele momento, somente se concretizaria de fato se as mulheres alcançassem o mesmo patamar na vida social ao lado dos homens. Ao reconhecer a necessidade de uma reestruturação da sociedade, ela olhava para tal conjuntura de forma esperançosa e confiante: “[...] agora à medida que a onda do progresso feminista sobe até penetrar na Igreja e até nos meios menos avançados, a agressão masculina a esse progresso [...] desce” (COELHO, 2002a, p. 59).

Por ser defensora obstinada da instrução feminina, Mariana Coelho fundou em 1902, na capital paranaense, o Colégio Santos Dumont, que funcionou até 1917. Apesar de a educação formal idealizada por ela não corresponder ao foco de nosso artigo, consideramos necessário esclarecer que o magistério era encarado profissionalmente por ela sobretudo como uma forma de manter o seu sustento. Decisão que demonstrava sua tenacidade ao defender a profissionalização das mulheres como forma de alcançar sua independência financeira, visto que não podiam se dedicar à carreira de escritora como profissão (TOMÉ, 2020).

Um estudo mais apurado acerca da trajetória de escritoras brasileiras, realizado por Alves (2005), revelou a impossibilidade de, no final do século XIX e início do século XX, viverem profissionalmente do ofício da escrita. Em grande parte, devido à resistência relativa à

remuneração do trabalho feminino que viesse da produção ou publicação de livros ou, ainda, da colaboração em periódicos, pois supunha-se que o fato de receberem uma remuneração pelas atividades literárias poderia fazer com que muitas mulheres se desviassem do caminho da virtude e da moralidade, correndo o risco de serem levadas para os apêndices da marginalidade. Tal era a incidência dessa ordem que, para aquela que se dedicasse à produção de uma obra, era comum, na época, exibir, na capa ou no prefácio, a declaração de que a renda obtida com a venda dos livros seria destinada a obras beneméritas ou de caridade, não sendo adequado à escritora se beneficiar financeiramente da venda de sua produção. Portanto, a sobrevivência das escritoras, dentre elas Mariana Coelho, “[...] deveria estar assegurada por outras vias e sua incursão na esfera pública não poderia associar-se à sua subsistência” (ALVES, 2005, p. 92).

Mariana Coelho, que não poderia viver da prática da escrita, precisou criar uma escola como forma de manter a sua subsistência. Com base em tal artifício, o Colégio fundado por Mariana Coelho alcança o reconhecimento e a credibilidade desejada por sua idealizadora, tanto que, em 1908, foi premiado com medalha de ouro na Exposição Nacional que ocorreu no Rio de Janeiro. Entretanto, no mês de outubro de 1917, segundo relata Ribeiro (2015), o Colégio anunciava seu fechamento, sob a justificativa da epidemia⁵ que assolava Curitiba. No mesmo mês, o jornal **A Republica** noticiava: “Nesta capital, acha-se enferma, a senhorita Rosita de Mattos, alumna interna do Collegio Santos Dumont” (ENFERMOS, 04/10/1917, p. 2). Em 1918, após o fechamento do seu Colégio, Mariana Coelho, que precisava de trabalho remunerado para se

⁵ Entre agosto e outubro de 1917, Curitiba passou por surtos de febre tifoide, causando um grande alarme entre a população, que passou a conviver com o medo da contaminação e da morte.

manter, passou a trabalhar como secretária e professora de datilografia da Escola Profissional Feminina.⁶ Segundo Tomé (2020), no ano de 1924 ela assumiu o cargo de diretora do estabelecimento, o que tornou sua dedicação às atividades literárias ainda mais difíceis. Permaneceu nessa função até sua aposentadoria em 1941, dela se afastando por problemas de saúde, conforme declara a própria escritora – que nessa época já se encontrava com 84 anos de idade.

A Escola Profissional Feminina, na qual Mariana Coelho trabalhou por 23 anos, segundo Trindade (1996), resultou das novas propostas educacionais acerca da preparação dos cidadãos para o exercício do trabalho. O estabelecimento, que era destinado ao ensino das artes, da economia e prendas domésticas para o sexo feminino, visava à aprendizagem de um ofício. Conforme especifica Bueno (2010), devido ao processo de desenvolvimento urbano pelo qual vinha passando a sociedade, a educação profissional pensada para as mulheres almejava sua atuação no comércio e na indústria, para que pudessem contribuir com o progresso da nação. Ideias veementemente defendidas pela escritora. Assim, em um contraponto, a modernização e o progresso da sociedade contribuíram para a profissionalização da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, porém, não por meio de sua escrita. Dentre as atividades desenvolvidas por elas estavam as ocupações de enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária da indústria têxtil e alimentícia, além dos trabalhos ligados à confecção de artesanato e produtos manufaturados e, sobretudo, à atividade de professora. Exercício a respeito do qual a própria Mariana Coelho declarava: “[...] tenho-me dedicado há muitos anos e muito

⁶ A Escola Profissional Feminina foi criada em 1916, após ser desmembrada da Escola de Bellas Artes e Indústria, centro de criação e aprendizagem de ofício, fundada em 1886 (TRINDADE, 1996).

modestamente ao Magistério e às Letras” (COELHO, 13/09/1936, p. 2). Dedicção que, apesar de muito enobrecê-la, apenas permitiu que levasse uma vida restrita financeiramente. Situação que, provavelmente, seria mais amena se pudesse se beneficiar, em termos materiais, da sua produção literária.

A dedicção que a escritora devotou à docência ao longo de sua trajetória é apontada por Leonor Castellano, no seu prefácio à obra **Palestras educativas**⁷ (1956, p. 9), como uma necessidade, ante a impossibilidade de sobrevivência tendo como meio de subsistência sua atividade literária: “[...] seus méritos de escritora, cujos trabalhos intelectuais constituem, há muitos anos, um patrimônio de altíssimo valor para a vida literária do Paraná”, não foram os responsáveis pelos meios com os quais Mariana Coelho garantiu o seu sustento financeiro, e sim os muitos anos de dedicção ao magistério.

Apesar de todas as imposições sobre o trabalho literário feminino e das dificuldades de Mariana Coelho em conciliar o ofício da escrita com o exercício do magistério, ela não abandonou seu mister de escritora. Pelo contrário, dedicou-se a ele com mais afinco. Em 1908 publicou a obra **O Paraná mental**, um livro de crítica literária produzido em vistas da comemoração do Centenário de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas. De acordo com Woellner (2007), tal publicação foi a primeira a elaborar uma reflexão sobre a literatura no Paraná, além de representar o primeiro trabalho de catalogação crítica feito por uma mulher. Nesse livro, analisou três gerações no domínio da vida intelectual, cultural, artística e literária paranaense. Silvestrin (2009) assevera que, além de uma homenagem pessoal, o livro

⁷ Última obra de Mariana Coelho, publicada em 1956, dois anos após a sua morte, pelo Centro de Letras do Paraná.

representou um dos meios de participação do Paraná na Exposição Nacional de 1908, que ocorreu no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Exposição Comemorativa de Abertura dos Portos às Nações Amigas.

O Paraná Mental, obra encomendada, representou para Mariana Coelho uma possibilidade de agir estrategicamente. Tratou de elencar suas preferências, dando destaque aos literatos e intelectuais que considerava mais relevantes, tendo em vista as articulações que pretendia estabelecer dentro do círculo literário e da garantia de respaldo junto às lideranças do campo intelectual. Porém, explicou-se com aqueles que não foram arrolados em seu livro, expondo os motivos em sua introdução: “A precipitação com que este livro foi coordenado não me deu margem para desenvolver detida e devidamente, como tanto desejava, a apreciação, a que todos têm direito [...]” (COELHO, 2002b, p. 23). É certo que, mesmo com tais esclarecimentos, seu posicionamento não agradou a todos. A autora foi alvo de duras críticas feitas pela imprensa, que chegou a publicar artigos sobre o livro cheios de ironia e deboche:

A ill.ma ex.ma sr.a d. Mariana Coelho, directora do Collegio Santos Dumont, publicou um livro. A ill.ma sr.a d. Mariana Coelho nasceu em Portugal e usa pince nez. É professora e é literata; ao mesmo tempo que escreve o *Mental Paraná* ensina a ler pelo methodo João de Deus. É pois ao mesmo tempo Minerva e Sapho, maneja de modo admiravel a palmatoria e a lyra Ah! bello sexo, ah! fragil e gracioso sexo, mira-te naquelle espelho! (MENTAL PARANÁ, 05/09/1908, p. 11).

Conforme analisa Tomé (2020), o fragmento citado evidencia o grau dos ataques sofridos por Mariana Coelho. A forma como foi mencionado o título do livro, também utilizado para título do artigo,

demonstrou o desprezo com que a obra foi tratada na publicação. Além disso, os ataques assumiram um caráter de gênero e pessoal, visto que o autor anônimo do texto tenta ultrajar a escritora que, por ser mulher, deveria se “olhar no espelho”, isto é, não tentar ocupar os espaços que não correspondiam ao seu sexo. E ao relacionar Mariana Coelho às personagens Minerva e Safo, sendo a primeira representada como a deusa da Sabedoria, pertencente a mitologia romana, enquanto a segunda representava a mais importante poetisa da Grécia Antiga, nascida e falecida na Ilha de Lesbos, ao mesmo tempo que a referência remetia a qualidades como a perspicácia, a esperteza, a inteligência e conhecimento, ao mencionar a lira manejada por Safo, o redator estaria se referindo a Mariana como poetisa lírica, “literata”. Entendemos com isso que a referência dada foi de que a autora usou de sua inteligência e de sua capacidade estratégica ao realizar as escolhas daqueles que seriam contemplados em seu livro.

Apesar das críticas, o livro representou uma oportunidade para Mariana Coelho introduzir o assunto sobre a emancipação da mulher. Tema que, segundo Tomé (2020), a escritora passou a divulgar com mais ênfase a partir do momento em que começou a se inserir e conquistar uma melhor posição dentro dos campos literário e intelectual. Após tornar pública sua posição a respeito do papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade e com o apoio e amizade de outras intelectuais feministas que militavam pela mesma causa, Mariana Coelho dedicou para esse fim a obra **A evolução do feminismo: subsídios para sua história**, publicando em 1933, vinte e cinco anos após **O Paraná mental**. O livro foi o resultado de um longo processo de estudo e pesquisa, revelando que a escritora foi uma diligente estudiosa do assunto.

Diferente de sua primeira obra, **A evolução do feminismo** foi bastante elogiada e aclamada pela imprensa local, nacional e até internacional.

Além disso, a obra recebeu a aprovação de vários representantes e dirigentes ligados à esfera pública. Segundo o artigo de Antônio Austregésilo, publicado pelo **A Noite**, o livro de Mariana Coelho “[...] constitui a maior e mais bem documentada obra que se escreveu no Brasil acerca do assunto. [...] Nada falta ao volume: erudição, elegância e finalidade. Fiquei satisfeito em colocar em minha biblioteca obra tão meritória [...]” (AUSTREGÉSILO, 13/01/1934, p. 4). Mariana recebeu elogios da também escritora Rachel Prado (1934)⁸, que realizou uma apreciação crítica de seu livro, publicada pelo jornal carioca **Correio da Manhã**, na coluna intitulada **A vida social**. A escritora, que fez uma descrição detalhada da obra, iniciou sua avaliação apresentando aos leitores Mariana Coelho como:

[...] uma grande educadora, cujo mérito está em exercer o magistério por mais de tres decadas, no Paraná, onde passa uma vida verdadeiramente apostolar na sacratíssima missão de transmitir conhecimentos aos cerebros jovens. Mais de duas gerações passaram pelos bancos escolares do afamado “Collegio” de Marianna Coelho. Portugueza de nascimento, soube conquistar em Curityba a sympathia dos grandes intellectuaes da terra dos pinheiros [...]. As poucas horas de lazer que lhe deixa a nobre profissão Marianna Coelho dedica-as a estudos historicos e a imprensa, pois exerce também o jornalismo com grande competencia. Agora, como fruto de larga documentação ella oferece-nos um volumoso livro de seiscentas e tantas paginas, prefaciado pelo saudoso professor Rocha Pombo, que tem merecido grandes elogios da imprensa local e do professor e escriptor dr.

⁸ Rachel Prado foi o pseudônimo utilizado por Virgília Stella da Silva, nascida em Curitiba em 1891, filha de Joaquim Antônio da Silva, fundador do jornal **A Republica**. Em 1909, mudou-se para o Rio de Janeiro com sua família, onde se estabeleceu até seu falecimento em 1943. Foi uma figura bastante atuante, líder feminista, escritora, jornalista, bem como fundadora da Editora Ravaró, em 1934 (KAMITA, 2005).

Austregesilo que, louvando a sua erudição, a chamou espírito formoso e beneditino (PRADO, 23/06/1934, p. 6).

A análise feita por Rachel Prado retratou bem a dificuldade de Mariana em conciliar suas atividades no magistério com sua vida de escritora, o que nos leva a crer que este pode ter sido um dos motivos pelo qual a escritora demorou tanto tempo, após ter escrito **O Paraná mental**, para compor sua obra **A evolução do feminismo**, tendo em vista a grande envergadura do livro. Esta foi uma condição que Rachel Prado não deixa de observar em seu comentário.

As menções feitas à obra de Mariana Coelho e à própria escritora são indicações de que ela já era considerada uma figura de reconhecido destaque no campo literário. Mariana Coelho demonstrou nutrir, a partir das apreciações feitas pela elite letrada paranaense, uma relação próxima com esse grupo. Assim, é possível compreender porque, diferentemente do que aconteceu com **O Paraná mental**, não encontramos nenhuma crítica negativa sobre o livro **A evolução do feminismo**, de publicação posterior. Consideramos que Mariana Coelho, nesse momento, já havia conquistado seu espaço e uma posição dominante dentro do campo literário; adquirira, conforme pondera Bourdieu (2004, p. 170), seu capital de reconhecimento e consagração, um tipo particular de capital simbólico que ela conseguiu acumular no decorrer de suas lutas anteriores, “[...] ao preço de um trabalho e de estratégias específicas”. A obra foi uma das grandes responsáveis por esse reconhecimento, uma vez que foi a partir dela que passou, efetivamente, a ser vista por seus pares como escritora, conforme evidenciou Rocha Pombo (2002, p. 25): “[...] o valor desta obra, [...] revela ainda uma vez as suas qualidades de escritora, a sua erudição histórica,

e a segurança com que versou o seu assunto. Julgo que é este um trabalho que tem de ficar em nossa história literária”.

No dia 30 de novembro do mesmo ano da publicação de seu livro **A evolução do feminismo**, Mariana Coelho ingressava no Centro de Letras do Paraná que, de acordo com Marach (2007), foi fundado em 1912 e antecedeu a criação da Academia Paranaense de Letras em 1923⁹. O evento foi noticiado pela imprensa local, que atribuiu à “[...] douta Sociedade propugnadora das letras [...]” (CENTRO DE LETRAS PARANAENSE, 07/12/1933, p. 4) a brilhante escolha pela ilustre escritora que suscitou nos meios sociais e intelectuais da capital paranaense. Além de “[...] afirmar sem receio, que Mariana Coelho é a maior escriptora do Paraná” (CENTRO DE LETRAS..., 07/12/1933, p. 4). Agora que ela já se configurava como uma autora consagrada, até mesmo sua obra **O Paraná mental**, publicada em 1908, “[...] que sofrera, ao seu aparecimento, as restrições e os ataques pérfidos dos apedrejadores ferrenhos [...]” (CASTELLANO, 1956, p. 8), foi elogiada no discurso proferido em sua recepção, narrada pela imprensa em detalhes: “um de seus livros é referente especialmente ao nosso Estado [...] em que estudou os nossos homens numa synthese de eloquente e de sincera admiração, além de fazer justiça aos atributos e predicados da intelligentia” (CENTRO DE LETRAS..., 07/12/1933, p. 3). Foi no Centro de Letras que Mariana Coelho conheceu e estabeleceu uma relação de amizade com a feminista Leonor Castellano, responsável por organizar a obra póstuma **Palestras educativas**, publicada em 1956, dois anos após o falecimento da escritora.

⁹ Segundo Marach (2007), Euclides Bandeira foi o idealizador e o primeiro presidente da instituição, que agregou boa parte dos literatos do Paraná. O Centro tinha como objetivo principal promover o progresso cultural no estado, para isto contava com a produção de uma revista própria com publicações de obras de seus associados e de escritores conterrâneos já falecidos.

Mariana Coelho ainda integrou o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), um ano após a sua fundação e um ano após o seu ingresso no Centro de Letras. No evento de comemoração do primeiro aniversário da instituição, Mariana foi a responsável por proferir a conferência. Tratava-se de uma palestra que denunciava os horrores vivenciados por causa da guerra, intitulada **Um brado de revolta contra a morte violenta**. Segundo Brito (2011, p. 20): “Com o seu sotaque lusitano, ela emocionou a todos abordando temas inusitados para a época, como a ecologia, o feminismo, a indústria bélica, a exploração do homem pelo homem, etc. [...]”. Muitos foram os comentários sobre o discurso, dentre eles o de Ilnah Secundino: “Ao ouvi-la sente-se o desejo de acompanhar esse grito que o seu coração de mulher, lança” (BRITTO, 2011, p. 20).

Em 1935, um ano após a realização da conferência, Mariana Coelho publicou o livro **Um brado de revolta contra a morte violenta**. A obra, que levou o mesmo título de sua palestra, ecoou como um brado de revolta emitido em prol de todas as vítimas da violência forjada pelo egoísmo e brutalidade humana. Apesar do declarado tema, Mariana Coelho utilizou o exemplo da bailarina Mata Hari, nascida nos Países Baixos, para introduzir o debate sobre a emancipação da mulher. Dessa maneira, seu livro representou, sobretudo, a confluência entre seus ideais pacifistas e os seus princípios feministas (TOMÉ, 2020).

Devido ao reconhecimento do trabalho literário prestado ao Paraná, Mariana Coelho foi convidada a escrever para a **Página da Mulher** no **Diário da Tarde**. Mesmo jornal em que, no início do século, assinara o quadro intitulado **Chronica da Moda**, e que, por consequência dos ensaios que escrevera em defesa da emancipação e do voto feminino, acabou sendo substituída. Dessa forma, percebemos que

Mariana Coelho, nesse momento, já havia conquistado uma posição de destaque e acumulado capital simbólico dentro do campo literário, que a elevava a um patamar de escritora reconhecida, considerada por muitos como “[...] figura de real prestígio nos meios educacionais e literários da terra onde desfruta de invejável conceito pela sua competência profissional e erudição [...]” (HONROSO CONVITE DIRIGIDO A D. MARIANA COELHO, 03/04/1936, p. 5).

Compreendemos que foi por meio da obra **A evolução do feminismo** que Mariana Coelho alcançou notoriedade e sua consagração como escritora, tornando-se uma figura conhecida não somente no cenário literário paranaense, mas também no cenário nacional. Em 1936, foi convidada a participar do Congresso das Academias de Letras e da Sociedade de Cultura Literária do Brasil, no Rio de Janeiro. Esse evento foi difundido pelo jornal **Diário da Tarde**:

Sob o patrocínio da Academia Carioca de Letras, deverá reunir-se no Rio, no mês de Maio próximo, um Congresso das Academias de Letras e Ciências de Cultura literaria. Os membros daquele cenaculo litterario vem de distinguir uma ilustre educadora do Paraná com honroso convite para participar do grande conclave. Foi alvo dessa justa deferencia dona Mariana Coelho [...]. Assim, o gesto dos dirigentes da Academia Carioca de Letras é uma homenagem merecida a um elemento de valor dos meios culturais e educacionais da terra, refletindo, ao mesmo tempo, uma honra para o nosso Estado, que tem na sua pessoa uma das mais competentes educadoras (HONROSO CONVITE, 03/04/1936, p. 5).

No evento, Mariana Coelho apresentou uma tese que, em 1937, seria publicada sob o título **Linguagem**, compondo, como refere a própria autora, sua quinta obra em vida. Em sua tese, defendia a ortografia simplificada; defesa que os muitos anos de experiência e dedicação ao

magistério lhe permitiram, com toda autoridade e convicção, expor que: “[...] a simplificação da grafia só traz vantagens principalmente para o inadiável e urgente fim de mais rápida alfabetização” (COELHO, 1937, p. 11). As questões levantadas por ela sobre a tese foram recebidas pelo público com uma grande demonstração de invulgar talento: “Escritora de nome consagrado, manejado o seu idioma com brilho e correcção, expôs e sustentou seus princípios com galhardia, o que lhe valeu applausos da douta Assembléia (COELHO, 1940, p. 145). Mariana Coelho, em consonância com a tese que defendia, já há muito havia adotado a simplificação em seu próprio nome, que, em seu registro de batismo, era escrito com duas letras n.

O livro foi bastante aplaudido e comentado por vários intelectuais e figuras respeitadas, ligadas à vida pública e política, sendo, inclusive, elogiado pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que assim lhe escreveu: “Cumprimentando-a atenciosamente agradeço distinta patrícia seu valioso trabalho sôbre – Linguagem, apresentado ao Congresso Academias Letras” (COELHO, 1940, p. 150).

Com uma posição já conquistada e estabelecida, sentiu-se segura para lançar, em 1940, sua última obra publicada em vida. Porém, segundo a própria autora, a primeira a ser escrita por ela, ainda na mocidade, quando vivia em terras lusitanas: “– ‘Cambiantes’ – o primeiro que escrevemos e que, por consequência, devia constituir a nossa primeira publicação literária, sai a lume em sexto lugar [...]” (COELHO, 1940, p. 14). O livro constituía um compêndio de contos e fantasias e, de acordo com a própria autora, de alguns pensamentos. Compunha-se de quinze contos, nos quais Mariana Coelho desnudava a “[...] delicadeza de seus sentimentos [...]” e expunha “[...] a elevação de suas ideias e a sua invejável cultura” (VELLOZO, 1940, p. 9).

O livro contou com ilustração do artista plástico Guido Viaro e dedicatória do intelectual Dario Vellozo que, em declarada amizade, dirigiu suas impressões à autora:

Prezada amiga D. Mariana Coelho: [...] A delicadeza de seus sentimentos aparecem em todas as páginas; em todos os capítulos a elevação de suas ideias e a sua invejável cultura. [...] “Cambiantes” é obra de phantasia, leve, em contraste com seu admirável estudo – “Evolução do Feminismo” – que tantos applausos vale merecendo. Foi estreia de mestre, que a impôs como pensadora aos cultos (VELLOZO, 1940, p. 10).

O reconhecimento alcançado por Mariana Coelho fez com que a obra **Palestras educativas**, organizada pela amiga Leonor Castellano e publicada pelo Centro de Letras do Paraná, dois anos após a sua morte, em 1956, fosse considerada como verdadeiro capital moral, literário e intelectual da casa. Esta avaliação deveu-se aos “[...] seus méritos incontestáveis de escritora, cujos trabalhos intelectuais constituem, há muitos anos, um patrimônio de altíssimo valor para a vida literária do Paraná” (CASTELLANO, 1956, p. 9).

Segundo a própria Mariana Coelho, ela ainda tinha a pretensão de publicar “[...] ‘Ronda Literária’ – (Apreciações). ‘História de tempos idos’ – (Tradução)” (COELHO, 13/09/1936, p. 2). Porém, devido à idade avançada e aos problemas de saúde que a impediam de se dedicar ativamente às lides literárias, foi obrigada a circunscrever sua prodigiosa, longa e profícua trajetória.

Mariana Coelho faleceu no dia 29 de novembro de 1954, aos 97 anos de idade. Seus feitos e suas contribuições foram reconhecidos e exaltados por periódicos da capital paranaense, em meio a profundo pesar, lamentando a perda da ilustre educadora.

Ecoou dolorosamente em nossos meios sociais, educacionais e jornalísticos a notícia do falecimento, na manhã de hoje, da ilustre educadora paranaense D. Mariana Coelho, integrante de tradicional família paranaense e que tantos e tão assinalados serviços prestou ao Paraná, como jornalista, escritora e como professora, tendo sido Diretora da Escola Profissional República Argentina e fundadora do Colégio Santos Dumont, sendo ainda autora de várias obras, em que revelou o seu talento, a sua sólida cultura, virtudes que se aliavam ao seu ardor combativo. [...] Escritora das mais brilhantes, educadora que fez do magistério um sacerdócio, Dna. Mariana Coelho, [...] colaborou longos anos no DIARIO DA TARDE, em apreciadas colaborações, conquistando por suas virtudes um sem números de sólidas amizades, que hoje pranteiam a sua morte (FALECIMENTO, 29/11/1954, p. 6).

O reconhecimento e a consolidação, alcançados na maturidade da carreira, demonstram a relevância de Mariana Coelho dentro do campo literário, sendo admirada por outros literatos e intelectuais de destaque no cenário paranaense. Inserida neste meio e compartilhando das mesmas visões de mundo, foi a elite letrada que corroborou o seu posicionamento destacado dentro do campo e consagrou sua escrita como referência de leitura sobre feminismo no estado. Consagração que só foi autorizada devido ao conhecimento e erudição com que conduziu sua escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já assinalamos, no final do século XIX e início do século XX, quando Mariana Coelho inseriu-se no campo literário paranaense, os obstáculos enfrentados por aquelas mulheres que pretendiam lançar-se ao universo da escrita eram grandes. Em um grau menor, se comparado à condição das mulheres, devido ao incipiente campo literário que se

encontrava em processo de formação, os literatos também encontravam dificuldades para viver financeiramente de suas produções culturais, necessitando dedicarem-se a outras profissões. Foi nesse contexto que Mariana Coelho fundou seu Colégio e passou a tecer sua rede de relações com os literatos do período, bem como a estabelecer suas estratégias. Munida de um *habitus* tipicamente literário, conseguiu acumular capital cultural e simbólico necessário para que fosse reconhecida como escritora e, a partir dele, posicionar-se de modo dominante, tornando-se, já em um estágio avançado de sua carreira, uma escritora consagrada e reconhecida pelos seus pares, o que lhe possibilitou transitar do campo literário para o campo intelectual.

Porém, Mariana Coelho só teve oportunidade de se estabelecer e ser reconhecida efetivamente por sua escrita porque outras mulheres antes dela passaram a ser alfabetizadas, tornaram-se escritoras e começaram a publicar, mesmo que, a princípio, apenas suas poesias. E, por esforço e estratégias de algumas, passaram a investir em empreendimentos literários maiores e mais ousados, utilizando-se de suas capacidades intelectuais como forma de inserção em um campo de atuação até então negado a elas, por causa do papel social atribuído às mulheres.

Ao demonstrar uma escrita tão distinta e determinada, foi capaz de estabelecer fortes laços profissionais e de amizade com os agentes que compunham o campo literário e intelectual paranaense.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ívia. **Interfaces**: ensaios críticos sobre escritoras. Ilhéus: Editus, 2005.

- AUSTREGÉSILO, Antônio. Livros Novos. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 7.949, p. 4, 13 jan. 1934.
- ATALANTA. Palestras: Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano II, n. 424, p. 1, 11 set. 1900.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papiрус, 1996.
- BRITTO, Teresa Teixeira de; SOUZA, Beatrice Alves de Castro. **Mulheres criando para curar: Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Posto de Puericultura Darcy Vargas**. Curitiba: Gramofone Produtora Cultural, 2011.
- BUENO, Alexandra Padilha. **Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- CASTELLANO, Leonor. À guiza de prefácio. In: COELHO, Mariana. **Palestras educativas: Obra póstuma**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1956. p. 7-12.
- CENTRO DE LETRAS PARANAENSE. D. Mariana Coelho. **O Dia**, Curitiba, ano XI, n. 2037, p. 3-4, 7 dez. 1933.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011a. p. 77-105.
- COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Curitiba, 13 set. 1936. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 14 set. 1936. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

- COELHO, Mariana. Madrigal. **Revista Azul**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 3, ago. 1893.
- COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Breviário**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 7-8, ago. 1900.
- COELHO, Mariana. **Um brado de revolta contra a morte violenta**. Curitiba: Oficinas Gráficas “A Cruzada”, 1935.
- COELHO, Mariana. **Linguagem**. Curitiba: Tip. “A Cruzada”, 1937.
- COELHO, Mariana. **Cambiantes**: contos e fantasias. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1940.
- COELHO, Mariana. **Palestras educativas**: obra póstuma. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1956.
- COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002a.
- COELHO, Mariana. **O Paraná mental**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002b.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Chain, 1991.
- DUARTE, Constância Lima. **Comunicação** [maio 1987]. Literatura Feminina e Crítica Literária. Rio de Janeiro. Comunicação apresentada na ANPOLL – II Encontro Nacional, 1987.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de romance**: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entre séculos (1890-1930). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- ENFERMOS. **A República**, Curitiba, ano XXXII, n. 235, p. 2, 4 out. 1917.
- FALECIMENTO. Profa. Mariana Coelho. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano 56, n. 19.839, p. 6, 29 nov. 1954.
- FANINI, Michele Asmar. Fazer da pena um ofício: a profissionalização literária feminina no Brasil da virada do século XIX para o XX. **Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 291-310, set./dez. 2008.

- GOTLIB, Nádía Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: MUZART, Zahidé Lupinacci; BRANDÃO, Izabel (org.). **Refazendo nós**: ensaios sobre mulheres e literatura. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 19-72.
- HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850- 1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HONROSO CONVITE DIRIGIDO A D. MARIANA COELHO. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XXXVIII, n. 12.347, p. 5, 3 abr. 1936.
- KAMITA, Rosane Cássia. **Resgates e ressonâncias**: Mariana Coelho. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.
- LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-66.
- LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática, 1999. v. 2. p. 165-202.
- MARACH, Caroline Baron. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- MENTAL PARANÁ. **O Olho da Rua**, Curitiba, ano II, n. 36, p. 11. 5 set. 1908.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Resgates e ressonâncias: uma Beauvoir tupiniquim. In: MUZART, Zahidé Lupinacci; BRANDÃO, Izabel (org.). **Refazendo nós**: ensaios sobre mulheres e literatura. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 137-145.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRADO, Rachel. A vida social. Evolução do feminismo Hellenico F. Club. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 12.139, p. 6, 23 jun. 1934.

POMBO, José Francisco da Rocha. Proêmio. In: COELHO, Mariana. **O Paraná mental**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 11-16.

RAFAEL, Gina Guedes. **A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal**: testemunhos de problemas. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado em Edição de Textos) – Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RIBEIRO, Leonardo Soares Madeira Iorio. **Mariana Coelho**: a educadora-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e Leituras no século XIX. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 20, p. 187-227, 1999.

ROHDEN, Fabíola. A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). **Sexualidade e Saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 183-196.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A Feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. 1996. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

SILVESTRIN, Mônia Luciana. Das artes e dos ofícios dos homens de letras paranaenses: o olhar de Marina Coelho. In: SZWAKO, José Eduardo Léon; OLIVEIRA, Márcio (org.). **Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009. p. 153-166.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; MACHADO, Maria Cristina Gomes. “Saiba pouco ou saiba nada?” Reflexões sobre a educação feminina do Brasil Colonial ao Império. In: MAIO, Eliane Rose (org.). **Educação, gênero e feminismos**: resistências bordadas com fios de luta. Curitiba: CRV, 2017. p. 43-63.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Mariana Coelho e a educação das mulheres**: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940). 2020. 345 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

VAQUINHAS, Irene. Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breves relances. **Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea**, Torres Vedras, p. 94-101. 2000.

VELLOZO, Dario. Presada amiga D. Mariana Coelho. In: COELHO, Mariana. **Cambiantes: contos e fantasias**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1940. p. 9-10.

WOELLNER, Adélia Maria. A voz da mulher na literatura. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 3, n. 3, p. 9-34, 2007.

8

LEITURA, LEITORAS E ESCRITORAS NO JORNAL *DIÁRIO DOS CAMPOS* (1909-1950)

Karina Regalio Campagnoli

INTRODUÇÃO

Ao longo de muito tempo, às mulheres não foi dada a possibilidade de participar do campo da escrita, seja como leitoras, seja como escritoras, pois a sociedade patriarcal alegava que o gênero feminino já possuía atribuições suficientes no ambiente privado, cuidando da casa, dos filhos e do marido (BEAUVOIR, 1980a, 1980b; PERROT, 1998; SPIVAK, 2014; LOURO, 2015). De forma gradativa, mas nenhum pouco linear, essa realidade vai se modificando a partir de enfrentamentos e tensionamentos protagonizados por mulheres que ousaram ultrapassar os limites impostos pela sociedade de cada tempo, conquistando e, aos poucos, expandindo suas possibilidades de atuação no universo letrado (PERROT, 1998; SCOTT, 1995).

Então, sob esta perspectiva, o objetivo deste capítulo é refletir sobre a participação das mulheres, inicialmente como leitoras e, posteriormente, como escritoras, no jornal **Diário dos Campos**, periódico centenário da cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, Brasil, no período compreendido entre os anos de 1909 a 1950.

O **Diário dos Campos** foi fundado em 1907, por Jacob Holzmann, um russo-alemão, amante das letras, artes e música, defensor entusiasmado da presença de um periódico na região dos Campos Gerais, da qual Ponta Grossa faz parte (BUCHOLDZ, 2007; CHAVES,

2001). Inicialmente se chamou **O Progresso** e, a partir de 1913, adotou o nome de **Diário dos Campos**.¹ Ao longo de nosso recorte temporal, ele passou por diferentes proprietários que, de forma direta ou sutil, impuseram suas visões de mundo nas páginas do jornal. Por isso, no decorrer do período aqui analisado, é possível perceber mudanças significativas na linha editorial adotada, devido ao perfil de cada dirigente. Além disso, ao fazer parte de um todo, representado pela sociedade de cada contexto histórico específico, o periódico deixava transparecer o que se debatia no coletivo, sendo, portanto, influenciado por questões econômicas, sociais e políticas, por exemplo (VIEIRA, 2007). Isso é perceptível, inclusive, no que tange às mulheres, conforme trataremos na sequência.

Para desempenhar essa proposta, a metodologia escolhida, de cunho qualitativo, baseia-se em uma pesquisa documental e histórica, que abarca o período já referenciado. No *site* do Museu Campos Gerais encontra-se o acervo disponível a partir de 1909 até 1924. De 1932 em diante a pesquisa foi realizada nos arquivos físicos do referido jornal, que se encontram sob a guarda do mesmo Museu, localizado em Ponta Grossa. Importante informar que algumas edições do **Diário dos Campos** foram extraviadas, como, por exemplo, nos períodos de 1907 a 1909 e de 1925 a 1931.

Neste artigo, a educação é compreendida de modo amplo, abarcando as possíveis formações que o contato com um periódico pode

¹ “Pode-se dizer que, ao circular pela primeira vez, em 27 de abril de 1907, ‘O Progresso’ – que a partir de 1913 passaria a se chamar ‘Diário dos Campos’ – inaugurou, efetivamente, a história do jornalismo impresso em Ponta Grossa, na medida em que o jornal – inicialmente publicado duas vezes por semana e, posteriormente, com circulação diária – se consolidou como primeiro veículo de comunicação local, ocupando exclusivamente essa condição até o início da década de 1940”. Disponível em: <<http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/collections/show/68>>.

favorecer, especificamente no caso das mulheres. Assim, o conceito de gênero feminino conduz a fundamentação teórica, valendo-se das contribuições de Scott (1995), Perrot (1998), Beauvoir (1980a, 1980b), Spivak (2014), entre outras. Além disso, alguns conceitos de Pierre Bourdieu (1989, 2004a, 2004b, 2008a, 2008b, 2017), como *habitus*, campo e capital também sustentam as análises teóricas.

LEITURA E ESCRITA: CAMPOS FEMININOS?

O jornal **Diário dos Campos**, ao longo do recorte temporal analisado, sempre procurou demonstrar que estava informado sobre o que ocorria em diversos lugares do mundo e, em relação ao gênero feminino, isso também se fez presente, pois sempre fazia menção às notícias que diziam respeito às mulheres.

Desde os primeiros anos de atividade do **Diário dos Campos** é possível constatar que as mulheres faziam parte das pautas do jornal, tanto como leitoras, por meio de reportagens, anúncios e colunas dedicadas a elas, quanto como autoras, pois há inúmeros momentos em que as mulheres assinavam artigos no jornal, abordando e discutindo diferentes temas, conforme destacaremos na sequência.

Enquanto leitoras, ao longo dos tempos, foi muito comum que, às mulheres, fossem direcionados textos elaborados por homens, com matérias que tratavam de conselhos e cuidados com a saúde, por exemplo, fazendo referência ao papel da mulher como cuidadora da família (BEAUVOIR, 1980a, 1980b; PERROT, 1998; SCOTT, 1995). Além disso, em muitos artigos, o **Diário dos Campos** fazia menção a reportagens de cunho moral, como o caso da notícia veiculada em 22 de julho de 1933, que informava a criação de uma “universidade fundada

para evitar os males do divórcio”. Além disso, a manchete da reportagem dizia: “Onde as mulheres aprendem a tornar felizes seus futuros esposos”, numa alusão direta ao papel coadjuvante do gênero feminino na sociedade, com a missão de agradar e apoiar os cônjuges, atuando em tempo integral como donas de casa, mães de família e esposas extremosas. Isso remete à tentativa de desenvolvimento de um *habitus* feminino voltado ao cuidado com o outro, em uma postura de auxílio e não de autonomia. Sobre o relevante conceito de *habitus*, Bourdieu (2004a, p. 23), esclarece:

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação.

A conformação de um padrão moral de reportagens e notícias do **Diário dos Campos** sobre as mulheres apresentou-se de diversas formas. Por exemplo, na edição de 27 de janeiro de 1946, expôs o fato de que uma professora aposentada, chamada Licília Corrêa, havia sido presa por encontrar-se embriagada na rua. É importante problematizar que, geralmente, o **Diário dos Campos** se referia às mulheres como senhoras enquanto esposas ou filhas, ressaltando o nome dos cônjuges ou dos pais, ou seja, o foco estava no sobrenome da figura masculina e o primeiro nome das mulheres raramente era mencionado nas páginas do jornal. No entanto, neste caso específico, o periódico fez questão de ressaltar o nome completo da professora que passou por uma situação vexatória. Além disso, de acordo com a notícia:

[...] À indagação da autoridade sobre as razões de sua lamentável conduta, [a professora] declarou que não tinha motivo especial para exceder-se no consumo de bebidas [...], fazendo-o apenas como um meio de esquecer as agruras da existência. Depois de haver-lhe feito uma preleção moral, a autoridade fez com que a infeliz senhora se recolhesse à sua residência (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27/01/1946).

Em outros momentos, as questões morais eram enfatizadas pelo viés religioso católico, como na notícia veiculada em 25 de maio de 1946, em que se parabenizava Maria Caetana de Sion, madre superiora do Colégio Nossa Senhora de Sion, em Paris². Havia este comentário: “Digna e virtuosa, sua existência é benemérita pelos serviços eminentes que, em sua condição de mulher crente e abnegada, vem durante o longo período de sua vida religiosa, prestando à humanidade” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 25/05/1946). Essa notícia representa a valorização do cunho religioso que o periódico fazia questão de ressaltar em relação às atitudes que as mulheres deveriam ter, reforçando as características decorosas e consideradas adequadas. A circulação de comentários e notícias em que se demonizavam mulheres que fugiam ao padrão esperado pela sociedade de cada época, ao passo que se elogiavam posturas daquelas consideradas virtuosas, constitui-se em um subterfúgio conhecido de longa data, conforme assevera Beauvoir (1980a, 1980b), e corresponde a uma estratégia para se conformar determinados *habitus*, uma vez que, de acordo com Bourdieu:

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios

² Importante reiterar que o jornal **Diário dos Campos** tinha a preocupação de compartilhar notícias do que ocorria em outras partes do mundo e também mantinha o hábito de reproduzir matérias e reportagens de outros jornais.

de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo [...] (BOURDIEU, 2008a, p. 42).

As argumentações morais relacionadas ao gênero feminino também eram reforçadas por meio de notícias que chamavam a atenção pelo tratamento positivo dado às mulheres consideradas exemplares para o contexto em questão. Um exemplo disso foi a matéria veiculada em 23 de março de 1947, em que se noticiou o falecimento da professora Judith Macedo Silveira. Nessa notícia, a docente era referenciada de modo respeitoso, sendo elogiada por suas características consideradas louváveis pelo **Diário dos Campos**.

[...] Era a sra. D. Judith personalidade de destaque nos meios sociais e culturais de Ponta Grossa, onde teve larga atuação à frente de causas e empreendimentos, os mais nobres. Educadora que possuía largo tirocinio e sólida cultura, tornou-se uma das figuras de maior autoridade nos quadros do nosso magistério, tendo fundado aqui o Liceu dos Campos, um dos nossos mais prestigiosos e conceituados estabelecimentos de ensino. À frente de movimentos sociais e beneficentes de ampla envergadura, prestou os mais relevantes benefícios à população. [...]. Por sua cultura, por seu espírito evoluído, por sua grande bondade, tornou-se querida e venerada de quantos primaram de seu trato cativante [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23/03/1947).

Todas as abordagens apresentadas até aqui permitem constatar que o jornal **Diário dos Campos** reproduzia ou pregava – de modo intencional ou não – alguns comportamentos e ideias tidos como adequados para as mulheres, ou seja, essas concepções circulavam nas

páginas do periódico, sendo lidas cotidianamente por homens e mulheres, influenciando, assim, no desenvolvimento das subjetividades, sinalizando o que seria considerado ideal para o gênero feminino. Em outras palavras: o **Diário dos Campos** indicava, direta ou veladamente, quais *habitus* seriam louváveis e quais seriam desqualificados para as mulheres assumirem, fornecendo pistas para que elas fossem construindo o “senso de jogo” para poder conviver em sociedade. Esses achados são corroborados pelas pesquisas de Perrot (1998), Scott (1995) e Spivak (2014).

Desse modo, especificamente às leitoras, também eram dedicados textos que falavam sobre sentimentos, associados à fragilidade constantemente atribuída ao gênero feminino, fazendo referência a outro *habitus* tipicamente vinculado às mulheres – o da sensibilidade. Em uma dessas situações, Gonçalves Crespo discorre sobre o amor, dirigindo-se “[...] à mais gentil leitora desta secção [...]”, na chamada **Página Feminina**, matéria veiculada na edição de 26 de novembro de 1921. Em outro exemplo que ilustra uma modalidade de leitura comumente direcionada às moças, conforme também apontado por Araújo (2018), publicado em 10 de agosto de 1923, o **Diário dos Campos** mencionava um periódico chamado **Mundo Feminino**, especializado em apresentar as novidades da moda para as mulheres da época, discorrendo sobre bordados, chapéus, tipos e cores de tecidos, entre outros itens. Aqui constata-se que esse *habitus* feminino articula-se com o conceito de campo, no caso, o da leitora, que se restringe aos temas que envolvem os sentimentos, a moda, a culinária e demais assuntos relacionados ao lar. No entanto, sobre o fundamental conceito de campo, Bourdieu (2008a, p. 50) esclarece que:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação da estruturas.

Nesse sentido, associado ao perfil de leitora, aos poucos as mulheres foram ganhando espaço enquanto autoras, aventurando-se em gêneros textuais considerados adequados para elas, como a poesia e o conto, exprimindo uma licença para que pudessem elaborar textos com apelo sentimental, como o amor e a amizade, e também tratar de temas como a moda, os costumes, além de receitas e recomendações para a maternidade e para o lar. Assuntos que envolvessem questões políticas, religiosas ou econômicas, entre outras, não eram considerados campos apropriados para as mulheres se expressarem de forma escrita, entretanto, aos poucos, elas também foram se inserindo nesses espaços. Essas observações são corroboradas pelas pesquisas de Perrot (1998) e Trindade (1996).

Assim, aos temas domésticos, aos cuidados com a casa, a família e com sua própria aparência, foram se associando conteúdos sobre moda e acessórios, como expressado, por exemplo, pela matéria assinada por Gracita de Miranda, uma autora que contribuiu com diversos artigos no **Diário dos Campos** sobre os mais variados temas. Na matéria em questão, publicada em 06 de agosto de 1946, ela ensinava como manter a beleza das joias. Já em outra matéria, veiculada no dia 01 de dezembro

de 1946, a mesma autora publicou o texto **A mulher só**, no qual, a partir de uma visão da sociedade paternalista da época, ela reflete sobre as dificuldades das mulheres que não se casam, condição que diferia daquela que era comumente esperada no contexto em questão:

A covardia humana ataca, feroz e encarniçadamente, a mulher só. Os que pregam as vantagens de um feminismo errôneo, e creem que a mulher deve bastar-se a si mesma e saber encarar, com valentia, a luta pela vida, não sustentam essas teorias diante de suas filhas e irmãs. Essas coisas que aconselham, servem apenas, de outras; as mulheres que com eles não tenham laços de parentesco. Mas, há algo de admirável, e a justiça manda que se enalteça. É a força de moral das mulheres que, suportando sobre os ombros a cruz de uma existência árida sem recompensas nem alegria, feridas em sua delicadeza, em seus mais puros sentimentos, obrigadas a uma luta constante, ostentam a fronte erguida e dizem sorrindo com serenidade de mártires “Não importa!”. E seguem sempre para a frente... (DIÁRIO DOS CAMPOS, 01/12/1946).

Assim, junto às tentativas de apresentação de textos de teor mais crítico ou de temas sociais que envolviam as especificidades de ser mulher na primeira década do século XX, encontravam-se outras produções de cunho menos questionador e mais voltadas para temas comumente associados ao gênero feminino, como moda e culinária. Para ilustrar essa constatação, verifica-se na edição de 29 de novembro de 1946 um artigo de Denise Vedrune, intitulado **Os ombros nus**, em que ela defende a adoção de uma postura elegante das mulheres e explica como o bom posicionamento dos ombros pode favorecer uma imagem feminina requintada, conforme se constata no fragmento a seguir:

Belos ombros, é cousa rara, mas realmente admirável. Devem ser de linhas suaves e bem atirados para trás. Muitas vezes, uma atitude negligente e

descuidada afunda o peito, curva as costas e traz os ombros para a frente. [...] A moda atual da mulher de busto bem desenvolvido (nem demais, nem de menos), quadris arredondados, de corpo bem equilibrado, bem proporcionada, pôs em voga os ombros nus, nos suntuosos vestidos de baile. Uns, deixando as costas completamente nuas, amoldam-se ao busto em hábeis drapeados que lhe acentuam as curvas. [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 06/08/1946).

Em relação ao gênero poesia, muitas autoras marcaram presença nas páginas do jornal **Diário dos Campos** ao longo do período abordado, expressando-se sobre sentimentos, tema autorizado e considerado adequado para as mulheres se aventurarem enquanto escritoras (WOELLNER, 2007). Uma das representantes mais recorrentes desse gênero literário foi a poetisa Mary Camargo. Em uma de suas contribuições, o poema intitulado **Especial para o Diário dos Campos**, publicado na edição de 21 de fevereiro de 1934, ela discorre sobre as belezas da cidade de Ponta Grossa. Em ocasião posterior, foi publicado o texto poético **Povoado em festa**, em 24 de junho de 1945. Além disso, muitos outros exemplos de participação feminina na escrita do gênero poesia constam nas páginas do **Diário dos Campos**. Dentre eles, destacamos: a poetisa Flávia Maria da Rocha, com os poemas **Eu queria morrer**, publicado em 01 de setembro de 1945, **O lindo conto e Horas**, ambos veiculados em 31 de agosto de 1945; Yone Stamato, que publicou o intitulado **Poema sem finalidade**, em 11 de maio de 1945; Emília Dantas, em uma transcrição feita no dia 14 de abril de 1938, em que o **Diário dos Campos** reproduziu esse poema publicado inicialmente no periódico carioca **Jornal das Moças** com o título **Saudade**, de tom bastante sentimental; além de outras autoras.

Assim, o campo da poesia teve grande participação feminina no **Diário dos Campos**. No dia 25 de março de 1938, em um texto de prosa poética, também de teor sentimental, uma autora, que assinou apenas como “Betty”, exprimiu-se sobre a dor de sua primeira desilusão amorosa. Sob o título **Remember**, ela escreveu:

Na influência dos acordes de uma música sentimental e recordando frases soltas numa hora de pessimismo, dirijo-te estas linhas!

Quisera dizer-te os lindos pensamentos que numa dança louca turbilhonavam no meu cérebro, pensamentos leves como asas de borboleta, porém fortes como fios de aço, num adorável contraste!

Mas torna-se mudo meu coração, recordando a voz fria de um mentor que estancou a onda excelsa de sinceridade que dele brotava, em busca de outro coração que já estava morto!

Quanta dor e mágoa encheram meus olhos de lágrimas, no silêncio de minha pobre e ingênua alma que faz o aprendizado dos desenganos da vida. Ajuda-me com uma mágoa igual à minha, a depositar humilde violeta no esquite da minha primeira desilusão! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 25/03/1938).

Nesse sentido, a poesia foi uma das formas para as mulheres adentrarem o universo letrado, disputando espaço com os homens nessa empreitada de se expressar por meio da escrita. Sobre o gênero poesia e outras modalidades de escrita feminina, Woellner (2007, p. 22) destaca que o Paraná foi palco para a expressão de algumas poetisas e de “[...] algumas poucas [mulheres] e, na maioria, dedicadas à literatura infantil ou às crônicas e, é claro, à autoria de livros didáticos, técnicos e científicos [...]”.

Em relação a outro gênero literário, o conto, encontramos a contribuição de algumas escritoras ao longo do período analisado, como a de Marlene Sant’Ana, ganhadora do concurso promovido pelas Casas Pernambucanas, com a narrativa intitulada **A origem do pinheirinho de**

Natal. A notícia da premiação desse conto foi veiculada pelo **Diário dos Campos** na data de 25 de dezembro de 1947.

Com a criação da Escola Normal em Ponta Grossa, em 1924, a participação feminina nas páginas do **Diário dos Campos** se tornou mais evidente, a partir da presença frequente de avisos e recados relacionados à vida educacional dessa instituição e das demais escolas de Ponta Grossa e região, além da estratégia de comunicação encontrada pelas professoras que consistia em registrar nas páginas do **Diário dos Campos** as atividades realizadas por elas. Como exemplo, citamos a notícia veiculada na edição de 08 de agosto de 1923, com a informação de que a professora Esther Ferreira Ribas, diretora do Colégio Ponta-Grossense, instituição de ensino privado, havia confeccionado um “livrinho” com diversas músicas para seus alunos. Entre as melodias, destacavam-se o **Hino Nacional do Brasil** e a **Canção da Escola**, que teria sido composta por José Cadilhe, editor do **Diário dos Campos** à época.

Cerca de dez anos após a menção a esse “livrinho”, o **Diário dos Campos**, em 16 de agosto de 1933, noticiava que a redação do jornal havia recebido um exemplar do “[...] primeiro número da [revista] ‘A Escola’, órgão lítero-pedagógico da Escola Normal desta cidade”, de autoria das professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Arminda Frare. Tal notícia demonstra o protagonismo dessas docentes, desenvolvendo a autoria por meio da criação de uma revista que se preocupava em apresentar e discutir os assuntos que envolviam a Escola Normal de Ponta Grossa.

Ainda sobre as questões que articulavam o meio educacional com a autoria feminina no jornal **Diário dos Campos**, na data de 02 de fevereiro de 1946, a professora Emília Dantas publicou matéria

intitulada **A caligrafia na escola primária**, na qual discorre sobre as dificuldades de escrita das crianças nas escolas. A autora reflete sobre a relevância da mediação dos professores nesse processo e defende que os docentes deveriam se preocupar em buscar métodos diferentes para desenvolver as potencialidades de escrita dos estudantes. Essa publicação corrobora a já citada participação das professoras nas páginas do **Diário dos Campos**, provavelmente amplificada pela criação da Escola Normal em 1924 e também pelo apoio expressado pelo corpo editorial do periódico que, mesmo com várias trocas de chefia, sempre valorizou a educação em suas páginas. Essa problematização pode ser analisada por meio do conceito de capital, cunhado por Bourdieu (1989), expresso por quatro modalidades diferentes que se complementam, a saber: capital simbólico, econômico, cultural e social.

O capital simbólico é representado pela valorização dos títulos, honrarias e posições de prestígio e destaque em um dado contexto da sociedade. Já o capital econômico é composto pelo valor monetário e financeiro disponíveis pelos agentes e também por seus familiares, como imóveis, propriedades, terrenos, automóveis, relógios, joias, entre outros bens de valor material. O capital social é constituído pelas redes de contatos estabelecidas, relacionamentos e amizades que os agentes e seus familiares cultivam e mantêm (BOURDIEU, 1989). Já o capital cultural exprime-se pelos aspectos educacionais, compreendidos, de forma geral, como a fluência em diversas línguas, o domínio da norma culta dos códigos escritos, a boa oratória, o acesso aos bens culturais, a aquisição de títulos acadêmicos e a intimidade com determinadas áreas do conhecimento, consideradas relevantes em um dado contexto (BOURDIEU, 1989, 2004a, 2008a). Além disso, é importante a compreensão sobre a articulação das diferentes modalidades de capital

para se entender, por exemplo, as condições que podem facilitar o acúmulo e a fruição de capitais culturais e também o acesso a esses privilégios, como uma credencial que possibilite o acesso a determinado campo, como o caso da escrita (BOURDIEU, 2004a, 2004b, 2008a).

Nesse sentido, a educação, compreendida de modo amplo, nem sempre se mostrou um campo acolhedor para as mulheres. De acordo com Telles (2015, p. 409), “[...] a conquista do território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil”. Perrot (1998) problematiza essa mesma conjuntura e indica que a trajetória das mulheres no caminho das letras não foi linear, tampouco fácil. Além disso, Norma Telles (2015, p. 401-402), ao pesquisar o processo de escrita das mulheres, explica:

É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionam como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações.

Bourdieu (2017) aborda as questões de dominação e poder e, especificamente sobre as mulheres, na obra **A dominação masculina**, o sociólogo salienta que, para o gênero feminino, as cobranças são sempre um pouco maiores. Sobre isso, os conceitos de Bourdieu igualmente auxiliam na compreensão de uma entrada – e também de uma permanência – um pouco menos árdua para as mulheres no mundo das letras, a depender do volume de cada modalidade específica de capital de que cada uma disponha.

Na região dos Campos Gerais, um nome feminino destacou-se nessa área. Trata-se de Anita Philipowsky, escritora e poetisa que

iniciou sua carreira literária escrevendo no jornal **Diário dos Campos** (OLIVEIRA, 2018). Sobre esse pioneirismo, o próprio periódico, em matéria veiculada no dia 01 de junho de 1921, faz questão de demonstrar sua satisfação por ter publicado os primeiros textos de Anita Philipowsky, ao corroborar os elogios que o jornal **A República**, de Curitiba, direcionava para a autora. Além disso, é possível constatar nessa matéria que o **Diário dos Campos** faz questão de enfatizar que Anita Philipowsky ia além do que era esperado para uma escritora do referido contexto, pois ela abordava temas ainda pouco problematizados pelas mulheres que, de acordo com o periódico, se preocupavam mais com assuntos amenos.

“A Republica” noticiando a estada da distinta escritora ponta-grossense na capital, tecem-lhe os mais justos e merecidos elogios. Anita Philipowsky não é apenas uma impressionista de superficialidades, como em regra são as escritoras. Anita Philipowsky pensa, filosofa, e aborda questões sociais com superioridade vistas. [...]. Nós que lhe acompanhamos os primeiros passos [...] temos muito prazer registrando esta notícia [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 01/06/1921).

A valorização de Anita Philipowsky como autora também foi veiculada em outra nota, publicada em 02 de agosto de 1934, em que o mesmo jornal, ao parabenizá-la pela passagem de seu aniversário, aproveita para reforçar que ela é “[...] grandemente conhecida nos meios intelectuais paranaenses, pelos seus primorosos [dotes] intelectuais”.

O capital social, simbólico e cultural de Anita Philipowsky foi ressaltado em vários momentos pelo **Diário dos Campos**, como na data de 19 de abril de 1944, quando ela escreveu o texto **Brasileiros!**, na coluna cujo título era **Colaboração da inteligência feminina**, em que discorria sobre as dificuldades causadas pela 2ª Guerra Mundial.

Importante esclarecer que, nesse período, a autora já não publicava com a mesma frequência com que fazia nas décadas de 1910 e 1920, constituindo assim uma participação especial para o periódico, conforme a equipe editorial fez questão de assinalar logo abaixo da manchete. Ademais, se formos analisar a disposição do texto de Anita Philipowsky nas páginas em questão, constatamos seu prestígio, pois, além de seu texto possuir uma extensão ampla, ocupando cerca de um quarto da página, ele encontrava-se ao lado das imagens de Manoel Ribas, o interventor do Paraná à época, e do presidente Getúlio Vargas, confirmando sua presença ao lado de políticos que detinham o poder estadual e nacional, e também em meio às notícias políticas do contexto em questão.

Neste ponto, é importante considerar o que Norma Telles (2019) pondera sobre o processo de desenvolvimento da autoria feminina, pois, segundo a pesquisadora, o acolhimento favorável dos escritos de Anita Philipowsky, por exemplo, contrariava a recepção que algumas autoras tinham tido ao longo da história. Telles (2019) cita o caso da escritora e filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), defensora dos direitos femininos, que durante certo tempo assumiu um pseudônimo como estratégia para publicar seus escritos. Enquanto sua verdadeira identidade não era conhecida, Mary Wollstonecraft foi bastante elogiada. No entanto, na impressão da segunda edição da obra ***Vindication of the rights of men***, quando seu nome veio à luz, ela recebeu críticas ferrenhas por parte de alguns homens, principalmente por questionar certas concepções defendidas pelo filósofo conservador Edmund Burke. Assim, ao tornar pública sua identidade autoral:

Desastre, os críticos mudaram de tom, fizeram-se severos ao constatar a autoria feminina; o livro se tornou de uma hora para outra “incoerente e absurdo, cheio de erros”. Uma das críticas mais ferozes se tornou um anátema público e uma sentença notória repetida por séculos: “Mary é uma hiena de anáguas” escreveu o historiador da arte ultra conservador Horacio Walpole, conde de Orford, filho caçula de um Primeiro Ministro inglês, à sua amiga Hannah More. Walpole apoiava as ideias e elogiava o livro de Burke, detestava a Revolução Francesa. Então, ele ataca não só a mulher como escritora, mas também suas ideias das quais discorda com fervor. Para outra amiga, Lady Ossory, em janeiro de 1793, quando soube da decapitação de Luiz XVI, enviou carta onde dizia não ter palavras para descrever o que estava sentindo, para ele era quase o fim do mundo. Até então “selvagens, bárbaros, & companhia, eram termos para os pobres e ignorantes índios ou negros ou hienas”. Observa-se então que hiena para ele é uma categoria de pessoa marginal, colocada, na hierarquia social, abaixo de todos os outros ditos marginais, à margem das margens da sociedade. Em caso de ser mulher era dita, além de desclassificada, prostituta (TELLES, 2019, p. 22-23).

Este excerto explicita o preconceito de gênero da sociedade europeia do contexto histórico em questão - fim do século XVIII -, ao descobrir que uma mulher escrevia criticando as ideias de um homem, ao propor direitos às mulheres, inclusive o da autoria. Aqui também podemos analisar a postura das próprias mulheres, uma vez que nem todas estavam convencidas de que deveriam lutar contra a sociedade machista da época, conforme demonstram as trocas de cartas citadas no excerto. Isso é explicado por Spivak (2014), quando a autora enfatiza que o gênero feminino não é formado por um grupo homogêneo, mas sim que as mulheres pensam de forma diferente umas das outras e que nem todas estão preocupadas com a dominação ou com os impedimentos a que são submetidas.

Sob essa ótica, o **Diário dos Campos** publicou, na edição de 29 de maio de 1946, o relato da luta de outra escritora, a norte-americana Lilian Smith (1897-1966), autora do romance **Fruta estranha**, traduzido por Ligia Junqueira Schmith e publicado no Brasil em 1945 pela Livraria do Globo, de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a notícia, essa obra de Lilian tocava em um tema sensível para o contexto norte-americano da época, ao abordar questões sobre os negros no país, o que levou as autoridades de Boston a taxarem o livro como “imoral e impuro”, argumentando que sua linguagem “indecente” poderia corromper os jovens. Em Detroit, o livro de Lilian Smith também foi rechaçado. No entanto, a controvérsia produziu impacto nacional e a situação se reverteu a favor da autora, demonstrando que ela havia adquirido respeito e prestígio (BOURDIEU, 2008b).

Desse modo, com o tempo, o jornal **Diário dos Campos** foi cedendo espaço para textos autorais femininos com perfil mais crítico. A já citada Anita Philipowsky foi uma das autoras que mais contribuiu nesse aspecto, possivelmente devido ao acúmulo das diferentes modalidades de capital que ela detinha. Assim, em 08 de agosto de 1912, quando o **Diário dos Campos** ainda se chamava **O Progresso**, Anita Philipowsky publicou um texto em que questionava as escassas oportunidades de formação educacional para as mulheres em Ponta Grossa e, conseqüentemente, as poucas possibilidades de atuação profissional para elas.

Nós moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, e este mesmo interrompido pelos impedimentos da professora, e nada mais [...]. Quando se abriu o instituto “Dr. João Candido” em nossa cidade, podia estabelecer-se também um curso secundário para

meninas ensinando com especialidade geografia geral, eletricidade, escrituração mercantil, contabilidade, taquigrafia e uma das línguas mais geralmente faladas como a francesa, inglesa ou alemã. Ficariam com o preparo nessas matérias, habilitadas para ocuparem cargos no correio, telégrafo, telefone, ou como guarda-livros e correspondentes comerciais [...]. Ponta Grossa, porém, a segunda cidade em população e progresso comercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundário para meninas, que as preparasse para a luta, pela vida, porque aquela de entre nós que quiser, abandonando a rotina comum, sair desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar n'uma esfera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim, há de recuar vencida entre a importância de ver realizada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe faculte para esse fim o saber necessário (O PROGRESSO, 08/08/1912).

Aqui é oportuno esclarecer que as mulheres continuaram a colaborar com poesias e contos no **Diário dos Campos**, sendo a presença do primeiro gênero mais evidente. Além disso, percebe-se que o teor desses textos críticos também abarcava problemas diferenciados, como as questões sociais, sem que, no entanto, os temas sentimentais deixassem de fazer parte do repertório autoral feminino. Assim, aliada à postura progressista de Anita Philipowsky, transcrita na citação anterior, o **Diário dos Campos** publicou, em 20 de junho de 1945, uma homenagem em forma de poema, da já citada autora Mary Camargo, para as enfermeiras que tinham trabalhado na 2ª Guerra Mundial. Apesar de o campo da Enfermagem se relacionar com a função de cuidar, tradicionalmente associada a um *habitus* feminino, ainda assim, cerca de trinta anos após Anita Philipowsky utilizar as páginas desse jornal para questionar as poucas oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres, neste poema Mary Camargo explicita a relevância que o gênero feminino teve naquele momento ímpar em que

o mundo se viu envolvido por combates e destruições, personificando um modelo de distinção para o gênero feminino (BOURDIEU, 2008b). Pode-se ler no referido poema:

Enfermeiras de guerra
De regresso estão, nobres enfermeiras,
Que estiveram em terras de além-mar
E souberam heroicas, sobranceiras,
Da guerra, as provas rudes, enfrentar...

[...]

Anjos da dor, nas horas de amargura,
Deram exemplos de civismo e amor;
Abnegadas, da missão, à altura [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 20/06/1945).

Na edição de 09 de abril de 1938, o jornal **Diário dos Campos** veiculou uma matéria em que comentava um texto escrito por uma professora e ex-deputada alemã, chamada Maria Reese. Sob o título **Minhas viagens**, Reese apresentou algo incomum para uma representante do gênero feminino realizar no contexto da época, que foi a reflexão sobre a situação do país em questão (Rússia), sua realidade, seus costumes, suas dificuldades. Enfim, o texto apresentado no **Diário dos Campos** trazia a mulher como uma autora crítica, capaz de discutir aspectos até então pouco abordados por elas. Perrot (1998) fundamenta essa análise, ponderando que, de forma gradual, as mulheres foram adentrando o espaço da escrita argumentativa e reflexiva.

Dessa forma, textos de autoria feminina com um perfil mais questionador foram surgindo, como o escrito por Vivianne Poitiers, com o título **Crônica Feminina**, veiculado na edição de 05 de janeiro de 1946, em que a autora aborda as atrocidades praticadas durante o período da

2ª Guerra Mundial, adentrando um campo de discussão até então eminentemente masculino:

A identificação a que procedem os ingleses e demais aliados, dos crimes [perpetrados] em nome do nazismo com a população alemã, parece haver proporcionado resultados satisfatórios do ponto de vista do desejo de encaminhar o povo germânico para uma perfeita compreensão das suas responsabilidades no conceito da família humana.

É curioso que esse efeito moral tenha tido maior repercussão no seio do mundo feminino alemão, onde as sinistras aventuras das guardas alemãs dos campos de concentração tiveram o efeito de provocar a maior humilhação da família germânica. Essa humilhação acentua-se à medida que novas atrocidades vão sendo descobertas pelos aliados na sua tarefa de apurar devidamente as responsabilidades dos chefes nazistas alemães. O que não padece dúvida, entretanto, é que a família alemã sairá desta guerra reforçada moralmente e dificilmente voltará a entregar-se a outra facínora como o fez com Adolf Hitler. Durante muitos anos, os alemães serão responsabilizados moral e materialmente por todos os males praticados pelo nazismo, cuja subida ao poder apoiaram, conhecendo de antemão as suas tenebrosas tramas e os seus sinistros desígnios (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05/01/1946).

Desse modo, dialogamos com os achados das pesquisas de Rago e Trevisan (2019) e Telles (2015), quando elas esclarecem que a escritora e jornalista carioca Júlia Lopes de Almeida, por meio de seus escritos, também ousou tensionar algumas das regras sociais que direcionavam as ações das mulheres do contexto histórico em questão. Sobre isso, Telles (2015, p. 435) esclarece que:

Júlia Lopes de Almeida [...] foi jornalista e autora de livros de sucesso. Quando começou sua longa carreira de mais de quarenta anos como jornalista e escritora, ainda encontrou grande oposição, mas foi adquirindo renome e prestígio. [...]. Escreveu em vários periódicos e, por mais de trinta

anos, no jornal *O Paiz*. Em suas crônicas fez campanhas em defesa da cidade, da educação da mulher, do divórcio, da exposição de flores, assim como fizera a defesa da Abolição e da República. (itálico da autora).

Outra expoente de estratégias dessa modalidade foi a poetisa, jornalista e escritora Mariana Coelho, portuguesa naturalizada brasileira, que residia em Curitiba, capital do estado do Paraná, distante cerca de 100 quilômetros de Ponta Grossa, e que teve a iniciativa de enviar um exemplar de sua obra **Evolução do feminismo** para a equipe editorial do **Diário dos Campos**. Prestigiando essa atitude, o periódico noticiou, na edição de 22 de setembro de 1933, que Mariana Coelho havia elaborado a referida obra, conferindo, com isso, visibilidade para o seu livro e chamando a atenção para o seu conteúdo. A nota ainda explicava que a obra:

Evolução do Feminismo - É um livro que vem contribuir generosamente, pelas suas eloquentes opiniões e comentários, para difundir entre nós o feminismo que segundo a opinião da maioria dos homens que já estudaram a questão com carinho, é a reconstrução moral da sociedade e é mais uma questão de justiça que de sexo. De sua autora, a exma. sra. d. Marianna Coelho, recebemos, gentilmente, um exemplar, que muito agradecemos (DIÁRIO DOS CAMPOS, 22/09/1933).

Mariana Coelho também era docente e foi fundadora e diretora do Colégio Santos Dumont, localizado em Curitiba (BUENO, 2015; TOMÉ, 2020). Com isso, ela assumia um *habitus* comumente associado às mulheres da sua época, que era o de professora de crianças. No entanto, Mariana Coelho aliou ao *habitus* de professora das primeiras letras o *habitus* de autora que pensava e refletia sobre o papel das mulheres na sociedade de sua época.

Assim, o **Diário dos Campos**, periódico centenário da cidade de Ponta Grossa, serviu como espaço para que muitas mulheres estampassem em suas páginas as próprias ideias em forma de poemas, contos, romances e outros gêneros textuais, tratando tanto de sentimentos quanto de temas sociais e polêmicos, como o fizeram Anita Philipowsky, Mary Camargo, Emília Dantas, Gracita de Miranda, Denise Vedrune, Flávia Maria da Rocha, entre muitos outros nomes que marcaram a participação feminina nesse jornal ao longo do período abordado, auxiliando na construção do campo autoral feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi o de refletir sobre a participação das mulheres, inicialmente como leitoras e, posteriormente, como escritoras, no jornal **Diário dos Campos**, periódico centenário da cidade de Ponta Grossa, no período compreendido entre os anos de 1909 a 1950. Partimos de uma metodologia qualitativa, de caráter histórico e documental, elegendo o jornal **Diário dos Campos** como fonte de pesquisa.

Nossos dados demonstram que as mulheres corresponderam ao que se esperava delas enquanto autoras no contexto do período abordado, no sentido de publicarem textos com temas considerados adequados para serem desenvolvidos por elas, além de essas produções serem enquadradas nos gêneros textuais comumente associados ao gênero feminino, como a poesia e o conto. No entanto, havia, ao mesmo tempo, contribuições textuais de mulheres que apresentavam uma discussão com viés mais crítico, em que cabiam, inclusive, opiniões e análises sobre as questões consideradas relevantes na época. Nesse

quesito, destaca-se o nome de Anita Philipowsky, mulher que desenvolveu sua capacidade autoral de diferentes formas, refletindo sobre questões sociais e se posicionando a favor dos direitos femininos, abonada pelo acúmulo de capital que lhe possibilitou reconhecimento e distinção.

Sendo assim, entre avanços e recuos, o jornal **Diário dos Campos**, na maior parte do período analisado, dedicou alguma forma de espaço às mulheres, seja como leitoras, seja como autoras. Como leitoras, a elas foram destinadas algumas colunas, que não apresentavam uma frequência rígida. Além disso, os textos dirigidos às mulheres comumente eram escritos por homens e abordavam temas de cunho tradicionalista, como o cuidado com a casa, os filhos, a família de modo geral, além de orientações sobre higiene, por exemplo. Em algumas ocasiões também eram sugeridas receitas culinárias, além de conselhos sobre moda e beleza, algumas vezes assinados por nomes femininos.

Aos poucos, as mulheres foram assumindo papéis de autoria no **Diário dos Campos**. Muitas dessas mulheres contribuíam com poesias, versando sobre temas como sentimentos e paisagens da região dos Campos Gerais. Em outras edições, surgiam como contadoras de histórias e autoras de romances, discorrendo sobre temas do cotidiano. Além disso, com o tempo, outras autoras foram adentrando o campo da escrita do **Diário dos Campos** ao refletirem a respeito das características do gênero feminino, em articulação com o que ocorria nas primeiras décadas do século XX, demarcando as mudanças da sociedade ao longo do tempo, abrindo espaço em campos até então dominados pelos homens, como a escrita argumentativa e questionadora.

FONTES

Jornal **Diário dos Campos** (1909-1924).

Jornal **Diário dos Campos** (1932-1950).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karina Valim de. **Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992)**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. v. 1.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. v. 2.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno. Revisão técnica de Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008a.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário**. Ponta Grossa, UEPG, 2007.

- BUENO, Alexandra Padilha. Mariana Coelho: educação e emancipação feminina. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lurdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio. (org.). **História intelectual e educação: trajetórias, impressos e eventos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 29-49.
- CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal “Diário dos Campos”**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-481.
- OLIVEIRA, Loraine Lopes de. **Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RAGO, Luzia Margareth; TREVISAN, Gabriela Simonetti. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 67, n.1, p. 347-351, jan./jun. 2019.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-442.
- TELLES, Norma. Hienas de Inglaterra. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 67, n. 1, p. 17-45, jan./jun. 2019.
- TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940)**. 2020. 345 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

WOELLNER, Adélia Maria. A voz da mulher na literatura. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 3, n. 3, p. 9-34, 2007.

PARTE 3

INTELECTUAIS E CAMPO RELIGIOSO

9

LITERATURA E CATOLICISMO NA FRANÇA (1880-1914): CONTRIBUIÇÃO A UMA SÓCIO-HISTÓRIA DA CRENÇA ¹

Hervé Serry

INTRODUÇÃO

Tanto a literatura como a religião têm a ver com a crença. O investimento individual nessas duas práticas, percebido como uma necessidade íntima, surge da crença e do desconhecimento coletivos de que esses objetos são portadores. A teleologia do comércio das almas e a teleologia do comércio da arte coincidem numa idêntica denegação do enraizamento sócio-histórico de suas condições de possibilidades. A “Criação” e o “Criador” originam-se num mais além inefável, o da *inspiração*. Os múltiplos intercâmbios entre o vocabulário da arte e o vocabulário sacramental atestam essa homologia. O ponto nodal da existência (social) da literatura, como o da religião, reside sobretudo na capacidade dessas práticas de se afirmarem como realidades transcendentais, isto é, relacionadas a uma lógica que não pertence ao domínio da causalidade, do explicável. Em outras palavras: que escaparia a toda racionalidade exterior.

¹ Este texto foi traduzido por Paulo Neves e publicado na **Revista Tempo Social**, v. 16, n. 1, 2004. Agradecemos ao autor e à Revista por autorizar-nos a publicá-lo nesta coletânea. O autor, gentilmente, fez uma revisão deste texto, especialmente com indicação de bibliografia atualizada. O texto original está publicado em *Cahiers d'Histoire (Espace Marx)*, n. 97, 2002. [N dos O.]. Para a historiografia do catolicismo francês, consultar a síntese de Pelletier (1997).

Tentar compreender as relações da religião e da literatura é trazer à luz a sociogênese de dois sistemas de crenças, cujas lógicas próprias partilham um poder similar de ordenar o mundo. Esses dois universos são governados por uma magia coletivamente produzida, solidificados em instituições e erigidos em dogma, magia reconhecida pelos indivíduos crentes tanto no poder da literatura como no poder da religião. Não é fortuito que as resistências mais sólidas à objetivação pelas ciências sociais provenham desses dois domínios. Para compreender esses universos da denegação não se deve cair nem numa visão que reduz as lógicas desses espaços aos meros interesses dos atores, nem no ponto de vista inverso, igualmente redutor, que elimina os móveis de poder e as lutas decorrentes. Assim, considerar a sociogênese das relações da religião (católica) e da literatura é desemaranhar as linhas de causalidades particulares de cada campo, que determinam em parte as tomadas de posição, sem esquecer que o campo literário, espaço de “mediações” das “determinações sociais que se exercem sobre a literatura”, vê a literatura “elabora[r]-se aí segundo a lógica das mediações próprias a esse espaço” (BOURDIEU, 1992; VIALA, 1988, p. 64-71). A teoria dos campos, com a representação dinâmica do social que ela subentende, permite considerar os fatos sociais numa perspectiva sócio-histórica atenta às lógicas específicas, às estratégias próprias a cada campo (aos cruzamentos e trocas entre essas lógicas), ao mesmo tempo que permanece aberta à riqueza dessas histórias coletivas que os indivíduos produzem e das quais são também o produto.

Dos dias que se seguiram à Revolução até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, clérigos e escritores católicos mobilizam-se para defender a preeminência da religião na sociedade. Inicialmente isolada, essa reivindicação, cujas principais etapas iremos reconstituir, torna-

se, na década de 1910, sob a bandeira do “renascimento literário católico”, um dos fatos marcantes do campo intelectual. Primeiro momento forte: a publicação de ***Génie du christianisme*** (1802), de François-René de Chateaubriand, que oferece, do ponto de vista literário, uma nova legitimidade ao catolicismo. Depois, o abade Félicité de Lamennais impõe a necessidade de um pensamento católico ativo e que acompanhe as pesquisas científicas de seu tempo. Num terceiro momento, a ação de Louis Veuillot, jornalista e ensaísta a serviço do papado, estabelece as modalidades de um engajamento intelectual leigo em nome do catolicismo. O positivismo parece dominar os “tristes anos” de 1880, para retomar a expressão do convertido Paul Claudel (1959). No entanto, pela mediação complexa de romancistas psicológicos como Paul Bourget e da questão da responsabilidade do escritor, instala-se lentamente no mundo literário a ideia de um retorno do sentimento religioso. Graças à crise “modernista”, que vê os clérigos se retirarem dos debates intelectuais, os anos de 1900 e 1910 são o palco de uma forma inédita de mobilização intelectual católica: a partir de um trabalho de definição de uma estética fundada na religião, um grupo de jovens escritores católicos se erige em ponta de lança da reconquista de uma sociedade na qual a República leiga se impõe e devolve a religião ao domínio privado.

UM MAL-ENTENDIDO FUNDADOR: *GÉNIE DU CHRISTIANISME* DE CHATEAUBRIAND

O período pós-revolucionário é, devido às “novas condições sociais da produção intelectual” (CHARLE, 1990, p. 20-24), nascidas do afrouxamento das coerções da antiga sociedade, o momento do “advento de um poder espiritual leigo” (BÉNICHOU, 1996; FERGUSON,

1991, p. 177-217). Essa “sagração do escritor” tem sua origem na concorrência feita ao poder intelectual da Igreja pelo pensamento das Luzes, que põe o homem no centro da História. O filósofo das Luzes, “concorrente direto e sucessor confessado do teólogo”, e o poeta (romântico), voltado a um magistério fundado no poder intrínseco de sua criação, tornam possível um novo “clericato” capaz de dar sentido ao mundo (BÉNICHOU, 1996, p. 17-18).

Desde o Consulado de Bonaparte (1899-1904) - do qual a Concordata (1801) é um momento determinante, pois restitui à Igreja um lugar na sociedade resultante da Revolução de 1789 -, as condições políticas favoráveis ao catolicismo permitem o aparecimento de uma literatura contrarrevolucionária animada pela religião. A poesia romântica, da qual Chateaubriand é um dos líderes, aproveita-se da hostilidade manifestada em relação à herança intelectual da Revolução (BÉNICHOU, 1996, p. 145-149). Mas se a corrente romântica participa da “sagração do escritor”, ao lado do “filósofo” nascido da revolução, ela se opõe a este último ao negar, em favor do sensível e do espiritual, o poder da Razão (CHARLE, 1990, p. 23).

Em 1802, o livro *Génie du christianisme, ou beautés de la religion chrétienne* exprime as possibilidades artísticas do catolicismo (BÉNICHOU, 1977, p. 105-120). Sem fundar uma estética completa, o apologista recentemente convertido insere a religião no centro das interrogações artísticas e defende uma sensibilidade impregnada pela fé. Longe de ser “inimiga das artes e das letras, da razão e da beleza”, a religião cristã “é a mais poética, a mais humana, a mais favorável à liberdade, às artes e às letras” (CHATEAUBRIAND, 1978, p. 469). As fortes evocações do poeta reabilitam a Idade Média e dão uma nova importância aos monges civilizadores ou ainda à figura do cavaleiro

cristão. São argumentos que renovam a visibilidade da religião nos meios literários e entre os leitores da burguesia, os quais contribuem para o sucesso do livro. Acrescentemos que a demonstração estética que ajuda a trazer o católico para o âmago da civilização é acompanhada de um adendo político. Chateaubriand, rejeitando o que dissera em seu ***Essai sur les révolutions*** (1797), desenvolve uma visão reacionária que “prepara a ordem moral do Império” (REGARD, 1978).

Por outro lado, o arrazoado de Chateaubriand nega todo poder à ciência e recusa toda ideia de progresso; nisso também ele reforça uma recusa da herança revolucionária. Segundo o escritor, o Homem é incapaz de engendrar um absoluto. O ***Génie du christianisme*** ajuda a solidificar a ideia de uma oposição entre ciência e religião, e a selar a aliança entre religião e literatura, precisamente contra a ascensão do poder científico (DHOMBRES, 1989, p. 313-334). Essa dualidade, redutível à oposição *espírito* e *matéria*, está no centro das lutas entre os defensores da cultura clássica e os da cultura científica, oposição reforçada pelas reformas do sistema de ensino feitas pela Convenção (1792-1795), entre as quais a criação dos liceus públicos e das grandes escolas do Estado (Politécnica, Escola Normal etc.). Essa política, que a seguir será contestada, contribui, no entanto, para enfraquecer o poder da Igreja sobre a reprodução das elites.

Em 1904-1905, em seus cursos sobre a “história do ensino na França”, o sociólogo francês Émile Durkheim analisa o enraizamento desse antagonismo estrutural. Durante o século XVII, o ensino, jesuíta e universitário, articula-se em torno da aprendizagem do latim e do grego, e transmite um saber feito de “tipos gerais e impessoais”. Assim nasce um dos traços marcantes da literatura francesa. De maneira mais ampla, segundo Durkheim, “nosso temperamento intelectual e moral”,

mesmo durante o período pós-revolucionário, não se afastará de uma representação do “homem desapegado de todas as contingências nacionais e históricas”. O homem é considerado apenas por intermédio de “seus aspectos mais gerais [...] num meio unicamente povoado de abstrações, de tipos abstratos e simples, de entidades genéricas” (DURKHEIM, 1990, p. 314-317). Os modos de pensamento assim produzidos, e também reforçados pela cegueira do sistema de ensino “às ciências da natureza física”, conduzem a uma rejeição da história e da ciência que pode satisfazer inteiramente o catolicismo, pois suas origens não estão no homem, mas numa transcendência fundadora do mundo (DURKHEIM, 1990, p. 319).

Ainda de acordo com o fundador da escola francesa de sociologia, pode-se dizer que, ao cindir o mundo em dois - o “do pensamento, da consciência, da moral e da religião” oposto ao “mundo da matéria não inteligente, amoral, não religiosa” -, o cristianismo confere às “funções temporais” um lugar “inferior” (DURKHEIM, 1990, p. 320-324). A Revolução Francesa e as teorias filosóficas (materialistas) que a sustentam se posicionam contra essa cultura clássica. Ao cabo desse processo, que instala a figura do “erudito” (DURKHEIM, 1990, p. 334-350), o espaço letrado vê-se dividido entre as letras, aliadas objetivas da religião e situadas portanto junto do idealismo, e uma visão do mundo contrária, da qual a ciência é a base. Após a Revolução e diante da ascensão dos ideais positivistas,

[...] foi estabelecida como que uma aliança entre o humanismo e a Igreja. Os representantes do tradicionalismo, tanto em matéria religiosa como em matéria social e política, viram, com ou sem razão, no velho ensinamento literário o melhor auxiliar do que lhes parecia ser a doutrina sadia,

enquanto, ao contrário, suspeitavam do ensino científico (DURKHEIM, 1990, p. 354).

A Igreja liga seu destino à defesa de uma cultura clássica e latina, da qual a abstração, as tentações universalizantes, a a-historicidade e o papel civilizador de Roma constituem outros tantos fundamentos à sua dominação espiritual do mundo, ao reinado do espírito sobre a matéria e da alma sobre o(s) corpo(s). Essa configuração é particularmente propícia para atrair escritores situados, em razão de suas disposições, no polo conservador do campo literário.

SABER E DOGMA: O ABADE LAMENNAIS

O romantismo cristão iniciado por Chateaubriand, simbiose complexa entre espiritualidade e retorno à ordem, é uma primeira etapa importante da restauração do catolicismo no domínio intelectual. Félicité de Lamennais (1782-1854), um padre ordenado em 1816 sem ter frequentado o seminário em razão dos distúrbios revolucionários, reconhece as contribuições de *Génie du christianisme*, mas deplora o perigo de uma adesão lírica à religião. Decerto Chateaubriand mostra o quanto o cristianismo ilumina a “razão”, mas ele se limita a celebrar suas capacidades de suscitar os “arroubos da alma [...] tão divinamente quanto os deuses de Virgílio e de Homero” (LAMENNAIS, apud DERRÉ, 1962, p. 8-11). Sem negligenciar a espiritualidade, Lamennais orienta-se para a formação de uma elite clerical capaz de enfrentar os desafios intelectuais do tempo.

A importante acolhida de seu *Essai sur l'indifférence en matière de religion* (1817 e 1820), dedicado à demonstração da existência de Deus, permite a Lamennais afirmar, com o apoio de seus discípulos, formados

graças à constituição de uma Congregação de São Pedro (1828), a superação das filosofias individualistas em favor da tradição cristã. O catolicismo é a culminação dos princípios organizadores de uma religião natural e primitiva, anteriores aos dois Testamentos. Portanto, é o princípio unificador da história da Humanidade, o único detentor de uma “razão geral”. Em outras palavras, a Revelação cristã é um sistema organizador superior e sem falha: de fato, como princípio de continuidade que orienta a história, ela funda uma fé que se apoia num *sentido comum* à maioria dos homens (mesmo os pagãos lhe deram sua contribuição). Essas crenças gerais estabelecem a verdade cristã que se encarna na autoridade da Igreja e justificam a ideia de um progresso do pensamento no seio do catolicismo. Consequentemente, para Lamennais, os católicos podem reconciliar a ciência e a fé e animar o debate científico (LE GUILLOU, 1996, p. 377-379). Uma sociedade que autonomiza a razão tende necessariamente à sua ruína. Nessa perspectiva, a autoridade do Estado depende da religião, do mesmo modo que a organização eclesial se divide entre os portadores da autoridade, os clérigos e os outros, os leigos (TRANVOUEZ, 1975, p. 105-142). Nisso Lamennais situa-se na continuidade dos pensamentos tradicionalistas de Bonald, que teoriza a incapacidade dos homens de *constituir* uma sociedade, e de De Maistre, que em *Do papa* (1819) esclareceu para um vasto público, e, portanto, fora dos debates especificamente teológicos, os fundamentos da autoridade da Santa Sé (MACHEREY, 1996, p. 76-77, p. 441-442).

Lamennais e seus seguidores, convencidos da força intrínseca de um conhecimento escorado no catolicismo, veem-se como uma vanguarda erudita engajada numa contra-Enciclopédia, cuja meta é conquistar a adesão das elites. Não demorou muito para que o

engajamento de Lamennais esbarrasse em certos limites no seio da Igreja. Apesar de sua oposição aos bispos galicanos da França, que recusam se submeter ao poder central romano, e de sua defesa do ultramontanismo então em formação, Lamennais discorda das concepções papais em matéria política. Ele chegará mesmo a pregar uma separação entre Igreja e Estado para dar à religião uma liberdade de ação desembaraçada dos entraves políticos. A Encíclica antiliberal ***Mirari Vos*** (1832) (AUBERT, 1965, p. 81-93) marca uma ruptura e leva-o a afastar-se publicamente da Igreja com seu livro ***Paroles d'un croyant***, publicado em 1834 e rapidamente condenado pelo Vaticano. Não obstante essa rejeição, o movimento que ele iniciou terá uma descendência fecunda. Seus discípulos e continuadores intelectuais prosseguirão sua ação no domínio litúrgico (dom Guéranger), social (Frédéric Ozanam), religioso (Henri de Lacordaire e Emmnuel d'Alzon) ou ainda da ciência (François Rio e o abade Migne).

Todavia, a rejeição autoritária pela mais alta hierarquia católica (e em nome da política) das veleidades de reconquista intelectual de Lamennais reforça a percepção de uma Igreja que entrou em luta contra a sociedade moderna, especialmente entre escritores que aderiam ao cristianismo ou dele se aproximavam por intermédio do romantismo. Por outro lado, ao reprimir toda possibilidade de atividade política, essa crise abre aos católicos que Lamennais inspirou a possibilidade de orientar sua ação para iniciativas decididamente religiosas. No mínimo, ele impõe um modelo (clerical) em sua vontade de demonstrar a atualidade (intelectual) do catolicismo.

FIGURA DO ESCRITOR LEIGO A SERVIÇO DA INSTITUIÇÃO: LOUIS VEUILLOT

O leigo Louis Veuillot encarna uma adesão total ao poder romano, cuja recusa de todo compromisso com o "mundo moderno" defende sem descanso. Na linha do ultramontanismo de Lamennais, mas sem seguir seu liberalismo, a ação de Veuillot contribui para impor a figura do escritor leigo engajado a serviço do catolicismo.

A trajetória de Veuillot é marcada pelo episódio revolucionário que empobrece sua família. Esse autodidata, nascido em 1813, é filho de um tanoeiro de província que se torna operário em Paris. Após um modesto começo como redator de notícias mundanas, por intermédio de um conhecido do notário para quem trabalha, ele galga escalões e torna-se um dos escritores mais destacados da imprensa parisiense. Aos 25 anos, durante uma viagem a Roma, converte-se. A ascensão relâmpago causa-lhe certa desilusão do jornalismo e ele é tentado pela literatura. Até essa ruptura, Veuillot descreve sua vida como uma série de etapas sem referencial, de um emprego a outro, “sempre obrigado a partir no momento em que, sentindo meu coração enraizar-se, era-me doce crer que eu poderia ficar” (*Rome et Lorette* [1841], apud COUGH, 1986). Seu êxito social o afastou de seu meio de origem e ele parece encontrar no catolicismo um ancoradouro.

Depois de sua temporada em Roma, ele escreve dois romances que falam de sua conversão (*Les pèlerinages de Suisse*, 1839, e *Rome et Lorette*, 1841), ao mesmo tempo que colabora em vários periódicos católicos. Em junho de 1839, integra a redação de um jornal em declínio, *L’Univers Religieux*, que em poucos anos ele transforma no principal órgão do catolicismo ultramontano e intransigente. Além dos textos oficiais, da história do catolicismo ou da teologia - informações cuja

divulgação é determinante para organizar a obediência à autoridade papal -, **L'Univers** propaga a atualidade do catolicismo, especialmente junto ao clero de província.

Ao longo dos artigos, incansavelmente, Veuillot denuncia as pretensões da ciência, os livres-pensadores e o socialismo, a nefasta herança política da Revolução, os compromissos dos galicanos e a burguesia liberal que explora o povo. As inovações tecnológicas e a sujeição do homem ao materialismo são também objeto de suas cóleras, a exemplo de vários outros católicos antimodernos e reacionários (LAGRÉE, 1999, p. 35-42). Seu zelo de convertido é alimentado pelo pensamento contrarrevolucionário de De Maistre e de Donoso Cortès, de quem é amigo. Aos católicos liberais, Veuillot nunca deixa de contrapor suas próprias origens populares, de zombar de suas discussões de salão, dos compromissos sucessivos desses aristocratas, “filhos da Sorbonne”, membros do Instituto e da Academia. Outra constante de seu pensamento é um antissemitismo virulento: nisso ele também haverá de inspirar várias gerações de escritores católicos, clérigos ou leigos (PIERRARD, 1999, p. 67-70, 1997, p. 61-64). **L'Univers** segue com atenção os debates iniciados no seio das hierarquias eclesiais francesa e romana, que giram em torno das lutas entre galicanos e ultramontanos. Monsenhor Dupanloup, bispo de Orléans, e monsenhor Sibour, bispo de Paris, ambos eminentes representantes da corrente liberal e galicana, enfrentarão Louis Veuillot na questão do controle da imprensa pelos bispos. Cada momento de tensão entre os galicanos e Roma é ocasião para Veuillot firmar sua posição: o escritor leigo afirma seu poder graças aos conflitos estritamente clericais que opõem o poder romano à hierarquia católica francesa. Ao defender o papa, cujo poder é ainda frágil (a infalibilidade pontifícia só é pronunciada em 1870),

Veuillot contribui para dar uma realidade ao papel dos pensadores e dos escritores no seio da Igreja.

Tomemos um exemplo dessas múltiplas polêmicas. Em janeiro de 1853, uma série de artigos no jornal de monsenhor Dupanloup, **L'ami de la religion**, contestando um livro de Donoso Cortès, suscita a indignação de Veuillot. Para defender aquele que considera “o último dos grandes adversários do século XVIII”, Veuillot responde que Donoso Cortès, embora leigo, traz em defesa do catolicismo argumentos verdadeiros e cumpre melhor sua missão do que alguns teólogos (VEUILLOT, apud COUGH, 1986, p. 246). O arcebispo de Paris, aproveitando a ocasião para conquistar terreno no campo ultramontano, proíbe a leitura de **L'Univers** aos membros do clero de sua diocese. Veuillot é acusado de querer arrogar-se o poder dos bispos, como atesta esta carta de monsenhor Sibour à imprensa, datada de 23 de fevereiro de 1853:

A demagogia, reprimida na sociedade civil, irrompeu dentro da Igreja por intermédio de uma parte da imprensa chamada católica. A demagogia dentro da Igreja é o presbiterianismo e o laicismo que querem tomar o lugar do episcopado no ensinamento e no governo das almas. [...] O laicismo afirma-se como um poder que, a despeito de todos os princípios, dá lições ao episcopado nos assuntos eclesiásticos. [...] A hierarquia sagrada deve acabar com essa tirania leiga (SIBOUR, 1853 apud PIERRARD, 1997, p. 22).

Para defender-se dessas críticas, o jornalista vai a Roma buscar o apoio do papa. Pio IX o recebe e encoraja sua ação, mas lamenta que essas polêmicas deem uma imagem ruim da Igreja, e deseja suprimi-las. A imprensa parisiense publica uma carta do secretário particular do papa que pede a suspensão da condenação pronunciada contra **L'Univers**. Os aliados do bispo de Paris não sossegam, mas em 1º de abril de 1853 aparece a encíclica **Inter Multiples**, que recusa em bloco as

posições galicanas e, conseqüentemente, fortalece Veillot. A seu favor, os bispos são intimados a

[...] tratar com toda a predileção os homens que, animados do espírito católico e versados nas letras e nas ciências, consagram suas vigílias a escrever e a publicar livros e jornais para que a doutrina católica seja propagada e defendida, para que as opiniões e os sentimentos contrários a esta Santa Sé e à sua autoridade desapareçam (apud COUGH, 1986, p. 257-258).

A serviço do papa, contra os bispos galicanos, a ação de Louis Veillot contribui para o nascimento “de um poder paralelo à hierarquia, o que mais tarde serão os chamados teólogos sem mandato” (POULAT, 1984, p. 140). Se a hierarquia romana sempre esteve atenta em denunciar a liberdade de imprensa, progressivamente - em particular sob o pontificado de Leão XIII (1878-1903) - ela estimula o desenvolvimento da imprensa confessional e busca enquadrá-la com vigilância. **L’Univers** constitui uma etapa chave dessa apropriação. Seus assinantes o consideram um órgão “oficioso”, mas à margem de Roma, e seu sucesso deve-se também a isso. Essa dupla constrição confere a **L’Univers** sua autoridade e uma certa liberdade (GADILLE, 1969, p. 276). Veillot reivindica a função de porta-voz ativo. Ele afirma em 1843: “Fazemos política, queremos fazê-la, de modo nenhum estamos descontentes por fazê-la. Noutros tempos, a Igreja precisou de um braço secular; hoje ela precisa de uma voz secular; nós seremos essa voz” (apud PIERRARD, 1997, p. 87). Em outra parte, ele diz escrever “para formar na França uma opinião, não que governe os bispos, mas que forneça aos bispos os meios de governar” (apud GADILLE, 1969, p. 261). O escritor adquire o poder de orientar a opinião do clero, de intervir nos

debates internos da Igreja e junto à opinião pública, à qual o crescimento da imprensa confere uma nova importância.

POSITIVISMO, NATURALISMO, ROMANCE PSICOLÓGICO E RETORNO DO SENTIMENTO RELIGIOSO NOS MEIOS INTELECTUAIS

Será que nos anos de 1880, como escreve mais tarde um especialista da literatura católica, o abade Jean Calvet, o cristianismo literário (Chateaubriand, Lacordaire, Musset) é “varrido pelo positivismo” (1922, p. 291)? Segundo suas opções próprias, Auguste Comte, Émile Littré, Marcelin Berthelot ou Paul Bert postulam, para retomar a expressão do filósofo Étienne Vacherot, que “a ciência é a luz, a autoridade, a religião do século XIX” (SCHNERD, 1968, p. 99-110). No que diz respeito ao catolicismo, os avanços da história, da antropologia, da etnografia ou da arqueologia permitem reconsiderar a história das religiões e, de fato, contestar aos clérigos o monopólio do discurso sobre o religioso. Para Ernest Renan, cujo *La vie de Jésus* (1863) obtém um grande sucesso, “os estudos críticos relativos às origens do cristianismo só dirão sua última palavra quando forem cultivados num espírito puramente leigo e profano” (1974, p. 39). A epistemologia positivista ataca os fundamentos da história da Igreja, e, portanto, a autoridade de sua tradição.

No domínio literário, o positivismo orienta o movimento naturalista. Para sua *Histoire naturelle et sociale d'une famille sous le Second Empire (1870-1891)*, Zola recorre à pesquisa. A ciência é investida de um prestígio real, em detrimento de esquemas de pensamento anteriores como o romantismo. A legitimidade desse paradigma provém igualmente das mudanças das condições de acesso à carreira literária. Os meios de chegar a uma posição reconhecida no campo intelectual devem “ser buscados agora na nova fonte de legitimidade representada

pela ciência, portanto em sua encarnação, o cientista” (CHARLE, 1990, p. 35 ss.). A meritocracia republicana, apesar de seus limites, e a concorrência dos universitários alimentam a visão de uma cultura clássica ameaçada pelo cientificismo. O “nascimento do romance psicológico” é uma resposta a essas transformações (PONTON, 1975, p. 66-75). Ao se reapropriarem do gênero romanesco e ao lhe darem uma legitimidade social e cultural, contra os naturalistas menos dotados socialmente, os “psicólogos” reagem ao enfraquecimento das promessas de uma carreira poética, num momento em que a produção literária cresce como nunca. A “estética psicológica” permite reapropriar-se da herança de Renan e de Taine, mobilizando os capitais sociais e escolares de seus promotores numa estética em que a fineza, o gosto da análise, o senso das hierarquias são virtudes cardinais, em oposição à “vulgaridade” naturalista.

Paul Bourget, um dos “filhos de Taine entre ciência e moral”, é quem realizará o essencial da “interpretação espiritualista” do positivismo com seu célebre romance **Le disciple** (1889). A história trágica do jovem discípulo proveniente de um meio modesto, que se torna assassino porque é incapaz de dominar o saber abstrato do cientista que admira, pretende ser a demonstração da necessária recusa da figura do cientista profético em nome de um “paradigma da responsabilidade” (SAPIRO, 2002, p. 219-240). O escritor não pode mais posicionar-se fora da ordem social. *O discípulo* suscitará uma polêmica entre Ferdinand Brunetière e Anatole France. Este último afirma os direitos da estética e da liberdade do artista: toda tutela da filosofia vai contra o progresso. Brunetière recusa essa liberdade em nome da impossibilidade de conceder qualquer autonomia às ideias (LOUÉ, 1996, p. 44-61).

O anticientificismo, a defesa da cultura clássica contra os “bárbaros” da escola republicana, a psicologia que abre as portas ao espiritualismo, a recusa da liberdade da arte em favor da responsabilidade social são alguns dos elementos que vão entrar em ressonância com o papel que a Igreja então se arroga para a conservação da ordem social e dos valores clássicos. Essa configuração explica que vários escritores se aproximem da Igreja, chegando às vezes a converter-se, como Léon Bloy (convertido em 1897), Paul Claudel (1886), Paul Bourget (1889), Joris-Karl Huysmans (1892), François Coppée (1897) ou ainda Ferdinand Brunetière (1898-1900). Esses retornos à fé, seguidos nos anos de 1900 e 1910 de um movimento de conversões de várias dezenas de artistas (GUGELOT, 1998), são para a Igreja um poderoso argumento de apologética, utilizado como prova de uma nova atualidade do catolicismo. A partir dos anos de 1880 floresce uma retórica de “renascimento católico” *Le roman russe* (1886) de Melchior de Vogüé, arrazoado em favor de um moralismo literário atento à psicologia e às sensações interiores, marca o começo do descrédito do naturalismo (RAIMOND, 1967, p. 25-41). A leitura das revistas literárias e da imprensa da época permitiria multiplicar os exemplos daqueles que, como o abade Denis, em *L’université catholique*, apontam “o advento provável de um renascimento cristão na França” (1892, p. 69-113). No entanto, esses sinais de um retorno religioso são difíceis de manejar na medida em que podem significar uma mudança de percepção da Igreja Católica pelos grupos afetados, sendo ao mesmo tempo um elemento que faz crescer esse fenômeno. Embora se alimente de lógicas sociais oriundas de mudanças estruturais, a retórica do “renascimento (literário) católico” possui a força das profecias que se cumprem (*self-fulfilling prophecy*).

A aliança objetiva de escritores com o combate da instituição católica fixa-se especialmente na capacidade da Igreja de definir uma moral social que a ciência acreditara poder elaborar. Diante da liberalização da imprensa e da maior influência da produção intelectual sobre massas cada vez mais escolarizadas, a teoria da responsabilidade definida por Bourget (e aprovada por Brunetière) permite a esses escritores definir seu papel ao lado do clero. Contra os positivistas, a posição dos neocristãos - para além de sua diversidade - pode ser lida como uma vontade de alinhar-se com uma ciência e uma razão devolvidas à sua verdade, porque subordinadas à moral. Moral cujo fiador é a tradição católica mantida pela Igreja de Roma. Os pontos de vista político e literário juntam-se de maneira perfeita na defesa da instituição eclesial: ao orgulho do individualismo - confundem-se aqui as ambições “egoístas” de ascensões sociais alimentadas pelo ideal da meritocracia escolar e o “egoísmo” do escritor que prega a arte pela arte -, os escritores convertidos ou próximos do catolicismo opõem a virtude do enquadramento moral que submete tanto o cidadão como o artista a uma força coercitiva, cujo referente não é o homem, mas Deus. Às veleidades dos naturalistas, adeptos de uma arte social crítica, e aos defensores da arte pela arte (o Parnaso e o simbolismo), desprendida de toda coerção social, os escritores (neo)católicos respondem com a submissão a uma ordem moral que não apenas não limitaria a prática artística, mas lhe daria sua verdadeira vocação.

Esse trabalho de redefinição da herança positivista em nome da moral, operado por Bourget e Brunetière, possui uma descendência identificável. Em 1912, quando o simbolista Henri de Régnier entra para a Academia, François Veuillot, jornalista de **La Croix** e filho de Louis Veuillot, explica a seus leitores que há “dois campos” entre os escritores,

os “soldados da pena”: “Uns reconhecem que a vida do homem não possui em si mesma nem sua lei nem sua finalidade; outros pretendem que a existência humana encontra somente em si sua regra e sua meta”. A “neutralidade literária” dos partidários da arte pela arte é o equivalente do “sistema equívoco e pernicioso” criado pelo Estado leigo para educar a juventude. É uma “conjuração anticristã” a serviço de uma moral pagã (VEUILLOT, 1912, p. 1). Com o enfraquecimento do positivismo e a ascensão concomitante da corrente de escritores psicológicos e neocristãos (Paul Bourget encarna essa dupla faceta), atam-se os fios de uma possível intervenção de escritores a serviço da Igreja.

A AFIRMAÇÃO DOS LEIGOS: CRISE “MODERNISTA” E RETIRADA DO CLERO DOS DEBATES INTELECTUAIS

No final dos anos de 1880, o regime republicano, que resistiu a várias crises importantes, entre elas o episódio boulangista², está agora solidamente instalado. As leis escolares, a interdição das congregações, a morte do conde de Chambord em 1883, que diminuem as esperanças dos monarquistas de voltar ao poder, o fracasso do partido católico nas eleições de 1885 e a situação europeia pouco propícia a um desfecho favorável ao papa na questão romana são alguns dos elementos que levam o pontífice Leão XIII a pedir aos fiéis franceses para aceitar o “governo que a França escolheu”. Em fevereiro de 1892, a Encíclica **Em meio às solitudes** define essa adesão que abre, apesar das reticências suscitadas na alta hierarquia eclesial, um espaço de intervenção para os

² Tentativa de derrubar a Terceira República francesa, na década de 1880, chefiada pelo general Georges Boulanger (1837-1891). (N. do T.)

católicos na sociedade, especialmente para os leigos. Os efeitos desse apaziguamento no terreno político são reforçados pelo novo entusiasmo com que a Encíclica **Rerum Novarum** (1891) já havia impulsionado a ação dos católicos no terreno social. O poderio crescente dos partidos operários na Europa e a repercussão favorável de seu discurso “messiânico” demonstram aos católicos a urgência de empreender, para além da caridade cristã, obras capazes de conquistar o proletariado. Albert de Mun, inicialmente com a **Obra dos Círculos Operários**, criada logo após a derrota de 1870, em associação com o monarquista leplaysiano³ René de la Tour du Pin, e depois com a Associação Católica da Juventude Francesa (ACJF), constitui um exemplo dessa forma renovada de mobilização. Essa militância, encorajada pelo papa e renovada em suas formas, manifesta-se não apenas por uma presença maior dos leigos nas primeiras filas das obras sociais católicas, mas também por uma competência doutrinal mais completa deles, essencial para que possam se afirmar em suas relações com os clérigos.

Essa primeira fase da “Ação católica” - a expressão só aparecerá em 1907 sob a pena de Pio X - marca o início da “era militante” do laicato (PIERRARD, 1988, p. 123-146). Por sua proliferação e pelos conflitos que não deixarão de surgir com a hierarquia (entre os quais a condenação, em 1910, do movimento “*Le Sillon*”, fundado por Marc Sangnier), essas organizações definem o papel dos leigos num quadro que não é de subordinação estrita ao clero. A separação entre Igreja e Estado, em 1905, confirma para a Santa Sé a necessidade de incentivar as Obras: confinada ao domínio privado, afastada do poder político, a Igreja vê na ação social o meio de manter-se na sociedade. Em 24 de dezembro de

³ Leplaysiano refere-se às propostas de Frédéric Le Play (1806-1882), sociólogo e político, fundador de uma “economia social” preocupada com o desenvolvimento moral da sociedade. (N. do T.)

1909, em uma carta a Louis Massignon, o convertido Paul Claudel constata que “este tempo parece ser o dos leigos. Vejam que papel desempenham de cem anos para cá, sem comparação com nenhuma outra época, Chateaubriand, De Maistre, Veuillot, Ozanam e outros”. Ele confirma assim uma longa evolução.

Escritores, jornalistas e publicistas assumem essa nova dimensão do apostolado leigo. O desenvolvimento da imprensa católica, e seu sucesso (com o diário *La Croix* desde 1880), é um elemento decisivo dessa evolução. Vinculado ao das Obras, esse êxito é vivido como um “renascimento” do catolicismo que, em torno da figura do papa, conseguiu recriar uma dinâmica de reconquista.

São os efeitos da crise “modernista” - a qual deve ser compreendida como a refração, segundo o prisma dos desafios clericais, da contestação da religião católica no terreno das ideias (“modernas”) - que confirmam a possibilidade de ver, ao lado dos leigos católicos engajados no domínio social, a afirmação do papel dos escritores católicos para a defesa da Igreja. Ao obrigar seus clérigos envolvidos no trabalho intelectual a se retirar dos debates científicos com os não católicos, a alta hierarquia católica abre aos escritores possibilidades de se colocarem a seu serviço. E isso sobretudo na medida em que a crise “modernista” conhece as lutas surgidas do Caso Dreyfus (1898), que marca o “nascimento dos ‘intelectuais’” (CHARLE, 1990), ou seja, a afirmação de sua autonomia e de seu direito de intervenção nos assuntos públicos em nome da especificidade de sua prática. Essa recomposição do campo intelectual, e do subcampo intelectual católico do qual os clérigos estão excluídos em razão da “crise modernista”, cimenta a aliança dos escritores católicos e da instituição eclesial numa luta partilhada pelo retorno a uma sociedade cristã.

Para além das questões relativas à autonomia dos intelectuais, o Caso Dreyfus reconstitui o confronto entre República e Igreja. Desde o início, os católicos alinham-se em massa no campo antidreyfusista. A aproximação iniciada pela adesão, e não desprovida de desconfiança e ambiguidade de parte a parte, se manteve. O Caso Dreyfus engessa a política dos republicanos em torno da questão clerical (LEVILLAIN, 1994, p. 411-450). O antisemitismo da imprensa católica, em nome do militarismo, e a ausência de reação da hierarquia episcopal reforçam a ideia de um bloco católico que recusa a revisão do processo do capitão Dreyfus como um meio de contestar o poder estabelecido. A oposição entre os republicanos leigos e os católicos se agrava novamente nessa ocasião. Em 1905, a lei de separação da Igreja e do Estado constitui um trauma para muitos católicos. Ela participa da tendência à autonomização do espaço de ação dos leigos, colocando em segundo plano a questão religiosa, em proveito das preocupações sociais e internacionais (MAYEUR, 1991). No mundo intelectual, a clivagem também se agrava. Escritores católicos, ou que recentemente se afirmavam como tais, a exemplo de Bourget e Brunetière, posicionam-se à frente do combate antidreyfusista, juntamente com o campo conservador.

Em que consiste essa “crise modernista” que ata a relação da Igreja com os “intelectuais”? Em primeiro lugar, deve-se compreender que ela é a culminação de “um antagonismo socioreligioso” que, durante todo o século XIX, vê confrontarem-se “a fé e a razão, a teologia e a ciência, as antigas tradições e o espírito moderno, a Igreja e o mundo temporal, e - no extremo = as duas França” (POULAT, 1996, p. 8). Na origem, é a vontade de estudiosos católicos, clérigos e leigos, de levar em conta as inovações científicas mais recentes. A oposição que os especialistas dos

textos sagrados vão encontrar no núcleo da Igreja os obriga a repensar sua relação com a instituição. Cria-se uma tensão entre as modalidades de validação da instituição clerical - em conformidade com a doutrina - e as modalidades da ciência, cuja finalidade declarada é a racionalidade. As condenações sucessivas de cientistas católicos levam ao isolamento e à exclusão dos clérigos, não legitimados no plano científico, o que suscita a questão dos fundamentos e dos motivos do poder eclesiástico.

No centro da tormenta estão os trabalhos de história crítica do abade Alfred Loisy: o historicismo que ele sistematiza nas ciências religiosas afasta o sobrenatural em nome da competência histórica. Esse método põe em questão a história sagrada e suas origens divinas transmitidas pela tradição a partir dos textos sagrados: o dogma não é imutável e pode ser referido a uma configuração particular da história. Mas qual é a autoridade de um dogma que admite a possibilidade de uma mudança de natureza? Para além das condenações que atingem os modernistas - entre os quais Loisy, excomungado em 1908 -, esses debates de eclesiásticos se inscrevem num contexto mais amplo:

[...] ao mesmo tempo que o povo da cidade e do campo se separa da religião ancestral, a cultura escapa ao controle tradicional da Igreja, e a concorrência mesma em seu próprio domínio irá opor as “ciências religiosas” às “ciências sagradas” (POULAT, 1996, p. 613-620).

Em 1907, com o decreto **Lamentabili** e a Encíclica **Pascendi**, Pio X proíbe o “modernismo”. Para erradicar o perigo, que vai muito além das ideias de Loisy, o ensino dos seminários e a produção intelectual católica são postos sob vigilância (SERRY, 2003, p. 89-109). O regime de denúncias e de repressões, as quais caracterizam essa crise, não é redutível a um confronto dual entre partidários do progresso e

defensores de um passado ideal. Amplamente instrumentalizado, o antimodernismo, que também atinge os meios do catolicismo social e dos escritores, contribui - no momento do Caso Dreyfus - para excluir da ação intelectual os clérigos intelectuais. Desconsiderada por essa dependência (orgânica) aos arbítrios da instituição, a presença ativa do clero no campo intelectual se contrai. Com Claude Langlois, pode-se afirmar que, para existir como tal no campo intelectual, isto é, como portador de uma especificidade, o “intelectual católico” deve se definir por “sua capacidade de refletir e tomar posição sobre a relação atual de sua Igreja com os problemas do mundo contemporâneo”, assim como por “sua capacidade de autonomia em relação à instituição e por sua legitimação científica no exterior da Igreja”. Essa dupla orientação é então impossível de satisfazer, pois a instituição eclesial recusa a seus clérigos qualquer autonomia, mesmo relativa. Ela lhes nega qualquer autoridade que teria emanado do “domínio das ciências filológicas, históricas e filosóficas [e] lhes teria permitido chegar ao estatuto de intelectual no seio da Igreja católica” (LANGLOIS, 1997, p. 213-223).

Em contrapartida, essa configuração oferece a ocasião, a uma jovem geração de pretendentes católicos à carreira literária, de reivindicar uma “ação intelectual” diretamente pensada como complemento da ação social incentivada pela **Rerum Novarum** e as **Obras**. A retirada forçada dos clérigos deixa um vazio que os escritores poderão ocupar.

UM “ESCRITOR CATÓLICO” PARA UMA “LITERATURA CATÓLICA”?

Do ponto de vista de sua especialidade, os escritores apresentam a vantagem de não levantar questões de doutrina. A literatura não detém

a capacidade de questionar o dogma, ao contrário da filosofia. Depositário de uma cultura clássica da qual o catolicismo quer ser fiador, o escritor, dotado de um poder profético, permite uma presença católica no campo intelectual. Num momento em que o acesso ao ensino se amplia (relativamente) e em que a Igreja consegue avaliar e enfrentar melhor os desafios da circulação das ideias pelo meio impresso, a emergência de uma literatura autodefinida como católica se apresenta como uma forma de apostolado.

Por que, nesse momento, jovens católicos mobilizam sua fé no domínio literário? Como explicar que, pela primeira vez, a religião católica seja nos meios literários o objeto de uma reivindicação coletiva? A herança dos Chateaubriand, dos Lamennais e dos Veillot encontra então um eco particular no contexto de uma religião católica questionada pelos avanços republicanos e leigos. Para alguns herdeiros católicos, imbuídos de pretensões intelectuais, o declínio da condição de eclesiástico, do ensino livre, mas também a nova concorrência para o acesso a postos de poder no Estado provocada pela democratização escolar e a promoção dos valores republicanos pelas minorias protestantes e judaicas, embaralham as perspectivas (CHARLE, 1991, p. 234). Diante de um mundo social em mudança, que escapa gradualmente à influência da religião, esses herdeiros de um futuro tornado incerto elaboram uma retórica de combate para a defesa da Igreja, reagindo contra o descrédito dos valores católicos de que são portadores. O grupo dos promotores do “renascimento literário” é socialmente homogêneo. Do ponto de vista geracional, constata-se que nasceram nos anos de 1880, os do positivismo e da República leiga incipiente. São oriundos da aristocracia ou da burguesia católica (principalmente de província). Suas biografias revelam acidentes de percurso (morte prematura do pai,

revezes de fortuna) que desviam suas trajetórias e reforçam sua adesão ao discurso de fim do mundo que a Igreja então desenvolve (SERRY, 2001, p. 91-111). O sacerdócio foi frequentemente considerado - vários desses escritores, entre os mais ativos do “renascimento literário”, entraram no seminário antes de renunciarem -, mas sua vocação literária acaba prevalecendo sobre a vocação sacerdotal. Para muitos, o estatuto de convertido, um convívio com as ordens terceiras e com o clero secular, uma prática religiosa assídua indicam um estado a meio caminho entre o leigo e o clérigo. A esmagadora maioria, devido a suas origens sociais elevadas, é animada pelo propósito de universalizar sua visão de mundo e agir para conformar a sociedade a ela. A vontade de ocupar posições adequadas à sua história familiar (prestigiosa, para alguns) não encontra eco nas carreiras eclesásticas que uma Igreja diminuída, separada do poder político que ela combate, é incapaz de oferecer. Pode-se dizer que o enfraquecimento da cultura católica durante todo o século XIX, e, portanto, as situações sociais que o engajamento clerical possibilita (isso particularmente nos anos de 1880 e 1910), faz com que esses jovens que teriam sido “padres escritores” se tornem, sob o efeito das mutações sociais, “escritores padres”.

Um dos principais animadores da literatura católica dessa época, Robert Vallery-Radot, nascido em 1882, é filho de uma família da província de Yonne que conta com vários acadêmicos em seus quadros, um de seus tios tendo se casado com a filha de Louis Pasteur. Desde o final do século XIX, porém, essa linhagem entrou num lento declínio social do qual Vallery-Radot é a primeira vítima. Em 1920, de maneira significativa, ele anuncia a seu confessor que pretende escrever um romance para "recordar essa burguesia de província que não existirá mais: 41 dessas velhas famílias desapareceram nos últimos vinte anos! Não somos mais que três ou quatro, no máximo, assistindo, melancólicos, à invasão brutal dos novos ricos do

comércio e da indústria, dos funcionários sem princípios, sem tradição, com quem nada podemos ter em comum; estamos em país conquistado por bárbaros e nos refugiamos em nossos velhos livros, nossos velhos móveis, nossos caros preconceitos pueris, nossos costumes antiquados, nossa urbanidade fora de moda (VALLERY-RADOT, correspondência com Dom Besse).

Para esses jovens pretendentes à carreira literária, reivindicar uma estética católica lhes dá a possibilidade de valorizar a cultura da qual são detentores e de inscrever seu destino individual no destino coletivo de uma Igreja animada por um discurso de combate. Essa especificidade católica de sua arte é o bilhete de ingresso no campo literário e permite constituir uma posição. Munido de um mercado potencial de leitores movidos pela luta contra a laicidade e atendendo ao desejo da hierarquia eclesial de se fazer presente nos debates de ideias, a emergência de um “renascimento literário católico” constitui um dos fenômenos principais do período que precede a Primeira Guerra.

A primeira revista do movimento, *Les Cahiers de l’Amitié de France*, criada no começo dos anos de 1910 por Robert Vallery-Radot e François Mauriac, ocupa, em nome de um “catolicismo integral” que exclui qualquer outra concepção tanto em “estética como em moral e em sociologia” (1912, mar., p. 71), uma posição inédita no campo literário. Seu sucesso público bastante minguado não impede a revista, por meio das polêmicas que organiza, da publicação de precursores reconhecidos e dos primeiros sucessos de seus animadores, de dar crédito à ideia de um “renascimento literário católico”. Embora nunca faltasse o entusiasmo a Vallery-Radot, ainda assim é justificado afirmar com ele que, após um ano de publicação dos *Cahiers de l’Amitié*, “doravante

ninguém ignora que existe um lirismo católico, e que ao redor de Paul Claudel e de Francis Jammes há toda uma jovem geração ardentemente unida no mesmo amor ao Cristo e à Igreja” (1912, dez., p. 506). Contra o simbolismo declinante, contra o bastião da arte pela arte - a **Nouvelle Revue Française** de André Gide -, contra o neoclassicismo nacionalista dos discípulos de Charles Maurras, **Les Cahiers de l’Amitié de France** constituem a primeira tentativa concreta de definir uma estética literária católica. A revista proporciona uma visibilidade editorial a esses jovens autores e os meios de se imporem no campo literário. Ela quer ser o posto avançado de uma nova forma de militância para reconquistar o poder perdido pela Igreja.

Sem entrar nos detalhes da história dessa revista, nem das outras iniciativas que testemunham uma efervescência dos meios literários católicos, importa mencionar que, se esse “exército católico da pena”, segundo a expressão de um autor da época, dá ao catolicismo uma visibilidade inédita, ele esbarrará nas exigências do clero em matéria de respeito à doutrina. Nessa época, com efeito, reivindicar para si o catolicismo não é concebível fora da Igreja. Assim, de uma maneira inversa à do campo literário, no qual a pertença católica é vista com suspeita e tida como incompatível com a arte, o clero manifesta uma clara desconfiança em relação aos artistas católicos, particularmente os convertidos, suspeitos de querer usurpar o magistério clerical. No momento em que é elaborada a linha editorial dos **Cahiers de l’Amitié**, seus membros insistem na necessidade de publicar apenas autores cuja prática religiosa é comprovada. No entanto, eles afirmam também a necessidade de evitar todo dogmatismo excessivo, tanto mais porque uma prática religiosa completa não é garantia de uma produção literária de qualidade. A lógica das “regras da arte” e a do respeito à doutrina são

com frequência inconciliáveis. Quando os conflitos, por motivos tanto estéticos como políticos, se multiplicam entre os *Cahiers de l'Amitié* e os religiosos que pertencem à revista (dominicanos), Vallery-Radot se queixa, em carta a Maurice Vaussard, datada de 13 de junho de 1914, de que se seu interlocutor religioso lhe “nega toda competência para fazer nos *Cahiers* crítica doutrinal, só me resta retirar-me, pois não se cria um movimento com versos e romances”. O laicato, num momento em que a Igreja é contestada, é uma posição privilegiada num campo intelectual fortemente governado pelo princípio de autonomia. A quase impossibilidade para os clérigos de intervir nos debates intelectuais proporciona uma autonomia relativa aos escritores que invocam o catolicismo. O convertido e filósofo tomista Jacques Maritain, grande figura do “renascimento literário”, particularmente no apogeu do movimento nos anos de 1920, mobiliza esse argumento numa carta a seu diretor de consciência, Reginald Garrigou-Lagrange, em 8 de fevereiro de 1920: “Minha situação de leigo me permite atingir um público que sem isso jamais seria atingido”. É nesse confronto, nascido do declínio do poder de uma Igreja obrigada a se apoiar nos leigos, que se impõe progressivamente uma nova figura, a do intelectual católico, capaz de afirmar-se contra a Igreja em nome do reconhecimento adquirido no campo literário.

Depois da Primeira Guerra, o “renascimento literário católico” estende seu campo de ação. O ***Bulletin des Écrivains Catholiques*** de Charles Luce, ***Les Lettres*** de Gaëtan Bernoville e sua “Semana dos Escritores Católicos”, os ***Cahiers Catholiques*** do abade Roblot, o ***Roseau d’Or*** de Jacques Maritain são algumas iniciativas, entre outras, que dão forma à nova presença do escritor/intelectual católico.

As relações entre literatura e religião mostram-se em toda a sua complexidade à medida que se estabelecem as modalidades do lento trabalho dos atores do campo literário (ou intelectual) para conquistar uma autonomia (relativa) na prática de sua arte (e de seu poder crítico). Autonomia que eles conquistam tanto contra a religião como contra os poderes políticos ou econômicos. No período entre guerras, a questão é: o que vem a ser um escritor ou um intelectual católico? Ao mesmo tempo, é preciso considerar a capacidade de uma instituição total como a Igreja, confrontada à “modernidade” pós-revolucionária - isto é, à emergência de um discurso que contesta seu poder social em nome de racionalidades (científicas, em particular) exteriores a seu controle -, de lutar contra o esboroamento de sua influência social. A criação progressiva, pela instituição eclesial, de uma retórica *antimoderna* (a Igreja como contra sociedade) tem a ver com desafios internos, reunindo indivíduos que encontram no destino da instituição, da qual são em parte o produto, o meio de dar um sentido a seu próprio destino social.

As afinidades entre literatura e religião, identificáveis desde o ***Génie du christianisme*** até o “renascimento literário católico”, passam igualmente pela elaboração de uma *estética católica* integral. Contudo, da mesma maneira como para a definição do *escritor católico*, não se constata nenhuma realização dessa estética. As numerosas tentativas feitas nesse sentido esbarram numa dupla dificuldade: de um lado, o risco de questionar a moral católica; de outro, o de relativizar sua mensagem ao destiná-la a ser uma estética entre outras - o que a “Verdade católica” não pode conceber. Participando, com François Mauriac, daquela que será a última revista católica desse movimento de

“renascimento”, **Vigile**, o crítico Charles du Bos, convertido em 1927, resumia assim a “situação do escritor católico”:

[...] nessa esfera, o perigo da intervenção de um automatismo, seja ele qual for, eleva-se ao quadrado, pois, pelo simples fato de o escritor ser cristão, os descrentes já o veem como um semiautômato. Acaso Gide e tantos outros não estão sempre a repetir? “Vosso assento está garantido de antemão: não podeis nem escrever, nem pensar, nem mesmo talvez sentir de outro modo que não sois obrigados a pensar, a sentir e a escrever” (DU BOS, 1954, p. 240-241).

A análise dos vínculos entre literatura e religião não pode se contentar com uma análise da produção como tal, mesmo relacionada ao contexto. Ela requer uma reconstrução do quadro sócio-histórico das relações dessas duas realidades sociais. Além de o trabalho sobre os textos tender com frequência a negligenciar as lógicas e os interesses próprios a cada campo (intelectual, religioso, político), ele negligencia que a existência de uma “literatura católica”, de uma “estética católica”, de um “escritor católico” e de seu papel social tem a ver com lutas pelo poder de definição dessas noções. Possuir a capacidade de determinar (e de impor) os critérios de uma “literatura católica” é possuir as chaves de lutas intra-eclesiais, de lutas políticas quanto ao lugar da religião na sociedade e de lutas relacionadas ao poder social dos intelectuais. Depreender os traços estruturais que determinam as relações entre literatura e religião equivale a precaver-se contra os discursos que cada espaço produz para legitimar sua existência. O que é particularmente verdadeiro em relação ao campo religioso, em que o arbitrário e a renovação só pretendem manifestar-se sob o aspecto de uma transcendência.

REFERÊNCIAS

- ARMENTEROS, Carolina. **L’Idée française de l’histoire**: Joseph de Maistre et sa postérité (1794-1854). Paris: Garnier, 2018.
- ARQUIVOS da abadia de Ligugé. Correspondências Robert Vallery-Radot-Dom Besse.
- ARQUIVOS do Círculo de Estudos Jacques e Raïssa Maritain, Kolbsheim. Carta de Jacques Maritain, Reginald Garrigou-Lagrange, 8 de fevereiro de 1920.
- AUBERT, Roger. La liberté religieuse de Mirari Vos au Syllabus. **Concilium**, 7, 1965.
- BÉNICHOU, Paul. **Le temps des prophètes**: doctrines de l’âge romantique. Paris: Gallimard, 1977.
- BÉNICHOU, Paul. **Le sacre de l’écrivain, 1750-1830**: essai sur l’avènement d’un pouvoir spirituel laïque dans la France moderne. Paris: Gallimard, 1996.
- BERTRAN DE BELANDA, Flavin. **Louis de Bolnald**: philosophe et homme politique (1754-1840). Paris: CNRS Editions, 2021.
- BIBLIOTHÈQUE Nationale de France (BNF). Carta de Robert Vallery-Radot a Maurice Vaussard, 13 de junho de 1914. Paris.
- BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l’art**: genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.
- CALVET, Jean. La renaissance religieuse dans la littérature catholique française. **Revue Trimestrielle Canadienne**, 31 sept. 1922.
- CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels” (1880-1900)**. Paris: Minuit, 1990.
- CHARLE, Christophe. **Histoire sociale de la France au XIX^e siècle**. Paris: Seuil, 1991.
- CLAUDEL, Paul. Ma conversion [1913]. In: CLAUDEL, Paul. **Conversations dans le Loir-et-Cher**: contacts et circonstances. Paris: Gallimard, 1959.
- CLAUDEL, Paul. **Correspondance (1908-1914)**. Paris: Desclée de Brouwer, 1973.
- COUGH, Austin. **Paris et Rome**: les catholiques français et le Pape au XIX^e siècle. Paris: Éditions Ouvrières, 1986.

DENIS, abade Ch. **L'université catholique**, p. 69-113, 15 de mai, 1892.

DERRÉ, Jean-René. **Lamennais, ses amis et le mouvement des idées à l'époque romantique**. Paris: Klincksieck, 1962.

DHOMBRES, Nicole; DHOMBRES, Jean. **Naissance d'un nouveau pouvoir: science et savants en France (1793-1824)**. Paris: Payot, 1989.

DUBOS, Charles. **Journal V [1929]**. Paris: Éditions Vieux Colombier, 1954.

DURKHEIM, Émile. **L'évolution pédagogique en France**. Paris: PUF, 1990.

FERGUSON, Priscilla Parkhurst. **La France nation littéraire**. Bruxelles: Labor, 1991.

GADILLE, Jacques. Autour de Louis Veillot et de L'Univers. **Cahier d'Histoire**, t. 14, p. 275-288, juillet 1969.

GUASCO, Maurilio. *Le modernisme: les faits, les idées, les hommes*. Paris: Desclée, 2007.

GUGELOT, Frédéric. **La conversion des intellectuels au catholicisme en France, 1885-1935**. Paris: CNRS Éditionsm 1998.

JOLY, Bertrand. **Aux origines du populisme: histoire du populisme (1886-1891)**. Paris: CNRS Editions, 2002.

LAGRÉE, Michel. **La bénédiction de Prométhée: religion et technologie**. Paris: Fayard, 1999.

LANGLOIS, Claude. La naissance de l'intellectuel catholique. In: COLIN, Pierre (dir.). **Intellectuels chrétiens et esprits des années 1920**. Paris: Cerf, 1997. p. 213-223.

LES CAHIERS de l'Amitié de France, mar.-déc. 1912.

LE GUILLOU, Louis. Lamennais. In: LAPLANCHE, François (dir.). **Les sciences religieuses**. Paris: Beauchesne, 1996.

LEVILLAIN, Phillipe. Les catholiques à l'épreuve: variations sur un verdict. In: BIRNBAUM, Pierre (dir.). **La France de l'Affaire Dreyfus**. Paris: Gallimard, 1985. p. 411-450.

- LOUÉ, Thomas. Les fils de Taine entre science et morale: à propos du Disciple de Paul Bourget (1889). **Cahiers d'Histoire - Revue d'Histoire Critique**, n. 65, p. 44-61, 1996.
- MACHEREY, Pierre. Louis de Bonald. In: LAPLANCHE, François (dir.). **Les sciences religieuses**. Paris: Beauchesne, 1996. p. 76-77.
- MACHEREY, Pierre. Joseph de Maistre. In: LAPLANCHE, François (dir.). **Les sciences religieuses**. Paris: Beauchesne, 1996. p. 441-442.
- MAYEUR, Jean-Marie. **La séparation de l'Église et de l'État**. Paris: Éditions Ouvrières, 1991.
- MILBACH, Sylvain. **Lamennais: 1782-1854**. Rennes: PUR, 2021.
- PELLETIER, Denis. **Les catholiques en France depuis 1815**. Paris: La Découverte, 1997.
- PIERRARD, Pierre. **Les laïcs dans l'Église de France (XIX^e-XX^e)**. Paris: Éditions Ouvrières, 1988.
- PIERRARD, Pierre. **Juifs et catholiques français**: d'Edouard Drumont à Jacob Kaplan (1886-1994). Paris: Cerf, 1997.
- PIERRARD, Pierre. **Louis Veillot**. Paris: Beauchesne, 1999.
- PONTON, Remy. Naissance du roman psychologique: capital culturel, capital social et stratégie littéraire à la fin du 19^e siècle. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 1, n. 4, p. 66-75, juillet 1975.
- POULAT, Émile. Louis Veillot et son temps. **Revue de l'Institut Catholique de Paris**, n. 10, p. 139-147, avril-juin 1984.
- POULAT, Émile. **Histoire, dogme et critique dans la crise moderniste**. Paris: Albin Michel (1. éd. 1962), 1996.
- RAIMOND, Michel. **La crise du roman**: des lendemains du naturalisme aux années vingt. Paris: Corti, 1967.
- REGARD, Maurice (ed.). **Essai sur les révolutions**: génie du christianisme. Paris: Gallimard, 1978.
- RENAN, Ernest. **La vie de Jésus**. Paris: Gallimard (folio), (1. éd. 1863), 1974.

SAPIRO, Gisèle. La responsabilité de l'écrivain: de Paul Bourget à Jean-Paul Sartre. In: EINFAT, Michael; JURT, Joseph (ed.). **Le texte et le contexte**: analyses du champ littéraire français (XIX^e et XX^e siècle). Étude du Centre Français de l'Université de Fribourg. t. 9. Berlin; Paris: Verlag; Edição da MSH, 2002. p. 219-240.

SAPIRO, Gisèle. **La responsabilité de l'écrivain**: littérature, droit et morale en France, 19^e-20^e siècle. Paris: Seuil, 2011.

SAVOYE, Antoine; CARDONI, Fabien (dir.). **Frédéric Le Play**: parcours, audience, héritage. Paris: École des mines de Paris, 2007.

SCHNERD, Robert. **Le XIX^e siècle**: l'apogée de l'expansion européenne. Paris: PUF, 1968.

SERRY, Hervé. Déclin social et revendication identitaire: la 'renaissance littéraire catholique' de la première moitié du XX^e siècle. **Sociétés Contemporaines**, n. 44, p. 91-109, déc. 2001.

SERRY, Hervé. Comment condamner la littérature? Contrôle doctrinal catholique et création littéraire au XX^e siècle. **Études de Lettres**, Université de Lausanne, n. 4, p. 89-109, automne 2003.

SERRY, Hervé. **Naissance de l'intellectuel catholique**. Paris: La Découverte, 2004.

TRANVOUEZ, Yvon. Religion, politique et civilisation chrétienne: Lamennais en 1817. Étude sur le premier tome de l'Essai sur l'indifférence. In: DERRÉ, Jean-René et al (dir.). **Civilisation chrétienne**: approche historique d'une idéologie (XVIII^e-XX^e siècle). Paris: Beauchesne, 1975. p. 105-142.

VEUILLOT, François. La neutralité littéraire. **La Croix**, 8 oct. 1912.

VIALA, Alain. Effets de champ, effets de prisme. **Littérature**, n. 70, p. 64-71, 1988.

10

EDUCADOR VOCACIONADO: O MODELO DE PROFESSOR DIFUNDIDO PELO INTELLECTUAL-ESCRITOR CATÓLICO EVERARDO BACKHEUSER (1879-1951)

*Bianca Neves Prachum
Oriomar Skalinski Junior*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é discutir o modelo de professor difundido pelo intelectual-escritor católico Everardo Backheuser (1879-1951). Para tanto, tomou-se como fonte o seu último livro, a saber, **O Professor**, publicado em 1946 pela Editora Agir, integrando a Coleção Depoimentos. A obra expressa o conceito de Backheuser acerca do perfil desejável de um “verdadeiro” professor. Ela circulou nos cursos de formação de professores em instituições católicas e em instituições laicas. A Editora Agir fora criada em 1944 por Alceu Amoroso Lima, a mais expressiva liderança do laicato católico no período. Segundo Skrusinski e Orlando (2019), a empresa tinha a prática de produzir e publicar coleções como forma de alavancar a circulação de saberes a partir da perspectiva católica, numa estratégia para a promoção de projetos políticos e educacionais.

Conforme destacado por Pierre Bourdieu, os intelectuais se caracterizam pela mediação e pela atividade de direção operadas na fronteira dos campos político e cultural – as quais se efetivam a partir de sua posição na estrutura social. Ao representarem diferentes setores em disputas na esfera do debate público, ancoram sua

representatividade no capital simbólico que os distingue enquanto agentes. Com a conformação de um campo intelectual dotado de relativa autonomia, passam a ser elaborados “[...] na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em um dado momento do tempo [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 465). As ideias, os valores e os argumentos tomados como legítimos são também, nesses termos, tributários da dinâmica particular das disputas do campo intelectual.

A discussão empreendida no presente artigo se situa no âmbito da História Intelectual. Em razão de o conceito de intelectual ser considerado polissêmico: “Equacionar os problemas da história intelectual constitui tarefa embaraçosa por múltiplas razões. A primeira prende-se com o próprio vocabulário” (CHARTIER, 2002, p. 29). As diferentes nomenclaturas utilizadas nas traduções podem apresentar outras designações e significados porque cada historiografia nacional possui seus próprios conceitos. No entanto, para além do uso de diferentes conceitos destaca-se um propósito comum, com características aproximadas em relação ao modo como os historiadores recortam as unidades de observação do objeto dentro de cada momento histórico (CHARTIER, 2002). A História Intelectual contempla análises de discursos escritos ou obras, de redes de sociabilidade, bem como de vínculos dos intelectuais com instituições. A trajetória de Everardo Backheuser é aqui examinada a partir de tais perspectivas.

Com vistas ao estudo do modelo de professor difundido por Backheuser, organizamos este capítulo em duas partes. A primeira apresenta sua trajetória intelectual, para em seguida avaliar as particularidades relativas ao conceito de intelectual-escritor católico. A segunda parte discute, mais especificamente, o modelo de educador

difundido por meio do livro **O Professor** (1946), obra na qual o autor apresentou as características que considerava mais relevantes para o exercício vocacionado da profissão docente.

EVERARDO BACKHEUSER: UM INTELLECTUAL-ESCRITOR CATÓLICO

Everardo Adolpho Backheuser nasceu em 1879 na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Coursou o ensino primário na escola fundada por sua irmã Evelina, na chácara Santa Rosa, onde moravam. Seu ensino secundário foi realizado no Ginásio Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se bacharel em Ciências Naturais em 1896 e em sequência obteve outras graduações: Engenharia Geográfica, Engenharia Civil e o bacharelado em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 1913 concluiu seu doutorado em Ciências Físicas e Naturais (SANTOS, 1989).

Ao longo de sua trajetória ocupou diversos cargos e exerceu mais de uma profissão concomitantemente. Foi professor catedrático, trabalhou no ensino secundário, foi diretor de escolas municipais, diretor e professor do Curso Superior de Geografia, entre outras atividades e funções ocupadas no campo da educação. Desde os 14 anos de idade começou a ministrar aulas particulares de aritmética: “Devo mesmo dizer que meu primeiro ensaio no professorado foi exatamente como ‘explicador’ de uma aluna de aritmética da Escola Normal. Orçava meus escassos quatorze anos, e a aluna alçaria seus vinte de idade” (BACKHEUSER, 1994, p. 116).

Sua experiência no jornalismo teve início aos 16 anos, ao atuar como redator de uma folha política. Na sequência, teve espaço em outros jornais, como **O Nacional**: “O que conta para mim, como traço de

meu caráter e de minha fisionomia psicológica, teria de ser a entrada para O Nacional, e depois, quando morreu este, para A Pátria, panfleto de educação cívica” (BACKHEUSER, 1994, p. 191). Foi redator-chefe do jornal **O Brasileiro** e colaborador efetivo de vários outros periódicos. Ainda, fundou e dirigiu o **Boletim dos Professores Católicos** (1932-1933) e a **Revista Brasileira de Pedagogia** (1934-1936) (SANTOS, 1989).

Backheuser era jovem quando começou a escrever e a se destacar como escritor, o que fez dele um intelectual-escritor antes de se tornar um intelectual católico. O conceito de intelectual apresenta um caráter polissêmico; tendo surgido no contexto francês do século XIX, com o passar do tempo foi assumindo modelos distintos de representação. As tentativas de definição são dinâmicas, pois o conceito pode ser ressignificado à medida que a sociedade e suas necessidades vão se modificando. Em que pese isso, segundo Leclerc (2003), verifica-se que o intelectual surge de um fundo cultural e adota um posicionamento público diante das necessidades emergentes nos quadros social e histórico. Uma das características que qualificam a especificidade do intelectual-escritor diz respeito à capacidade de assumir um engajamento por meio de publicações – seja em livros, revistas ou jornais. É comum que os intelectuais usem desses meios a fim de ampliar seu alcance e sua representatividade, a partir das demandas que afloram nos grupos ou instituições dos quais façam parte. A intervenção do intelectual não está necessariamente atrelada a uma especialidade acerca da qual opine e publique, pois se trata de uma posição que ultrapassa o campo exclusivo da sua competência profissional em particular.

Everardo Backheuser realizou um trabalho de mediação no atinente a teorias e a práticas pedagógicas no Brasil, tendo

particularmente contemplado a Escola Nova. Sua atuação foi largamente empreendida por meio de publicações, dentre as quais está o livro **O Professor** (1946). Nele os conteúdos foram apresentados a partir da ótica formativa católica, característica distintiva da mediação cultural estabelecida por Backheuser. Embora não haja consenso no que diz respeito ao intelectual mediador ser considerado um produtor de conhecimento, optamos por empregar o conceito de modo a contemplar a ideia de que sua apropriação constitui uma nova produção cultural. Tendo isso em vista, entende-se que Everardo Backheuser originou um novo produto por meio de sua apropriação católica da Escola Nova, ou seja, engendrou um novo bem cultural.

Gomes e Hansen (2016) sintetizam a ideia de intelectual mediador, também chamado de mediador cultural, como aquele que atua como um intermediário no campo da cultura, ou seja, um intelectual que desenvolve práticas de mediação. Nessa perspectiva, tais práticas podem ser exercidas por um conjunto diversificado de agentes sociais relevantes na construção da identidade de uma comunidade, tratando-se de um trabalho organizado por uma rede de sociabilidade. As autoras apresentam indicações acerca do que seria, em linhas gerais, um intelectual mediador:

Na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

Sendo assim, a rede de sociabilidade intelectual se verifica importante na organização dos grupos em favor de uma causa ou objetivo, podendo ser institucionalizada para atingir maior alcance sociocultural. Segundo Sirinelli (2003), a rede de sociabilidade permite a “fermentação intelectual”, ou seja, uma discussão para a elaboração e difusão de ideias que contribuem para a formação da identidade do grupo, o que estreita a afinidade entre os pares e os fortalecem no campo cultural. Gomes e Hansen (2016) explicam ser frequente que intelectuais mediadores ocupem cargos estratégicos em organizações políticas. Nota-se, assim, como as redes de sociabilidade das quais fazem parte permitem que protagonizem projetos de impacto social. Também é comum que acumulem cargos variados e funções diversas ao longo de sua trajetória profissional, tal como ocorreu com Everardo Backheuser – intelectual foco deste estudo.

Para Sirinelli (2003, p. 242), a imprecisão que acompanha o conceito de intelectual está muito relacionada com a evolução histórica e as mutações da sociedade. A considerar isso, defende-se a necessidade de uma definição baseada em invariantes, as quais “[...] podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. No caso dos criadores e mediadores culturais, “[...] estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito”. Intelectuais mediadores costumam dirigir suas ações para a formação de profissionais, a fim de disseminar práticas e saberes, e assim lhes conferir uma identidade. O intelectual mediador se distingue, em grande medida, por se dedicar à comunicação: “Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de

linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 19).

Backheuser, em suas publicações – de modo a concretizar uma mediação católica da Escola Nova – apresentava conteúdos de forma simples e didática para transmitir, agregar e produzir novos significados por meio da sua apropriação. Dentre essas publicações da área da Pedagogia destacam-se: **Aritmética na Escola Nova (a nova didática da aritmética)** (1933), **Técnica da Pedagogia Moderna (teoria e prática da Escola Nova)** (1934), **Ensaio de Biotipologia Educacional** (1941) e **O Professor** (1946). Nesses livros o autor lidou com novos saberes e conhecimentos, de modo a originar um “novo produto”, um novo bem cultural, pois se tratava de uma reelaboração das teorias e práticas da Escola Nova, produzida intencionalmente para a formação de professores. O conteúdo é resultado da apropriação católica realizada pelo autor, o que, por seu modo particular, resultou em novos conhecimentos:

[...] o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18).

De maneira complementar, as autoras contemplam o conceito de apropriação cultural, conforme concebido por Roger Chartier, a fim de tratar da questão da produção de bens culturais e também dos sentidos a eles atribuídos socialmente. O conceito é significativo para se analisar a intencionalidade dos projetos e os objetivos de seus produtores, bem como para avaliar seu consumo por parte do público. A apropriação

cultural considera, assim, a particularidade dos modos de interpretação:

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 2002, p. 24).

As leituras atingem os leitores de forma singular, pois há diversas possibilidades de interpretação, fato que faz com que os intelectuais mediadores se tornem produtores de sentido, portanto, produtores de bens culturais. Desse modo, enfatizamos que Backheuser estudou a Escola Nova, apropriou-se de conteúdos que de alguma forma influíram para que trabalhasse na elaboração de um novo bem cultural, efetivamente, numa versão católica, construindo assim sua leitura particular do assunto.

As redes de sociabilidade que discutiam a educação mediante variadas apropriações da Escola Nova colocavam em prática estratégias para disseminar suas interpretações acerca das novidades pedagógicas:

A diferença entre as estratégias editoriais de 'pioneiros' e 'católicos' não se restringiu ao modo como diferencialmente se apropriaram dos preceitos da pedagogia da escola nova. Nessas estratégias, é o próprio campo dos saberes pedagógicos que é diferencialmente constituído (CARVALHO, 2005, p. 89).

Portanto, para além da apropriação, coloca-se a questão da finalidade editorial: enquanto o grupo conhecido como pioneiros da Educação Nova teve maior foco nos debates legislativos, vide o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** (1932); o grupo católico investiu mais decisivamente em uma estratégia editorial voltada para a

formação de professores, como no caso da produção dos livros pedagógicos de Backheuser.

A conversão de Everardo Backheuser ao catolicismo ocorreu em 1928, ano em que sua primeira esposa, Ricarda Backheuser, sofreu um acidente e faleceu. O intelectual relatou ter tido duas visões de Jesus Cristo logo após a morte da esposa, e que esses episódios foram decisivos para a sua conversão, pois foram por ele interpretados como um milagre. Até então havia sido indiferente ao âmbito da religiosidade, embora tivesse origem em uma família católica (SANTOS, 1989; BACKHEUSER, 1994). Uma vez convertido, Everardo Backheuser passou a integrar a intelectualidade católica ligada à revista **A Ordem** e ao Centro Dom Vital, criados respectivamente em 1921 e 1922, por Jackson de Figueiredo. O Centro Dom Vital era um instituto católico de grande importância para a Igreja no país e de significativa representatividade social, atingindo diferentes setores da vida cultural e política. Um dos objetivos da instituição era cooptar quadros para as causas do catolicismo no Brasil, não apenas acolhendo-os sob a forma da vida religiosa, mas também sob a forma da militância leiga. Desse quadro, Alceu Amoroso Lima foi a mais destacada liderança do laicato à frente do Centro Dom Vital, a partir de 1928 (MAINWARING, 1989).¹

O primeiro artigo de Backheuser publicado na revista **A Ordem**, intitulado **A disciplina da Igreja**, saiu em 1930, e foi anunciado por Alceu Amoroso Lima nas páginas do periódico da seguinte forma:

Do Jornal **O Cruzeiro**, excelente publicação semanal católica de Niterói, transcrevemos o admirável artigo que se segue, da lavra do prof. Everardo

¹ O Centro Dom Vital continua ativo até o presente, dedicando-se à difusão da fé cristã e à evangelização da cultura. Promove debates culturais e religiosos e prossegue editando a revista **A Ordem**.

Backheuser cuja conversão recente foi uma das maiores conquistas da verdade católica do nosso país (LIMA, 1930, p. 81).

Everardo Backheuser publicou mais três artigos na revista, a saber, **Os dois polos da terra: ensaio antibolchevista** (1931), **A escola única** (1933) e **O Livro do Gênesis e as cosmologias modernas** (1940). Embora tenha publicado pouco no órgão oficial de comunicação do Centro Dom Vital, isso não é indício de que não recebesse atribuições e solicitações por parte das lideranças intelectuais católicas, visto seus livros terem sido constantemente destacados e recomendados em **A Ordem**. Inclusive, Jônatas Serrano² publicou no periódico um resumo do livro **Técnica da Pedagogia Moderna**, em 1935, ressaltando sua importância para a Pedagogia Católica. Também eram divulgados os cursos e as conferências ministrados por Everardo Backheuser, o que o destacava como um intelectual que tratava de temas relacionados à Pedagogia, notadamente a Escola Nova, sob as lentes do catolicismo (PRACHUM, 2019).

O Centro Dom Vital foi a instituição que impulsionou a ampliação da rede de sociabilidade de Backheuser, na medida em que ali logrou estabelecer novos contatos com intelectuais ligados à Igreja. Conforme Sirinelli (2003), tais redes dizem respeito a uma “estrutura organizacional de sociabilidade”, na qual vínculos interpessoais são estabelecidos em certos espaços em uma determinada época, efetivando-se por meio da composição de interesses e afinidades.

² Jônatas Serrano (1885-1944): intelectual católico, formando em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi professor de História da Civilização; membro do Conselho Nacional de Educação e do Centro Dom Vital, em cuja revista publicou diversos artigos. Autor de mais de quinze livros sobre História da Civilização, Pedagogia e Direito.

Assim, verifica-se a relevância das redes de sociabilidade para o trabalho intelectual em torno de um objetivo, pois:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Efetiva-se, assim, uma organização dos intelectuais no espaço social, de modo a articular e coordenar suas ações.

Everardo Backheuser foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, instituição que tinha como um dos objetivos discutir a reestruturação do sistema de ensino do país no contexto da busca pela modernização da Pedagogia, com destaque para o movimento da Escola Nova. Especialmente no início da década de 1930, despontaram divergências entre seus integrantes, como, por exemplo, em relação às questões da laicidade do ensino e ao papel do Estado na Educação, o que culminou com a saída dos representantes católicos, em 1932. Para Backheuser (1946, p. 215):

A fundação da Associação Brasileira de Educação representa um passo quilométrico na marcha para a vitória da Renovação Educacional. Poucos poderão compreendê-lo, se não se quiserem deslocar, no tempo, para aquela época que, apesar de datar de tão poucos anos, estava tão fechada às novas concepções (BACKHEUSER, 1946, p. 215).

A conversão de Backheuser ao catolicismo impactou a maneira como passou a se apropriar das modernas teorias e técnicas pedagógicas, sem que isso, no entanto, trouxesse implicações no que dizia respeito ao seu posicionamento em favor da implantação de novas proposições de ensino. O que se verificou foi que o autor passou a

articular, por meio de sua atuação como intelectual do campo educacional, os saberes da Escola Nova com os da tradicional Pedagogia católica. Com a saída dos intelectuais católicos da ABE, houve a necessidade de organizar outro espaço para a discussão da Educação, a partir da perspectiva defendida pela Igreja. A fim de atender a essa demanda, foi fundada, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), instituição da qual Backheuser foi o primeiro presidente. Com vistas a garantir a ortodoxia da Confederação, o padre Leonel Franca foi nomeado seu assistente eclesiástico. A CCBE representou um espaço importante para a rede de sociabilidade dos intelectuais católicos, uma vez que foi criada a partir da multiplicação das Associações de Professores Católicos (APCs), tendo contribuído também para dar maior coesão ao grupo, o que impulsionou seu propósito de lutar pelos interesses da Igreja nas questões educacionais, e discutir as propostas para a Educação num quadro social de modernização do país (SGARBI, 1997).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela efervescência das discussões acerca de novas propostas para a Educação no Brasil. O que contribuiu para que ganhassem corpo discordâncias entre os grupos que debatiam o campo educacional, assim, questões como, por exemplo, o papel do Estado, a laicidade, a formação de professores e o acesso ao ensino – público e privado – se tornaram pontos importantes. Nesse quadro, intelectuais ligados à Igreja atuaram intensamente no âmbito editorial, tendo Everardo Backheuser se distinguido por sua relevante produção escrita.

O PROFESSOR: UM EDUCADOR VOCACIONADO

A publicação de variadas modalidades de textos produzidos por intelectuais-escretores católicos foi importante para a defesa dos princípios da Igreja no campo educacional. Everardo Backheuser publicou livros que circularam nas instituições de formação de professores com a finalidade de dar projeção ao modelo católico de educação integral, de modo articulado à Escola Nova. Antes mesmo da sua conversão ao catolicismo, Backheuser já havia visitado algumas escolas na Alemanha a pedido de Fernando de Azevedo, então diretor-geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, para colaborar com as reformas no sistema de ensino. Assim, teve a oportunidade de tomar contato com a aplicação das práticas pedagógicas da Escola Nova em solo europeu e de avançar em seu conhecimento sobre o assunto. Seu livro de maior alcance nesse âmbito foi **Técnica da Pedagogia Moderna: teoria e prática da Escola Nova (1934)**, que circulou em espaços de formação de professores não só no Brasil, mas também em outros países, como a Argentina e Portugal (SANTOS, 1989; SGARBI, 1997).

Em 1946, Backheuser publicou **O Professor**, obra na qual elencou aquelas que entendia serem as características de um “verdadeiro professor”. Ao fazer isso acabou por descrever, ou talvez mesmo prescrever, um perfil desejável para a função. O autor contava 67 anos de idade ao escrever o livro, e lançou mão de sua vasta experiência no campo educacional a fim de apresentar e justificar o que entendia serem as aptidões importantes ao desempenho da profissão. Backheuser trabalhou como professor até quase os últimos dias de sua vida. Faleceu em 1951, na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de uma artrite reumatoide (ROSA, 2017).

As produções escritas de Everardo Backheuser são concretizações de seu trabalho como intelectual mediador da Escola Nova. É importante mencionar que outros intelectuais católicos também trabalharam na edificação e divulgação de Escola Nova, algo até mesmo fomentado no interior da CCBE. Intelectuais importantes, tais como o padre Leonel Franca, apoiavam a construção de uma Escola Nova católica, portanto, tratava-se de um trabalho gestado em grupo, pensado e discutido no meio católico, para que diferentes materiais escritos fossem aceitos e publicados. Álvaro Negromonte, Waleska Paixão, Evangelina Gonzaga e Julieta Magalhães Lopes são exemplos de intelectuais que também buscavam aproximar as propostas da Escola Nova com a Pedagogia católica nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, no contexto de debates de renovação educacional (ORLANDO, 2008).

Everardo Backheuser foi um intelectual comprometido com as questões da educação, verificando-se, a partir de sua conversão ao catolicismo, um envolvimento ainda maior de sua parte. Foi um dos fundadores da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal e da Associação Fluminense de Professores Católicos, com o propósito de debater os desafios emergentes da modernização pedagógica, que teria impacto na formação das novas gerações no ambiente escolar. Fato que era uma preocupação da Igreja, conforme registrado na Carta Encíclica ***Divini Illius Magistri: acerca da Educação Cristã da Juventude***, promulgada pelo papa Pio XI em 1929:

E sendo necessário que as novas gerações sejam instruídas nas artes e disciplinas com as quais aproveita e prospera a convivência civil, e sendo para esta obra a família, por si só, insuficiente, daí vem a instituição social da escola, primeiramente, note-se bem, por iniciativa da família e da Igreja, e só mais tarde por obra do Estado. Por esta razão, a escola, considerada até

nas suas origens históricas, é por sua natureza instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, e portanto, por lógica necessidade moral deve não somente não contraditar, mas harmonizar-se positivamente com os outros dois ambientes, na mais perfeita unidade moral possível, a ponto de poder constituir juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso contrário, em obra de destruição (PIO XI, 1929, p. 20).

É perceptível na leitura do livro **O Professor** que Everardo Backheuser tomou para si, como uma espécie de missão, atuar na formação de professores em favor da educação integral católica. Para fundamentar seus argumentos nos livros pedagógicos que redigiu, com frequência Backheuser empregou a Psicologia Estruturalista, conforme concebida pelo filósofo e psicólogo alemão Eduard Spranger (1882-1963), o qual discutia aspectos físicos, intelectuais, morais e religiosos na formação humana, a partir do que entendia serem “estruturas da alma”. Backheuser explica que, na concepção de Spranger, a alma se define como uma síntese particular de estruturas que se organizam durante a vida e compõem a personalidade. Algumas estruturas sobressaem em relação às outras por meio de conexões e combinações entre funções, o que tornaria a personalidade única. Nesses termos, a educação se constituiria como um fator-chave no desenvolvimento saudável das estruturas da alma, uma vez que envolveria os âmbitos social, cultural e histórico nos quais a pessoa estaria inserida.

Backheuser (1946) recomenda a leitura do seu livro **Biotipologia Educacional** (1941) para aprofundar o entendimento da relação da Psicologia Estruturalista de Spranger com o seu conceito de vocação. Nesse quadro interpretativo só seria possível uma educação integral,

harmônica, completa se fossem trabalhadas todas as principais estruturas da alma: a física, a científica, a artística, a econômica, a social e política, e a moral e religiosa. O tema da personalidade é inserido na discussão encetada por Backheuser em razão de ser entendida como a organização específica das estruturas da alma em cada pessoa, perspectiva por ele empregada para abordar a questão da vocação. Backheuser (1946) ressaltava que as pessoas tinham uma vocação natural como um sinal do divino, e explicava: “[...] cada qual recebe ao nascer um encargo especial preponderante”. (p. 34). Portanto, em sua avaliação, não bastava ter o desejo de seguir uma profissão, era preciso ter a vocação.

Verifica-se na interpretação empreendida por Backheuser que a estrutura religiosa era valorada como das mais importantes da alma. Com base nisso defendia que ela deveria ser privilegiada na educação integral, e explicava que a sua falta na formação poderia acarretar dificuldades para a vocação natural, para a vida pessoal e para as escolhas profissionais futuras – assim, destacava a relevância da educação católica como elemento capaz de integrar diferentes estruturas da alma. O intelectual-escritor católico buscava articular em seu texto o conteúdo das ciências modernas com a tradicional filosofia cristã, a fim de construir sua sustentação argumentativa. Os trabalhos de Backheuser defendiam o ensino religioso como parte fundamental de uma proposta de educação integral – ou seja, que contemplasse corpo, intelecto e moral/espírito (BACKHEUSER, 1934, 1941, 1946).

Ao discorrer acerca das características que considerava importantes para o exercício da profissão de professor, e ainda, ao abordar traços que fariam parte das qualidades de um educador vocacionado, Backheuser tratou de começar pelo amor e pela

sociabilidade: “Notar-se-ão como primeiras qualidades vocacionais: a sociabilidade e o amor, ambas caracteristicamente peculiares à estrutura social, de Spranger” (BACKHEUSER, 1946, p. 35). O amor é apontado no seu livro como característica fundamental, isto é, amor ao próximo que se completa com a sociabilidade, pois, segundo o autor, não bastaria amar, seria preciso demonstrar o amor por meio do seu trabalho, de modo a encontrar satisfação na convivência com seus alunos, por meio de uma relação de proximidade e amizade. Ao professor se demandariam amor ao próximo e amor ao trabalho que, somados à sociabilidade, seriam indicativos de qualidade vocacional para a profissão. Educadores vocacionados apresentariam traços recorrentes de amor e sociabilidade:

A sociabilidade conduz o professor a ser comunicativo, a se solidarizar com os alunos, a estimar e procurar sua convivência, a se tornar deles um amigo, a se alegrar com as suas vitórias, a sofrer com o que de mal lhes possa acontecer. Tudo isso, que se traduz em qualidades de sociabilidade, significa amor ao próximo, quer dizer, caridade que lhe é sinônimo (BACKHEUSER, 1946, p. 35).

Segundo o autor, somente teria “alma de educador” aquele que evidenciasse as características básicas que ele apresenta e discute em seu livro. A sociabilidade era necessária para que o professor conhecesse a realidade dos seus alunos: “O contato do professor com a vida extraescolar de sua classe servir-lhe-á, se o quiser, para orientar o próprio ensino, aproximando-o da vida, como recomenda a pedagogia moderna” (BACKHEUSER, 1941, p. 160).

As características elencadas por Backheuser no livro **O Professor** são, notadamente, pensadas de modo articulado com a necessidade de

um trabalho de cooperação entre as instâncias educativas Família, Igreja e Escola. Para além da capacidade de sociabilidade, destaca-se a importância dada pelo autor à capacidade de amor à profissão, pois com ela o educador teria mais condições de enfrentar as dificuldades da rotina de ensino, aceitando “com satisfação” uma dedicação integral e muito devotada aos estudos, assim suportando, inclusive, a ambiência social de desvalorização da profissão:

As pessoas com real vocação para educadores suportam com galhardia essa situação, sorriem da miserável retribuição que lhes chega a troco de tão grandes dispêndios de forças. E quantas vezes ainda tiram do magro bolso quantias para melhorar o ensino das respectivas classes e escolas. O desinteresse pela riqueza, acaso pelas comodidades da vida, ou seja, o espírito de sacrifício, precisa ser pois um dos adornos do educador (BACKHEUSER, 1946, p. 40).

Backheuser (1946) afirmava que o amor pela profissão tornava o trabalho prazeroso, a considerar isso, reforçava o emprego do termo vocação para apresentar as características esperadas de um educador. Em seu entendimento, o professor que amasse a profissão se dedicaria mais a ela e, como todo professor, precisaria ser um “eterno estudante”, e isso não poderia ser um fardo, mas um gosto, uma parte efetiva do educador vocacionado: “O professor é um eterno estudante, um ‘scholar’, queimando as pestanas nos livros. O professor que não estude ‘por prazer’ faça-o ‘por dever’” (BACKHEUSER, 1946, p. 114). Backheuser entendia, portanto, que se o professor não possuísse esse traço vocacional, ou seja, o gosto pelo estudo, deveria fazer o esforço até que se tornasse um hábito, pois considerava a leitura dedicada uma obrigação para todo professor: “O professor que paralisa seus conhecimentos em dada época, ou sintoniza por um único autor,

eminente que seja este, raramente se consagra como bom professor” (BACKHEUSER, 1946, p. 62). O educador vocacionado deveria estudar para se renovar, inclusive no que dissesse respeito às novas metodologias de ensino, a serem apresentadas e trabalhadas junto aos alunos.

O conceito de vocação, conforme Abbagnano (2007), teve origem no cristianismo paulino e significava atender a um chamado e nele permanecer. Posteriormente, no campo pedagógico, vocação foi entendida como tendência para uma profissão, ocupação ou atividade, e foi nesse sentido que Backheuser se apropriou do termo para a discussão específica em seu livro.

Ao lado da imponderável influência do meio físico e social, dos componentes hereditários e de educação, há, sem dúvida, a contribuição muito importante, de qualidades inatas, tipicamente individuais, que caracterizam o chamamento do homem por Deus, isto é, a vocação. A vocação é o próprio da personalidade, é o sinal do divino aposto a todo homem, e aposto diferencialmente, pois que cada qual como que recebe ao nascer um encargo especial preponderante (BACKHEUSER, 1946, p. 33-34).

Ao articular o aspecto vocacional, segundo a conceituação católica, com a teoria de Eduard Spranger, Backheuser destacou que a tarefa do professor educador era especialmente delicada, uma vez que deveria contemplar em sua prática pedagógica o trabalho com a integralidade das estruturas da alma, para que não corresse o risco de desviar seus alunos da vocação natural. O professor que tivesse a vocação para o exercício do magistério faria esse trabalho com maior facilidade e teria, até mesmo, satisfação em educar e ensinar, pois disporia das qualidades essenciais para desenvolver a profissão: “A vocação para a carreira do magistério (como aliás qualquer carreira) é coisa que pode ser traduzida

objetivamente por uns quantos indícios. Os melhores indícios residem exatamente nas qualidades do professor” (BACKHEUSER, 1946, p. 34).

Backheuser (1946) defendeu que a vocação deveria ser verificada antes da admissão ao trabalho em instituições de ensino. Durante seu processo de formação para a docência, os estudantes deveriam ter acesso à possibilidade de longas observações para a leitura da preponderância das estruturas da alma, de modo que conselheiros pudessem orientar os futuros profissionais. Os conselheiros, ou seja, profissionais que acompanhariam a formação dos candidatos a professores, teriam a função de fazer observações e registros de questões biológicas e psicológicas, especialmente as de caráter biotipológico e estrutural. O autor produziu, inclusive, um fichário biotipológico para ser usado por professores, a fim de registrar o desenvolvimento dos seus alunos – o qual foi disponibilizado pela primeira vez em seu livro **Biotipologia Educacional** (1941).

Entre os motivos que justificariam a verificação da vocação para exercer o magistério estava a particularidade da função a ser cumprida por um educador, notadamente a considerar a necessidade de que fosse capaz de ministrar uma educação integral, o que seria possível de acordo com Backheuser, apenas por meio da ação pedagógica de pessoas dotadas das características adequadas para um bom desempenho da profissão. Para que a educação integral fosse possível, o professor teria que ser um educador, ou seja, aquele que, além de ensinar os conceitos científicos, educaria para a vida: “Professor e educador passam assim a ser qualificados de um encargo unitário: ensinar e educar” (BACKHEUSER, 1946, p. 18). Portanto, para o autor, instrução e educação andariam juntas, e o processo educativo deveria insuflar novas qualidades e acentuar as inatas. O que seria possível mediante um

trabalho pedagógico que contemplasse as principais estruturas da alma, por meio da educação física, da educação científica, da educação artística, da educação econômica, da educação social e política, da educação moral e religiosa.

Backheuser (1946) explicou que educar estava para além de instruir, pois significava modelar, formar os educandos que foram confiados à instituição de ensino pela família e pela Igreja. Afirmou, ainda, que educar era “formar hábitos”, o que ocorreria graças a treinos, repetições e pela interferência do professor. Ele precisaria interferir, mesmo que de maneira discreta, para que fosse possível conduzir os alunos e colaborar para a formação de bons hábitos. Ao tratar disso, agregou outra característica importante ao seu modelo de professor educador, qual seja, ser um exemplo de pessoa para os seus alunos, dentro ou fora da escola: “[...] deve o professor se recordar, em primeiro lugar, de que perante seus alunos, é ele, a toda hora, em classe e fora de classe, um modelo vivo” (BACKHEUSER, 1946, p. 53).

Na condição de professor educador o exemplo seria a melhor maneira de educar, pois Backheuser entendia que as crianças aprendiam muito pela imitação das pessoas de seu maior convívio. Por esse motivo, o educador teria a responsabilidade de ter um bom comportamento, uma boa postura, visto ser um modelo impactante para seus alunos. Para o autor, a ausência de uma real vocação para a profissão acarretaria dificuldades para essa pedagogia ancorada em exemplos, o que poderia prejudicar o bom desenvolvimento dos alunos.

Ora, o professor, em face de seus alunos, já por sua idade e função, já por seu preparo e modos de atuar, exerce forte ação sugestiva. Às vezes, até maior que a dos pais, por isso que sua ação, do ponto de vista da sugestibilidade, é mais enérgica. Consequência da ação sugestiva é a

imitação. A imitação pode ser voluntária. Na maioria dos casos não o é (BAKHEUSER, 1946, p. 54).

Dessa forma, sustentava que se o educador não fosse um bom exemplo como pessoa, existia o risco de que seus alunos o imitassem, tanto de maneira deliberada quanto de modo involuntário. Educar pelo exemplo, portanto, ganhava um papel destacado na concepção formativa defendida por Backheuser, sendo que o professor, então, precisaria desenvolver a capacidade de autocontrole, com vistas a reconhecer seus defeitos e buscar o aprimoramento de sua personalidade.

Everardo Backheuser (1946) aborda também em seu livro as variações semânticas pelas quais o conceito de professor passou ao longo do tempo; assim, expressões como mestre-escola, instrutor, preceptor e pedagogo, em sua avaliação, poderiam convergir naquele momento histórico para o conceito de educador. Para ele, a expressão educador seria a que melhor representaria o papel daquele que conduziria o processo de uma educação integral, o que estaria para além de instruir/ensinar. O educador seria o responsável pela formação da pessoa, sendo depositário da confiança da família, da Igreja e do Estado. Deste modo, o autor deixava claro que, por mais que seu livro contasse com a palavra professor no título, ele reconhecia conceitualmente esse profissional como um educador, pois:

[...] cada vez mais se pede do professor o exercício da função de educador. Será, pois, no largo e belo conceito de educador que focalizamos neste livro “o professor”. [...]. E portanto, teremos de examinar suas atividades nos diversos graus de ensino e nas múltiplas modalidades do ensino e da educação (BACKHEUSER, 1946, p. 18).

O conceito de professor para Backheuser (1946) remete aos que ensinam tendo assumido a missão de educar, então, todo professor poderia ser entendido como um educador. O autor explica que a educação integral se fazia necessária devido às mudanças na organização familiar e também ao tempo que as crianças passavam no ambiente escolar. Segundo ele, com frequência, mães, que antes tinham mais tempo para encaminhar a educação moral e cultural dos filhos, por necessidade, passaram a trabalhar fora, em razão disso a responsabilidade de educar precisou ser compartilhada. Backheuser afirma que esse foi um papel importante que a escola moderna precisou assumir, na medida em que lhe foram acrescentados encargos educacionais para além dos instrutivos. Tal situação demandaria uma aliança entre família e escola, a fim de promover o pleno desenvolvimento humano. “O espírito de colaboração é a essência mesma da pedagogia moderna. Os mestres, que desejarem ser educadores em toda a extensão da palavra, precisam se impregnar desse espírito” (BACKHEUSER, 1946, p. 73). A cooperação deveria ocorrer entre todos os envolvidos no processo educativo: professores, funcionários, alunos e famílias.

Ao dar continuidade à discussão acerca do modelo de “bom professor”, Backheuser (1946) ressaltou que o educador vocacionado representava uma figura de autoridade, a partir de uma relação de proximidade com os alunos pautada pelo senso de justiça, algo que, segundo ele, seria também um aspecto importante para a motivação ao estudo. Na avaliação do autor, a autoridade se faria necessária mesmo no contexto de novas práticas pedagógicas, como as defendidas pela Escola Nova. No sentido de uma afirmação positiva da autoridade, o professor precisaria estar cada vez mais preparado para atender aos

alunos, esclarecer dúvidas e despertar a curiosidade para aprender, pois a tarefa do educador se tornaria mais complexa à medida que o aluno se exercitasse ativamente no processo de construção do conhecimento.

A autoridade deveria promover o reconhecimento de uma figura superior, portanto, seria um elemento importante para se trabalhar a estrutura religiosa. Tal característica é ressaltada por ser um elemento estabilizador, no sentido de manter a ordem, algo frequente nos escritos de intelectuais católicos diante de questões inovadoras no campo educacional. Segundo a lógica da concepção da Igreja, seria fundamental reconhecer uma figura de autoridade como norteadora da educação, algo que pode ser verificado, inclusive, na **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri***, do papa Pio XI:

Tais são na sua generalidade aqueles **sistemas modernos**, de vários nomes, que apelam para uma pretendida autonomia e ilimitada liberdade da criança, e que diminuem ou suprimem até a autoridade e a ação do educador, atribuindo ao educando um primado exclusivo de iniciativa e uma atividade independente de toda a lei superior natural e divina, na obra da sua educação (PIO XI, 1929, p. 16, grifo nosso).

A perspectiva católica de ensino demarca francamente que o fato de o aluno ser visto como ativo no processo de aprendizagem não significaria que ele dispusesse de total liberdade em suas ações. Ele precisaria ser balizado por um direcionamento do professor educador, em uma proposição de equilíbrio entre sua liberdade e a autoridade de seu superior hierárquico. “Para que benéfica seja a cooperação, quer dos alunos entre si, quer entre eles e o professor, é indispensável, para que se não transforme em balbúrdia e anarquia, ser sempre mantida a autoridade moral do mestre” (BACKHEUSER, 1946, p. 76).

Embasando-se na Psicologia Estruturalista de Spranger, Backheuser (1946) afirmou que, se a escola não trabalhasse as principais estruturas da alma, os educadores seriam responsáveis por formar “aleijões”, pois sem o ensino da religião essa esfera resultaria atrofiada. O ensino da moral, juntamente com a religião, seria, nessa perspectiva, indispensável para a formação humana integral. Ainda segundo Backheuser, a escola era reflexo do pensamento dominante no país, portanto, seria falaciosa a ideia de que ela poderia ser neutra, sendo esse mais um dos motivos que o levava a defender a presença do ensino religioso nas instituições escolares. Nesse sentido registrou: “É velho prolóquio que ‘a ciência só nos afasta de Deus quando é pouca; mas se for muita, dele nos aproxima” (BACKHEUSER, 1946, p. 64).

Everardo Backheuser apresentou, por meio de seus escritos, uma mediação católica da Escola Nova, desdobrando temas a partir de sua apropriação das modernas teorias e práticas pedagógicas. Embora o início de seu interesse e estudo da Escola Nova anteceda sua conversão ao catolicismo, esse evento e seus desdobramentos em sua rede de sociabilidade conferiram maior entusiasmo e projeção à sua ação intelectual. Verifica-se como os conhecimentos que já havia incorporado acerca dessa teoria do ensino passaram a ser balizados pela perspectiva cristã, num movimento que atendia a demandas emergentes para a hierarquia da Igreja no campo educacional. A Pedagogia católica buscava se renovar em um cenário de modernização social e cultural, e nesse quadro sua ação como intelectual-escritor católico foi importante para o fomento do debate que levou à renovação da Pedagogia católica no Brasil – em proposições que buscavam dialogar com novidades da técnica e dos meios, sem abrir mão das finalidades defendidas pela educação católica. A publicação de vários livros

pedagógicos por parte de Everardo Backheuser – dentre os quais estava **O Professor** – é um registro importante para a História da Educação no Brasil, visto expressar a ação católica em sua estratégia editorial, a fim de marcar presença e influenciar os cursos de formação de professores nas primeiras décadas do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se converter ao catolicismo, Everardo Backheuser ampliou sua rede de sociabilidade, e, especialmente na CCBE, trabalhou na construção e na divulgação de uma apropriação católica da Escola Nova. De maneira singular, coesa e fundamentada, escreveu livros para a formação de professores. **O Professor** é a obra que centralizou suas discussões em torno da difusão das características desejáveis ao educador, a partir da perspectiva das lideranças intelectuais católicas, diante das novas propostas pedagógicas. Desse modo, apresentou o que esperava verificar em um profissional da educação para que pudesse ser considerado um “verdadeiro professor”.

A partir da leitura de **O Professor**, destaca-se que, para Backheuser (1946), todo professor deveria ser um educador vocacionado, responsável não apenas pela instrução científica, mas comprometido com a educação integral do aluno, a fim de alavancar sua formação humana. Um professor educador que tivesse as características fundamentais para o desempenho da profissão teria de fato a vocação, apresentada pelo autor em termos majoritariamente providencialistas. Entre as qualidades essenciais do educador vocacionado, Backheuser enfatizou a necessidade de que o professor fosse um bom exemplo dentro e fora da escola, uma vez que seria um modelo exposto à imitação

para seus alunos. Também destacou que todo professor deveria ter senso de justiça, ter amor ao próximo, amor pela profissão e pelos estudos, caracterizando-se como um dedicado e eterno estudante. Ainda para o autor, a sociabilidade seria uma característica fundamental ao professor, pois possibilitaria a ele ser participativo e conhecer mais a vida dos alunos, de modo a contribuir para seu desenvolvimento em variados âmbitos formativos, tais como: o corporal, o intelectual, o moral/espiritual, cujo somatório contemplaria a pessoa humana – conforme a cosmovisão católica que sustentava essa proposição de educação integral.

O empenho de Everardo Backheuser na defesa da formação integral é um dos aspectos distintivos de seu trabalho como escritor em favor do pensamento católico, o destaque para o ensino religioso como elemento fundamental para a formação humana é modelar nesse sentido. Para uma efetiva implementação da proposta, em alinhamento com as indicações do papa Pio XI, apresentou a defesa de uma cooperação entre Família, Escola e Igreja, a fim de promover a educação integral nos termos católicos. Como fundamento de seus argumentos, destaca-se a apropriação da Psicologia Estruturalista de Eduard Spranger, descrita como uma expressão da moderna ciência pedagógica. Especialmente a defesa da existência de estruturas da alma foi realçada por Backheuser. Com efeito, a partir de Spranger, tais estruturas foram apresentadas como base teórica a ser empregada no trabalho do professor em favor da formação integral, dando-se ênfase à importância da estrutura religiosa para o desenvolvimento de uma personalidade bem integrada. Assim, caberia ao professor educador direcionar a construção do conhecimento por parte dos alunos, por meio da observância das referidas estruturas da alma e da indicação dos

caminhos corretos a serem seguidos em uma trajetória formativa orientada por valores.

Ao se examinar os anos de trabalho dedicados por Everardo Backheuser ao ofício de escritor, sobretudo às publicações pedagógicas católicas, entende-se a pertinência de qualificá-lo como um intelectual-escritor católico. Intelectual-escritor pela sua capacidade de engajamento, por meio das publicações que circularam nos cursos de formação de professores, entre as quais destacamos **O Professor**; e intelectual católico por fazer uso dessa importante ferramenta, que é a escrita publicada, para destacar e alavancar os valores e os propósitos da intelectualidade ligada à Igreja, rede de sociabilidade à qual vinculava suas tomadas de posição na esfera do debate público.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BACKHEUSER, Everardo. **A Aritmética na Escola Nova**. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1933.
- BACKHEUSER, Everardo. **Técnica da pedagogia moderna: teoria e prática da Escola Nova**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- BACKHEUSER, Everardo. **Ensaio de Biotipologia Educacional**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.
- BACKHEUSER, Everardo. **O Professor: ensinar é um prazer**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- BACKHEUSER, Everardo. **Minha terra e minha vida: Niterói há um século**. Rio de Janeiro: Niterói Livros, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 87-104,

jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3740>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

LIMA, Alceu Amoroso. Transcrições. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, p. 81-84, fev. 1930.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a Pedagogia do Catecismo (1937-1965)**. 2008. 380 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PIO XI. **Carta Encíclica Divini Illius Magistri** – Acerca da Educação Cristã da Juventude, 31 de dezembro de 1929. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.pdf >. Acesso em: 26 jan. 2022.

PRACHUM, Bianca Neves. **Educação e catolicismo: a construção de um modelo de professor e as apropriações católicas da Escola Nova a partir de Everardo Backheuser (1928-1946)**. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

ROSA, Maristela da. **Escolanovismo católico backheusiano: apropriações e representações da escola nova tecidas em manuais pedagógicos (1930-1942)**. 2017. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Sidney M. G dos. **A cultura opulenta de Everardo Backheuser: conceitos e leis básicas da Geopolítica**. Rio de Janeiro: Carioca de Engenharia S. A., 1989.

SGARBI, Antonio Donizetti. **Igreja, educação e modernidade na década de 30:** escolanovismo católico, construído na CCBE e divulgação pela Revista Brasileira de Pedagogia. 1997. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SKRUSINSKI, Joana Gondim Garcia; ORLANDO, Evelyn de Almeida. A Editora Agir e a prática de publicar coleções: a intelectualidade católica na produção e difusão de impressos pedagógicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30, 2019, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553178665_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2019.pdf>. p. 1-17. Acesso em: 16 maio 2022.

11

INTELECTUAIS, EDUCAÇÃO E IGREJA CATÓLICA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CATÓLICAS NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Evelyn de Almeida Orlando

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discute-se a participação de intelectuais católicas no Ensino Secundário público como uma estratégia de transmissão de uma cultura religiosa de base católica na formação de meninas e mulheres que passavam a integrar esse segmento de ensino como discentes e docentes.

Em 1941, Laura Jacobina Lacombe atesta no jornal **Traço de União**, periódico editado pelas alunas do Colégio Jacobina, as mudanças que tinham atingido a vida das mulheres naquela primeira metade do século, o que podia ser comprovado pelo crescimento expressivo no número de alunas da instituição que chegavam à conclusão dos estudos, fato que também ocorria em outras instituições de ensino de nível secundário. Assim relata essa educadora:

Nesta primeira metade do século, assistimos a uma grande transformação: há uns vinte anos, era reduzido o número das que iam até o fim dos estudos secundários. Hoje, são numerosas as que terminam e diversas já se encontram a caminho dos estudos superiores [...] (LACOMBE, apud MAGALDI; BERNER, 2013, p. 98).

A separação oficial entre Estado e Igreja, que se instituiu com a República no Brasil, desencadeou uma série de reações por parte da Igreja, que se viu destituída de alguns espaços privilegiados na organização do Estado e da sociedade. Tais reações se desdobraram em duas frentes privilegiadas: a formação de uma intelectualidade católica organizada em torno do Centro Dom Vital e da revista **A Ordem**¹, principalmente, e um forte investimento na criação de colégios secundários engajados no projeto de formar quadros dirigentes católicos comprometidos com o projeto de “recatolicização” da sociedade. Essa leitura já se constituiu como terreno de consenso na historiografia educacional. O que pouco se fala é sobre a presença feminina nesse projeto.

A representação mais comum em relação à educação feminina tem acentuado o projeto de formação de boas mães e esposas, instruídas naquilo que havia de mais moderno, para melhor empreenderem a formação dos futuros cidadãos. Nesse sentido já contamos com uma produção expressiva que tem destacado a importância dos colégios (com acentuado foco para a Escola Normal e os Institutos de Educação na formação da professora primária), da imprensa periódica, de livros especializados, de programas de rádio e inúmeras palestras e organizações sociais ao longo da primeira metade do século XX – como estratégias de educação feminina voltadas para o lugar e o papel social

¹ A revista **A Ordem** foi fundada em 1921, no Rio de Janeiro, pelo advogado e jornalista Jackson de Figueiredo, com o objetivo de divulgar concepções teológicas, filosóficas e políticas católicas. Em 1922, ela se vinculou ao Centro Dom Vital, criado nesse ano no Rio de Janeiro, também por Jackson de Figueiredo: uma associação de leigos católicos, projetada pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, com o objetivo de congregar a intelectualidade católica brasileira. O Centro e a revista existem até hoje. (Cf.: <<https://centrodomvital.com.br/>>).

prescritos para as mulheres no lar e, dentro de certos limites, também na vida pública.

Todavia, o endosso de parte da hierarquia católica em relação à educação feminina, a importância das congregações religiosas femininas nesse cenário e a ocupação de determinados postos por professoras do laicato católico no Ensino Secundário público, e não apenas no privado, ainda são temas a serem melhor investigados como uma forma de participação das mulheres católicas no projeto político, social e cultural que disputava a organização da sociedade brasileira. A atuação dessas mulheres como intelectuais também tem sido pouco investigada, sobretudo pelo rótulo conservador que a elas foi atribuído em virtude de muitas adotarem o discurso em defesa da função primeira da mulher como esposa e mãe, portanto, educadora por excelência, tal como orientava Laura Lacombe às suas alunas.

A mulher encontra hoje em dia, muito mais possibilidades de realizar sua finalidade: onde quer que esteja a mulher é sempre uma educadora: o ambiente em que vive sofre sua influência: irmãos, maridos, amigos, todos estão à altura do que irradia a sua personalidade, o seu sentimento materno [...]. (LACOMBE, apud MAGALDI; BERNER, 2013, p. 99).

No entanto, há duas questões aí postas: a primeira passa pela complexidade dos rótulos e da seleção de temas/sujeitos que consideramos mais dignos ou menos dignos de serem pesquisados. Quando falamos de trajetórias de mulheres, a ênfase recai sobre aquelas que tiveram uma atuação mais progressista. A segunda questão diz respeito à necessidade de se compreender os modos de intervenção política das intelectuais católicas, haja vista sua forte presença em espaços privilegiados de poder e, assim sendo, não é possível discutir

essa questão sem considerar tanto as práticas progressistas quanto as conservadoras.

Em larga medida as mulheres intelectuais, católicas ou não, se associaram a diferentes grupos. Tanto no âmbito político quanto no social, cultural e educacional elas foram demarcando paulatinamente seu lugar como intelectuais “produtoras e mediadoras culturais”, como parte de uma elite intelectual, tal como propõe Sirinelli (1996, 1998). Ao contrário da representação cristalizada na historiografia, elas compreenderam bem o jogo político que configurou o campo educacional e elaboraram táticas próprias de participação nesse jogo, que podem ser entendidas pela chave do gênero.

Este trabalho se inscreve, portanto, nos domínios da História da Educação, da História Intelectual e da História das Mulheres. As inovações no campo historiográfico educacional brasileiro têm dado lugar à emergência de inúmeros temas e problemas, ampliando-se a investigação sobre a inserção das mulheres em vários espaços sociais, para além do privado (DEL PRIORE, 1993). Nos espaços públicos, as pesquisas mais recentes têm destacado como mulheres de diferentes segmentos sociais circularam e participaram da organização da sociedade, produzindo experiências plurais que vão na contramão de uma vertente historiográfica que, durante muito tempo, as associou à lógica da dominação pelos homens, portanto, não sujeitos (PERROT, 2016).

No entanto, conforme Bicalho (1998), os debates em torno da educação das meninas e da ampliação dos direitos das mulheres contaram com a participação de várias mulheres letradas que, a partir de ofícios variados, acionaram a pena como forma de intervenção política no tocante à reivindicação de direitos, como o direito à

instrução e à educação formal das meninas, assim como de sua profissionalização. Se, de fato, a maioria das mulheres não era letrada, não se pode ignorar o fato de que na primeira metade do século XX o número de meninas alfabetizadas aumentou três vezes em relação ao dos meninos e homens (FRACARO, 2016), o que indica o interesse das mulheres pelo letramento como instrumento emancipatório e justifica os debates em torno da instrução de meninas e mulheres, congregando esforços de outras mulheres de diferentes estratos sociais nesse projeto.

No Brasil da virada do século XIX e primeira metade do século XX, pode-se dizer que houve um modo de ser intelectual sendo mulher. Cito aqui algumas estratégias identificadas até o momento em minhas pesquisas: uma formação distintiva; uma sólida e eclética rede de sociabilidade; a modulação do discurso, fundamental para a construção dessa rede e para o livre trânsito entre grupos de diferentes matrizes ideológicas; a aproximação e o distanciamento necessário de outras mulheres, a fim de formar um coletivo com força política, mas que ao mesmo tempo não comprometesse os lugares políticos que foram ocupando, o que dificulta compreendê-las pela simplificação que os rótulos produzem, por apagarem a complexidade dos sujeitos e da própria cultura política; e, fundamentalmente, a capacidade de se mostrarem úteis à Pátria e à Igreja, componentes basilares na formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, as intelectuais católicas se mostraram muito eficazes e, talvez por isso, tenham não apenas ocupado lugares políticos privilegiados como também se mantido neles por diferentes governos. Mais adiante apresentarei o exemplo de duas intelectuais que se revelaram competentes nessa arte, a partir do Ensino Secundário

profissional, designadamente pela Orientação Educacional: Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt.

Esse tipo de reflexão fundamentada na História Cultural e Intelectual nos permite elaborar melhor os imbricamentos entre os campos da Educação, Cultura, Religião, Política e Gênero no Brasil, tendo as mulheres como protagonistas desse cenário, atuando ativa e estrategicamente a serviço de Deus e da Pátria, mas também de si mesmas, tese que tenho defendido em relação ao estreito vínculo entre mulheres/religião².

É nesse bojo que o tema “Intelectuais, Educação e Igreja Católica no Brasil” ganha novas leituras e encontra novo lugar e novas representações na produção de conhecimento, a partir de um recorte de gênero. Neste artigo vou me referir sobretudo às intelectuais católicas e sua participação nos debates educacionais em torno da Educação Pública, com especial atenção para o diálogo estabelecido com a Escola Nova, a partir de sua presença no Ensino Secundário profissional, particularmente pela via da Orientação Educacional.

A PARTICIPAÇÃO DAS INTELLECTUAIS CATÓLICAS NOS DEBATES EDUCACIONAIS E NOS PROJETOS EM TORNO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL, A PARTIR DO ENSINO SECUNDÁRIO

Devido aos poucos estudos sobre mulheres intelectuais em nossa historiografia educacional, podemos mesmo chegar a indagar se elas existiram. Um dos argumentos para a ausência de estudos se firma sobre a premissa de ausência de fontes (PERROT, 2016). Segundo essa

² Esta tese vem sendo investigada no âmbito do projeto Educação, Gênero e Cristianismo, coordenado por mim em parceria com pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de Portugal. O projeto foi contemplado no Edital Universal CNPq 2016 e 2021.

autora, a incipiência de estudos sobre mulheres intelectuais decorre da ausência de fontes e da ausência de mulheres no espaço público. Ou seja, “as mulheres são menos vistas no espaço público” (PERROT, 2016, p. 16), e “porque são pouco vistas, pouco se fala delas” (PERROT, 2016, p. 17), configurando o que temos chamado de “silêncio das fontes”.

Não obstante ser esta, de fato, uma realidade em muitos casos, pesquisas mais recentes vêm dando conta da atuação de muitas mulheres como intelectuais em diferentes campos, mostrando que elas existiram e possibilitando extrapolar a problematização acerca do limite das fontes para o silenciamento das mulheres como sujeitos históricos.³ Apagamento que se dá por várias formas, inclusive ignorando a complexidade dos modos como as intelectuais se constituem como tal, minimizando ou mesmo ignorando a dimensão coletiva desse lugar e ajustando a lente apenas para quem consegue estar na linha de frente. Veras (2022) chama a atenção para esta questão basilar para os estudos sobre mulheres intelectuais.

A cultura política não é restrita aos que têm acesso a tribuna. Sem desconsiderar a importância do lugar privilegiado de fala, o púlpito é a ponta de um *iceberg*, cujas relações envolvem um número maior de sujeitos a disputarem o jogo (a despeito do gênero). Parece-me no mínimo reducionismo continuar a evidenciar apenas os sujeitos das tribunas de

³ Ver, dentre outros, o capítulo de livro **Mulheres intelectuais: onde elas estão em nossa História?**, escrito por Orlando (2021); os dossiês: **Mulheres intelectuais, cultura e educação no Brasil: notas de apresentação de um tema**, organizados por Orlando (2020); e **Mulheres intelectuais: práticas culturais de mediação**, organizado por Gomes, Kodama e Raffaini e Kodama (2021); a dissertação **Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992)**, de Karina Valim (2018); o artigo **Mulheres no Ensino Secundário: percursos das primeiras professoras do Colégio Pedro II**, de Oliveira e Costa (2020); a tese **Intelectuais protestantes e cultura escrita: histórias de missionários e missionárias entre Brasil e Estados Unidos**, de Loyde Anne Carrero da Silva Veras (2022).

forma metonímica – analisando a parte pelo todo –, sem, contudo, considerar as relações do todo sobre o qual um único sujeito ou pequeno grupo (de homens) se evidencia.

E, sob um complexo de relações de sujeitos que foram afastados das tribunas, dentre os quais, as mulheres, questiono a ausência de fontes. Ressalto que não refuto a dissimetria sexual das fontes, havendo mais registros sobre eles do que sobre elas, especialmente quando é sabido que os documentos oficiais “(arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas...) são produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos” (PERROT, 2010, p. 186).

Mas essa dissimetria não é ausência e, portanto, não pode ser tomada como justificativa para a irrelevância historiográfica (VERAS, 2022, p. 69-70)

No entanto, a ausência de estudos que tomem a mulher por intelectual não é exclusividade da historiografia brasileira. No campo francês, Florence Rochefort (2001) também destaca que mulheres como intelectuais ainda constituíam uma esfera pouco explorada nas pesquisas e nos provoca a ampliar nossos olhares para além dos limites disciplinares e temáticos.

A História das mulheres e os estudos de gênero não se colocaram diretamente a questão da intelectual. As análises da dominação masculina, da separação das esferas públicas e privadas e da construção social do masculino e feminino – constitutivos desses campos de pesquisa – trouxeram à luz as engrenagens da exclusão das mulheres do saber e dos espaços de exercício do poder político e intelectual. Paralelamente, muitas outras pesquisas vêm descobrindo que, apesar de tudo, elas tiveram acesso ao conhecimento, à ciência, à cultura e enriqueceram plenamente a vida intelectual. Essas figuras foram mais frequentemente estudadas em seus domínios de intervenção: primeiro a literatura e o feminismo, mas também a filosofia, a ciência, a psicanálise ou ainda a política (ROCHFORT, 2001, p. 1-2).

Tanto a dimensão da cultura política quanto a diversidade de modos de intervenção política, considerando-as seja como tática ou como estilo pessoal, nos permitem pensar na existência de uma pluralidade de discursos de mulheres no campo intelectual, não obstante as tentativas de apagamento que sofreram pela historiografia.

No entanto, a presença das mulheres em nossa historiografia educacional vem se tornando cada vez mais consolidada. Mesmo que não apresentem esse enfoque específico das intelectuais, os trabalhos têm revelado de que modo elas produziram e mediaram saberes culturais a partir das diferentes posições que ocuparam em suas múltiplas formas de engajamento na vida da cidade. É preciso agora ampliar a escala para considerarmos essas mulheres não apenas como mulheres de fazeres, mas também de saberes (ORLANDO, 2021).

Nessa ampliação das investigações, o conceito de “mediadores culturais” tem sido mobilizado, sobretudo, a partir do trabalho de Gomes e Hansen (2016). No entanto, pensá-las apenas pela chave da mediação reduz o seu espectro de atuação, uma vez que para além de mediar elas se inseriram no campo da produção intelectual, constituindo-se também como produtoras. O uso exclusivo da chave da “mediação” retira, ou pelo menos minimiza, sua participação no campo da produção de saberes. Muitas assumiram um protagonismo intelectual que conformava um determinado pensamento, uma visão de mundo, um projeto. Discursaram, escreveram, publicaram, participaram de formulações de políticas educacionais, disputaram projetos no campo político e educacional, demarcaram seu espaço no campo intelectual, apesar de sua condição de gênero muitas vezes as interditar, circularam e se apropriaram das ideias em voga em diferentes países e regiões do Brasil, formulando seus próprios

discursos, ainda que estes devam ser sempre entendidos, independente da condição de gênero, no âmbito da autonomia relativa, tal como atesta Bourdieu (2007, 2009). Nesse sentido, o diálogo com Sirinelli (1996) pela chave não apenas da mediação, mas também da produção, e com Sapiro (2012), pelos modos de intervenção política, parecem fornecer uma possibilidade mais ampliada de compreensão acerca dos modos de ser intelectual no feminino.

Na esteira dos projetos educacionais em disputa nos anos de 1920 e 1930, representada na polarização católicos x pioneiros, representação cristalizada na historiografia educacional até meados da década de 1980, mas que ainda permanece apesar das pesquisas já apontarem a complexidade dessas disputas e de seus sujeitos, que ora se aproximam ora se distanciam, conforme a agenda prioritária, a presença das mulheres no Ensino Secundário, por exemplo, é um dos lugares sombreados em nossa historiografia. No entanto, as mulheres foram se fazendo presente nesse espaço por diferentes vias, como, por exemplo, a participação na seção de Ensino Secundário da Associação Brasileira da Educação, a ocupação de cadeiras estratégicas como de Línguas Estrangeiras e de Orientação Educacional, incluindo a elaboração de material didático para algumas disciplinas. Desse modo, uma formação diferenciada proporcionava o capital intelectual e simbólico oportuno para algumas dessas frentes. O capital social e a rede de sociabilidade construídos em parcerias e laços de afeto também foram importantes elementos para a admissão de algumas mulheres em certas frentes, como o caso das intelectuais que serão aqui abordadas. Ambas eram concursadas, mas conquistaram lugares estratégicos na burocracia estatal que só se ocupavam por indicação política. Tal feito não nos permite desconsiderar o peso de suas redes.

A Reforma Francisco Campos, implementada a partir do Decreto nº 19.890, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), impulsionou a entrada das mulheres nos Cursos Secundários ao determinar alguns caminhos possíveis para se ocupar uma vaga como docente nesse segmento de ensino, a saber: formação acadêmica vinculada à matéria lecionada, o aumento do número de alunas no corpo discente; a necessidade de professores para as cadeiras de Línguas e Ciências Modernas, implementadas pela Reforma. Tudo isso favorecia aquelas mulheres que haviam se formado, por exemplo, no exterior e dialogavam com os pressupostos da Escola Nova, contribuindo para o caráter modernizador que as reformas educacionais pretendiam alcançar.

Oliveira e Costa (2020), ao tratarem das primeiras docentes no Colégio Pedro II, assinalam:

[...] a introdução do ensino das línguas modernas no programa de ensino do CPII, com a Reforma de 1932, também foi um dos aspectos que possibilitou que as mulheres entrassem no ensino secundário como docentes. O número de professoras auxiliares de Português, Francês e Inglês ampliou, após a introdução do método direto no ensino de línguas vivas, nas duas primeiras séries do curso secundário (p. 328).

Sem dúvida, essa foi uma das portas possíveis de entrada para as mulheres atuarem como docentes no Ensino Secundário. No caso das professoras católicas isso representou um alargamento das frentes de ação da Igreja. Se uma das tônicas dos debates escolanovistas recaía sobre a laicidade na Educação, o projeto católico consistia em algo maior, “recatolicizar” a nação e, para isso, usaram todas as frentes estratégicas possíveis.

Professoras primárias ou secundárias eram, em sua maioria, católicas e deveriam estar a serviço da formação moral das crianças e jovens do país, que deveriam ser úteis à Pátria e tementes a Deus. Assim sendo, a formação moral das professoras era fundamental para esse projeto. Ter, portanto, professoras católicas à frente dos processos de escolarização, em todos os segmentos de ensino, fazia-se mister ao empreendimento católico.

Nossa tradição historiográfica atesta o processo de feminização do magistério relacionando-o, muitas vezes, à maternidade social que foi incutida nas mulheres como uma forma de colaborar com o projeto civilizador, com base no que se prescrevia como sua função natural primeira e, portanto, social. Mas, a partir do Ensino Secundário, elas contribuíam para o encaminhamento de jovens na direção do que se esperava deles em sociedade. Nos anos de 1930, na política de Vargas, essa era uma necessidade premente. Ser nacionalista era sinônimo de aderir aos quatro pilares, considerados essenciais ao projeto varguista: Deus, Pátria, Família e Trabalho.

Deste modo, se nos anos de 1920 os intelectuais gravitavam em torno da Associação Brasileira de Educação (ABE), nos anos de 1930, sobretudo a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação, assinado em 1932, podemos dizer que o interesse pedagógico em torno da renovação do campo educacional se mantinha, mas as disputas ganharam forte acento político relacionado aos projetos de nação de cada grupo. Para os católicos, a nação era ou deveria ser católica.

O caso da já conhecida retirada dos católicos da ABE após o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932, e a consequente fundação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) tem sido considerado tradicionalmente na historiografia como uma cisão

entre os diferentes grupos ali representados. Todavia, é preciso atentar para o fato de que nem todos os católicos se retiraram da ABE nesse momento, o que também não significava um rompimento com seus pares católicos.

Associação Brasileira de Educação⁴

[...]

Ensino Secundario. Sob a presidência do Professor Venancio Filho, realizar-se há na próxima sexta-feira, 3 de agosto, mais uma reunião da secção de Ensino Secundario. Esta secção que tem despertado interesse entre nossos educadores, reúne-se semanalmente às sextas-feiras, sob a Presidencia do Dr. Venancio Filho secretariado pelas suas auxiliares DD. Aracy Muniz Freire e Vera Street [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 29 de julho de 1934, p. 16).

Essa multiplicidade de atores compondo a seção do Ensino Secundário na ABE, incluindo educadores católicos como Aracy Muniz Freire e outros, como Venâncio Filho (considerado suspeito de comunismo pelo Estado Novo), com quem ela trabalhou diretamente, nos faz pensar em outras questões além daquelas já estabelecidas na historiografia. Entender esse trânsito diplomático entre diferentes grupos parece ser parte da cultura política católica. Ao invés de dividir, ela multiplica.

A presença de educadoras católicas na ABE em 1935, assim como na CCBE, não representou uma cisão total no campo intelectual, apenas complexificou o campo e deu novos ares ao projeto. Os católicos estavam nos dois grupos, movimentando-se e colocando em prática dois projetos distintos. Se na CCBE eles estavam defendendo fortemente a rede de

⁴ Manteve-se a grafia original do documento.

colégios confessionais e o ensino religioso na escola pública, na ABE estavam com professores da Educação Pública, participando ativamente dos debates educacionais e da moralização dos costumes nas escolas públicas. O ensino religioso foi retirado da escola pública, mas não a educação católica, por meios de seus agentes especializados: os professores e professoras que se engajaram efetivamente no projeto civilizador, tendo a educação católica como meio para este fim.

Grosso modo, podemos dizer que a década de 1920 foi marcada por significativas discussões sobre a Educação brasileira, tendo a ABE como lócus principal desses debates. No tocante ao Ensino Secundário, o regime de cursos preparatórios e de exames de admissão foi largamente questionado e diversas propostas foram apresentadas, mas foi só na década de 1930 e 1940 que essas mudanças se consolidaram. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e Francisco Campos, forte representante do grupo de educadores católicos, foi nomeado seu primeiro ministro. Na primeira metade de 1931, ele implementou a reforma educacional – conhecida como Reforma Francisco Campos – com destaque, entre outras mudanças, para a reorganização do Ensino Secundário e do Ensino Superior. A reforma do Ensino Secundário foi oficializada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931, sendo ajustada e consolidada pelo Decreto nº 21.2141, de 4 de abril de 1932.

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de

inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930 (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Ainda segundo Dallabrida, assim se definiam o Ensino Secundário e as bases da sua reorganização:

Ensino secundário era o nível de escolarização entre o curso primário e o ensino superior, que, a partir da Reforma Francisco Campos, passou a ter duração de sete anos e dois ciclos. Tratava-se de um longo ciclo de escolarização entre a escola primária e o ensino superior, que, grosso modo, era dirigido às elites e partes das classes médias. Até a década de 1950, ele era o único curso pós-primário que preparava e habilitava os estudantes para o ingresso nos cursos superiores, diferenciando-se dos cursos técnico-profissionalizantes e normal. [...]

Com o aumento do número de anos do ensino secundário e a sua divisão em dois ciclos, foi conferida ao ensino secundário uma estrutura mais complexa, que proporcionava encaminhamentos mais específicos aos cursos superiores. Esse novo desenho alinhava o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos. [...]

A divisão criada pela Reforma Francisco Campos foi rearranjada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Reforma Capanema) ao estabelecer o ciclo ginásial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginásial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial. [...]

O ensino secundário que surgia no início da década de 1930 era um ciclo de estudos longos e teóricos, que contrastava com os estudos curtos e práticos do ensino técnico-profissional ou normal (DALLABRIDA, 2009, p. 186-187).

A modernização, no entanto, não era entendida do mesmo modo por todos os educadores brasileiros e observadores estrangeiros que vinham olhar o Brasil como laboratório, como foi o caso dos EUA.

Por meio de intercâmbio educacional e cultural, artistas, intelectuais, pesquisadores e estudantes brasileiros foram aos Estados Unidos, assim como estadunidenses se dirigiram ao Brasil para realizar pesquisas e atividades culturais financiadas e/ou estimuladas por seu governo. Robert King Hall⁵ se insere neste contexto. Ele realizou sua primeira viagem de pesquisa ao Brasil, em 1940 como bolsista do convênio estabelecido entre o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) e a Universidade de Michigan (UM).

Seu objetivo era coletar fontes e fazer observações para a tese que estava desenvolvendo na área de Educação Comparada. Mas, no lugar de realizar uma análise detalhada dos currículos ou de aspectos específicos da Educação Secundária brasileira, ou mesmo das Reformas Francisco Campos (em vigor) e Capanema (em elaboração), o pesquisador norte-americano optou por discutir elementos mais gerais do nosso sistema educacional, tomando como ponto de partida o Ensino Secundário. Para isso, durante suas primeiras viagens percorreu vários estados e entrou em contato com diversos intelectuais brasileiros, tais como Lourenço Filho, Pascoal Lemme, Anísio Teixeira, Gilberto Freire, entre outros. Segundo Cunha,

⁵ Robert King Hall (1912-1981): professor universitário e pesquisador norte-americano, doutor em Educação Comparada pela Universidade de Michigan (1941), onde atuou. Esteve várias vezes no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, em missão oficial de intercâmbio educacional, pesquisando o ensino brasileiro e atuando como consultor junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Também foi enviado a outros países, como Argentina, Chile, Japão e Irã, em missões culturais/educacionais, representando o governo dos EUA. Ver: CUNHA, Adriana Mendonça; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **“Educando com o livro e a enxada”**: Robert King Hall e o Programa de Educação Rural do INEP (1949-1951). Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5307/3991>>. Acesso em: 28 out. 2022.

[...] as principais críticas de Hall à Reforma Francisco Campos, a seu ver, responsável não só pela sistematização e centralização da educação secundária, como também pela instituição de padrões muito rígidos. Na tese, Hall aponta como resultado da reforma o estabelecimento do controle sobre “duração do curso, condições de admissão, currículo, classificação, promoção e transferências, exames, inspeção e supervisão” (HALL, 1941:154). O pesquisador via como incoerente a padronização de currículos e modelos escolares num país marcado por grande extensão e heterogeneidade (CUNHA, 2020, p. 12).

Na conjuntura política dos anos 1930 e 1940, essa centralidade era necessária ao governo provisório de Getúlio Vargas e, posteriormente, ao Estado Novo. Francisco Campos contribui, nesse sentido, por ampliar as possibilidades de acesso das mulheres ao Ensino Secundário, desde o Colégio Pedro II até as escolas profissionais. O Estado Novo precisava da Educação e da Igreja para promover valores atribuídos a Deus, Pátria, Família e Trabalho, que já circulavam desde os anos de 1920.

Se alguma flexibilidade pode representar um avanço quanto à percepção do papel das mulheres como sujeitos estratégicos no projeto civilizador e cristianizador, é importante não perder de vista o caráter conservador da Reforma Francisco Campos, tal como apontam Baía Horta (1994) e Shwartzman (1984). Ambos os autores assinalam a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas e privadas, primárias e secundárias, incluindo as de Ensino Normal, ainda que facultativo. Com isso, a Igreja buscava abrir um espaço de influência junto ao alunado do ensino público, ampliando o que já possuía no Ensino Secundário por meio de sua rede de colégios confessionais. Assim, segundo Hilsdorf, “as linhas ideológicas que definem a política educacional desse período vão se orientando pelas matrizes instituintes

do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização” (2003, p. 99).

Para Schwartzman, a Escola Secundária concentrou as atenções estadonovistas porque tinha em vista o aluno ideal, o que significava o homem católico, de formação clássica e militar, preparado para uma ação definida: formar as camadas superiores e exercer seu papel na construção da nação brasileira. Esse ideário estava em oposição direta aos ideais escolanovistas dos pioneiros, que buscavam adaptar o ensino às necessidades do aluno, inspirados em Dewey, Kilpatrick, Claparède, entre outros. No segmento católico do Ensino Secundário, a coeducação não era aceita e as classes femininas deveriam ser voltadas à preparação de mulheres cultas para se tornarem esposas e mães dos futuros dirigentes do país⁶.

Mas, de acordo com Marinete Silva, “o ensino priorizado foi o técnico, nas modalidades agrícola, industrial e comercial, destinado a preparar mão de obra para as novas funções da ‘era das máquinas” (apud HILSDORF, 2003, p. 101). Sendo estruturado em ciclos, oferecia formação continuada e matérias humanísticas, além das específicas. Todavia, por ser ofertado majoritariamente às camadas populares e não permitindo acesso, até às Leis Orgânicas, ao Ensino Superior, sua criação não alterava a dicotomia entre a educação para ricos e para pobres. Há, no entanto, ressalvas plausíveis nessa leitura uma vez que não é possível diagnosticar todas as trajetórias e carreiras que se formaram a partir dessa abertura à Educação. Se de um lado temos um

⁶ Sobre essa questão, no entanto, podemos considerar o trabalho de Ângela Xavier de Brito como emblemático a respeito das apropriações e autonomia que as mulheres conquistaram a partir da formação secundária. Ver: **A fabricação dos destinos das alunas do Colégio Notre-Dame de Sion**. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/32301/19900>>.

projeto conservador de ordenamento social, de outro lado temos sujeitos que, com sua agência, abrem novos caminhos, causando, no mínimo, algumas fissuras nessa estrutura social.

Nessa complexa rede, e não obstante sua importância, o ensino técnico pode ser entendido na chave de leitura que o interpreta como impulsionador do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, guardião da ordem social, ao menos pela moralização dos costumes. Não por acaso, as mulheres intelectuais que assumiram postos de docência e/ou direção de escolas técnicas secundárias pertenciam, em larga medida, a uma classe social privilegiada, tendo sido formadas em instituições de ensino de renome, muitas no exterior, e com sólida rede de sociabilidade em diferentes campos.⁷

É nesse quadro de formação para o trabalho que as intelectuais católicas se afirmam como baluartes da orientação moral e do ordenamento social, não obstante busquem caminhos de emancipação e circulação na vida pública de forma digna e legítima para si e para outras mulheres, o que não significava, necessariamente, do mesmo modo.

No artigo *Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher* (Rio de Janeiro, 1906), publicado em 2018 por Alessandra Schueler e Irma Rizzini, as autoras apontam para as diferentes manifestações de homens e mulheres em resposta ao plebiscito realizado pelo jornal **O Paiz**, durante o mês de abril e início de maio de 1906, intitulado **Como deve ser educada a mulher**. As muitas cartas enviadas ao jornal davam a ver diferentes opiniões, mas que, em larga medida, tendiam a admitir a profissionalização das mulheres desde que isso não afetasse seu papel de mãe e esposa. Esse ideário

⁷ Essa, sem dúvida, é uma discussão que mereceria ser feita pela chave da interseccionalidade, o que, no entanto, foge aos limites da presente abordagem.

difundido no final do século XIX e primeiras décadas do século XX parece ter se mantido nos anos de 1930 e 1940, ainda que muitas mulheres tenham encontrado caminhos para ultrapassá-lo, como foi o caso das professoras Maria Junqueira Schmidt e Aracy Muniz Freire, das quais trataremos a seguir.

A ATUAÇÃO INTELECTUAL DE ARACY MUNIZ FREIRE E MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT PELA VIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Das muitas entradas possíveis para este tema, escolhi o recorte da Orientação Educacional no Ensino Secundário, por entender estar fortemente articulado com a dimensão voltada para o encaminhamento dos jovens e das jovens para a vida social e para o trabalho. As principais fontes utilizadas nesta análise foram artigos de jornais e correspondência.

É importante atentar para o fato de que a trajetória desse Serviço foi mediada, expressivamente, por uma ação intelectual feminina. De um começo experimental à legislação educacional, há um caminho trilhado que envolve estratégias, conquistas de espaços políticos, ações que colocaram a Orientação Educacional como pauta prioritária na agenda da Educação. A presença nessa agenda culminou na instituição do Serviço de Orientação Educacional (SOE) através da Lei Orgânica do Ensino Industrial, no Decreto 4.073, de 30/01/1942, fortemente impulsionada pelas duas intelectuais focadas neste tópico.

Segundo Rudolfer, a primeira iniciativa voltada para a Orientação Educacional no âmbito das políticas públicas* aconteceu em São Paulo, com Lourenço Filho.

Iniciado em 1931, no Departamento de Educação do Estado de S. Paulo por Lourenço Filho e estabelecido por lei na gestão Fernando de Azevedo (1933), constituiu-se no sistema escolar paulista um Serviço de Orientação Profissional e Educacional que visava: a) ao conhecimento dos educandos com atenção especial aos pendores individuais; b) ao conhecimento, por parte do educando, do mundo das profissões e das escolas; c) ao aconselhamento para escolha justa da profissão ou da escola; d) à colocação dos orientados no trabalho ou no curso de estudos; e) à fiscalização dos orientados para os reajustamentos necessários. Interrompido em 1932, reiniciou-se em 1933, extinguindo-se, por transformação do órgão a que pertencia, em 1935 (RUDOLFER, 1945, p. 158).

Na mesma época, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o ministro da Educação e Saúde Pública, Belisário Pena, se movimentava nessa direção, convidando Anísio Teixeira, que ocupava o cargo de presidente da ABE, a instalar um Serviço de Orientação Profissional no Rio de Janeiro, conforme se pode constatar pela correspondência a seguir:

Senhor Professor Anísio de Spínola Teixeira

Tenho o prazer de convidar-vos para, na companhia de Gustavo Lessa e Leoni Kaseff, constituídos em comissão, entrardes em entendimento com a secção de Cooperação da Família, da Associação Brasileira de Educação, a respeito do projeto desta mesma Secção, de iniciar nesta Capital um serviço de Orientação Profissional indicando-me as medidas que permitam, sem

* Na prática, de acordo com Grispun (2002), a primeira iniciativa, no âmbito escolar, de um serviço de Orientação Educacional foi realizada no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1924, exercendo também a função de Orientação Vocacional.

aumento de despesa, mobilizando recursos em pessoal e material já existentes no Ministério, a montagem imediata, a título de ensaio, de um Gabinete destinado aquele fim. Uma vez reconhecida a viabilidade deste projeto, ainda que em linhas muito simples e forma rudimentar, é meu desejo que o Gabinete se organize quanto antes, iniciando o seu funcionamento sob a inspiração da Comissão que estou procurando constituir, devendo esta, porém, encontrar uma fórmula que permita receber a colaboração da secção da ABE, promotora desta medida, bem assim formular, à luz da experiência iniciada e dos estudos especializados a que proceder, um projeto definitivo para a regulamentação do aludido Gabinete, como parte integrante do Ministério. Convirá, pois, que, se aceitardes o meu convite, como espero, iniciéis imediatamente, com os vossos colegas de Comissão as providências e os estudos que se fizerem necessários para o rápido encaminhamento do objetivo proposto (PENA, 23 de novembro de 1931)

Tal preocupação e urgência, anunciadas por Belisário Pena a Anísio Teixeira, serviram de impulso para investimentos na formação de educadores nessa direção e para a viabilização de projetos dessa natureza. Mas, no Rio, tal experiência só tomou corpo a partir de 1934, na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti.⁹

Pode-se dizer que foi a partir da experiência de Aracy Muniz Freire no Ensino Secundário da Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, sob a direção de Maria Junqueira Schmidt, que a Orientação Educacional voltou a ser pensada e praticada em contornos mais sistematizados e pontuais. Uma prática quase laboratorial, uma vez que não havia naquela época nada que regulamentasse seu funcionamento no Brasil, tanto do ponto de vista legal quanto pedagógico. As experiências

⁹ O ano é o mesmo em que o Serviço encerra em São Paulo e o formato, embora nas mesmas bases, alcançava apenas a Escola Secundária, diferentemente da proposta de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, que implementaram a Orientação desde as últimas séries da Escola Primária, tal como ocorria nas escolas norte-americanas.

realizadas pela professora Aracy Muniz Freire foram inspiradas em seus estudos no *Teachers College*, em Columbia (EUA).

De acordo com Grispun (1992), a Orientação Educacional teve duas principais vias no Brasil: a norte-americana e a europeia. Em ambos os casos, seu início esteve ligado à Orientação Profissional desde o Primário. Mas, enquanto os EUA ampliaram sua compreensão acerca desse serviço em suas escolas, na Europa, em virtude de o sistema de ensino ser ainda mais rígido do que nos EUA, prevaleceu o ponto de vista estrito da Orientação Profissional durante muito tempo.

Na Europa ocidental, em larga medida, as escolas devem levar o aluno, desde o fim dos estudos primários, como que a optar por uma carreira manual ou liberal. Nos sistemas de educação do velho continente, que refletem, necessariamente, as condições de vida social e econômica de cada um de seus países, a função do ensino secundário tem continuado a ser a de uma classe (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 12)

Essa compreensão se distanciava, e muito, do discurso democrático que vinha tomando corpo nos debates educacionais brasileiros em relação à escola e à sociedade, um discurso que era também partilhado pelos educadores e educadoras envolvidos com a temática da Orientação Educacional, complexificando a compreensão que havia sobre esses sujeitos vistos apenas na polarização conservadores x progressistas.

A vertente norte-americana tornou-se a principal referência para intelectuais e educadores brasileiros, que, por meio de viagens e

missões de estudo aos EUA, dialogaram com os educadores daquele país¹⁰.

Grispun divide os momentos da Orientação Educacional no Brasil em cinco fases: Período Implementador (1920-1941); Institucional – dividido em funcional (1942-1950) e instrumental (1951-1960); Transformador (1961-1970); Disciplinador (1971-1980); e Questionador (a partir de 1980) (GRISPUN, 1992, p. 35-36).

A compreensão dessas fases está diretamente relacionada com as personagens destacadas neste trabalho. Aracy Muniz Freire foi, nas etapas de implementação e institucionalização, uma de suas incentivadoras mais expressivas. Maria Junqueira Schmidt teve atuação mais extensa e acompanhou esse percurso até os anos de 1980. Na historiografia, no entanto, seus nomes aparecem apenas relacionados ao primeiro momento, com uma experiência isolada, pioneira e estanque. Mas suas ações tiveram desdobramentos e as fizeram circular por espaços ainda pouco explorados, embora potencialmente esclarecedores. Aracy mediu e fomentou, pelo Setor de Bolsas do Instituto Brasil-Estados Unidos, o intercâmbio entre educadores dos dois países, ampliando experiências, refinando a formação desses sujeitos, inserindo-os em outras redes de sociabilidade, de cultura e educação. Maria Junqueira fez parte da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)¹¹ e da Comissão que discutiu as

¹⁰ Sobre as viagens de Maria Junqueira Schmidt e Aracy Muniz Freire, ver: Orlando (2017). Sobre o Serviço de Orientação Educacional desenvolvido por essas duas educadoras na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, um estudo mais aprofundado pode ser encontrado em: Orlando (2019).

¹¹ A CADES foi criada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1953, com o objetivo de difundir e elevar o nível do Ensino Secundário. Nas décadas de 1950 e 1960, a CADES promoveu a realização de cursos para professores do Ensino Secundário, simpósios de Orientação Educacional, encontro de inspetores do Ensino Secundário e várias publicações voltadas ao professorado. Muitas dessas publicações encontram-se no acervo da PROEDES, da UFRJ. Ainda sobre a CADES, ver: Pinto (2000, 2003).

Bases do Ensino Secundário na LDB 4024/61 e, como era esperado, se empenhou fortemente em assegurar o lugar da Orientação Educacional no campo.

O relevo dessas personagens vai muito além do lugar que a história da Orientação Educacional lhes reserva. Foram mulheres que, a partir da Educação, agiram politicamente, fazendo circular modelos pedagógicos não apenas no Brasil, mas em suas incursões em outros países, pondo em destaque também as experiências aqui realizadas. Nesse movimento, afirmaram-se como partícipes de um projeto de uma elite cultural e intelectual demonstrando aquilo que Sirinelli aponta como inerente às elites intelectuais: “[...] certa capacidade de ampliação e de ressonância, [...] de um poder de influência” (SIRINELLI, 1998, p. 261).

Ao longo dessa trajetória, é possível estabelecer um paralelo entre os Círculos de Pais – iniciados nos anos 1920 pelas professoras da Seção de Cooperação das Famílias da ABE – e a Orientação Educacional que vai se desenhando paulatinamente com múltiplos sentidos, mas sem perder de vista a ênfase na relação estreita que deveria vigorar entre Escola-Família.

Assim como os Círculos de Pais, a Orientação Educacional, cuja aplicação prática também se apoiava em Círculos de Pais, em outras bases, teve em seu caminho a liderança, em muitos momentos, de mulheres que encamparam esse projeto e o instituíram no âmbito das práticas escolares até conseguirem a sua institucionalização na esfera das Reformas Capanema e, depois, na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação – LDB 4024/61. A forte atuação feminina no processo de construção desse lugar que institucionalizou a relação Escola-Família na legislação educacional evidencia a ação política de

Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt que, como intelectuais, compartilharam projetos e práticas que tinham como objetivo a (re)organização da nação brasileira pela via da Educação.

UMA CONCLUSÃO EM ABERTO

A estreita relação entre Intelectuais, Educação e Igreja Católica no Brasil na primeira metade do século XX coloca em relevo uma polarização entre católicos e pioneiros, que se estende para além dos anos 1920 e 1930.

Diferentes versões dessa história foram produzidas, embora umas mais cristalizadas na historiografia do que outras. O mesmo aconteceu com os múltiplos sujeitos que dela participaram, com especial apagamento ou redução da participação das mulheres, reforçando a representação de que, sobretudo as burguesas, ficaram restritas ao espaço do lar.

Em relação à polarização dos dois grupos já tenho discutido há algum tempo essa complexa relação, que precisa ser melhor investigada, na perspectiva da História Intelectual, como um dos traços da cultura política no Brasil. De um lado, a narrativa que se cristalizou a respeito dos anos 1930 e 1940 foi a versão de matriz azevediana de que os grupos mais conflitantes da linha liberal se afastaram e os mais moderados se acomodaram no interior do novo aparato governamental e ideológico do período, garantindo a renovação do campo pedagógico. De outro lado, a versão provocada por Marta Carvalho chama a atenção para a apropriação dos grupos mais moderados em relação à Escola Nova, indicando que depois dos anos 1940 foi, inclusive, a vertente que alcançou mais vitórias no campo político. Segundo Hilsdorf (2003), a

nova configuração que se estruturou no Estado Novo, com a permanência de representantes dos dois principais grupos que se antagonizavam – “católicos x pioneiros”, tal como representados na historiografia clássica – em relação a algumas questões, não é de se estranhar se considerarmos alguns traços comuns entre o estadonovismo e a Escola Nova, tais como: nacionalismo, higienização da sociedade, trabalho educativo que incidia diretamente na operosidade do cidadão, racionalidade. Em uma direção similar, venho chamando a atenção para o fato de que é preciso matizar essa polarização tida como uma cisão efetiva, o que não ocorreu de fato, haja vista as diferentes redes de sociabilidade que se construíram com educadores e educadoras dos diferentes grupos ideológicos, incluindo as mulheres como intelectuais.

Como tenho percebido em minhas pesquisas, as intelectuais católicas, mais especificamente, tiveram um trânsito bastante fluido tanto no campo religioso quanto no campo educacional, considerando as diferentes matrizes que os orientavam, chegando mesmo a trabalhar diretamente com figuras consideradas, no mínimo, antagônicas para alguns católicos. Essa intrincada trama na qual se movem os sujeitos precisa ser considerada a fim de evitar certas polarizações que reduzem muito a dinâmica do campo intelectual e político.

Só a continuidade de pesquisas aprofundadas, buscando compreender para além das representações cristalizadas e interrogando sobre a presença e agência dos múltiplos sujeitos e seus modos de participação intelectual e intervenção política, poderá melhorar nossa compreensão acerca do multifacetado jogo de relações em que homens e mulheres participaram defendendo seus projetos de nação e as implicações na cultura do país.

FONTES

Correspondência entre Anísio Teixeira e Belisário Augusto de Oliveira Pena em 23 de novembro de 1931. Documento classificação AT c 1931.11.23. **Arquivo Anísio Teixeira**, Acervo: CPDOC/FGV.

Jornal do Comercio. 29 de julho de 1934, p. 16

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karina Valim de. **Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992)**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

BAÍÁ HORTA, José Silvério. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **O “bello sexo”: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX**. 1988. 279 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CUNHA, Adriana Mendonça. Educação, Intercâmbios e Diplomacia Cultural nas relações Brasil-EUA nos anos 1940: uma análise das viagens de Robert King Hall. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 17, 2020, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020. p. 1-14.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**. Mulheres e maternidade no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v.1.

- GOMES, Angela Maria de Castro; KODAMA, Kaori; RAFFAINI, Patricia Tavares. Dossiê: Intelectuais mediadoras: os desafios de ontem e hoje. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, set./dez. 2021.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GRISPUN, Mírian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2006.
- GRISPUN, Mírian P. S. Zippin. **O Espaço filosófico da Orientação Educacional na realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. Orientação Educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 5-20, jul. 1945.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; BERNER, Thalita dos Prazeres. O Colégio Jacobina nas vozes de alunas e mestras: um estudo a partir do Jornal Traço de União (anos 1930-1950). In: FARIA, Lia; LOBO, Yolanda (org.) **Vozes Femininas do Império e da República**: caminhos e identidades. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013. p. 93-104.
- OLIVEIRA, Paloma Rezende de; COSTA, Nailda Marinho. As mulheres no Ensino Secundário: percursos das primeiras professoras do Colégio Pedro II. In: Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil. **Revista História em Reflexão**, Dourados, MS, v. 14, n. 27, p. 321-344, jan./jun. 2020.
- ORLANDO, Evelyn de Almeida (org.). **Mulheres, Educação e Cristianismo**: olhares a partir do Brasil e Portugal. Porto Alegre: Editora Fi. (No prelo).
- ORLANDO, Evelyn de Almeida. Mulheres intelectuais: onde elas estão em nossa História? In: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (org.). **Intelectuais e Educação**: contribuições teóricas à História da Educação. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 43-60.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Mulheres intelectuais, cultura e educação no Brasil: notas de apresentação de um tema. **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v. 2, n. 3, p. 3-9, set./dez. 2020.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Mulheres em cena no debate sobre a Orientação Educacional como tarefa da Escola Moderna no Brasil. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce Regina Baggio; GONDRA, José. (org.). **História Intelectual e Educação: reformas educacionais, estado e sociedade civil**. Jundiaí; São Paulo: Paco Editorial, 2019. p. 333-371.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Quando o mundo cabe na bagagem: as experiências de formação e distinção de Maria Junqueira Schmidt no cenário educacional brasileiro. In: SILVA, Alexandra Lima da; ORLANDO, Evelyn de Almeida; DANTAS, Maria José (org.). **Mulheres em Trânsito: intercâmbios, formação docente, circulação de saberes e práticas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2017. p. 209-225.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem sucedida? In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

PINTO, Diana Couto. CADES e sua presença em Minas Gerais. In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2, 2003, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais, 2003.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, Brasil, v. 2, n. 4, p. 122-146, janeiro/abril de 2018.

ROCHEFORT, Florance. À la découverte des intellectuelles. **Clio. Histoire, femmes et sociétés** [En ligne], 13, 2001, mis en ligne le 10 novembre 2006. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cli/131>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

RUDOLFER, Noemi Silveira. O primeiro serviço de orientação profissional e educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 155-158, jul. 1945.

- SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, p. 19-50, jan./jun. 2012.
- SHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 231-269.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean Pierre (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- VERAS, Loyde Anne Carrero Silva. **Intelectuais protestantes e cultura escrita: histórias de missionários e missionárias entre o Brasil e Estados Unidos (1865-1900)**. 2022. 286 f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022.

12

CULTURA ESCRITA Y REPRESENTACIONES SIMBÓLICAS EN EL URUGUAY RURAL VALDENSE: UNA APROXIMACIÓN A LOS ESCRITOS DE JEAN DANIEL REVEL ENTRE 1863 Y 1869

Gerardo Garay Montaner

INTRODUCCIÓN

Los lectores, nos dice de Certeau, son “viajeros” que peregrinan por territorios de otros; andan, errantes, en busca de algo; no siempre saben qué (CERTEAU, 2000, p. 187). Leer es moverse, acercar distancias, facilitar encuentros. Jean Daniel Revel (1840-1905), un inmigrante valdense venido a América, escribió el 7 de octubre de 1864 una carta a su amigo en Europa. Ya ha pasado el tiempo, le dijo, en que íbamos juntos a la calle Marengo, en Toulouse, o a cualquier otra parte, para “instruirnos y edificarnos”. Si bien esas reuniones han pasado para mi cuerpo, continúa, “no para mi mente y mi corazón, porque me encuentro contigo más a menudo de lo que crees. [...] Cuando estás en tu despacho, continuamente inclinado sobre tus libros, mi alma, mi corazón y mi mente están hablando contigo en el pensamiento” (REVEL, 2020, p. 333).

Revel, como sus hermanos de fe, era un exiliado; desconocemos las razones que lo llevaron a migrar, aunque es alta la probabilidad de que fuera por motivos económicos. De cualquier modo, todo parece indicar que su fundamental batalla espiritual consistió justamente en no seguir

siendo un exiliado, es decir, alguien extraño a las realidades de Dios; esa era su patria. El exilio: la ignorancia, la desidia y el desamparo.

Jean Daniel Revel comenzó su diario personal un viernes de enero de 1863 en algún lugar del océano.¹ La travesía geográfica era también un viaje espiritual para este joven de veintitrés años; “al contemplar estas enormes masas de agua que el viento empuja [...] me siento pequeño”, escribió (REVEL, 2020, p. 9). Pero las montañas de donde provenía también eran lo suficientemente magníficas como para alentar una moderada escala humana. Con sus espacios inmensos, como afirmó Braudel, los Alpes representaban una zona de disidencia religiosa, de supervivencia de la fe y de protección ante la intolerancia (1976, p. 41). ¿Por qué entonces lanzarse a un viaje incierto al otro lado del mundo, hacia países que “Jesucristo no reconoció”, entre “indios” y “católicos intransigentes”? ¿Qué motivaba la impresionante tarea, autoexigida, de leer irresistiblemente los textos bíblicos e incontables libros y revistas de carácter religioso? ¿Por qué lanzarse a semejante aventura cuando la necesidad del trabajo y las labores cotidianas le permitían tan poco sosiego? Por último, ¿qué lo impulsaba a escribir un diario de memorias, cientos de páginas iniciadas junto a su travesía, en la inmensidad del océano?

El estudio del diario de Revel abarca en este capítulo hasta 1869, momento en que el Moderador de la Mesa Valdense de Italia, Pierre Lantaret, visitó la Colonia del Rosario Oriental, generando un cambio en

¹ El **Diario personal** de Jean Daniel Revel fue escrito en francés entre 1862 y 1905; la transcripción del original fue realizada por Rita Bouissa y la digitalización por Oscar Gilles en 2018. He utilizado la última versión corregida por Gilles en el año 2000. Consta de 302 carillas en formato A4, junto a las copias de cartas enviadas, borradores de cartas y otros escritos, suman un total de 405 págs. (A4). La traducción en este documento es de mi responsabilidad. Una pequeña parte del Diario personal ha sido publicado recientemente con comentarios interesantes: Mireille Gilles e Oscar Gilles (2018).

la vida interna de la comunidad. En las páginas que siguen intentaré recomponer algunos aspectos de la dimensión religiosa, económica y cultural de este inmigrante valdense y comprender su amor a la lectura, a la escritura y su actitud general ante el conocimiento. Seguramente Revel no imaginó que este nuevo hogar, de paso hacia la gloria definitiva, lo convertiría en un miembro destacado, un referente espiritual de primer orden y animador fundamental de la cultura en la primera colonia valdense en América.

EL ASNO ACOSTUMBRADO AL CARDO

La revolución de 1789 en Francia proclamó la libertad de conciencia y de cultos. Una parte importante del pueblo valdense, confinado en los últimos siglos a zonas escarpadas del *pedemontium*, librado a su suerte, había acumulado una rica tradición de martirio y heroísmo, de muertes y resurrecciones. Estas comunidades, orgullosas de su fidelidad a la palabra divina, gozaron de cierta calma en el interregno de 1800-1814 cuando los Valles Valdenses formaron parte del territorio francés. La presión sobre sus cultos y reuniones religiosas disminuyó considerablemente y cierta estabilidad política, sumada a una mayor apertura de ideas republicanas y de tolerancia religiosa, parecía dejar paulatinamente en el pasado las permanentes intrigas y persecuciones.

Sin embargo, el breve período de calma es recordado paradójicamente por los historiadores valdenses como un momento de “indiferencia” y “decadencia” religiosa (COMBA, 1926, p. 89). Las maneras exteriores seguían operando con fuerza; los relatos que los ancianos proferían a los más jóvenes sobre las acciones guerreras de Josué Janavel, Jean Léger, Bartolomeo Jahier, Errico Arnaud o la épica

marcha del “Glorioso retorno” –que causó una admirada atención en Napoleón–, todo eso, seguía latiendo en la memoria colectiva; pero la “fe viva”, la apropiación de la palabra de Dios en los corazones, parecía haberse adormecido. Las penumbras de “la ignorancia más completa” impregnaba la atmósfera cotidiana en los valles valdenses (MARCHAND, 1868, p. 8).

En el complejo mundo de creencias y representaciones de este pueblo respetuoso de sus ancestros, los miedos se explicitaban constantemente. Uno de ellos era el horror que provocaba asumir una creencia como la de sus enemigos; la “fe” no podía ser letra muerta, una parodia exterior de ritos y gestos vacíos. Los relatos de su fundador estaban lo suficientemente arraigados como para que fueran olvidados. Pedro Valdo era un rico y muy estimado comerciante de Lyon despreocupado de los asuntos espirituales; había encontrado, sin embargo, a Dios aquella tarde sofocante de primavera de 1173, cuando vio caer muerto, en sus brazos, a un amigo, en el umbral de su casa. O tal vez lo encontrara más tarde, cuando en la plaza de su ciudad escuchó cantar, frente a la multitud conmovida, una trágica historia en boca de un juglar. Alejo, un rico joven romano, el mismo día de su matrimonio, se fugó a oriente para hacer voto de pobreza. Varios años después, cuando decidió regresar, su cuerpo estaba irreconocible por los sufrimientos vividos. Se ocultó ante sus seres queridos. Decidió golpear la puerta de su propia casa, ahora como mendigo. Le asignaron un miserable rincón bajo la escalera donde vivió todavía un tiempo, en silencio, de la limosna de su familia. Murió en esta situación. Contemplando el cuerpo sin vida, gracias a una señal bajo sus andrajos, sus allegados finalmente le reconocieron. El cuadro no podría contener un pathos más elocuente.

Valdo se impresionó tan vivamente que invitó al juglar a su casa para escuchar atentamente esos versos. ¿Qué había en ellos que causara tanta conmoción?; seguramente Valdo admiraba la fortaleza de la fe de los antiguos, en contraste con la decadencia del siglo y la constatación de la fragilidad de la vida (COMBA, 1926, p. 14-15). La preocupación por la salvación de su alma fue sin duda el motivo subyacente de estos relatos y el episodio de Lázaro, el mendigo (LUCAS 16:19-31), le sienta muy bien (PAPINI, 2001, p. 373).

Otro temor, más fundamental y primario, era la falta de “temor de Dios”; esto es, organizar la vida al margen del plan divino, de sus designios y de su proyecto salvífico. De ahí que, combatir la ignorancia fuera una preocupación constante de los principales referentes religiosos valdenses. El “saber” buscado, opuesto a la escandalosa ignorancia, debía adquirirse no solamente en los elementos básicos de la cultura letrada, en la conservación de las lenguas, sino fundamentalmente en el conocimiento de la palabra revelada, en la intimidad con las “Escrituras Sagradas”.

La búsqueda de una comprensión directa y genuina de los textos bíblicos era el principio fundamental de la existencia de los “Pobres de Lyon” - así se los conoció a partir del siglo XII. Su preocupación por la educación, no solo estuvo marcada por esta exigencia, sino también por experiencias dolorosas, como la humillación infringida en el tercer Concilio de Letrán (1179). Ahí habían sido citados los “valdenses” - otra denominación impuesta por las autoridades eclesiásticas romanas- para evaluar la petición de predicar la Palabra entre el pueblo sencillo. Dos de los delegados más notables asistieron y fueron presentados ante una comisión integrada por teólogos y personas versadas en el derecho canónico. Gualterio Map, fraile inglés, estaba presente y le fue confiado

iniciar el interrogatorio. Por sus memorias conocemos los detalles. Era inadmisibles que personas tan rústicas se arrogaran el derecho de predicar los misterios de la salvación. Map comenzó a realizar preguntas, desde las más sencillas, confiando que caerían en la trampa, “pues bien sabía que el asno acostumbrado al cardo, no desdeña la lechuga”:

- ¿Creéis en Dios Padre?
- Creemos
- ¿Y en el Hijo?
- Creemos
- ¿Y en el Espíritu Santo?
- Creemos
- ¿Y en la madre de Cristo?
- Creemos.

A este punto la asamblea prorrumpió en una carcajada general y todos le hacían burla” (MOLNAR, 1981, p. 22).

Es preciso saber que, según la terminología escolástica, la expresión “creer en” podía aplicarse tan sólo a las personas de la Trinidad, pero no a las criaturas; esto era una treta común en los estudios iniciales de teología. (COMBA, 1926, p. 21). La ruptura con la iglesia católica había comenzado a gestarse. El mismo viaje que hicieron posteriormente Erasmo y Lutero, que los llevó a visitar el centro político de la cristiandad, lo habían realizado los valdenses trescientos años antes con un resultado similar: rechazo y condena. No todos los caminos condujeron a Roma.

VOLVER DE ENTRE LOS MUERTOS

Estas heridas fundantes no se olvidaron. El carácter de “minoría religiosa” del pueblo valdense no podía estar supeditado a la defensa de los ataques externos. Si la soga centenaria puesta en el cuello de estas comunidades había sido distendida, el resultado esperado debería haber cristalizado en una fe fortalecida. Parte importante de las responsabilidades de esta situación vino a recaer sobre los pastores formados en las nuevas ideas:

fríos e indiferentes ante sus propias iglesias -dice Marchand- que antes habían defendido con sus vidas, sus pastores, inmersos en la atmósfera disolvente de la filosofía o de la impiedad, no predicaban la buena nueva en los apartados lugares montañosos (MARCHAND, 1868, p. 8);

pero además, cuando lo hacían, “los sermones y el catecismo, se limitaban a inculcar los principios generales de la moral, refrenando los vicios más llamativos, y no trataban de provocar la conversión del corazón” (COMBA, 1926, p. 202).

Las ideas revolucionarias, por una parte, con la difusión del “veneno de la impiedad” y el “culto a la diosa Razón” y las campañas misioneras de curas “romanos”, por otro, menguaban la creencia y la estabilidad de la fe: “ignorantes y crédulos, los valdenses franceses se dejaron seducir y abrazaron ciegamente una creencia que sus padres siempre habían combatido” (MARCHAND, 1868, p. 9).

Sin embargo, no tardó en aparecer la brisa que avivara la lumbre. El cristianismo es un movimiento en perpetua reforma y la versión protestante, como *unicum* histórico, ofrecía siempre la necesidad de recordar que, más que una reforma, era un movimiento de

risostanziazione; esto es, la Palabra de Dios no es solamente el fundamento de la Iglesia, es también su sustancia (RICCA, 2011, p. 34).

Una protesta laica contra estas deficiencias eclesiásticas estaba madurando y la llama que encendió ese “despertar” en el mundo valdense, fue la reacción espiritual que vino de la mano de un joven ginebrino de veintisiete años, con pasado militar y que sintió como un llamado, la necesidad de predicar en las abandonadas localidades de los altos valles de Freissiniéne y del Queyrás. Su nombre, Félix Neff (1798-1829).

Me interesa repasar algunos aspectos de su personalidad y concepción religiosa porque su accionar dejó una impresión profunda en el imaginario de muchos valdenses. En primer lugar, Neff poseía las características de un converso: entusiasmo y temeridad. No realizó estudios teológicos; tomó de otros, ideas que defendió con convicción, pero nunca se sintió llamado al estudio lento y sistemático de la formación dogmática. Alejado de las cuestiones abstractas, de los temas oscuros e intrincados, que tanto daño provocaban en el movimiento evangélico, asumió un cristianismo práctico, apegado a las Sagradas Escrituras y una actitud escéptica sobre el conocimiento de los asuntos supraterrrenales. “Recuerden -escribió a sus alumnos de la Facultad de Teología de Montauban-, que la mayoría de las cosas que se les enseñarán son de poca utilidad en la obra de Dios”. Y aconsejaba que trataran las cuestiones teológicas “como un químico trata los venenos [...] ¡Ay de ti si pones tu corazón en ello!” (MARCHAND, 1868, p. 74).

Este escepticismo aséptico, en definitiva, fomentaba una humildad intelectual que partía de la desconfianza en la capacidad humana para poder decidir tajantemente sobre asuntos que escapan al entendimiento. En su preclara sencillez, Neff percibió los riesgos que

conlleva el fetichismo del sistema; seguramente hubiera ratificado las palabras de Kierkegaard escritas en el mismo tiempo, un poco más al norte, en la fría Dinamarca: en relación con sus sistemas -afirmó el teólogo- “les ocurre a los sistemáticos lo mismo que al hombre que construye un magnífico castillo y sin embargo, vive al lado en la caseta del portero”. Hay algo de irreal que le impide vivir en el estupendo edificio del sistema construido y no obstante, cuando de asuntos espirituales se trata, los pensamientos de un hombre deben ser su propia morada, de lo contrario, “todo irá mal” (KIERKEGAARD, 1994, p. XXX).

Neff gustaba apegarse a las verdades más evidentes de la religión; ¿qué temas eran recurrentes en su prédica incendiaria?: la existencia del mal, la incapacidad del hombre para el bien, la centralidad de Jesús, el Cristo como Palabra eterna y salvífica de la humanidad, la salvación por la sola fe, la propuesta de conversión como un regalo divino y la necesidad de la predicación evangélica. La Biblia, tal como había hecho hincapié la tradición reformada, era la roca de los tiempos, lo que sostenía y anclaba la existencia ante todo cambio y hesitación mundana; era la luz del mundo y el verdadero fundamento de la fe cristiana (MARCHAND, 1868, p. 74).

No es posible encapsular las verdades de fe; todo el andamiaje humano, que hace de la teología una maquinaria ociosa, productora de arbitrariedades, de diletantes de las altas esferas del pensamiento, es ajeno a la verdad evangélica. Los misterios se disiparán cuando estemos cara a cara con Dios. Para este encuentro, no hace falta más que un corazón animado por la fe; nuestra tarea, decía Neff, “debe ser anunciar a Jesucristo hasta que Cristo mismo nos revele todas las cosas” (MARCHAND, 1868, p. 74).

La iglesia, por tanto, no debe ser considerada como una institución destinada para asegurar el bien moral de la sociedad; tampoco debe buscarse la verdadera iglesia en esta o aquella forma humana creada por un grupo minoritario de “puros”. No es un pueblo apartado del mundo; todas las formas terrenales que adquieren las iglesias, no tienen mayor importancia, para Neff, que las de cualquier institución humana destinada a proclamar la “Palabra de salvación” (MARCHAND, 1868, p. 76).

Este “despertar” o “avivamiento”, literalmente, “volver a la vida desde entre los muertos”, (HARRISON et al, 2006, p. 120), quedó limitado a un círculo más bien estrecho y no se propagó a la Iglesia entera; posiblemente debido a su carácter personal, local y con un énfasis doctrinario; esto es, una protesta laica contra ciertas deficiencias eclesiásticas de la época (COMBA, 1926, p. 203-204). Sin embargo, sabemos que este tipo de manifestaciones transcurren por caminos subterráneos, sutiles. Esta sensibilidad espiritual, en parte explicitada, en parte latente, que siente la ignorancia de Dios como un exilio, que busca la salvación en el arquitecno de la fe y los más mínimos asuntos de la vida cotidiana, que se apoya en la Palabra de Dios, un libro de libros, como el musgo en la roca, que experimenta la cautela cuando se refiere a los asuntos divinos y que busca, por sobre todas las cosas, un corazón animado por la fe, creo encontrarla palpitando, como telón de fondo, en la escritura de Jean Daniel Revel.

LA CONDENA DE SÍSIFO

La situación de miseria fue una de las causas fundamentales de la emigración valdense. La acumulación de años de pésimas cosechas de

uvas, nueces y castañas, que constituían los recursos principales de muchas familias, generó endeudamientos y una situación general de carestía a partir de 1850. El pasado de semi esclavitud, persecuciones y aislamiento vigilado

los había hecho tímidos, sumisos, apáticos, sin iniciativa y sin esperanza en un porvenir mejor [...] estaban tan atados a sus campos y a sus praderas que eran reacios a enviar a sus hijos en las dos o tres fábricas que se hallaban en los centros más importantes de los Valles (PONS, 1956, p. 6).

En muchas zonas, las viviendas dejaban mucho que desear y eran (según escribió un pastor escocés que visitó los Valles en 1854, “más semejantes a establos que a casas” (PONS, 1956, p. 6). El pastor Appia, en correspondencia con su madre, narra sorprendido que en la parroquia de Villasecca ha visto a cuatro personas dormir en la misma cama de hojas de haya;

mucha gente queda en ayunas buena parte del día [...] en una familia hemos visto distribuir un huevo entre cuatro personas [...] en otras, tienen como único alimento una especie de pan confeccionado con el remanente de las nueces después de haber extraído el aceite (PONS, 1956, p. 7-8).

Tenemos la estimación de que hacia 1854, más de 3000 familias vivían en situación de miseria (PONS, 1950, p. 17). La Mesa Valdense, órgano ejecutivo de la Iglesia, tuvo que acudir a la generosidad de correligionarios extranjeros para socorrerlas. El pastor francés Bautista Noël, que visitó los valles en 1854, escribió en su informe de viaje lo que había visto en la región de Angroña y del Valle San Martino:

No se puede hacerse una idea de esas regiones atormentadas, donde ni los vehículos ni los animales pueden penetrar y el agricultor está obligado a ser

él mismo carro y caballo, llevando el heno sobre su cabeza, desde el fondo del Valle hasta la cumbre de la montaña” [...] “He visto a mujeres enflaquecidas y aplastadas debajo de pesos enormes, durante los meses de verano [...], en estas tierras es preciso a veces reconstruir el campo, recogiendo la tierra al pie de la montaña y llevarla sobre los hombros hasta la cumbre, esperando que en los años, la misma tierra, nuevamente arrastrada hacia abajo, sea de nuevo levantada sobre los hombros hacia arriba, una segunda, una tercera vez, indefinidamente (PONS, 1956, p. 7).

Esta labor titánica, similar a la condena que pesó sobre Sísifo, mostraba el riesgo de hacer perder el sentido a toda acción cotidiana; el trabajo, si se torna una acción absurda, socava lentamente el vínculo telúrico que los une al suelo de sus antepasados. La tierra allende los mares se constituyó lentamente en símbolo de libertad y prosperidad.

Desconocemos los motivos que impulsaron a Revel junto a su madre y esposa a emigrar a América, aunque no es arriesgado especular que la situación económica y el deseo de prosperidad material fueran determinantes. En estas tierras lo esperaba su cuñado con algunos años de experiencia acumulada, de manera que -situación característica de las primeras expediciones migratorias valdenses-, el fenómeno revestía características de un movimiento de familias; hombres y mujeres en la plenitud de la edad, con fuerza y voluntad para comenzar una nueva vida.

QUEMAR LAS NAVES

Los valdenses, a pesar de su historia heroica, no constituyeron un grupo homogéneo. El contingente que partió hacia el Río de la Plata desde Génova en 1857, por ejemplo, estaba formado por setenta y tres personas de diferentes aldeas. No se conocían; a mediados del siglo XIX

los poblados de los Valles no tenían una comunicación sencilla y mayormente eran “como extraños para los habitantes de otras aldeas alejadas” (BSSHV, 1955, p. 21).

Una situación dramática, dos días previos al embarque, ilustra claramente esta situación. La hija menor de Eliseo Bertinat de Villar falleció repentinamente; había enfermado el día antes; “una preciosa niña, amante cariñosa que demostraba disposiciones propias de una mayor edad”, relataba Charbonnier, pastor de la Parroquia de Génova. Tenía un año y siete meses de edad; todo esto avivaba los sentimientos de un mal presagio en un ambiente tenso, provocado por la reticencia de las autoridades eclesiales y la incertidumbre que generaba el destino escogido. Había que darle sepultura; el cortejo fue fijado para las seis de la mañana. El grupo de colonos del Valle de San Martino dijeron que no participarían; no consideraban a la niña como una de las suyas. “Fue tan sólo gracias a la insistencia del pastor que algunos, haciendo callar momentáneamente esa especie de rivalidad que entonces reinaba entre los habitantes de los valles, resolvieron asistir” (BSSHV, 1955, p. 21).

Los emigrantes tampoco formaban parte de una élite preparada para sentar las bases de una nueva Jerusalén; eran simplemente un grupo humano desesperado, dispuestos a “quemar las naves”, según la expresión de Gustavo Maggi (2006, p. 4), en las nuevas playas desconocidas. Esta situación despertó la queja del primer pastor de la colonia, Michel Morel:

¿De qué elementos se compone la colonia? Se compone de familias y de individuos venidos de los cuatro rincones de los Valles y nada podía garantizar que fuesen de los más morales y piadosos. No hubo selección. Vino quien quiso venir. Si el conjunto de esas familias, que no se conocían

casi entre ellas, no ofreció un espectáculo muy moral y muy religioso, ¿sería esto, acaso, sorprendente? (apud TRON, 1936, p. 24).

Otro factor importante, señalado por Maggi, consiste en que los valdenses sudamericanos, una vez instalados en el Río de la Plata, se congregaron en derredor de sus “devociones”; esto es, se agruparon según grupos de disidencias conformados con anterioridad a la reforma del “avivamiento” y posiblemente, “la decisión de emigrar estaba marcada por su cuestionamiento al orden establecido” (MAGGI, 2006, p. 4).

Los años de 1865-67 fueron especialmente difíciles, la colonia se hallaba dividida en tres grupos, uno, formado por veinte adversarios decididos del pastor Morel, que se reunían en el galpón de la Sociedad; otro, encabezado por el antiguo Consistorio, que formaba una “Iglesia libre”, se reunía en un local construido en la chacra de Pierre Gonnet y un tercero, formado por algunos “darbistas”. “¿Qué religión es ésta” - se preguntaba Morel - en que todo el mundo es Pastor, salvo el mismo Pastor?” (apud TRON, 1936, p. 63-64).

Revel formaba parte de la “iglesia libre”; entre sí se denominaban “hermanos” y practicaban una estricta horizontalidad. Se reunían los domingos por la tarde y los jueves por la noche; había celebraciones, se leía en voz alta, se daban clases a los jóvenes y hasta organizaron una escuela, que funcionó, como todas las de la época, de modo irregular (REVEL, 2020, p. 39). Estos encuentros gozaban de una prioridad tácita frente a los eventos institucionales de la Iglesia. Es notorio, por ejemplo, que Revel no tuvo, al menos en el periodo que estudiamos, la misma asistencia al culto del Domingo por la mañana, presidido por el pastor, que a los encuentros vespertinos en casa de su amigo Pierre Gonnet. Tan

evidente es esto que, en la reunión del 2 de noviembre de 1866, en el momento de acordar qué peticiones tendrían lugar al realizar la oración, “no todos los hermanos estaban convencidos de la necesidad de acudir al Señor en busca de un líder espiritual” (REVEL, 2020, p. 56).

Cierto aire de misterio y estricta observancia caracterizaba estas reuniones. El 2 de julio de 1866 celebraban la Cena del Señor, si bien la mayoría de los hermanos estaban presentes, no pudo pasar desapercibido la ausencia de uno de ellos, Paul Davit. Cuando se lo interrogó, justificó su ausencia alegando que se habían recibido en la “Sociedad”, “a personas que no tenían convicciones religiosas ni discernimiento de estos símbolos divinos”. Inmediatamente se formó una comisión compuesta por tres miembros, “encargados de examinar en adelante a las personas que quisieran ser admitidas en la asamblea” (REVEL, 2020, p. 55).

Más que por sentimientos sectarios, este accionar iba muy de la mano con los modos en que el protestantismo realizó su actividad propagandística y misionera. De carácter informal, pequeños grupos de creyentes se reunían espontáneamente a leer la Biblia y compartir sus experiencias. Giorgio Tourn señala que el término empleado en los siglos XVI y XVII para describir a estas personas autoconvocadas era el de *petites gens*, gente humilde, perteneciente mayoritariamente al mundo de los artesanos u obreros. Los valdenses de Luberon, masacrados en 1545, son un símbolo elocuente de este evangelismo clandestino (TOURN, 2016, p. 74).

La *ecclesia* no es para estos fieles ninguna institución, sino una comunidad de creyentes cuyo elemento constitutivo es la presencia del Espíritu; no es una construcción teórica, sino el encuentro vivo con Cristo a través de la mediación de su Palabra. A pesar de tres siglos de

distancia del sínodo de Chanforan, en la vivencia profunda de estos peregrinos, estaba todavía viva la fe de los creyentes agrupados espontáneamente; laicos con alguna instrucción, hombres y mujeres de pueblo, agricultores, artesanos, lavanderas, todos, en derredor de un candelero, escuchando y comentando escrituras que consideran Palabra Revelada.

SER FIEL EN LO POCO

La literatura confesional, en el formato del diario íntimo, las cartas o la literatura autógrafa, ha sido señalada como un poderoso indicador de los avances de la alfabetización en el continente europeo durante los siglos XVI al XIX (LYON, 2012). Una nueva relación entre lectura, escritura y “conocimiento de uno mismo” fue operándose lentamente a partir del desarrollo de la imprenta, de la sensibilidad religiosa reformada y de nuevos reposicionamientos de los sujetos en las sociedades modernas.

Una primera hipótesis, evidente, podría formularse del siguiente modo: Jean Daniel Revel escribió un diario de memorias, como un ejercicio íntimo de contacto con Dios. En los inicios de 1863, entre el estremecimiento de la nave que lo transportaba a través del mar y el tiempo de ocio, se agitaban internamente turbulentas aguas en el corazón de un cristiano atormentado:

Qué feliz me sentiría si mi corazón estuviera lleno de amor por Aquel que tanto me amó y se entregó por mí. Qué feliz sería si sólo encontrara placer en la ley de Dios y en todo lo que Él se deleita. Con qué intrepidez iría mi alma al encuentro de nuestro Salvador si hubiera abrazado verdaderamente su cruz (REVEL, 2020, p. 7).

Pocos días más tarde se lamenta por no haber proclamado el nombre de Dios entre los hombres, y eso por cobardía, por temerles más que al altísimo. Está convencido que a fin de cuentas pagará por ello. Reconoce no haber realizado grandes progresos en la fe; "mi corazón", dice, "está carcomido por la duda" y por la "indiferencia" (REVEL, 2020, p. 9-10).

El ejercicio de escritura era para Revel un modo de testificar su fe; continuar este diario, escribe, es un modo de que "mi alma avance en su conocimiento y en su temor para estar un día, cuando a Él le plazca, [...] en la Ciudad Celestial donde no habrá más trabajo, dolor ni temor" (REVEL, 2020, p. 7).

Pero entre el antiguo hogar de los valles y la ciudad celestial, estaba la ciudad terrena, desconocida, casi virgen. Revel estaba convencido que estas tierras bañadas por las aguas del Río de la Plata serían el lugar de encuentro con su familia y su pueblo, un adelanto del encuentro final en la comunión con Dios; "Quiera Dios permitir poder reunirnos en familia en esa tierra que parece haber preparado para nosotros, como antaño la tierra de Canaán para los israelitas" (REVEL, 2020, p. 9).

No era simple retórica, desde sus orígenes los valdenses estaban acostumbrados a leer y recitar el libro de libros. Pero especialmente, desde que el movimiento religioso se había organizado como iglesia, plegándose a las demás tradiciones reformadas del siglo XVI, habían fortalecido una hermenéutica de sólida tradición calviniana. Juan Calvino (1509-1564) había dado pasos decisivos para cambiar sustantivamente el modo de interpretar las Escrituras. Durante siglos, la exégesis bíblica había sido construida sobre un sistema complejo y refinado de estudio. Nacido en la era patristica y desarrollado a lo largo de la Edad Media, descansaba en un supuesto fundamental, la

convicción de que los textos sagrados eran susceptibles de diversos niveles de lectura: el literal, simbólico, moral, anagógico, entre otros. Cada uno de estos estratos poseían un valor propio, una especificidad que generaba explicaciones a menudo contradictorias. Como buen humanista, Calvino aportó una contribución fundamental en los modos de lectura. El documento bíblico es un texto escrito y debe ser interpretado como tal y por esto, contiene un mensaje que debe ser leído en términos históricamente definidos (TOURN, 2016, p. 79).

Para Calvino, la inspiración divina de las Escrituras cae por su propio peso. Dios ha inspirado a los autores para que ellos comuniquen su mensaje, una verdad expresada en términos sencillos y que debe ser leída en la inmediatez de su formulación. La interpretación que hizo Calvino de la parábola del amo que confía los talentos a sus servidores para que los hagan fructificar, por ejemplo, es ilustrativa (Mateo 25:14-30). La tradición había interpretado el término “talento” como “amor”, “perdón”, los “sacramentos” o la “fe”. Del mismo modo, los servidores del amo fueron asimilados a los “sacerdotes”, a veces a los “apóstoles” y en ocasiones referían a los creyentes en general. Nada de esto está realmente en el texto, dice Calvino, se trata simplemente de dinero que debe ser utilizado para aumentar la grandeza de su señor. Dios nos ha dado dones que deben fructificar en beneficio de los demás. De esa lectura calviniana viene nuestro uso actual del término “talento”, en el sentido de facultad personal (TOURN, 2016, p. 80).

De modo que cuando Revel se sirvió de la analogía de la tierra prometida, o cuando más tarde Jean François Gay, pastor de Villar Pellice, en “Les origines de la Colonie Vaudoise de l’Uruguay” habló de “El éxodo de nuestros padres”, sentían que formaban parte de una misma historia de salvación y que sus acciones, en algún sentido que no

comprendían cabalmente, estaban actualizando los gestos pretéritos que los mantenían unidos al pueblo elegido de Israel.

PERLAS PARA LOS CERDOS

La mañana posterior a su arribo a la colonia, después de casi tres meses de travesía, Jean Daniel fue a cortar trigo con su cuñado, su esposa y su madre (REVEL, 2020, p. 16). Las exigencias del trabajo agrícola consumían gran parte de las energías. Revel tuvo que aprender a fabricarse un rancho de adobe y paja, como se hacía en estas tierras. Debía buscar, con carro prestado, madera, arena y paja en las riberas del arroyo Sarandí o leña en el monte. Una vez comprada la “chacra”, la cultivó con la ayuda de sus vecinos y como retribución, participó también en tareas solidarias en campos ajenos. No obstante, siempre buscó tiempo para leer; leyó de manera apremiante cientos de libros que trajo en sus maletas o que solicitó a Europa. Los libros tal vez constituyeron la mayor parte de su equipaje; doscientos títulos fueron la base de una biblioteca que organizó en su vivienda. A escasas semanas de haberse instalado en Uruguay, había comenzado una intensa actividad de préstamo. En enero de 1864 le acercó al Sr. Ardouin, “Pruebas de los Profetas”, posteriormente, al Sr. Adolphe, dos volúmenes de “Discursos y colecciones de sermones”. Los colonos podían suscribirse a la biblioteca pagando un peso anual. Según narra Daniel Dalmás, un habitual usuario, el material era “muy bueno” y lo “devoraba” con pasión (DALMAS, 2009, p. 22).

Elaboró una extensa lista solicitando otros; los asuntos religiosos eran abrumadores, al punto que nos recuerda los modos de “lectura intensiva”, descritos por Chartier en la Europa protestante del siglo XVI.

Las cartas que escribía a su cuñada Susana Morel en Italia contenían frecuentes pedidos de libros. Por intervención del Pastor Monod, el Comité de Libros Religiosos de Toulouse le enviaba periódicamente cajones con Biblias y material religioso. Su hermana, la Sra. de Argaut era otra asidua proveedora. El pastor Milne también dejaba en casa de Revel muchos libros para uso de todos los que querían leerlos. A su vez, circulaban revistas; hasta su muerte, Revel se encargó de las suscripciones de *La Feuille Religieuse*, *La Chambre Haute*, *La Famille*, *L'Éducation Chrétienne*, *Rayon de Soleil*, *Lectures Illustrées*, *Le Journal des Missions*, *Le Témoin*, *Le Signe des Temps*, *Le Messager de L'école du Dimanche*, *L'Almanach des Bons Conseils*, *L'Ami de la Jeunesse*, *Petit Glaneur*, *La Jeune Ménagère* (BSSHV, 1961, p. 17-18).

Se repartían a la salida de los templos o en reuniones religiosas y tenían buena aceptación. La lectura mantenía la relación con los parientes en los Valles y servía también como factor de instrucción. Maurín recuerda que estas lecturas “fueron un complemento valiosísimo de las escuelas” (MAURÍN, 1979, p. 6). Para hacernos una idea de la cantidad de impresos, ofrezco este cuadro, incompleto, que cuenta como base las investigaciones de Oscar Gilles.

Años	Nombre	Lengua	Frecuencia
1848-1850	<i>L'Écho des Vallées</i>	Francés	Mensual
1851-1862	<i>La Buona Novella</i>	Italiano	Mensual
1851-1862	<i>L'Écho des Vallées</i>	Francés	Mensual/semanal
1851-1862	<i>Le Témoin</i>	Francés	
	<i>La Jeune Ménagère</i>	Francés	
	<i>La Chambre Haute</i>	Francés	
	<i>Rayon de Soleil</i>	Francés	
	<i>Lectures Illustrées</i>	Francés	
	<i>Le Journal des Missions</i>	Francés	

	<i>L'Education Chrétienne</i>	Francés	
	<i>La Feuille Religieuse</i>	Francés	
	<i>La Famille</i>	Francés	
	<i>Le Signe des Temps</i>	Francés	
	<i>Le Messager de L'école du Dimanche</i>	Francés	
	<i>L'Almanach des Bons Conseils</i>	Francés	
	<i>L'Ami de la Jeunesse</i>	Francés	
	<i>Petit Glaneur</i>	Francés	
	<i>Le prédicateur Évangélique</i>	Francés	
1897-1938	<i>L'Écho des Vallées</i>	Francés	Semanal
1939-1961	<i>L'Eco delle Valli Valdesi</i>	Italiano	Semanal
1962-1992	<i>L'Eco delle Valli Valdesi-La Luce</i>	Italiano	Semanal
1993-	<i>Riforma</i>	Italiano	

Parece sencillo para nuestra comodidad contemporánea, pero conseguir estos materiales era una tarea compleja; una carta, que se despachaba a caballo y que viajaba entre otras cartas y múltiples objetos en las bodegas de los barcos, cuarenta o cincuenta días de travesía incierta a través del mar, para hacer el proceso inverso en la otra orilla: bultos estibados, distribuidos lentamente, todo un mundo de noticias y deseos que se leían con agitación; conseguir un libro en esta parte del mundo era conseguir un tesoro. Por eso Revel daba cuenta de sus pedidos en las memorias, como si la escritura le ayudara a acelerar el tiempo y calmar la ansiedad.

Valía la pena; en la primavera de 1866 Revel recibió una caja proveniente de París repleta de libros; a excepción de algunos ejemplares que se reservaron para la escuela, el resto “se compró con avaricia” (REVEL, 2020, p. 56). Bibliotecario y librero, también fue colportor; el lunes 5 de julio de 1869, regaló diez biblias a la novel escuela

construida en la chacra de David Combe (REVEL, 2020, p. 86). El tráfico de material impreso era intenso, Jean Daniel registraba el nombre de las personas y el título del préstamo en su diario; cuenta además que en reiteradas ocasiones tuvo que encuadernar los ejemplares, deteriorados por el trasiego. Hacia 1865, en una carta a sus amigos, en Europa, escribió: “puedo decir que Dios ya ha usado mis libros en gran medida para llevar a amigos de la Colonia a su precioso conocimiento” (REVEL, 2020, p. 334). Otra carta, dirigida a su padrino, el pastor Malan, mostraba la importancia de su labor:

Dada la situación en que nos encontramos y en la necesidad de alimentar nuestras almas, nuestra vida religiosa, es que nos alegramos de recibir libros, que no encontraríamos en nuestra biblioteca acá. Los lectores aumentan día a día al compás de la población que crece rápidamente. En el año 63 cuando yo llegué había 400 almas en la Colonia y ahora en 1868 ya somos 700. Dios nos bendice abundantemente; la situación de la Colonia es inmejorable (apud BERTON, 1961, p. 9).

Según la valoración de eminentes representantes de la Iglesia Valdense años después, el “desarrollo espiritual e intelectual” de esta parte de nuestras colonias sudamericanas se debió en gran parte a la “influencia” de Jean Daniel, a su “predicación constante y a sus libros y periódicos repartidos” (BSSHV, 1961, p. 18).

AUTODIDAXIA

Revel no tenía instrucción sistemática, fue un autodidacta; al parecer era una característica habitual. Lidia Berton de Revel recordaba con añoranza “la cultura de muchos colonos de aquella época”, un

conocimiento que “todo lo debían a su auto instrucción por la lectura de buenos libros” (BERTON, 1961, p. 8).

De modo autodidacta también Revel aprendió a leer inglés; su biblioteca contaba con muchos libros en esta lengua. Estaba suscrito al *Christian Herald* y seguía con asiduidad la lectura de predicadores “revivalistas” como Talmage Spurgeon, Moody y Finney (BSSHV 1961, p. 16).

La lluvia brindaba una ocasión ideal para la lectura; impedido de realizar las tareas de campo, Jean Daniel se quedaba en su casa “todo el día escribiendo y leyendo” (REVEL, 2020, p. 71). Aun así, los momentos de lectura no dependían exclusivamente del clima; el sábado 13 de junio de 1868, muy temprano en la mañana, durante el trayecto en carro tirado por caballos que unía su hogar con el arroyo, en busca de un cargamento de arena, Revel se las ingenió para leer un pequeño libro titulado “Algunas verdades importantes de la Palabra de Dios”. Reconfortado por esta lectura, regresó a su casa y continuó con la siembra de invierno (REVEL, 2020, p. 63).

La lectura conjunta, entre amigos, era una práctica habitual, el 22 de noviembre del mismo año, junto a Pierre Ardouin [sic] leyeron, o más bien Jean Daniel leyó en voz alta, el libro titulado “Algunas palabras para los que trabajan en la conversión de las almas”. La lectura motivó “muchas reflexiones” (REVEL, 2020, p. 76-77). El sábado 8 de abril de 1865 por la noche, Revel fue a casa de Pierre Gonnet para leer a siete u ocho personas el libro titulado “El siglo actual y el siglo que viene”, “hablamos toda la tarde sobre lo que concierne a la Iglesia de Jesucristo”. El domingo 29 de abril de 1866, día de descanso, fue con su cuñado y su madre a la escuela dominical. El resto del día llovió copiosamente y por esto no hubo reunión por la tarde en casa de Gonnet. Por la noche, sin

embargo, Revel fue a la casa de Paul Artus y después de terminar la meditación de la Palabra, terminó el libro que había empezado durante el día, “todos prestaron gran atención a las interesantes historias que contenía” (REVEL, 2020, p. 46).

Esta tarea de “lector público” conllevaba la de comentarista. Jean Daniel era más bien tímido, según él mismo cuenta, (REVEL, 2020, p. 335), pero poco a poco, fue venciendo esa timidez y ganando prestigio entre sus hermanos como una voz autorizada en temas de religión. Rápidamente la actividad de Jean Daniel fue abarcando tareas educativas; se sumaba una intensa labor en la “escuela dominical” y en reuniones de formación religiosa para niños y jóvenes. El sábado 1° de diciembre de 1866 cincuenta niños y “casi otras tantas personas” se reunieron a las diez y media para cantar y meditar la palabra de Dios. Revel había dado a los niños los primeros veintidós versos del tercer capítulo del Evangelio según San Juan, junto con el himno *Te deum*, para que lo aprendieron de memoria a través de la “recitación”. Al final de la actividad regaló un cuaderno a cada uno con crayones y plumas para escribir (REVEL, 2020, p. 57). Revel tuvo escuelas dominicales a su cargo y visitaba frecuentemente otras de la zona, además formó parte de la mesa examinadora de las escuelas diarias, actos solemnes a los que se les daba mucha importancia; usualmente era invitado a hablar a los niños, oportunidad en la que se distribuían láminas y literatura (BERTON, 1961, p. 8).

La lectura comunitaria implicaba un generoso tiempo de “meditación”; tenemos el ejemplo del domingo 7 de junio de 1868. Se leyeron los versículos 26 a 29 del capítulo 6 del evangelio de Lucas desde las 11 hasta el mediodía. Volvieron a reunirse por la tarde; esta vez en torno al capítulo 6 de la primera epístola a Timoteo y permanecieron

durante tres horas. Jean Daniel guio la reflexión y sintió que había sido fructífera, “primero para mi” y esperaba que también para los demás (REVEL, 2020, p. 61).

Revel aprovechaba al máximo el tiempo buscando momentos para formarse, en soledad o junto a su esposa. Esta tarea autodidacta, era asumida con la mayor seriedad, el lunes 8 de junio de 1868, por ejemplo, se queja de que no pudo pasar la tarde leyendo, porque tenía el compromiso de asistir a la casa de su cuñado Paul para comenzar una nueva tarea intelectual, “dar clases de temas y números”. La actividad escolar era irregular, en los años sesenta las tensiones internas en la colonia no permitieron una actividad lectiva consolidada y a Jean Daniel se le solicitó que apoyara voluntariamente a un grupo de jóvenes. Sin embargo, a pesar de cumplir escrupulosamente la tarea, no pudo dejar de sentir que estaba traicionando su misión: “Esto es más o menos perjudicial para mi alma”, escribió, por “mi falta de seriedad”. Nos cuenta que “siempre” volvía a su casa reprochándose “la falta de autoridad y de fervor cristiano”. No sabemos bien a qué refiere cuando se molesta por “tantas dolencias adheridas a este pobre cuerpo de pecado” (REVEL, 2020, p. 61). Tal vez, se exigía una mayor disposición para el estudio.

Jean Daniel arribó a América persuadido de una antropología más bien pesimista: “el corazón del hombre es corrupto y desesperadamente maligno y astuto sobre todas las cosas”; la primera impresión al llegar a las orillas del río Rosario y adentrarse en un bosque virgen, maravillado por la inmensidad de la naturaleza, reflexionaba:

Qué felices y contentos estaban nuestros colonos al poder contemplar estas especies de árboles y arbustos que en este momento están en plena frescura y belleza. Nunca me había hecho una idea de lo que podía ser un bosque que

nunca había sido visitado por la mano asesina del hombre (REVEL, 2020, p. 11).

Es la voz de un hombre que se siente con “vergüenza”, “timidez” y “miedo” del mundo (REVEL, 2020, p. 21).

¿Pero, qué leía? Por ejemplo, un **Tratado sobre los errores**, que le ayudó a reflexionar sobre la lamentable tendencia que tiene la humanidad a “justificarse en su estado de pecado e ignorancia” (REVEL, 2020, p. 17); un libro de **Meditaciones sobre las siete iglesias de Asia**; el miércoles 28 de enero, gracias a la lluvia, leyó al profeta Jeremías; su exhortación a los judíos para que se arrepintiesen, la dureza de su corazón, la obstinación en el pecado, todo era motivo para aplicarlo a su nueva vida en estos lugares apartados; “¡Ay! Bien puedo asemejar mi corazón al de los israelitas y ver fácilmente que es tan perverso y tan rebelde como el de ellos a su santa palabra” (REVEL, 2020, p. 22). **El pozo de Jacob**, dice haberlo leído varias veces.

UN MUNDO SIN DIOS

Por las noches, después de las extensas jornadas de trabajo agrícola, bajo la tenue luz de una lámpara, se disponía a corregir el borrador de cartas suyas o ajenas. “Me cansé mucho de escribir tanto”, escribió en una ocasión (REVEL, 2020, p. 63). Una década posterior a la inauguración de la colonia en América, muchas personas aún no estaban lo suficientemente alfabetizadas como para escribir cartas a sus familiares; habitualmente Revel permanecía horas escribiendo epístolas a sus vecinos que deseaban mantener el contacto con sus comunidades en los valles (REVEL, 2020, p. 59). Cuando el moderador de la mesa valdense, el Sr. Pierre Lantaret, vino de Europa y permaneció

apenas nueve días en la colonia, en 1869, fue despedido por un grupo de personas, tomaba un coche para dirigirse a Montevideo; en sus maletas llevaba “más de 100 o 130 cartas” (REVEL, 2020, p. 91). En estas noches sin brillo, Jean Daniel iluminaba su mesa y escribía pacientemente el diario que legaría a sus descendientes como tesoro al que hay que descubrir su valor.

Los sábados eran días en el que se amasaba y horneaba el pan para el resto de la semana; una actividad que consumía gran parte de la jornada. Hacia el atardecer, siguiendo la tradición bíblica, comenzaba el “día litúrgico”, por lo que usualmente se visitaban otras familias, se leían fragmentos de la escritura y se mantenían encendidas tertulias. La “marcha de la iglesia” y las “manifestaciones de Dios” en nuestro tiempo, estaban entre los temas favoritos. El 1 de julio de 1868, por ejemplo, en casa de la familia Félix, se quedaron hasta “altas horas de la noche” conversando “en torno a la posición de la Iglesia y los dones del Espíritu Santo, así como su gloriosa manifestación en medio de la Iglesia naciente y su posibilidad de manifestarse aún hoy de la misma manera que en el pasado” (REVEL, 2020, p. 68). Quince días antes, Jean Daniel había leído el libro **Seis cartas sobre la manifestación espiritual del Hijo de Dios**. Nos cuenta que su lectura le había “reforzado” en la convicción de que esas “manifestaciones” podrían tener lugar todavía en nuestros días; pero falta “fe y fidelidad” entre los creyentes (REVEL, 2020, p. 64).

En otra ocasión, en la casa de su hermano Paul, Jean Daniel tuvo una pequeña disputa con Jean Long sobre los “dones espirituales”. Su opinión parecía representar, “desgraciadamente”, comenta Revel, un sentido común extendido que consistía en entender que “Dios habría retirado de su beneplácito los dones extraordinarios que dispensó tan

abundantemente a la Iglesia primitiva”. Si fuera de este modo, viviríamos tiempos sin esperanza, tiempos en el que los creyentes deambulan en el más absoluto desamparo. Revel, en cambio, opinaba que, si el altísimo “no se manifestaba como antes”, se debía a “nuestra culpa” (REVEL, 2020, p. 68). Los dos coincidían en que en este tiempo no abundaban las epifanías de las realidades últimas y la interrogante sobre la presencia de Dios en sus acciones cotidianas pendía insistentemente como una amenaza.

La preocupación persistió; la noche del lunes 20 de julio de 1868, el señor Félix le devolvió la visita. Leyeron el “tratado”, **Qué es el Irvingismo**, denominación de un grupo religioso que surgió en Londres, por iniciativa de Edward Irving (1792-1834) un ministro presbiteriano depuesto. Se reconoce a esta figura como un “precursor”; el verdadero fundador del movimiento es la acción del Espíritu de Dios. Fue durante el ministerio de Irving donde se produjeron eventos extraordinarios, hablar en distintas lenguas de un momento a otro, profecías cumplidas, curaciones e incluso resurrección de personas que habían fallecido. Estos sucesos se interpretaron como “manifestaciones del Espíritu” y nucleó a un grupo de seguidores con el propósito de formar un cuerpo religioso modelado exactamente en la línea de la Iglesia apostólica primitiva. Revel y Félix estaban de acuerdo, “si somos fieles” es posible recibir los “dones del Espíritu Santo y su presencia como persona en medio de su Iglesia” (REVEL, 2020, p. 70).

Una noche de sábado del mismo año Revel leyó **La vida de Martin Booz**; seguramente Martín Bucero (1491-1551), discípulo de Lutero y una de las figuras más destacadas de la reforma protestante. Bucero desarrolló en Estrasburgo un tipo de reforma de carácter propio, apoyado en la convicción de que el valor de una doctrina se mide, a fin

de cuentas, por su capacidad de incidir realmente en la vida de las personas y que ninguna reforma de las doctrinas es verdaderamente digna de ser emprendida si no se traduce en una reforma de la vida (RICCA, 2011, p. 39). Para Revel, “este libro contiene muchas instrucciones espirituales. Hizo bien a mi alma, fortaleciéndola en la fe”; y se lamentó: “Oh, cómo envidio la actividad de Martin Booz”. Los conflictos internos de la comunidad valdense le hacían añorar los tiempos del reformador. “¿de dónde proviene la fuerza de su actividad?, se preguntaba, “de la fe viva en lo que Jesús ha hecho por nosotros”, respondió, y en su plegaria, pidió a Dios que lo pusiera “en la misma disposición” que Bucero, para poder “derribar las fortalezas de Satanás y ganar la victoria sobre mi corazón y el mundo” (REVEL, 2020, p. 67).

A MODO DE CIERRE (PROVISORIO)

Octavio Paz ha afirmado que “no se puede entender América si se olvida que somos un capítulo de la historia de las utopías europeas”. Jean Daniel Revel pisó las costas del Río de la Plata, en la desembocadura del Rosario, el sábado 17 de enero de 1863, cinco años después de que arribaran los primeros colonos. En sus libros trajo los sueños de una tierra prometida; entre sus hojas, la certeza de que empujar tierra arriba no sería un esfuerzo en vano. El músculo debe sostener la utopía y el sacrificio, la virtud con la que el alma se perfecciona. Su labor como autodidacta, bibliotecario, librero, instructor, lector y comentarista fue fundamental en los primeros años de la Colonia. Su mundo de creencias y representaciones estaba pautado por un cristianismo colectivo y plural, temeroso y frugal, obsesionado por adquirir el conocimiento de Dios. Personas como Revel propagaron su fe a través del ejercicio

cotidiano de la lectura, la escritura y la prédica; pequeños gestos, transmitidos de generación en generación que, de la mano de la exigencia de perfeccionamiento, les permitió integrarse y ser reconocidos en estas tierras americanas como una utopía posible.

FUENTES

BARIDON, Jean Pierre. Abrégé de l' Histoire de la Colonie Vaudoise. **Bollettino della Società si Studi Valdesi**, Año 126, n. 204, 2009.

(BSSHV) BOLETÍN DE LA SOCIEDAD SUDAMERICANA DE HISTORIA VALDENSE, N.º 1, 15/VIII/1935.

(BSSHV) BOLETÍN DE LA SOCIEDAD SUDAMERICANA DE HISTORIA VALDENSE, Año X, N.º 2, agosto 15 de 1936.

(BSSHV) BOLETÍN DE LA SOCIEDAD SUDAMERICANA DE HISTORIA VALDENSE, N.º 20, 15/VIII/1954.

(BSSHV) BOLETÍN DE LA SOCIEDAD SUDAMERICANA DE HISTORIA VALDENSE, N.º 26, 15/VIII/1960.

(BSSHV) BOLETÍN DE LA SOCIEDAD SUDAMERICANA DE HISTORIA VALDENSE, N.º 27, 15 de agosto de 1961.

(LA) BUONA NOVELLA. GIORNALE DELLA EVANGELIZZAZIONE ITALIANA, Año IV, N° 33, 17/VIII, 1855.

DALMÁS, Daniel. **Diario**, documento inédito, 2009.

GUIGOU, Santiago. **Diario de memorias**, traducción de Oscar Gilles; documento inédito, 2019.

INFORMES DE LA MESA VALDENSE. **Boletín de la Sociedad Sudamericana de Historia Valdense**, n. 29, 15/VIII, 1963.

MOREL, Miguel. **Libro copiadador de correspondencia (1860-1868)**, documento inédito.

REVEL, Jean Daniel. **Diario personal, copias cartas enviadas, escritos varios, 1862-1905**; transcripción del original por Rita Bouissa, transcripción a archivo digital por Oscar Gilles; documento inédito, 2020.

REFERENCIAS

AMESTOY, Norman. Emancipación de la mujer, reformismo y revivalismo protestante en siglo XIX. **Cuadernos de Teología**, v. 29, 2010. Disponible en: <link.gale.com/apps/doc/A252446880/IFME?u=anon-9da60645&sid=googleScholar&xid=07442b87>.

Acceso el: 10 enero 2022.

BERTON, Lidia. Juan Daniel Revel. **Boletín de la Sociedad Sudamericana de Historia Valdense**, n. 27, 15 de agosto de 1961.

BOUNOUS, F. C.; BOUNOUS, L. **El pastor Bounous y su historia de Colonia Cosmopolita**, Colonia: S/E, 1952.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1976.

COMBA, Ernesto. **Historia de los valdenses**. Buenos Aires: Linmari y Cía, 1926.

DE CERTEAU, Michel. **La invención de lo cotidiano 1: Artes de hacer**. México: Universidad Iberoamericana, 2000.

DELMONTE, Carlos. **Orientación de la educación en los orígenes de la Colonia Valdense**. (documento inédito). Colonia Valdense, 1987.

GILLES, Mireille; GILLES, Oscar. **El diario de Jean Daniel Revel (1862-1905). Testimonio de los primeros años de la colonización valdense en Uruguay**. Montevideo: S/D, 2018.

HARRISON, Everett F.; BROMILEY, Geoffrey W.; HENRY, Carl F. H. (ed.). **Diccionario de Teología**. Grand Rapids: Libros Desafío, 2006.

KIERKEGAARD, Soren. **Temor y Temblor**. Barcelona: Altaya, 1994.

LYON, Martyn. **Historia de la lectura y de la escritura en el mundo occidental**. Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2012.

- MAGGI, Gustavo. Canto coral en la Iglesia de Colonia Valdense. Periodo fundacional de la Iglesia (1860-1878). **Cuestión de fe. Boletín de las Iglesias Evangélicas Valdenses**, Año IV, n. 86, 2016, Colonia Valdense, p. 4.
- MANGHENZANI, Simone; PLATONE, Giuseppe (comp.). **Riforma, Risorgimento e Risveglio**. Torino: Claudiana, 2011.
- MARCHAND, Aimé. Félix Neff. **Missionnaire et prédicateur**. Tesis. Toulouse: Faculté de théologie protestante de Montauban, 1868.
- MAURÍN, Juan Aldo. Las petites écoles. **Cuaderno de Historia Valdense**, n. 5, 1979.
- MOLNAR, Amedeo. **Historia del Valdismo Medieval**. Buenos Aires: La Aurora, 1981.
- PAPINI, Carlo. **Valdo de Lyon y los “Pobres de espíritu”. El primer siglo del movimiento valdense (1170-1270)**. Traducción de Oscar Gilles. Torino: Claudiana, 2001.
- PONS, Teófilo; BARIDON, Juan Pedro. Un pionero de nuestra emigración (tercera parte). **Boletín de la Sociedad Sudamericana de Historia Valdense**, n. 16, 1950.
- PONS, Teófilo. El problema de la emigración en los Valles hace cien años. **Boletín de la Sociedad Sudamericana de Historia Valdense**, n. 22, 1956.
- RICCA, Paolo. La Riforma come fenómeno Europeo. En: MANGHENZANI, Simone; PLATONE, Giuseppe (comp.). **Riforma, Risorgimento e Risveglio**. Torino: Claudiana, 2011. p. 29-40.
- TRON, Ernesto. Miguel Morel. **Boletín de la Sociedad Sudamericana de Historia Valdense**, Año X, n. 2, Colonia Valdense, 1936.
- TOURN, Giorgio. **Juan Calvino. El reformador de Ginebra**. Barcelona: CLIE, 2016.
- TOURN, Giorgio. Valdesi in Sudamerica: storia e memoria. **Bollettino della Società di Studi Valdesi**, Año 126, n. 204, p. 15-25, 2009.

PARTE 4

INTELECTUAIS E CAMPO POLÍTICO

13

LA MESA ESTÁ SERVIDA: DEBATES SOBRE LA LAICIDAD EN LA REVISTA DE LA EDUCACIÓN DEL PUEBLO (1968-1976)

Federico Alvez Cavanna

Antonio Romano

INTRODUCCIÓN: LA LAICIDAD ARRIBA DE LA MESA

Historiar un breve periodo de la larga travesía del concepto de laicidad en el Uruguay implica el desafío de tratar un tema de uso central en los debates políticos, mediáticos y educativos pero paradójicamente un concepto “sagrado” que conlleva una especie de “halo inmaculado” que le genera algo indefinido y, al mismo tiempo, de portador de una “esencia” inmodificada e inmodificable de las tradiciones nacionales. En este texto buscamos poner *arriba de la mesa* un momento de debates sobre los sentidos de una laicidad “a la uruguaya” para intentar pensarla históricamente analizando textos publicados en la **Revista de la Educación del Pueblo** en su primera época (1968-1976). Para esto utilizamos las concepciones metodológicas de Reinhart Koselleck y la *historia de los conceptos* que estudia las variaciones de sentido en relación a los desplazamientos extralingüísticos que acontecen en la realidad social para “comprender los conflictos sociales y políticos del pasado por medio de las delimitaciones conceptuales y de la interpretación de los usos del lenguaje” (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Pensar esta dimensión histórica del concepto permite evitar considerarlo un principio abstracto con una única definición inmanente en la etimológica occidental y también evitar considerarlo -en el caso uruguayo- un concepto que permanece intacto desde finales del siglo XIX y su desarrollo durante el batllismo hasta el presente. Al contrario, entendemos que el concepto de laicidad, es parte de los conceptos claves para entender la modernidad occidental y que, en los diferentes países, es el resultado de complejos actos de comunicación intercultural donde términos de origen extranjeros ganan vida propia. Al mismo tiempo es necesario estar atentos -en cada realidad nacional- a los procesos de superposición de capas de sentidos de conceptos que siempre son polisémicos y disputados y nunca portadores de sentidos perennes ni unánimes.

Siendo así, poner el concepto de laicidad *sobre la mesa* se relaciona concretamente con la operación de *profanarlo*, que, en el sentido que le otorga Agamben (2005, p. 97) citando a Trebacio es la acción de restituir “al uso y a la propiedad de los hombres” aquello que se concibe como sagrado. Es el momento donde se pierde el aura de lo intocable, de la sacralidad, desactivando “los dispositivos del poder y restituye al uso común los espacios que el poder había confiscado” (AGAMBEN, 2005, p. 102). Atribuyéndole una perspectiva educativa a esta noción de profanación, los filósofos belgas Jan Masschelein e Maarten Simons (2018, p. 42) consideran que la escuela es un lugar y un tiempo para la “profanación”, es decir, para ponerse frente a frente “con las cosas públicas disponibilizadas para uso libre y nuevo”. Profanar es entonces “poner algo sobre la mesa”, una invitación para pensar sobre el:

uso habitual, no más sagrado u ocupado por un significado específico, y, por lo tanto, algo en el mundo que es, al mismo tiempo, accesible a todos y sujeto a la (re)apropiación de significado. Es algo, en ese sentido general (no religioso), que fue despojado o expropiado: en otras palabras, algo que se tornó público (MASSCHELEIN; SIMONS, 2018, p. 39).

Poniendo *arriba de la mesa* el concepto de laicidad, en este trabajo nos proponemos discutir la existencia y los orígenes de una noción de “laicidad conservadora” – camada de largo uso en el debate público educativo uruguayo– como uno de los condicionantes más fuertes para pensar el oficio docente en las escuelas públicas. Esta definición “a la uruguaya” – “ajustista” o “adecuacionista” como la denominó Real de Azúa (1992) – del concepto de laicidad tiene su origen a finales de los años ‘60 del siglo pasado cuando el concepto comienza a adquirir connotaciones más conservadoras y a ser “usado” como parte de las supuestas “tradiciones nacionales” que debían combatir el “ataque marxista”. Es a partir de ese momento que, abandonando los debates más típicos del proceso secularizador (relación Estado-Iglesia) esta laicidad “sagrada” entra en la arena de debates más propiamente políticos y sobre el papel de la docencia en el contexto de la Guerra Fría.

Analizaremos las disputas por los sentidos del concepto de laicidad en la **Revista de la Educación del Pueblo** en su primera época que comienza a ser editada por la Cooperativa Editorial “Unión del Magisterio” en marzo de 1968¹ y se prolonga hasta el número 28 que

¹ La publicación de la revista surge en el contexto de la realización de una serie de actividades de conmemoración del centenario que “da nacimiento a la Sociedad de Amigos de la Educación Popular e inicia el camino de la Reforma” (JESUALDO et al, 1968, p. 7) que impulsará José Pedro Varela en el siglo XIX. Este momento es caracterizado como un “centenario singular”, por dos razones: en primer lugar, por el “silencio oficial, el tremendo silencio del gobierno ante la gran fecha”, y en segundo lugar, “por el combate de los jóvenes estudiantes en defensa de las mejores y más avanzadas tradiciones del país” (JESUALDO et al, 1968, p. 8).

corresponde a marzo-abril de 1976.² El primer número tiene 64 páginas, que se van a ampliar a 100 páginas en el segundo y en algunos números alcanzan hasta 150 páginas -como en el número 7. Su estructura interna se compone de cuatro o cinco secciones que se van a mantener durante la primera época que son: (1) editorial, (2) cuaderno pedagógico, (3) didáctica, (4) notas, actualidades, documentos, materiales de consulta, (5) cultura. El editorial está a cargo del Consejo de Redacción, pero recae principalmente, en la figura del maestro Selmar Balbi³. También integran el Consejo de Redacción: Víctor Brindisi, Raúl Amaro Díaz, Alfredo Gadino, Eriberto Gesto, Mario González, Nelly Navarrete, Luis Neira, Juan L. Pons y Hugo Rodríguez⁴. A partir del número 12, Selmar Balbi va aparecer como Director y se integra Nancy Carbajal, quien junto con Hugo Rodríguez, van a oficiar como Secretarios de Redacción. La segunda sección es denominada “Cuaderno pedagógico del departamento editorial de la Unión del Magisterio”, apartado que posteriormente va a quedar resumido en “Cuaderno pedagógico”, resulta particularmente interesante porque pone en evidencia que la publicación, aunque es impulsada por la Unión del Magisterio, no pretende identificarse con esta agrupación. Incluso esto se refleja en la elección del color de página que caracteriza a esta sección que puede ser

² La segunda época comienza después de la recuperación democrática, con el número 29 en junio de 1986 y llega hasta nuestros días.

³ A partir del número 12 se convierte en el Director de la publicación.

⁴ Participaron más adelante en su Consejo de Redacción Nancy Carbajal de Madalena, Néstor Raúl Acosta, Héctor Balsas, Margarita Berreta, Manuel Claps, Martha Demarchi de Mila, Elsa Gatti García, Celia Olivera Massari, Julio César Orlando y Mario Otero, entre otros (GONZALEZ, 1996, p. 170) Un elemento a destacar de la integración del Consejo es que todas sus figuras se identifican con la izquierda, pero su carácter es plural en un doble sentido: mayoritariamente está integrado por intelectuales afines al partido comunista, pero también hay socialistas y otros grupos de izquierda; aunque son mayoritariamente maestros, también hay profesores de Filosofía como Elsa Gatti y universitarios como Manuel Claps y Mario Otero.

rosa o verde agua; incluso en algunos números como en el 5, aparece como suplemento aparte de la revista.

A partir de estas características mencionadas adquiere más claridad la definición que acompaña al comienzo del número 1 como “una publicación independiente de los educadores enfrentados a la actual realidad y el porvenir”, la cual versará sobre: “Los problemas, las responsabilidades, las tareas del educador y de la educación popular”. Desde este punto vista adquiere pleno sentido el título de la revista el cual hace referencia a la *educación del pueblo*, una expresión que remite al libro de José Pedro Varela, “La educación del pueblo”⁵ que pretende reactualizar, en un contexto signado por el autoritarismo, a la herencia del pedagogo como instrumento de lucha. Así aparece en el comienzo del primer editorial: “La presente REVISTA DE LA EDUCACIÓN DEL PUEBLO quiere ser un instrumento en manos del nuevo magisterio, del magisterio de este tiempo, del magisterio que hemos visto nacer. [...] Del magisterio que percibe como Varela en “La Educación del Pueblo”, que “estamos en vísperas de grandes reformas y de grandes transformaciones educacionistas en la República...”.

Es importante destacar que el momento de aparición de la Revista no puede separarse del proceso de enfrentamiento cada vez más fuerte entre el gobierno y los sindicatos docentes y estudiantiles, que va a tener como consecuencia la muerte del primer estudiante el 14 de agosto de 1968⁶. Nuevamente citando el primer editorial: “Estamos en medio del cambio, todos lo advertimos; en medio del acontecer

⁵ Montevideo, Sociedad de Amigos de la Educación Popular (1874).

⁶ En el número 3-4 de la revista aparece un homenaje a los mártires estudiantiles, bajo los títulos: “El príncipe del pueblo” en alusión a Liber Arce y “Violencia” como respuesta del gobierno a la muerte de Susana Pintos y Hugo de los Santos en septiembre de 1968.

revolucionario y de su definición. Y en masa y no tan solo individualmente, somos llevados a una definición que no puede ser equívoca” (RDLEP, 1968, n. 1, p. 1). Este tono de urgencia por la toma de posición política⁷ puede rastrearse en las páginas de la Revista⁸ que trata de dar una respuesta colectiva por parte de los maestros de la cual la revista busca transformarse en su mensajero. La tarea propuesta es la forja de “Un magisterio para el tiempo que nace” en el cual los debates en torno a la resignificación de la laicidad aparecen a lo largo de todas las páginas de la primera época⁹ y que incluso se extiende a la segunda época (1985 hasta la actualidad). Para Selmar Balbi, integrante del Consejo de Redacción y redactor de los editoriales, la discusión sobre la laicidad no podría separarse de dos ideas: a) la primera vinculada a una concepción de la escuela vareliana, como escuela del pueblo y como escuela laica; b) en segundo lugar, una manera de entender el magisterio que supera la imagen del apóstol para reivindicar la militancia, o la figura del maestro militante.¹⁰

⁷ Esta toma de posición hace que desde el primer número el Consejo de Redacción haga: “Un llamado a todos los educadores del mundo (...) a: EXPRESAR ante la opinión pública de sus propios países la solidaridad con el pueblo vietnamita y su repudio a la continuación y extensión de la guerra” (RDLEP, 1968, n. 1, p. 17). Antecediendo al llamado aparece un artículo de Niko Schwarz, “El relato de un testigo presencial. Una escuela bajo las bombas” (RDLEP, 1968, n. 1, p. 15-16).

⁸ “La REVISTA DE LA EDUCACIÓN DEL PUEBLO es una manifestación de una toma de conciencia, es una toma de posición” (RDLEP, 1968, n. 1, p. 1).

⁹ Esto puede verse explícitamente desde el editorial del segundo número de la revista titulado “la herencia vareliana en nuestro carácter nacional”. “Para los educadores, el problema consiste en establecer en qué grado esta política general del Estado -[el imperialismo]- compromete las posibilidades de desarrollo de la cultura nacional. En forma muy particular, para nosotros, maestros de estirpe vareliana, la tarea de esclarecimiento debe comenzar con el diagnóstico de las formas de penetración imperialista y su enfrentamiento con *nuestras peculiares tradiciones laicas*” (s.n.) (RDLEP, 1968, n. 2, p. 2).

¹⁰ Para ver una caracterización de esta concepción del ejercicio de la función docente nos remitimos al artículo homenaje que le realizara Hugo Rodríguez, secretario de Redacción, a Selmar Balbi, futuro Director de la publicación, en el número 3-4. El título del artículo es “Militancia: una hazaña vital”. En la definición del concepto se plantea que: “si cuando hablamos de la militancia, referimos a la militancia sindical o partidaria en exclusividad, -y conste que esas formas de la militancia cuentan con Balbi-

EL ARDID DE LA NEUTRALIDAD: DESVANECER UNA CONFUSIÓN

Estamos acostumbrándonos a que toda medida anti-democrática en el campo de la enseñanza sea fundamentada con el argumento de la defensa del laicismo (BALBI, 1971, p. 04).

El asunto de la laicidad aparece tempranamente en las páginas en la revista, pero se encuentra tematizado explícitamente en el corto, pero fermental período de 1970 a 1972 cuando el enfrentamiento entre el gobierno y las autoridades de la enseñanza se profundiza, entrando en escena los gremios estudiantiles y de los docentes, articulados como parte del movimiento sindical. La brega por la defensa de la escuela laica puede rastrearse como parte del programa de la Unión del Magisterio de Montevideo, que es la organización que edita la revista. En el prólogo del primer libro publicado por el Departamento Editorial de Unión del Magisterio se caracteriza esta lucha como una contienda que se “libra principalmente en el terreno de las ideas, en el campo de la conciencia, del que la educación y el educador son parte sustancial” (JESUALDO, 1965, p. 7). Por esta razón, se considera que “nuestra suerte como gremio y como pueblo depende en gran parte de que nuestra educación sea laica, nuestra escuela científica, extendida a todos, universal de veras” (JESUALDO, 1965, p. 8). Se trata de la defensa de un tipo de escuela como parte de una batalla más amplia, pero que se concibe como una disputa de ideas.

Cómo parte de esta confrontación la cuestión religiosa aparece ahora en un segundo plano lo que resulta particularmente interesante a partir del número 6 dónde bajo el título de “Catolicismo y educación”

empobreceríamos el concepto y en consecuencia amputaríamos la personalidad de este maestro, del maestro” (RODRÍGUEZ, 1968; RDLEP, n. 3-4, 1968, p. 128).

es publicado un fragmento del documento No 1 del Encuentro Socio-Pastoral de la Iglesia Católica uruguaya. A continuación de la publicación se publica una Nota de la Redacción con una aclaración respecto a las razones de la publicación:

No haremos juicios sobre el mismo ni sobre sus objetivos últimos. Lo haremos en el número que la Revista dedicará al problema sobre el mismo. Subrayamos solamente el enfoque realista del documento que confirma la verdad de nuestro diagnóstico genera, la justeza de nuestra orientación: La sociedad está trastornada desde sus cimientos. Su superestructura, la religión inclusive, refleja inocultablemente el instante del cambio (RDELP, 1970, n. 6, p. 87).

En el número siguiente, por medio de una serie de entrevistas¹¹ tituladas “La pugna escuela pública-escuela privada en el día de hoy” son realizadas siete preguntas entre las que consta: “Qué significación y qué importancia asigna usted al paso de sectores religiosos a las posiciones de la escuela laica?”. Las respuestas presentan una aproximación y un pulimento en los conflictos y principalmente una confluencia unánime en la defensa del principio de laicidad. El pastor protestante Castro responde que: “...hace años tuvimos la ruptura de esa unión formal entre iglesia y estado, costó a los sectores cristianos comprender que esa ruptura era para bien de los mismos propósitos que alentaban los cristianos...” (RDELP, 1970, p. 28). Aunque más reticente separando la laicidad de los desvíos del “laicismo” - que representaría una escuela “naturalista y agnóstica” - también Monseñor Andrés Rubio busca puentes afirmando no ignorar “que semejante tipo de laicismo es cuestionado por muchos espíritus abiertos que quisieran reducirlo a los

¹¹ Los entrevistados son el pastor protestante Emilio Castro, el sindicalista Ramón Freire Pizzano, el católico Andrés Rubio y el marxista José Luis Massera.

solos términos de la laicidad, es decir: un sistema que teniendo en cuenta el pluralismo de nuestro país, contemple las posiciones legítimas de todas las familias filosóficas y religiosas, sin lesionar a nadie” (RDELP, 1970, p. 35). Por su parte Massera afirma valorar “altamente el paso a posiciones democráticas, avanzadas y aun revolucionarias, en un sentido general, de vastos sectores religiosos, católicos y protestantes” (RDELP, 1970, p. 39).

Puede constatarse mediante la publicación de la Pastoral y en las respuestas de los diferentes entrevistados que a comienzos de la década del 70 existía una importante confluencia de perspectivas que permiten articular posiciones de sectores religiosos con posturas marxistas. Si históricamente la escuela laica se oponía a la escuela religiosa por su compromiso con el dogma católico en este nuevo contexto, preferentemente, parece estar más cerca de la idea de una escuela comprometida y opuesta a una escuela neutral.

Reina Reyes¹², quien toma la palabra en relación a la encuesta publicada en la edición precedente, con el objetivo de “desvanecer una confusión corriente entre el concepto de laicidad y el de neutralidad de la escuela pública y el de neutralidad del educador en su vida privada” (p. 24). Un aspecto que llama la atención es que para defender sus argumentos cita varios párrafos de un libro publicado en 1968 por el Círculo Juan XXIII¹³ del cual extrae dos consideraciones: 1- “... la defensa

¹² Reina Reyes (1904-1993). Maestra, pedagoga, profesora de Pedagogía de los Institutos Normales con una importante trayectoria vinculada al movimiento magisterial agremiado. Publicó entre otros libros: **La educación laica** (1946), **El derecho a educar y el derecho a la educación** (1964), **Para qué futuro educamos?** (1971), **Drama en la educación** (1975), entre otros.

¹³ La citación de este libro publicado en 1968 pone en evidencia que la articulación entre posiciones liberales progresistas, marxistas y católicas se trata de una coincidencia en un plano más profundo de impugnación de un orden social y económico injusto y no simplemente un uso instrumental para confrontar posiciones con el liberalismo conservador.

de la escuela pública frente a las escuelas privadas católicas, no podrá centrarse en su carácter *dogmático*, sino en el carácter *clasista* de las escuelas privadas que es también atentatorio de una auténtica laicidad...”(REYES, 1970, p. 25); en segundo lugar un ataque frontal a la posibilidad de considerar a la laicidad como sinónimo de neutralidad y cita nuevamente la propuesta del Círculo Juan XXIII la cual afirma que:

la escuela pública no puede ser neutral entre quienes se oponen al progreso y quienes lo propician, entre quienes tiene concepciones racistas y quienes no las tienen, entre los recursos de la medicina y la práctica del curanderismo, entre partidarios y opositores de la instrucción sexual, etc. Puede serlo y debe serlo en materia y política partidaria o en materia religiosa, donde existen diversas y respetables posiciones (REYES, 1970, p. 25).

Reyes coloca el debate en relación al concepto en contexto y nos permite levantar la hipótesis de que la “defensa” de la laicidad en plena Guerra Fría tuvo un giro conservador de sentidos pasando a significar -principalmente- ausencia de marxismo en las escuelas sustentado en el argumento de la neutralidad absoluta del Estado e impulsando una burocratización del oficio docente. Disminuyendo los debates vinculados a cuestiones de dogmas religiosos en las escuelas públicas y ocupándose de forma central de asuntos de ideología política se intentó vincular a la laicidad con la neutralidad y con el combate a la infiltración marxista en la educación. Este giro es todavía más relevante al comprobarse su persistencia en la postdictadura y el retorno a la democracia en el Uruguay posterior a 1985.

Este debate produce un giro hacia la discusión conceptual de la laicidad a partir de la intervención del Poder Ejecutivo de los Consejos de Secundaria y Educación Industrial el 12 de febrero de 1970

sustituyendo las autoridades vigentes por interventores. En el decreto se define como justificación de la acción del Poder Ejecutivo “la situación caótica imperante de la Enseñanza Secundaria y en la Universidad del Trabajo”, bajo el imperativo de “la defensa del principio de laicidad en su verdadero y amplio sentido”. El concepto de laicidad se habría transformado en objeto de disputa política y fue Carlos A. Mourigan¹⁴, integrante del Consejo de Redacción de la **Revista de la Educación del Pueblo**, quien en varios artículos analizó esta transformación del sentido del concepto de laicidad.¹⁵

El tono de las intervenciones de Mourigan es el de “denunciar la estafa” del gobierno de la época que motivado por el prestigio político que había adquirido el laicismo en el Uruguay¹⁶, terminaba usándolo como una “consigna” en el mismo momento en que “se le niega...”:

Apelando a los restos de la mentalidad liberal, a las supervivencias de las ideas de tolerancia y de no-proselitismo, especulando con el neutralismo ecléctico y la prescindencia relativa... los sectores regresivos plantean el laicismo como: oposición a toda propaganda política, a todo proselitismo de cualquier tipo; esto no es sino un *ardid* por el cual toda formación de conciencia social pueda ser impedida. Ocurre además que, al mismo tiempo que se dice defender el neutralismo, se transforma la enseñanza en un sentido político definido: no discutir y aceptar el orden establecido, aún en cuanto contradice el ordenamiento jurídico formal¹⁷ (MOURIGAN, 1970a, p. 22).

¹⁴ Profesor de filosofía, integrante del Centro de Estudios Políticos y Sociales. Publicó el libro: **La crisis. Métodos (Su ideología)** (1970) y numerosos artículos sobre filosofía y marxismo.

¹⁵ Es importante mencionar que se produce un desplazamiento en la discusión de la defensa de la escuela laica como proyecto hacia la laicidad como concepto; el enfrentamiento político va a colocar en el primer plano la discusión conceptual.

¹⁶ Plantea el autor que “el laicismo es nominalmente mantenido por el reconocimiento del prestigio y fuerza de los ideales democráticos en las masas y del poder de ellas” (MOURIGAN, 1970a, p. 23).

¹⁷ La referencia a la contradicción entre “el orden establecido” y “el ordenamiento jurídico formal” tiene que ver con la ilegitimidad de la intervención. En el número 12 el editorial de la Revista describía lo

Para dar cuenta del cambio de sentido producido en el uso del concepto el autor realiza un análisis histórico del concepto en el Uruguay que

en una primera instancia fue regulador ante las imposiciones confesionales y dogmáticas en una enseñanza que se propugnaba como formación científica; [...] tensiones [que] correspondieron al enfrentamiento de sectores conservadores y avanzados, en lucha por la democracia liberal.

Pero en aquella transición de la década del 60 para los 70 la peculiaridad del momento estaba determinada por un liberalismo que

no pudiendo abiertamente renegar de sus postulaciones iniciales, que han arraigado en amplias masas y se han profundizado, ha vaciado al laicismo de contenido al igual que las demás instituciones y le ha reducido a un mero neutralismo en el plano teórico, mientras prácticamente lo niega (MOURIGAN, 1974, p. 12).

Con un lenguaje característico de inicio de los años 70 analizaba que:

[...] la clase dominante ha replicado retomando el concepto de laicismo a su manera. Ha lanzado a la circulación el vocablo en cuestión con el sentido más amplio de neutralismo político y religioso, pretendiendo una prescindencia ante la realidad que en verdad es un definido partidismo clasista, gubernista. Habla también de laicismo en el sentido de neutralismo tecnicista, porque es justamente el planteo objetivo de la realidad el que invalida su política, como la invalida el más elemental juicio valorativo (MOURIGAN, 1970a, p. 22).

ocurrido de este modo: "El 12 de febrero de 1970, Año Internacional de la Educación, el P.E. eliminó los Consejos legales de Enseñanza Secundaria y Enseñanza Técnica y lo sustituyó por interventoras ilegales" (1970a, p. 2).

Coincidiendo con los análisis antes citados de Reina Reyes y sus críticas a la visión de una “laicidad neutralista”, Mourigan ataca dicha perspectiva denunciándola como “contraria a la esencia de la educación” y considera que lo que se intenta presentar como neutro y por encima de cualquier discusión es una “verdad oficial”. Porque lo que está en el trasfondo del “nuevo sentido” de esta laicidad conservadora es considerar como legítimamente laico todo lo que tiene su origen en el gobierno y “violatorio de la laicidad” todo aquello que provenga de la oposición.

Desde las páginas de la revista se realizan análisis sobre la coyuntura material y salarial de la educación uruguaya aunque se afirma que

por sobre todas estas coacciones materiales se añade la presión ideológica directa que trata de confundir laicismo con neutralismo u oficialismo, pero además con pretendidos argumentos de una enseñanza edificante pretende implantar el conformismo a la imagen del país que el gobierno quiere que se tenga (MOURIGAN, 1973, p. 42).

Esa exigencia de *neutralidad* -como supuesto sinónimo de laicidad- se presenta como una cuestión definitiva al permitir que prácticamente cualquier acción -opositora al gobierno- pueda ser denunciada como “violación de la laicidad”. Así lo presenta un Editorial de la **Revista de la Educación del Pueblo** firmado por Selmar Balbi (1973, p. 5):

Es de conocimiento universal, que cualquier acto proselitista de origen democrático, o presuntamente proselitista - hoy puede ser proselitismo leer en clase los artículos de la Constitución que se refiere a los derechos individuales, separación de poderes, atribuciones del Poder Judicial (o del Ejecutivo)- ha sido hasta ahora automáticamente sancionado, muchas veces con apresuramiento e injusticia. Y que a diario asistimos en aulas

desaprensivas, a un proselitismo desplegado a favor del imperialismo, al panegírico de la OEA, a una exposición sin crítica de la realidad nacional, que es grueso proselitismo también.

En los artículos que se publican en la revista se analiza el giro conservador del concepto de laicidad buscando desarmar sus vínculos con la idea de la supuesta neutralidad escolar denunciando que esta concepción está sustentada en tres elementos. En primer lugar, esa neutralidad esconde una posición *anti-marxista*. Según Mourigan “el laicismo se invistió de un ecléctico humanismo [que] identificó bajo una común rúbrica de totalitarismo al fascismo y al socialismo [...]” (MOURIGAN, 1970b, p. 43) y de esta forma

así como opuso el laicismo a las tiranías reaccionarias lo opuso también a la dictadura del proletariado y al partidismo clasista obrero; mientras dejaba las manos libres a las dictaduras derechistas y al macarthismo del capitalismo monopolista de Estado (MOURIGAN, 1970b, p. 44).

Esta relación entre laicidad y marxismo generó intensos debates en la época y el diario Acción en una editorial de 1971 firmada por el seudónimo Atalaya (1971, p. 04) afirmaba que “En la educación contemporánea [...] no se dan términos más antagónicos que los de laicismo y marxismo”.

Esa “laicidad neutral” complementa su antimarxismo con una propuesta de “neutralismo tecnicista” (1971, p. 22) que invalidaba desde el gobierno la discusión sobre la realidad y los juicios valorativos reservando a la escuela solamente “aquello que es absolutamente cierto y no discutido por nadie... desconociendo la renovación permanente, lo aproximativo y las certidumbre relativas por las que avanza la ciencia”(MOURIGAN, 1970a, p. 22-23); por eso sentencia el autor “se

recae en una actitud dogmática”(MOURIGAN, 1970a, p. 22-23) . Esta visión de la laicidad, según Mourigan, transformaba a los docentes en “minoristas de la cultura” (MOURIGAN, 1970b, p. 43) imponiendo el tercer elemento de la neutralidad vinculándola con el burocratismo “en el que se decide arriba y abajo se aplica” lo cual tiene como consecuencia que se coarta “la libertad de cátedra y la acción creadora del docente cosas que siempre han ido de par” (MOURIGAN, 1970a, p. 22).

EL GIRO DIDÁCTICO DE LA LAICIDAD

Para los integrantes de la Revista la concepción de la laicidad oficial pone en tela de juicio al *oficio docente* ya que “es contraria a la esencia de la educación” (MOURIGAN, 1974, p. 13). Así, Mourigan afirma que el pensamiento pedagógico uruguayo debía defender a la laicidad “abonada por toda la tradición de los fundadores de nuestra educación, por el pensamiento de Varela, Vásquez Acevedo, Figari y Vaz Ferreira” porque “sin efectiva laicidad la esencia de la educación es negada” (MOURIGAN, 1974, p. 15). Y la educación estaba siendo negada.

En la edición No 20 Revista, ya en 1974 y en pleno ejercicio de la Ley 14.101, un nuevo ordenamiento institucional se había impuesto con la consumación del golpe de Estado y los cambios de las autoridades de la enseñanza. En ese contexto dos artículos -uno de Enrique Puchet y otro de Carlos A. Mourigan- continuaron la disputa por el concepto aunque ahora desde un lugar de resistencia. Ambos autores coinciden en que

el laicismo no es un principio abstracto exclusivamente, ni un ideal remoto, ni una pauta genérica; es un concepto de definición abierta al avance científico de la pedagogía y por ello variable y es según ese adelanto que ha de precisarse su aplicación en la didáctica (MOURIGAN, 1974, p. 13).

Proponen que la laicidad se concreta -o no- en una conducta laica y, al mismo tiempo, reivindican la laicidad desde lo didáctico.

A comienzos de 1973, un artículo de Reina Reyes ya anticipa este giro hacia lo didáctico del concepto definiendo a la laicidad como una actitud intelectual y moral más vinculada a la didáctica que a la filosofía: “La laicidad no es una ideología, no es una filosofía, es una sabiduría... no se define, se siente, se vive” (REYES, 1972, p. 72). El artículo de Enrique Puchet¹⁸ instala el debate en cuestiones vinculadas propiamente con el cotidiano “sus medios y su ética” en referencia “al tipo de conducta – en el sentido amplio de modo de hacer – que debe caracterizar al docente” para ser fiel al principio de laicidad. Esta cuestión – más artesanal que de principios – se torna la “regla de oro” para mantenerse dentro de los marcos de una deontología laica que Puchet identifica como “la amplitud de espíritu, el conservar en todos los casos una mente fresca y alerta”. Para el Inspector de Filosofía: “La docencia no tolera la estrechez de miras [...]”. Y sobre todo, destaca la importancia de separar esta actitud laica de la neutralidad porque “la amplitud es, entonces, bastante más que la neutralidad. Implica la voluntad positiva de buscar la verdad, la voluntad de saber y no meramente la abstención de afirmar”.

Una conducta laica docente debe

ofrecer el testimonio de una prédica que no se encierra nunca en fórmulas inexpugnables, que se resiste a darse por satisfecha con las seguridades del hábito o de la pasión viciosamente arraigados [...] La seriedad de la

¹⁸ Enrique Puchet (1928-2021) fue Profesor de Filosofía, ensayista, Inspector de Filosofía, Profesor universitario con una extensa producción.

búsqueda, incompatible con los fanatismos, es también inconciliable con el rehusamiento de la afirmación (PUCHET, 1974, p. 5-9).

De esta forma, en las clases y en los corredores y en un estilo de vivir la función docente el concepto de laicidad como principio abstracto se concretiza en una relación donde cada persona “[...] realiza su autonomía en relaciones recíprocas con otras conciencias [...] es laico quien exige el derecho de pensar y expresarse libremente, reconociendo en los otros el mismo derecho” (REYES, 1972, p. 71). Coincide Puchet con “el respeto por la libertad del alumno” pero concluye esa cuestión afirmando que “no es libre quien no está informado. Por tanto, respeta al joven sólo aquel que lo asiste, el que pone a su alcance el trozo más amplio posible del mundo en el que ambos – educador y educando – están implantados” (PUCHET, 1974, p. 6).

En esa misma línea argumentativa y también en 1974, se publicó un artículo titulado “Por una didáctica laica” firmado por Carlos A. Mourigan donde se afirma que, de los tres principios guías de la educación uruguaya - obligatoriedad, gratuidad y laicidad -, solamente este último tiene como característica ser “un principio regulador, un ideal directriz, una pauta orientadora fundamental de la práctica educativa” (MOURIGAN, 1974, p. 11). Desde esta perspectiva Mourigan presenta la perspectiva de una laicidad que tiene vínculos con la “ideología y los debates al nivel de la conciencia” pero sobre todo resulta un instrumento conceptual que sirve para gobernar y gobernarse en el oficio docente.

CONSIDERACIONES FINALES: ENTRE HECHIZOS Y PALABRAS

“Se dirá que la semántica tiene menos importancia que la vida. Es cierto.

Pero cuando estos días hayan pasado y se intente su historia, se verá que la prostitución de las palabras fue el modo visible de la prostitución de los valores, de la falsificación de la realidad, de embaucamiento de muchos...”
(MARTÍNEZ MORENO, 1972, p. 24-25).

En julio de 1972, el diario *Ahora* publica una entrevista con Reina Reyes titulada *Laicidad no es neutralidad*, donde el periodista con las iniciales D.T.F. introduce la nota diciendo que “En estos momentos el gobierno, y desde la órbita del Ministerio de Educación y Cultura está anunciando el inminente envío al Parlamento de una nueva legislación sobre la enseñanza, invocando para esa innovación la laicidad”. Siendo así consulta a Reyes sobre su visión “en las actuales circunstancias” donde el problema sobre lo laico “parece trasladarse de lo religioso a lo político” a lo que responde:

las ideas aquí expuestas, como puede apreciarse, constituyen una defensa contra la posible confusión que entraña un extremado peligro para la acción del educador. Podríamos decir que es en esta materia donde pueden apreciarse las grandes dificultades de la laicidad, teniendo en cuenta que el temor a violarla conduzca a una excesiva prudencia, lo que puede transformar al educador en un ser alejado de la realidad, ascético en materia de lucha social y, por lo tanto, inoperante y hasta nefasto para la formación del hombre del futuro (REYES, 1972, s/n).

Reyes insiste en la idea de que laicidad es mantenerse al margen “de la política partidaria” (REYES, 1972, p. s/n) pero no de la política. La breve entrevista es realizada por el motivo de la publicación de la segunda edición del libro **El derecho a educar y el derecho a la educación** - en julio de 1972 - donde la autora escribe:

Tal vez no exista palabra en nuestro idioma que genere más enconadas oposiciones ideológicas que la palabra laicidad, y es posible que muchas de

ellas estén ocasionadas por los distintos sentidos con que la utilizan determinados grupos humanos. Así como resulta difícil liberarse del hechizo de una palabra cuando parece ser la expresión de una única y trascendental verdad, también resulta difícil reconocer que el valor de una palabra y su oportunidad en un instante de sus posibilidades no puede hacerse extensivo a otros instantes en que la palabra puede inducir a error (REYES, 1972, p. 65).

Los sentidos de la laicidad, ese concepto *hechizado* en la educación uruguaya, se estaban planteando de una nueva manera y desde la **Revista de la Educación del Pueblo** se afirmaba que aunque sea “mal método partir de las palabras para comprender las cosas... es menester tener conciencia de las múltiples referencias de los términos que usamos” (MOURIGAN, 1970a, p. 20). Especialmente la palabra laicidad que:

[...] circula también ahora con varios sentidos entrecruzados. El tradicional finisecular que es el más difundido, el neo-humanista pedagógico, el oficialista, y los clericales. Pero es muy de notar en la prédica de las dos últimas acepciones una marcada oposición al marxismo con el que se identifica a toda posición progresista crítica. Al no tener ya en su poder, la clase dominante, las opciones políticas, no puede seguir admitiendo un efectivo neutralismo. Para torcer el proceso en su provecho, bajo la consigna del neutralismo, trata de imponer sus posiciones buscando una prescindencia que le deje hacer. Para esto, para obtener ese no-juzgar y no criticar, trata de implantar el burocratismo: en el que se decide arriba y abajo se aplica, coartando junto con el auténtico laicismo la libertad de cátedra y la acción creadora del docente, cosas que siempre han ido a la par” (laicismo denuevo 1, p. 22)

A partir de las ediciones publicadas en 1970 de la **Revista de la Educación del Pueblo** el concepto de laicidad es debatido con particular

intensidad por varios intelectuales como Carlos Mourigan, Reina Reyes, Enrique Puchet y Selmar Balbi que tienen como denominador común la denuncia al “ardid” de la variación diacrónica que conserva su denotación – y particularmente su prestigio social- pero transforma de forma conservadora su sentido. En un texto publicado en diciembre de 1971, Selmar Balbi denunciaba “lisa y llana toda una definición de la opinión dominante sobre lo que es laicismo” (p. 03) porque en el Uruguay “estamos acostumbrándonos a que toda medida antidemocrática en el campo de la enseñanza sea fundamentada con el argumento de la defensa del laicismo” (p. 03).

La laicidad dislocaba su sentido transformándose en una tradición esencialista - *hechizada*- que es encarnada por el gobierno que se presentaba como garante en la defensa de inmutables valores de la nación uruguaya amenazados por el comunismo internacional y sus agentes docentes. En un contexto de creciente autoritarismo (“camino democrático a la dictadura”)¹⁹ el uso del concepto se torna un arma para atacar y denunciar desde el gobierno a adversarios políticos, y deslegitimar como “no laica” a cualquier oposición. Se desprende de los debates sobre el asunto en la Revista que en los primeros años de la década de los ‘70 “violiar la laicidad” comienza a significar, fundamentalmente, “ser marxista” y abandonar la neutralidad de los criterios burocráticos/tecnicistas impuestos desde el gobierno. Paradójicamente el concepto que es utilizado para denunciar la “politización de las escuelas” es impulsado desde el poder gubernamental de la época para perseguir cualquier tipo de crítica o cuestionamiento.

¹⁹ Alvaro Rico (1999) desarrolla esta idea en que la propia democracia fue abriendo el camino de las medidas autoritarias que finalizaron en el golpe de estado.

Al contexto fuertemente maniqueísta de la Guerra Fría en lo internacional se le debe agregar - en lo local - la intervención de secundaria en 1970 y también el marco de los debates sobre la Ley de Educación que el gobierno presentó en el parlamento en 1972. El creador de dicha Ley fue el Ministro de Educación y Cultura del gobierno de Bordaberry, Julio María Sanguinetti, que cuando ofició de principal orador en el acto central de la conmemoración del 25 de agosto de 1972, afirmó que:

Por eso, dentro de poco tiempo, también el Ejecutivo propiciará ante el parlamento una reforma estructural de los organismos de enseñanza, que sea la piedra fundamental de una nueva etapa en la vida de los organismos educativos uruguayos, hoy en profunda crisis. Sobre ellos podemos decir que, luego de haber sido orgullo del país y expresión máxima de su progreso, sufren los males del estancamiento a los que los han conducido la intolerancia retrógrada de quienes han bastardeado la docencia escarneciendo el laicismo y, diciéndose revolucionarios (ACCIÓN, 26 agosto de 1972, p. 04).

Posteriormente a la promulgación de Ley y el golpe de estado de 1973 los textos en la Revista sobre la laicidad se desplazan para el campo de la didáctica y las cuestiones del oficio docente buscando brechas en un contexto donde la laicidad conservadora impedía no solamente los debates políticos sino la propia educación al considerar la laicidad como exigencia de neutralidad del docente que “obligatoriamente no puede ser neutral” (REYES, 1972, p. 97) porque ese “ausentismo político [está] reñido con su propia misión de educador, que exige fe en el mejoramiento del hombre y de la sociedad” (REYES, 1972, p. 97).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Profanaciones**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2005.
- ALVEZ CAVANNA, Federico; FAGET, Gustavo; BATISTA, Pia. El redil de concepto de laicidad “ajustista”. In: ROIZ, Diogo da Silva. **A prática da história intelectual e dos intelectuais**. Ideias, movimentos e ações. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- BALBI, Samuel. Laicismo por la enseñanza laica y democrática. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 17, noviembre/diciembre, 1971.
- BALBI, Samuel. Los laicistas y su compromiso. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 18. Febrero, 1973.
- GONZÁLEZ, Yamandú. **Un siglo de acción gremial y pedagógica del magisterio. 50 años de lucha de la FUM**. Montevideo: CIEDUR/FESUR, 1996.
- JESUALDO; YAÑEZ, Ruben; DEMARCHI, Marta; PEDEMONTE, Hugo; CALVETTI, Cristina; DEVOTO, Rúben; ESCAYOLA, Pablo; PEDRAGOSA, Cesar; RODRIGUEZ, Washington; VILLANUSTRE, Leyvi; VARELA, Judith; GUTIÉRREZ, Jesús, Varela. 1868-1968. **Aniversario de la Sociedad de Amigos de la Educación del Pueblo. Temas de la Reforma**. Montevideo: Cooperativa Editorial Unión del Magisterio, 1968.
- JESUALDO. **El niño y la educación en América Latina**. Montevideo: Departamento Editorial de la Unión del Magisterio, 1965.
- JUNQUIN, Pierre. Laicismo. Concepción positiva. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 17, noviembre-diciembre, 1971.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006
- MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola. Uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- MARTÍNEZ MORENO, Carlos. “El Régimen va a la guerra”. **Semanario Marcha**, 21 de abril de 1972.
- MOURIGAN, Carlos A. Laicismo de nuevo (I). **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 11, 1970a.

- MOURIGAN, Carlos A. Laicismo de nuevo (II). **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 12, 1970b.
- MOURIGAN, Carlos A. La enseñanza impedida. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 18, febrero, 1973.
- MOURIGAN, Carlos A. Por una didáctica laica. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 20, mayo, 1974.
- PUCHET, Enrique. Sobre laicismo y docencia. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 20, mayo, 1974.
- REAL DE AZÚA, Carlos. **La Universidad**. Montevideo: Celadu, 1992.
- RDLEP. Revista de la Educación del Pueblo, n. 1, Montevideo, octubre de 1968.
- RDLEP. Revista de la Educación del Pueblo, n. 11, Montevideo, 1970.
- RDLEP. Revista de la Educación del Pueblo. La pugna “escuela pública-escuela privada” en el día de hoy. Responden Emiliano Castro, Ramon Freire Pizzano, Andrés Rubio, José Luis Massera. Montevideo, n. 9.
- REYES, Reina. Así opino. **Revista de la Educación del Pueblo**. Montevideo, n. 10, 1970.
- REYES, Reina. **El derecho a educar y el derecho a la educación**. Montevideo: Editorial Alfa, 1972.
- RICO, Álvaro. **Estado de Derecho y Estado de Excepción. Alemania y Uruguay: las décadas violentas**. Montevideo: Trilce, 1999.
- RODRÍGUEZ, Hugo. La militancia: una hazaña vital. **Revista de la Educación del Pueblo**, Montevideo, n. 3-4. p. 128, 1968.

14

CONFLUÊNCIA DOS CAMPOS ACADÊMICO E POLÍTICO PARANAENSES NOS PROCESSOS DE RESTAURAÇÃO, FEDERALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1912-1971)

Eliezer Felix de Souza

INTRODUÇÃO

A Universidade do Paraná foi fundada em 1912. Logo depois, por força da Lei Maximiliano de 1915, foi dividida em faculdades isoladas. Eram as Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Após várias tentativas, a restauração aconteceu apenas em 1946 e a federalização no ano de 1950. O objetivo principal deste artigo é estudar as relações intelectuais que possibilitaram as transformações no Ensino Superior paranaense. Para tal finalidade dialogamos com Lacerda Neto (1988), Campos (2008, 2012), Baranow e Siqueira (2007), Souza (2016). Como fonte utilizamos jornais e anuários.

Sabe-se que, historicamente, a fundação resultou da participação de vários intelectuais, dentre os quais se destacaram como lideranças Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo da Silva. Buscamos, a partir dos antecedentes da restauração, analisar como se deu a constituição do poder na Universidade do Paraná, ou seja, as escolhas de Victor Ferreira do Amaral, João Ribeiro de Macedo Filho e Flávio Suplicy para reitores. Para Bourdieu (2011, p. 26), “[...] o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito”. Essa construção,

por sua vez, se dá “[...] na estrutura da distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, que comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 2011, p. 26). Esse autor descreve o espaço social global como um *campo* considerado como um conjunto de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que neles se encontram envolvidos em lutas.

Victor Ferreira do Amaral, conforme Baranow e Siqueira (2007, p. 29), “[...] pertencia à elite campeira paranaense que assumiria a política estadual, após a proclamação da República”. Como atuante do campo político, em 1912, foi um dos principais articuladores da fundação da Universidade. João Ribeiro de Macedo Filho teve, também, um papel destacado no processo da luta pela restauração. Para atingir esse objetivo, Macedo Filho, em 1922, “[...] escreveu um memorial apresentado ao colega de Faculdade, o então deputado federal Afonso Alves Camargo, discutindo a necessidade do ensino universitário no país” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 78). Victor Ferreira do Amaral também “[...] jamais deixou de sonhar com a restauração da Universidade do Paraná” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73). Ele lamentou que, com a reforma do Ensino Superior empreendida pelo ministro Gustavo Capanema, “[...] fomos surpreendidos com a exclusão do Paraná da relação das sedes das Cidades Universitárias” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73). Paralelamente a essa batalha, segundo os autores, “[...] a situação mostrava fraqueza política, pois desde 1930 os representantes paranaenses que representavam a causa universitária haviam perdido forças” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 79), uma vez que o interventor Manoel Ribas, atrelado ao governo central de Getúlio Vargas, deixou de dar apoio à campanha. A Universidade, que contou

com o apoio dos políticos paranaenses na sua fundação e equiparação, sentiu um grupo de políticos despreocupados a partir de 1930. Esta observação pode ser percebida a partir dos estudos de Maristela Wessler Dagostim (2011, p. 15). Conforme essa autora, a “[...] mudança no recrutamento do pessoal político no intervalo 1930-1945 produziu seus efeitos sobre o universo da elite”. Com isso, novos nomes aparecem no cenário político, entre os quais a autora destaca o do engenheiro civil Flávio Suplicy de Lacerda, cujo capital político angariado nos anos 1930 abriu-lhe a porta para outro cargo não menos importante, como o de reitor. Prova disso é que no ano de 1946, com sua nomeação para a Secretaria de Obras pelo então interventor federal no Paraná, Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy amplia seu espaço no campo político.

Conforme a historiadora Julieta Cordova, Brasil Pinheiro Machado começou cedo na política, ao ser “[...] nomeado prefeito de Ponta Grossa pelo interventor Manoel Ribas, em 1931. Tinha então 24 anos. Em 1934, foi eleito deputado estadual, aos 27 anos, pelo Partido Social Democrático (PSD)” (CORDOVA, 2009, p. 157). Em 1939, deixou Ponta Grossa com destino a Curitiba. Na capital paranaense, além de professor na Universidade do Paraná, foi nomeado, em 1946, interventor federal. Essa participação política explica em parte a aproximação com Flávio Suplicy, uma vez que ambos eram filiados ao mesmo partido e eram docentes da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Na condição de interventor/professor da Universidade do Paraná, Brasil Machado trabalhou em conjunto com políticos paranaenses e professores das Faculdades em torno da sua restauração. Seu governo teve no secretariado vários docentes da Universidade.

No que se refere a professores-governo ou governo-professores, Raul Gomes, em artigo publicado em **O Dia**, com o título **O Magistério**,

seus problemas e este Governo de professores, em 4 de maio de 1946, afirmou que “[...] noutras épocas, o Paraná contou em sua administração, titulares, professores insignes”. Citou uma lista composta com o nome dos professores Lisymaco Ferreira da Costa, Ernesto de Oliveira, Moreira Garcez, Francisco Franco, Manuel de Oliveira Franco, Afonso Camargo, Marins Camargo, Hugo Simas. Entretanto, advertiu, “[...] nunca, porém, possuímos um Governo com tantos catedráticos como o atual”. Complementou que todos eles eram professores universitários e publicou a relação: “Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy, João Candido Ferreira Filho, Homero Batista de Barros, Algacyr Maeder, Alô Guimarães”. Na opinião de Raul Gomes, “[...] é a Universidade quase toda instalada no Palácio de São Francisco e adjacências”.

Essas características apontadas por Raul Gomes evidenciam o que Carlos Eduardo Vieira e Névio de Campos (2012, p. 24-25) retratam como uma inversão. Segundo eles, inúmeros docentes, antes da fundação da Universidade do Paraná e, portanto, antes do seu ingresso na instituição, já tinham ocupado posições importantes fora do campo acadêmico. Os autores citam como exemplos, Victor Ferreira do Amaral, Afonso Alves Camargo, Candido de Abreu, Moreira Garcez e Carlos Cavalcante. Ou seja, uma estreita relação entre a política e a Universidade. Os autores notam que depois da fundação a situação se inverteu, com muitos professores da Universidade tornando-se autoridades políticas. Como exemplo, citam os nomes de Brasil Pinheiro Machado, interventor do estado do Paraná; Algacyr Munhoz Maeder, prefeito de Curitiba; Bento Munhoz da Rocha, deputado e governador do Paraná; e Flávio Suplicy de Lacerda, de reitor a ministro de Educação. Na avaliação dos mencionados autores, essa relação entre o campo

acadêmico e o campo político reforça a compreensão dos intelectuais como agentes políticos decididamente engajados em defesa da educação como condição essencial para levar o Paraná e o país à modernidade.

Para Bourdieu (2011), o campo político é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações que atuam como um campo de forças possibilitando a construção de projetos diversos, entre os quais os observados no campo acadêmico. De modo geral, foi a partir do campo acadêmico que os intelectuais paranaenses mantiveram aproximação com políticos vinculados a um grupo, o PSD paranaense. Nesse sentido, foram sendo estabelecidas fronteiras e confluências entre o campo acadêmico e o campo político. Segundo Ana Paula Hey (2008, p. 217-218), “[...] o campo acadêmico, entendido como lócus de práticas sociais distintas, relacionadas basicamente [à] produção e [à] circulação dos bens acadêmicos, e [ao] campo político, ou seja, [à] arena das decisões sobre o mundo social”. A partir dessas definições, a autora questiona: “[...] o que significa investigar o campo acadêmico?”. De modo geral, ela entende “[...] que o campo acadêmico é um lócus de relações que tem como protagonistas agentes que têm por delegação produzir conhecimento acadêmico, isto é, um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal” (HEY, 2008, p. 220). Dotados de diferentes capitais, atuando do interior do espaço acadêmico ou do espaço político propriamente, estabelecem uma interface entre as instituições governamentais e o pensamento intelectual. Na Universidade do Paraná, a fronteira entre esses dois campos, desde o início, foi bem estreita, com a prevalência, em um primeiro momento, do campo político em relação ao campo acadêmico, relativizando-se

posteriormente, sobretudo na década de 1940, quando grande parte dos políticos paranaenses eram professores da Universidade. E foi da confluência entre esses campos que a Universidade passou por seu processo de transformação.

Por fim, seguimos as orientações da História dos Intelectuais. Conforme Dosse (2007), essa modalidade investigativa teve início na França na década de 1980, por iniciativa do grupo criado por Sirinelli. Como objeto analítico o grupo se propôs a estudar as ações dos intelectuais a partir de seu campo de atuação, mas estendendo-se a outras esferas, como, por exemplo, Zola na defesa do capitão Dreyfus, acusado injustamente de repassar segredos militares franceses à embaixada alemã em Paris. Dosse apresenta como modelo de História dos Intelectuais as pesquisas de Pierre Bourdieu. Segundo esse historiador, Bourdieu coloca em prática o conceito de campo revelando os conflitos, ou seja, competições que permitem perceber as posições ocupadas pelos agentes na luta por transformações em diversas frentes, como a do ensino superior.

OS INTELECTUAIS E AS CAMPANHAS PELA RESTAURAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

O objetivo central deste tópico é apresentar a luta dos intelectuais em torno do processo de restauração e federalização da Universidade do Paraná. No que se refere à restauração, a **Gazeta do Povo** de 09 de janeiro de 1946 noticiou o jantar de confraternização da classe médica do Paraná. Na ocasião, Homero Braga, docente da Universidade, tomou posse como presidente da Associação Médica do Estado. Em seu discurso, ele colocou como assunto principal “[...] o caso da Universidade, que envolve o do melhor aparelhamento material da

Faculdade de Medicina”. Segundo Braga, “[...] a nós médicos, tanto ou mais nos estudantes que a cursam, deve interessar a melhoria dessa instituição [...]”. Em seu entendimento, “[...] o Paraná é o que é por causa da Universidade”. Por isso, defendeu que o governo devia aproveitar a oportunidade de criar a Universidade e dar ao Paraná o que necessitava, como uma forma de reparar uma injustiça que o estado vinha sofrendo.

Em sua fala, o professor Homero Braga defendeu investimentos do governo para as melhorias do Ensino Superior, ou seja, que as Faculdades fossem transformadas em Universidade. A questão da restauração reapareceu em matéria intitulada **Restauração da Universidade do Paraná**, publicada na **Gazeta do Povo** em 12 de março de 1946. Nessa matéria o periódico noticiava que os deputados Aramis Athayde, Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha Neto empenhavam esforços pela satisfação de um velho anseio do Paraná. O jornal destacou que os três constituintes tinham estado em longa conferência com Souza Campos, o então ministro da Educação. Segundo o jornal, “[...] no alevantado propósito de corresponder ao mandato que lhes outorgaram os seus coestaduanos, estão diligenciando, no sentido de obter a restauração da Universidade do Paraná” (GAZETA DO POVO, 09 jan. 1946). O jornal informou que, no decorrer dessa conferência, os referidos deputados fizeram uma exposição do histórico da Universidade, reforçando que Curitiba apresentava todos os requisitos de cidade universitária. Da exposição, obtiveram do ministro o compromisso de visitar a capital paranaense.

Essa reunião dos deputados paranaenses foi divulgada pelo jornal **O Dia**, destacando que os representantes universitários da bancada paranaense na Constituinte tinham estado “[...] em demorada conferência com o ministro da Educação, a fim de tratar da restauração

da Universidade do Paraná” (O DIA, 12 mar. 1946). No artigo **A restauração da Universidade**, a **Gazeta do Povo** reproduziu a repercussão da conversa da comitiva dos políticos paranaenses com o ministro da Educação. Segundo a reportagem, a atuação dos parlamentares “[...] merece os mais francos louvores”. Referindo-se à recomposição das Faculdades autônomas do Paraná em Universidade, o jornal reconhece que “[...] essa decisão dos ilustres parlamentares conterrâneos vem ao encontro das mais legítimas aspirações da classe universitária [...]” (GAZETA DO POVO, 13 mar. 1946).

Em **Um assunto de aspecto empolgante**, da edição que circulou em 15 de março de 1946, a **Gazeta do Povo** entrevistou o professor João Ribeiro de Macedo Filho. O periódico paranaense o classificou “[...] como um velho batalhador em favor dessa restauração” e o questionou a respeito do assunto. O professor Ribeiro de Macedo iniciou sua declaração dizendo “[...] estou empolgado pelo movimento que se opera nesse sentido”. Rememorou que “[...] quando foi nos negado reconhecimento pelo Governo Federal [...] alegando-se, para a recusa, que não havia no país, nenhuma Universidade, que servisse de padrão para a equiparação, era eu secretário da Faculdade de Direito”. Mesmo diante da negação, Macedo Filho afirmou: “[...] não desanimamos e tratamos, conforme exigência do ministro da Justiça, de separar as três Faculdades, Direito, Engenharia e Medicina. Lembro-me do enorme trabalho que isso demandou”. Para essa divisão ele informou que ficaram “[...] encarregados o Dr. Tibúrcio Carvalho de Oliveira e eu, dessa separação, pusemo-nos a obra e conseguimos atribuir uma a uma Faculdade bens que deveriam constituir o seu patrimônio próprio”. Apesar dessa disposição, ele enfatizou que “[...] isso contrariava de frente as nossas aspirações, e se levamos a efeito tal separação, o

fazíamos sob protestos íntimos, com o compromisso de trabalhar, um dia, que pensávamos próximo, para reunir novamente as escolas em Universidade”. Diante dessa perspectiva, Macedo Filho assegurava: “[...] eu nunca deixei a ideia da Universidade. Agitei a questão sempre que uma oportunidade me oferecia”. Ele citou como exemplo o “[...] Congresso de ensino superior, reunido no Rio, em 1922, [onde] defendi a tese com calor, provando a conveniência da localização das Universidades em centros de pequena população e apontando a cidade de Curitiba, como um centro universitário de primeira grandeza”. Portanto, diante da campanha iniciada, ele concluiu afirmando que “[...] já felicitei os nossos parlamentares pelo trabalho desenvolvido e conto que muito conseguirão, com o entusiasmo que os empolga, tornando-se desse modo, um fato real e positivo, a Universidade do Paraná, para glória do nosso Estado”.

Em matéria publicada em 27 de março de 1946 a **Gazeta do Povo** informava: “[...] à proporção que se aproxima a data da chegada do ministro Souza Campos a Curitiba, mais intensa se torna a expectativa do Paraná em redor da solução do problema da Universidade que a todos interessa” (GAZETA DO POVO, 27 mar. 1946). O jornal lembrou que os parlamentares paranaenses estiveram com o ministro da Educação, quando ele assumiu o compromisso de visitar Curitiba. Segundo o jornal, “[...] depois da promessa deste, de visitar o nosso Estado, para sentir de perto os seus anseios no tocante a concretização desse velho desejo, o problema tomou proporções agigantadas e tudo faz crer que, em breve terá solução favorável”.

Na matéria publicada em 30 de março de 1946, o jornal **Gazeta do Povo** noticiou a chegada do ministro da Educação à capital paranaense,

quando foi recebido pelo interventor Brasil Pinheiro Machado e altas autoridades. Segundo o periódico:

A fim de proporcionar à ilustre comitiva visitante, chefiada pelo titular da Educação, estavam no grande Hotel Moderno, às 13 horas, o Dr. Brasil Pinheiro Machado, Interventor Federal do Estado, Major Seixas, chefe de Estado Maior da região, representando o comandante da 5ª R. M., DR. Oscar Borges, Secretário do interior, Justiça e Segurança Pública, Pretexto Taborda Junior, Secretário da Fazenda, Dr. Flavio Suplicy de Lacerda, Secretário de Viação e Obras Públicas, Cel. Fedro Sherer Sobrinho, comandante da força policial do Estado, Dr. Carvalho Chaves, presidente do Conselho administrativo do Estado, Hudson de Barros e Silva, diretor geral interino da saúde pública, Dr. J. Muggiati Sobrinho, diretor geral interino do departamento Estadual de informações, Senador Roberto Glasser, deputado Aramis Athayde, Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha Neto, Cel. José Scheleder, chefe da casa militar da interventoria, Major João Meister Sobrinho, comandante da Cia. De bombeiros, Dr. Lacerda Pinto, Dr. João Ribeiro de Macedo Filho, diretor das nossas escolas superiores e entidades estudantis e pessoas gradadas. Acompanhavam-no, ainda, os Drs. Carlos Gomes de Oliveira, Secretário de Justiça e Educação, Dr. B. Laurindo Ribas, diretor da saúde e deputado Aderbal Ramos da Silva, de Santa Catarina e mais os componentes de sua comitiva, Dr. Rafael de Paula Souza, diretor do serviço nacional da malária, Dr. João de Souza Campos, oficial de gabinete e Dr. Olavo Siqueira Secretário. [...] Estiveram ontem a tarde em visita ao Palácio São Francisco, onde foram recebidos pelo interventor Brasil Pinheiro Machado, e altas autoridades (GAZETA DO POVO, 30 mar. 1946).

Dessa visita do ministro, a **Gazeta do Povo** enfatizou que foi restaurada a Universidade do Paraná (GAZETA DO POVO, 2 abr. 1946).
Conforme a reportagem:

Teve uma significação histórica, na vida paranaense, a grande Assembleia Geral com que, em data de ontem, se concretizou um dos maiores ideais dos nossos conterrâneos, a reconstituição da nossa tradicional e valorosa Universidade. Depois de reuniões preliminares, em que as Faculdades, por suas respectivas congregações, manifestaram a sua decisão unânime de se congregarem, novamente, na Universidade do Paraná, teve lugar a tocante e significativa cerimônia de ontem, que foi a primeira Assembleia Geral do Conselho Universitário, que teve a expressão de uma declaração oficial de que os velhos sonhos dos paranaenses se tornaram realidade (GAZETA DO POVO, 02 abr. 1946).

O desfecho da campanha de restauração na imprensa paranaense destacou os signatários da luta pela restauração. A **Gazeta do Povo** de 03 de abril de 1946 elogiou o interventor Brasil Pinheiro Machado, relatando que, tanto no Paraná como em todo o Brasil, a reconstituição da Universidade encontrou o máximo apoio do Governo do Estado, cujo propósito se manifestou pela palavra autorizada do chefe do executivo paranaense.

A imprensa paranaense deu ampla cobertura ao momento que antecedeu à restauração da Universidade do Paraná, publicando em suas páginas as falas de professores, de políticos e de estudantes e fechando a concretização vitoriosa com grande destaque. Dentre as personalidades, os documentos oficiais da Universidade destacam os nomes de Victor Ferreira do Amaral, Brasil Pinheiro Machado, Algacyr Munhoz Maeder, Pedro Calmon e, sobretudo, João Ribeiro de Macedo Filho. Na campanha pela restauração, observa-se uma aproximação muito grande entre o campo político e o campo acadêmico, chegando, muitas vezes, a confundirem-se os dois espaços sociais, uma vez que professores da Universidade ocupavam, ao mesmo tempo, cargos políticos em nível estadual e federal. São exemplos dessa situação: Brasil

Pinheiro Machado, interventor no momento da restauração; Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha, deputados; Flávio Suplicy de Lacerda e Homero de Barros, secretários de Estado. Esses políticos-docentes uniram-se aos demais professores para debater o assunto com autoridades nacionais como os ministros Souza Campos e Clemente Mariani, e o presidente Eurico Gaspar Dutra.

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DO PODER UNIVERSITÁRIO E A CAMPANHA PELA FEDERALIZAÇÃO

Com a universidade restaurada, num sentido simbólico à Universidade criada em 1912, Victor Ferreira do Amaral foi escolhido para primeiro reitor. Ele representava continuidade, uma vez que no momento da fundação já fora reitor. Depois de seu mandato, João Ribeiro de Macedo foi o segundo reitor, escolhido por ser um dos grandes batalhadores em torno da restauração, mas aconteceu de ele morrer em meio da gestão, em agosto de 1949. Com o falecimento de João Ribeiro de Macedo, Flávio Suplicy de Lacerda assumiu a gestão da Universidade do Paraná. Na chegada de Suplicy de Lacerda ao campo do poder, o campo político refletia-se de forma significativa no campo acadêmico. Por isso, sua chegada ao campo do poder universitário deve ser compreendida muito mais em sua relação com o campo político.

Para esse entendimento é preciso que façamos um breve retrospecto. Em 1933, Suplicy de Lacerda ingressou como professor na Faculdade de Engenharia do Paraná. Paralelamente filiou-se ao Círculo de Estudos Bandeirantes. Esse Círculo reunia um grupo de intelectuais que, em 1938, fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Da Faculdade de Engenharia, Flávio Suplicy angariou boas relações com Plínio Tourinho, além de participar de um

grupo influenciado por Moreira Garcez e Arthur Franco. Da Faculdade de Filosofia, entre outros, Flávio Suplicy ganhou reconhecimento de Brasil Pinheiro Machado, filiado ao PSD, mesmo partido dele, e que tinha uma boa relação com Manoel Ribas, afilhado político de Getúlio Vargas. Do mesmo modo, Moysés Lupion, governador do Paraná, e o presidente Eurico Gaspar Dutra eram filiados ao PSD. Portanto, o entendimento dessa configuração política vinculada a Flávio Suplicy permite compreender os passos iniciais de sua investida no campo de poder universitário e, sobretudo, o apoio na campanha pela federalização.

A campanha pela federalização lançada por Flávio Suplicy recebeu da imprensa paranaense a consideração de “um momentoso assunto”, e explicita a relação entre o campo acadêmico e o campo político. A repercussão dessa campanha pode ser percebida em matéria que circulou na **Gazeta do Povo**, no dia 30 de dezembro de 1949:

[...] está já no conhecimento público o conteúdo da concisa e, não obstante, vibrante conclamação do Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, o distinto professor Flávio Lacerda a professores, universitários, ex-alunos, entidades culturais e ao povo para se unirem àquela grande instituição para o esforço comum de conseguir a reparação de grave injustiça contra nós, ao excluí-la o Congresso dos benefícios da federalização.

Para o jornal, o anúncio da federalização das Universidades com a “inclusão de todas as escolas do país” nesse projeto “[...] posta a margem apenas a Universidade do Paraná [...] chocou vivamente a consciência universitária de nossa terra” (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949). A consequência dessa exclusão “[...] provocou imediata, enérgica, embora serena reação tão oportuna, tão bela, tão eficientemente manifestada

por sua Magnificência, o Sr. Reitor, num dos momentos mais solenes e empolgantes da vida daquele esplêndido Instituto de ensino superior” (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949). No entendimento do periódico, a manifestação de Suplicy de Lacerda “[...] atingiu todos os lares da nossa terra, dado o tremendo entrosamento de nossa sociedade com o mundo estudantil”.

A imprensa paranaense, de modo geral, destacou amplamente esse tema. Conforme a **Gazeta do Povo**, “[...] processa-se, em todo o Paraná, um dos movimentos mais esplêndidos e empolgantes, qual seja a federalização da nossa Universidade” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). A reportagem informava: “[...] a iniciativa, que está centralizando as atenções das camadas culturais de nossa terra, foi o fruto da evolução natural por que passou a nossa maior casa de ensino” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). Para o jornal, “[...] com larga repercussão, o movimento, gradativamente, foi tomando maior vulto e, em nossos dias, atinge uma fase culminante” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). Com relação a Moyses Lupion, enfatizava que “[...] o Governador [...], que sempre evidenciou [...] respeito à nossa cultura [...] irá chefiar a delegação formada pelo magnífico Reitor [...] que irá ao Rio de Janeiro, entregar um memorial ao presidente da República, solicitando a federalização”. Conforme o periódico, na capital federal “[...] o governador Lupion vai advogar uma causa do Paraná e que fará com que nos situemos, mais ainda, em lugar de preeminência no cenário do país, como um Estado que preza pela cultura de seus filhos” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950).

O jornal **O Dia** informou que já se encontrava no Rio de Janeiro a comitiva formada pelo governador e professores da Universidade do Paraná (O DIA, 9 fev. 1950). Segundo esse periódico, na capital do Brasil

[...] o Sr. Moyses Lupion [recebeu] a visita da delegação dos professores paranaenses chefiadas pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda [...] em embaixada liderada pelo próprio Governador daquele Estado, para tratar da Federalização da Universidade do Paraná (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950).

Pelo que o jornal noticiou, governador e professores estiveram em conversa com o ministro da Educação Clemente Mariani, na qual “[...] foi tratado da federalização da Universidade do Paraná”. O ministro disse “[...] já estar a par das justas reivindicações do Paraná, adiantando ainda que daria seu parecer favorável ao memorial entregue ao Sr. Presidente Eurico Gaspar Dutra” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). O jornal anunciava:

[...] amanhã, acompanhado da delegação paranaense, deputados e senadores da bancada do Paraná, o Senhor Moysés Lupion seguirá a Petrópolis a fim de tratar com o Presidente da República da Federalização da Universidade do Paraná (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950).

Em respaldo à petição da comitiva paranaense, o jornal **O Dia** divulgou em primeira página: **Mensagem ao Congresso** (O DIA, 10 fev. 1950). Segundo a reportagem, “[...] o Presidente Dutra declarou estar entusiasmado com o que verificou no Paraná há dois anos e disse que remeteria a mensagem ao Congresso Nacional solicitando efetivação dessa justa aspiração do povo paranaense”. O jornal concluía informando que “[...] o Presidente deixou o Ministro da Educação Clemente Mariani encarregado de preparar a mensagem a ser remetida ao Congresso”. A federalização da Universidade foi o enfoque final dessa edição. Conforme o periódico: “[...] mal surgida [...] a alvorada redentora da federalização da Universidade [...] as forças, outrora dispersas, do espírito pujante de nossa gente desapareceram, dando lugar a um

conjunto de esforços, calcados na mais funda capacidade de fé [...]” (O DIA, 10 fev. 1950). No entendimento do jornal, foi uma campanha em que “[...] por força dos fatos, como condutores de nossa vida, quer político-administrativa, quer cultural ou econômica – todos responderam, a uma só voz, ao apelo que o Paraná lhes fez, em benefício do seu futuro e em honra de seu passado” (O DIA, 10 fev. 1950). Encerrava afirmando: “[...] a marcha da federalização [...] passou a ser a marcha de todos, de todos nós dignos que nos devemos mostrar de esperança em nós depositada por nossa terra, nessa batalha pela conquista de mais uma de suas grandes reivindicações”.

Na edição de 14 de fevereiro, a **Gazeta do Povo** decretou entre a opinião pública paranaense o tom de vitória sobre a campanha de federalização, asseverando que o “[...] objetivo da grande campanha que empolga o espírito de nossa gente, já se mostra como conquista feita [...]”. Atribuiu-se essa vitória à viagem à capital da República “[...] da delegação que representou junto aos mais altos Poderes da União, a mais alta reivindicação em que se empenha nosso Estado, nos dias que correm” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Na continuidade, o jornal procurou ouvir representantes da comitiva que esteve na Capital Federal, empenhada pela grande causa. Iniciou entrevistando o reitor da Universidade, Flávio Suplicy, o qual afirmou que

[...] relativamente ao retumbante sucesso da nossa viagem ao Rio nada mais de adiantar porque os jornais paranaenses publicaram tudo que a reitoria da Universidade pede a todos os paranaenses, nesta grande e extraordinária campanha em que o Paraná se uniu numa só vontade (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950).

O professor Eurípedes Garcez do Nascimento, diretor da Faculdade de Medicina, foi o segundo entrevistado, que assim se pronunciou: “[...] há vários aspectos dignos de nota, com respeito à delegação paranaense, junto à Presidência da República e ao Ministro da Educação” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Para Garcez, “[...] o Governador Lupion com sua inteligência e prestígio constituiu-se o que pode chamar-se alma de tudo” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Ele destacou o papel dos políticos paranaenses e concluiu dizendo que tinha sido “[...] uma grande jornada, e mais uma oportunidade para os homens do Paraná se unirem, à volta de um ideal coletivo” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Outro entrevistado foi Loureiro Fernandes, professor da Faculdade de Filosofia, que declarou: “[...] o objetivo da campanha federalizadora foi amplamente conseguido” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Essa conquista, no entendimento de Fernandes, deveu-se à maneira inteligente como o magnífico reitor havia conduzido a questão. Para ele, a iniciativa do reitor, “[...] lançada na Assembleia Universitária de 19 de dezembro último, apelando ao Governador e ao povo paranaense para juntos unirem seus esforços, foi o segredo do êxito alcançado” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Ainda, para Fernandes, o governo e o povo do Paraná atenderam ao apelo feito por Suplicy.

A imprensa paranaense correspondeu ao chamamento pela federalização da Universidade do Paraná, lançado por Flávio Suplicy em forma de campanha, e, além de informar, trouxe professores, alunos e políticos para o debate. Essa luta conjunta em prol do tema consubstanciou a vitória conquistada em torno da federalização e divulgada de forma conclusiva pela imprensa paranaense, conforme se pode ler na manchete da **Gazeta do Povo: O Estado e a Universidade parecem viver as mesmas pulsações de vida** (GAZETA DO POVO, 21 dez.

1950). Nessa edição, uma grande imagem na capa destacou a festa de comemoração do aniversário de emancipação do Estado do Paraná, com ênfase na federalização da Universidade. Ao mesmo tempo, reproduzia o discurso do governador também transcrito no jornal **O Dia**:

Hoje, não se vive no Paraná em qualquer lugar, qualquer momento, longe da influência e dos benefícios de nossa Universidade. As casas onde estão os nossos lares foram projetadas e construídas pelos vossos alunos, as nossas ruas, as nossas cidades e os nossos caminhos foram planejados por eles, a sorte de nossos direitos entregamo-los às mãos dos que saíram de vossos bancos, e a nossa saúde e educação de nossos filhos, e o jornalismo e a vida política, a vida diária, enfim, estão frequentados por eles, estão presentes com a presença da inteligência disciplinada, em toda nossa vida coletiva (O DIA, 21 dez. 1950).

A **Gazeta do Povo** encerrou a reportagem sobre a campanha pela federalização transcrevendo o discurso de Flávio Suplicy pronunciado na Assembleia formal de federalização:

[...] A campanha iniciada no dia do Paraná foi a de maior vulto já verificada no Estado, e nela se empenharam, em poucos dias, todos os órgãos da opinião pública, as associações, as bancadas legislativas, os professores, o povo, o Governo, numa estupenda unanimidade de pensamento e de ação, provando que a Universidade, havia de fato, chegado com excelsas glórias ao final de sua primeira fase, que constitui a mais vigorosa afirmação da iniciativa particular do Brasil e que podia reclamar dos poderes públicos federais o direito, que tínhamos e indiscutível, de continuarmos o caminho traçado do nosso devotamento ao Ensino Superior no Brasil. Não fomos bater a porta do Governo Federal como pedintes, nem como pretendentes a uma carga a mais nos orçamentos da União. Fomos, num estilo novo de discutir problemas nacionais, expor a nossa real situação, levando, como credenciais 38 anos de devotamento, de sacrifícios, como um lastro ponderável de tradições de cultura, e com um brilhante patrimônio moral,

intelectual e material, que nós fizemos sem o auxílio de ninguém, e foi isso que o Governo Federal compreendeu, de imediato, estando na Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, hoje membro dessa Assembleia, o Ministro da Educação e insigne professor Clemente Mariani, que deixou marcada naquela pasta o sinal profundo da sua cultura e do seu patriotismo e que hoje inscreve, com o Governador Moyses Lupion, que presidiu a comissão paranaense pela Federalização, entre os beneméritos da Universidade do Paraná, ao lado do professor Brasil Pinheiro Machado, que foi o mais forte esteio da reestruturação (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1950).

De modo geral, a imprensa do Paraná não demonstrou oposição aos representantes políticos e docentes da UP. Pelo contrário, promoveu discursos elogiosos, enaltecendo a trajetória de políticos como Brasil Pinheiro Machado, Moysés Lupion, Flávio Suplicy e o próprio presidente Eurico Gaspar Dutra. Além disso, estabeleceu uma linha interpretativa favorável à federalização, criando um sentido de homogeneidade entre a comunidade acadêmica. Compôs uma relação entre quatro esferas sociais: professores, estudantes, jornalistas e políticos do Paraná. Nessa relação, percebe-se uma fronteira viva entre o campo político, campo acadêmico e o campo da imprensa. A função do campo da imprensa deu-se no sentido de articular e ao mesmo tempo unificar a luta em prol da federalização.

OS INTELECTUAIS E O PROCESSO DE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Depois de reunificada e federalizada, houve uma intensa luta dos intelectuais pela modernização. Foi no mandato de Flávio Suplicy que ocorreram as principais conquistas. A aproximação da gestão Suplicy com a elite política e docente paranaense garantiu a ele o domínio no

campo do poder acadêmico possibilitando trabalhar pela modernização e expansão da Universidade. Observamos que foi a partir da década de 1930 que Flávio Suplicy articulou as principais forças que o conduziram ao campo do poder. Na prática, sua administração ficou um tanto longe da Universidade como polo de interação social. Suas seis¹ gestões destacaram-se no sentido da expansão da infraestrutura (construir prédios), da implantação de cursos (graduação) e, com menor intensidade, da intensificação da pesquisa e pós-graduação. Essas características o classificariam no que Marta Carvalho (1998, p. 35) chamou de “ideias de tecnificação pedagógica”. Tal classificação parte do pressuposto de que os afiliados da Associação Brasileira de Educação (ABE), em sua maioria, não poderiam ser qualificados como “profissionais da educação” (CARVALHO, 1998, p. 35). A afirmação de Carvalho é confirmada quando a autora identifica que nesse grupo “[...] predominam médicos, advogados e, sobretudo, engenheiros” (CARVALHO, 1998, p. 35). Esse destaque dado por Carvalho configura a mesma formação do grupo que criou a Universidade do Paraná. Segundo tal viés analítico, “[...] os engenheiros seriam os ideólogos que defenderam medidas de organização do trabalho” (CARVALHO, 1998, p. 152). Em suas construções ideológicas, seriam eles “[...] os desejosos dos bens morais e materiais” e particularmente os “[...] cuidadosos dos empreendimentos entregues à sua direção” (CARVALHO, 1998, p. 152). Eles deveriam ser “[...] os bons irmãos dos jovens [...] e por isso, velar não só pela higiene do corpo [...] como pelas funções morais” (CARVALHO, 1998, p. 152). Essas características, analisadas por Carvalho

¹ Foi reitor pela primeira vez quando, na condição de vice-reitor, substituiu o reitor falecido, em 1949. Foi eleito reitor em 1950, e reeleito consecutivamente em 1952, 1955, 1958 e 1961, com mandato até 1964. Depois de ter sido ministro da Educação, de 1964 a 1966, reassumiu as funções de reitor da UFPR entre 1967 e 1971. (Cf. <<https://www.ufpr.br/portalfufr/flavio-suplicy-de-lacerda/>>).

em relação a 1920, podem ser percebidas na atuação de Flávio Suplicy na qualidade de engenheiro e administrador da Universidade. Flávio Suplicy, um engenheiro reitor na administração da Universidade Federal do Paraná, defensor de um projeto de modernidade. A dimensão do “novo” e do “moderno” pode ser observada em fala dele no ato de comemoração da federalização da Universidade:

O Paraná entrou para a sua velha Universidade e está ela hoje no início de uma nova vida, pronta para ser o centro de onde se irradia e de onde preside a cultura do seu povo. Não nos vamos transformar como muito hão de pensar, em mais uma enorme e onerosa repartição pública. [...] **Numa Universidade moderna, e é isso que desejamos ser, não há atmosfera para desalentos ou acomodações confortantes**, porque ela vive essencialmente na dinâmica da sociedade que ela orienta, e que força a viver com intensidade (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1950, grifo nosso).

Esse mesmo caráter de modernidade pode ser percebido na Aula Inaugural proferida pelo professor Elyseu Paglioli². Na ocasião, ao referenciar a UFPR, comentou: “[...] vive a vossa Universidade, nos tempos atuais, um surto maravilhoso de expansão e progresso, mercê da orientação inteligente e sábia de Flávio Suplicy de Lacerda” (PAGLIOLI, 1959, p. 30). Ele caracteriza Suplicy de Lacerda como “[...] infatigável reitor que bem pode servir de exemplo pelas suas atitudes e qualidades de professor, de administração e de homem público” (PAGLIOLI, 1959, p. 30). Continuou dizendo que

[...] sua atuação [a de Flávio Suplicy de Lacerda] à frente dos destinos desta Instituição é um exemplo de administração clarividente e empreendedora,

² Professor da Universidade do Rio Grande do Sul. Palestra proferida em 04 de março de 1959.

igualmente preocupada com o avanço material e com o desenvolvimento educacional de sua Universidade (PAGLIOLI, 1959, p. 30).

Ainda, segundo ele, “[...] ao empreender obras de tal vulto, fê-lo o reitor na certeza [...] de que não se tratava de edifícios de finalidade monumental, e sim de moradia [para] professores e para uma promissora juventude estudiosa” (PAGLIOLI, 1959, p. 31).

Paglioli destacou o caráter empreendedor de Suplicy, preocupado com o avanço material, caracterizando a gestão dele como uma “nova era”, cujo objetivo principal seria “modernizar” a Universidade. No período em que esteve como reitor, Flávio Suplicy notabilizou-se pela expansão da infraestrutura que a Universidade conquistou, seja pela incorporação das Faculdades, seja pelas homenagens a políticos, que lhe possibilitaram manter domínio da administração por longo tempo. Nessa “nova” luta pela expansão estrutural e acadêmica, a característica comum da gestão Suplicy foi a de constante aproximação com o campo político paranaense e brasileiro. Já na primeira reunião do Conselho, realizada após a assembleia de federalização, essa relação ficou visível. O reitor Flávio Suplicy comunicou ao Conselho que havia recebido da Faculdade de Direito, por indicação de sua Congregação, proposta no sentido de a Universidade conceder o título de beneméritos ao senador³ Arthur Ferreira dos Santos e ao governador do estado Bento Munhoz da Rocha “[...] pelos inestimáveis serviços prestados à instituição, anteriormente e na fase atual da sua federalização, a que dedicaram os melhores de seus esforços despendidos [...]”. O conselheiro Ulysses Campos propôs “[...] que ao lado dos dois parlamentares indicados incluísse na relação o nome do deputado federal Lauro Sodré Lopes, que

³ Nesse curto espaço de tempo, ele foi do Senado para a Câmara Federal.

[...] desenvolveu profícuo trabalho em prol da federalização”. As homenagens propostas foram feitas na Assembleia realizada em 19 de dezembro de 1951. No final da Assembleia, “[...] o magnífico reitor aproveitou a oportunidade para dar posse a Bento Munhoz da Rocha Neto, no cargo de professor catedrático da cadeira de História da América, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a qual foi nomeado pelo senhor presidente da República” (LACERDA, 1951, p. 7). No dizer de Flávio Suplicy, “[...] o professor empossado, no desempenho do mandato de governador do estado, tem emprestado todo o apoio do governo estadual à Universidade Federal do Paraná” (LACERDA, 1951, p. 7). Na continuidade da Assembleia, “[...] o magnífico reitor, sob vibrantes aplausos, fez entrega ao professor Arthur Ferreira dos Santos do título de benemérito da Universidade” (LACERDA, 1951, p. 8). Na ocasião, Brasil Pinheiro Machado discursou em homenagem a Arthur Santos, referenciando-o como “[...] advogado militante [...] político militante [...] homem público de vista panorâmica [...] professor, nesta mesma casa” (MACHADO, 1951, p. 23-24). Em seu pronunciamento, depois de fazer um histórico das universidades da Europa ao Brasil, Arthur Santos agradeceu a deferência.

Nos períodos iniciais da gestão Suplicy, o relatório de 1951 destacou que foi para a Universidade do Paraná “[...] um ano de adaptação ao regime federal [...] em que a administração universitária [...] teve que estender suas atividades à capital federal, junto aos ministérios e a outras repartições [...] não raro, a presença do reitor e dos diretores” (LACERDA, 1951, p. 18-19). Paralelamente aos esforços de adaptação, “[...] prosseguiram em ritmo acelerado as obras de conclusão da ala da Escola de Engenharia e da Policlínica Dr. Garcez do Nascimento” (LACERDA, 1951, p. 19). Foi ainda “[...] estabelecido o plano de terminação do edifício

central da Universidade” e “[...] iniciados os estudos para as obras de instalação das Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas e da Reitoria” (LACERDA, 1951, p. 19). Diante desses anúncios, o reitor Flávio Suplicy considerou que “[...] após um ano de novo regime, a Universidade do Paraná estava com os seus problemas fundamentais de estruturação praticamente resolvidos”. Segundo o reitor, “[...] vamos entrar numa fase nova, e isto foi, precisamente, o compromisso que todos assumimos perante a nação ao reclamarmos melhores meios ao Governo Federal” (LACERDA, 1951, p. 19). Com base nessa perspectiva, Suplicy demonstrou-se confiante: “[...] no próximo ano iniciaremos as obras de terminação do edifício da Universidade, que serão concluídos até 1953”.

Na reunião do Conselho de 5 de janeiro de 1955, Flávio Suplicy comunicou que, estando praticamente concluídas as obras no edifício central da Universidade, convidara o ministro da Educação para proceder à inauguração e, ao mesmo tempo, proferir a Aula Inaugural. No Anuário de 1955 consta o discurso pronunciado pelo magnífico reitor Flávio Suplicy por ocasião da inauguração do edifício central da Universidade do Paraná, em 12 de março de 1955. Ele iniciou sua fala afirmando: “[...] vivemos, no momento, a Universidade e o Paraná, horas de emotividade, nesta festa de inauguração do palácio da nossa cultura” (LACERDA, 1955, p. 25). Ele considerou “[...] uma conquista nossa para o benefício de todos os brasileiros” e destacou o papel conjunto que possibilitou a concretização do projeto:

Nós, professores, alunos e auxiliares, e os que temos a desmedida ventura de estarmos nos postos da administração, comungamos, de feliz aliança com o povo e com o governo, da mesma emoção de júbilo, porque podemos entregar ao Paraná esta expressão da nossa fé e decisão, resgatando a dívida

que todos nós assumimos, faz 43 anos, quando demos ao Brasil a sua primeira Universidade, de transformamos em esplêndida realidade o sonho maravilhoso dos que, inconformados, creram no futuro e, portanto, em nós, que hoje lhes reverenciamos a memória. [Sobre a reforma comenta que] o prédio central da Universidade do Paraná, que em várias etapas se construiu, é o monumento arquitetônico da nossa história, pelo que representa, nas suas linhas de serena austeridade e de confiante equilíbrio, das lutas que aqui se travaram, dos nossos amargos sofrimentos, e mais ainda e principalmente, da decisão sempre igual de virmos formando uma tradição de espírito público e de robusta convicção na amplitude e no brilhantismo de nosso destino, como povo e como nação (LACERDA, 1955, p. 25-26).

Em sua fala, Flávio Suplicy destacou que “[...] as conquistas da Universidade são resultantes do apoio do Conselho Universitário” a partir do qual “[...] temos nos orientado por programa demoradamente elaborado e constantemente atualizado no qual se institui uma escala de prioridades” (LACERDA, 1955, p. 30). Flávio Suplicy exerceu várias gestões, cujo ciclo se encerrou em 1971. Na transmissão do mandato ao novo reitor, Algacyr Munhoz Maeder, Bento Munhoz da Rocha Neto disse que não se tratava de uma despedida, mas de “uma expressão de reconhecimento” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). Sobre sua colaboração com a Universidade do Paraná, quando esteve à frente do Governo do Estado, Bento Munhoz destacou a contribuição do terreno para construção da Reitoria, enfatizando que foi “[...] menos como contribuição minha no Governo do Estado, do que como conquista de Flávio Lacerda, identificado com a Universidade” (ROCHA NETO, 1971, p. 35). Complementou, afirmando:

[...] se a Flávio Lacerda unia uma amigável convivência de tantos anos, ora polêmica não fosse reitor e reitor vigilante, reitor que vivia os problemas

de sua Universidade, e sabia pleitear por ela em bom entendimento com o professor que então era Governo, talvez não tivesse havido essa contribuição do Estado (ROCHA NETO, 1971, p. 31).

Em discurso proferido na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1971, Flávio Suplicy lembrou:

Quando em junho de 1949, iniciei minha jornada na administração desta Universidade, pensei: 'Uma caminhada, por maior que seja, é iniciada com um simples passo' e percebi que 'todas as coisas difíceis têm a sua origem naquilo que é fácil'. Olhei, então, o passado e a tradição da nossa Universidade e compreendi que "jamais haveriam as grandes coisas se não as pequenas'. Mas me apercebi também, naquele longínquo 1949, que sem fé jamais poderíamos ter ou encontrar qualquer apoio. Por isso me alicercei no sonho e realização dos reitores primeiros – Victor Ferreira do Amaral e Silva e João Ribeiro de Macedo Filho aos quais rendi justa homenagem perpetuada em bronze neste gabinete e iniciei a grande trajetória e a grande caminhada, alçando os olhos ao futuro, certo que, um dia, poderia legar aos pósteros, algo que dissesse o quanto amei a minha terra e a minha gente. Eleito pela 6ª vez em 1967, volto-me ao passado e vejo uma federalização obtida no 04 de dezembro de 1950, depois de tanta luta, mas, também de tanto apoio, inclusive do então governador Moyses Lupion; vejo a reforma do prédio central, com a construção de mais duas alas, abrigando, nesse conjunto a Faculdade de Medicina, de Direito, Engenharia, Odontologia e Farmácia; vejo a construção da Policlínica Dr. Garcez do Nascimento e do Núcleo Profilático professor Pereira Filho; vejo a construção do conjunto de prédios para a reitoria, auditório, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia; Vejo a construção do Cento Politécnico, para o ensino tecnológico, reunindo os cursos da Faculdade de Engenharia – engenheiro civil, mecânico, com as usinas piloto, Institutos de pesquisas, laboratórios, centros de estudos, computador eletrônico, centro de microscopia eletrônico, edifício da Administração, Biblioteca, pavilhão de provas, etc. Vejo a casa do estudante universitária, e o anexo da reitoria; vejo a incorporação da Escola de Agronomia e Veterinária e a construção de

novos prédios para sua ampliação, entre eles, o centro de treinamento e o Hospital veterinário; vejo a incorporação da Escola de Química e da Escola Nacional de Florestas; vejo hospital-escola, colaboração efetiva do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, marco divisor da medicina no Paraná: antes e depois do Hospital de Clínicas e já volto os olhos para o futuro, vendo um novo prédio para a Faculdade de Medicina; vejo também, no campo da difusão cultural e da extensão universitária, a Orquestra Sinfônica e o Coral, os cursos de verão e as nossas Universidades volantes; e neste instante quando finda a minha vida de administrador da Universidade Federal do Paraná, sentindo tudo isto, vendo todo este passado, quero crer que correspondi aos anseios daqueles que me elegeram em 50, 52, 55, 58, 61 e 67. Poderei aqui, agora, ao invés de tudo isso asseverar, clamar tão somente: ‘Deixemos que o diga o tempo, pois mudamente surdo, ele é o único, que sem dizer nada, diz tudo’. Mas acho que falharia comigo mesmo se não erguesse a minha voz para dizer como o apóstolo Paulo: ‘Combati o bom combate, completei a carreira e guardei a fé’ (LACERDA, 1971, p. 29- 30).

Nesse discurso, Flávio Suplicy faz uma síntese de sua trajetória. Relembrou as principais ações empreendidas na Universidade Federal do Paraná durante as seis gestões em que esteve como reitor. Durante esse período, incluindo os pontos polêmicos, particularmente na Ditadura Civil Militar quando fora nomeado ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy esboçou os principais aspectos que representavam a Universidade do Paraná. Quando assumiu a reitoria da Universidade, em 1949, herdou de seu antecessor, João Ribeiro de Macedo Filho, características semelhantes, sobretudo as articulações de suas ações vinculadas aos políticos paranaenses e nacionais. Com isso conseguiu em suas sucessivas gestões uma expansão significativa da infraestrutura da Universidade Federal do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma interface entre as instituições governamentais e o pensamento intelectual que, dotados de diferentes capitais, atuam no e a partir do espaço acadêmico ou do espaço político propriamente. Na Universidade do Paraná, a fronteira entre esses dois campos, desde o início, foi bem estreita, com a prevalência em um primeiro momento do campo político em relação ao campo acadêmico, relativizando-se posteriormente, sobretudo na década de 1940, quando grande parte dos políticos paranaenses eram professores da Universidade.

Na campanha pela restauração, observa-se uma aproximação entre o campo político e o campo acadêmico, chegando, muitas vezes, a confundirem-se os dois espaços sociais. Essa relação pode ser observada na imprensa paranaense, onde os nomes de Brasil Pinheiro Machado (interventor no momento da restauração), Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha (deputados), Flávio Suplicy de Lacerda e Homero de Barros (secretários de Estado) são expressões dessa situação. Esses políticos-docentes uniram-se aos demais professores para debater o assunto com autoridades nacionais, como os ministros Souza Campos, Clemente Mariani, e o presidente Eurico Gaspar Dutra.

Com a concretização da restauração da Universidade, em 1946, a imprensa paranaense destacou Brasil Pinheiro Machado, em torno do qual se centralizaram as ações políticas desse processo. Assim, dada a força da tradição e do prestígio junto às respectivas faculdades, os nomes de Victor Ferreira do Amaral (1946) e João Ribeiro de Macedo (1948) foram indicações prováveis ao cargo de reitor. Victor do Amaral, pelo reconhecimento como fundador e como primeiro reitor da Universidade, expressava mais do que isso, um tom simbólico de

continuidade da Universidade; João Ribeiro de Macedo representava, em termos de unificação, a luta política que consistia na articulação de forças intelectuais e políticas que resultou na restauração.

Flávio Suplicy, na condição de reitor, assumiu por inteiro as investidas de João Ribeiro de Macedo, particularmente a campanha pela federalização. Essa campanha, coberta pela imprensa paranaense, estabeleceu uma relação estreita entre o campo acadêmico e o campo político. Articulados pelo campo da imprensa, os nomes de Flávio Suplicy e Moysés Lupion destacaram-se como coordenadores da campanha. Resultante dessa mobilização política/acadêmica, em 19 de dezembro de 1950, a Universidade foi oficialmente federalizada. Com isso, Flávio Suplicy ganhou notoriedade e reconhecimento que ultrapassaram os muros da Universidade Federal do Paraná, sendo nomeado ministro da Educação do Governo Militar. De modo geral, as iniciativas da gestão Suplicy desenvolveram-se no sentido de reconhecer que só com recursos federais avultados poderiam ser construídos os edifícios necessários à sua expansão, poderiam ser adquiridos equipamentos adequados ao seu funcionamento em termos realistas e melhoradas as condições do elemento humano que nela deveria atuar em escala progressista.

No Paraná, desde a década de 1910, com a criação da Universidade, um grupo de especialistas (médicos, engenheiros e bacharéis em direito) assumiu as funções acadêmicas e passou a requerer o direito de intervir nos espaços sociais. As faculdades tradicionais representavam a institucionalização de um grupo de especialistas que estavam associados direta ou indiretamente aos grupos políticos paranaenses. A mobilização do conceito de campo possibilitou estudar a relação entre os integrantes do campo acadêmico e do campo político. Com isso, ao

longo do capítulo fizemos uma abordagem via História Intelectual, destacando aspectos como a restauração, a federalização e a modernização da Universidade Federal do Paraná.

FONTES

A CAMPANHA PELA FEDERALIZAÇÃO da Universidade. **Gazeta do Povo**, 22 dez. 1950.

A NOSSA Universidade precisa ser amparada pelo Governo. **Gazeta do Povo**, 9 jan. 1946.

A PERMANÊNCIA do titular da pasta da Educação em Curitiba. **Gazeta do Povo**, 2 abr. 1946.

A RESTAURAÇÃO da Universidade. **Gazeta do Povo**, 13 mar. 1946.

A UNIVERSIDADE do Paraná e seus grandes benfeitores. **Gazeta do Povo**, 21 dez. 1950.

EM CURITIBA, o Presidente Dutra. **Gazeta do Povo**, 28 fev. 1950.

FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE do Paraná – virtualmente resolvida a questão – atividades da embaixada paranaense, tendo a frente o governador Lupion – hoje, a entrevista com o Presidente Dutra. **O Dia**, 09 fev. 1950.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba, p. 87-89, 1951.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba, p. 25-26, 1955.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba, p. 29-34, 1955.

MAEDER, Algacyr Munhoz. Relatório. In: **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba, p. 75-83, 1971.

O ESTADO E A UNIVERSIDADE parecem viver as mesmas pulsações de vida. **Gazeta do Povo**, 21 dez. 1950.

O GOVERNADOR LUPION rasgou o tabu da timidez paranaense. **O Dia**, 10 fev. 1950.

O GRANDE APELO DA UNIVERSIDADE do Paraná: fala Flávio Suplicy de Lacerda. **Gazeta do Povo**, 14 fev. 1950.

O INTERVENTOR e a Universidade. **Gazeta do Povo**, 3 abr. 1946.

PAGLIOLE, Elyseu. Discurso. In: **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba, p. 30-38, 1959.

PELA FEDERALIZAÇÃO da Universidade do Paraná. **O Dia**, 10 fev. 1950.

RESTAURAÇÃO da Universidade do Paraná. **Gazeta do Povo**, 12 mar. 1946.

UM ASSUNTO de aspecto empolgante. (Sobre a federalização da UP). **Gazeta do Povo**, 15 mar. 1946.

VIAJOU PARA O RIO de Janeiro o governador Lupion – objetivo da sua visita – federalização da Universidade. **Gazeta do Povo**, 7 fev. 1950.

REFERÊNCIAS

BARANOW, Ulf Gregor; SIQUEIRA, Márcia Dalledone (org.). **Universidade Federal do Paraná: história e estórias - 1912 a 2007**. Curitiba: UFPR, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: UFPR, 2008.

CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização e expansão da Universidade do Paraná. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **Reflexões UFPR 100 anos**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 71-101.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguis, Pioneiros e Adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica

paranaense. 2009. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos Conselhos**: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

DOSSE, François. **La Marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. Universitat de València, 2007.

HEY, Ana Paula. Fronteira viva: o campo acadêmico e o campo político no Brasil. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (org.). **Políticas públicas e educação**: debates contemporâneos. Maringá: EDUEM, 2008. p. 217-230.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. **O magnífico reitor** (biografia de Flávio Suplicy de Lacerda, ensaio de histórico da UFPR de 1949 a 1971). Curitiba, 1988.

SOUZA, Eliezer Felix de. **Flávio Suplicy de Lacerda**: Relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971). 2016. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CAMPOS, Névio de. Intelectuais e processo de formação da Universidade Federal do Paraná. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **Reflexões UFPR 100 anos**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 15-45.

15

“PELA VONTADE SOBERANA DO POVO DENTRO DESTA ASSEMBLEIA”: UM DEPUTADO COMUNISTA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (1947-1948)

Regis Clemente da Costa

“O meu é um grande Partido, é o Partido do povo e do proletariado” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 163).

INTRODUÇÃO

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) completa 100 anos em 2022. A fundação do PCB está relacionada à formação e ao desenvolvimento das lutas do proletariado no país a partir da metade do século XIX, com a implantação da indústria. Está inserida também no contexto da Revolução Russa e do avanço dos movimentos operários no Brasil.

Desde a sua fundação, em 25 de março de 1922, o PCB conviveu com períodos de legalidade e ilegalidade partidária. O período atual é o mais longo da sua legalidade, retirada em 1947 e reconquistada em 1985, e que continua em vigor. Anteriormente a legalidade do PCB foi exercida entre os anos de 1945 e 1947. E antes de 1945, os lapsos de legalidade partidária do PCB foram curtos.

Ao conquistar a legalidade em 1945, o Partido ampliou sua inserção junto à sociedade, participou das eleições nacionais e estaduais e elegeu vários dos seus militantes. No estado do Paraná, em que a atividade dos pecebistas inicia-se na década de 1920, o PCB participou das eleições

realizadas em 1945 e em 1947.¹ Nas eleições de 1945, não elegeu nenhum de seus quadros a deputado federal no estado. Já em 1947, elegeu José Rodrigues Vieira Netto, seu primeiro deputado estadual. A eleição de um deputado estadual pelo PCB foi um fato de grande relevância, pois o Partido já tinha uma inserção significativa junto às classes populares, aos trabalhadores, e passa, agora, a atuar dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

José Rodrigues Vieira Netto, doravante Vieira Netto, nasceu no dia 15 de dezembro de 1913, em Rio Negro, PR. Era filho de Ulysses Falcão Vieira e Carmem Alvarez.² Seu pai e sua mãe eram ligados à classe dominante e é nesse ambiente que ele está inserido, como pertencimento de classe.

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo discutir o engajamento e as contribuições de Vieira Netto na efetivação do projeto societário do Partido Comunista Brasileiro em vista da transformação social, quando de sua atuação parlamentar como deputado estadual pelo PCB na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Para isso, vale-se das fontes arquivadas pela Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná (DOPS-PR), dos documentos disponíveis no Projeto Brasil: Nunca Mais-Digital (BNM-Digital), dos registros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) referentes às sessões nos meses de março e abril de 1947³ e de fontes memorialistas. Serve-se

¹ As eleições de dezembro de 1945 foram para escolher o presidente da República, senadores e deputados federais; as eleições de janeiro de 1947 foram para a escolha do governador e deputados estaduais.

² As discussões sobre a genealogia de José Rodrigues Vieira Netto estão disponíveis no estudo de Regis Clemente da Costa (2018).

³ Pelo exposto, este artigo privilegiou as atas das sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dos meses de março e abril de 1947. A Assembleia Legislativa do Paraná informa não possuir as demais atas do ano de 1947 devido a um incêndio ocorrido no ano de 1994, em que se perdeu grande parte da documentação em arquivo. Outras buscas foram feitas no Círculo de Estudos Bandeirantes, em Curitiba,

também de produções teóricas sobre o Partido Comunista Brasileiro e da tese de doutoramento de Costa (2018). Essa abordagem insere-se no âmbito da História Intelectual, mais especificamente no campo das pesquisas sobre os intelectuais paranaenses ligados à Educação.

A História Intelectual apresenta várias possibilidades de análise da postura e da atuação dos intelectuais na defesa dos valores universais como a justiça, a verdade e a democracia (SILVA, 2003). Ainda, segundo Silva (2002, p. 13), “[...] a História Intelectual parece ter por função a restituição das ideias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais”.

Dentre as possibilidades de análise da História Intelectual estão as concepções teóricas do filósofo marxista italiano Antônio Gramsci e seu conceito de intelectual orgânico, em que nos apoiamos como fundamentação para esta discussão. De acordo com Gramsci (2001), o intelectual orgânico é um agente político determinante e seu trabalho não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, mas, segundo essa concepção, o saber e a sua disseminação envolvem também os processos de organização da cultura.

Para o presente estudo, consideramos a compreensão do conceito de intelectual a partir do surgimento desse termo no contexto do “caso Dreyfus”, que denota o intelectual engajado e seu compromisso com as causas da justiça e da verdade, assim como o conceito de intelectual orgânico, na perspectiva de Gramsci (2001).

Para tanto, no percurso desta análise, busca-se explicar a trajetória de Vieira Netto, sua conversão ao comunismo e sua atuação como

intelectual orgânico no Partido Comunista Brasileiro. Assim, para cumprir o objetivo proposto, faz-se necessário analisar os posicionamentos dessa personagem da política paranaense na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como sua práxis como proponente e defensor do projeto societário do PCB, com ênfase na defesa da democracia, da participação popular, dos direitos dos trabalhadores, da justiça social e contra o fascismo, o imperialismo, o sistema capitalista e as suas formas de exploração. Ambos os temas estão presentes em seus discursos na ALEP e nas ações do PCB junto à sociedade. O mandato de Vieira Netto como deputado estadual durou menos de um ano. Sua posse ocorreu em 12 de março de 1947 e sua cassação foi aprovada pelos deputados na ALEP em 12 de janeiro de 1948. A cassação do seu mandato ocorreu em consequência da cassação do registro do PCB em nível nacional, em 7 de maio de 1947.

Ressalte-se, no entanto, que a ação política de Vieira Netto acontece muito antes de ele assumir um cargo político e permanece depois de perdê-lo. Ou seja, a formação política de Vieira Netto se dá de forma mais ampla no campo intelectual e é muito visível tanto nas suas ações no campo profissional liberal, quanto nas redes de sociabilidade que vai compondo ao longo da sua militância política.

VIÉIRA NETTO: INTELLECTUAL ORGÂNICO NO PCB

O Partido Comunista Brasileiro foi fundado por operários, no contexto do movimento de organização e mobilização da classe trabalhadora no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. A partir da década de 1930, merece ser destacada a presença dos intelectuais num Partido que se apresentava como operário. Dentre os intelectuais que se

vincularam ao PCB nesse período está Vieira Netto. Sua conversão ao comunismo se dá na década de 1940. Até então, seus vínculos familiares estavam ligados à classe dominante, como abordado em Costa (2018).

Vieira Netto era advogado de formação. Iniciou sua atuação profissional aos 18 anos, como promotor público na cidade de São José dos Pinhais. Nesse contexto, era estudante do segundo ano do Curso de Direito, na Faculdade de Direito do Paraná, vindo a se formar no ano de 1932. Ainda na década de 1930, integrou a diretoria do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Posteriormente, ocupou a presidência do IAP, no ano de 1941 (DOPS-PRBR PRAPPR.PB004.PT1147.137, p. 4). Sua atuação como advogado perpassa sua trajetória profissional, tendo exercido essa profissão até seu falecimento, em 1973.

Politicamente, iniciou sua atuação nas Revoluções de 1930 e 1932 junto à Aliança Liberal e nas ações contra a oligarquia. Foi vinculado à União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945. (DOPS, Fl 45.994). A relação de Vieira Netto com a UDN se deu a partir da corrente comunista (COSTA, 2018).

Vieira Netto foi professor em vários anos de sua vida. No ano de 1934, na Faculdade de Direito do Paraná e, em 1939, como professor de Direito Constitucional e Civil e professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (Curso de Administração e Finanças). Atuou no Liceu Rio Branco e no Colégio Novo Ateneu, na cidade de Curitiba (COSTA, 2018).

O período de maior destaque da atuação de Vieira Netto como professor foi entre os anos de 1957 a 1964, quando tinha sido aprovado como professor catedrático de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná. A interrupção de sua atuação ocorreu em 1964, após o Golpe Militar que instaurou a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Vieira

Netto foi perseguido e preso pelos militares em 1964 e aposentado compulsoriamente, no mesmo ano, após um processo interno na Universidade, sem a permissão do direito à defesa (COSTA, 2018).

Os motivos alegados para a aposentadoria compulsória de Vieira Netto, na Universidade Federal do Paraná, estão relacionados à sua militância no Partido Comunista Brasileiro e a seus posicionamentos político-ideológicos como professor, advogado e deputado estadual, eleito em 1947. A aproximação de Vieira Netto com o PCB e sua militância nessa agremiação partidária iniciam-se na década de 1940.

As primeiras atividades públicas de Vieira Netto com os pecebistas datam do ano de 1944 e se intensificam a partir do ano de 1945. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 128) (DOPS-PR, Fl 45.992, p. 2-4). Os fatos narrados na abertura de sua ficha na DOPS-PR referem-se à participação em comício e passeata organizados pelos colégios Liceu Rio Branco e Novo Ateneu, em que Vieira Netto criticou o governo, o racionamento de alimento, a falta de liberdade e as condições econômicas que afetavam os mais pobres no país. Nesses colégios Vieira Netto atuou como professor de Filosofia (COSTA, 2018).

Ao longo da trajetória do PCB no Brasil e no estado do Paraná, devido ao contexto político e ideológico, por vários anos o Partido foi posto na ilegalidade. Nas primeiras décadas, a partir de sua fundação, o período mais longo em que atuou na legalidade foi entre os anos de 1945 a 1947. Ao conquistar a legalidade em 10 de novembro de 1945, o PCB recebeu uma onda de novas filiações e passou a ser um partido de massas, com força política e grande expressão nacional, somando aproximadamente 200.000 filiados no ano de 1946.

A conquista da legalidade do PCB e seu vertiginoso crescimento no país é parte do movimento que se fortalece na década de 1940, com o fim

do Estado Novo, o fim da Segunda Guerra Mundial, a vitoriosa participação dos comunistas na luta antifascista na Europa e a ampla aliança com todos os que lutavam contra o nazifascismo no Brasil.⁴

Para discutir a condição de intelectual de Vieira Netto, bem como sua atuação como intelectual engajado e intelectual orgânico no PCB, faz-se necessário uma breve contextualização do nascimento do conceito de intelectual e de sua passagem de adjetivo para substantivo, quando essa palavra passa a ser associada a compromisso civil, implicando engajamento nas causas sociais e da justiça. De acordo com Bastos e Rêgo (1999, p. 5): “[...] é intrínseco à condição intelectual o vínculo entre a atividade de pensar e o empenho moral do analista da condição humana”.

O conceito de intelectual engajado e comprometido socialmente é fruto de um processo de mudança no conceito que se embasa na convicção de que os intelectuais podem contribuir no processo de transformação do mundo, na direção emancipatória da humanidade, de forma a permitir que os cidadãos participem das decisões referentes aos seus destinos (BASTOS; RÊGO, 1999).

Os registros iniciais em relação ao conceito de intelectual, na perspectiva do engajamento nas causas sociais, estão ligados à publicação do manifesto “*J’accuse...! Lettre au président de la République*” de Émile Zola, reproduzido no jornal **L’Aurore**, edição de 13 de janeiro de 1898. Nesse contexto, o termo intelectual ficou publicamente conhecido ao demarcar a ação pública de artistas, cientistas e escritores contra o Estado pela quebra de normas jurídicas no processo que movia contra o capitão Alfred Dreyfus (VIEIRA, 2008).

⁴ Os estudos sobre esse período da história do Partido Comunista Brasileiro estão presentes nas obras de autores como Segatto (1981), Pandolfi (1995) e Konder (1980).

Segundo Bastos e Rêgo (1999), é possível observar que há consenso de que intelectual como substantivo surge a partir do “caso Dreyfus”, na França.

O elemento detonador da questão foi, sem dúvida, o caso Dreyfus. Nesse contexto, os escritores e artistas que assinam o protesto contra a violação de direitos se denominam “intelectuais”. Com o título “Manifesto dos Intelectuais”, o jornal *L’Aurore*, publicou em 14 de janeiro de 1898: “Os abaixo assinados, em protesto contra a violação das formas jurídicas no processo de 1894, e contra os mistérios que rodeavam o caso Esterhazy, insistem no pedido de revisão” (BASTOS; RÊGO, 1999, p. 24).

Aponta-se o “caso Dreyfus” e o texto *J’Accuse*, de Émile Zola, publicado em 1898, como sendo o momento do surgimento do intelectual como categoria social, o que o torna indissociável da luta contra o poder e configura a ideia de ação como condição da existência dos intelectuais (SILVA, 2003).

No que se refere ao Brasil, Miceli (2001) afirma que a atuação dos intelectuais passou por mudanças nas décadas de 1920, 1930 e 1940, com destaque para as mudanças na política e na cultura, que influíram na classe dirigente. Essas mudanças levaram os intelectuais a atuar nos jornais, nos partidos, em espaços culturais e no serviço público. É nesse ambiente cultural que deve ser compreendida a trajetória de Vieira Netto e a atuação deste personagem paranaense no movimento internacional e brasileiro de envolvimento dos intelectuais com os problemas da cultura e da política.

No bojo dessa discussão, cabe também ressaltar que, segundo Rodrigues (2005), após a Segunda Guerra Mundial há um posicionamento dos intelectuais pelo engajamento imbuído da práxis coletiva, que os levou a definirem-se pelo comunismo, como

intelectuais orgânicos, buscando eliminar a distância entre o pensamento e a ação.

Jean-Paul Sartre, filósofo francês, no contexto do pós-guerra, num manifesto aos intelectuais, critica os intelectuais da burguesia, uma vez que se vendem na produção de suas obras, trocando a escrita, o canto, por dinheiro. Sartre chama esses intelectuais de estudantes bolsistas (SARTRE, 1945). Nesse sentido, dirige-se aos escritores conclamando à tomada de posição, pois “[...] o escritor está em situação em sua época: cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também” (SARTRE, 1945, p. 131).

Sartre aprofunda a discussão sobre o sentido do engajamento não só dos escritores, como já apontado, mas também dos operários. Esse contexto é abordado de forma a problematizar algumas correntes filosóficas e sociológicas, como o marxismo e o liberalismo, e a relação do operário com a liberdade, apontando que a escolha do operário em ser resignado ou revolucionário determinará um futuro de humilhação sem trégua ou de conquista e de vitória, e ele é responsável por essa escolha. “[...] Não é livre para não escolher: ele é engajado, é preciso apostar – abstenção é uma escolha” (SARTRE, 1945, p. 143).

A relação feita por Sartre entre o operário e o sentido do intelectual vai em direção do engajamento e do compromisso não somente com a causa individual, mas coletiva, uma vez que sua ação interfere no destino de todos. Para Sartre, a concepção de homem está relacionada ao homem total. “[...] Totalmente engajado, totalmente livre” (SARTRE, 1945, p. 143). A liberdade do homem, nesse contexto, está ligada ao seu engajamento. É nesse sentido que Sartre justifica a literatura engajada, de modo a infundir-lhe sangue novo a serviço da coletividade.

As opiniões de Sartre incidiram nas posições de Vieira Netto, a partir de sua vinculação ao Partido Comunista Brasileiro e ao marxismo. Na ocasião em que foi preso pela Ditadura Militar, em 1964, ao ser interrogado pela polícia sobre as atitudes e ações tomadas a partir de suas ideias, declarou que era marxista e que tomou essa posição após longo processo de elaboração cultural (COSTA, 2018).

Participante da intelectualidade curitibana, Vieira Netto, ao se filiar ao PCB, incluiu-se entre os profissionais liberais que, a partir da década de 1930, passam a integrar o Partido, até então sob a forte militância proletária. Chilcote (1982) assevera que, no Partido, a representação do intelectual é a de ideólogo, pois ele revolta-se contra o *status quo*, desejando transformações sociais, como porta-voz coerente da filosofia marxista-leninista.

Os intelectuais no PCB nem sempre tiveram papel de destaque, por mais que integrassem o Partido desde a fundação. Luís Carlos Prestes, recém-convertido ao marxismo-leninismo, defendia que os trabalhadores eram dotados de um instinto revolucionário inato, que os tornava politicamente superiores aos intelectuais. Nesse sentido, inicialmente, tanto Prestes como o núcleo do Partido acolheram os intelectuais com desconfiança (CHILCOTE, 1982). Ainda nesse contexto, segundo Chilcote (1982, p. 198)

Oswaldo Peralva escreve que o recrutamento dos trabalhadores industriais tinha prioridade sobre o de intelectuais e que destacados intelectuais comunistas eram usados para assinarem manifestos de protestos, mesmo que seu trabalho fosse encarado com desdém pelo partido.

O número de intelectuais no Partido aumentou significativamente após o Estado Novo, passando inclusive os cargos de direção para

quadros com formação em nível superior, enquanto as funções intermediárias eram exercidas por dirigentes com menor grau de instrução escolar, criando, segundo Codato e Kieler (2008, p. 43),

um contrassenso nas estruturas do “partido do proletariado”, porque entre os quadros dirigentes só ascendiam aqueles com maior grau de escolaridade formal, deixando que se cristalizasse no topo da direção do Partido uma elite política oriunda das classes “privilegiadas”.

Vieira Netto se insere no que Codato e Kieler (2008) denominam como oriundo das classes privilegiadas. No entanto, após a década de 1940 ele se vincula ao Partido Comunista e, de maneira orgânica, atua junto à classe trabalhadora.

A partir da concepção de Gramsci (2001) é possível afirmar que Vieira Netto procedeu de maneira ativa, numa ligação direta entre teoria e prática, pilares da teoria marxista da qual fora estudioso e adepto. Entrementes, Vieira Netto se dedicou a sistematizar e mobilizar a sociedade em prol do projeto societário e formativo comunista no Paraná, na perspectiva da transformação social, como advogado, professor, como militante político e deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro, e junto às causas da classe trabalhadora.

As noções de Gramsci (2001) em relação ao intelectual orgânico indicam os vínculos do partido com o intelectual e do intelectual com o partido. Antônio Gramsci destaca que o intelectual deve estar ativo na sociedade, como seu organizador, como agente político, como agente social, como organizador da cultura, tornando-se dirigente político, que, na sua concepção, é a soma do especialista com o político (GRAMSCI, 2001).

Nesse sentido, o partido, de acordo com Gramsci (2001), é criado pelas próprias massas como instrumento de luta, de visão de mundo, de construção e de defesa do projeto de sociedade ligado à classe trabalhadora. É no meio e do meio da classe trabalhadora que serão formados os dirigentes dessa mesma classe.

O intelectual orgânico, no entanto, precisa estar vinculado também a uma concepção do mundo, ou seja, à construção de uma mudança, que é cultural. A concepção do mundo, para Gramsci, está vinculada à Filosofia, sendo assim, o intelectual orgânico e o filósofo são os sujeitos do processo político e cultural, pois não se separam, “[...] o filósofo e pensador não podia ser destacado do homem político e de partido” (GRAMSCI, 1999, p. 397). Ainda, “[...] o verdadeiro filósofo é - e não pode deixar de ser - nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte” (GRAMSCI, 1999, p. 413).

A atuação política do homem ativo, do filósofo, para Gramsci, está relacionada à modificação do ambiente e da vida societária, e quando se refere ao ambiente como o conjunto das relações destaca as práticas culturais que são produzidas e se voltam à compreensão da realidade.

Nesse contexto, Gramsci pondera que a construção de um projeto societário se dará a partir da cultura, entendida como uma função prática e como concepção do mundo, pois “[...] a tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática” (GRAMSCI, 1999, p. 126).

O intelectual orgânico, segundo Gramsci, congrega esses elementos em seu pensamento e em sua ação. Ele é sujeito do processo político e cultural. É a partir dessa vinculação a uma concepção de mundo voltada à construção da mudança do ambiente, da vida em

sociedade e das práticas culturais, que possibilita aos trabalhadores a compreensão da realidade.

A vinculação de Vieira Netto ao Partido Comunista Brasileiro e sua participação na elaboração e execução das ações político-partidárias, como parte do projeto societário do Partido, e da busca pela modificação das relações sociais, econômicas, políticas e culturais coadunam com a visão de Gramsci e estiveram presentes mesmo nos tempos em que o PCB ficou na ilegalidade. Importante destacar que o Partido conviveu com a ilegalidade e isso não foi empecilho para que o projeto político e ideológico e a militância de seus quadros ficassem paralisados.

Dessa forma, ao conquistar a legalidade em 1945, o Partido atua diretamente no processo eleitoral. Obtém êxito em vários estados, elegendo deputados estaduais no pleito de 1947; e antes, nas eleições de 1945, já tinha feito deputados federais e senadores, bem como conseguido 10% dos votos do eleitorado brasileiro para o candidato pecebista⁵ que concorrera à Presidência da República (COSTA, 2018).

A eleição de Vieira Netto como deputado estadual pelo PCB no Paraná, em 1947, representou um grande avanço no que tange à atuação regional do Partido.⁶ Desde a década de 1920 os comunistas atuavam junto aos trabalhadores nas mobilizações classistas, greves e demais ações políticas, porém, sem a devida legalidade do Partido para a disputa de eleições pela legenda.

⁵ Trata-se de Iedo Fiúza que, até então, não era filiado ao PCB. Como Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, decidira não concorrer, Fiúza foi convidado, tendo em vista suas afinidades com as propostas do Partido. Engenheiro de formação e profissão, foi, no entanto, prefeito de Petrópolis (RJ) por quatro mandatos.

⁶ As questões pertinentes ao contexto da eleição de Vieira Netto são discutidas em Costa (2018) e Costa (2020).

No contexto da conquista da legalidade, o Partido Comunista Brasileiro, em nível nacional e estadual, gozava de crescente prestígio junto à sociedade. No Paraná, é possível observar que os seus militantes estavam em constante atividade e realizavam ações políticas nos diversos espaços públicos. Essas atividades aconteciam mesmo no período em que o Partido estava na ilegalidade perante a justiça brasileira.

Dentre as atividades dos comunistas, antes da legalidade do Partido, destacam-se a organização das Células Comunistas e a criação dos Comitês Democráticos Populares, ambos com número significativo de membros e com rápida expansão pela cidade de Curitiba e pelo interior do estado. Essas ações contaram com a participação direta de Vieira Netto.

Nesse contexto, as atividades do Partido eram publicadas nos jornais **Gazeta do Povo**, **O Dia**, **Diário da Tarde** (DOPS-PR - BR.PRAPPR.PB004.PT264.29), o que fomentava a agitação popular em torno dos pecebistas e reforçava o prestígio popular de que gozava o PCB no pós-guerra.

O crescimento do PCB era acompanhado de perto pelos agentes da polícia política da DOPS-PR, que por meio de súmula semanal registravam detalhes das atividades dos comunistas, relatados em forma de análise. Em uma dessas súmulas, datada de 14 de julho de 1945, o delegado auxiliar reporta ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública a existência de três grupos de comunistas que estavam orientando os trabalhos de aliciamento e propaganda. A saber:

Um ao redor do bacharel Dalio Sipin, cidadão esse que, dispondo de recursos financeiros, tem procurado proporcionar todas as facilidades à organização do Partido Comunista, nesta Capital, chegando a ceder acomodações de sua

propriedade, sito à Rua Pedro Ivo, 353, em cujo andar térreo funciona [sic] os escritórios comerciais do referido bacharel, isto é, as “Organizações Zip” (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 272).

O segundo grupo estava ligado ao bacharel Vieira Netto e ao professor Aníbal Carneiro, diretor do Liceu Rio Branco.

O outro grupo de comunistas vem sendo movimentado pelo bacharel Vieira Netto [sic] e pelo professor Aníbal Carneiro, Diretor do Liceu Rio Branco, no Seminário, sendo que nesse estabelecimento escolar é que se fazem as reuniões do Comitê Democrático do Batel, Seminário e Campina do Siqueira, com o comparecimento de antigos comunistas daquelas zonas (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 272).

O terceiro grupo, segundo a súmula, era composto por oficiais reformados do Exército e as reuniões aconteciam na Escola Brasileira, na Praça da República. Faziam parte desse grupo “Amauryti Osório e Nunes Ferreira” (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 273).

Portanto, a eleição de um deputado pelo PCB, em 1947 confirma a crescente mobilização do Partido junto à sociedade curitibana e paranaense, e de Vieira Netto como uma das suas lideranças.

A primeira candidatura de Vieira Netto se deu no ano de 1945, concorrendo a uma vaga a deputado federal pelo PCB. À época, Vieira Netto foi escolhido como candidato do PCB sob a alegação de ser a maior expressão eleitoral de Curitiba. Essa afirmação está na carta enviada a Luiz Carlos Prestes pelo secretário-geral do Comitê Estadual do PCB no Paraná (DOPS-PR-BRPRAPPR.PB004.PT1468d.174).

Por ocasião da sua apresentação como candidato, foram destacados seus vínculos com uma família democrática e suas qualidades como advogado, com prestígio popular e lutador das causas sociais.

“Destacado lutador antifascista, participou ativamente das campanhas patrióticas de preparação do povo para a guerra, na exaltação da F.E.B. e em todos os movimentos de índole democrática” (BR.PRAPPR. PB004.PT274b.30, p. 231).

O PCB do Paraná teve outros candidatos a deputado federal nas eleições de 1945, no entanto, nenhum se elegeu. Nessa eleição, Vieira Netto foi o candidato pecebista paranaense mais votado, obtendo 1.469 votos.

Nas eleições realizadas em 1947, o PCB finalmente elegeu seu primeiro deputado estadual no Paraná e o único eleito em tempos de legalidade do partido. A aprovação do nome de Vieira Netto como candidato consta de carta enviada pelo Comitê Nacional do PCB, assinada por Luiz Carlos Prestes (DOPS-PR, FI 45.992; PI 2194-400). “Em carta nº 11309, procedente do Comitê Nacional do P.C.B., e assinada por LUIZ CARLOS PRESTES, aprova o nome do Fichado para a candidatura a Deputado Estadual [sic]. (doc. Nº 156 do C.M.)” (PI 2194-400, p. 106).

O PCB se organizou para as eleições de 19 de janeiro de 1947 e tinha a convicção da necessidade de se elegerem deputados comunistas. O documento intitulado **Campanha Eleitoral** (BRPRAPPR.PB004. PT1468d.174, p. 168), reforça o projeto do Partido na promoção da democracia, do progresso, contra o fascismo, o imperialismo, a exploração da terra e do trabalho.

As eleições de 19 de janeiro representam mais um passo no caminho de nosso povo para a Democracia e o Progresso. Será a grande possibilidade que se abre para o nosso povo para a definitiva liquidação dos restos do fascismo em nossa Pátria, para a sua libertação imperialista, para a solução unitária dos graves problemas da terra, com a eliminação das formas semifeudais de exploração da terra e do trabalho e para a imediata [sic]

solução da grave crise da hora presente (BRPRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 168).

Conforme objetivo traçado pelo Comitê Estadual do PCB, seus militantes eleitos iriam “lutar por um programa mínimo que atenda às mais sentidas reivindicações do povo do Paraná.” (BRPRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 168). Nesse mesmo documento é possível observar os detalhes do **Plano de Emulação** do PCB para as referidas eleições. Nesse plano consta a previsão dos votos nos vários municípios paranaenses. Há também recomendações sobre ações do Partido na campanha, como Educação e propaganda; Sindical; Trabalho no Campo; Trabalho feminino; Juvenil; dentre outros (BRPRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 174-176).

Nesse documento do Partido é possível observar que previam obter em torno de 20.000 votos e “a eleição de 4 ou 5 representantes da chapa popular” (BRPRAPPR.PB004. PT1468d.174, p. 168). Findado o pleito, 36 deputados estaduais são eleitos no Paraná e o PCB elegeu José Rodrigues Vieira Netto, com 775 votos.

O PCB não atingiu o objetivo previsto de eleger 4 ou 5 deputados. No entanto, a eleição de um deputado comunista no Paraná, em tempos de legalidade do Partido, foi uma importante conquista para os pecebistas e para os militantes que atuavam na construção de um projeto com bases comunistas em vista da transformação social. Essa eleição trouxe a perspectiva da atuação parlamentar e da possibilidade de pautar questões específicas da classe trabalhadora junto à Assembleia Legislativa, dentro do projeto societário defendido pelo PCB.

Os deputados eleitos em janeiro de 1947 tinham também a incumbência de elaborar e aprovar a nova Constituição Estadual. Por esse motivo, foram denominados deputados constituintes.

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE VIEIRA NETTO E O PROJETO SOCIETÁRIO DO PCB

A posse de Vieira Netto como deputado estadual aconteceu no dia 12 de março de 1947, juntamente com os demais deputados eleitos. Desde os primeiros dias a partir da posse, pode-se observar a atuação efetiva de Vieira Netto voltada às pautas que interferiam diretamente nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Já na primeira sessão, em 13 de março de 1947, ele participou ativamente dos debates e encaminhamentos e fez uso da palavra.

Em seu discurso abordou questões relativas à derrota do nazifascismo na Europa, às conquistas democráticas do povo em praça pública, à legalidade do PCB e afirmou ainda que, nesse tempo, se mantiveram defensores da ordem e da tranquilidade, com justeza na linha política e nos próprios atos e luta pelos princípios democráticos (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10)

O discurso de Vieira Netto demonstra seu conhecimento sobre as questões econômicas nacionais e, de maneira contundente, tece críticas ao latifúndio, à indústria nacional e aos Estados Unidos, destacando as condições de desenvolvimento no pós-guerra.

Sr. Presidente, a situação econômica de nossa terra é bastante grave, porque infelizmente o Brasil não se libertou de sua fase semicolonial⁷, do

⁷ As posições defendidas por Vieira Netto estão embasadas nas concepções defendidas pelo PCB, a partir da III Internacional, desde a década de 20 (PANDOLFI, 1995).

monopólio da terra que é a principal característica de sua economia, onde impera o latifúndio. De fato, não poucos brasileiros ainda não possuem a menor propriedade. A nossa situação é desesperada porque a indústria nacional não se desenvolve, por falta de mercado interno. Recebemos em troca de nossos produtos, principalmente dos EE.UU. da indústria ianque, bugigangas e produtos de 2ª necessidade que nos abarrotam o mercado (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10-11)

Ainda na primeira sessão, ao pedir a palavra, novamente Vieira Netto discorre sobre a precariedade das instalações da Cia. de Força e Luz como sendo um problema que afetava diretamente a população curitibana.

Estávamos apontando a Cia. de Força e Luz como o maior entrave ao progresso de nossa cidade, sendo que as instalações que a Cia. Força e Luz mantém em Castelhanos são as mesmas ainda desde 1926. [...] E Curitiba é uma cidade sem indústrias hoje graças à Cia. Força e Luz que não providenciou novas instalações apropriadas à vida da cidade (VIEIRA NETTO, 1949, p. 16).

Vieira Netto relaciona esse aos problemas envolvendo o transporte público em Curitiba, agravados pelo monopólio.

A população sofre as consequências do monopólio, porque o problema de transportes em Curitiba está no monopólio de transporte e não se permite que outras companhias mantenham ônibus; ônibus que são cacos velhos e que, há vinte anos, existiam em número dobrado (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17).

Nesse discurso, aponta a superlotação dos ônibus que circulavam nos bairros onde residiam os trabalhadores, assim como o alto preço da passagem. Vieira Netto enfatiza que a empresa responsável pelo transporte mantinha padrões diferenciados de atendimento aos

moradores das regiões chamadas por ele de zonas aristocráticas, em que “dão-se ao luxo de fixar o número de passageiros” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17), e das zonas proletárias: “observe-se [...] a uma hora da tarde a ‘bicha’⁸ que faz o coitado do pobre, após exaustivo dia de trabalho. E, ainda por cima, a passagem custa o dobro do que custava há anos atrás, vindo pendurado numa situação agônica dentro de verdadeiros ferros velhos” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17).

Diante da situação, Vieira Netto propõe a encampação da Cia. de Força e Luz como forma de solucionar tais problemas.

A modificação que eu desejava fazer é que sejam encampadas as instalações da Cia. Força e Luz, mas que sejam encampadas pelo custo histórico da época em que foram instaladas. Não é possível que vamos pagar a estes srs. [sic] um preço exorbitante. Devemos pagar na base da moeda em que foram feitas as instalações, por quase nada (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17).

Por ocasião das comemorações do dia 1º de Maio, os militantes do Partido abordam a questão da Cia. de Força e Luz em panfleto intitulado “Por um primeiro de Maio, por aumento de salários, Paz e Liberdade”. Vinha assinado por Vieira Netto, Maria Olímpia Carneiro Mochel, Manoel Jacinto Correia, Newton Câmara, João Batista Teixeira, Adão Nascimento e Mário Urias de Melo.

Nele, destacam

Na Cia. Força e Luz, imperialista e colonizadora, mais de 120 operários antigos foram despedidos por motivos fúteis, enquanto a Cia. retém criminosamente dois meses [sic] de salários relativos ao dissídio coletivo. Os pelegos ministerialistas e policiais, continuam subsidiados pelos cofres

⁸ O termo “bicha” aqui empregado significa “fila de pessoas” – e com este sentido é ainda hoje usado em Portugal.

da Cia. a iludir a boa fé do operariado da carris (BR PRAPPR.PB004. PT1468a.174, p. 73).

Ainda na data da primeira sessão na ALEP, a cidade de Curitiba enfrentava uma greve de leiteiros. Vieira Netto também se posiciona a esse respeito. Utilizando-se de cálculos dos preços dos insumos adquiridos pelos leiteiros e o preço pelo qual era vendido o leite, ele expôs as razões que levaram os leiteiros à greve, criticando novamente o monopólio, dessa vez no mercado agropecuário (VIEIRA NETTO, 1949).

Na sessão de 31 de março de 1947, a greve dos leiteiros e os preços do trigo e outros insumos pagos pelos produtores voltaram à discussão na ALEP. Passados quase 20 dias, a Comissão Estadual de Preços não tinha respondido ao requerimento de Vieira Netto.

Eu peço que V. Excia reitere este pedido de informação para afirmar a soberania e autoridade desta Assembleia, e para que esses senhores saibam que esta Assembleia está se batendo pelos problemas do povo, e que ela não renuncia a esse direito. Não é possível que os requerimentos que enviamos fiquem dormindo nas gavetas da Comissão Estadual de Preços, notadamente quando esta faz demagogia a respeito de partidos políticos, em entrevistas e declarações à imprensa, esquecendo-se dos tubarões, do monopólio e do câmbio-negro. Reitero meu pedido de informações (VIEIRA NETTO, 1949, p. 136).

Vieira Netto pauta novamente causas em defesa dos trabalhadores na sessão da Assembleia Legislativa realizada no dia 18 de março de 1947. Nessa ocasião, aborda as condições precárias dos trabalhadores da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Não é possível que a Rêde [sic], atenda aos seus serviços quando seu proletariado está insatisfeito; si a Rêde [sic] apenas se resume em fazer bangalôs bonitos para pôr lá dentro operários que estão morrendo de fome,

obras de fachadas típicas do Estado Novo. É neste sentido, sr. Presidente, e nobres deputados, que eu quero, atendendo à situação aflitiva e angustiosa dos empregados da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina (VIEIRA NETTO, 1949, p. 54).

A crítica de Vieira Netto às condições a que estavam sendo submetidos os trabalhadores ressalta sua visão de mundo em defesa do proletariado. Essa crítica gerou polêmica entre os demais deputados, sendo o deputado comunista acusado de intrometer-se nas questões que não eram da alçada do Legislativo e de fazer proposições antijurídicas.

Vieira Netto, ao rebater tais acusações, enfoca a lei voltada à participação popular num processo de expansão e defesa da democracia pós-nazismo e fascismo, de poderes que não sejam exclusivistas.

É que a Constituição de 1946 é um espírito completamente novo, é a volta à democracia em todo o mundo, é o fim da tendência exclusivista que reúne nas mãos de um paranoico todos os poderes do Estado, que reúne todos os poderes constitucionais, a vontade da nação, nas mãos de um só homem. É a ditadura nazista, a ditadura fascista, que pretende inibir o exercício dos poderes do povo. Quando interpretamos a Constituição de 1946, não o fazemos com a ideia dos 15 anos de regime dentro do espírito da Carta de 1937, porque é um espírito perigoso (VIEIRA NETTO, 1949, p. 66).

Podemos observar que a defesa da democracia perante os avanços do nazismo e do fascismo estão presentes em outros discursos de Vieira Netto, no conjunto das suas abordagens em defesa dos trabalhadores.

Na sessão da Assembleia realizada no dia 26 de março de 1947, quando o deputado Aldo Laval se referiu ao Instituto de Aposentadoria e Pensões de Transportes e Cargas, Vieira Netto, em uma intervenção, denunciou que o referido Instituto vinha se ocupando em construir palácios no Rio de Janeiro, então capital da República. Segundo ele, a

suntuosidade desses edifícios poderia ser contrastada com a burocracia e as irrisórias pensões e aposentadorias concedidas, de forma tardia, aos contribuintes, com seus salários de fome.

Tais edifícios, asseverava Vieira Netto, tinham sido financiados pelos Institutos e, posteriormente, oferecidos à grã-finagem capitalista, à custa de descontos mensais no salário dos trabalhadores. Tudo isso, como obra de Getúlio Vargas no Estado Novo, que também impediu os trabalhadores de se reunirem e lutarem por seus direitos, transformou os sindicatos em subagências policiais, fez compressão sobre os organismos associativos (VIEIRA NETTO, 1949).

Vieira Netto seguiu discorrendo sobre as contradições envolvendo o Instituto, os trabalhadores e suas aposentadorias, ponderando que a legislação trabalhista não podia ser conceituada de tal forma, pois se tratava uma legislação feita de cima para baixo.

Nesse sentido, assevera:

Não somos contrários aos Institutos, mas desejamos que eles realizem sua função de assistência para a qual foram criados, que sejam dirigidos por homens que conheçam os problemas dos beneficiários, pois dentre estes [sic] é que logicamente, deviam sair os seus dirigentes. Não desejamos que se sustentem instalações demagógicas criadas pelo governo do sr. Getúlio Vargas, para pretexto de discursos e relatórios com que se iludia a massa trabalhadora. É preciso que os Institutos, de fato, atendam às necessidades dos beneficiários em tempo próprio e suficientemente. Nada de obras de fachada, de suntuosidade, de fancaria (VIEIRA NETTO, 1949, p. 113-114).

As discussões sobre os Institutos se prolongaram e o deputado Santos Filho questionou Vieira Netto sobre as finalidades para as quais eles tinham sido criados. Teve como resposta de Vieira Netto a indicação das contradições na gestão do referido órgão público, afirmando não

estar atacando a finalidade dos Institutos, mas a situação de miséria em que se encontravam os seus beneficiários, posicionando-se “contra os empréstimos a magnatas, contra a construção de arranha-céus, portanto, contra o desvio dessas finalidades, enquanto o povo que desconta percentagens nos salários de fome, de fato, está morrendo de fome” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 121).

Amplio é o espectro das análises e abordagens dos temas pautados por Vieira Netto e de suas intervenções em assuntos propostos por outros parlamentares na Assembleia Legislativa. Ele não se furta em marcar posição diante dos temas variados que são trazidos ao plenário da Casa. Em várias sessões é possível notar, por vezes, a polarização das discussões entre Vieira Netto e outros deputados, tornando-se assim o deputado mais participativo do ponto de vista dos discursos, das intervenções e pedidos de palavra.

Ao longo das sessões em que se debatia e elaborava a Constituição do Estado do Paraná, Vieira Netto foi um defensor intransigente do processo democrático e da participação do povo nesse processo. Dentre as suas ações podemos citar o ocorrido na 15ª sessão, no dia 31 de março de 1947. Nessa sessão, analisou a proposta contida no Artigo 47, que visava impedir a indicação de qualquer assunto estranho aos trabalhos constitucionais. Esse artigo aniquilava a soberania da Assembleia Constituinte.

Segundo Vieira Netto,

[...] visa impedir que se faça indicação sobre [sic] qualquer assunto estranho aos trabalhos constitucionais. Não se quer que a Constituinte trate das reivindicações do povo, dos problemas que estão em toda a parte, aí fora nas ruas. Só se permite uma só função à Constituinte: dar ao povo do Paraná

uma Carta Magna. Mas não é só esta a sua função, não devemos desprezar os problemas urgentes do povo (VIEIRA NETTO, 1949, p. 161-162).

Após a fala de Vieira Netto, o deputado Firman Neto interveio, dizendo que o povo precisava de uma Constituição. Vieira Netto, porém, usa novamente a palavra e reitera que “o povo precisa é de pão. A Constituição é uma norma jurídica, pela qual o povo irá reger-se” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 162). Após novas intervenções do deputado Firman Neto, Vieira propõe que a Assembleia prossiga os trabalhos da Constituinte, sem deixar de tratar dos problemas que interessavam ao povo, para que, de fato, a Assembleia cumprisse a missão para o bem do povo do Paraná (VIEIRA NETTO, 1949).

Discussões sobre a democracia ocorreram na sessão do dia 15 de abril de 1947. Nessa plenária, Vieira Netto reafirma o caráter democrático da Assembleia, como lugar da soberania do povo, e em resposta ao questionamento do deputado Justiniano Clímaco assevera: “Disse que luto por uma verdadeira democracia, e a verdadeira democracia é progresso, é irmos ao encontro da vontade do povo, lutarmos pela vontade soberana do povo dentro desta Assembleia” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 202).

As análises das atas das sessões da ALEP, nos meses de março e abril de 1947, atestam a participação efetiva de Vieira Netto e sua constante defesa das causas sociais, dos direitos dos trabalhadores, da democracia, da justiça e das posições políticas de seu Partido. Esses posicionamentos se coadunavam com a visão de mundo sustentada pelo PCB e com as formas escolhidas pelo Partido para colocá-la em prática.

A atuação parlamentar de Vieira Netto foi interrompida antes de findar o período regular do seu mandato. No dia 12 de janeiro de 1948,

Vieira Netto teve seu mandato cassado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com base na Lei nº 211/1948, sancionada no dia 07 de janeiro de 1948, determinando a perda dos mandatos em consequência da cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 07 de maio de 1947. Ou seja, Vieira Netto foi cassado não por causa da sua atuação parlamentar, mas por sua filiação ideológica e político-partidária junto ao PCB.

Diante da cassação do seu mandato, Vieira Netto impetrou Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, juntamente com seu advogado Carlos Filizola. O Tribunal de Justiça, no entanto, não acatou o referido Mandado de Segurança⁹ e Vieira Netto continuou cassado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Vieira Netto no Partido Comunista Brasileiro e suas ações políticas junto à sociedade, na defesa dos trabalhadores, na defesa da democracia, da justiça, sua atuação parlamentar e seus posicionamentos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná possibilitam alçá-lo à condição de intelectual.

Dessa forma, situamos as ações e posicionamentos de Vieira Netto de acordo com o conceito de intelectual engajado na defesa das causas sociais, da verdade e da justiça, em que intelectual é entendido como categoria social, segundo a concepção surgida no contexto do “caso Dreyfus”. Concepção retomada com destaque no pós-Segunda Guerra Mundial, em que parte dos intelectuais, num movimento de práxis

⁹ FILIZOLA, C. **Mandado de segurança**: em defesa do mandato do Deputado Vieira Netto. [s.l.]: [s.n], 1948.

coletiva, se engajam no comunismo, como intelectuais orgânicos, conforme conceituado por Sartre (1945).

As discussões e fundamentos conceituais em relação ao termo intelectual e o engajamento de Vieira Netto no projeto societário do Partido Comunista Brasileiro se inserem no conjunto das abordagens da História Intelectual, assim como no conceito de intelectual orgânico cunhado por Antônio Gramsci (2001).

Considerando tais questões, podemos afirmar que a atuação parlamentar de Vieira Netto na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aponta para o que Gramsci (2001) chamou de modificação do ambiente e da vida societária. Para ele, o político é o verdadeiro filósofo, pois organiza a cultura à função prática, que se volta à compreensão da realidade e à sua transformação.

As proposições e os posicionamentos políticos de Vieira Netto, já na primeira sessão da Assembleia Constituinte, denotam as ações no campo da proposição de um projeto em que o proletariado estivesse contemplado, tal qual o PCB propunha em suas prerrogativas partidárias e de conquista de poder. Nesse contexto também se reforça que Vieira Netto, mesmo tendo suas origens ligadas à classe dominante curitibana, estava inserido nas demandas da classe trabalhadora, manifestando visão ampla dos acontecimentos e das ações políticas, culturais, econômicas e sociais no exercício do seu mandato como deputado estadual.

A atuação parlamentar de Vieira Netto explicita, de maneira mais ampla, as proposições em relação às perspectivas transformadoras e ao projeto societário do PCB. Seus discursos e as ações do Partido, no mesmo período, revelam a efetividade do parlamentar Vieira Netto no que diz respeito às prerrogativas específicas da elaboração da nova

Constituição do Estado do Paraná, com vistas à democracia e à real participação popular.

Igualmente, na sua atuação como deputado, defendia que o Legislativo fosse de fato a Casa do Povo. Esse posicionamento está presente em seus discursos e nas ações políticas do Partido, quando da participação nos pleitos eleitorais. Nessa visão, empreendia esforços para que a Casa de Leis atuasse para além das exigências burocráticas das leis ou regimentos.

As posições de Vieira Netto nesse contexto o diferenciam dos demais deputados, pois, mesmo na elaboração da Constituição, ele buscou priorizar suas posições políticas e de seu Partido na formulação das leis e nas discussões de pautas que diziam respeito à vida concreta do povo, levando a cabo sua visão de mundo e do seu Partido.

Importante destacar que a modificação do ambiente e da vida societária, apontada por Gramsci, já estava presente nas ações do Partido junto aos trabalhadores, aos movimentos sociais e avança rumo à Assembleia Legislativa. É possível observar que tais ações do Partido e de seus militantes estavam em sintonia seja com as demandas da classe trabalhadora, seja com as pautas legislativas. Tal fato reforça que o projeto societário proposto pelo PCB não se dava de maneira verticalizada, mas passava pela construção coletiva, junto à classe trabalhadora, e também pela formulação de leis e da ocupação de cargos em espaços de decisão política no seio do Estado.

FONTES

Pasta temática - Arquivo Público do Paraná – Fundo DOPS-PR

Código da pasta

BR.PRAPPR.PB004.PT264.29

Título da pasta

Comitê Comunista Central da Capital

BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174	PCB P1 – Documentos diversos
BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174	PCB P3 – Documentos diversos
BR PRAPPR.PB004.PT274b.30	Comitê Comunista do PCB de Paranaguá – Pasta 2
BR PRAPPR.PB004.PT1147.137	Instituto dos Advogados do Paraná

Pasta individual (PI) - Arquivo Público do Paraná – Fundo DOPS-PR

Número da pasta	Nome da pasta
PI 2194.400	José Rodrigues Vieira Netto

Ficha individual (FI) - Arquivo Público do Paraná – Fundo DOPS-PR

Número da ficha	Nome da ficha
FI 45.992	José Rodrigues Vieira Netto
FI 45.994	José Rodrigues Vieira Netto

BNM Digital. **Projeto Brasil:** Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. PASTA PESQUISADA: BNM Digital, 391.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e Política:** a moralidade do compromisso. São Paulo: Olhos d'Água, 1999.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio. **Velhos Vermelhos.** Curitiba: Editora UFPR, 2008.

COSTA, Regis Clemente da. **José Rodrigues Vieira Netto:** intelectual orgânico, professor brilhante, advogado perseguido, cidadão sem direitos (1945-1973). 2018. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

COSTA, Regis Clemente da. Um espectro ronda o Paraná: o projeto societário do PCB e a eleição de um deputado estadual comunista, em 1947. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 15, n. 34, p. 1-20, jan./mar. 2020.

- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. v. 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KONDER, Leandro. O PCB no imediato pós-guerra (1945-46). **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v. 8, [s.nº] p. 79-102, 1980.
- LOPES, Marcos Antônio. **Para ler os Clássicos do pensamento político: um guia historiográfico.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: História e memória do PCB.** Rio de Janeiro: Relume Dumurá, 1995.
- SARTRE, Jean-Paul. Os tempos modernos: Apresentação. 1945. In: BASTOS, Elide R.; SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da História Intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas.** Campinas: Papyrus, 2002.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 1, p. 63-85, 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109/120>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- VIEIRA NETTO, José Rodrigues. In: **Anais da Assembleia Constituinte.** Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1949.

16

PADRE LEONEL FRANCA E OS MEANDROS DO ESTADO

Natália Cristina de Oliveira

INTRODUÇÃO

O padre Leonel Edgard da Silveira Franca (1893–1948) – padre Leonel Franca – integrante da Companhia de Jesus, foi um intelectual atuante na esfera pública, importante personagem na defesa da posição da Igreja Católica nas ações do Estado. O jesuíta agiu com destaque na reconstrução e reaproximação das relações entre a Igreja e o Estado na primeira metade do século XX. Ganhou centralidade naquele cenário pela forma como interagiu com os intelectuais então em evidência.

Ele foi considerado, não só pelos intelectuais católicos, como orientador de uma geração e mediador entre as demandas eclesiais e os imperativos do governo Getúlio Vargas. Isto posto, neste artigo discutiremos sua atuação, especificamente, nas articulações com o Estado brasileiro, com enfoque em dois pontos: os direcionamentos relativos à estruturação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e os cargos assumidos pelo jesuíta, como representante da Igreja, no governo Vargas.

Em 1932, com o apoio dos intelectuais mais mobilizados com a causa da Igreja Católica, dom Sebastião Leme¹ criou a Liga Eleitoral Católica (LEC) a fim de homogeneizar a orientação católica acerca da

¹ D. Sebastião Leme da Silveira Cintra era, por essa época, o arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Exerceu essa função de abril de 1930 até outubro de 1942, quando faleceu. Foi nomeado cardeal em julho de 1930.

votação nas eleições. O princípio da LEC não era formar um partido nem expor-se com um posicionamento político. Ao contrário, a avaliação da Igreja era a manutenção de uma postura com o maior teor de neutralidade possível (AZZI, 2008).

As ações empreendidas no interior da LEC e, depois, na Ação Católica Brasileira (ACB), destacaram Franca a ponto de ser estimulado a atuar em órgãos estatais que pudessem redimensionar a estrutura da sociedade. Ainda na década de 1930, foi convidado a participar do Conselho Nacional de Educação (CNE); da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras organizações que o auxiliariam a demarcar o posicionamento religioso no bojo das decisões políticas do Estado.

Em nosso estudo discutiremos a atuação de Leonel Franca na articulação e movimentos da Liga e da Ação Católica. Nós o apresentaremos como um dos principais representantes da Igreja naquela conjuntura. Seu legado religioso e educacional foi possível pela repercussão de suas obras e ações políticas com sujeitos que pensavam e geriam a estrutura da sociedade. E, por último, explicitaremos os convites e participações de Leonel Franca como cristão que, embora afirmando veementemente sua resistência contra a laicidade do Estado, encontrou estratégias para alterar o quadro desenhado pelo governo Vargas, aproximando-se e agindo de forma direta, intencional e religiosa.

ARTICULAÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS: LIGA ELEITORAL CATÓLICA E AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

Estava entre os princípios da LEC divulgar diretrizes e posicionamentos da Igreja aos seus fiéis, e assim angariar o maior número de votos possível para aqueles candidatos que estivessem

afinados com o discurso do laicato católico. A Liga não mantinha um rigor com os candidatos que pudessem integrá-la, orientava que aqueles que estivessem comprometidos com os ideais católicos pudessem estar entre os eleitos. Oliveira (2018) apresenta as discussões iniciais para a formação da entidade e o significativo envolvimento do cardeal dom Leme que, em 4 de fevereiro de 1932, em correspondência com o padre Leonel Franca, tratou da iniciativa da criação da LEC e, em arquivo confidencial, anexou um Plano para a sua efetivação, do qual destacamos os seguintes excertos.

PLANO PARA A EXECUÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATHOLICA²

I- Não se trata de um partido político. Trata-se, apenas, de alistar o maior numero possível de eleitores que se comprometam: a) a exercer o direito de voto; b) a exercê-lo dentro das exigências da consciência catholica.

II- O funcionamento da Liga será obra de leigos, sem envolver a hierarchia da Igreja.

III- Como garantia não só de bôa orientação catholica, mas ainda de absoluta unidade de vistas e cohesão de esforços, a Junta Nacional, com sede no Rio de Janeiro, será composto de pessoas de toda a confiança do Sr. Cardeal. [...].

[...]

V.- Para tudo que se refere a Liga, as autoridades ecclesiásticas têm na direcção homens de sua absoluta confiança. Só assim é que as Juntas poderão falar e agir em nome da Liga.

VI- Pede-se aos srs. arcebispos que, apenas, recebam este documento, reúnam ou consultem confidencialmente os seus suffraganeos para fixar os nomes que deverão constituir a Junta Estadual. [...]

VII – Nas Juntas Estaduais merece atenção cuidadosa o nome do Secretario Geral, uma vez que os nossos Estatutos adoptaram o principio das

² Mantivemos a grafia original deste e de outros documentos da época.

organizações modernas, em que o Secretario Geral representa o fator “Execução e movimentação”. [...] Os presidentes, quanto possível, serão grandes nomes. A alma estará no Secretario Geral, que deverá ser alguém não só de prestígio local, [...] mas sobretudo, de absoluta confiança e incapaz de desvios, esmorecimentos e “aproveitamentos”, para interesse próprio ou de partidos, da sua situação de porta-voz da Liga.

VIII – Fixados e definitivamente escolhidos os nomes das juntas Estadoaes, pede-se aos Srs. Arcebispos determinem ao respectivo Secretario Geral que, em nome da junta telegrafe ao Dr. Alceu de Amoroso Lima [...]: “Nomes escolhidos para Junta Estadoal Liga Catholica senhores X. X. X. etc.. [...]. Desnecessario lembrar não seja, em caso algum, o endereço do prelado, seminario ou instituição ecclesiastica. De bom aviso será que, com maiores explicações acerca dos nomes dos membros das juntas, seja o telegrama acompanhado de carta ou officio ao Secretario Geral da Junta Nacional, Dr. Alceu de Amoroso Lima”.

“Relativamente a exemplificações e applicações concretas (a individuos e partidos) dos princípios eleitoraes catholicos é de absoluta necessidade que o clero e os que têm cura d’almas recebam instruções só de seus bispos e fiquem adstrictos ás normas geraes da Santa Sé [...].

A ninguem cabe o direito de atrelar o nome da Igreja a sorte de determinados partidos. Fora e acima das correntes partidárias, sem se envolverem com programma de partidos ou nomes de leaders e chefes, o clero e a acção catholica não têm o direito de querer decidir entre os diversos grupos políticos. Não devem, mesmo, preocupar-se com os postulados políticos de ordem exclusivamente profana ou partidária.

Não ser perca de vista, porem, que no intuito de “promover e defender o bem da religião, os catholicos de todo e qualquer partido devem procurar-se uns aos outros, para se falarem e ouvirem, e, sendo necessário, para mutuas concessões”.

(LEME, 1932. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, grifos no original).

Tal documento consiste em discussões fundamentais entre dom Leme e o padre Franca para divulgar e aumentar a atuação e o impacto

da LEC em todo o país. A Liga foi tão decisiva a ponto de a maior parte das reivindicações na Constituinte de 1934 ter ficado alinhada com os preceitos da Igreja Católica. Por insegurança de que os resultados políticos de 1933 não viessem a favorecer a organização católica, os religiosos fundam a Liga e direcionam um compromisso que será eficaz a eles e à política.

A LEC mantinha como principal objetivo:

[...] divulgar as diretrizes e as tomadas de posição da Igreja entre os fiéis e canalizar os votos dos eleitores católicos em favor dos candidatos dos diferentes partidos que estivessem prontos a sustentar as posições católicas em questões delicadas e controversas, como indissolubilidade do casamento, o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência eclesial à às forças armadas, etc. [...] Sabe-se que grande parte das reivindicações constantes do programa católico foi incorporada à Constituição de 1934 (MICELI, 2001, p. 130).

A Igreja, nesse momento, mantém-se como na década de 1920, com a finalidade de recuperar seu *status*. Em troca disso, recebe apoio governamental para a criação de novas instituições, como que foi o caso da Universidade Católica do Rio de Janeiro, fundada e consolidada por Leonel Franca (OLIVEIRA, 2019). Fausto (2007, p. 376) afirma que, para a conscientização ou direcionamento da população, os encaminhamentos eram uniformes, pois o “vigário devia convocar uma grande assembleia popular para a manhã do domingo, com missa e, em seguida, comício de informações sobre o momento político, as reivindicações católicas e a LEC”; e no período da tarde, ou durante a semana, seria necessário fazer reunião “com os delegados de todas as capelas rurais cuja principal responsabilidade era percorrer todas as linhas, núcleos e povoações das

colônias, para que cada um se inscrevesse como eleitor e fosse instruído sobre o dever do voto e sobre o programa da LEC”.

Entre 1920 e 1930 a Igreja assume algumas estratégias para recuperar-se do afastamento sofrido em relação aos espaços junto ao governo. Dessa maneira, vê-se obrigada a abraçar uma cosmovisão conservadora, tradicional e elitista que, não obstante os tempos passados, agora reforçava a formação de uma elite intelectual que atuava como força para redirecionar os rumos religiosos do país. Nesse sentido, no que tange à cultura política nacional, de acordo com PÉCAUT (1990, p. 73):

[...] o Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da ideologia nacional. Se os intelectuais aderiram a uma ‘ideologia de Estado’, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo ‘intelectual’. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos.

A elite responsável pela divulgação das informações de caráter intelectual, além de estar em grande maioria ligada ao governo, controlava suas informações e garantia um domínio em relação à vida cultural no país. Sendo assim, o campo cultural ficava comprometido, de forma que assegurava o regime governamental e invalidava as manifestações intelectuais que pudessem prejudicar os interesses nacionais.

É com esse espírito, vendo os intelectuais como solução para o direcionamento social das massas, que a LEC apresenta os efeitos nos resultados eleitorais e demonstra essa marca com a Constituição de 1934. Dom Sebastião Leme, na mesma ocasião, traça diversas estratégias

a fim de “re-catolicizar” o Brasil. Empenhado no espírito religioso, Alceu Amoroso Lima relatou sua participação no processo:

Com as responsabilidades que me foram atribuídas, como um dos líderes do laicato católico, empenhei-me nessa atividade muito intensa. [...] Pela primeira vez organizava-se o catolicismo brasileiro, através da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica, para contribuir com sua presença e o seu pensamento na elaboração da nova Constituição. Éramos contra a laicidade do Estado. Defendíamos o princípio da distinção entre a Igreja e o Estado, não na base da dissociação, mas da cooperação. Este ponto de vista acabou prevalecendo na constituição de 1934 (LIMA, 1973, p. 217).

A afirmação de Alceu Amoroso Lima foi também o princípio do padre Franca. A partir de então estava-se a par das ações do Estado, sem concordar com todos os seus direcionamentos, mas de forma que sua contestação não fosse direta e ostensiva a ponto de danificar a relação que se havia, parcialmente, restaurado. Não há notícia de livros ou registro intelectual de publicações com escritos de Leonel Franca sobre a LEC, mas há a sua participação – direta e indireta – em todo o processo, como o jesuíta fez por toda a sua trajetória.

Franca era um clérigo que entrava e saía pelas portas da frente da Presidência da República sem nunca ter, ao menos, se filiado a um partido político. As relações e as compensações pelos favores apresentavam-se com concessões de interesses comuns. Nesse momento nota-se uma adaptação de conduta, por parte dos intelectuais católicos, às necessidades vigentes na conjuntura da Era Vargas. Nas ações do jesuíta, por exemplo, há “uma mudança também nos meios de transmissão de suas palestras, que saem dos salões e corredores das organizações católicas para atingir um público amplo e difuso, através das ondas do rádio” (ARDUINI, 2014, p. 177).

Até o ano de 1937, quando o regime autoritário eliminou os partidos e eleições, a LEC teve um poder considerável nos resultados dos processos eleitorais. Nos combates anticomunistas na Assembleia Constituinte de 1933, a maioria dos candidatos apoiados por ela foram eleitos. Muitas ações estreitaram o vínculo Estado/Igreja:

[...] a constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para as escolas católicas (MAINWARING, 2004, p. 48).

Intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima (1973, p. 150), defendiam constantemente que “[...] a Liga Eleitoral Católica não era um partido, mas um movimento de ideias. Como era, em outro plano, a Ação Católica, fundada em 1934”. Até o ano de 1937, a LEC levou prestígio e alcançou muitos de seus objetivos e a Ação Católica deu continuidade a seus feitos.

A Ação Católica foi definidora para os rumos da Igreja no país. O papa Pio XI (1922-1939) “[...] julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas, mesmo assim, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos” (MAINWARING, 2004, p. 43). Nesse sentido, Pio XI apoiou dom Sebastião Leme em seus esforços para promover a restauração católica e compreendia que a Ação Católica seria fundamental para esse processo.

A Ação Católica Brasileira seguia a estrutura que essa entidade mantinha na França e Itália – dependente da autoridade papal e dividida em masculino, feminino, adultos e jovens. Rodrigues (2005) relata que, antes de ser implantada no Brasil, a organização já divulgava suas ações

em muitos outros países. A revista **A Ordem**, órgão do Centro Dom Vital, assumiu uma posição firme de apoio à Ação Católica. É possível conferir um excerto publicado, em apoio à instituição.

Queremos [...] demonstrar uma vez o mais alto conceito que fazemos da colaboração que podem os leigos prestar ao Apostolado da Hierarquia, não só na defesa da verdade e da vida cristã... como também para que sejam em mãos de seus pastores, instrumentos eficazes de sempre maior progresso religioso e civil. [...] Nós estamos intimamente persuadidos de que a Ação Católica é uma grande graça de Nosso Senhor, quer em relação aos fiéis, que ele chama a colaborar mais de perto com hierarquia, quer em relação aos Bispos e Sacerdotes que, sempre, para mais larga e eficazmente desempenhar o seu sagrado ofício, encontrarão nas fileiras da Ação Católica almas generosas e prontas à coadjuvação decidida (PIO XI, 1936, p. 5-6).

Revistas como **A Ordem** contribuía com o processo de disseminação do ideário católico, considerando que o conservadorismo estava nas entranhas de todo o processo das ações. Em razão da Ação Católica, o padre Leonel Franca ofertava cursos e conferências por meio do Centro Dom Vital. Os temas discutidos na ocasião consistiam em: divórcio, família, vida, espiritualidade, morte e, principalmente, a psicologia da fé. O impacto dessas ações repercutiu por tempos: anos depois, em 15 de junho de 1945, inspirada no mesmo ideal, Franca recebe a correspondência de Antonio Ferreira Cesarino Junior, grande personalidade daquele período.

³ “O Centro Dom Vital é uma associação de leigos católicos fundada no Rio de Janeiro em 1922 pelo advogado e jornalista Jackson de Figueiredo, por iniciativa do então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, com o objetivo de congregar a intelectualidade católica brasileira” (<<https://centrodomvital.com.br/sobre/>>). Com a morte do primeiro presidente, Jackson de Figueiredo, em 1928, assumiu esse cargo o intelectual Alceu Amoroso Lima, que o exerceu até 1967. (Cf. <<https://centrodomvital.com.br/sobre/galeria-de-presidentes/>>).

Reverendíssimo Senhor:

A contemplação da realidade política e social do mundo e do seu reflexo em nosso país, nos levou, a mim e a vários amigos daqui, do Rio, de Minas e da Baía, à convicção da necessidade de criarmos os nossos próprios métodos políticos, no sentido da realização de nossa vida política em torno de princípios e não de pessoas, e da consideração dos justos de governo, como encargos cívicos, e não como posições assecuratórias de vantagens.

Por outro lado nos pareceu que tal objetivo somente seria atingível, através dum esforço no sentido da cristianização da Política, congregando todos os brasileiros convictos do valor dos ideais sociais-cristão um Partido destinado a torna-los realidade na vida política nacional.

Com esse intuito lançamos no dia 21 de abril p. passado o Partido Democrata Cristão, cujo programa foi elaborado pelo Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde).

Assim sendo, enviando a Vossa Reverendissima o incluso folheto, contendo o Programa e os Estatutos do Partido Democrata Cristão, assim como uma entrevista do Dr. Alceu Amoroso Lima sobre a significação do nosso movimento e uma demonstração da sua absoluta concordância com os princípios adotados pelo Episcopado Brasileiro, na carta pastoral publicada por Dom Jaime de Barros Camara, a 23 de maio de 1945, ousamos solicitar as preciosas bênçãos de Vossa Reverendíssima para os nossos elevados e desinteressados esforços no sentido de cristianizar a vida política Brasileira.

Com a expressão do nosso profundo respeito, subscrevemo-nos,
Atenciosamente,

A. F. Cesarino Junior

Presidente do Diretório Central Provisório

(CESARINO JUNIOR, 1945. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Entendemos que, por diferenciar o espiritual e o temporal, a Igreja não deveria se envolver diretamente na política, mas isso não a impedia que, por meio de seus servos e clérigos, auxiliasse nos rumos políticos

de seus fiéis. Com o apoio maciço da Igreja e seus atuantes seguidores, todos os estados foram envolvidos nesse movimento. O país católico estava unido pela mesma causa. Ainda que os padres, diretamente, não estivessem em destaque, agiam de forma imprescindível para que o objetivo da Igreja fosse alcançado.

Após narrar parte das interferências “discretas” de padre Franca nas ações estatais, veremos a atuação pontual do jesuíta em órgãos governamentais. Nós o chamamos de “conselheiro religioso” para destacar seu engajamento em comissões, conselhos e organizações, pois integrava tais entidades para mediar os interesses católicos e amenizar possíveis conflitos com ações político-partidárias vigentes.

UM CONSELHEIRO RELIGIOSO CATÓLICO A SERVIÇO DO ESTADO

Não é necessária uma busca refinada na História para percebermos a importância dada pela Igreja Católica à formação das grandes elites da sociedade. As instituições administradas pelos católicos geralmente preparavam pessoas que comporiam os mais altos escalões sociais, na imprensa, associações, cargos públicos, ou em suas atribuições, que agiriam de forma direta na sociedade. Os intelectuais católicos trabalhavam com a perspectiva de que a crise moral que se instalara no Ocidente estava associada ao afastamento do ser humano dos ensinamentos da Igreja.

A Educação encontrava-se imbuída dos ideais nacionalistas e era orientada, em grande parte, pelos rumos da Escola Nova. Considerando esse período, que marca fortemente os aspectos educacionais do país, Coelho (2016, p. 65) destaca a Ação Católica, organizada por Alceu Amoroso Lima, como estratégia a contrapor-se ao posicionamento dos

pioneiros – militantes liberais na Educação. Esse intelectual, muito próximo a Leonel Franca, “[...] lutou em defesa da prioridade da Igreja na função educativa e pela formação de líderes intelectuais, comprometidos com os ideais católicos”; assim, a principal luta travada pelos católicos da década de 1930 foi contra a laicização do ensino.

Guilherme Ramalho Arduini (2014) reforça o argumento de que alguns católicos não ficavam a favor do movimento da Escola Nova principalmente por acreditarem que o ensino profissionalizante tirava a força e o poder de evangelização, enfraquecia o uso do currículo escolar para divulgar o ensino clássico. É nessas articulações que entra a atuação de intelectuais como Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca. Passaram a pensar na criação das Faculdades Católicas, ação que seria consolidada apenas em 1940, em negociações diretas com o ministro da Educação Gustavo Capanema e o presidente Getúlio Vargas.

Por entender que seria a formação intelectual a responsável por dar o tom religioso ao país, Leonel Franca escolheu o caminho da Educação para atingir os objetivos católicos. Nesse momento, imbuídos da mesma proposta, acentuou-se a concorrência no interior do campo intelectual, pois a qualificação formativa tornara-se fundamental para a sua atuação, fosse em cargos públicos, associações ou imprensa. Foi com essa base que os intelectuais elaboraram propostas e realizaram intervenções sociais no país (NAGEL, 2009; MICELI, 2001).

Com posicionamentos e atuação no campo de disputa, os religiosos foram um dos principais grupos a dar combate às ideias liberais laicas no campo educacional brasileiro na Primeira República. O padre Leonel Franca, em 1931, foi convidado a auxiliar na estruturação do Conselho Nacional de Educação – do qual foi integrante por 17 anos.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1931.

Exmo e Reverendissimo Padre Leonel Franca

Em nome do Snr. Ministro da Educação e Saúde Publica, tenho a honra de convidar V. Ex. para a sessão de instalação do Conselho Nacional de Educação, a qual se realizará na séde do Ministerio, no dia 20 do corrente, às 14 horas.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V.Ex. os meus muito attenciosos cumprimentos.

Director Geral

Padre Leonel Franca,

Professor Do Collegio Santo Ignacio (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil)

Miceli (2001) entende que a luta travada no interior do campo do CNE estabelecia-se entre defensores em busca de autonomia, ainda que relativa, e os adeptos do poder intervencionista do governo central. No primeiro grupo estavam os conselheiros como porta-vozes dos estados mais fortes ou de instâncias concorrentes ao ensino e à cultura - em que se inclui o padre Leonel Franca - e no segundo, os profissionais e técnicos que ocupavam cargos elevados no Ministério da Educação e Saúde Pública.

A presença do jesuíta em comissões e órgãos estatais de destaque era maciça. Em 26 de junho de 1946, por exemplo, foi empossado como delegado do governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão nacional em articulação com a Unesco: “Tomei posse no Itamaraty do posto de delegado do IBECC (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura) órgão nacional que se deverá articular com a Unesco, criado pela ONU” (FRANCA, 1946. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Seu papel como integrante do CNE ultrapassava a função de um conselheiro comum. Seus interesses, nitidamente, estavam entrelaçados aos ideais católicos e à defesa da Igreja num período de disputa educacional, não só pelo ensino religioso, mas também pela concepção de educação nacional. Além dessa função, Franca passou a integrar o mesmo Conselho como representante, especificamente, do Ensino Secundário. Em 15 de agosto de 1935 foi nomeado pelo ministro Gustavo Capanema para compor o órgão governamental na posição de representante desse nível de Educação.

Algumas das ocasiões em que se avaliou a autonomia (relativa) dos conselheiros foram em reuniões que diziam respeito ao Ensino Secundário. O debate “[...] acerca da centralização reacende-se a propósito do regime vigente de inspeção e equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário” (MICELI, 2001, p. 310), ou seja, entrava em pauta a discussão sobre o formato de vigilância a ser feito nas instituições e como os estabelecimentos privados e/ou secundários agiriam segundo o regimento estatal.

Padre Franca, nos debates de 1933, demonstrou publicamente, como membro do CNE, sua posição a respeito do regime de inspeção dos estabelecimentos de ensino. As opiniões dos integrantes eram divergentes, eles não escondiam a luta travada pela defesa de interesses próprios. Em meio aos arquivos de Franca encontramos um destaque de jornal de 01 de dezembro de 1933, com o título “*Pela independencia moral e economica dos professores do curso secundario*” e o consideramos uma memória representativa de sua trajetória enquanto integrante do Conselho. Tratava-se da importância, segundo o jornal, nunca vista antes, da situação dos professores nos estabelecimentos educacionais.

O debate entre ensino público e ensino privado também se apresentava como pauta de muito conflito interno. O peso das autoridades envolvidas em organizações, como o CNE, definiu os rumos sociais e institucionais da Educação - à medida que cada conselheiro colocava no plenário as discussões a partir da posição de seu grupo de origem. Assim, o padre Franca estava:

[...] quase sempre empenhado em abrandar as exigências postas ao reconhecimento e à equiparação, ao passo que o rigor na verificação das exigências técnicas e legais e o excesso de zelo da parte de outros membros do conselho deixam clara a pretensão de sujeitar esses estabelecimentos aos paradigmas que o Estado vai aos poucos instituindo. Quando está em jogo a orientação ou a 'filosofia' educacional a ser tomada como exemplo, o padre Franca tende a defender os interesses do ensino 'privado', de suas 'regalias', associando ao ensino particular a capacidade de 'iniciativa' e de 'inovação'. Mas, quando se depara com obstáculos legais, prefere invocar a 'situação' concreta do país como empecilho para a aplicação dos modelos 'oficiais'. Assim, dependendo da questão em pauta, numa mesma sessão e até no curso de uma discussão, o padre Franca pode passar sem reboços de uma posição 'idealista' a uma postura que assume os ares do 'realismo' mais candente (MICELE, 2001, p. 324).

De fato, essa era a forma como o inaciano via o lugar que ocupava no Estado. Suas defesas, não diferente dos demais conselheiros, ocorria em causa própria, pensando nos enfrentamentos a serem travados no seio da própria Igreja. Getúlio Vargas demonstrava caro afeto pelo padre - o apreço era tamanho que o convidou para estar ao seu lado, enquanto político, oficialmente em 20 de dezembro de 1946:

Recebi a visita de Epitácio Pessoa Cavalcanti que me veio propor aceitasse a candidatura a Senador pelo Distrito Federal, em nome do Dr Getúlio Vargas, como chefe do partido Trabalhista. Fez-me valer as razões de opor um

candidato forte contra o comunismo e assegurou-me a eleição. Respondi-lhe simplesmente declinando o convite que a minha profissão religiosa não permitia aceitar (FRANCA, 1946. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

O intuito do convite é que ele fosse um soldado no enfrentamento do comunismo. D’Elboux (1953, p. 201), o biógrafo de Leonel Franca, afirma que o contato estreito e o respeito mútuo com o presidente Getúlio Vargas serviram como imunidade partidária do padre. O religioso era destacado como neutro e seguidor tradicional das regras da Companhia de Jesus. Ainda que declinando do convite, o jesuíta “forneceu notas sobre o Comunismo, a Família e a Educação, que lhe foram pedidas para se incluírem no programa de governo... Pois bem: nunca, nem os mais íntimos nem os próprios irmãos de hábito, chegaram a saber em quem votou o Pe. Franca”.

Para integrar o rol de participações significativas em sua carreira, padre Franca foi, também, membro da Comissão Nacional do Livro Didático, mais um meio de atuação governamental que poderia ser, posteriormente, utilizado em favor da Igreja. Em 28 de março de 1944, nomeado por Gustavo Capanema, passou a exercer função de membro dessa Comissão.

Além de porta-voz da Igreja e mediador dos conflitos católicos com o Estado, Franca estava pronto a ocupar os mais altos cargos, advindos da mais necessária responsabilidade e confiança, isso consagrado por seu posicionamento de intelectual engajado e servindo à sua rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003). O *habitus* jesuítico, um conjunto de comportamentos incorporados e dados como naturais ao longo da vida, uma vez internalizado, jamais o abandonaria no cumprimento de uma função que se sentia determinado a desempenhar.

Assim, por meio desta análise, é possível estabelecer de que forma os agentes se dispõem e se integram no campo e no espaço social – maneira em que podemos localizar Franca como representante dos órgãos em que atuava. Oliveira (2018) apresenta em sua tese de doutoramento documentos, datados de janeiro de 1947, timbrados do Ministério da Educação e Saúde, mostrando o padre Leonel Franca como ministro interino da Presidência da Comissão Nacional do Livro Didático, substituindo, por enfermidade, o efetivo prof. Euclides Roxo. No relatório, o jesuíta envia, detalhadamente, as atividades realizadas pela Comissão no ano de 1947. No parecer, ele solicitava a recondução de cargos para pessoas que haviam sido exoneradas, elogiava subcomissões que tinham se desenvolvido com competência e exatidão, informava a quantidade de livros examinados, como forma de expressar com precisão o trabalho feito pela Comissão.

Atribulado com as questões referentes à Universidade Católica, que já havia entrado em funcionamento, Leonel Franca conseguia desdobrar-se e atender as tantas outras organizações de que fazia parte. Compreender a forma como Franca se posicionava requer um entendimento da realidade social da qual era integrante. As relações constituídas naquele espaço são definidoras de suas ações, considerando que a noção de espaço apresenta:

[...] o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a realidade que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a

escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p. 49).

Então, podemos compreender o mundo social como um espaço formado por variadas posições que, de alguma forma, atribuem aos seus integrantes força, poder e certo domínio. Todos os integrantes possuem posições definidas, de acordo como o órgão está estruturado. Dessa mesma maneira, o padre atuou nas lutas pelo ensino religioso.

O ensino religioso foi o ponto em que a Igreja Católica mais apresentou marcas nas escolas oficiais. No documento de 1891, a Carta Magna apresentava os principais trâmites da passagem do Império para a República. O documento trazia a bandeira da laicidade e, automaticamente, separava os poderes religioso e político. No diário de Leonel Franca é possível acompanhar relatos das suas principais realizações e projetos de intervenção católica. Observamos que em janeiro de 1931 ele já se mobilizava para acompanhar e interferir na organização das próximas Constituições. O padre relata que no dia 14 de janeiro de 1931 esteve com Francisco Campos, o ministro da Educação, para falar sobre o ensino religioso:

Estive hoje a tarde com o Dr Francisco Campos, ministro da Instrução pública. [...] Encontramos depois na questão do ensino religioso e da oportunidade de introduzi-lo. Disse-me que ouvira, havia pouco, do Dr Getúlio: “que a Igreja era a maior força moral organizada no Brasil, cumpria prestigiá-la”. Continuando a trocar idéias sobre o ensino religioso, S. Excia disse-me que redigisse uma fórmula sobre o modo de o decretar. Despedimo-nos muito amavelmente (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil).

Nessa conversa, o jesuíta se dedicou a falar sobre uma redação legal que permitisse a presença do catolicismo nos currículos educacionais.

No dia 30 do mesmo mês o decreto nº 19.491, que autorizava as escolas públicas a instituir o ensino religioso facultativo nas escolas, foi assinado por Vargas. No ato da matrícula os pais ou tutores poderiam dispensar seus filhos das aulas, e aqueles que permanecessem teriam como professores os indicados pelos ministros de cada religião. As solicitações católicas não seriam tão fácil e rapidamente atendidas, com isso Franca não cessava sua luta por mais espaço para a religião na legislação brasileira.

Resultado de sua luta pelos princípios católicos, além das suas funções já acumuladas, o inaciano foi nomeado assistente eclesiástico das comissões central e particulares relativas às discussões legais de assunto religiosos. Para isso, ele se dedicava intensamente, trabalhava de forma incansável, e em 13 de outubro relata: “Entreguei ao Cardeal um Resumo das reivindicações católicas, para ser entregue ao Governo Provisório, em nome do episcopado”. (FRANCA, 1931. In: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil). No periódico carioca **Hierarchia**, na seção dos *Artigos Especiaes*, ao lado do texto **O ensino religioso em face do livre pensamento**, de Sérgio Buarque de Holanda, encontra-se o **Aspecto Social e Pedagógico do Ensino Religioso**, de Leonel Franca, que argumenta:

Intellectualmente o debate sobre o ensino religioso está encerrado. Nenhuma das dificuldades que lhe foram opostas ficou de pé. Todas foram victoriosamente resolvidas. Se aqui e ali continuam ainda a ser repisadas obstinadamente é por motivos alheios ao seu valor lógico. [...] **Alguns viram na introdução do ensino religioso nas escolas officiaes um atentado ao princípio republicano da separação entre a Igreja e o Estado**, considerada como uma conquista intangível e definitiva da nossa civilização. – **Confusão deplorável** [...] (HIERARCHIA, 1931, p. 08, grifo nosso).

Franca relatou, nessa mesma oportunidade, que, além de auxiliar no crescimento religioso, tal disciplina orientou os cidadãos na formação de consciência, na diminuição da delinquência, fortaleceu os hábitos de honestidade profissional e administrativa. Fez um levantamento, ainda, sobre países como Itália, Polônia, Romênia e Alemanha, e afirmou que em tais países a educação religiosa funcionava de forma organizada e exemplar.

O padre reiterou suas considerações, organizando os objetivos de tal disciplina que, para ele, “[...] trata-se de formar homens, de moldar consciências, de preparar cidadão para a vida, de habilitá-los à realização perfeita da superioridade dos seus destinos” [...] (FRANCA, In: HIERARCHIA, 1931, p. 08). É possível afirmar que, por meio de publicações como a exposta no periódico **Hierarchia**, Leonel Franca transitava entre o desejo de que a população expressasse sua opinião e argumentasse em favor da Igreja ou formasse opiniões.

O papel intelectual, desempenhado por Franca, tornava-se cada vez mais divulgado e respeitado. As intervenções feitas na legislação federal, via contatos pessoais, beneficiavam a Igreja e faziam com que atingisse os seus objetivos maiores de propagar a fé católica e aumentar o poder da Igreja em nível nacional. Na Constituição de 1937, por exemplo, o país, no retorno de um novo período autoritário, inicia mudanças fundamentais para uma modernização do Estado brasileiro. No que concerne ao ensino religioso, é assinalada uma tendência que permite a esse ensino se apresentar na condição de “[...] matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias” (BRASIL, 1937). No entanto, não deveria se “[...] constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos

alunos” (BRASIL, 1937, art. 133). A questão facultativa não protegia a isenção, mas reforçava o catolicismo sobre as demais religiões.

As Constituições entre 1930 e 1945 não limitam a participação da Igreja. O catolicismo abrange não apenas o ensino religioso, mas a Constituição como um todo, em tudo o que diz respeito à Educação. A Constituição de 1946, ao fim do Estado Novo, embora com a queda de Vargas, teve mantido seu formato por Eurico Gaspar Dutra, ainda que com traços leves.

Franca também fez considerações sobre a formação da família brasileira e sua estrutura. Com base na apresentação do ensino religioso nas Constituições, ressaltamos que, para cada divulgação da Carta Magna, havia uma manifestação católica, por vezes gigantesca, sobre a modificação do documento. Embora ainda não totalmente satisfeito com a religião presente nas instituições, padre Franca demonstra apreciar, em suas publicações, a quebra da mentalidade laicista do ensino. Afinal, em sua concepção, as escolas deveriam auxiliar no reconhecimento de Deus.

Para Franca, a Educação não se fazia com instrução. A instrução, quando muito, preparava técnicos, ela era um meio. Apenas a Educação era um fim. No caso dos católicos, a Igreja defendia uma concepção de Educação Integral, da qual os fiéis se beneficiassem pela via moral e social.

O ensino leigo, que, por princípio, levanta uma barreira ante este mundo inevitável de realidades supra-sensíveis, põe-se assim na incapacidade insanável de educar, isto é, de formar o homem para a sua perfeição, de desenvolver-lhe a natureza para os seus fins. [...] Os grandes pedagogos são unânimes em acentuar a imprescindibilidade da religião na formação do homem (FRANCA, 1931, p. 19).

Com base nesses princípios, o padre defendia que, se a Educação não pudesse ser religiosa, ela ignoraria a formação integral, sendo assim, ela não poderia educar. Os pressupostos de Franca, ligados à Igreja Católica, eram de que a Educação fosse religiosa em sua essência. A escola leiga, que ignorava a Religião, seria incapaz de reger uma pedagogia sã.

A dedicação do padre Franca à Educação ocasionou a construção e consolidação das primeiras Faculdades Católicas no Brasil (OLIVEIRA, 2019). Para o jesuíta, a relevância das relações entre a Igreja e o Estado estava basicamente centrada na importância histórica, doutrinária e de atualidade. De acordo com a sua concepção, os militantes de uma “nova ordem” não obteriam nenhuma conquista viável à sociedade sem os fatores espirituais, enquanto norteadores da reconstrução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais religiosos desempenharam importante papel na reorganização da Igreja na medida em que, principalmente os católicos, agiam para que um projeto político e formativo no ensino religioso fosse reafirmado como ponte para exaltar os valores cristãos e restaurar a cultura nacional católica.

O padre Leonel Franca tomou parte em órgãos e organizações que fizeram diferença na articulação da Igreja no Estado nacional. A Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica foram dois dos principais instrumentos utilizados pela elite intelectual católica para direcionar a população leiga ao caminho e aos princípios da Igreja, sem que isso fosse feito por adesão a um partido específico. As estratégias, empreendidas e desenvolvidas por Leonel Franca, davam a esses movimentos a

sustentação da Igreja e o apoio (in)direto de dom Sebastião Leme. Por meio de sua correspondência, ainda que com posicionamentos políticos divergentes, o jesuíta mantinha contato até mesmo com aqueles que se diziam adversários, mas que podiam auxiliá-lo em algum momento.

A participação dele no Conselho Nacional de Educação, via convite do presidente Getúlio Vargas, contribuiu para que seu posicionamento no que tange à Educação brasileira acontecesse de forma mais efetiva. Apoiado pela elite intelectual, que acreditava ser por meio da instrução a possibilidade de reorganização do país e da cultura, Franca desempenhou a função de mediador da Igreja e agiu de forma intensa no processo de construção de um modelo católico de formação.

Por fim, a defesa do ensino religioso, questão debatida até os dias atuais, foi uma das principais preocupações de Franca. Esse princípio de ensino, por vezes obrigatório, outras vezes facultativo, através das diversas emendas e reformulações, perpassa toda a luta de Franca. Para ele, a Educação e a instrução tinham certa diferença, sendo a primeira função da família e a segunda do Estado. Mas, apenas o ensino religioso familiar não daria conta da organização de um princípio para toda a população. Assim, com o apoio de intelectuais com afeição aos princípios católicos, propôs e defendeu arduamente um projeto pedagógico em que o ensino religioso fosse reafirmado como instrumento para exaltar valores cristãos e restaurar a cultura nacional católica.

FONTES

D'ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira. **O padre Leonel Franca, S. J.** Rio de Janeiro: Agir, 1953.

FRANCA, Leonel. **Ensino Religioso e Ensino Leigo**: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

PIO XI. Ação Católica Brasileira. **A Ordem**. Rio de Janeiro, p. 5-6, jan. 1936.

REFERÊNCIAS

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Os soldados de Roma contra Moscou**: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948). 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARQUIVO DA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL. Cartas e anotações. Rio de Janeiro, consultas em mar. 2016.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Editora Santuário, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Presença, 1996.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil: decretada em 10 de novembro de 1937. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras**: (1823-1988). Campinas: Autores Associados, 2005. p. 307-309.

COELHO, Marcos Pereira. **Imprensa, sociabilidade e educação**: as ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do escolanovismo (1917-1961). 2016. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias Improvisadas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**: 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. **Trajetória intelectual do jesuíta Leonel Franca**: educação e catolicismo (1923-1948). 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

OLIVEIRA, Natália Cristina; CAMPOS, Névio de; SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. O Modelo Católico de Ensino Superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a Criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.5, p. 1-26, 2019.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem - uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica; Fapesp, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

AUTORAS(ES)

Alexandra Padilha Bueno

Doutora (Bolsista CAPES) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua como docente no curso de Pedagogia na UNIFACEAR e é professora da Educação Básica no Município de Araucária, atuando principalmente com turmas do ciclo de alfabetização. Tem experiência nas áreas de Ensino e Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, história intelectual, educação feminina, imprensa, alfabetização e letramento.

E-mail: alexandrapadilha192@gmail.com

Ana Keli Moletta

Pós-doutora em Educação pela UEPG; Doutora em Educação pela UFSCAR; Mestre em Educação e Licenciada em Pedagogia pela UEPG; Professora colaborada na UEPG; Integrante do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED), vinculado a UEPG.

E-mail: anakelimoletta@yahoo.com.br

Antonio Romano

Doctor en Ciencias de la Educación por la Universidad de La Plata, Argentina. Profesor encargado de Historia de la Educación y Director del Departamento de Historia y Filosofía de la Universidad de la República del Uruguay. Miembro activo del Sistema Nacional de Investigadores del Uruguay y fundador de la Sociedad Uruguaya de Historia de la Educación. E-mail: antoromano@gmail.com

Bianca Neves Prachum

Doutoranda em Educação e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora colaboradora no departamento de Educação da UEPG. Integrante do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional.

E-mail: biancanevesp@hotmail.com

Dyeinne Cristina Tomé

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Centro-Oeste (UNICENTRO) e em Educação Especial pelo Instituto Paranaense de Ensino. Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no Paraná de oitocentos e de novecentos – GEPHIED. Professora do Quadro Próprio do Magistério da SEED PR.

E-mail: dyeinnetome@gmail.com

Eliezer Felix de Souza

Graduado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre e Doutor em Educação pela mesma instituição. É agente da carreira técnica Universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Integrante do GEPHIED (Grupo de pesquisa História, intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional).

E-mail: eliezer.felix@hotmail.com

Evelyn de Almeida Orlando

Pós-Doutorado na Université de Paris. Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com bolsa sanduíche na Universidade de Lisboa. Possui Mestrado em Educação e Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bolsista Produtividade Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

E-mail: evelynorlando@gmail.com

Federico Alvez Cavanna

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduado em História pelo Instituto de Professores Artigas (Montevideo). Professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná no campus de Paranaguá e professor permanente no Mestrado ProfHistória e no Mestrado de História Pública na Unespar campus de Campo Mourão. Pesquisador do

Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

E-mail: federico.alvez@unespar.edu.br

Gisèle Sapiro

Doutora em Sociologia pela École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Diretora de pesquisa no Centre national de la recherche scientifique (CNRS) e de estudos na EHESS. Pesquisadora de sociologia dos intelectuais, da cultura e da literatura, sociologia da tradução e das trocas culturais internacionais, e história social das Ciências Humanas e Sociais.

E-mail: sapiro@ehess.fr

Gerardo Garay Montaner

Doctor en Ciencias de la Educación por la Universidad de La Plata, Argentina. Profesor asistente de Historia de la Educación en la Universidad de la República del Uruguay. Miembro activo del Sistema Nacional de Investigadores del Uruguay.

E-mail: gerardo.garay@gmail.com

Hervé Serry

Doutor em Sociologia pela Université Paris X (2000). Diretor de Pesquisa do Centre national de la recherche scientifique (CNRS). Membro titular do Centre de recherches sociologiques et politiques de Paris (CRESPPA). Professor na Université Paris 8. Pesquisador das áreas de sociologia da produção cultural, sociologia da edição, sociologia dos intelectuais e da religião.

Email : herve.serry@cnrs.fr

Karina Regalio Campagnoli

Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora Colaboradora do Departamento de Pedagogia da UEPG. Membro do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional.

E-mail: karinaregalio@hotmail.com

Maria Cristiane Nunes de Faria

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pedagoga graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha História Intelectual e Educação, da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa História Intelectual e Educação (GPHIE/UFPR).

E-mail: liafaria23@gmail.com

Natália Cristina de Oliveira

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Integrante do grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional. Docente na graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: natalia_oliveira@ufms.br

Névio de Campos

Pós-doutor em sociologia dos intelectuais pela École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Pós-doutor em história intelectual pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Educação pela UFPR. Professor nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da UEPG. Pesquisador Produtividade CNPq 2. Membro estrangeiro do Centre européen de sociologie et de science politique (CESSP), Paris. Líder do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

E-mail: ndoutorado@yahoo.com.br

Oriomar Skalinski Junior

Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Psicologia pela UEM. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Líder do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

E-mail: professororiomar@gmail.com

Regis Clemente da Costa

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Ciências da Religião, licenciado em Filosofia e Pedagogia. Professor Adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul, PR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

E-mail: rclementecosta@yahoo.com.br

Sergio Miceli

Doutor em sociologia pela Ecole des hautes études en sciences sociales (1978) e pela Universidade de São Paulo (1978). Professor emérito da Universidade de São Paulo. Pesquisador produtividade CNPq 1A. Diretor-presidente da Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura.

Email: zaem@usp.br

Yves Gingras

Doutor em História e sociopolítica pela Université de Montréal (1984). Professor da Université du Québec à Montréal (UQAM) desde 1986. Inicialmente foi nomeado para o Departamento de Sociologia, depois para o Departamento de História, onde leciona desde 1989. Diretor científico do Observatoire des sciences et des technologies. Membro estrangeiro do Centre européen de sociologie et de science politique (CESSP), Paris.

Email: gingras.yves@uqam.ca



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org